**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

LUIS ALMEIDA TAVARES

Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum

**São Paulo
2008**

LUIS ALMEIDA TAVARES

Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Humana
Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

De acordo:

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

**São Paulo
2008**

Janus

Universidade de São Paulo

RELATÓRIO DE DEFESA

Aluno: 8136 - 4971363 - 3 / Página 1 de 1

Relatório de defesa pública de Tese do(a) Senhor(a) Luis Almeida Tavares no Programa: Geografia (Geografia Humana), do(a) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Aos 15 dias do mês de dezembro de 2008, no(a) Sala de Defesas realizou-se a Defesa da Tese do(a) Senhor(a) Luis Almeida Tavares, apresentada para a obtenção do título de Doutor intitulado:

"Campesinato e os faxinais do Paraná: as terras de uso comum"

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da Unidade	Resultado
Ariovaldo Umbelino de Oliveira	Presidente	FFLCH - USP	Aprovado
Jose Juliano de Carvalho Filho	Titular	FEA - USP	Aprovado
Nazareno José de Campos	Titular	UFSC - Externo	Aprovado
Marcelo Gomes Justo	Titular	Externo	Aprovado
Eliane Tomiasi Paulino	Titular	UEL - Externo	Aprovado

Resultado Final: Aprovado

Parecer da Comissão Julgadora *

A Banca ressalta a envergadura da pesquisa e das leituras pois a tese constitui-se em referência a traz novas abordagens sobre os faxinais.

Eu, Regina Celi Sant Ana _____, lavrei o presente relatório, que assino juntamente com os(as) Senhores(as) examinadores. São Paulo, aos 15 dias do mês de dezembro de 2008.

Jose Juliano de Carvalho Filho

Nazareno José de Campos

Marcelo Gomes Justo

Eliane Tomiasi Paulino

Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Presidente da comissão julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

O título foi homologado pela Comissão de Pós-Graduação em 16/12/2008 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Doutor em Ciências obtido no Programa Geografia (Geografia Humana) - Área de concentração: Geografia Humana.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Profa. Dra. Paula Montero
Presidente da CPG
FFLCH / USP

Profa. Dra. Paula Montero
Presidente do CPG
FFLCH / USP

Dedico

Aos camponeses faxinalenses, que, “na luta pela terra, nasceram faxinalenses”.

A minha mãe Maria Almeida Leal (em memória), quebradeira de coco babaçu, semianalfabeta, mas com uma aguçada percepção política, pois que, logo que saiu os resultados finais das eleições para presidente confirmando a vitória de Lula no seu primeiro mandato, lhe telefonei com alegria por ter dado uma pequena contribuição para sua vitória. No outro lado, ela disse: “Menino, esse Lula não é flor que se cheire, você não viu que ele fez acordo com os banqueiros, pois nada vai fazer pelos trabalhadores”. Não é que Dona Aricota tinha razão. Com minhas saudades, Mãe.

Ao meu pai Sebastião Tavares, 96 anos, camponês, que, na visão de homem simples, entende que só é doutor o médico. Por isso, disse: Luís, quando você se formar em doutor, me passe um remédio para curar essas dores nas minhas pernas”. Pai, geógrafo não receita remédios, mas fique com todo o meu amor e carinho de filho: quem sabe se não ameniza suas dores.

Às cinco mulheres de minha vida; Ivanda, Tatyana, Tacyana, Ticyana, Giovana (neta); e ao Nicollas (neto), que compreenderam minhas ausências e impossibilidades.

A meu irmão, irmãs e sobrinhos (as).

AGRADECIMENTOS

O processo de elaboração de uma pesquisa realizado individualmente, no diálogo mudo com autores preferenciais ou não, nos dias e noites – quentes e frias (os) – é solidão. No entanto, no processo de sua construção é necessário o ajuntamento – mutirão, puxirão, puxirum – do “meu povo”, na expressão de minha amiga Marialba Lovato – obrigado –, quando se refere aos seus, aos de dentro do seu mundo de amizade e convívio. Meu povo que se ajuntou para participar do processo de construção dessa pesquisa, sem os quais seria impossível a sua realização: são muitos e estão espalhados por vários espaços geográficos. A ordem não é dos que foram mais importantes ou menos importantes no ajuntamento, pois todos foram imprescindíveis. A lista é longa e a memória é curta, por isso a função de agradecer é muito arriscosa, mas, como na vida não se vive sem arriscar, vou arriscar agradecendo:

Ao Prof.º Dr.º Ariovaldo Umbelino de Oliveira, pela orientação democrática, mas firme nos momentos necessários, pela paciência e apoio indispensáveis. Pelo respeito e sensibilidade de entender as fragilidades e inseguranças de seus orientandos nos momentos de crises acadêmicas. Pela grandeza de formar pesquisadores que compreendam o campo brasileiro e seus sujeitos sociais, e, com isto, contribuir para o desvendamento dos seus conflitos sociais, das lutas de classes ali travadas, que são inerentes ao modo capitalista de produção. Mestre, com certeza “a luta continua...”

À Prof.ª Dr.ª Bernadete de Castro Oliveira, pela coorientação informal, a quem eximo dos possíveis erros na interpretação dos conceitos antropológicos e sociológicos contidos na pesquisa, por não ter acesso prévio do texto. Com a bibliografia indicada foi possível ver com vários olhares os faxinais. Lá na casa dos Oliveiras você tem gente amiga, assim.

À Prof.ª Dr.ª Valéria de Marcos, Prof.º Dr.º Marcelo Justo, pelas observações e contribuições quando da realização da Banca de Qualificação e Prof.º Dr.º Alfredo Wagner B. de Almeida, pelas observações e contribuições por escrito.

As meninas da Secretaria do Setor de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da FFLCH/USP, Ana Lúcia Lima Pereira, Jurema Ricci Navarro, Maria Aparecida

Brambila, Rosângela Vidalgo Garcez, pela forma gentil e atenciosa de atender e esclarecer as dúvidas burocráticas das normas da universidade, meu muito obrigado.

A meu povo do IBGE:

Em especial a minha irmãzinha por adoção Yara Araújo Ceccato, Luis Alceu, Agostinho Grenteski, Diniz, Helio, Marietta Paim, Ademir Rossi, Marlene Miléo, Camarada Carmem, José Meira, Augusto Coliski – quem me apontou o rumo dos faxinais - Suzana Drumund, Marlene Moreira, Cleide, Paladine, Quirino, Paulo Dill, Suzete e Antonio Carlos (AC) – em memória. Foi essencial a ajuda, apoio, incentivo e torcida de todos, para tudo dar certo. É bom viver nessa mistura.

Do Faxinal Salso:

Todos os camponeses e camponesas, em especial, Sr. Octávio – Mestre Vico -, Dona Ernestina, Sr. Honorato, Dona Francisca, Sergio, Ivan, Sr. Isidoro, Carlito, Neri, Valdir, Adilson, Agostinho e Waldecir, onde deixo de ser pesquisador e retorno a ser filho de camponês-posseiro. Obrigado pelas lições de simplicidade e solidariedade. Me arreceba.

Do Laboratório de Geografia Agrária:

A todos (as) pelas trocas de ideias sempre fecundas. Em especial ao Selito – “não deixe o samba morrer, não deixe o samba acabar [...]”. Espaço de trocas de ideias, pesquisa e encontros.

Do Campo em Movimento:

Grupo de estudo, importante pelas discussões e diálogos sobre o campesinato brasileiro e o desenvolvimento do modo capitalista no campo. Obrigado pela amizade, a Edu, Lúcia, Antonio, Vilma, Carina, Yamila, Luis Fernando (da Montanha), Andrei, Rusvênia, Aldiva, Paula, Andréa, Teresa, Josoaldo e Prof.^a Marta Inez Marques. É uma pena que nosso tempo de trabalho seja diferente do tempo de produção da academia, queria ter tempo de viver mais, conviver mais e aprender mais com vocês. Não só o campo, a vida estará sempre em movimento.

À Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses:

Movimento social dos camponeses faxinalenses. Em especial a sua Coordenação Executiva, nas pessoas dos camponeses, Hamilton José da Silva, Acir Túlio, Ismael Kloster, Iones Noimann e seu assessor Roberto Martins de Souza, pela confiança, amizade e as várias oportunidades dadas para participar dos encontros, reuniões e oficinas, onde foi possível construir a maioria dos dados qualitativos da pesquisa.

À Rede Faxinal de Pesquisa:

Coordenada pela Prof.^a Dr.^a Cicilian Luiza L. Sahr da UEPG, pela oportunidade de conhecer as diversas visões sobre o território do faxinal, pelas conjuntas saídas de campo e pela amizade com vários de seus membros.

Agradecimentos Institucionais:

Ao CNPq, pelo fornecimento da bolsa de estudo, fundamental para a realização da pesquisa.

Ao Paraná Cidade, pela cessão das imagens de satélite SPOT5 dos Municípios de Quitandinha e Prudentópolis – PR.

Agradecimento Especial – em memória:

Ao camponês faxinalense **Antonio Novakoski**, de 25 anos, assassinado traiçoeiramente por um capitalista grileiro no Faxinal Emboque, em São Mateus do Sul, no dia 16 de maio de 2007, por defender a permanência da fração do território comunitário faxinalense.

Ainda agradeço:

A [...], o [...] e a todos que contribuíram de uma ou de outra forma para a realização dessa pesquisa e não constam nessa lista, minhas mil desculpas e meus enormes agradecimentos.

Assim, concluo que esquecer nomes de pessoas é uma forma libertária e socialista de as pessoas estarem sempre em nossa memória e nosso coração. Por isto, repito: me arreceba.

DESAGRADECIMENTOS

Na pesquisa acadêmica existe um espaço para os agradecimentos, como tudo na vida é um processo dinâmico, contraditório, dialético, portanto, a vida é constituída de opostos, alegria/tristeza, amor/ódio, bom/ruim, construção/destruição e a vida vai em frente. Abro aqui o espaço dos desagradecimentos, por ser o outro pólo dos agradecimentos.

Desagradeço veementemente, os **de dentro do capitalismo**, que são muitos e muitos... – não citarei os nomes dos seus principais representantes para não colocar azeitonas em suas empadas, no dizer do Prof.º Ariovaldo. Porque há mais de um século eles vêm destruindo o ar, as matas, os bichos e cultura dos povos; e transformando quase tudo em mercadoria, inclusive metamorfoseando a renda da terra em capital, a base da sustentação da vida. Por causa dos **de dentro do capitalismo**, hoje quase toda a terra é feia de se ver.

Só é Geógrafo Agrário quem sente o cheiro e vê a cor de sua terra, as marcas de sangue derramado de “seus mortos e a certeza de luta de seus vivos”. Os outros compactuam com os métodos de violência aplicados pelo modo capitalista de produção para se desenvolver no campo. (Parafraseando a fala de Vital Farias, cantor e compositor no show *Cantoria*, Salvador, 1984).

“A Geografia é a História no espaço do mesmo modo que a história é a geografia no tempo”. ÉLISÉ RECLUS

RESUMO

TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais do Paraná**: terras de uso comum. 2008. 751 f. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

A prática de terras de uso comum desde tempos imemoriais, nas suas mais diversas formas, foi ou ainda é praticada em diversas partes do mundo, como na França (Vaine Pâtre, Biens Communaux), Itália (Della Comurione, Le Terre Del Compascuo), Angola, Colômbia, Portugal (Baldios), Espanha (Baldios e Montes Veciñais en Mam Común), Alemanha, Inglaterra, Ucrânia, Polônia, Brasil, entre outros países. No Brasil, as terras de uso comum e seus recursos naturais são apropriados por uma fração do campesinato. O uso dessas terras envolve elementos de identidade, indissociáveis do território ocupado, e regras de apropriação, que se expressam em diversas formas e denominações, como 'Terras de Preto', 'Terras de Santo', 'Terras dos Índios', 'Terras de Herança', 'Terras Soltas', 'Fundo de Pasto' e 'Faxinais'. Entendendo que até o presente momento, existe uma lacuna na Geografia Agrária Brasileira quanto à elaboração de uma pesquisa que aprofunde a análise sobre o campesinato, pautei como objetivo central desse trabalho a interpretação da trajetória histórica dessa fração do campesinato e seu território. Para isso, compreendo abstratamente que o campesinato, por meio de lutas, constitui-se como uma classe social, “para si”, e que, como sujeitos políticos, para se sustentarem no modo capitalista de produção, travam uma luta de classe. Para compreender o uso das terras de uso comum e de seus recursos naturais por essa fração do campesinato brasileiro e, mais especificamente, paranaense, fez-se necessário resgatar como se davam essas práticas na Espanha e Portugal, assim como suas diversas formas e respectivas variantes de posse e propriedade da terra no Brasil. Considerando-se que a gênese dos faxinais do Paraná se deu por meio de uma aliança, construída nas grandes fazendas dos Campos Gerais do Paraná entre uma parcela de índios escravos e negros africanos escravos fugidos, a qual se concretizou nas matas mistas de Araucárias e se consolidou com a contribuição de uma fração de camponeses poloneses e de imigrantes ucranianos, que conseguiram escapar do genocídio da Guerra do Contestado. Na contemporaneidade, a formação social do faxinal tem diversas definições, tanto do ponto de vista de pesquisadores do Estado, quanto dos camponeses faxinalenses, que englobam seu tripé de sustentação: terras de uso comum no criadouro comum ou comunitário, cercas das terras de uso comum do criadouro comum ou comunitário e terras agrícolas ou terras de planta. As práticas sociais comuns e religiosas são o que consolidam o modo de vida dos camponeses faxinalenses, mesmo enfrentando conflitos sociais e ambientais. Os resultados dessa pesquisa confirmam a luta e a resistência dos camponeses faxinalenses para se manterem enquanto “classe para si” e a certeza da manutenção da formação social do faxinal ou da sua expansão por meio da reconquista de espaços da fração do território comunitário camponês faxinalense expropriado pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo paranaense.

Palavras-chave: campesinato; faxinal; terras de uso comum.

ABSTRACT

TAVARES, A. L. **The communal land and peasantry of the Paraná: the lands of use joint.** 2008.751 f. Thesis (Doctoral) – Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

The practice of shared lands since immemorial times, in its more diverse forms, was or still it is practiced in diverse places of the world, as in France – Vaine Pâtre, Biens Communaux –, Italy– Della Comurione, Le Terre Del Compascuo –, Angola, Colombia and Portugal – Baldios –, Spain – Baldios e Montes Veciñais en Man Común –, Germany, England, the Ukraine, Poland and Brazil, among others countries. In the Brazil, the shared lands and its natural resources are appropriate for a fraction of the peasantry. The use of these lands is followed of indispensable elements of identity of the busy territory and the rules of appropriation, that express themselves in diverse forms and denominations, as Lands of Black color, Lands of Saint, Lands of the Indians, Lands of Inheritance, Untied Lands, deep of grassland and communal lands. We understand that, until the moment, there's a gap in the Brazilian Agrarian Geography of research that deepens an analysis on the peasantry, which often appropriates of the natural resources (using them with equilibrium) in the communal lands. Our central objective of this research is the interpretation of the historical trajectory of this fraction of the peasantry and its territory, understanding that the peasantry, by means of its fights, constitutes itself as a social class ("class for itself"), and, as politicians citizens, to multiply in the capitalist way of production, stop a class fight. To understand the use of shared lands and its natural resources for this fraction of the brazilian and paranaense peasantry had made necessary to rescue these practices in the Spain and Portugal, as well as, its diverse followed forms of the variants of the ownership and property of the land in Brazil. The genesis of the communal lands of the Paraná occurred through an alliance constructed in the great farms of the General Fields of the Paraná, and enters a fraction of enslaved indians and Africans black run away enslaved, which materialize themselves in the mixing bushes of pine and its consolidation occurred with the contribution of a fraction of the polish peasants, Ukrainans immigrants and peasants who had obtained to escape of the genocide of the War of the Contested one. In the contemporaneity, the social formation of the communal land has diverse definitions, as much of the point of view of researchers, of the State, how much of the faxinalenses peasants, who hold its tripod of sustentation: shared lands in the common or communitarian creator, agricultural shared lands of the common or communitarian creator, lands or lands of plant. Social common practical and the religious ones are that they consolidate the way of life of the faxinalenses peasants, exactly facing social and ambient conflicts. The results of this research confirm the fight and resistance of the peasantry to multiply while "classroom for itself" and the certainty of the maintenance of the social formation of the communal land or its expansion through reconquest of spaces of its territory expropriated by the development in the capitalist way of production in the paranaense field.

Key-word-: Peasantry, Communal land, Lands of use joint.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Terras de Uso Comum no Brasil - Primeiros Dados.	379
Mapa 2 – Planta da Colônia.....	516
Mapa 3 – Uso da Terra em Prudentópolis	517
Mapa 4 – Situação dos faxinais	578
Mapa 5 – Uso da terra em Quitandinha - PR.....	592
Mapa 6 – Imagem orbital, Prudentópolis-PR	593
Mapa 7 – Imagem Orbital de Quitandinha-PR	668
Mapa 8 – Práticas Sociais.....	699
Mapa nº 9 – Religiosidade.....	720
Mapa 10 – Conflitos Sociais e Ambientais.....	730

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Propriedade.....	194
Figura 2 – Porcentagem de Área de Terras Devolutas no Brasil – 2003.....	299
Figura 3 – Porcentagem de Área de Terras Devolutas no Paraná - 2003.....	301
Figura 4 – Mapa das “Comunidades ou áreas onde ocorrem Terras de Uso Comum junto ou próximas às mesmas” – Santa Catarina	366

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Audiência pública na AL do Paraná do lançamento do Dossiê de denúncias da AP	164
Foto 2 – A figura do Profeta João Maria presente no movimento social dos camponeses faxinalenses .	177
Foto 3 – Gado bovino solto às margens da BR-316 no Interior de Olho D’Água das Cunhas-MA	355
Foto 4 – Jumentos e gado bovino soltos às margens da Rod. MA-008 e ao fundo, o povoado Centro São Raimundo, em Vitorino Freire – MA	356
Foto 5 – Camponês Antonio Carlos de Oliveira Souza – Antonio Soldado, de 72 anos	357
Foto 6 – Grande fazenda de gado bovino às margens da rodovia MA-008 no Município de Vitorino Freire – MA	359
Foto 7 – Descendente de escravo fugitivo que nasceu no Faxinal Palmital dos Pretos	444
Foto 8 – Barracões dos primeiros camponeses ucranianos em Prudentópolis, 1896 –PR	506
Foto 9 – Cruz Santa planta pelo Monge João Maria, no Faxinal Cerrinho, em Quitandinha – PR	551
Foto 10 – Cultura de milho do camponês sem terra que se apropria de terras públicas da margem da Rod. BR-116 próxima ao Faxinal Salso em Quitandinha – PR	607
Foto 11 – Plantação de <i>pinus</i> e <i>eucaliptos</i> junto com a cultura de milho nas terras de plantar no Faxinal Taquari em Rio Azul-PR	625
Foto 12 – Estufa e atrás quintal de lavoura de <i>eucaliptos</i> no criadouro comum - Faxinal Taquari	626
Foto 13 – Crianças trabalhando na classificação de folha de fumo no Faxinal Taquari	631
Foto 14 – Animais de grande e médio porte criados à solta no Faxinal Salso	633
Foto 15 – Animais miúdos e aves criadas à solta no Faxinal Salso	634
Foto 16 – Carroça estilo polonês utilizada no transporte da produção agrícola pelos camponeses	635
Foto 17 – Criação de porcos à solta no Faxinal Taquari	636
Foto 18 – Aviário no Faxinal Campestre dos Paulas	645
Foto 19 – O camponês Inácio Kais complementando a dieta alimentar – base de milho – ao seu rebanho de porco no Faxinal Espigão	646
Foto 20 – Erva-mate extraída por tarefeiros no Faxinal Barra Bonita em Prudentópolis – PR	653
Foto 21 – Trabalhador temporário (tarefeiro) podando o pé de erva-mate no Faxinal Barra Bonita em Prudentópolis – PR	655
Foto 22 – Paisagem da floresta de Araucária no criadouro comum do Faxinal Taquari	658
Foto 23 – Paisagem do criadouro comum do Faxinal Salso com a presença de Araucária	659
Foto 24 – Área de várzeas no criadouro do Faxinal Salso, onde os animais criados à solta pastoreiam durante os meses em que não estão alagadas	660
Foto 25 – Biodiversidade no criadouro comum do Faxinal Espigão.....	661
Foto 26 – Porteira de entrada para o mundo da fração do território comunitário camponês faxinalense – Faxinal Caizinho	669
Foto 27 – Parte do mapeamento da Oficina da Memória de Velhos do Faxinal Salso.....	670
Foto 28 – Mata-Burro confeccionado de Ferro do Faxinal Campestre dos Paulas.....	671
Foto 29 – Cerca de limite do criadouro comum das terras de planta ou plantar.....	678
Foto 30 – Cerca de limite de moradia.....	679
Foto 31 - Fecho, fecho total no Faxinal Caizinho.....	680
Foto 32 – Cerca de fecho construído fora das normas consuetudinárias - Faxinal Salso.....	681
Foto 33 – Fecho parcial isolado por herdeiro - Faxinal Salso	682
Foto 34 – Fecho de quintal de lavoura para a produção de milho e feijão - Faxinal Taquari	683
Foto 35 – Fecho de quintal de lavoura para a produção de fumo – Faxinal Barra Bonita	684
Foto 36 – Fecho de quintal de florestamento de <i>pinus</i> – Faxinal Taquari	684
Foto 37 – Marco de limite da cerca de respeito – Faxinal Salso	685
Foto 38 – Cerca de quintal no criadouro comunitário – Faxinal Salso.....	686
Foto 39 – Pomar do quintal da família Colaço (Otávio e Ernestina) – Faxinal Salso.....	687
Foto 40 – Espaço de verduras, legumes e plantas medicinais do quintal da camponesa Ernestina Colaço – Faxinal Salso	688
Foto 41 – Puxirão para cancheamento de erva-mate – Faxinal Salso. Fonte: Ivan Colaço	691
Foto 42 – Preparação do fogo para churrasco depois do puxirão comunitário – Faxinal Salso	692
Foto 43 – Casa com alpendre onde são recebidos os “de fora” – Faxinal Salso	693
Foto 44 – Camponês Isidoro Colaço, benzedor e contador de <i>causos</i>	694
Foto 45 – Dona Heleninha, Benzedeira, exercendo seu dom de cura no II Encontro dos Povos dos Faxinais, 2007	696
Foto 46 – Igrejas das três religiões (catolicismo romano, ortodoxo e popular) mais praticadas na fração do território comunitário camponês faxinalense	700
Foto 47 – Sala de Catequese e Centro de Orações Senhor Bom Jesus e seu interior – Faxinal Salso.....	703

Foto 48 – Sr. Bernardino recebendo os convidados e as prendas para a reza e festa do Senhor Bom Jesus – Faxinal Sete Saltos de Baixo	706
Foto 49 – O Dono da reza em frente ao altar com destaque para o quadro do Monge João Maria ao lado de São Jorge.....	707
Foto 50 – Reza da ladainha pelos capelões e rezadeiras, no momento sagrado da reza para Senhor Bom Jesus	707
Foto 51 – Preparação e erguimento do mastro da bandeira de Senhor Bom Jesus.....	708
Foto 52 – Almoço oferecido pelo dono da reza aos seus convidados depois do momento sagrado	709
Foto 53 – Prendas recebidas pelo dono da festa que foram a leilão.....	709
Foto 54 – Dança de São Gonçalo realizada nos I e II Encontros dos Povos dos Faxinais	717
Foto 55 – Criança filho de camponês faxinalense brincando com enxada – Faxina Taquari	738

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de escravos negros traficados da África para o Brasil	421
Tabela 2 - Área das Terras Devolutas nos municípios com fração do território comunitário camponês faxinalense	603

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Número de Famílias Assentadas no Brasil – 1995-2005	308
Gráfico 2 – Condições de Propriedade da Terra e Área (há) em (%) - Paraná	598
Gráfico 3 – Área Média dos Estabelecimentos (ha) por Condição de Propriedade da Terra - Paraná	599
Gráfico 4 – Condições da propriedade da terra e área (ha) nos Municípios com território Comunitário Camponês do faxinal.....	600
Gráfico 5 – Área Média (ha) do Estabelecimento por Condição da Propriedade da Terra nos Municípios com território Comunitário Camponês do faxinal	602
Gráfico 6 – Resultado da pesquisa de campo sobre condições da propriedade da terra no território do faxinal em (%), 2005-2008.....	604
Gráfico 7 – Faxinais com terras de uso comum suficiente para a reprodução do criadouro comunitário	610
Gráfico 8 – Faxinais com terras de uso comum insuficientes para a reprodução do criadouro comunitário.....	612

LISTA DE SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária
AFUBRA	Associação dos Fumicultores do Brasil
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros
AP	Articulação Puxirão dos Povos dos Faxinais
ARESUR	Áreas Especiais de Uso Regulamentado
ASA	Associação Aprendizizes da Sabedoria de Medicinais e Agroecologia
BAT	British American Tobacco
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAFP	Central de Associações de Fundo de Pasto
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNS	Conselho nacional dos Seringueiros
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONIC	Conselho Nacional de Igrejas Cristãs
CONTAG	Confederação nacional dos Trabalhadores Agrícolas
COOPERCAMPO	Cooperativa dos Usuários dos Campos Públicos Ltda.
COOPERSANTO	Cooperativa Santo Antonio dos Anjos dos Criadores dos Campos Públicos de laguna Ltda.
COOPERTUBA	Cooperativa dos Criadores Tradicionais do Campo de Pirituba
CPMI	Comissão Parlamentar de Inquérito Mista
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CREA-PR	Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Paraná
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DESER	Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
DIBAP	Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas
EMATER – PR	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA-Floresta	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETRAF	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IAPAR	Instituto Agronômico do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes
ICMS – Ecológico	Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviço – Ecológico
IECLB	Igreja Evangélica de Confissão luterana no Brasil
INCRA	Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária
INTERRA	Instituto de Terras da Bahia
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ITCG	Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
LF	Laudo Fundiário
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDST	Movimento Democrático dos Sem-Terra
MLT	Movimento de luta pela Terra
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
MVMC	Montes Viciñais en Man Común
NUPES	Núcleo de Pesquisa Social da UNISC
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PARANÁ	Governo do Estado do Paraná
PARANÁCIDADE	Serviço Social Autônomo Paranacidade
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
POLONORDESTE	Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEAB	Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento
SEEC	Secretaria de Estado de Educação e Cultura
SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SINDIFUMO	Sindicato das Indústrias de Fumo
SOPP	Sociedade dos Plantadores de Pernambuco
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDR	União Democrática Ruralista
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFGD	Universidade da Grande Dourados
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIANDRADE	Centro Universitário Campos de Andrade
UNIBEM	Faculdades Integradas 'Espírita'
UNICEF	The United Nations Children's Fund
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNISC	Universidade de Santa Cruz do Sul
USP	Universidade de São Paulo
UTP	Universidade Tuiuti do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
1. CAMINHANDO PELAS VEREDAS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA: PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA	42
1.1 CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA	45
1.2 PROPRIEDADE DA TERRA	66
1.3 A RENDA DA TERRA	76
1.4 TERRAS DE USO COMUM: ONDE SE REPRODUZEM OS CAMPONESES E A NATUREZA	84
1.5. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA ANTROPOLOGIA E NA HISTÓRIA	92
1.6. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA GEOGRAFIA	95
2. CAMPESINATO E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO.....	106
2.1. A TRAJETÓRIA DO CAMPESINATO	106
2.2. O CAMPESINATO NO BRASIL	120
2.3. AS LIGAS CAMPONESAS	125
2.4. O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA	135
2.5. CAMPONESES FAXINALENSES: A LUTA PELA AFIRMAÇÃO COMO SUJEITO SOCIAL.....	139
2.6. SURGIMENTO DA ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES (AP).....	159
3. TERRAS DE USO COMUM NA ESPANHA E PORTUGAL.....	181
3.1. AS FORMAS DE TERRAS DE USO COMUM NA ESPANHA	181
3.1.1 <i>O Instrumental teórico e metodológico na análise dos recursos naturais comuns da Espanha</i>	200
3.1.2 <i>As diferenças jurídicas dos bens públicos, exploração comunal e entidades locais na Espanha</i>	208
3.1.3. <i>O Uso Comum dos Pastos e Pinheirais nos Montes na Província de León na Espanha</i>	216
3.1.4. <i>Os “Montes Veciñais en Man Común” ou Montes Vizinhos de uso Comum na Galícia espanhola</i>	224
3.2 – AS FORMAS DAS TERRAS DE USO COMUM EM PORTUGAL.....	230
3.2.1 – <i>Os baldios portugueses atualmente</i>	253
4. AS FORMAS DE PROPRIEDADE E POSSE DA TERRA NO BRASIL	256
4.1 – AS SESMARIAS	265
4.2 – A LEI DE TERRAS DE 1850: UM PASSO PARA A GRILAGEM	275
4.2.1 – <i>Terras Devolutas e a Não Reforma Agrária Brasileira</i>	295
4.2.2 – <i>Os Conflitos Sociais no Campo Brasileiro</i>	309
5. TERRAS DE USO COMUM NO BRASIL: PRIMEIRAS REFLEXÕES.....	318
5.1 - AS DIVERSAS DENOMINAÇÕES DE TERRAS DE USO COMUM	333
5.1.1 - <i>Terra de Preto</i>	333
5.1.2 - <i>Terras de Santo</i>	335
5.1.3 - <i>Terras dos Índios</i>	337
5.1.4 - <i>Terras de Herança</i>	341
5.1.5 - <i>Terras Soltas ou Abertas</i>	342
5.1.6 - <i>Terras Libertas e os Centros</i>	352
5.2. DIFERENTES FORMAS DE TERRAS DE USO COMUM	362
5.2.1 - <i>Uso Comum Ligado aos Interesses da Comunidade</i>	362
5.2.2 - <i>Campos de Altitude com Uso Basicamente Sazonal</i>	366
5.2.3 - <i>O Uso Comum Cooperativo</i>	371
6. FAXINAIS DO PARANÁ ONDE O PUXIRÃO É PELA VIDA.....	380
6.1. GÊNESES DOS FAXINAIS	383
6.2 - A ESCRAVIDÃO INDÍGENA	387
6.3 - A ESCRAVIDÃO INDÍGENA NO PARANÁ	394
6.4 - A CONTRIBUIÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	403
6.5 - TERRAS COMUNS E A AGRICULTURA NAS REDUÇÕES JESUÍTICAS	409
6.6 - A PECUÁRIA NAS REDUÇÕES JESUÍTICAS	414
6.7 - A EXTRAÇÃO DA ERVA-MATE NAS REDUÇÕES JESUÍTICAS	416
6.8 - A ESCRAVIDÃO DO NEGRO AFRICANO.....	418
6.9 - O TRABALHO ESCRAVO INDÍGENA E NEGRO NA PRODUÇÃO DA ERVA-MATE NO PARANÁ	430
6.10. A FUGA DO ESCRAVO INDÍGENA E NEGRO AFRICANO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À ESCRAVIDÃO	439
7. CONSOLIDAÇÃO DOS FAXINAIS.....	464
7.1. AS RELAÇÕES ENTRE CULTURAS E PRÁTICAS SOCIAIS CONSOLIDARAM OS FAXINAIS.....	471
7.2. CAMPONESES POLONESES	476
7.3. CAMPONESES UCRANIANOS.....	495
7.4. CAMPONESES REBELDES DO CONTESTADO	518
7.4.1. <i>O espaço contestado, suas características naturais e ocupação</i>	521

7.4.2. <i>Estrutura social e mandismo local</i>	528
7.4.3. <i>A questão da Terra e a Construção da Ferrovia no Contestado</i>	534
7.4.4. <i>A luta pelo direito à terra</i>	542
7.4.5. <i>Crise do batismo eclesiástico e do compadrio interclasses</i>	545
7.5 – TRÊS MONGES	548
8. OS FAXINAIS NA CONTEMPORANEIDADE: CRISE E RESISTÊNCIA	569
8.1. AS CRISES DOS FAXINAIS	579
8.2. A PROPRIEDADE DA TERRA NA FRAÇÃO DO TERRITÓRIO COMUNITÁRIO CAMPONÊS DO FAXINAL	594
8.3. TERRAS DE PLANTA OU PLANTAR NA FRAÇÃO DO TERRITÓRIO COMUNITÁRIO CAMPONÊS FAXINALENSE	617
8.4. CRIADOUROS COMUNS OU COMUNITÁRIOS: TERRAS DE CRIAR	633
8.4.1 – <i>Produção animal no criadouro comum ou comunitário</i>	633
8.4.2. <i>A Extração da erva-mate no criadouro comum ou comunitário</i>	647
8.4.3 – <i>Criadouro Comum ou comunitário: onde preservar é preciso</i>	657
8.5. PORTEIRAS, CERCAS E QUINTAIS	669
8.5.1. <i>Cercas</i>	673
8.5.2. <i>Quintais no criadouro comunitário</i>	686
8.6. PRÁTICAS SOCIAIS COMUNS E RELIGIOSIDADE NO CRIADOURO COMUNITÁRIO	690
8.6.1. <i>Religiosidade: festas de santos e rezas</i>	700
8.7. OS CONFLITOS SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS NOS FAXINAIS	721
8.7.1. <i>Conflitos Territoriais</i>	724
8.7.2. <i>Conflitos com Agronegócio</i>	725
8.7.3. <i>Conflitos de acesso e uso dos recursos hídricos e agroflorestais</i>	727
8.7. 4. <i>Violência física contra os camponeses faxinalenses e contra seus bens</i>	728
CONCLUSÃO	731
REFERÊNCIAS	740

INTRODUÇÃO

Três razões me levaram a pesquisar as terras de uso comum e seus recursos naturais na formação territorial dos faxinais, usados pelos camponeses faxinalenses do Paraná. Duas foram acadêmicas e, a outra, pessoal.

Assim, a primeira delas teve como perspectiva o aprofundamento e ampliação da pesquisa realizada no mestrado, a qual tem como título: **A dimensão socioespacial do rural brasileiro: os camponeses da Microrregião de Cêrro Azul, na Região Metropolitana de Curitiba - PR**¹. Nela, estudei os camponeses produtores de laranja poncã (também conhecida como tangerina e mexerica) da microrregião de Cêrro Azul no Estado do Paraná.

O fio condutor dessa pesquisa foi a análise dessa fração do campo brasileiro, que tem uma dimensão territorial, onde se encontram atores sociais, como os camponeses produtores de poncã, laranja-pêra e lima, que historicamente constroem e reconstróem sua realidade. Para essa análise, partiu-se da origem dos municípios brasileiros, que vem do modelo da República Romana, de onde foi para Península Ibérica, e o governo colonial português transpôs para cá.

Hoje há várias tipologias para classificação do conceito de município, entre as quais, a formulada por José Eli da Veiga e colaboradores, que, naquele momento, era aceita por compreender-se que essa poderia dar conta de resolver as várias distorções existentes quanto à delimitação do rural² e urbano brasileiro.

¹ Luis Almeida Tavares (2002)

² A formação histórica do campo brasileiro apresenta diferenças marcantes em relação à do meio rural europeu e norte-americano, ao mesmo tempo em que ele é bastante parecido com o de outros países não desenvolvidos, principalmente com os da América Latina. Basta lembrar as funções específicas aqui assumidas historicamente pelas cidades, a vinculação da grande agricultura de origem colonial do mercado externo e a possibilidade de deserção da população por um vasto território, para entender a particularidade brasileira no que se refere à constituição e composição das sociedades locais, à relação campo/cidade e às relações entre o que é “agricultura” e o que é “rural”. (WANDERLEY, 1999, p. 18)

No Brasil, o campo foi historicamente estudado como constituído de formações territoriais, que correspondem a processos sociais distintos: as grandes propriedades rurais (estâncias, engenhos, sítios e fazendas) e os pequenos aglomerados (povoados), com seus padrões culturais específicos. Essas formações territoriais, juntamente com as pequenas cidades do interior, tiveram um importante papel na história do povoamento brasileiro, como “pontos de apoio da civilização”. Contemporaneamente, as transformações introduzidas no campo do país, pelo processo de “modernização conservadora” da sociedade e da agricultura, iniciado depois da Segunda Guerra Mundial, levaram alguns autores a caracterizar esse período pela ocorrência de um “processo de urbanização do campo” (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 56; CARNEIRO, 1998, p. 7), sobre a qual não se tem um acordo.

Para a pesquisa a respeito do campo brasileiro predominam duas concepções: a normativa/demográfica (que não é utilizada pelo poder público brasileiro, mas é usada em análises por pesquisadores brasileiros, e é o critério que define o campo em vários países europeus e latino-americanos) e a sociológica, antropológica e geográfica. Nessa segunda concepção existem duas vertentes: de um lado, aquela que considera o campo em processo de extinção e, por isso mesmo, com o destino de tornar-se somente um contínuo do urbano; e, de outro, aquela que busca mostrar que o campo está sempre em movimento, em um processo dinâmico de construção/reconstrução, e é nela em que se encontra essa pesquisa.

O campo é resultado de complexas relações sociais, tem materialidade física, onde diversos atores (latifundiários, camponeses), com interesses quase sempre divergentes, tramam a construção do território. Nessa produção capitalista no campo, os processos de valorização da terra e os mecanismos de sobrevalorização fundiária rendem rendas excedentes aos proprietários e condicionam alguns grupos sociais às determinações do mercado da terra. Nesse ramo de investimento, o bem negociável é distinto pela finalidade e, por ser essencial à existência, a determinação do valor (preço) de comercialização não se dá pelos mesmos

elementos da produção mercantil.

Ao longo da história, o campo tem sido identificado como primado da natureza, e, sobretudo o urbano, é visto como o lugar de artificialização (poderíamos, talvez, como fez Milton Santos (1994), falar de um meio técnico-científico-informacional menos denso para o campo, ao invés de menos artificializado) e da não-natureza. Na medida em que o campo é pensado como o âmbito onde o homem lida com a natureza para satisfazer as suas necessidades sob a forma de uma agricultura, o campo, então, é tido como parte do território em que a cultura intervém na natureza. Por derivação, o campo é pensado como o lugar natural do natural. De antemão, pode-se afirmar que essa identificação seja problemática sob uma ótica mais ampla, pois é uma constatação comum. Não obstante, a confusão entre o campo e o natural é uma constante. Isso porque, por detrás da palavra ‘natureza’, tantas vezes repetida em versos e em discursos teóricos, não está um, mas vários conceitos, muitas vezes incompatíveis entre si.

Em geral, a noção de ‘natureza’, quando associada à de campo é concebida como o conjunto das coisas sobre as quais o homem possui menos controle e que não sofrem a sua interferência direta. Essa natureza englobaria o solo, a atmosfera, a fauna e a flora; enfim, de modo genérico, a natureza seria um conjunto de processos físicos, químicos e biológicos. Mas essa caracterização nada nos diz se não for acompanhada de uma teoria que discorra o conceito de físico-químico-biológico.

Atualmente, existe um leque de preocupações particulares em relação a essa ‘natureza’. A ecologia, a deterioração ambiental, as representações do território nacional e o atual papel da agricultura no desenvolvimento, a procura de equacionamentos para as crises sociais, especialmente associados ao emprego e às transformações da agricultura, recolocam a problemática da ‘ruralidade’ e da ‘natureza’ na pauta de discussões das sociedades contemporâneas. Especula-se sobre um ‘renascimento do campo’, a necessidade de ‘padrões

de vida mais naturais’, a elaboração de supostas teorias do ‘desenvolvimento sustentável’ e do ‘desenvolvimento local’ e sobre novas relações entre a cidade e o campo, isto é, entre o urbano e o agrário. Esses, longe de constituírem polaridades opositivas, guardariam especificidades que não se anulariam, e que se expressariam social, política e culturalmente.

Assim, dentro de uma trajetória histórica, que postulava uma identificação mais estreita entre o campo e a natureza, as transformações que ocorreram, com o advento da modernidade e com o processo da modernização, deixaram uma possível descontinuidade. A industrialização e a intensa urbanização da sociedade no século XX colocaram problemáticas novas e difíceis para essa representação de identidade entre o campo e a ‘natureza’. Torna-se pertinente, então, perguntar como essas questões se apresentam no cenário contemporâneo – que muitos apostam já ser pós-moderno – bem como, quase sempre é relegada, a uma posição secundária, uma discussão sobre a dimensão territorial das fronteiras do campo, pois as transformações ou “novas funções” que as frações “dinâmicas e modernas” vêm adquirindo contemporaneamente, além das atividades produtivas tradicionais ligadas ao modo capitalista de produção da agricultura, podem ser inventariadas pelas atividades de lazer, turismo rural, conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais, educação ambiental, proteção da paisagem, manutenção do território, etc., o que tem sido chamado de “produção de bens e serviços não-materiais” (TAVARES, 2002).

A partir daí, há duas abordagens clássicas de análise a respeito da agricultura camponesa: a marxista clássica, que dá ênfase à análise dos impactos globais sobre a agricultura camponesa, e é constituída pelo uso do conceito de classe; e a abordagem que vê a persistência da agricultura camponesa como uma relação social não-capitalista, em que predomina a mão-de-obra familiar, devido à ausência da categoria salário. Portanto, o processo da agricultura camponesa está na diferenciação cíclica de Shanin.

Quanto à gênese do agricultor camponês brasileiro, existe um debate não conclusivo

entre aqueles que afirmam que o Brasil não possuía campesinato antes do século XIX e os que, mesmo não apontando a chegada dos colonos europeus no Sul do país, por volta de 1850, acreditam que a origem do camponês brasileiro é fruto de um processo tardio de formação de classe no campo. Há autores, como Ariovaldo Umbelino de Oliveira³, que apontam o colono, surgido com o fim do tráfico dos escravos, como originando o camponês brasileiro. De acordo com esse entendimento, discutiu-se a modernização da agricultura brasileira e paranaense a partir de 1970, marco de sua modernização — cujo modelo tem sua base produtiva nos princípios da “Revolução Verde” e objetivo é a obtenção de ganhos de produtividade — da qual fez parte o camponês — mesmo sendo considerado, por autores que advogam a sua não existência, um corpo estranho nesse processo.

A segunda razão que motivou este trabalho é a oportunidade de fazer uma avaliação autocrítica, por ter utilizado no aporte teórico-metodológico da pesquisa do mestrado determinados autores — a saber, José Eli da Veiga, José Graziano da Silva e Ricardo Abramovay — que contribuíram de forma qualitativamente negativa nos resultados nela apontados. Isso se deu devido à utilização de conceitos e categorias, elaborados por esses autores, que não foram capazes de dar conta dos conflitos sociais existentes campo da Microrregião de Cêrro Azul, tais como a luta e resistência dos camponeses posseiros produtores de poncã contra a grilagem de terra; a luta de camponeses — dos quais grande parte se integrou ao Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) — contra o Grupo Votorantin, para barrar a construção da Hidroelétrica Tijuco Alto, no Vale do Ribeira; assim como a luta das Comunidades Tradicionais Quilombolas, para reconquistarem terras tradicionalmente utilizadas pelos seus antepassados.

A terceira razão — essa, por sua vez e como já dito, pessoal — que motivou esta pesquisa é fato de meu pai ter sido um agricultor camponês-posseiro, até receber um lote de

³ A Agricultura Camponesa no Brasil (2001).

terra em Barra do Corda, MA, no início dos anos 60, quando o Governo Federal, através do atual INCRA, distribuiu terras devolutas arrecadadas, em mais uma fracassada tentativa de reforma agrária na Amazônia Legal, e minha mãe ter sido quebradeira de coco babaçu, desde a infância, nos municípios de Porção de Pedras (sua cidade natal), Vitorino Freire e, por último, Barra do Corda.

Até a metade da década 60, a história de minha família foi fruto da história do desenvolvimento desigual e contraditório do modo capitalista de produção no campo brasileiro. Meus pais, dessa forma, como todos os camponeses posseiros, eram desenraizados, migrantes e itinerantes, de acordo com as palavras de José de Souza Martins (1981). Do povoado Três Lagoas, em Porção de Pedras, eles migraram, em busca de terras para se sustentarem como camponeses, para o povoado de São Raimundo, em Vitorino Freire e, por fim, para Barra do Corda. Esse último, local onde meu pai recebeu um pequeno lote de terra e no qual trabalhou até 1987, quando, então, aposentou-se como agricultor pelo antigo FUNRURAL, aos 75 anos de idade, e cuja pensão recebe até hoje.

Existe, portanto, um vínculo cultural e social muito forte entre eu e os camponeses faxinalenses devido às minhas origens: filho de pai camponês-posseiro e de mãe camponesa de uma comunidade tradicional, no caso, a das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão, que utiliza o coco babaçu como recurso natural essencial para a sua reprodução física e social da mesma forma que os camponeses faxinalenses se utilizam de vários tipos de recursos naturais com igual intuito.

Por isso, mais do que ampliar e aprofundar o trabalho realizado no mestrado a respeito do campesinato, uma nova perspectiva se coloca nesta pesquisa: a de realizar uma interpretação teórico-geográfica sobre os faxinais no Paraná, em um entendimento de que eles são o espelho das relações sociais camponesas no campo paranaense.

Dentro dessa nova perspectiva, coloca-se a proposta de uma interpretação da trajetória

histórica do campesinato e dos faxinais⁴ como unidade da fração territorial⁵ comunitária camponesa – contraditoriamente – diferente do território apropriado de forma capitalista, ao longo de mais de dois séculos (BOMBARDI, 2004, p. 32), por compreender que o campesinato, por meio de suas lutas, constitui-se como uma classe social – 'classe para si' – extremamente específica, e que seus componentes se caracterizam como sujeitos políticos que lutam por sua existência no modo capitalista de produção, e por entender que o campesinato trava uma luta de classe, tendo como seus opositores, não apenas os capitalistas, que vivem do lucro, mas também os proprietários de terra, que vivem da renda da terra, como demonstra Marx (2004, p.23):

[...] somente para o trabalhador a separação de capital, propriedade da terra e trabalho é uma separação necessária, essencial perniciososa. Capital e propriedade fundiária não precisam estacionar nessa abstração, mas o trabalho do trabalhador, sim. Para o trabalhador, portanto, a separação de capital, renda da terra e trabalho [é] mortal.

Nessa proposta, entende-se ainda que a existência do campesinato ocorre mais pelo enfrentamento à ordem expropriatória do que pela possível abertura criada nas relações capitalistas de produção. Outra questão, igualmente fundamental nesta pesquisa, trata das formas de propriedade e posse da terra nos faxinais, pois entendo que o acesso à terra é condição prioritária para a existência dessa forma de organização camponesa. É pelo acesso ao direito à terra e, conseqüentemente, às condições do modo de vida e trabalho, que o camponês faxinalense pode garantir o seu modo específico de organização de produção agrícola, pecuária e extrativista, exercendo um trabalho que tem como base a mão-de-obra familiar e cuja finalidade principal é a reprodução do grupo doméstico. Desse modo, a posse da terra garante a essa fração do campesinato a unidade entre a produção e consumo, moradia e trabalho.

4 Entendendo o faxinal como o resultado de vários elementos: relações de produção camponesa, as relações culturais (religiosidade, por exemplo) e sociais (sociabilidade) e apropriação e uso comum dos recursos naturais de forma equilibrada (solidariedade).

5 BOMBARDI (2004, p. 32) cunha o conceito de “Unidade Territorial” como sendo o “resultado da inter-relação de vários elementos: o trabalho camponês, as características do meio natural, a relação dos camponeses entre si e a relação destes com o mercado”.

Com este estudo, ter-se-á também a oportunidade de aprofundar a pesquisa a respeito da ligação dos laços de territorialidade e de vizinhança, que se fundem no criadouro e no uso comum da terra, por compreender que a unidade social elementar do camponês é constituída pelo grupo de vizinhança que, em muitos casos, é formado por membros de uma mesma família, descendentes de um único patriarca.

Outra questão, de igual importância desta pesquisa, trata especificamente de abordar a apropriação dos recursos naturais pelos camponeses faxinalenses como condição preliminar da produção da existência, em que as terras de uso comum são a materialização da relação do indivíduo com as condições naturais de trabalho e reprodução com a natureza inorgânica de sua existência. Essa relação determina a unidade territorial faxinal, e é por meio dela que se definem as diferentes territorialidades dos faxinais como forma de organização camponesa.

Quando defini o título dessa pesquisa, cujo eixo central é os camponeses dos faxinais no estado do Paraná, ficou claro no meu posicionamento, no âmbito da Geografia como ciência, que optei pela Geografia Agrária, um dos seus vários ramos. Nesse ramo da Geografia, existem possibilidades de se elaborar pesquisas com diversos posicionamentos teóricos e metodológicos: determinista, positivista, historicista e marxista. Hoje, fala-se, inclusive, que alguns autores da área são ecléticos, por utilizarem em suas pesquisas vários métodos e teorias em um só tempo – o que os diferenciam de uma visão holística. Assim, torna-se uma questão fundamental esclarecer qual é o posicionamento teórico e metodológico que dará suporte a esta pesquisa, pois, com isso, quero evidenciar a minha prática e visão de mundo.

Novamente, como o título deste estudo indica, é possível entender que estou trabalhando com o conceito central de território, o que, evidentemente, torna necessário lançar mão de outros conceitos e categorias, tais como territorialidade; ideologias; utopia; mercadoria (produção, circulação, distribuição, consumo); valor; renda absoluta; renda da

terra (diferencial I e II); renda territorial; classes sociais; processo de produção; reprodução e processo de trabalho (relações de trabalho e divisão de trabalho). Dessa forma, optei pelo instrumental teórico do materialismo histórico e pelo método do materialismo dialético.

Como é discorrido por Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1978), o processo de produção do conhecimento, e, por sua vez, do conhecimento acadêmico, está contido diretamente na produção social do trabalho, e, como vivemos em um período da história em que a formação social do modo capitalista de produção é predominante, significa dizer que o conhecimento é efeito direto do modo capitalista de produção. No caso da produção do conhecimento acadêmico, é necessária a utilização de teoria e método. Consequentemente, o produto desse conhecimento é um dos instrumentos que não possui outro objetivo que não seja destruir o modo capitalista de produção ou de criticá-lo ideologicamente, algo que dependerá da posição política de cada pesquisador.

Para a realização desta pesquisa, portanto, e como já afirmado anteriormente, optei pelos conceitos básicos do materialismo histórico. E para assumir esse comprometimento teórico, é significativo lembrar o que diz Oliveira (1978):

Mas, numa introdução ao materialismo histórico, é importante esclarecer alguns pontos ligados à concepção de teoria e método. Primeiramente, devemos lembrar que no processo de produção do conhecimento, pretende-se, usando o exemplo de Harnecker, M., transformar uma matéria- prima determinada (uma percepção superficial, deformada da realidade) em um produto determinado (um conhecimento científico, rigoroso, dessa realidade). Para efetuar esta transformação os intelectuais utilizam-se de um instrumental de trabalho intelectual determinado, fundamentalmente: a teoria e o método.

Assim, devemos conceber a teoria como o corpo de conceitos mais ou menos sistematizados de uma ciência. E entendermos o método como sendo a forma pela qual se utilizam estes conceitos. (OLIVEIRA, 1978, p. 43).

Partindo desses entendimentos, compreendo que o materialismo histórico reflete a realidade objetiva na ordem da sucessão histórica que lhe é próprio. Por isso, o método dialético é também histórico. No entanto, uma vez que se segue esse método, falando em termos gerais, o processo histórico exige a direção principal, a história. E por se achar em

unidade com o método lógico, de acordo com Marx e Engels (2004, p. 42), é

(...) ali onde começa esta história que deve começar também o processo discursivo, e o desenvolvimento ulterior deste não será mais que a imagem refletida, em forma abstrata e teoricamente consequente da trajetória histórica; uma imagem corrigida, mas corrigida com o conserto das leis que brindam a própria trajetória histórica (...). (Ibid., p. 42).

Dessa forma, entendo que o elo final do método dialético é o critério da verdade, e a verdade é a prática social. Só na realidade prática se pode definir a verdade ou a falsidade das abstrações teóricas elaboradas pelo pensamento científico. O processo de conhecimento da realidade começa pela prática – estudo de um ou outro objeto concreto – e conclui-se pela prática, que confirma ou refuta a correspondência da síntese científica com a realidade. O constante entrelaçamento do conhecimento com a ação e da teoria com a prática assegura o caráter objetivo dos conceitos e, portanto, sua verdade, a qual permite a própria prática seguir avançando com segurança, pois a prática social é a base e o critério da verdade do conhecimento teórico. Ou seja, o método dialético é uma concepção materialista do mundo e vem a ser uma lógica guiada por esse mesmo método, aplicada para investigar os processos econômicos em sua unidade, diversidade e em seu desenvolvimento histórico. Esse método reflete a dialética das próprias relações de produção. E, conforme trata Oliveira (1978, p. 44):

Assim, pensamos o materialismo histórico como a teoria que, a partir de um dado instrumental de trabalho (teórico), trabalha uma matéria-prima dada, o objeto do trabalho, com a finalidade de buscar os objetos produtos do trabalho, que são o objeto do conhecimento; o que permitirá incorporar este objeto do conhecimento em instrumento de trabalho (teórico) no momento de uma nova investigação de uma matéria-prima dada. Tal raciocínio leva-nos a ter que admitir que conhecer é trabalhar uma matéria-prima, ou seja, o “concreto é concreto por ser uma síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade”.

Também, admitimos o princípio da existência no materialismo histórico de três níveis teóricos, que são presididos pelos conceitos de modo de produção que se realiza nas formações sociais, que são, por sua vez, sociedades localizadas empiricamente, ou seja, uma sociedade onde domina um modo de produção; e pelo conceito de conjuntura que fundamentalmente é política e que constitui-se na pulsação de uma formação social, ou seja, exprimindo e se constituindo no momento atual das lutas de classe. O conceito de conjuntura está, portanto, subordinado ao conceito de formação social – que não é exclusivamente homogênea, ou seja, que realiza um único modo de produção, mas sim, que realiza um modo de produção dominante.

Aqui, também, devemos lembrar que a totalidade orgânica no materialismo histórico é uma totalidade contraditória, ou seja, onde o conceito de contradição é extremamente importante, pois ele não só direciona como também explica as lutas de classe que são o motor da própria história. Assim, devemos também incorporar ao materialismo histórico, o conceito de processo, que nos permite dar conta da genealogia dos elementos de uma estrutura (conjunto de elementos articulados), do funcionamento do modo, ou seja, da dinâmica do modo ou se preferirem da reprodução (condição de sua existência) do próprio modo, e da passagem (transição) de um modo a outro.

Todo esse instrumental conceitual sistematizado que compõe a teoria (materialismo histórico) é utilizado através do dialético. O próprio Marx, K., respondendo a comentários de um jornal russo (*Mensageiro Europeu*), revela os fundamentos materialistas de seu método.

É de fundamental importância ressaltar que a raiz das argumentações para a construção dos conceitos de modo de produção, formações sociais, conjuntura e método dialético de Oliveira (1978) está embasada nas obras de Karl Marx, *O Capital (Crítica da Economia Política)*; *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*; Prefácio da 2ª Edição de *O Capital*, e de Vladimir Ilitch Lênin, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*.

Marx (1985) define o seu método como sendo: “O método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é para o pensamento mais que a maneira de apropriar-se o concreto de reproduzir sob a forma de um concreto pensado” (p. 151).

Em uma carta dirigida a Joseph Bloch, em 1890, Engels, respondendo ao emissário de um questionamento a respeito dos métodos materialista histórico e materialista dialético, utilizados por ele e Marx, no que se refere à análise da história, disse:

Segundo a concepção da história, o fator que determina em última instância é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu temos afirmado nada mais que isso. Se alguém deturpa dizendo que o fator econômico é o único determinante, converterá esta tese em uma farsa vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos fatores da subestrutura que sobre ela se levanta – as formas políticas da luta de classe e seus resultados; as constituições promulgadas pela classe vitoriosa depois de ganhar uma batalha; etc.; as formas jurídicas e incluindo os reflexos de todas as lutas reais no cérebro dos participantes; as teorias políticas, jurídicas, filosóficas; as ideias religiosas, e seu desenvolvimento anteriores até converter-se em um sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e determinam; predominantemente em muitos casos, sua forma. (ENGELS, 1968, p. 154)

O que Engels afirma está coerente com a “concepção materialista da história”, mostrando a possibilidade de se estudar os diversos fatores da superestrutura e de sua

articulação, entre eles a infra-estrutura dos “reflexos de todas as lutas reais no cérebro dos participantes”. É importante dizer, desse modo, que cabe ao pesquisador elaborar os conceitos científicos adequados à sua pesquisa.

Temos o exemplo de Reclus, com sua forma peculiar de descrever e analisar os fatos históricos, fazendo uma conexão com a Geografia Social, de forma detalhada, crítica e dialética - como não poderia deixar de ser - sem citar o método que utilizará para construir sua análise no livro *O homem e Terra*. Pela forma de construção do título da obra, já se percebe sua visão de mundo, priorizando o homem diante da natureza, em que a apropriação dela pelo homem se dá por meio da luta de classe. Consequentemente ele se refere ao processo histórico de evolução da humanidade afirmando que ele ocorre de forma desigual e contraditória no desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade, ou seja, “todas as coletividades humanas, com exceção dos povos que permaneceram no naturalismo primitivo, se desdobram, por assim dizer, em classes ou em castas, não apenas diferentes, mas também opostas em interesses e em tendências, até francamente inimigas em todos os períodos de crise”. (RECLUS, 1985, p. 39).

Vejamos como Reclus elaborou o plano de produção do *O Homem e a Terra*:

Concebi o plano de um novo livro, em que seriam explicadas as condições do solo, do clima, de todos os ambientes nos quais aconteceram os fatos da História; em que se mostraria a harmonia dos homens e da Terra; em que as condutas dos povos se explicariam, da causa ao efeito, por sua consonância com a evolução do planeta (...). Logicamente, eu sabia de antemão que nenhuma pesquisa me faria descobrir essa lei de um processo humano, cuja miragem sedutora se agita, sem cessar, em nosso horizonte, se afasta de nós e se dissipa, para voltar a se formar de novo. Surgidos como um ponto no infinito do espaço, nada conhecendo sobre nossas origens nem sobre nossos destinos, ignorando até se pertencemos a uma única espécie animal ou se várias humanidades nasceram sucessivamente para se extinguir e ressurgir novamente, nós estaríamos pouco à vontade para formular regras de evolução ao desconhecido, para combater o nevoeiro, na esperança de lhe dar uma forma precisa e definitiva. Não. Mas, nessa avenida dos séculos que os achados dos arqueólogos prolongam constantemente naquilo que foi a noite do passado, podemos ao menos reconhecer o laço que liga a sucessão dos fatos humanos à ação das forças telúricas: é-nos permitido seguir, no tempo, cada período da vida dos povos correspondente à mudança dos meios, observar a ação combinada da natureza e do próprio homem, reagindo sobre a Terra que o formou. (RECLUS, 1985, p. 38 e 39).

Dessa forma, ignorar a análise das relações sociais de produção nos faxinais é realizar

uma pesquisa parcial e fragmentada das representações ideológicas e simbólicas dos camponeses faxinalenses, pois uma pesquisa sobre os faxinais, no geral ou no particular, não pode deixar de levar em consideração as questões das formas e tipos de articulações desses camponeses com a base material da sociedade, da qual eles são um elemento. Compreendo ainda que tal procedimento metodológico é uma prática dos ensinamentos marxistas e tal prática condiz com a de muitos geógrafos, antropólogos e sociólogos adeptos a essas proposições.

Por fim, esclareço que, além de utilizar o materialismo histórico para construir as categorias e conceitos que possibilitarão interpretar a realidade concreta dos faxinais pelo método dialético, foram utilizadas também, ainda que parcialmente, a técnica de pesquisa participante, desenvolvida por Carlos Rodrigues Brandão e outros (1986 e 1987), e as técnicas de história oral (MEIHY, 2002), principalmente da história de vida como técnica de coleta de depoimento (QUEIROZ, 1991; BOSI, 2006), no que se refere à pesquisa de campo qualitativa, com o intuito de se conhecer melhor as práticas (econômicas, sociais e culturais) cotidianas dos camponeses faxinalenses e reconstituir suas trajetórias.

Digo parcialmente por não ter sido possível aplicar todos os procedimentos exigidos por essas técnicas de pesquisa de campo, como, por exemplo, a discussão, em conjunto com os sujeitos sociais, dos temas que eles entendiam como mais importantes a serem pesquisados nos faxinais; a elaboração de questionários, de entrevistas, etc., que, depois de sistematizados seus dados, seriam avaliados por aqueles que contribuíram em sua elaboração. Dados estes que, depois de analisados pelo pesquisador, seguiriam o mesmo processo anterior e só depois seriam divulgados como resultados da pesquisa. No caso dos depoimentos e entrevistas orais, eram necessários termos assinados autorizando a sua divulgação, os quais deveriam fazer parte dos anexos da pesquisa. O mesmo processo deveria ser seguido no que se diz respeito às fotos pessoais ou às de grupo de pessoas.

Dessa forma, esta pesquisa foi gestada com a participação dos sujeitos sociais no cotidiano da minha militância e da pesquisa de campo, a exemplo do I Encontro dos Povos dos Faxinais, realizado em agosto de 2005, em que participaram mais de 200 camponeses faxinalenses de trinta faxinais do Estado do Paraná. Pelas deliberações ali propostas, ficou constatada a necessidade de organização dessa fração do campesinato paranaense, com objetivos claros de valorização cultural e social, conjugada à luta pela terra e às formas equilibradas de produção ajustadas ao seu modo de vida, em função do avanço do modo capitalista de produção na fração do território comunitário camponês faxinalense — representado pela produção de soja, pinus, fumo e produção avícola. Com isso surgiu a necessidade de organização dessa fração camponesa em um movimento social, quer seja em nível local, estadual ou federal.

Logo depois do encontro fui procurado por lideranças de três faxinais (onde estava dando início a minha pesquisa de campo) solicitando minha contribuição na organização dessas “comunidades” — era como inicialmente essas lideranças entendiam os faxinais — para defenderem seus direitos de viver como sempre viveram seus antepassados (bisavós, avós e pais). A partir desse momento, surgiram duas questões e uma opção para solucioná-las como pesquisador. A primeira questão era continuar a pesquisa participante, seguindo toda a sua metodologia, arduamente elaborada pelos criadores e necessária para dar conta de resultados fiéis à realidade concreta dos sujeitos da pesquisa. Bem como seguir, metodicamente, as técnicas da história oral e história de vida, resgatada através da memória dos velhos. A segunda questão era participar efetivamente no processo de construção do movimento social dos camponeses faxinalenses pela base, ou seja, dentro do faxinal, uma vez que, quanto a essa questão, estava tudo para ser feito. As lideranças tinham muita vontade de fazer, mas não tinham experiência anterior de como fazê-lo. Compreendo também que tanto a pesquisa participante quanto o processo de construção de um movimento social demandam tempo

necessário para sua maturação; por isso, consciente de que não daria conta, simultaneamente, das duas tarefas, optei por realizar uma pesquisa que defino como *militante*. Assim, a técnica por mim utilizada foi uma mescla não-rigorosa entre as técnicas da pesquisa participante, de acordo com Carlos Rodrigues Brandão (1986), da história oral, conforme José Carlos Sebe Bom Meihy (2002), e das técnicas utilizadas por Ecléa Bosi (2006), ao reconstruir a história de vida através das lembranças de velhos. Fiz uso dessa proposta, normalmente, antes ou depois das reuniões (quer as realizadas no faxinal ou as de acompanhamento, realizadas pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses), assembleias, eleições das diretorias das associações comunitárias dos faxinais e oficinas de cartografia social dos povos dos faxinais (em que participaram os camponeses faxinalenses) ou ainda em trabalhos de campo, em conjunto com os membros da Rede Faxinal de Pesquisa, e pesquisa de campo, acompanhada pelo meu orientador Prof.º Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Em reuniões separadas com as lideranças dos faxinais Salso, em Quitandinha, Taquari, em Rio Azul, e Espigão, em Mandirituba, ficou firmado que o processo de construção do movimento social pela base seria iniciado no Faxinal Salso e, se os resultados obtidos contribuíssem para sua afirmação, seria aplicado nos outros dois faxinais, levando em consideração as especificidades e dinâmica de cada um, sem, entretanto, deixar de visitá-los para acompanhar as demandas que surgissem e de realizar pesquisa.

Quanto à opção de contribuir no processo de organização do movimento social de base dos camponeses faxinalenses, inicialmente no Faxinal Salso, essa surgiu depois de ter realizado visitas à maioria dos faxinais da Região Metropolitana de Curitiba e a outros da região central do Paraná, para tomar conhecimento, sobre a realidade concreta dos mesmos. O Faxinal Salso chamou-me a atenção por manter as características de um faxinal que, de acordo com a literatura existente sobre o tema, não sofreu, até hoje, um profundo processo de transformação que pudesse colocar em risco a sua, mais que secular, prática de terras de uso

comum. Nele, o processo de criação de animais à solta comumente manteve-se, a produção da agricultura camponesa continua sendo praticada, usando as mesmas técnicas que seus antepassados usavam, ou seja, permanece uma agricultura quase genuinamente natural, sem uso de agrotóxico, e baixo uso de insumos químicos. Nas terras de planta ou plantar é produzido principalmente milho, feijão, mandioca, aveia e batata-inglesa, para subsistência. O excedente é vendido no mercado do próprio município. A extração da erva-mate continua ocorrendo dentro do criadouro comum ou comunitário, ainda que sua pequena produção seja para o autoconsumo. A extração da erva-mate é realizada em mutirão ou puxirão, em que a quantidade colhida é dividida igualitariamente entre participantes, independente de que um ou mais participantes sejam proprietários das terras onde ela foi colhida. E assim, mantém-se o Faxinal do Salso, com mais de 200 hectares de matas preservadas no criadouro comum ou comunitário, mesmo localizado a menos de 2 km da sede do município e a menos de 1 km das margens da BR-116.

A minha participação no processo de construção do movimento social do Faxinal Salso ocorreu em várias etapas. Inicialmente fiz várias visitas semanais, às vezes, até duas visitas por semana, para realizar reuniões com os chefes de família e seus componentes, com o objetivo de avaliar suas visões sobre o modo de vida no criadouro comunitário, as experiências ali vivenciadas, suas avaliações da necessidade ou não da manutenção do criadouro comunitário e, prioritariamente, construir laços de confiança com o objetivo de colocar em práticas as etapas seguintes.

Geralmente as visitas da primeira etapa eram realizadas nas residências dos camponeses. Depois de mais ou menos nove meses, avalei que seguramente poderia iniciar a segunda etapa, que era realizar reuniões conjuntas com o maior número possível de camponeses moradores do criadouro. No criadouro do Faxinal Salso residem 126 pessoas, distribuídas entre 34 famílias, excluindo desse total, os filhos e filhas de camponeses que

trabalham em Curitiba ou municípios vizinhos e que retornam às suas residências nos finais de semana. Também foram excluídos doze chacareiros e seus respectivos familiares, que possuem chácaras no criadouro e as utilizam nos fins de semana e feriados para o lazer.

Foram realizadas quatro reuniões, no período de três meses. As duas primeiras tiveram o objetivo de avaliar e discutir em conjunto as concepções sobre a realidade social, econômica e cultural, alguns conflitos internos com os chacareiros e duas famílias, que não querem a continuação do criadouro, bem como a necessidade de criação de uma associação comunitária para buscar resolver as demandas que estavam surgindo no faxinal. Nessas duas reuniões participaram, em média, 45 moradores. Nas duas reuniões seguintes foram discutidas e analisadas as legislações estaduais e federais pertinentes aos faxinais, a criação e a representação dos camponeses faxinalenses na Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o ICMS-Ecológico e seus efeitos na permanência dos faxinais como povo tradicional. Foi afirmada, por todos os presentes na segunda reunião dessa etapa, a necessidade premente da criação de uma associação comunitária. Para isso foi convocada, por meio de um edital assinado por moradores que haviam participado do I Encontro dos Povos Faxinalenses, uma assembleia com todos os moradores do criadouro comum, maiores de 18 anos.

No processo de formação da associação foram realizadas três assembleias. Na primeira, fui escolhido pelos camponeses do faxinal como assessor para assessorá-los na criação da associação, ficando também responsável pela redação de seu estatuto, registro em cartório de documentação, legalização junto à Receita Federal, para a obtenção do CNPJ, e a outras instituições estaduais para o seu reconhecimento legal. Atualmente a Associação Comunitária do Faxinal Salso (ACFS) funciona, normalmente, com uma mesa diretoria eleita, e faz parte da Coordenação Geral da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, e é nela representada pelo seu presidente Ivan Colaço.

Como assessor, contribuí na redação do documento de autodefinição do grupo como faxinalense para a obtenção da Declaração de Autodefinição de Faxinalense, junto à Prefeitura Municipal e Instituto Ambiental do Paraná (IAP), bem como no acompanhamento dos acordos comunitários e nas oficinas da cartografia social do faxinal.

Atualmente, as lideranças camponesas do Faxinal Salso estão participando na construção do movimento social de base de outros faxinais da Região Metropolitana de Curitiba, onde são referências na luta pela manutenção de seu modo de vida.

Da mesma forma, contribuí ainda na construção do movimento social de base do Faxinal Taquari, em Rio Azul, que culminou na criação da associação comunitária desse Faxinal. Neste caso, a participação foi em conjunto com pesquisadores da Rede Faxinal de Pesquisa.

Em nível estadual contribuí para a consolidação da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (AP), participando e colaborando na realização do II Encontro dos Povos Faxinalenses e nos encontros de planejamento e avaliação da Coordenação Geral da Articulação Puxirão. Assim como participei da articulação para a participação de um membro do movimento social faxinalense em uma Mesa-Redonda no XV Encontro Nacional dos Geógrafos (ENG), realizado em julho de 2008, na USP, São Paulo.

Com isso posto, compreendo que essa tese é o resultado de uma pesquisa militante, deixando claro que a minha militância, no movimento social dos camponeses faxinalenses, continua mesmo após a conclusão desta pesquisa.

Assim sendo, para efeito de sistematização dos resultados finais da pesquisa, esta tese foi dividida em oito capítulos e conclusões finais. No capítulo I, foram discutidos e analisados os conceitos e categorias que contribuíram para o seu desenvolvimento.

No capítulo II, foi analisado o campesinato brasileiro, sua contribuição para o surgimento da fração da classe camponesa faxinalense, o processo inicial de construção de

sua identidade e o auto-reconhecimento enquanto sujeito social no campo paranaense.

No capítulo III, foram analisadas as formas de terras de uso comum, as terras comunais e as terras comunitárias em alguns países, como Portugal e Espanha. Procurei ainda, no mesmo capítulo, caracterizar a forma de apropriação dos recursos naturais por vários sujeitos, onde prevalecem as terras de uso comum.

No capítulo IV, foram analisadas a formação da propriedade da terra e a posse da terra no Brasil, contextualizando-as historicamente, com destaque para a Lei 601/50 – Lei da Terra. Nele, procuro discurrir a respeito dos conflitos sociais no campo brasileiro, cuja raiz pode ser encontrada na referida lei.

No capítulo V, foram discutidos as várias formas de terras de uso comum e o uso de seus recursos naturais no Brasil pelos povos e comunidades tradicionais, em sua grande maioria camponeses.

No capítulo VI, foi analisada historicamente a gênese dos faxinais, com destaque para a contribuição da aliança entre os índios escravos, fugidos das missões ou reduções, das grandes fazendas de criação de gado dos Campos Gerais, e dos escravos negros africanos e seus descendentes, também fugidos das grandes fazendas. Aliança essa que se consolidou nas Matas Mistas de Araucária na Região Sul e Centro-Sul do Paraná.

No capítulo VII, destacou-se a contribuição dos camponeses ucranianos e poloneses imigrantes, no final do século XIX e na primeira década do século XX, e dos camponeses rebeldes que conseguiram escapar e, fugindo do genocídio da Guerra do Contestado, para a consolidação da formação social dos faxinais no Paraná.

No capítulo VIII, foram analisados os faxinais na contemporaneidade, com destaque para o momento de crise pelo qual passaram os faxinais a partir da chamada modernização da agricultura paranaense; a combinação dos três elementos que dão sustentação à fração do território comunitário camponês faxinalense: o criadouro comunitário ou comum, as terras de

planta ou plantar e as cercas dos criadouros comunitários ou comuns; o modo de vida dos camponeses faxinalenses no criadouro comunitário ou comum e os conflitos sociais, culturais e ambientais nos faxinais contemporaneamente. E, por fim, arrematando este estudo, elenco as conclusões da pesquisa.

1. CAMINHANDO PELAS VEREDAS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA: PERSPECTIVA TEÓRICO-METODOLÓGICA

A partir do levantamento bibliográfico para esta tese, constato que os estudos mais recentes sobre a agricultura paranaense têm somente analisado seu padrão tecnológico. Esse, de acordo com o modo capitalista de produção da agricultura brasileira, é um dos mais avançados. Existem no estado segmentos modernos expressivos, responsáveis por parcela significativa, especialmente, da produção de lavouras comerciais e agroindustriais. Ou seja, há um setor na agricultura paranaense essencialmente capitalista e que, segundo a interpretação de muitos pesquisadores e os dados divulgados pela Secretaria de Agricultura, IPARDES e IBGE (2004), apresenta-se como uma combinação de dois tipos de unidades produtivas consideradas típicas, que Claus Magno Germer denomina de “empresarial desenvolvida e familiar/assalariada, respectivamente, ambas de grande porte e tecnologia avançada” (2002, p. 48-9). Essas expressões designam não a agricultura, que é capitalista, mas os dois tipos de empresa – ambas capitalistas – que a constituem.

Com essa afirmação, pressupõe-se que a agricultura paranaense é homogênea e que no campo paranaense só há duas classes sociais, “a formação de um operariado único num pólo, e de uma classe burguesa no outro” (OLIVEIRA, 1987, p. 6). Ou seja, Germer (2002) e outros pesquisadores optaram por analisar a agricultura paranaense pelo pressuposto teórico-metodológico de que a persistência de relações não-capitalistas de produção no campo é entendida como um resíduo em via de extinção.

Já Eliane Tomiasi Paulino (2006), em sua obra “Por uma Geografia dos Camponeses”, fruto de sua tese de Doutorado, acertadamente se contrapõe à tese defendida por Germer (2002), pois ela legitimamente tira o foco das mudanças tecnológicas na agricultura paranaense para explicar os processos do modo capitalista de produção no campo, que é

contraditório e desigual. O modo capitalista de produção se desenvolve utilizando-se de relações não-capitalistas de produção, como a sujeição camponesa, para se reproduzir no campo. Com esse eixo explicativo, a autora não deixa de reconhecer a importância da modernização tecnológica no campo, mas, ao mesmo tempo em que a enfatiza, não deixa de cobrar os custos socioambientais causados por tal modernização.

Refletimos, aqui, em consonância com Paulino (2006), quando afirma que:

As profundas transformações atreladas à expansão das relações capitalistas para o campo têm provocado, desde o século XIX, diversas interpretações acerca do papel e do destino da classe camponesa. Neste contexto, alguns pressupostos ganharam força, sobretudo aquele que vislumbrava o seu desaparecimento, como classe. Entretanto, constata-se que, contraditoriamente, o desenvolvimento capitalista não tem provocado o desaparecimento do campesinato, mas sua recriação.

[...]

E em se tratando de classe, não há dúvida de que assinalar a presença dos camponeses, sobretudo em áreas marcadas por elevados índices de tecnificação, exige a lapidação de alguns pressupostos, já que, para muitos, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura ou mesmo a simples emergência de uma base técnica sofisticada seria suficiente para extingui-los. Some-se a isso o fato de esses próprios sujeitos nem sempre se reconhecem no conceito, identificando-se, via de regra, por lavradores, agricultores ou sitiantes. (p. 19).

Germer (2002), propositalmente ou não, não leva em conta que existe um importante processo na produção da agricultura paranaense, cujas relações sociais de produção são não-capitalistas, que é a produção da agricultura camponesa (TAVARES, 2002) nos faxinais, a qual exige uma análise geográfica, principalmente no âmbito da Geografia Agrária. Isso implica compreender os processos e os fatores determinantes desta produção não-capitalista na agricultura paranaense, que figura também como importante temática a ser estudada.

Ressalte-se que a análise das relações sociais camponesas nos faxinais do Paraná ultrapassa a simples compreensão do contexto territorial. É necessária sua interação com o contexto histórico, tanto em relação aos períodos mais recentes, quanto ao passado mais distante da formação histórica brasileira, visto que muitas das respostas somente serão encontradas de forma dialética, com todas as contradições que o sistema capitalista impõe, “longe mesmo do espaço geográfico em discussão”. Ou seja, é preciso observar o inter-

relacionamento espaço-tempo, sem o qual se torna falha a compreensão da realidade, pois “[...] um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado são ambos insuficientes. Para compreender uma questão, necessitamos de um enfoque espaço-tempo”. (SANTOS *apud* CAMPOS, 2000, p. 3).

Ainda hoje, apesar de já existirem artigos, dissertações e teses de doutorado em vários ramos das ciências sociais – como Sociologia e Antropologia –, os Faxinais do Paraná continuam não sendo interpretados com maior densidade na ciência geográfica, principalmente no ramo da Geografia Agrária. Uma das poucas pesquisas existentes no âmbito da Geografia Agrária é a dissertação de mestrado *Fumo e Êxodo Rural – transformações sócio-espaciais nas comunidades rurais de agricultores ucraino-brasileiros em Prudentópolis – PR*, da geógrafa Cecília Hauresko (2001), que faz uma breve discussão sobre a Linha Paraná Faxinal. Outro estudo nessa área é o do geógrafo Nazareno José de Campos, que faz referência aos faxinais no capítulo III de sua tese de doutorado *Terras de uso comum no Brasil: um estudo de suas diferentes formas* (2000).

No entanto, a forma de organização dos faxinais representa uma importante experiência no campo geográfico. Essa forma de organização vem a ser uma experiência autogestionária no uso comum da terra, sendo fruto da criatividade do camponês na condição de pequeno agricultor, sob determinadas condições de produção. Sob a ótica das relações não-capitalistas de produção (camponesa), pode ser entendida como o resultado da interação entre a abundância dos meios de produção (terra e mão-de-obra) e a escassez de recursos financeiros e, portanto, dos bens de produção.

Assim, os estudos conjuntos das questões agrárias – que se preocupam em discutir as “lutas sociais no campo” (OLIVEIRA, 1999, p. 32) ou “movimentos socioespaciais” (MARTIN, J. Y., 1997) – e agrícolas – que se preocupam em discutir a “distribuição dos produtos cultivados e de suas condições de meio” (VALVERDE, O., 1964), quase sempre

foram relegados a uma posição secundária. Eles passaram a ter maior significado a partir do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território capitalista no Brasil, que é contraditório e combinado, como muito bem caracteriza Oliveira (2004):

Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado relações através da presença no campo de 'boia-fria'), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo (p. 36).

1.1 CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA

Assim, entendo que é necessário demonstrar a contribuição que a tese possa dar à ciência geográfica e, em particular, à Geografia Agrária brasileira. Para tanto, entende-se que é fundamental uma análise inicial do debate de como vem sendo pesquisado o campo brasileiro por diferentes pesquisadores e abordagens, no seio da Geografia e das Ciências Sociais. Ressalto que é um dos objetivos da tese realizar uma análise mais aprofundada da questão nos resultados finais.

Um dos primeiros geógrafos a preocupar-se com essa questão foi Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Os motivos que me levaram a destacar suas obras nesta tese foram os seguintes: primeiro, a contribuição para o desvendamento e entendimento do campesinato e, segundo, sua retidão diante dos pesquisadores do campo com os quais tem divergências teórico-metodológicas, reconhecendo seus méritos – quando os têm – e suas contribuições para desvendar as questões do campo brasileiro. Essa postura o levou a dialogar com os mais variados pesquisadores de diversas correntes de pensamento. Diante da vasta obra produzida pelo autor sobre o campo brasileiro, destacarei o que considero singular e fundamental para analisar e compreender o campesinato no Paraná – em particular, os camponeses faxinalenses –, além de obras de outros autores com cujas teses concordamos ou não.

O que infelizmente é praticado por alguns geógrafos que estudam o campo brasileiro é que, para defenderem suas correntes e posições políticas e ideológicas, não respeitam as

diferenças. Não aceitando o debate crítico, muito pelo contrário, em alguns casos, tornam-se sectários. Vejamos um exemplo emblemático:

O presente texto pretende contribuir para o debate sobre o papel da agricultura no desenvolvimento, combatendo os modismos populistas que veem na volta ao campo uma solução para os problemas brasileiros da atualidade. Nosso referencial está fundamentado nas leituras das obras clássicas da agricultura, sobretudo em Marx, Kautsky e Lênin, além dos principais intérpretes da formação social brasileira, em especial Ignácio Rangel. Tal opção teórico-metodológica implica em uma análise dos dados concretos do desenvolvimento histórico brasileiro, **não nos permitindo portanto concordar com o romantismo cristão-idealista que defende a agricultura familiar e camponesa como sinônimo de justiça social no campo.** [grifo meu]. (SAMPAIO, BROIETTI e MEDEIROS, 2005, p. 8).

Ao interpretar o parágrafo acima, refleti sobre algumas questões importantes para se compreender a defesa intransigente do agronegócio, que disfarça a velha face do latifundiário, travestida na defesa do nacionalismo desenvolvimentista cunhada pelos autores. Primeiro Oliveira lembra que “todos estamos inseridos no turbilhão do mundo da modernidade. Uns engajam-se no *establishment*, outros criticam-no. Uns fazem da ciência instrumento de ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social” (2004, p. 30). Segundo, como também lembra José Juliano de Carvalho Filho, “a estatística é a arte de torturar os números até que eles confessem” (CARVALHO FILHO apud OLIVEIRA, 2004, p. 43⁶). Terceiro, propositalmente ou não, afirmam que agricultura familiar e camponesa se refere ao mesmo sujeito social. Portanto, mais confundindo que contribuindo para o debate.

Lembro aos autores que “os dados concretos” afirmam que, em que pese a distorção da realidade objetiva do critério de população rural adotado pelo IBGE nos seus levantamentos demográficos, o número da população rural brasileira em 2000 era de 31.845.211 pessoas, maior do que a população brasileira total em 1920 e do que a população urbana em 1960. E quem são essas pessoas? Um número significativo delas é composto por trabalhadores rurais (boias-frias) e camponeses – posseiros, meeiros, arrendatários, trabalhadores sem-terra e agricultores camponeses. Em certos momentos da realidade

⁶ Informação verbal.

concreta, trabalhar com dados em percentagem é escamotear a factualidade desses dados, é querer que eles não confessem as contradições do modo capitalista de produção no campo brasileiro; é querer que não espelhem os 1.881 conflitos ocorridos no campo em 2005, entre os quais se destacam: conflito de terra, trabalho escravo, superexploração dos trabalhadores rurais e conflitos pela água, 243 assassinatos, 1.304 violências contra a ocupação e a posse de terra, com 1.021.355 pessoas envolvidas. Isso significa dizer que o número de pessoas envolvidas representa 3,2% da população rural brasileira. Toda essa violência contra um número expressivo da população rural foi provocada pelos grandes latifundiários grileiros acobertados pelo manto da impunidade (GONÇALVES, 2006, p. 183-186; OLIVEIRA; 2006a, p. 22-25).

Os argumentos de Oliveira (2002), para a defesa dos pesquisadores que são acusados de adotarem teses populistas:

Aliás, nunca é demais lembrar aos ‘críticos’ dessa corrente que a descontextualização histórica de suas críticas e acusações deriva, certamente, de um equívoco teórico lamentável, ou de uma opção política, no mínimo, a-histórica. Curiosamente, os autores que têm invocado essa designação extemporânea e estrangeira (‘populista’) para depreciar a ação dos grupos que assumem como legítimas as lutas camponesas, não se dão ao trabalho, como seria correto na atividade científica que declaram desenvolver, de demonstrar a legitimidade de seu uso e o acerto de sua invocação. ‘Populistas’ era a designação que Lênin dava aos socialistas *norodniks* (que a si mesmos se chamavam ‘amigos do povo’) numa polêmica partidária aguda na Rússia do final do século XIX. Os bolcheviques, que Lênin representava, tinham uma interpretação ocidentalizada do processo político russo, baseada nas formulações que, em *O Capital*, Marx desenvolvera sobre o capitalismo, da importância do crescimento e da ação política da classe operária. Já os populistas entendiam que a transformação social podia ocorrer sem que houvesse o desaparecimento da comunidade russa, o que implicava conceber os camponeses como uma força política e não como um fator de atraso político. Aliás, Marx, numa carta de 1881 a uma populista russa, havia apoiado a posição dos populistas, que após a leitura d’*O Capital*, humildemente entraram em dúvida a respeito de suas posições sobre o papel histórico dos camponeses na passagem para o socialismo. (MARTINS apud OLIVEIRA, p. 47-8).

Oliveira vai construindo sua produção acadêmica sobre o tema, seu reconhecimento e sua respeitabilidade não só no meio da Geografia (com destaque na Geografia Agrária brasileira) e perante seus pares nas Ciências Sociais, no Brasil e em vários países, mas, principalmente, perante a diversidade dos movimentos sociais do campo, por exemplo, MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), MPA (Movimentos dos Pequenos

Agricultores), os movimentos indígenas e a CPT (Comissão Pastoral da Terra), e os partidos políticos socialistas de esquerda.

Na importante contribuição à Geografia brasileira, em particular a Geografia Agrária, a tese de doutorado *Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao 'Estado Isolado' de Von Thünen* (1978), o autor analisa com profundidade o nível teórico e as posições políticas das produções de vários geógrafos brasileiros e estrangeiros que tiveram ou têm como tema central de suas pesquisas o campo. Ele destaca seus avanços no processo de construção do pensamento geográfico brasileiro, sem deixar de lado a análise crítica necessária para o aprofundamento do debate geográfico. Entre eles destacam-se Leo Waibel; Orlando Valverde; José A. Filizola Diniz; Antonio A. Ceron; Pedro P. Geiger e Francisco Sá Jr.

Em 1987, o autor avança mais no debate sobre a questão, na obra “Modo capitalista de produção e agricultura”, em que são analisadas as abordagens teóricas da agricultura, a partir das quais afirma que os estudos da agricultura no modo capitalista de produção vêm acompanhados de um viés político de correntes de pensamento que têm o campo como centro do debate. O avanço se dá porque Oliveira vai além dos limites das obras dos geógrafos e inicia o debate com pesquisadores das Ciências Sociais como um todo. Como bem afirma:

Todos procuram, de uma forma ou de outra, entender o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista. Essa etapa, por sua vez, apresenta traços típicos como a presença de grandes complexos industriais a integrar a produção agropecuária. Esse processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política no campo (OLIVEIRA, 1987, p. 5).

Oliveira justifica sua tese dando como exemplos irrefutáveis os movimentos grevistas dos boias-frias de São Paulo: “Nesse caso, a greve dos cortadores de cana-de-açúcar e dos apanhadores de laranja foi eminentemente urbana. Trabalhadores rurais fazendo greves nas cidades – esse é o fato qualitativamente novo no campo brasileiro” (1987, p. 6). Tais fatos trazem uma significativa alteração nas relações de produção na agricultura brasileira. O

capital industrial vem controlando uma parte de todo o processo produtivo, da colheita ao processamento, no caso da indústria de suco de laranja. Ou seja, uma parte do processo produtivo no campo já não é mais controlada pelo agricultor e sim pelo uso de tecnologias por parte da indústria que tem na agricultura a sua base produtiva (matéria-prima). Por outro lado, ocorre um processo contraditório e combinado do modo capitalista de produção, que é o aumento significativo da força de trabalho familiar camponês. Oliveira nos lembra que “ela representa mais de 80% da força de trabalho empregada na agricultura. Ou, então, recorremos ao exemplo norte-americano, cujas pesquisas recentes mostram uma participação massiva das *family farms*, isto é, da produção baseada no trabalho da família” (Ibid., 1987, p. 6).

Para o autor, existe uma concordância entre correntes no que se refere à interpretação do fato de haver, “tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção, e do assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção” (OLIVEIRA, 1987, p. 7) Mas, tão-somente até este ponto. As divergências se iniciam entre as correntes a partir da interpretação de como vem se dando o processo. O autor aponta a existência de duas visões: uma que “leva inevitavelmente à homogeneização: a formação de um operariado único num pólo, e de uma classe burguesa no outro”, e a outra, que demonstra o processo de generalização do modo capitalista de produção como contraditório, “portanto heterogêneo, o que leva a criar, obviamente, no processo de expansão do assalariamento no campo, o trabalho familiar” (Ibid., p. 7).

A partir dessas visões, que interpretam a generalização das relações de produção capitalista, surgiram três correntes que analisam a questão agrária. Duas percorrem os caminhos da teoria clássica, compreendendo que “esse processo se daria por dois caminhos”. Um em que o “produto da destruição do campesinato ou dos pequenos produtores de subsistência”, via diferenciação interna provocada pelas próprias contradições do modo

capitalista de produção, por meio do processo de integração ao mercado, teria como resultado a existência de duas classes distintas de camponeses, os camponeses abastados (os pequenos capitalistas rurais) – é com essa visão que Horácio Martins de Carvalho (1984) realiza sua análise sobre o Faxinal Rio do Couro, em Rebouças-PR –; e os camponeses empobrecidos (que se tornariam proletários). O outro caminho seria o da *modernização do latifúndio*, a se transformar em empresa capitalista. Para esses autores, a persistência de relações não-capitalistas de produção no campo é entendida como “resíduo em via de extinção” (OLIVEIRA, 2001, p. 46).

A outra corrente que trabalha com a teoria clássica compreende que “o processo de penetração de relações capitalistas de produção no campo” ocorre via processo de separação, o qual ocorreria em três etapas distintas:

(...) a primeira, seria dada pela separação do camponês dos estreitos vínculos e hierarquias comunitárias tradicionais, ou por outras palavras, estaria destruída a economia natural e o produtor tornar-se-ia produtor individual; a segunda etapa seria gerada pela introdução da economia de mercado e a consequente separação entre a indústria rural e a agricultura; e a terceira etapa seria dada pelos meios de produção do pequeno produtor mercantil, com sua consequente proletarização, e a implantação final de formas capitalistas de produção. Enfatiza-se nessa corrente, portanto, o uso do conceito de coerção extra-econômica, isto é, o poder político desempenharia um papel de destaque no ‘processo de penetração’ de relações capitalistas no meio agrícola (Ibid., p. 46).

A terceira corrente, na qual se alicerça a construção desta tese, compreende que o processo de generalização do modo capitalista de produção é contraditório e desigual: “entendem as relações não-capitalistas de produção no campo hoje como criadas e recriadas pelo processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção”. Ou seja, seria o próprio modo capitalista de produção “dominante que geraria relações capitalistas de produção e relações não-capitalistas de produção, combinadas ou não, em função do processo contraditório intrínseco a esse movimento (desenvolvimento)” (Ibid., p.47).

O autor, nos textos “Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro” (2002) e “Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI” (2004), aprofunda o debate teórico sobre as correntes que interpretam o campo brasileiro.

Na construção de suas argumentações, Oliveira (2002) resgata o debate filosófico do período do nascimento da Geografia Moderna, no século XIX, quando prevalecia o debate entre o positivismo e o historicismo. O autor, porém, introduz a dialética como corrente filosófica/teórica no seio do debate, lembrando que a raiz da formação do pensamento geográfico moderno é constituído pelo tripé: positivismo, historicismo e dialética. Sua afirmação está embasada nas obras de Manuel Correia de Andrade (1985), que mostra a “existência de uma geografia libertária, representada pelos trabalhos de Elisée Reclus e Piotr Kropotkin”. As obras desses dois geógrafos socialistas libertários foram propositadamente jogadas ao esquecimento, com a anuência de várias gerações de geógrafos, especialmente *O Homem e a Terra*, de Elisée Reclus, e *A Conquista do Pão*, de Piotr Kropotkin, que, segundo nosso juízo, são essencialmente dialéticas. Já Horácio Capel, em 1981, se refere “a um geógrafo anarquista marginalizado” (OLIVEIRA, 2002, p. 65).

Com essa afirmação, o autor vai assumir uma posição crítica diante daqueles autores que estudam a Epistemologia da Geografia, e qualificam esse período da história da geografia como tradicional. Temos como exemplo os trabalhos de Antonio Carlos Robert de Moraes e Ruy Moreira. Oliveira (2002) que constroem sua crítica argumentando: “esta expressão não permite revelar a raiz historicista da geografia nem dá conta do importante debate entre o materialismo e o idealismo nas ciências humanas, particularmente no século passado⁷”.

Mais do que camuflar o debate, esta posição tem contribuído para que os geógrafos continuem, na maioria das vezes, “geografizando” essa discussão sob o signo determinismo versus possibilismo. Esse debate geografizado, em primeiro lugar, retira a discussão do campo da filosofia, onde ela deve ser, e remete-a à análise da realidade (relação entre a sociedade e a natureza), vista quase que exclusivamente entre geógrafos. Em segundo lugar, remete à origem da Geografia exclusivamente, ao positivismo. Em terceiro lugar, meu juízo continua desconhecendo a possibilidade de existência de uma terceira corrente do pensamento geográfico, construída sob influência da dialética (OLIVEIRA, 2004, p. 30).

O autor construiu uma trajetória do debate entre positivistas e historicistas nas ciências humanas, apontando a influência do pensamento de Hegel e sua contribuição na construção de

⁷ Aqui o autor se refere ao século XIX, pois o texto foi elaborado no ano de 1998.

“uma visão social de mundo compreendida como perspectiva de conjunto, como a estrutura categorial, como o estilo de pensamento socialmente condicionado, que, todos sabemos, pode ser ideológico ou utópico” e o rebatimento dessa discussão na construção do pensamento geográfico. E aponta Auguste Comte como um dos principais pensadores do positivismo como doutrina da neutralidade. Ressalta ainda que a disseminação das ideias do “postulado de uma ciência axiologicamente neutra” alcançou o historicismo-marxismo. O que dá sem dúvida uma “dimensão positivista no interior de vertentes dessas escolas de pensamento” (Ibid., p. 30-31). Lembra ainda que o positivismo, em sua raiz, surgiu como “utopia crítico-revolucionária da burguesia antiabsolutista”, transformando-se naquele momento do século XIX em uma “ideologia conservadora identificada com a ordem industrial/burguesa estabelecida”. Desse postulado da neutralidade valorativa das ciências sociais, tivemos a negação do condicionamento histórico-social do conhecimento, forjando uma “base doutrinária na objetividade/neutralidade científico-social”, o que teve e ainda tem influenciado a produção da Geografia, em particular na Geografia Agrária brasileira. Como exemplos são apontadas as obras de José Alexandre Filizola Diniz, as quais são de cunho positivista, teórico-quantitativista, “na versão do empirismo lógico” (Ibid.)

O historicismo foi fundado como escola na Alemanha, onde teve como seu principal representante Wilhelm Dilthey e, “no seio do idealismo onde nasceu, defendia a autonomia do estatuto científico das ciências humanas”. O autor mostra três elementos apresentados pelos historicistas para legitimar a autonomia científica das ciências humanas.

- 1) Todo fenômeno cultural, social ou político é histórico e não pode ser compreendido senão através da e na sua historicidade. 2) Existem diferenças fundamentais entre os fatos naturais e os fatos históricos e, conseqüentemente, entre as ciências que os estudam. 3) Não somente o objeto da pesquisa está imerso no fluxo da história, mas também o sujeito, o próprio pesquisador, sua perspectiva, seu método, seu ponto de vista (LÖWY apud OLIVEIRA, 2004, p. 32).

No âmbito da Geografia, o historicismo se enquadra na “raiz filosófica daquilo que os geógrafos chamam de possibilismo” (OLIVEIRA, 2004, p. 32). A maior evidência pode ser

encontrada no conceito de região que passa necessariamente pela aplicação de métodos historicistas. Assim, há vertentes do marxismo na Geografia que tangenciam para o historicismo, para tanto cunhando de neo-historicismo, que, para o autor, mantém

[...] os princípios basilares do historicismo, ou seja, o conservadorismo incorre quase sempre na tentativa reducionista (da História, sobretudo como método) ou pelo menos na ausência de articulação precisa e sem equívoco entre o condicionamento social do pensamento e a autonomia da prática científica. (Ibid., p. 32).

É evidente que a história do pensamento na Geografia Agrária não ficou imune às influências dessa corrente do pensamento filosófico. Citando o trabalho do renomado geógrafo Orlando Valverde, “Geografia agrária no Brasil”⁸, principalmente no capítulo sobre “Metodologia da geografia agrária” essa influência é perceptível. Vejamos o que diz o mestre:

Para se compreender uma paisagem, é mister, muitas vezes, fazer o que os geógrafos ingleses chamam de “historical approach”, isto é, o estudo, a interpretação histórica. Frequentemente a cultura de um produto que desaparece vai influir sobre a de um outro que o sucede. Muitas vezes, a simples introdução de uma nova cultura sofre a influência de outra que já era praticada há mais tempo no mesmo lugar, sem que esta desapareça necessariamente. Isso é assaz comum em países novos como o Brasil, em que a economia de especulação gera tipos muito dinâmicos de paisagens.

[...]

É o estudo da evolução histórica que vai dar ainda a chave para a descoberta da origem de determinados sistemas agrícolas. Faucher chama a atenção para o fato de que, entre os povos civilizados, a adoção de um novo sistema agrícola está condicionada à introdução de uma nova espécie (VALVERDE, 2006, p. 8 e 9).

Oliveira lembra ainda que está ocorrendo um avanço da fenomenologia na Geografia. E acredita que as correntes neo-historicistas e fenomenológicas estejam produzindo o maior número de trabalhos na Geografia atualmente. “Pesquisas sobre percepção e modo de vida da população do campo está se tornando prática usual na Geografia Agrária” (OLIVEIRA, 2004, p. 32).

O autor reafirma no seu texto de 2004, “Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI”, que, como já foi visto anteriormente, enquanto o debate era travado entre as correntes de pensamento filosófico positivista e historicista, era esquecida convenientemente a existência da dialética na Geografia. Ela está representada nas obras já citadas de Elisée

⁸ Essa tinha a sua publicação prevista em dois volumes, mas com a implantação da Ditadura Militar de 1964, com o golpe, foi censurada.

Reclus e Piotr Kropotkin, que foram contemporâneos de Karl Marx e “discutiram profundamente as concepções de Hegel sobre a dialética e a transformação da sociedade capitalista”. Aliás, vale lembrar que tanto Reclus quanto Kropotkin alinhavaram suas teorias com a práxis, o que pode ser averiguado em suas biografias, mas que não será objeto de discussão neste momento.

O debate sobre a dialética na Geografia foi retomado, no final dos anos 30 e início dos 40 do século passado,

[...] por um grupo de geógrafos franceses (Pierre George, Yves Lacoste, Raymond Guglielmo, Bernard Kayser, Jean Dresch, Jean Tricart, entre outros). Muitas vezes, a influência historicista mesclava também os trabalhos dessa corrente, como é o caso de trabalhos de Pierre George. (OLIVEIRA, 2004, p. 33).

Na Geografia Agrária brasileira, a dialética marxista influenciou um conjunto de autores. Entre eles estão: Orlando Valverde, Manuel Correia de Andrade, Pasquale Petrone, Lea Goldenstein, Manuel Seabra, entre outros. A marca da influência da dialética marxista na obra desses autores e de outros é o “condicionamento histórico e social do pensamento, portanto o seu caráter ideológico de classe” (Ibid., p.33). Essa marca ideológica de classe é uma demonstração nítida de que a ciência não é neutra. Retomando o que foi dito por Oliveira:

Todos estamos inseridos no turbilhão do mundo da modernidade. Uns engajam-se no establishment, outros criticam-no. Uns fazem da ciência instrumento de ascensão social e envolvimento político, outros procuram colocar o conhecimento científico a serviço da transformação e da justiça social. (OLIVEIRA, 2004, p. 30).

Com esse argumento, o autor nos dá uma pista cabal de que o pretenso discurso da neutralidade e objetividade das correntes filosóficas do pensamento do positivismo, empirismo lógico e mesmo do historicismo é falso, ou seja, a ciência nasceu e continua sendo produzida ideologicamente a serviço das classes, seja ela burguesa, proprietária de terra ou proletária. E cada um está a serviço de uma classe, dependendo de sua consciência. Essa questão já era bem desenvolvida por Karl Marx (1986), que afirma:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da

própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção, essas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. [...] Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar essa consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção (p. 25-26).

Conforme afirma Oliveira (2004), diversos autores marxistas sofreram ou sofrem influência do positivismo, historicismo, ou mesmo do racionalismo. Como provável resultado dessa mescla de influências sofridas por autores marxistas é que nasceram várias vertentes marxistas. “De um lado desenvolveu-se um marxismo positivista, de outro um historicista. É obvio que a Geografia e a Geografia Agrária foram influenciadas por essas concepções” (Ibid., p. 35). Com essa afirmativa o autor abre um lúcido debate sobre as divergências existentes entre as vertentes do marxismo na Geografia Agrária brasileira, em que autores de uma corrente afirmam que houve feudalismo no Brasil “ou mesmo relações semifeudais de produção”. O que significa afirmar que, para esses autores, seria necessário o fim dessas relações feudais ou semifeudais e a ampliação do trabalho assalariado para o campo brasileiro se desenvolver. A tese central defendida por essa corrente é que, para que seja resolvida a questão do campo, ou seja, para o fim das relações feudais ou semi-feudais de produção, é necessária a luta dos camponeses contra os latifundiários. O instrumento utilizado para alcançar o objetivo seria a reforma agrária para que o capitalismo avançasse no campo. Oliveira mostra que os autores que advogam essa tese afirmam que “o capitalismo está penetrando no campo” (Ibid., p. 35). Veja-se a seguir alguns trechos das obras dos principais autores que defendem essa tese. Alberto Passos Guimarães, quando analisa a questão agrária no Brasil na sua obra “Quatro séculos de latifúndio”, afirma que:

Nossa atual estrutura latifundiária, verdadeiramente semifeudal e semicolonial, apresenta as características fundamentais do pré-capitalismo. Tanto basta para que

nos recusemos a aceitar como originariamente “capitalista”, não no sentido vulgar, mas no sentido moderno e científico do termo, a conceituação do regime implantado no século XVI na América portuguesa. A não ser que endossássemos outra hipótese não menos absurda: a de que, devido, talvez, à nossa ‘incapacidade’ para o progresso, tenhamos regredido, em quatro séculos, do ‘capitalismo’, para o pré-capitalismo agrário [...].

Como vimos, a importância dessas conclusões não é meramente conceitual; elas têm grande significação prática, política, estratégica, para os destinos de nossa agricultura e de nossa economia em geral.

Mostram-nos, tais conclusões, que a redistribuição da terra, a divisão da propriedade latifundiária não é uma simples operação, uma reparação de injustiças ou uma medida de assistência social.

Uma reforma agrária democrática tem um alcance muito maior: seu objetivo fundamental é destruir pela base um duplo sistema espoliativo e opressivo; romper e extirpar, simultaneamente, as relações semicoloniais de dependência ao imperialismo e os vínculos semifeudais de subordinação ao poder extra-econômico, político e ‘jurídico’ da classe latifundiária. E tudo isso para libertar as forças produtivas e abrir novos caminhos à emancipação econômica e ao progresso de nosso país. (GUIMARÃES, 1981, p. 38).

Ignácio Rangel, no seu texto “Questão da Terra” (1986), ao tratar da mão-de-obra no campo brasileiro afirmou:

O camponês tradicional, geralmente em terra alheia, também dividia o seu tempo entre produção para o mercado e produção para autoconsumo. Sua produção para o mercado apoiava-se numa tecnologia primitiva, ao mesmo modo que a produção para autoconsumo, e as duas atividades habitualmente se confundiam numa atividade complexa única. Da perspectiva da família camponesa, seria difícil dizer onde terminava uma e onde começava outra, tanto mais quanto, em ambos os casos, a terra era alheia e servia de base a laços de dependência pessoal entre o ‘agregado’ e o latifundiário. Sobre esses laços se erguia o edifício das relações feudais de produção, e podemos estar certos de que se reerguerão, onde quer que eles se estabeleçam.

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura – como reflexo do amadurecimento do capitalismo industrial nas atividades não agrícolas – viria introduzir importantes mudanças nesse quadro. Em primeiro lugar, as atividades agrícolas fundamentais passaram a ser campo de interesse imediato para o latifundiário. Este, em vez de distribuir parcelas entre os agregados, para que estes as lavrassem com seus próprios meios rudimentares, assumiu a responsabilidade por aquelas atividades, com o auxílio de uma tecnologia que o desenvolvimento da indústria pesada – notadamente a de construções mecânicas e a química de base – e a nova universidade iam pondo ao seu alcance, mas não ao alcance da família camponesa tradicional.

[...]

É claro que essa importante revolução nas relações de produção na agricultura brasileira não se fez da noite para o dia, nem se fez por igual em todas as regiões, ou em todos os latifúndios da mesma região. Os dois ‘regimes’ – o capitalista e o feudal – coexistem por vários decênios, a exemplo dos trabalhadores temporários da cana-de-açúcar no Nordeste, cujas famílias continuavam instaladas nas parcelas cedidas pelo latifúndio tradicional. Essa coexistência foi, a princípio, relativamente pacífica, mas a sorte estava lançada, isto é, uma luta de morte entre os dois latifúndios aliados estava travada, e o desfecho desta luta não deixava margem para dúvidas. Assim

como, no século passado, a coexistência de fazendas de feitio feudal, baseadas na agregação livre, conduziu à abolição da escravidão, o latifúndio feudal foi perdendo sua razão de ser e ou converteu-se em fazenda capitalista ou arruinou-se (RANGEL, 1986, p. 72-73).

Agora apresento como o renomado geógrafo Orlando Valverde se posiciona em relação a essa questão ao analisar a produção de laranja na Baixada Fluminense, no importante capítulo “Metodologia da geografia agrária”, na sua obra *Estudos de geografia agrária brasileira*:

Também no plano da economia, merecerá consideração, entre outros, o fator distância do mercado e sua influência sobre a utilização da terra, matéria da teoria econômica de Von Thünen, exumada do olvido por L. Waibel, que pôs em evidência sua profunda significação geográfica. Segundo Thünen, estabelecidas como premissas certas condições ideais e uniformes de regime de propriedade, de relevo, clima, solo, facilidades de transporte e outras condições culturais, o aproveitamento da terra se faria, de acordo com uma ordem lógica, em faixas concêntricas, dos sistemas mais intensivos para os mais extensivos, à proporção que fosse aumentando a distância do mercado.

Todas aquelas condições, exceto a primeira, isto é, pequenas propriedades cultivadas pelos respectivos donos, auxiliados só por membros da família, encontram-se na Baixada Fluminense, próximo ao Rio de Janeiro. Entretanto, em consequência do regime latifundiário aí vigente, estabeleceram-se nessa região ‘fazendas agropecuárias pré-capitalistas’, onde uma numerosa população rural sem terra, privada de seus meios de produção vaga, ‘flutuante, de fazenda em fazenda, alugando o seu trabalho em troca de uma roça, para cultivar o que comer, e dando ainda uma parte de suas safras’, a metade no caso.

Esse regime de propriedade é tipicamente semifeudal. O aluguel do trabalho nada mais é do que uma forma de corveia – trabalho gratuito que o servo da gleba prestava ao seu suserano. Como este tipo de fazendeiro obtém rendimento praticamente sem trabalho e sem dispêndio de capital, torna-se infenso a qualquer medida de progresso (VALVERDE, 2006, p. 11).

Volto à análise de Oliveira (2004) sobre as correntes filosóficas do pensamento, em que ele se refere à segunda vertente do marxismo no campo da Geografia Agrária, cujos autores afirmam que “o campo brasileiro já está se desenvolvendo do ponto de vista capitalista, e que os camponeses inevitavelmente irão desaparecer, pois eles seriam uma espécie de ‘resíduo’ social que o progresso capitalista extinguirá”. Os autores dessa vertente entendem que os camponeses, ao tentarem se incorporar ao mercado capitalista, inevitavelmente irão à falência pela sua incapacidade de competir no mercado com a agricultura capitalista e com isso estão sujeitos a vender seus instrumentos de trabalho, ou seja, as terras, para saldarem dívidas com os bancos. Sem seus instrumentos de trabalho,

tornar-se-iam proletários.

A base das argumentações dos autores dessa vertente pode ser encontrada nas teses de Lênin (1982) e Kautsky (1980).

Para Lênin (1982, p. 108), a “descamponização” faz parte da formação de uma economia capitalista, pois os grupos inferiores do campesinato convertem a força de trabalho em mercadoria e os grupos superiores convertem os meios de produção em capital. A desintegração do campesinato constitui o mercado para a produção capitalista porque a conversão da força de trabalho dos grupos inferiores do campesinato cria um mercado para os bens de consumo, e a conversão dos meios de produção dos grupos superiores do campesinato em capital cria o mercado para os bens de produção.

A partir daí, o modo capitalista de produção na agricultura constitui dois grupos de produtores: o pequeno produtor (exploração camponesa) e o grande produtor (exploração capitalista).

Kautsky (1980), ao analisar a supremacia da grande produção sobre a pequena e o processo de base que dá suporte à agricultura no capitalismo, diz que:

Foram criadas, assim, as condições técnicas e científicas da agricultura racional e moderna, a qual surgiu com o emprego de máquinas e deu-lhe, pois, a superioridade da grande exploração capitalista sobre a pequena exploração camponesa. Mas, ao mesmo tempo que se estabelecia uma diferença quantitativa entre a grande e a pequena empresa, dessa evolução resultava ainda outra transformação. Refiro-me às particularidades das explorações que servem unicamente às necessidades do lar e das que produzem, sobretudo, ou ao menos na sua parte essencial, para o mercado. Estas como aquelas se submetem à indústria, mas de modo diverso. As primeiras são compelidas pela necessidade de arranjar dinheiro mediante a venda da força de trabalho, sob a forma da atividade assalariada ou da indústria doméstica. Isto coloca os pequenos agricultores cada vez mais sob a dependência da indústria e os aproxima da situação de proletários urbanos (KAUTSKY, 1980, p. 321-322).

Para Kautsky (1980), existem outras razões para a superioridade da grande produção, tais como: o tipo de organização dessas propriedades, nas quais não haveria o desperdício de trabalho e meios de produção; uso mais intensivo de instrumentos e máquinas modernos; trabalho humano especializado empregado (agrônomos e contabilistas); animais especializados para cada tarefa; a união entre indústria e agricultura; acesso a créditos

institucionalizados e a possibilidade de compra e venda em grande quantidade, pois “consiste na possibilidade de uma união completa e fecunda da indústria e da agricultura. Essa vantagem é mais ampla onde o latifúndio fornece à indústria não apenas as matérias-primas [...]. Quanta economia não se faz assim nas despesas de transporte, nas despesas necessárias a qualquer comércio” (p. 284).

Os principais autores defensores dessa tese clássica do marxismo são Karl Kautsky, Vladimir I. Lênin (os quais foram decisivos nas análises de Leo Huberman), Paul Sweezy, Caio Prado JR., Maria Isaura Pereira de Queiroz, José Graziano da Silva e Paulo Alentejano.

Aqui, optou-se por uma análise-síntese da obra *A Revolução Brasileira* (1968), de Caio Prado Jr., o que se justifica porque o autor, pela sua representatividade no pensamento marxista brasileiro, pode muito bem representar os autores da corrente marxista citados anteriormente. Por outro lado, a existência ou não de relações feudais no campo brasileiro já provocou e ainda provoca acalorados debates entre os pesquisadores. Como já afirmei anteriormente, inúmeros estudiosos, de todas as vertentes do pensamento ou matrizes ideológicas, no passado e no presente, assim como das mais diversas correntes políticas, afirmam a existência de relações feudais no campo brasileiro, isto é, que houve influência do modo feudal de produção na estrutura agrária brasileira. Um dos primeiros a afirmar o contrário foi Caio Prado Júnior (1968), que busca demonstrar que não ocorreu elemento feudal na formação econômica e social brasileira e que não existem “restos semifeudais” ou pré-capitalistas nas relações de produção no campo. Sobre esta questão, Caio Prado afirmou:

O fato, contudo, é que o Brasil não apresenta nada que legitimamente se possa conceituar como ‘restos feudais’. Não fosse por outro motivo, pelo menos porque para haver ‘restos’, haveria por força de preexistir a eles um sistema ‘feudal’ de que esses restos seriam as sobras remanescentes. Ora, um tal sistema feudal, semifeudal, ou mesmo simplesmente aparentado ao feudalismo em sua acepção própria, nunca existiu entre nós, e por mais que esquadrinhe a história brasileira, nela não é encontrado. [...] Desde já, contudo, vejamos esses ‘restos’, ou antes aquilo que se tem entendido e ainda se pretende interpretar como tal. Afastar-se-ão assim, desde logo, ao que penso, alguns obstáculos de ideias e convicções preconcebidas que usualmente perturbam e dificultam a análise adequada da estrutura econômica e social brasileira (PRADO JR., 1968, p. 48 e 49).

O principal argumento de Prado Jr. em defesa de sua tese é que em nada no Brasil os senhores de terra se assemelham aos da Europa pré-capitalista ou da Ásia. Afirmar o autor:

Todos são homens de negócio, burgueses e capitalistas – na acepção específica, econômica e social da expressão – que não se diferenciam entre si senão pelo ramo e vulto de seus negócios. Não há nada que se assemelhe no Brasil ao *status* especial dos proprietários ou senhores de terra da Europa pré-capitalista ou da Ásia. A posição dos fazendeiros e outros proprietários rurais brasileiros é, essencialmente, sob aquele aspecto econômico e social, a mesma dos proprietários e capitalistas com atividades e negócios nas cidades. Disso é um sintoma bem sensível e facilmente observável de uma categoria para outra, da cidade para o campo, ou vice-versa do campo para a cidade é frequente e normal, incluindo-se perfeitamente nos hábitos correntes (Ibid., p. 100-101).

Outra questão que o autor discute, a qual se considera importante, pois irá ser tratada ao longo de nossa tese, é o conceito de parceria. Prado Jr. busca construir argumentações para afirmar que a nossa parceria em nada se parece com a parceria europeia.

Um elemento do sistema de produção agropecuária brasileira que invariavelmente se aponta como caracterizando a natureza semifeudal da nossa economia, é a parceria (meia ou terça). Já tive ocasião, em outro lugar, de considerar o assunto, procurando analisá-lo em profundidade e em seus diferentes aspectos econômicos e sociais. A conclusão a que se chega, conclusão que me parece incontestável e que aliás nunca foi contestada, nem mesmo arguida, é que a parceria, sob a forma em que geralmente se pratica no Brasil e nos setores de alguma expressão no conjunto da economia do país, não constitui propriamente a ‘parceria’ clássica e tal como se apresenta em outros lugares, e na Europa em particular, como sejam o *métayage* francês ou a *mezzadria* italiana. Trata-se entre nós pelo menos naquelas instâncias de real significação econômica e social no conjunto da vida brasileira, de simples relação de emprego, com remuneração in natura do trabalho. Isso é, com o pagamento da remuneração do trabalhador como parte do produto, a metade, na meação; duas terças partes, na terça. A nossa parceria assimila-se assim antes ao salariado, e constitui, pois, em essência, uma forma capitalista de relação de trabalho. Ao menos no que respeita suas implicações sócio-econômicas. (Ibid., p. 49-50).

Outro ponto não menos importante é a tentativa do autor de provar, ao longo dessa obra, que no Brasil inexitem camponeses e muito menos camponês pobre, ou rico, porque não são iguais aos clássicos camponeses da Europa.

O que mais se aproxima aqui de uma economia camponesa, e que são certas áreas restritas e de expressão econômica e demográfica relativamente reduzida, isto é, de formação posterior e recente, e está longe de constituir base ou condição de existência da grande propriedade. Não é nessa economia camponesa que a grande exploração brasileira – o nosso latifúndio que é a fazenda, o engenho, a usina, a estância [...] – não é aí que a grande exploração tem seus fundamentos; e antes pelo contrário, o que corresponde no Brasil a uma economia camponesa, constitui historicamente, no geral, a negação da grande exploração, pois resultou em regra da decomposição e destruição da grande exploração pelo parcelamento da base fundiária em que ela assentava, seja pela divisão da propriedade, seja pelo fracionamento da exploração em parcelas arrendadas (PRADO JR., p. 58-59).

Por outro lado, conclui que no Brasil não há latifúndio, e que a agropecuária brasileira, em essência, é capitalista, estruturando-se em empresas comerciais e sob relações capitalistas de produção, e que os grandes proprietários constituem a burguesia agrária. Afirma ainda que nem o escravo, parceiro ou arrendatário desejavam ou desejam possuir terra, e que a única ligação do trabalhador rural com a propriedade é com a venda de sua força de trabalho.

Diferentemente disso, o trabalhador da grande exploração rural, seja escravo ou livre, é mantido, remunerado ou compensado pelos serviços que presta, pelo senhor ou proprietário sob cujas ordens e a cujo serviço se encontra. Seja, no caso do escravo, com alimentos, vestimenta e habitação que lhe são fornecidos, acrescidos da concessão que lhe é feita de trabalhar por conta própria aos domingos e mesmo, às vezes, nalgum outro dia da semana (como ocorria frequentemente no Brasil); seja, no caso do trabalhador livre, com pagamento em dinheiro ou de outra natureza – parte do produto, direito de utilizar algum terreno não empregado pela exploração principal do proprietário. Deriva daí que o trabalhador nessa situação dirige sua luta principal em sentido diverso do camponês, e essencialmente no de melhorar quantitativa e qualitativamente sua remuneração e os recebimentos que percebe a título de empregado. Ele não se orienta diretamente para a ocupação e posse da terra. (Ibid., p. 61-62).

Prado Júnior (1969) concluiu que a única contradição a ser resolvida no campo brasileiro é a luta por melhores salários e mais emprego para os trabalhadores rurais. Assim, como afirma que no Brasil só existem duas classes sociais antagônicas, tanto no campo quanto na cidade, a luta de classe é travada entre a burguesia e o proletariado.

O autor afirmou categoricamente que é uma invenção das esquerdas a existência no Brasil de “restos feudais” ou pré-capitalistas, latifundiários, camponeses pobres e ricos, e aponta a necessidade da construção de um projeto de Reforma Agrária para o Brasil, ou seja, a divisão do monopólio da terra, exercido pelo latifundiário, e de obtenção da posse da terra pelos trabalhadores sem-terra ou com pouca terra.

Com isso, entende-se que os autores dessas duas vertentes do pensamento marxista compreendem a formação histórica, social, política e econômica do campesinato brasileiro como igual à do campesinato russo. Esse, no entanto, vivia outra realidade histórica, social, política e econômica, principalmente no período de transição do modo feudal de produção para o modo capitalista de produção naquele país.

As bases teóricas das teses defendidas por essas vertentes estão fundamentadas nas

clássicas obras de Karl Kautsky, *A Questão Agrária* e na de Vladimir I. Lênin, *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Elas foram elaboradas para dar respostas políticas aos adversários de seus autores, em um momento ímpar da história da Rússia. Em razão do embate político entre os bolcheviques e os “socialistas populistas” – termo cunhado por Lênin – e da conjuntura social e política, era apontada a seguinte tendência para o destino do campesinato russo: transformar-se-ia em capitalista ou em proletariado – trabalhadores assalariados na indústria urbana. Por viverem um período de transição do feudalismo para o capitalismo naquele país, os autores não apontavam a possibilidade de os camponeses se manterem, enquanto camponeses, no nascente modo capitalista de produção russo, como nos mostra muito bem José de Souza Martins (1981). Ao realizar uma análise sobre o tema, argumenta que

[...] a comparação da situação brasileira atual com a situação russa do século XIX é totalmente descabida, porque há diferenças substantivas entre o campesinato russo daquela época e o campesinato brasileiro de hoje. Lá, o campesinato resistia à expansão do capital porque era um campesinato apegado à terra. Era, como comprovava Lênin, um campesinato estamental, baseado na propriedade comunitária e tradicional da terra. Era um campesinato que não queria sair da terra, que queria permanecer defensivamente alheio ao capitalismo, fora e contra ele, que resistia ao processo de expropriação que poderia desenraizá-lo, libertá-lo da comuna, abrir-lhe o horizonte. Aqui, ao contrário, o campesinato é uma classe, não um estamento. É um campesinato que quer entrar na terra e que, ao ser expulso, com frequência retorna à terra, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu. O nosso campesinato é constituído com a expansão capitalista, como produto das contradições dessa expansão (MARTINS, 1981, p. 15-16).

É significativo afirmar que essas duas vertentes do marxismo compreendem que, no modo capitalista de produção, “não há lugar histórico para os camponeses no futuro dessa sociedade. Isso porque a sociedade capitalista é pensada por esses autores como sendo composta por duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados)”(OLIVEIRA, 2004, 35). É por isso que muitos autores, e mesmo partidos políticos, “não assumem a defesa dos camponeses” (loc. cit.).

Oliveira (2004) contrapõe-se às análises dos pesquisadores dessas duas vertentes, ao afirmar que é de fundamental importância compreender o papel e o lugar dos camponeses no modo capitalista de produção, em particular no Brasil. Dessa forma, ou se entende a questão,

ou “então continuar-se-á ver muitos afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso a terra em muitas partes do Brasil” (Ibid., p. 35).

Para corroborar sua convicção da existência dos camponeses no campo brasileiro, o autor cita os dados dos Censos Agropecuários de 1960, 1985 e 1995 (infelizmente o último realizado pelo IBGE), sobre o número de estabelecimentos agropecuários dirigidos por posseiros. Informa que em 1960, o número desses estabelecimentos era de 356.502, passando para 1.054.542 em 1985, e 709.719 estabelecimentos dirigidos por posseiros em 1995. A redução do número de posseiros, que controlavam os estabelecimentos agropecuários de 1985 em relação a 1995, é justificada pelo autor. Ela se deve ao volume de regularizações fundiárias realizadas pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, durante os oito anos de sua gestão.

Oliveira mostra que a provável incapacidade explicativa das teses daqueles autores para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo ocorre porque eles têm uma concepção teórica derivada de uma concepção ideológica da transformação da sociedade capitalista para a socialista.

Na realidade, o que ocorre é que esses autores têm uma concepção teórica que deriva de uma concepção ideológica de transformação da sociedade. Ou seja, partem do pressuposto de que a chegada ao socialismo só seria possível se a sociedade capitalista tivesse apenas duas classes antagônicas: o proletariado e a burguesia. É, pois, essa concepção que esses autores e partidos políticos têm procurado impor às lideranças dos movimentos sociais a qualquer preço. Com isso, causam mais confusão do que esclarecem essas lideranças, pois, em vez de explicar o que está realmente acontecendo no campo, passam apenas “uma visão teórica” do que “acham” que está ocorrendo. (OLIVEIRA, 2004, p. 36.).

É abordada por Oliveira (2002 e 2004) uma terceira vertente do marxismo, que analisa o desenvolvimento do capitalismo no campo, e da qual ele faz parte. Os autores dessa vertente compreendem que a análise do desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo deve ser realizada no entendimento de que o processo desse desenvolvimento, no Brasil, é contraditório e combinado.

“Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através de presença no campo de ‘boia-fria’), o capitalismo produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo)” (OLIVEIRA, 2004, p. 36).

Ressalte-se que, entre os autores mais importantes que seguem essa vertente do marxismo, se encontram: Rosa de Luxemburg, Teodor Shanin, Samir Amin e Kostas Vergopoulos. No Brasil, mais especificamente: José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares dos Santos, Carlos Rodrigues Brandão, Alfredo Wagner, Ellen Woortmann. Na Geografia Agrária estão os trabalhos de Regina Sader, Iraci Palheta e Rosa Ester Rossini, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e a grande maioria de seus orientandos.

Assim, como também é lembrado por Oliveira (2004) que, esse debate histórico se limitava a um debate dualista entre as correntes positivistas e neopositivistas. Ambas tinham como fundamento filosófico o positivismo, ao qual já nos referimos por meio da análise das obras de Oliveira (2002 e 2004).

Na análise do campo brasileiro, além das três vertentes do pensamento marxista apontadas por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, é possível afirmar inicialmente a existência de uma quarta vertente, na perspectiva de análise que o geógrafo Ruy Moreira utiliza na obra *Formação do espaço agrário brasileiro* (1990). Em seu estudo sobre o processo histórico da formação do espaço agrário no Brasil, o autor defende a tese de que, no início do século XIX, o país passou por uma transição do regime escravista para o modo capitalista de produção. É o que o Moreira (1990) autor define como “acumulação primitiva” do modo capitalista de produção brasileiro. Vejamos a afirmação do autor:

É o século das mudanças que desembocarão na passagem do escravismo ao capitalismo. E essas mudanças se escalonam numa sequência de acontecimentos acumulativos. De 1808 a 1822 evolui o processo de independência política que cria o Estado Nacional, mudando os termos jurídico-políticos do arranjo espacial. De 1827 (ano da extinção da Lei das Sesmarias) a 1850 (ano da decretação da nova lei agrária, a Lei de Terras), a terra se valoriza e ganha importância mercantil que leva o Estado a formular novas regras, ao mercado de terras, para o arranjo da repartição fundiária. De 1827 (começo da imigração de colonos) a 1870 (começo da imigração de colonos italianos para os cafezais), experimentam-se novas relações de trabalho no campo. De 1859 (ano da abolição do tráfico negreiro) a 1888 (ano da abolição da

escravatura), avança e conclui-se o processo de dissolução formal do regime escravocrata. Por fim, de 1831 (ano da abdicação de D. Pedro I e instituição do período regencial) a 1899 (ano da proclamação da República), consolida-se o Estado Nacional que conduz a transição burguesa. O século XIX começa com o renascimento da agricultura e sob o reforço da agroexportação e evolui para fechar o esgotamento do ciclo agrícola. (MOREIRA, 1990, p. 26).

Já no que se refere ao aparecimento do campesinato brasileiro, o autor afirma que ele é fruto do surgimento do modo capitalista de produção no Brasil. Portanto, segundo o autor, o campesinato brasileiro nasceu com a criação da Lei de Terras e da Lei da Abolição da Escravatura. Em consequência principalmente da Lei de Terras, o campesinato, em sua maioria, é controlado pela “classe senhorial”, com o objetivo de “preservar a agroexportação como economia da sociedade burguesa e garante para si o poder de organizá-lo com fins de sua própria transformação em burguesia agrária” (Ibid., p. 36-37).

Para o autor, a formação social do campesinato brasileiro teria uma relação espacial diferencial originária do colonial-escravismo. Haveria, pois, como consequência o surgimento de três modalidades de camponeses.

Por isso, três modalidades podem ser encontradas: a do campesinato que combina em si a condição de reprodução do trabalhador e camponês, como o morador, o colono e o seringueiro; a do campesinato familiar autônomo, como o das colônias de imigrantes instaladas no planalto meridional; e a do campesinato de ‘fronteira’, como o posseiro que desde os tempos iniciais da economia colonial se localiza nas áreas da linha de frente do espaço ocupado para dedicar-se a uma policultura livre. (Ibid., p. 37).

O problema que a proposta de Ruy Moreira tem é que ele separa historicamente o que foi inseparável na história da formação do capitalismo mundial, ou seja, a escravidão e o tráfico de escravos. O modo capitalista de produção forma-se internacionalmente, logo a adoção do tráfico de escravos e as relações escravagistas de produção na agricultura formam parte do processo de produção do capital em escala mundial. De acordo com Rosa de Luxemburg, a produção do capital nunca pode estar baseada em relações de produção capitalistas. Sua proposta de compreensão da formação do campesinato em três modalidades não tem sustentação teórica, pois se trata de três sujeitos sociais com as mesmas características de classe.

Os resultados desta tese serão analisados com o aporte teórico-metodológico defendido pelos autores dessa terceira vertente do marxismo. Com isso, não quero afirmar que a teoria tem papel apriorístico para as conclusões deste estudo, muito pelo contrário. Os resultados da tese até aqui apontam a realidade concreta dos camponeses faxinalenses, sua forma de organização e as contradições do campo paranaense. Seu desenvolvimento desigual e combinado requer uma análise dentro dessa perspectiva, para contribuir efetivamente com o avanço do debate no seio da Geografia Agrária. Isso significa que serão usadas, ao longo do texto final do trabalho, as teses defendidas pela maioria dos autores que reivindicam essa vertente do marxismo.

Portanto, entendo ser de fundamental importância discutir e analisar conceitos e categorias geográficas, sociológicas, antropológicas e da economia política que possam contribuir para a compreensão da realidade concreta do campesinato e dos faxinais do Paraná.

1.2 PROPRIEDADE DA TERRA

Quando Karl Marx discute a propriedade, realiza um *encadeamento* materialista da história, ou seja, adota o materialismo histórico dialético para tratar do trabalho assalariado, do trabalho livre e da troca do trabalho por dinheiro, que tem como objetivos centrais a reprodução e valorização do dinheiro. No seu entendimento, o dinheiro apropria-se do trabalho “não como valor de uso para o desfrute, mas como valor de uso para o dinheiro” (1986, p. 65).

Assim, para entender esse encadeamento de maneira mais adequada e mais próxima de suas teses, deve-se compreender como ele o desenvolveu. Seja considerando-o teoricamente ou aplicando-o a casos históricos concretos.

As principais obras de Marx nas quais desenvolve as teses sobre o materialismo histórico e materialismo dialético são: *Formações econômicas pré-capitalistas*, *A ideologia*

alemã, *Manifesto do partido comunista*, *O Capital* e o prefácio de *Contribuição à crítica da economia*.

Na verdade, Marx nunca utilizou as expressões *materialismo histórico* e *materialismo dialético*. Porém, como sua concepção da história é materialista, no âmbito do marxismo não se observa nenhuma objeção à utilização dessa expressão. Mas onde se encontram a gênese e a essência do materialismo histórico?

Marx recupera e solda as teses de Hegel e Feuerbach. Segundo sua leitura, a dialética de Hegel está recheada de historicidade, embora seja uma historicidade “idealista” e “teleológica”, e a dialética de Feuerbach está carregada de “materialismo”, embora seja um “materialismo” sem historicidade. A conjunção da historicidade da dialética hegeliana com o “materialismo” da dialética feuerbachiana fundamenta o materialismo histórico dialético.

Esse ponto de partida do materialismo histórico irá se aprofundar com as contribuições do “socialismo utópico” e da “economia política inglesa” às pesquisas históricas realizadas por Marx e Engels, principalmente sobre o desenvolvimento histórico da Europa Ocidental. Marx transpõe a dialética da consciência para o *ser*, mas o entende como carregado de historicidade. É, portanto, a natureza humana em sua manifestação concreta, o *ser social*, que só pode ser compreendido em sua historicidade, dependente, porque retirada da consciência e transmitida ao ser social/ nas relações sociais.

A ideia de *ser social* é a base para se entender o materialismo histórico. É a partir do ser social que Marx vai considerar o desenvolvimento das civilizações humanas. Para isso, são construídos vários conceitos fundamentais do materialismo histórico, como formas de propriedade e modo de produção.

Para Marx (1986), o conceito de propriedade não deve ser confundido com o de propriedade privada – que é uma forma histórica específica –, pois, para ele, “o relacionamento do trabalhador com as condições objetivas de seu trabalho é de propriedade:

esta constitui a *unidade natural* do trabalho com seus pré-requisitos materiais” (p. 65). Ou seja, o trabalhador “tem sua existência objetiva, independente de seu trabalho”. O trabalhador é possuidor de sua existência, independentemente das condições de realidade e de qualquer formação social em que possa estar inserido. No entanto, quando o ser social se relaciona com outro, principalmente dentro da família, que é a base da comunidade, “os outros são proprietários independentes que coexistem com o indivíduo, proprietários privados independentes. Neste último caso, a propriedade comum, que anteriormente a tudo absorvia e a todos compreendia, subsiste, então, como uma especial *ager publicus* (terra comum), ao lado dos numerosos proprietários privados” (MARX, 1986, p. 66).

Na comunidade, o ser social comporta-se não como trabalhador, mas como proprietário e participante da comunidade em que trabalha. Nesse caso, o resultado do trabalho “não é a criação de valor”, embora possa existir um excedente que poderá ser trocado por produtos de outrem. O objetivo principal do trabalho “é a manutenção do proprietário individual e sua família, bem como da comunidade como um todo. A posição do indivíduo como trabalhador, em sua nudez, é propriamente um produto histórico” (Ibid., p. 66).

Deve ser acrescentado que, estando posse e propriedade vinculadas à exclusividade, oponíveis a quem seja, há também natural inclinação para sua titularidade individual. Há inata tendência humana para apossar-se e apropriar-se de coisas e de outros como tais considerados. Tal tendência inata à individualização, particularização ou privatização das coisas possuídas, ou apropriadas, torna sumamente importante sua desindividualização, familiar e tribal, ou seja, o ser social tem uma tendência a construir uma íntima correlação entre individualização e autoria individual do trabalho, bem como entre desindividualização e trabalho coletivo, pois todos os homens exercem, individualmente ou não, posse ou domínio sobre determinado território onde se reproduzem socialmente.

Com o passar do tempo histórico, ocorreram transformações dinâmicas que

alteraram a forma de propriedade da terra. Os homens em sua grande maioria deixaram de ser nômades e passaram a formar comunidades tribais que se modificaram ao longo dos tempos, em razão de variáveis externas (climáticas, geográficas, físicas etc.).

Foi com as comunidades tribais que o *ser social* efetivamente apropriou-se da terra como seu “grande laboratório, o arsenal que proporciona tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a base da comunidade”. Nesse momento, o homem tinha uma relação diferente com a terra: “eles se consideram como seus proprietários comunais, ou seja, membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo”. A apropriação da terra pelo homem ocorreu de diversas maneiras, como as formas asiáticas, romenas, eslavas e celtas, que combinavam a “manufatura e agricultura dentro da pequena comunidade” para a sua produção e reprodução social. (MARX, 1986, p. 67-68).

Marx afirmou que, historicamente, a segunda forma de apropriação da terra pelo homem ocorreu com as mesmas características da primeira, mas se diferenciando no que diz respeito ao espaço geográfico. Na primeira forma, as comunidades tinham suas bases no campo; agora, “não é a terra, mas a cidade, núcleo já estabelecido (centro) da população rural (proprietários de terras). A área cultivada é território da cidade, enquanto, no outro caso, a aldeia era simples apêndice da terra” (Ibid., p. 68).

A relação do ser social com a terra não se deu de forma harmônica. Foi necessário ultrapassar barreiras para a sua apropriação, para tê-la como objeto de trabalho e meio de subsistência, enquanto natureza inorgânica do indivíduo vivo. Para tanto, foi necessária a construção de estratégia e tática, no que se refere às terras já ocupadas anteriormente. A tática utilizada foi a guerra, que era uma das principais tarefas do trabalho comunal, e a estratégia, a construção de moradias na cidade. A partir desse momento, passaram a existir os vencedores e os vencidos. Foi aqui também que se separou a terra comum, enquanto propriedade estatal, da propriedade privada.

Foi dessa forma que a figura da comunidade tribal deixou de exercer papel positivo, passando a ser um empecilho para o ser social “a tornar-se um proprietário privado de um lote de terra, cujo cultivo corresponderá somente a ele e à sua família” (Ibid., p. 69).

Portanto, é estratégico para comunidade – enquanto Estado – construir alianças entre si e com o proprietário privado (que são os pequenos camponeses que cultivam a terra) na sua defesa do mundo exterior, principalmente “na defesa do *ager publicus* – terra comum – para as necessidades comuns, para a glória comum etc.” (Ibid., p. 69). Mesmo assim, continua condição básica ser membro do Estado para apropriar-se da terra, já não como ocupante, mas como proprietário privado. Ou seja, aqui o pertencer significa que o ser social tem uma origem, que é mediada pelo Estado, pela existência do Estado. Em decorrência desse processo, a população passa a se concentrar na cidade. E a cidade tem a terra como seu território. A agricultura realiza-se em pequena escala, “produzindo para o consumo imediato; e a manufatura, como trabalho subsidiário, doméstico, das esposas e filhas (fiando e tecendo) ou alcançando existência independente em umas pequenas ocupações artesanais (fabris, etc.)” (Ibid., p. 71).

Para que esse Estado exista, é necessária a reprodução da igualdade entre seus “camponeses livres auto-suficientes, e de trabalho individual como condição da persistência de sua propriedade” (MARX, 1986, p. 70).

Marx também estuda a forma germânica de propriedade, em que o ser social trabalha, “membros auto-suficientes da comunidade, em condições naturais de trabalho”. Nela, também existe a terra comum como forma distinta da propriedade individual. Tem um “caráter de mero suplemento da propriedade individual e constitui propriedade apenas na medida em que, na qualidade de propriedade comum da tribo, é defendida contra tribos hostis”. Nessa forma, a unidade familiar é centro independente de produção e economia completa. (Ibid., p. 70-71)

Marx resumiu alguns significados de propriedade em *Formações econômicas pré-capitalistas*:

Assim, originalmente, propriedade significa nada mais do que a atitude do homem ao encarar suas condições naturais de produção como lhe pertencendo, como pré-requisitos de sua própria existência; sua atitude em relação a elas como pré-requisitos naturais de si mesmo, que constituiriam, assim, prolongamentos de seu próprio corpo. De fato, ele não se mantém em qualquer relação com suas condições de produção, mas têm uma dupla existência, subjetivamente como ele próprio e, objetivamente, nestas condições inorgânicas naturais de seu ser. As formas destas condições naturais de produção têm um duplo caráter: (1) sua existência como membro de uma comunidade que é, em sua forma original, uma comunidade tribal, mais ou menos modificada; (2) sua relação com a terra como algo próprio, em virtude da comunidade, propriedade comunal de terra, simultaneamente posse individual do indivíduo, ou de tal modo o solo e seu cultivo permanecem comuns e somente seus produtos sejam divididos. (Entretanto, a habitação, ainda que limitada aos carros, como no dos citas, parece estar sempre em poder dos indivíduos). (MARX, 1975, p. 85).

Propriedade, portanto, significa pertencimento a uma tribo ou comunidade, ter sua existência subjetiva/objetiva dentro dela. Por meio do relacionamento dessa comunidade com a terra, como seu corpo inorgânico, ocorre o relacionamento do indivíduo com a terra, “com a condição externa primária da produção – porque a terra é, ao mesmo tempo, matéria-prima, instrumento de trabalho e fruto – as pré-condições correspondentes à sua individualidade, como seu modo de existência” (Ibid., p. 86).

Portanto, “propriedade – e isto se aplica às suas formas asiática, eslava, antiga clássica e germânica – originalmente significa uma relação do sujeito atuante (produtor) (ou um sujeito que reproduz a si mesmo)” com as condições de sua produção ou reprodução como suas próprias (Ibid., p. 90). Conforme as condições de produção, a propriedade terá formas diferentes.

Essas formas de relação com a terra, porém, vão se rompendo com o desenvolvimento, pois com ele o homem vai se emancipando da natureza, “ao mesmo tempo em que vai dominando-a cada vez mais, ao passo em que o homem distancia-se da natureza, isto é, da sua relação primitiva – ou desenvolvida espontaneamente – com a natureza” (Ibid., p. 91). Isso leva ao rompimento entre o trabalho livre e as condições objetivas de sua realização e, conseqüentemente, à separação entre os meios de trabalho e o objeto de trabalho.

Dessa forma, as relações que os homens estabelecem entre si, como resultado da especialização do trabalho, especialmente a troca, se tornam cada vez mais claras e sofisticadas, até a invenção do dinheiro e, com ele, da produção de mercadorias e da troca. Seu surgimento proporciona, assim, uma base para procedimentos anteriormente inimagináveis, inclusive a acumulação de capital.

É preciso esclarecer que na obra *Para uma crítica da economia política*, a introdução originalmente não foi publicada a pedido do próprio Marx. Sua justificativa foi que, após realizar uma reflexão mais atenta, pareceu-lhe que aquela poderia criar polêmica, pois continha resultados ainda por provar.

Para examinar a Economia Política, o autor constrói seu método materialista dialético. Realiza uma análise em cadeia sobre a divisão do trabalho, do dinheiro, do valor etc.

Esses elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como o trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre nações e o mercado mundial. [...] O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (MARX, 1986, p. 18).

Ele afirma que nada é mais natural que, por exemplo, começar pela renda da terra, pela propriedade fundiária, “dado que está ligada à terra, fonte de toda produção e de todo modo de ser, e por ela ligada à primeira forma de produção de qualquer sociedade que atingiu certo grau de estabilidade – à agricultura” (MARX, 1986, p. 18).

Essas categorias não possuem uma existência independente histórica ou natural anterior a outras mais concretas. Marx, ao criticar a “Filosofia do Direito” de Hegel, concorda com o filósofo quando ele afirma ser a posse “a mais simples relação jurídica do sujeito” (Ibid., p. 18). Porém, ela não existiu anteriormente à família e às relações de senhor e servo, que ainda não são relações mais concretas. Ou seja, nas tribos, as famílias se limitavam a possuir, e não ter a propriedade que, na sociedade mais desenvolvida aparece como a relação mais simples de um organismo mais desenvolvido. É sempre pressuposto o substrato mais

concreto, cuja relação é a posse. (Ibid., p. 15).

Para Marx, a própria sociedade capitalista é apenas uma forma opositiva do desenvolvimento de outras sociedades, pois “certas relações pertencentes a formas anteriores nela só poderão ser novamente encontradas quando completamente atrofiadas, ou mesmo disfarçadas; por exemplo, a propriedade comunal” (Ibid., p. 18).

Ele mostra o caso dos povos pastores, caçadores e pescadores que não chegaram ao estágio em que se inicia o verdadeiro desenvolvimento. Nele existiriam apenas certas formas dispersas de lavoura, e a propriedade da terra encontrar-se-ia determinada por elas. Essa propriedade é comum e conserva mais ou menos essa forma, conforme aqueles povos se aferrem mais ou menos à suas tradições; por exemplo, a propriedade dos escravos. Rosa de Luxemburg (1985), em sua obra *A acumulação do capital*, em que trata da acumulação da mais-valia e mais produto, mostra como a economia capitalista utiliza estrategicamente e disfarçadamente, ou mesmo atrofia, as formas econômicas anteriores para se reproduzir.

Para existir e poder desenvolver-se, o capitalismo necessita de um meio ambiente constituído de formas não-capitalistas de produção. Mas não é qualquer forma aleatória que o satisfaz. Ele necessita de camadas sociais não-capitalistas como mercado, para colocar sua mais-valia; delas necessita como fontes de aquisição de seus meios de produção e como reservatório de força de trabalho para seu sistema salarial. [...] Em todas as formações de caráter econômico-natural – quer se trate de comunidades camponesas primitivas que adotem a propriedade comunitária da terra, quer se trate de relações feudais servis ou congêneres – a produção que se destina a satisfação das próprias necessidades é a característica determinante dessas economias (LUXEMBURG, 1985, p. 253).

Para ela, esse processo ocorre porque aquelas sociedades têm na terra e na força de trabalho a base de sua organização econômica e os principais meios de produção. Portanto, para o capitalismo é de fundamental importância apropriar-se, sobretudo do solo com a riqueza que esse contém de minerais, pastos, bosques e reservatórios de água; bem como dos rebanhos.

Esperar pelos resultados do processo secular de desagregação dessas regiões de economia natural, até que este resultasse na alienação, pelo comércio, dos meios principais de produção, significaria, para o capital, o mesmo que renunciar totalmente às forças de produção desses territórios. Isso explica que o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos principais meios de produção de terras [comunais] (Ibid., p. 254 e 264).

Ou seja, a ruína da propriedade comunal constituiu para o capital uma das condições fundamentais para se desfrutar economicamente a terra conquistada. Para que isso ocorresse, foi necessário arrancar os camponeses de seus territórios.

Para Marx (1988), os que foram brutalmente arrancados de seu modo costumeiro de vida não conseguiram enquadrar-se de maneira igualmente súbita na disciplina da nova condição. “Eles se converteram em massas de esmoleiros, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição e na maioria dos casos por força das circunstâncias” (p. 265).

Engels (1979) escreveu que, entre os períodos da barbárie e civilização, os povos americanos já viviam em tribos, ao redor das quais se estendia uma vasta região para a caça, seguida de uma zona neutra de bosques que protegiam e separavam uma tribo das outras. Nelas, só o trabalho era dividido de acordo com o sexo. O resto era feito e utilizado em comum. Eram propriedades comuns: a casa, as canoas, as hortas etc. “É aqui e somente aqui que nós vamos encontrar a propriedade fruto do trabalho pessoal, que os juristas e economistas atribuem à sociedade civilizada e que é o último subterfúgio jurídico em que se apoia, hoje, a propriedade capitalista” (Ibid., p. 179).

O autor afirmou que a gênese da propriedade privada ocorreu quando determinadas tribos na Ásia se especializaram na criação de gado: quando as tribos pastoras se destacaram do resto dos selvagens, “encontramos inteiramente formadas as condições necessárias para a troca entre membros das tribos diferentes e para o desenvolvimento e consolidação do comércio como uma instituição regular”. Em princípio, as trocas se fizeram entre as tribos por meio dos chefes gentílicos; “[...], quando os rebanhos começaram pouco a pouco a ser propriedade privada, a troca entre indivíduos foi predominando mais e mais, até chegar a ser a forma única” (Ibid., p. 180).

Com a passagem da barbárie para a civilização fortalecem-se duas divisões sociais do trabalho: por um lado, a troca, cuja nascente faz surgir duas classes, a dos ricos e a dos

pobres ou a dos senhores e a dos escravos; e, por outro, a separação da agricultura do artesanato, provocada pelo aumento da produção e produtividade da agricultura. Com o “constante crescimento da produção, e com ela o da produtividade do trabalho, aumentou o valor da força do trabalho; a escravidão, ainda em estado nascente e esporádico na fase anterior, converteu-se em elemento básico do sistema social” (Ibid., p. 183). Desse processo nascem os comerciantes.

Nesse momento, Engels (1979) afirmou que, ao lado da riqueza em mercadoria, escravos e dinheiro, surge a riqueza em terras. “A posse de parcelas do solo, concedida primitivamente pela gens ou pela tribo aos indivíduos, fortalecera-se a tal ponto que a terra já podia ser transmitida por herança” (Ibid., p. 187). Nos últimos tempos deste período da história, eles exigiam, antes de tudo, ficar livres dos direitos que as comunidades gentílicas tinham sobre essas parcelas, direitos que para eles se tinham transformado em obstáculos. Com o desaparecimento do obstáculo, apareceu a nova propriedade territorial. A propriedade livre e plena do solo significava não só a posse integral do mesmo, sem nenhuma restrição, como, ainda, a faculdade de aliená-lo.

O novo proprietário da terra fez com que desaparecesse a propriedade suprema da gens e da tribo em definitivo, bem como o vínculo que unia o proprietário à terra. O que isto significava ensinou-lhe o dinheiro, que se inventou justamente ao tempo do advento da propriedade privada da terra. “A terra, agora, podia tornar-se mercadoria, podia ser vendida ou penhorada. Logo que se introduziu a propriedade privada da terra, criou-se a hipoteca (vide Atenas)” (Ibid., p. 188).

Reclus (1985), ao analisar *A origem da família, da propriedade privada e do estado*, afirmou que o instinto de apropriação das coisas vinha desde a “pré-humanidade entre os pais e as mães, entre os genitores e os filhos, no conjunto dos clãs e tribos”. Para ele, a propriedade que se estabeleceu

[...] não foi a propriedade tal como os economistas a entendem hoje. Os primitivos eram naturalmente levados a considerar como seu pertence a pedra por eles talhada ou o vaso feito com suas mãos, e, ao darem a outrem este objeto por eles fabricado, a livre doação estabelecia nitidamente sua qualidade de proprietário, mas não imaginavam que a pedreira da qual extraíam o sílex ou o campo de lava que lhes fornecera a obsidiana necessária à sua indústria pudessem tornar-se propriedade pessoal (RECLUS, 1985, p. 64).

O autor declarou ainda que esse ancestral tivesse à sua frente um território ilimitado. Mesmo quando começou a praticar a agricultura, poderia explorar o novo pedaço de terra para iniciar nova cultura, depois da colheita da cultura anterior e “qualquer companheiro que vinha retomar a terra por ele abandonada era bem-vindo” (Ibid., p. 64-65).

Marx e Engels (2002) compreenderam que a mais significativa divisão do trabalho material e intelectual estava na disjunção entre a cidade e o campo. Para os autores, “a oposição entre a cidade e o campo surge com a passagem da barbárie para a civilização, da organização tribal para o Estado, do provincianismo para a nação, e persiste através de toda a história da civilização até os nossos dias” (p. 55). Tal oposição só pode existir com a propriedade privada. Mesmo assim, não deixou de coexistir com a posse da terra em comum, como foi o caso das tribos latinas, no Estado Romano.

No percurso do desenvolvimento histórico do capital, uma das categorias mais importantes, “cujo significado foi perversamente alterado sob o impacto das determinações do capital, foi a de propriedade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 610). Esse significado mudou a ponto de se tornar irreconhecível. Em outras palavras, o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos principais meios de produção de terras comunais. Dessa forma, a ruína da propriedade comunal constituiu para o capital uma das condições fundamentais para se desfrutar economicamente a terra privada. Como já foi dito, era, portanto, necessário arrancar os camponeses de seus territórios (cf. LUXEMBURG, 1985, p. 253-264).

1.3 A RENDA DA TERRA

No Brasil, o campo foi historicamente apreendido como constituindo um território

diferenciado, que corresponde a formas sociais distintas: as grandes propriedades rurais (fazendas, engenhos e estância), os pequenos aglomerados (povoados) e padrões culturais específicos. Essas formações territoriais, juntamente com as pequenas cidades do interior, tiveram um importante papel na história do povoamento brasileiro, como “pontos de apoio da civilização”. Contemporaneamente, as transformações introduzidas no campo brasileiro provocadas pelo modo capitalista de produção no processo de “modernização conservadora” da sociedade e da agricultura, iniciado depois da Segunda Guerra Mundial, levaram alguns autores a caracterizarem esse período pela ocorrência de um “processo de urbanização do campo” (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 56) e (CARNEIRO, 1998, p. 7), sobre a qual não se tem acordo.

E não há acordo porque a condição imposta à história dos homens para efetivamente existir – adquirir uma forma territorial dada –, decorre do fato de o modo de produção da vida material desses homens pressupor a territorialização da produção, de sua realização e do circuito que retorna a ela. No modo capitalista de produção, a condição imposta decorre do fato de ter de territorializar-se a produção na forma de produtos agrícolas, e realizar-se na forma de mercado.

No modo capitalista de produção, a construção /manutenção / destruição / reconstrução da dimensão agrária do território é o resultado explícito de complexas relações sociais, que têm materialidade física no campo, onde diversos atores (latifundiários, camponeses), com interesses quase sempre divergentes, tramam os conflitos espaciais.

Portanto, ressaltar a importância da renda da terra, que é uma categoria especial na Economia Política e na compreensão histórica na formação dos faxinais do Paraná, assim como na prática do emprego das terras de uso comum pela fração camponesa faxinalense. Tal importância se dá porque, na pesquisa de campo, pode-se comprovar que uma parcela dos camponeses faxinalenses não têm a terra como sustentáculo reprodutor do capital, mas como

reprodutora da vida, do trabalho. Portanto é significativo ter em mente que a categoria renda da terra não é importante para uma parcela da fração camponesa faxinalense, quer seja consciente, quer seja inconscientemente. Isso não quer dizer que parcela do campesinato faxinalense não reproduza a renda da terra, de acordo com os conceitos preconizados pela Economia Política, muito bem sistematizados por Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

Oliveira (1978 e 1984) ressalta a importância da renda da terra nas pesquisas da Geografia, porque ela é “um lucro extraordinário suplementar, permanente, que ocorre tanto no campo como na cidade” (1984, p.94).

Nessa produção capitalista no campo, os processos de valorização da terra e os mecanismos de sobrevalorização fundiária rendem lucros excedentes aos proprietários e condicionam grupos sociais às determinações do mercado da terra. Trata-se da renda da terra, que é “um lucro extraordinário suplementar tanto no campo como na cidade”, a qual também é denominada pela Economia Política de renda territorial ou renda fundiária. Como a renda da terra é “um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto produto do trabalho excedente, ou seja, é a fração da mais-valia” (OLIVEIRA, 1984, p. 94). Em sua definição de renda da terra, renda territorial ou renda fundiária, o autor trabalha com quatro conceitos para melhor compreendê-la, que são:

- a) Lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. Na indústria ele é eventual, devido ao avanço tecnológico, entretanto na agricultura ele é permanente, pois, por exemplo, existem diferenças entre a fertilidade natural dos vários tipos de solos.
- b) Trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência.
- c) Mais-valia é, no modo capitalista de produção, a forma geral da soma de valor (trabalho excedente e realizado além do trabalho necessário que por sua vez é pago sob a forma de salário) de que se apropriam os proprietários dos meios de produção (capitalistas e ou proprietários de terras) sem pagar o equivalente aos trabalhadores (trabalho não pago) sob as formas metamorfoseadas, transfiguradas de lucro e de renda fundiária.
- d) Produto excedente é a parcela da produção além da parte necessária à subsistência do trabalhador (Ibid., p. 94).

Portanto, a renda da terra, na sua forma pré-capitalista ou menos desenvolvida, é diretamente produto excedente entregue pelo parceiro ao proprietário da terra, “como pagamento pela autorização que este lhe dá para cultivar a terra”, por meio de três formas:

1. A **renda em trabalho**, a mais antiga forma da renda de terra não-capitalista, em que o produtor, com seus instrumentos de trabalho que lhe pertencem de fato e de direito, trabalha nas terras de outrem, durante um período (que pode ser parte da semana, mês ou ano), muitas vezes de forma obrigatória, como forma de pagamento para ter o direito de utilizar parte dessas terras para cultivar para si próprio. Essa é uma das muitas formas que o camponês sem-terra ou com pouca terra encontra para ter acesso a ela, transferindo para o proprietário dias de trabalho, que é uma forma de renda camponesa da terra.

Dessa forma, o trabalhador dá gratuitamente (às vezes coercitivamente) dias de trabalho a outrem. Esta forma, como que se expressa o trabalho excedente não pago, é renda em trabalho. Nesta forma de renda o trabalho que o produtor direto efetua para si mesmo se distingue, no tempo e no espaço, que por sua vez executa para o proprietário da terra, que por sua vez aparece diretamente como trabalho sob coação para terceiros (OLIVEIRA, 1984, p. 81).

O autor dá o exemplo da **corveia** no modo feudal de produção, como uma forma de coerção extra-econômica. A **corveia** eram os dias de trabalho que os servos, os camponeses, tinham que pagar ao senhor feudal por utilizarem suas terras. “Para que estas relações ocorressem era necessário que ocorressem relações de dependência, de subordinação, ou, como prefere Marx (1974), servidão no verdadeiro sentido da palavra” (Ibid.). Ou seja, o senhor só lhes podia extrair o trabalho excedente mediante a coerção extra-econômica.

Além dessa forma de renda em trabalho em que os camponeses sem-terra ou com pouca terra pagam, como tributo ao capitalista e/ou proprietário de terra para produzir alimentos para a sua reprodução biológica e social, o autor nos dá outros exemplos concretos da realidade do campo brasileiro, que são formas que ocorreram ou ainda ocorrem, como no caso das fazendas agropecuárias nas Regiões Norte e Centro-Oeste, quando da formação dos pastos.

Outro exemplo desta forma de renda da terra pré-capitalista, não capitalista, portanto, aparece na formação das pastagens nas fazendas agropecuárias do Centro-Oeste, onde os fazendeiros, em geral capitalistas do Estado de São Paulo, entregam a mata aos camponeses, que devem desbravá-las e, em seguida, aproveitam os dois primeiros anos para plantarem (arroz em geral) semeando em seguida o capim. Há casos em que o capim já é semeado no primeiro ano e já começa a crescer junto com o arroz. Em seguida o camponês vai novamente, mato adentro, reiniciar a cessão do trabalho excedente, a renda em trabalho ao capitalista, pois a pastagem foi formada através de relações não capitalistas de produção, uma vez que o proprietário da terra capitalista não formou esta pastagem empregando relações de trabalho assalariado. (OLIVEIRA, 1984, p. 81).

2. A **renda em produto** é outra forma de renda da terra não-capitalista, em que o camponês sem-terra ou com pouca terra, ao invés de pagar ao proprietário de terra em dias trabalhados, paga em produtos em diversas formas de parcerias (meação, terça, quarta e etc.) para ter seu acesso. Ou seja, “a renda em produto nada mais é que a renda em trabalho transformada em produto, uma vez que é a renda trabalho a própria essência da renda da terra” (Id., 1986, p.81).

A parte que cabe ao camponês meeiro e ao proprietário da terra depende da rentabilidade obtida pela força de trabalho do camponês meeiro, que, na grande maioria das vezes, utiliza trabalho familiar, não desprezando a possibilidade de existência do trabalho assalariado temporário, principalmente no período da colheita. Uma vez colhido o produto, ele é dividido entre o camponês e o proprietário da terra.

Quando ocorre uma elevada taxa de produtividade, produzindo o solo plantado grandes colheitas, ambos ficam com as partes combinadas destas fartas colheitas. O mesmo ocorre quando as colheitas são pequenas. O pouco colhido é dividido, e o possível “prejuízo” é dividido entre trabalhador [camponês] e proprietário da terra.

Esta é, pois, uma das diferenças fundamentais entre a renda pré-(não) capitalista da terra e aquela capitalista. (Ibid., p. 82).

O autor cita vários exemplos desse tipo de renda produto, como na produção de uva, figo e outras frutas na região de Jundiaí/Campinas, com a presença dos camponeses meeiros. Assim como no Nordeste, na produção de tomate e frutas para as indústrias de alimentos, até a produção de arroz, feijão, mandioca e outros produtos básicos.

No caso da agricultura brasileira, a renda produto é historicamente difundida, assim como tem sido redefinida pelo capital, como forma de se reproduzir no campo, criando e

recriando relações não-capitalistas. “Ou seja, entre nós o capital cria e recria relações não capitalistas de produção, contraditoriamente necessárias ao seu próprio desenvolvimento, e a renda em produto, na figura da parceria, é uma delas” (OLIVEIRA, 1986, p. 82).

3. A **renda em dinheiro** nada mais é do que a metamorfose da renda em produto, que por sua vez é originária da renda trabalho. Ela tem uma diferença importante da renda capitalista da terra, que, como se sabe, é o excedente acima do lucro médio, cuja característica central é o pagamento por parte do camponês ao proprietário da terra, de uma determinada quantia em dinheiro previamente estipulada, seja em contrato formal ou verbal.

Cabe esclarecer que na renda capitalista o trabalhador direto não estabelece relação social de produção alguma com o proprietário da terra, mas sim com o capitalista que explora a terra através de relações de trabalho assalariado. Quem estabelece a relação social com o proprietário é o capitalista. Esta diferença é fundamental para o entendimento das diferentes formas de renda da terra (Ibid., p. 82).

Portanto, a renda em dinheiro se expressa como o resultado da metamorfose de parte da produção do camponês em dinheiro, ou seja, em mercadoria, a qual será entregue ao proprietário da terra. “Por isto é fundamental que os produtores diretos convertam sua produção em mercadoria, ou, por outras palavras, é necessário que estes trabalhadores sejam produtores de mercadorias” (OLIVEIRA, 1986, p. 82). A renda em dinheiro, que é uma forma não-capitalista, é considerada pelo autor como a mais desenvolvida.

O proprietário, ao contrário, quando da renda em produto, não aceita dividir prejuízos com o trabalhador, passando a exigir o pagamento de uma quantia fixa em dinheiro pela sessão da terra. Como muitas vezes este trabalhador não consegue no mercado preços razoáveis para seus produtos, fica praticamente impossibilitado de pagar a renda em dinheiro, conseqüentemente, deixa de cultivar a terra. (Ibid., p. 82-83).

Esta forma de renda não-capitalista da terra, a renda em dinheiro, é comum no campo brasileiro, onde um grande número de camponeses expropriados de suas terras ou com pouca terra arrenda terras de outros proprietários que, na sua grande maioria, são latifundiários, para produzir alimentos, com força de trabalho familiar. Mas também se arrendam terras de camponeses-proprietários, que, por falta de mão-de-obra familiar na sua unidade de produção, ou por estarem com a idade avançada, não têm condições de cultivar toda a terra e arrendam

parte dela para outro camponês. Lembrando que, aqui, a renda usufruída pelo arrendamento é consumida dentro da própria unidade de produção familiar camponesa. Portanto, não se transforma essa fonte de renda camponesa em capital. Essa prática difere, portanto, da dos arrendatários que são capitalistas que arrendam terras. São os *rendeiros*, trabalhadores que arrendam terras para trabalhar com a família, enquanto que os arrendatários capitalistas empregam o trabalho assalariado na produção da terra arrendada. (Ibid., p. 83).

Essas três formas da renda não-capitalista da terra, renda trabalho, em produto e em dinheiro, criaram quatro frações na classe camponesa, os camponeses-proprietários, os camponeses-parceiros, os camponeses-rendeiros e mais a daquele camponês que se nega a pagar a renda da terra, tanto para a classe dos proprietários de terra capitalistas, quanto para os camponeses-proprietários (camponeses-posseiros). Esta quarta fração é cotidianamente criada, recriada pelo capital no seu desenvolvimento contraditório e desigual.

São, muitas vezes, a forma que os capitalistas encontram para produzir seu capital. São, por isso mesmo hoje, parte componente do desenvolvimento capitalista geral da sociedade brasileira e não apenas figuras de um passado histórico (feudal) que a sociedade brasileira nunca viu desenvolver-se por suas terras. Não se trata, portanto, de estudar e compreender estas formas de renda existentes na agricultura brasileira como restos, resíduos, etc., que serão extintos com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, mas, sim, como formas não capitalistas de produção desenvolvidas pelo próprio capital em face de seu desenvolvimento contraditório (OLIVEIRA, 1986, p. 83).

Já no modo capitalista de produção, a renda da terra é o excedente sempre acima do lucro médio que todo capitalista retira de sua atividade. O autor nos chama a atenção, para a impossibilidade da não existência do lucro médio, pois, caso ele não existisse “nenhum capitalista colocaria seu capital para produzir” (Ibid., p. 83), ou seja, se o trabalho assalariado na terra não gerasse o lucro médio, ela não seria o grande objeto de desejo dos capitalistas, principalmente nos períodos em que os juros caem. Dessa forma, a renda da terra no modo capitalista de produção é, “na medida em que resulta da concorrência, **renda diferencial**” que passa a existir “a partir do momento em que a terra é colocada para produzir”. Portanto, a **renda diferencial** decorre da diferença “entre o preço individual de produção do capital

particular que dispõe de uma força natural monopolizada e o preço da produção do capital empregado no conjunto do ramo de atividade considerado” (Ibid., p. 83). A partir do momento em que uma classe ou fração de classe tem o monopólio da terra, a renda diferencial se transforma em *renda absoluta*, sendo que a renda diferencial resulta do caráter capitalista da produção e não da propriedade privada do solo: “Já, a **renda da terra absoluta resulta** da posse privada do solo e da oposição existente entre o interesse do proprietário fundiário e o interesse da coletividade” (Ibid., p. 83, grifo do autor).

As origens da renda da terra diferencial são três, sendo que as duas primeiras se classificam em renda diferencial I, independente do capital, que é a diferença de **fertilidade** (natural) do solo e a **localização** das terras. Ambas podem atuar em sentidos opostos. A terceira origem (renda diferencial II) “é oriunda dos investimentos de capital no solo para melhorar a sua produtividade e/ou localização”⁹ (Ibid., p. 83).

Nesse ramo de investimento, em que o bem negociável é distinto pela finalidade e por ser essencial à existência, a determinação do preço de comercialização da terra não se dá pelos mesmos elementos da produção mercantil, pois

Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, conseqüentemente com a consolidação do regime da propriedade privada da terra e da produção de mercadorias na agricultura, a terra, o solo, também foram transformados em mercadorias. Entretanto, deve-se salientar que se trata de uma mercadoria especial, uma mercadoria que, ao contrário das demais, não constitui um produto do trabalho humano, não tem valor como as demais mercadorias (que são produtos do trabalho humano) (OLIVEIRA, 1986, p. 83).

A produção dos bens materiais é a base da vida da sociedade. Marx e Engels ensinaram que o primeiro fato histórico era a produção dos meios indispensáveis para satisfazer as necessidades dos homens, ou, seja, a produção da vida material (MARX; ENGELS, 2000 p. 20).

O que interessa aqui é discutir o preço da terra sob o modo capitalista de produção,

⁹ Ver mais sobre renda da terra, renda da terra absoluta, renda da terra diferencial I e renda da terra diferencial II, renda da terra de monopólio e preço da terra, em OLIVEIRA, 1978; 1984, p. 94-95; 1985, p. 93-104; 1986, p. 77-85.

pois é sob ele que a quase totalidade dos homens vive. E é no capitalismo que tudo ou quase tudo se transforma em mercadoria e tudo ou quase tudo é propriedade privada. Com a terra, o solo, não poderia ser diferente, pois, no capitalismo, a terra se transformou em mercadoria e propriedade privada, portanto, ela tem um preço. Ou seja:

Sob o modo capitalista de produção, o preço da terra é, portanto, renda capitalizada e não capital. Quando, pois, os capitalistas compram a terra estão convertendo o seu capital-dinheiro em renda capitalizada, renda antecipada, ou seja, estão adquirindo o direito de extrair renda, mesmo naqueles lugares onde aparentemente ela pode não existir. É o exemplo das terras sem nenhuma aplicação de capital, e mesmo daquelas que ainda não foram desbravadas e, no entanto, têm um preço. Este preço, cabe esclarecer, é resultado da renda que esta terra inexplorada pode vir a dar. Dessa forma, o preço da uma terra mede-se pela renda da terra que ele pode dar, ao contrário do valor efetivo de um capital-dinheiro, que, no mercado de capitais, é regulado pelo juro que ele realmente dá (OLIVEIRA, 1986, p. 84).

A aquisição de um pedaço de terra é transacionada em capital-dinheiro ou em seu equivalente em mercadoria, no modo capitalista de produção. O preço da terra para os capitalistas “aparece, portanto, como juro do capital com que compra a terra e, por conseguinte, o direito à renda. É, pois, o preço da terra regulado, de um lado, pelo montante da renda da terra e, de outro, pela taxa média de juro no mercado de capitais” (Ibid., p. 84). Ou seja, a variação do preço da terra está subordinada à oscilação da taxa de juro no mercado de capitais. Por um lado, os capitalistas têm a terra como uma mercadoria e, por outro, vivem da reprodução de seu capital por meio do acréscimo da taxa média sobre ele. Portanto, existe no modo capitalista de produção uma sujeição do mercado de terra (imobiliário) ao mercado de capitais, por meio da taxa média de juro. Isso significa que, quando a taxa média de juro sobe no mercado de capitais, o preço da terra baixa, e quando essa taxa baixa, o preço da terra sobe. Portanto, o comportamento do mercado imobiliário é inversamente proporcional à taxa de juro (Ibid., p. 84).

1.4 TERRAS DE USO COMUM: ONDE SE REPRODUZEM OS CAMPONESES E A NATUREZA

As terras de uso comum aparecem na França com as denominações de Vaine Pâtre

(KOVALEWSKY, 1896; BLOCH, 1932), e Biens Communaux (PLAVIOL e RIPERT, 1952); na Itália, como Della Comurione (CAMOUS, 1894) e Le Terre del Compascuo (SERENI, 1991); em Angola, como Baldio (PINTO, 1891); na Colômbia, como Baldio (Departamento de Nariño, 1936). Em vários outros países europeus, asiáticos, africanos e latino-americanos são encontradas terras de uso comum nas suas mais variadas formas. Tal prática alcançou o campo, e em alguns casos, as cidades, como demonstração de que o modo capitalista de produção é contraditório, desigual e combinado. Suas existências históricas confirmam que esse modo de produção não é homogêneo em todos os países.

A existência de terras de uso comum em países capitalistas avançados e em países de capitalismo tardio é a comprovação da luta e resistência de setores da sociedade contra a homogeneização do modo capitalista de produção, ou, como querem alguns autores, da “pós-modernidade”. É também a luta contra o fim de práticas costumeiras do uso comum da terra e dos recursos naturais construídas ao longo da história; e ainda, a resistência para preservar essa história e a cultura de seguimentos da sociedade, construídas social e economicamente com base em hábitos, costumes e laços de solidariedade que o mundo moderno ou a modernidade não conseguiu destruir.

Para efeito desta tese serão analisadas as formas de uso comum da terra em Portugal, Espanha e Ucrânia, cujas práticas vêm desde os primeiros registros da história. Será feita também referência a outros países, por compreender que uma das partes das raízes históricas da formação dos Faxinais do Paraná se encontra na Europa, originária da Península Ibérica portuguesa, por meio da prática de uso comum de terras nos “Baldios” e outras formas comunais de uso da terra, e da espanhola pelo uso comum de terra nas suas mais diversas formas, principalmente nos “Montes Veciñais en Mam Común” (Montes Vizinhos de Uso Comum). No Leste Europeu, por meio dos camponeses ucranianos e poloneses do período do modo feudal de produção tardio ou “feudalismo de mercadoria”, em que ocorria a prática do

uso comum das florestas e pastagens. No Paraná, por meio da contribuição dos negros escravos procedentes de Paranaguá, que subiram a Serra do Mar, alcançaram a região Central do Estado e travaram relações com os índios renascentes das Reduções Jesuíticas – que fugiram para não serem completamente dizimados pelos espanhóis –, havendo também a contribuição dos camponeses sobreviventes da Guerra de Contestado. Essas hipóteses serão desenvolvidas nos capítulos da tese que tratarão especificamente dos Faxinais no Estado do Paraná e da contribuição dos camponeses na sua formação.

Quero ressaltar que, quando afirmo que uma das vertentes da formação histórica da organização social dos Faxinais traz herança do modo feudal de produção tardio ou “feudal de mercadoria”, não estou afirmando que, na formação histórica, social, cultural e econômica brasileira, ocorreu a presença desse modo de produção. Afirmo, sim, que os primeiros resultados da pesquisa de campo sobre a formação histórica dos faxinais comprovam a existência de uma diversidade étnica da população que forma os faxinais, como a ucraniana, polonesa, alemã e cabocla e outras. Como exemplo, pode-se citar o município de Prudentópolis, onde a presença da etnia ucraniana é predominante na sua formação histórica, cultural e social. Ele também é o município paranaense com o maior número de faxinais, no total de 18, sendo 11 ativos e 7 parcialmente ativos (ver Mapa 4). Lembro também que a maioria absoluta dos imigrantes ucranianos que se estabeleceram nas terras doadas pelo governo brasileiro na Colônia Prudentópolis, no final do século XIX, era de origem camponesa e vinham de um país onde existia o modo feudal de produção tardio ou “feudal de mercadoria”. Eles trouxeram para o Brasil a prática de uso comum das florestas e pastagens. Ou seja, a cultura do uso comum de terra nos Faxinais do Paraná, em que predomina a etnia ucraniana, está ligada à cultura camponesa desse modo pretérito de produção.

Portanto, analisar as mais diversas formas de uso comum da terra significa dizer que essa forma de uso dos recursos naturais remonta a tempos históricos da sociedade humana em

diferentes momentos da construção / reconstrução de seus territórios e em diferentes modos de produção que a sociedade construiu e constrói para a sua reprodução social. Essa forma de apropriação dos recursos naturais alcançou os tempos atuais ou “modernos”, mesmo nos países onde predomina o modo capitalista de produção, em que a propriedade privada é o alicerce de sua constituição. Mesmo em modos de produção cuja existência é aparentemente contraditória (caso do capitalismo) continuam a ocorrer, e não apenas como resquícios, como muitos defendem. “Mostram-se também como resistências (de grupos, comunidades, etc.), ou mesmo, ligado a interesses específicos, os quais são muitas vezes os que explicam a continuidade de sua existência” (CAMPOS, 2000, p. 17).

Antes de continuar a análise sobre as diversas categorias de terras de uso comum, é necessário fazer a diferenciação de dois conceitos que permearão toda a discussão sobre terras de uso comum, que são *posse* e *propriedade*.

Emmanuel Ogiri Freitas (2007), em sua pesquisa sobre “O INCRA e a função social ambiental da propriedade rural: direito e práticas em vistorias no Rio de Janeiro”, afirma que até o momento em que predominava o modo feudal de produção, não havia a necessidade de uma clara distinção entre posse e a propriedade, porque nesse momento a essência da produção estava no campo e o senhor se mantinha em sua propriedade. Mas, no período de transição do modo feudal de produção para o capitalista, houve uma modificação do espaço produtivo, transferido do campo para a cidade. Como consequência, o senhor feudal mudou-se para a cidade, criando mecanismos de proteção para garantir sua propriedade.

Para a criação desses mecanismos, foram sistematizados os trabalhos dos juristas burgueses de então, cujas noções sobre posse e propriedade tinham base no direito romano. Freitas cita Savigny, “que não era um pensador burguês, mas sim ligado aos senhores da terra, e que extraiu do Direito Romano o conceito de *animus domini*, ou vontade de ter a coisa sua, o que já aproximou o conceito de posse do conceito de propriedade” (FREITAS, 2007, p. 23).

No entendimento do autor, há uma contradição entre elementos fáticos facilmente observados na ordem social da atualidade e a construção do paradigma burguês, assinalado no positivismo jurídico. Essa contradição torna pertinente a observância crítica da questão fundiária no Brasil. Como consequência, em contrapartida não se observa essa abordagem nas universidades, que, “assim como os operadores do Direito, cultuam a doutrina jurídica burguesa, de cunho ideológico, aparato de dominação na superestrutura” (Ibid., p. 24). Portanto, tanto o Direito material quanto o Direito processual se constituem para garantir os interesses da classe dominante, por meio de restrições apoiadas pelo aparato coercitivo do Estado, mas também pela restrição da ação deste à observância do disposto em lei.

Como consequência da doutrina jurídica burguesa, ao longo do tempo foi criada uma “cerca jurídica” em torno da terra no Brasil, que tem como base a Lei de Terras de 1850, que diz: “excluindo do acesso a esse bem natural todo cidadão que não possa pagar por sua propriedade”. Freitas ressalta ainda que a Lei de Terras de 1850 fosse criada aprisionada pelo paradigma positivista, somado a outros fatos históricos. Dessa forma, a “cerca jurídica” “vem sendo levantada por meio do implemento de uma estrutura legal que foi idealizada pelo pensamento burguês¹⁰, especialmente de Ihering, criador das teorias burguesas acerca da posse e da propriedade” (Ibid., p. 24). Na segunda metade do século XIX, quando o modo capitalista de produção já se encontrava mais consolidado, Rudolf Von Ihering, jurista burguês alemão, propôs que a posse seria a exterioridade da propriedade, isto é, o indicativo físico da existência de um vínculo de propriedade.

O autor afirma que nas discussões acerca da proteção legal da posse há uma questão pendente, de interesse da burguesia, “vez que, protegendo de pronto a posse, não estaria, de vez em quando, protegendo o ladrão. A resposta era desenvolvida por Ihering da seguinte

¹⁰ O autor ressalta que o termo *burguês* referente ao pensamento e à concepção de Direito é utilizado na perspectiva de uma matriz teórica marxista, de luta de classes, contrapondo-se, portanto, às noções de classe trabalhadora, direitos sociais e populares (cf. Marx, 2001). Esses últimos construídos pela mobilização popular, enquanto que os direitos “burgueses” derivariam da dominação de classe imposta pela burguesia no controle da superestrutura. (Nota 2, p. 23).

forma: melhor seria proteger a posse do que correr o risco de perder a propriedade” (Ibid., p. 25).

É com essa visão burguesa positivista que Dilvanir José da Costa (1998), ancorado nas teses de Savigny, afirma que a distinção entre posse e propriedade é simples e nítida, pois:

A propriedade é mais o amplo direito sobre a coisa, envolvendo os poderes de usar, fruir e dispor da mesma (alienar, gravar, consumir, alterar e até destruir) e de reivindicá-la do poder de quem injustamente a possui (art. 524). Aí temos dois aspectos desse direito: o poder direto ou senhoria direta sobre a coisa (aspecto interno), consistente no direito de usar, fruir e dispor (*jus in re*), e o poder absoluto ou perseguir a coisa *erga omnes*, ou direito de sequência. [grifo do autor]. (p. 109).

Já no que se refere à posse, esse autor afirma que ela não pressupõe tais poderes, direitos e requisitos. E vai buscar na obra “Princípios de Direito Civil luso-brasileiro” de Max Limonad (1951), o conceito de posse, que ele, como positivista burguês, compreende como correta:

Posse é o poder de fato exercido por uma pessoa sobre uma coisa, normalmente alheia ou pertencente a dono ignorado ou que não tem dono, relação tutelada pela lei e em que se revela a intenção de exercer um direito por quem não é titular dele, embora este direito não exista, nem tem que ser demonstrado (COSTA, 1998, p. 110).

Deste modo, o direito burguês, ao proteger a posse, tenta dar proteção à propriedade. Sendo assim, a posse é a propriedade mesma (proposição burguesa), já que é na posse que se identifica e se percebe por meio dos sentidos a existência da propriedade. “Protegendo-a, mesmo que algumas vezes venha a se proteger o usurpador, o ladrão, estar-se-á dando à propriedade garantia plena e absoluta” (FREITAS, 2007, p. 25).

Mas Freitas (2007) vai buscar, nas teses do jurista marxista Miguel Lanzelloti Baldez, uma distinção mais nuançada dos conceitos de posse e propriedade, os quais, quando citados ao longo da tese, têm os sentidos aqui definidos: “A posse é uma relação de fato entre o homem e a terra, e a propriedade, uma relação jurídica criada pelo direito burguês para garantir à distância, o domínio sobre a terra” (Ibid., p. 24). Sendo assim, retoma-se a questão das terras de uso comum.

Nazareno José de Campos faz uma reflexão do processo evolutivo da apropriação da

natureza pelo homem e das terras de uso comum, em que não existia a propriedade privada, e todos os bens existentes eram usufruídos para a “satisfação de suas necessidades” (CAMPOS, 2000, p. 15). Também Marx (1975), Engels (1979) e Marx e Engels (2004) já refletiram sobre esse período histórico, em que os homens usufruíam os recursos da natureza de forma coletiva ou individual, independentemente da existência da propriedade (CAMPOS, op. cit., p. 15). Ressalta-se que nesse período histórico a natureza ainda não era vista como valor de uso, mas como um substrato e arsenal de recursos naturais úteis para fins de subsistência e sobrevivência dos homens em sociedade.

O processo histórico da humanidade criou a necessidade de organização, e com a evolução da organização social esta “foi tornando-se mais complexa e novas situações e contextos se fizeram sentir”. Fatores importantes dessa evidente correlação, em função do trabalho, são, sem dúvida, a posse ou a propriedade dos meios de produção, das coisas, mercadorias não necessárias e mercadorias úteis. Em todos os tempos sociais, esses fatores dependeram do trabalho, bem como da sua realização individual ou coletiva. Foi por meio das comunidades tribais que efetivamente o homem apropriou-se da terra como seu grande laboratório. “Esse arsenal proporcionou tanto os meios e objetos do trabalho como a localização, a base da comunidade”. Nesse momento, o homem tinha uma relação singela com a terra: “eles se consideram como seus proprietários comunais, ou seja, membros de uma comunidade que se produz e reproduz pelo trabalho vivo” (MARX, 1975, p. 67-69).

Marx compreende que o conceito de propriedade não deve ser confundido com o de propriedade privada – que é uma forma histórica específica. Para ele, “o relacionamento do trabalhador com as condições objetivas de seu trabalho é de propriedade: esta constitui a unidade natural do trabalho com seus pré-requisitos materiais” (MARX, 1975, p. 69). O trabalhador é possuidor de sua existência independentemente das condições da realidade e de qualquer formação social em que ele possa estar inserido.

Já para Engels (1979, p. 58), a partir do momento em que o homem iniciou a domesticação de animais e a criação de gado, abriu-se a possibilidade da acumulação da riqueza por parte das gens, tanto como para aqueles que seguiram o “matrimônio sindiásmico ou matriarcado”, cujas riquezas foram convertidas em propriedade particular das famílias. Ou seja, para este autor, no Estado Ateniense, “até onde alcança a história escrita, encontramos a terra já repartida e como propriedade privada...” (p. 120), bem como a transformação dos produtos em mercadorias.

Com a produção de mercadorias, surgiu o cultivo individual da terra e, em seguida, a propriedade individual do solo. Mais tarde veio o dinheiro, a mercadoria universal pela qual todas as demais podiam ser trocadas; mas, quando os homens inventaram o dinheiro, não suspeitavam que estavam criando uma força social nova, um poder universal único, diante do qual se iria inclinar a sociedade inteira (Ibid., p. 124).

Campos (2000) afirmou que “progressivamente se desenvolve uma certa noção de ‘direito’, em especial no que tange ao uso e posse da terra e demais bens que a natureza propicia”. O autor se refere ao direito específico da apropriação individual da terra e não ao direito, com base no usufruto na tradição “que sempre ocorrera em benefício do coletivo” (2000, p. 16). No transcorrer desse processo surge a dialética entre o público e o privado, tanto no que se refere à utilização de bens naturais (incluídas as terras de uso comum), quanto em termos de propriedade, no sentido a que se refere Marx (1975). De um lado está a propriedade coletiva e de outro a propriedade privada, sendo que, nesse processo dialético, não é sucumbida a propriedade coletiva, cuja existência vem de outras épocas históricas nas suas diversas formas. Ou seja, a propriedade não deixa de coexistir com a posse da terra em comum, como foi o caso das tribos latinas, no Estado Romano (ENGELS, 1979, p. 128).

No entendimento de Joaquin Costa, ao discutir o coletivismo agrário na Espanha, a propriedade individual não pode legitimamente recair senão sobre bens que são produto do trabalho individual. A terra é obra exclusiva da natureza, portanto não é suscetível de apropriação privada (1915, p. 4).

Para Garcia de Cortazar (1996), em cada momento histórico da humanidade, são

definidos os princípios de vontade de um indivíduo ou grupo, que têm o desejo de ampliar sua parcela de terra, ou de ocupar outra diferente no território em que convive, ou de conviver em outro território, ou seja, em outra sociedade. Se essa sociedade, por exemplo, for a hispano-cristã medieval, uma fração reduzida desta ocupava historicamente um território pertencente aos cristãos, praticamente toda a Ibéria úmida. Isso permitiu a criação e conservação de um determinado padrão de convivência, compreendida como “um marco totalizador em que se desenvolve uma comunidade, com a sua peculiar estrutura de poder e de riqueza” incluindo os aspectos ligados às formas de exploração da terra. Uma segunda fração maior dessa sociedade substituiu uma comunidade muçulmana por outra cristã, que ocupava praticamente toda a Ibéria seca, o que levou logicamente a alterar o modo de convivência especificamente muçulmano. Uma terceira fração, menor que a primeira, embora espalhada por quase todo o território hispânico, onde quer que viva uma comunidade judaica, “mudejar ou franca, há de fundir-se em resultado do contato entre dois modelos de convivências” (CORTAZAR, 1996, p. 67).

Já durante a Idade Média, o autor se refere às diversas formas de terras de uso comum, entre elas “*silva*”, “*saltus*” e “*ager*”, as quais serão mencionadas ao longo do capítulo. Como diz Campos (2000, p. 17), as terras de uso comum se constituem, portanto, numa instituição econômica espacial muito antiga.

1.5. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA ANTROPOLOGIA E NA HISTÓRIA

As referências aos conceitos de território e territorialidade remetem a campos das Ciências Sociais tais como a Geografia Humana, a Psicologia, a Psicanálise, a Antropologia e a Sociologia. No entanto, a base desses conceitos se encontra na dimensão humana em relação à construção do território. Na Antropologia e na Sociologia, ele é definido como espaço social. A formulação original de espaço social foi feita por Durkheim, na década de 1890,

como parte de suas formulações a respeito da diferenciação social (BULTIMER, 1986). Zilá Mesquita e Carlos Rodrigues Brandão (1995) confirmam que o conceito de território ultrapassou as barreiras da Geografia Política, quando afirmam:

Aliás, chama a atenção como nos últimos tempos a ideia de território literalmente migrou do seu nicho – a Geografia Política – para grande número de ciências, da economia à linguística, e também para um campo cada vez maior de significados, do político ao cultural, das fronteiras entre os povos aos limites do corpo e do afeto entre as pessoas. Na maioria das vezes, sobretudo na Geografia, quaisquer que sejam as teorias que o tratem, o conceito de território costuma vir associado a relações de marcado teor político e a uma dimensão francamente macro, razão pela qual com muita frequência território é associado ao conceito de estado-nação. [...], a preocupação, sobretudo dos autores mais monográficos, foi associar território e cotidiano. [grifo dos autores]. (1995, p. 8).

Maria de Lourdes Gonçalves Furtado (1993), ao estudar os pescadores do Rio Amazonas, entende a territorialidade em uma “dimensão mais complexa a qual vai além da concepção de limite físico”, envolvendo fatores que a definem como um “patrimônio acumulado de quem constrói, compondo-se de três segmentos: o local de moradia, os locais de pesca denominados variavelmente de pesqueiros ou pontos de pesca, mais os trajetos entre a moradia e esses locais (rios, igarapés, furas)” (1993, p. 122). No entendimento da autora, territorialidade se transforma então em espaços de trabalho, em patrimônio capitalizado pelo pescador em sua luta cotidiana e com as técnicas rudimentares de que dispõe. Com isso, o pescador tem a posse do seu território por direito costumeiro de uso (Ibid., p. 208). Ou seja, o território como totalidade concreta do processo do modo de produção é construído / destruído / mantido / transformado cotidianamente na complexa construção social de qualquer sujeito social. Portanto, estes sujeitos tornam-se partícipes do espaço em que vivem. Por isso, na maioria dos casos tomam consciência de suas vidas.

Jorge Alberto Soares Barcellos (1995) entende que o território e o cotidiano “são conceitos-chave numa busca da compreensão do lugar e da natureza da sociedade contemporânea” (1995, p. 43). Na tentativa de compreender a sociedade contemporânea, o autor vai buscar suas argumentações nas teses de autores como Silva Petersen, Eric Hobsbawm, E. P. Thompson e principalmente em Michel Maffesoli, dentre outros.

Para Barcellos, a “vida cotidiana emerge vinculada à crise da modernidade”. Com essa afirmação, e com base nas teses de Maffesoli, o autor categoriza a vida cotidiana da sociedade em: aceitação da vida, duplicidade, silêncio e astúcia. “Elas são as formas pelas quais esse ‘lado de sonho’ se engendra e são constitutivos das pequenas ações da vida do homem no mundo, no seu dia-a-dia” (BARCELLOS, 1995. p. 43).

Como aceitação da vida, o autor compreende que a associação feita por Maffesoli sobre a consciência da morte se realiza a todos os momentos por todos nós, e é fundamental para se aceitar o limite, o trágico e as várias formas de morte. Por isso o presente é importante. “Não se pode criticar posições como estas – como a leitura inicial faz – porque não se trata de alienação do homem: trata-se de relações e caráter ritual” (Ibid., p. 43). Dessa forma, um elenco de experiências sociais entra para a história: relações de amizade, de vizinhança, formas de vestir, de morar, hábitos culinários, pequenas conspirações e práticas amorosas. “Elas não podem ser apreendidas como mero resíduo da realidade” (Ibid., p. 43-44).

O autor toma como metáfora a máscara para justificar a duplicidade no cotidiano da sociedade por representar uma forma de resistência frente à dominação massiva. “Através dela são relativizadas as normas dos poderes constituídos, sem necessariamente um enfrentamento direto. É uma forma de contornar valores incômodos – na escola, na fábrica, no partido, na universidade – usando-a como elemento importante dos processos simbólicos (Ibid., p. 44).

A preservação das religiões africanas no Brasil por meio do sincretismo é um exemplo dado pelo autor para mostrar a importância da astúcia e do silêncio como meios privilegiados de resistência no social, tornando-se mais corrosivos e eficazes que o discurso político. Para tanto, é necessária a existência da solidariedade orgânica para cimentar as características anteriores na vida cotidiana.

É a coesão, afetiva e ética dos grupos, num jogo da diferença, que garante uma harmonia ao mesmo tempo que relativiza o poder. Maffesoli estabelece uma concepção de hierarquia social de forma circular, onde cada um é, ao mesmo tempo, dominante e dominado, numa troca de papéis incessante. É uma ideia que vai de encontro à teoria da alienação, pois outorga ao povo o papel de um sujeito histórico vitorioso e astuto, que vive, solidamente, relações sociais conflitivas e dinâmicas. (Ibid., p. 45).

No entendimento de Paul E. Little (2002), territorialidade é o “esforço coletivo de um grupo social ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-se assim em seu território ou *homeland*¹¹”. A territorialidade definida pelo autor é uma força latente de determinado grupo social, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. A construção / manutenção / destruição / reconstrução do território de determinados sujeitos sociais está ligada diretamente à “conduta de territorialidade” desses sujeitos sociais, o que quer dizer que o território é “produto histórico de processos sociais e políticos” (2002, p. 3).

1.6. TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NA GEOGRAFIA

Zilá Mesquita (1995) entende o cotidiano como “*locus* da prática, da aplicação continuada e repetida de determinados campos de conhecimento acumulado, portanto do hábito” (p. 15). E toma de Bourdieu o conceito de *habitus* para

[...] pôr em evidência as capacidades criadoras, ativas, inventivas, do *habitus* e do agente (que a palavra hábito não diz), embora chamando a atenção para a ideia de que este poder gerador não é o de um espírito universal, de uma natureza ou de uma razão humana, como em Chomsky – o *habitus*, a *hêxis*, indica a disposição incorporada, quase postural, mas sim o de um agente em ação: tratava-se de chamar a atenção para o primado da razão prática de que fala Fichte, retomando ao idealismo, como Marx sugeria nas *Teses sobre Feuerbach*, ao lado ativo do conhecimento prático que a tradição materialista, sobretudo com a teoria do reflexo, tinha abandonado (Bourdieu, 1989, p. 61, apud MESQUITA, 1995, p. 16-17).

Trazendo essa citação, o que quero assinalar é não só o estigma a que a noção de cotidiano – hábito, enquanto fastio-monotonia – esteve submetida, como também contribuir para desvelar outras feições desprestigiadas como uma prática repetitiva, mas não necessariamente igual a monótona, de um sujeito ou grupo social atuante. Ela não está em contradição com a espontaneidade, característica dominante e tendencial da cotidianidade, como aliás já observou Agnes Heller. O hábito da

¹¹ Little entende que a palavra inglesa ‘homeland’ é normalmente traduzida para o português como ‘pátria’. “Mas o significado mais comum de pátria faz referência a um Estado-nação, o que desvia o termo ‘homeland’ de seus outros significados referentes às territorialidades de distintos grupos sociais dentro de um Estado-nação”. (Nota de rodapé n. 1, p. 3).

atenção e da observação que adquirem exterioridade no olhar são perfeitamente exemplares. (MESQUITA, 1995, p. 16-17, grifo da autora).

Armando Corrêa da Silva (1995) afirmou que o cotidiano “alcança uma dimensão maior e contém a história, a geografia, a sociedade e a natureza” (1995, p. 28).

Manuel Correia de Andrade (1994) compreende o crescimento do território como uma unidade síntese contraditória e que ocorre com o espaço não-ocupado ou com uma reordenação dos territórios, “cria novas formas de territorialidade que dialeticamente provocam novas formas de desterritorialidades e dá origem a novas territorialidades” (1994 p. 200). Por outro lado, Roberto Lobato Corrêa (1996, p. 18) entende que o território enche o espaço com conteúdos particulares, relacionados a construções históricas entre as pessoas, organizações e Estado.

Corrêa entende a territorialidade como um conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas, que garantiriam uma apropriação e uma permanência em um dado espaço por determinados grupos sociais organizacionais. Ou seja, o território agora pode ser visto não somente pela perspectiva do domínio físico, mas também de uma apropriação que incorpora a dimensão simbólica, pode-se dizer identitária, e efetiva.

Walter Roque Dallabrida (2000) compreende territorialidade como sendo o que se encontra no território, ou o processo subjetivo de conscientização da população a respeito de sua inclusão em um território. A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas (DALLABRIDA, 2000, p. 3).

O geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (2007) parte do conceito de espaço social para construir a base conceitual de “movimentos socioterritorial e socioespacial”, e reivindica também a definição extremamente ampla de espaço social a Henri Lefèbvre, na sua obra *The Production of Space*, de 1991, como sendo “a materialização da existência humana”. Na compreensão de Fernandes, a amplitude do espaço social é um grande desafio encarado pela Geografia, pois o espaço é a sua principal categoria de análise, portanto o pensamento

geográfico tem que manter um constante diálogo com outras ciências na construção de um corpo conceitual de espaço.

Por sua amplitude, o conceito de espaço pode ser utilizado de modos distintos. Todavia muitas vezes a sua utilização não é compreensível, porque não se define o espaço do qual está se falando. É assim que o espaço vira uma panaceia. Para evitar equívocos, é preciso esclarecer que o espaço social está contido no espaço geográfico, criado originalmente pela natureza e transformado continuamente pelas relações sociais, que produzem diversos outros tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: políticos, culturais, econômicos e ciberespaços (FERNANDES, 2007, p. 2).

Partindo desse entendimento de que o espaço faz parte da realidade concreta, ele deve ser compreendido como multidimensional. Não se pode compreender o espaço social em “análises parciais, unidimensionais, setoriais, lineares, uniescalares, incompletas e, portanto, limitadas, porque necessitam limitar”, e porque é nele que ocorrem as relações sociais. Com essa compreensão, o autor faz um convite para que essa leitura fragmentada seja superada, porque o mundo atual exige “ponderabilidade na criação de métodos que desfragmentem o espaço”, dado que a fragmentação do espaço promove “desigualdades e diferentes formas de exclusão” (Ibid., p. 2).

Para tanto, é necessário definir o espaço como “composicional, ou seja, pode ser compreendido em todas as dimensões que compõem”. Pois, sua construção é carregada de “simultaneidade em movimento que manifesta as suas propriedades do espaço em ser produto e produção, movimento e fixidez, processo e resultado, lugar de onde se parte e aonde se chega” (Ibid., p. 3). Com isso, o autor afirma que o espaço é uma completude, ou seja, possui a qualidade de um todo, mesmo sendo parte. Desse modo, o espaço geográfico é formado pelos elementos da natureza e também pelas dimensões sociais, produzidas pelas relações entre as pessoas, como a cultura, a política e a economia.

O Espaço geográfico contém todos os tipos de espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. O espaço social é uma dimensão do espaço geográfico e contém a qualidade da completividade. Por causa dessa qualidade, o espaço social completa o espaço geográfico. O mesmo acontece com todos os tipos de espaços.

Esse é o caráter da composicionalidade, em que as dimensões são igualmente espaços completos e completivos.

Essas qualidades dos espaços desafiam os sujeitos que neles vivem e pretendem compreendê-los. [grifos do autor]. (Ibid., p.3).

O autor aceita a tese de que o espaço social é produto das relações sociais, que, por sua vez, são essencialmente produtoras de “espaços fragmentados, divididos, unos, singulares, dicotomizados, fracionados, portanto, também conflitivos” (FERNANDES, 2007, p. 3). Com isso, pode-se partir do princípio de que o espaço social é contraditório, desigual e multidimensional. Ou seja, é produto da intencionalidade das relações sociais. Dessa forma, para Fernandes, a materialidade das relações se projeta nos conflitos de luta de classes, principalmente no modo capitalista de produção, sendo que essa materialidade objetivamente produz o espaço geográfico, que é o território. Esse território tem limites, mesmo a se supor que esse limite tem uma elasticidade que depende da forma de poder, portanto, é carregado de conflitos. Pois, de acordo com ele,

O território é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder. Esse poder, como afirmado anteriormente, é concedido pela receptividade. O território é, ao mesmo tempo, uma convenção e uma confrontação. Exatamente porque o território possui fronteiras, é um espaço de conflitualidades. A partir desse princípio, é essencial enfatizar que o território imaterial é também um espaço político, abstrato. Sua configuração como território refere-se às dimensões de poder e controle social que são inerentes. Desde essa compreensão, o território, mesmo sendo uma fração do espaço, também é multidimensional. Essas qualidades dos espaços evidenciam nas partes as mesmas características da totalidade (2007, p. 3).

Como já afirmado anteriormente, as relações sociais materializam e se reproduzem em movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos, produzindo assim espaços e territórios também desiguais, contraditórios e conflitivos. Portanto, é um processo dialético. É o que Fernandes (2007) também denomina como sendo processos geográficos: “Os processos geográficos são também processos sociais. As relações sociais a partir de suas intencionalidades produzem espaços, lugares, territórios, regiões e paisagens” (Ibid., p. 4). Ao produzirem seus espaços e neles se realizarem, as relações sociais são também produzidas pelos espaços. Essa indissociabilidade promove o movimento dos espaços sociais e dos

territórios nos espaços geográficos. É por meio desses movimentos que as propriedades dos espaços e dos territórios se manifestam, “ações, relações e expressões, materiais e imateriais” (Ibid., p. 4).

Com essa afirmação, o autor constrói quatro tipos de processos geográficos primários: espacialização, espacialidade, territorialização e territorialidade. A espacialização “é movimento concreto das ações e sua reprodução no espaço geográfico e no território. A espacialização como movimento é circunstancial, é o presente”, a espacialidade “é o movimento contínuo de uma ação na realidade ou o multidimensionamento de uma ação. A espacialidade carrega o significado da ação”; a territorialização é resultado da expansão do território, contínuo ou interrupto; a territorialidade, por sua vez, “é a manifestação dos movimentos das relações sociais mantenedoras dos territórios que produzem e reproduzem ações próprias ou apropriadas. Existem dois tipos de territorialidade, a local e a deslocada, que acontece simultaneamente” (Ibid., p. 5).

Mesquita (1995) faz uma diferenciação dos conceitos de território e espaço, sendo que o território é revelado no espaço. A autora encontra a base teórica dessa diferenciação em Raffestin, que, por sua vez, tem como base as ideias de Henri Lefèbvre sobre espaço e território.

Lefèbvre exprime perfeitamente o mecanismo para passar do espaço ao território: ‘A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes e fluxos que se instalam: rotas, canais, caminhos de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estrada e rotas aéreas, etc.’. O território, nesta perspectiva, é um espaço no qual se projetou o trabalho, seja a energia, seja a informação e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a ‘prisão original’, o território é a prisão que os homens se dão. [...].

O espaço vem, portanto, primeiro, ele é preexistente a toda a ação. O espaço é de qualquer forma ‘dado’ como uma matéria-prima. Ele preexiste a toda a ação. ‘Lugar’ de possíveis, ele é a realidade material preexistente a todo o conhecimento e a toda a prática da qual ele será objeto quando um ator manifestar sua visão intencional sobre ele. O território, evidentemente, apoia-se sobre o espaço. Ele é a produção a partir do espaço. Ora, a produção para todas as relações que ela põe em jogo, se inscreve num espaço de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, portanto uma empresa, portanto um controle, mesmo se este permanece nos limites dum conhecimento. Todo o projeto no espaço que se exprime por uma representação revela a imagem desejada de um território, lugar de relações.

Todo o projeto é subentendido por um conhecimento e uma prática, isto é, por ações e/ou comportamentos que supõem evidentemente a posse de códigos, de sistemas sêmicos. É por estes sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço que são os processos sociais. É preciso então compreender que o espaço representado é uma relação e que suas propriedades são as realizadas através dos códigos e sistemas sêmicos. Os limites do espaço são aqueles do sistema sêmico mobilizado para o representar. (Raffestin, 1980, p. 129-130, apud MESQUITA, 1995, p. 82).

Para Mesquita (1995), o território é o que está próximo de cada um de nós. Ao mesmo tempo, é o intermediário entre nós e o mundo, e, por ser tão próximo, é concreto. E essa concretude não tem medida, não tem dimensão fixa. Tal elasticidade se dá porque o território tem significação social. Portanto, a elasticidade do território se estende até onde vai a territorialidade. O conceito de territorialidade é aqui entendido como projeção da identidade sobre o território. E se se aceita que o território tem significação social, ele se constrói / mantém / destrói / reconstrói no cotidiano, ou na mediação de um “conjunto de instituições, práticas e crenças que têm sentido só na relação que mantém entre si, este procedimento impede uma visão estática do social [...]”. (Ibid., p. 83).

Oliveira (1996), por sua vez, constrói o seu entendimento de território como sendo:

O território (...). É assumido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo de produção, distribuição, circulação e consumo, e suas articulações e mediações políticas, ideológicas, simbólicas, etc. É, pois produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução de sua existência. São, pois, as relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território. O território não é um *prius* ou um *a priori* mas a contínua luta das classes sociais pela socialização igualmente contínua da natureza é, pois, simultaneamente, construção, destruição, manutenção e transformação.

É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve de forma desigual, simultânea e combinada, no interior do processo de valorização, produção e reprodução. (p. 11 e 12).

Se no modo capitalista de produção, o território é uma síntese contraditória, uma unidade dialética, esse modo de produção contraditoriamente em seu processo histórico abriu e abre a possibilidade para a formação de territórios não-capitalistas. Portanto é possível conceber a formação/manutenção/destruição/reconstrução de territórios não-capitalistas no interior do território dominado pelo modo capitalista de produção. Neste caso, o circuito do processo de produção material ocorre também na produção, distribuição, circulação e

consumo, com uma diferença fundamental, esse se dá sem a acumulação do capital – extração do lucro e renda da terra –, ou seja, só se extrai a renda da terra pré-capitalista, nas suas três formas: renda da terra em trabalho, renda da terra em produto e renda da terra em dinheiro. É evidente que neste caso pode ocorrer a acumulação de dinheiro, quando o volume obtido for maior do que a necessidade do grupo social. Nos territórios não-capitalistas, não há, portanto, a reprodução ampliada do capital em seu processo histórico. No seu interior não ocorre a contínua luta das classes sociais tipicamente capitalista, embora possam existir frações de classes sociais antagônicas também em seu interior. Contraditoriamente, em frações dos territórios não-capitalistas pode ocorrer a luta de classes contínua entre o capitalista que vive de renda e o proprietário de terras, contra os sujeitos sociais dos territórios não-capitalistas pela apropriação da natureza. No entanto, no processo histórico de ocupação, uso, identificação e controle dos territórios não-capitalistas, ocorrem relações sociais conflitantes e dinâmicas. Ou seja, os territórios não-capitalistas existentes no interior do território dominado pelo modo capitalista de produção é o resultado histórico de processos sociais contraditórios. A formação dos territórios não-capitalistas se dá de forma flexível. E só pode ser compreendida em sua totalidade.

A formação territorial do faxinal pode, a partir destes pressupostos teóricos enunciados, ser compreendida como uma fração de um território não-capitalista, ou seja, uma fração do território comunitário camponês dotado de uma especificidade. Assim, deve ser concebido com uma fração do território comunitário camponês faxinalense.

É esta especificidade que lhe dá o atributo identitário territorial de faxinal, porém, com isso, não retira e nem substitui sua identidade social camponesa. Aqui está a diferença da concepção materialista dialética empregada nesta tese e as concepções sócio-estruturalistas que vêm como território social composto por três dimensões: *cultural*, porque são espaços onde os camponeses faxinalenses territorializam seu modo de vida, “apresentam uma

inscrição identitária comum e significativa, com uma memória coletiva de caráter-espacial, a partir da qual” os camponeses faxinalenses se reconhecem e se identificam como grupo social; *econômica*, porque os camponeses faxinalenses estão territorializados no seu espaço geográfico, no “sentido de há uma quase completa ligação de dependência e vínculo econômico” com o criadouro comum ou comunitário através das terras de uso comum; e *política*, porque na contemporaneidade há uma disputa ferrenha muda – às vezes sanguenta –, que se iniciou desde a terceira década do século passado pelo modo capitalista de produção pela “apropriação e controle do que significa ou pode significar em termos de patrimônios econômicos e produtivos” o território do faxinal. (CUNHA, (inédito); SAHR, 2005, p. 55).

Ao contrário, em uma compreensão materialista dialética, esta fração do território comunitário camponês faxinalense está sendo concebida como totalidade produto das lutas de classes ou mesmo de fração de classes no processo histórico específico de sua construção. Ou seja, como uma realidade concreta objetiva, representando um produto da luta pela construção de um outro território diferente daquele capitalista. Como a fração do território comunitário camponês faxinalense é dinâmica, está sujeito a transformações, porque as formações territoriais são resultados de processos históricos, portanto do passado e condições para os processos futuros.

Portanto, deve-se levar em consideração a periodização na formação dos territórios não-capitalistas, ou seja, deve-se considerar sua história específica. Aliás, não é demais afirmar que ele é parte de uma totalidade social que é determinada por um conjunto parcial de características da formação social do território comunitário camponês no Brasil.

Porque, de acordo com Oliveira (2007):

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação capitalista de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições. (p. 20).

Desta concepção decorre a existência de territórios não-capitalistas dos povos e

comunidades tradicionais em várias formações sociais, como na Espanha – Montes de uso comum –, Portugal – Baldios – e no Brasil, os dos Seringueiros, Quilombolas, Indígenas, Fundo de Pasto, Faxinal e outros.

A atual fase do processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo reivindica cada vez mais a totalidade do território para sua expansão, sob diversas formas. Ou seja, os capitalistas do campo brasileiro querem mais terras para transformá-las em mercadoria. Se possível adquiri-las pelo menor preço, com isto empatando o menor volume de capital-dinheiro para a sua aquisição, para ampliar o máximo possível a apropriação da renda capitalizada da terra. Na lógica dos capitalistas do campo no Brasil, a expropriação dos territórios não-capitalistas dos povos e comunidades tradicionais tem sido uma constante na história do país, portanto, uma possibilidade concreta. Deste modo há muito tempo que vem ocorrendo no campo brasileiro a luta de classes, luta essa que é encarnizada entre os capitalistas do campo e os povos tradicionais. Atualmente existem vários exemplos dessa luta. Um deles é a luta e resistência dos povos indígenas Tupiniquim e Guarani do Espírito Santo, pela homologação dos 11.009 hectares de suas terras que foram expropriadas de seus territórios comunitários indígenas pela Aracruz Celulose¹² para ampliar suas plantações de eucalipto. Outro exemplo é o caso da demarcação da terra indígena Raposa/Serra do Sol (RR), que está sendo apresentado à sociedade nacional cercado do uso de “deturpações” por parte dos capitalistas arrozeiros. Afinal, foi depois de 30 anos de luta que os índios conseguiram que aquelas terras fossem demarcadas como terras da União. É preciso lembrar que as terras não são dos índios, mas do Estado Brasileiro.

No Paraná está ocorrendo a tentativa dos capitalistas latifundiários sojeiros em se apropriar da fração faxinalense do território do comunitário camponês para expandir suas

¹² A Aracruz Celulose é uma multinacional controlada pelos conglomerados Safra, Lorentzen e Votorantim, com 28% das ações cada, e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) com 12,5% das ações. (www.autistici.org/brigada/).

plantações, assim, como setores da indústria madeireira, papel e celulose para ampliar as plantações de *pinus* e *eucalipto*, bem como, há também a monopolização da fração do território comunitário camponês faxinalense pelas indústrias integradoras de produção de frango, ervateiras e transnacionais produtoras de fumo. Há ainda a disputa pela fração do território comunitário quilombola no Vale do Ribeira pelos capitalistas grileiros, que ultimamente vêm praticando atos violentos – queima de moradias – dos quilombolas do Vazeão, no Município de Dr. Ulisses.

É preciso não esquecer também da ação do capital do setor de turismo e lazer que, através dos chacareiros, na maioria das vezes, conseguem se apropriar de parte dos criadouros comuns ou comunitários dos faxinais na Região Metropolitana de Curitiba, em especial nos Municípios de Quitandinha, Mandirituba e Piên. Com esta ação, desarticulam as práticas sociais, culturais e modo de vida dos camponeses faxinalenses. Consequentemente se apropriam de uma parte da fração do território comunitário camponês do faxinal, transformando-o em parte constituinte do território capitalista mundializado.

Existe também, por parte dos capitalistas do campo, um processo de perseguição e criminalização dos movimentos sociais do campo – com o apoio do aparato judiciário e do capital midiático –, como é o do MST, MAB e também se estendendo aos quilombolas e indígenas.

Assim, o conceito de território de Oliveira (1996) é fundante nessa tese por compreender que estão dentro da concepção do marxismo, e também porque seus olhares se estendem para a luta de classe contida na construção / destruição / manutenção / transformação do território. Aliás, o conceito de território é muito complexo, bastante desenvolvido e pouco compreendido no seio da Geografia Brasileira. Mesmo assim, o conceito de fração do território comunitário camponês faxinalense, que, como ocorre com muitos fenômenos sociais, é praticamente impossível de ser conclusivo, será utilizado nesta

tese. Este esforço teórico é mais uma tentativa de compreender a complexa construção da formação social da fração faxinalense do território comunitário camponês no Paraná e seus sujeitos sociais, os camponeses faxinalenses, que são uma fração da classe social camponesa “em si”, os quais estão em um processo de construção de classe social “para si”.

Dessa forma, deste ponto em diante, quando me referir a território, estou utilizando o conceito elaborado por Oliveira (1996), e, quanto tratar da fração do território comunitário camponês faxinalense será com base na discussão feita sobre o território não-capitalista, contraditoriamente no interior do território capitalista mundializado.

2. CAMPEsinato E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO BRASILEIRO

2.1. A TRAJETÓRIA DO CAMPEsinato

A primeira revolução na agricultura transformou consideravelmente os aspectos de organização da produção, bem como causou profundas rupturas nos processos vigentes, jamais observadas antes, e conduziu a um modo diferente e mais complexo de reprodução social. As mudanças institucionais na sociedade, causadas pelo longo processo de transformação do modo feudal de produção para o modo capitalista produção não foram tão simples e nem com ausência de embates político-ideológicos que opunham liberais e conservadores, em que o cerne era a questão econômica (pré-capitalista). (PRAXEDES DA SILVA, 1995, p.32).

À medida que essa grande transformação se processava, um contingente significativo da população do campo foi atingido diretamente, ao mesmo tempo em que moldava a sua forma futura. Aconteceu, então, um grande esvaziamento do campo na Inglaterra, em favor do melhor aproveitamento dos fatores de produção e o consequente aumento da produtividade do trabalho em razão das técnicas de produção mais eficazes.

A revolução na agricultura foi promovida pelo modo capitalista de produção, conforme diz Lênin, ao defender o livro de Kautsky, *A Questão Agrária*:

Kautsky expõe a teoria de Marx sobre o valor, o lucro e a renda. ‘Sem dinheiro, ou, o que é o mesmo, sem capital’ – diz Kautsky – é impossível a produção agrícola moderna. Com efeito, com o atual modo de produção, qualquer soma de dinheiro que não é destinado ao consumo individual pode converter-se em capital, isto é, em valor que cria mais-valia; e via de regra realmente transforma-se em capital. A produção agrícola moderna é, por conseguinte, capitalista. (LÊNIN, 1981, p.56).

A segunda revolução na agricultura, quando se utilizou a mecanização agrícola provocando a intensificação de outros fatores, levou a uma realidade ainda mais complexa no campo. E o motor dessa revolução levada a cabo na agricultura moderna foi a concorrência,

no dizer de Lênin:

[...], ao imprimir (e continuar imprimindo) um impulso ao rápido desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. O sistema de três campos foi substituído pela rotação das culturas, melhoraram a criação de gado e o trabalho da terra, aumentaram as colheitas e tomou grande desenvolvimento a especialização da agricultura, a divisão do trabalho entre as múltiplas explorações. A uniformidade pré-capitalista foi substituída por uma diversidade cada vez maior, acompanhada pelo progresso técnico de todos os ramos da agricultura. Iniciou-se e se desenvolveu rapidamente a mecanização da agricultura, a aplicação do vapor; começa-se a utilizar a eletricidade, que na opinião dos especialistas virá a desempenhar um papel mais importante que o vapor neste setor da produção. Desenvolveu-se a construção de caminhos de acesso, os trabalhos de melhoramento do solo e o emprego de fertilizantes em consonância com os dados proporcionados pela fisiologia vegetal; começou-se a aplicar a bacteriologia à agricultura. (LÊNIN, 1981, p. 85 e 86).

Com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, há expansão das relações capitalistas no campo e também, como se sabe, ao desenvolver de relações capitalistas no campo, contraditoriamente se desenvolvem relações não capitalistas. São essas contrações que assumem relevância ao se discutir a existência do camponês, o qual já foi objeto de várias interpretações, considerado “desde um obstáculo para o desenvolvimento da sociedade, passando pela barbárie, atribuída à sua condição de classe social, até as profecias do seu desaparecimento com a intensificação das relações capitalistas”. (FABRINI, 2004, p. 118).

O sociólogo russo Teodor Shanin¹³ (1980, p. 43), um dos estudiosos que dedicou o melhor de seus esforços intelectuais no estudo do camponês, afirma que, na Alemanha do século XII, existiam seis palavras para definir o camponês: “vilão, rústico, demônio, ladrão, bandido e saqueador; e, no plural – miseráveis, mendigos, mentirosos, vagabundos, escórias e infiéis’. J. Le Goff”. (1980, p. 43 e 2005, p.1). Portanto, compreendo que os camponeses, por viver da renda da terra da propriedade privada camponesa da terra, constituem uma classe e, dessa forma, se constituem como sujeitos políticos que garantem sua existência no modo capitalista de produção; e entendo que os camponeses travam uma luta de classe, tendo como seus opositores não apenas os capitalistas, que vivem de juros, mas também os capitalistas proprietários de terra, que vivem da renda da terra capitalista e camponesa e de juros. Como demonstrou muito bem Karl Marx,

¹³ O autor não se refere de que obra de J. Le Goff retirou a citação.

[...] somente para o trabalhador a separação de capital, propriedade da terra e trabalho é uma separação necessária, essencial pernicioso Capital e propriedade e propriedade fundiária não precisam estacionar nessa abstração, mas o trabalho do trabalhador, sim. Para o trabalhador, portanto, a separação de capital, renda da terra e trabalho [é] mortal. (MARX, 2004, p.23).

Entendo ainda que a existência do camponês ocorra mais pelo enfrentamento à ordem expropriatória do que pela possível fissura existente nas relações de produção do modo capitalista de produção.

É nesse contexto que será discutida a existência dos camponeses, sendo que os primeiros passos para sua compreensão estão em diversos autores que têm procurado definir o campesinato a partir de diferentes características, tais como Karl Marx (1988, 2002), Karl Kautsky (1980), Vladimir Ilitch Lênin (1981, 1985), Alexander Chayanov (1994), Teodor Shanin (1972, 1980, 2005 e 2008), José de Souza Martins (1981), Margarida Moura (1986) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991). Será com base nestes e em outros autores que será discutido o referencial teórico que embasará as análises sobre o campesinato na atualidade.

Mas quem é essa classe que vive no campo e vem persistindo ao longo de todos os modos de produção; essa classe que Shanin (1972) já definiu como “classe incômoda” ao estudá-lo na sociedade russa, caracterizada como em desenvolvimento, no período de 1910 a 1925. O autor alertou que há razões para definir “camponês” e há razões para deixar indefinido seu conceito. Tomar a decisão de conceituá-lo ou não, “jamais é inconsequente, pois este conceito, se aceito como tal, vincula-se ao próprio âmago do pensamento teórico sobre a sociedade global contemporânea e reflete-se em conclusões de imediato interesse político e analítico” (SHANIN, 1980, p. 42). Também foi alertado pelo autor que determinados setores das ciências sociais utilizam-se da tática do exagero das preocupações com terminologias, com longos discursos para desviar-se de “mergulhar diretamente nas realidades e nos problemas sociais e políticos”. Ao mesmo tempo se deve testar os conceitos e voltar às suas origens epistemológicas. Desse modo, “a moda intelectual de ‘estudos camponeses’ parece aproximar-se de um novo estágio e de um momento decisivo”.

(SHANIN, 1980, p. 43).

Com isso, o autor buscou testar o conceito a partir de várias correntes de pensamento das ciências sociais, iniciando pela já consagrada “hipótese da nulidade” proposta pela estatística convencional que descarta sua existência. Ou seja, a validade do conceito de camponês, “seus vínculos com a realidade, sua consistência interna, seu marco teórico e os possíveis esclarecimentos”, por mais que sejam exigentes, são uma mistificação. O conceito de camponês justifica-se pelo fato de sua existência no aspecto imediato e com exata especificidade, pois os assim denominados em qualquer parte do mundo têm o conteúdo significativamente diverso como o próprio mundo. Essa diversidade ocorre em uma mesma fração do território comunitário camponês. Por exemplo, em um mesmo criadouro comunitário existe o camponês “rico e o pobre”, o proprietário de terras e o arrendatário, o “chefe do grupo doméstico e um ‘braço’ contratado, que romperão, muito frequentemente, com qualquer continuidade de gradações regulares”. No contexto histórico, é acrescida sua diversidade, por não ser “o mesmo” em diferentes anos, décadas e séculos.

Uma conceituação mais estrita de contexto social salientará tudo isso e ainda mais, pois, tomando alguns exemplos, significados semelhantes podem ser atribuídos, a “um camponês” em diferentes períodos e sociedades, seja na Borgonha feudal, no cerrado devastado e queimado da Tanzânia, no Punjab mercantilizado de hoje ou na Gezira produtora de algodão para a indústria. Finalmente, os termos gerais, a-históricos e fora do contexto, costumam **odiosamente** se transformar em reificações da realidade ou, o que é ainda pior, em manipulações conscientes por políticos espertos ou acadêmicos caçadores de prestígio. Eis por que os camponeses se tornaram uma mistificação. (Ibid., p. 44).

De acordo com o autor, todas essas questões são verdadeiras, conforme a corrente de pensamento que analisa o camponês, pois o campesinato é heterogêneo e deve ser compreendido e mesmo descrito dentro da sociedade geral, assim como dentro do contexto histórico (“na realidade, apenas analiticamente é possível dividir ‘o diacrônico’ e ‘o sincrônico’ nos fenômenos sociais”). É possível afirmar que o conceito de camponês pode ser usado de forma mistificada, mas isto não é dizer tudo; faz-se necessário clarear a discussão das questões centrais que estão em jogo:

O que está em pauta é a maneira como esse conceito opera no processo de conhecimento das sociedades. A ‘definição de camponês’ só pode ser entendida dentro desse contexto. Nesses termos, uma ‘hipótese de nulidade’ serviria para mostrar que a utilização do conceito de ‘camponês’ torna a realidade social opaca aos nossos olhos ou, pelo menos, nada contribui para o seu esclarecimento. Se isso acontecer, a conclusão mais consistente seria livrar-se deste inadequado termo, para evitar as aflições a que ele nos pode levar. A alternativa, isto é, reter a utilização conceitual de ‘camponês’ terá que ser esclarecida e definida. (Ibid., p. 45).

Por outro lado, de acordo com Shanin (1980, p. 45), a atual onda de marxismo acadêmico tem desempenhado um papel importante e significativo no debate sobre a utilização do conceito de camponês. Com o evento da sua “globalização”, colocou-se em evidência, na contemporaneidade, o campesinato.

Novos *insights* e nova força no debate têm nos oferecido oportunidade de reconsiderar tanto o pensamento dos estudiosos como as sociedades. Algumas das argumentações têm reafirmado e, em certa medida, recolocado o juízo contra a legitimidade do conceito de camponês. Outras têm declarado o oposto. Dentro do quadro de referências conceitual marxista está sendo explorada uma problemática, cuja relevância será facilmente reconhecida, mesmo fora desse campo. Muitas das posições demarcam as fronteiras e linhas entre marxistas e não-marxistas. (Ibid., p. 45).

No caso daqueles que negam a legitimidade do conceito de camponês, existe um grupo de estudiosos do campo e da agricultura brasileira, que possivelmente tenham encontrado uma fórmula para apaziguar suas aflições, ao cunharem o conceito de “agricultor familiar”. Assim, poderão continuar a ter prestígio acadêmico e satisfazerem a ideologia das políticas neoliberais do Estado Brasileiro para ‘os pobres do campo’ e continuarem a receber polpudos financiamentos de agências de fomento à pesquisa científica na tentativa – possivelmente mais aflitiva do que o conceito de camponês – de livrar a sociedade brasileira do incômodo da classe social camponesa, através de pesquisa de gabinete, com dados estatísticos primários e derivados de institutos de pesquisas estatais. Para alcançarem as verdades desse grupo de estudiosos, é possível que essas estatísticas tenham sido torturadas nos gabinetes para mistificar a realidade do campo brasileiro e, conseqüentemente, o conceito de camponês.

No entanto, no campo fora do marxismo, a Geografia Brasileira – que é a de que tenho conhecimento –, em razão da relevância da problemática do campesinato brasileiro, no

socialismo libertário anarquista acadêmico, vem colocando em foco, em suas pesquisas, o conceito de camponês, cujo núcleo que está localizado na Universidade de São Paulo. As discussões teóricas sobre esse tema enfatizam os significativos estudos dos geógrafos anarquistas Piotr Kropotkin e Élisée Reclus sobre a agricultura.

No que diz respeito às correntes marxistas que estudam o campesinato brasileiro, que é o de interesse mais próximo desta tese, já foi realizada uma síntese no capítulo primeiro, apoiada nos estudos do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1978, 1987, 1999, 2001, 2002 e 2004), considerado, no seio da academia e dos movimentos sociais do campo, um dos conhecedores da realidade do campo brasileiro, restando acrescentar aqui mais alguns elementos para melhor se compreender o camponês.

Shanin (2005, p. 2) afirma que os estudiosos das sociedades camponesas buscam generalizar o conteúdo de suas análises e exemplifica os estudos de Robert Redfield¹⁴, que afirmou que “a sociedade e a cultura camponesa têm algo de genérico em si ... (sendo) ... uma organização da humanidade com semelhança em todo o mundo” e de Fei Hsiu-Tung¹⁵, em sua descrição sobre o “modo de vida” do camponês, que “representam bem um sentimento amplamente difundido entre a maioria daqueles que pesquisam o camponês de modo sistemático e comparativo”. Esse tipo de análise não deve ser menosprezada porque sua representatividade é o reflexo do conhecimento tácito, enraizado da experiência. Mas, ao mesmo tempo, pode significar uma imagem distorcida do pesquisador sobre a realidade do campesinato, que o autor definiu como “camponesólogos”. Portanto, os estudiosos das sociedades camponesas utilizam seis categorias de características específicas dos camponeses para a comparação com os “outros” agricultores.

A primeira é a economia camponesa, que é caracterizada pela ocupação de mão-de-obra familiar extensiva, controle dos próprios meios de produção, economia de subsistência e

¹⁴ REDFIELD, R. **Peasant Society and Culture**. Chicago University of Chicago Press, 1956.

¹⁵ FEI HSIU-TUNG, “Peasants and gentry”. In: *American Journal of Sociology*, n. 52, p. 1-17, 1946.

diversidade ocupacional. Nessa característica também se enquadra às condições da vida produtiva camponesa, que precisa se adaptar às condições do meio ambiente e produzir equilibradamente, priorizando a agricultura, atividade extrativa e artesanato. A segunda se refere aos padrões e tendências da organização política, onde são comparadas as semelhanças dos movimentos rebeldes camponeses de diversas regiões. A terceira se refere às normas e às cognições típicas, que são influenciadas pelas forças de produção e de vida social. A quarta, às unidades básicas, às características sociais e seu funcionamento, particularmente os grupos domésticos camponeses, podendo se estender às aldeias, assim como a “posição subserviente geral das unidades sociais camponesas, dentro da rede mais ampla de dominação política, econômica e cultural” (SHANIN, 1980, p. 46).. A quinta se refere à dinâmica social específica da sociedade camponesa, particularmente sua reprodução social, ou seja, a produção das necessidades materiais, a reprodução dos atores humanos dentro de um sistema de relações sociais, em que são mostrados os padrões específicos e gerais dos camponeses. E por último, as causas e os padrões fundamentais de mudanças estruturais e específicas dos camponeses. “Sem dúvida, as teorias de mudança estrutural têm sido corretamente expressas no quadro de referências, mais amplo que o campesinato, das sociedades nacionais ou dos sistemas internacionais”. (SHANIN, 1980, p. 46-48).

Com as mudanças estruturais no campo provocadas pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura, a especificidade camponesa tem se realçado particularmente em países da América Latina, e, especialmente, no Brasil. O campesinato brasileiro mostra, a cada momento, que passa sua capacidade de reação às mudanças que vêm ocorrendo no campo brasileiro. Em especial no que diz respeito à ênfase que o camponês brasileiro está dando à produção agrícola, que Shanin (1980, p. 49) classificou como “agriculturação do camponês”, pois este aplica a maior parte do trabalho vivo da unidade familiar na produção da agricultura, tornando-se, assim, o maior produtor de alimentos que

abastece o mercado interno brasileiro. Com isso, o trabalho acessório de produção não-agrícola que fazia parte da produção camponesa, como, por exemplo, o artesanato e produtos da indústria doméstica – a transformação da mandioca, milho e arroz – é assumido pela produção industrial em massa pela indústria capitalista. O autor afirma que a generalização empírica “enquanto tal constitui uma parte indispensável das ciências sociais”. No entanto, chama a atenção para o perigo dos possíveis excessos de generalizações, “pela extrapolação de semelhanças ou sequências conhecidas, simplesmente porque são conhecidas”. (Ibid., p. 49).

Assim, o autor afirmou que a especificidade do camponês é o reflexo da interdependência das características dos elementos básicos estudados nas sociedades camponesas, mas que não pode ser “pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles”. No entanto, o âmago de suas características se encontra na dinâmica da propriedade camponesa familiar, enquanto unidade de produção e meio de vida social para reprodução biológica e social. “O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades, reações e interações com o contexto mais amplo” (Ibid., p. 50-51).

Depois de realizar uma contundente análise sobre a generalização das sociedades camponesas, a diferenciação camponesa – com o desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura –, camponeses como modo de produção, como unidades e totalidades de modos de produção e as pesquisas sobre camponeses como moda no seio da academia, o autor interrogou: “Então, o que são os camponeses, conceitualmente?” Retomou aos princípios epistemológicos, afirmando que

[...] os conceitos, as generalizações e os modelos não são a realidade, que é, infinitamente mais rica. Isso torna sem sentido uma pergunta genérica, tal como: ‘Os camponeses são um modo de produção, ou uma economia, ou uma classe, pois esses conceitos não são mutuamente excludentes, nem intercambiáveis: as luzes que trazem podem ser somadas. Os conceitos são instrumentos de análise; sua utilidade e

utilização estão sujeitas às perguntas feitas, às maneiras como estas se relacionam aos esquemas de questionamento teórico mais gerais e a seu esclarecimento da realidade. Nenhuma dessas conceituações pode ser total, exceto aquelas que são tautológicas e/ou triviais. Além disso, tal afirmação não constitui defesa de um ecletismo de princípios, pois a hierarquia de importância é central e pressuposta, e diferentes conceitos mostram diferentes medidas de esclarecimento (ou nenhuma que seja), especialmente quando a pergunta está determinada. São, portanto, a maneira de utilizar o conceito e seus resultados heurísticos, o que é central em nosso caso, isto é, a discussão sobre um debate atual dentro de um quadro de referência de análise claramente marxista. (SHANIN, 2005, p. 15).

Na discussão marxista, os camponeses são analisados desde a pré-história do capitalismo, “como sua forragem passiva dentro da ‘acumulação primitiva’, mas, em particular, como classes históricas “para si”, como, por assim dizer, baixo “caráter de classe”, explicável, por sua vez, dentro dos termos da especificidade camponesa”. Karl Marx analisou o camponês como “classe para si” pertencente aos tempos antigos e medievais no “Grundrisse” e em “O Capital”, no passado mais imediato da Inglaterra, “mas são centrais à análise da história atual da França e ao futuro político da revolução em ‘países de maioria camponesa’”. (Ibid., p. 15).

Marx (1988, p.55) tratou da questão camponesa, às vezes nem sempre de forma explícita. A razão para isso é que o centro de seu pensamento teórico estava concentrado no entendimento e na análise do sistema capitalista como um todo e não em algum setor específico. Um exemplo pode ser tirado da teoria do valor e da discussão da renda fundiária, na qual Marx contestou a tese do cereal enquanto unidade de medida do valor, pois na sua visão não existia uma relação homogênea entre preço e renda. Diante de tal problema, Marx formulou o conceito de preços de produção, transformando o valor em preço de produção. Assim, os preços dos produtos agrícolas passaram a ser o preço da produção. No entanto, ele fazia a ressalva de que a possibilidade ou não de o valor virar preço era uma questão estatística, e que o fundamental era a discussão do processo técnico, o qual determinava a composição orgânica do capital.

Por outro lado, ao analisar a passagem da sociedade mercantil para a capitalista, Marx (Ibid., p.54) observa que o produtor de mercadoria está cercado pelo duplo caráter destas, ou

seja, ele só poderá satisfazer seus interesses quando essa mesma mercadoria assumir um caráter social. E o que caracterizava essa sociabilidade era exatamente a divisão entre os produtores de mercadorias.

É a partir dessa diferenciação social que se constitui a divisão da sociedade em classes sociais, e da luta entre essas classes é que dependerá o destino das sociedades modernas. No capítulo XIII do Livro Primeiro do *Capital* (1988), quando Marx trata da indústria moderna e da agricultura, ele afirma que o emprego da máquina na agricultura atua de maneira mais intensa e sem oposição, no sentido de transformar em supérfluos os trabalhadores, abolindo o camponês tradicional e substituindo-o pelo trabalhador assalariado. Dessa maneira, o modo de produção capitalista rompe os laços entre a manufatura e a agricultura, mas, ao mesmo tempo, cria as novas condições para a união da agricultura e da indústria. Como conclusão, afirma-se que a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.

Desse modo, Marx constatou o nascimento do capitalismo na Inglaterra e a forma como ele ia se espalhando para as demais regiões do globo. No caso das unidades camponesas, esse processo ocorria através da desapropriação dos meios de produção dos trabalhadores, que se viram obrigados a vender sua força de trabalho para manter sua sobrevivência e a de suas famílias. Nesta circunstância, as relações de produção tenderiam a se polarizar entre os detentores dos meios de produção e os vendedores da força de trabalho.

Portanto, a terra torna-se mercadoria e a agricultura passa a ser uma forma de investimento de capital através do arrendamento. Ao não pagar a renda, no entanto, muitos camponeses são expulsos das terras, vindo a se assalariar nas cidades e a intensificar a atividade industrial capitalista urbana.

Os capitalistas, por sua vez, só arrendam terras e investem no setor imobiliário se obtêm uma taxa de lucro maior que a renda que têm que pagar.

Na sua forma menos desenvolvida, ou seja, pré-capitalista, ela é diretamente produto excedente, como, por exemplo, a fração da produção que o servo entrega ao proprietário da terra como pagamento pela autorização que este lhe dá para cultivar a terra.

Na forma mais desenvolvida, portanto, no modo capitalista de produção, a renda da terra é sempre sobra acima do lucro (do lucro médio que todo capitalista retira de sua atividade econômica, lucro esse sem o qual nenhum capitalista colocaria seu capital para produzir). (OLIVEIRA, 1987, p.62).

Isso significa dizer que, na sua forma menos desenvolvida, a renda é diretamente produto excedente (renda em produto¹⁶), ou seja, é parte da produção que o servo entrega como pagamento ao proprietário das terras, pela autorização que este lhe dava para cultivá-la¹⁷.

Na qual o produtor direto cultiva, durante uma parte da semana, a terra que de fato lhe pertence, com implementos de que é proprietário de fato ou de direito (arados, gado, etc.) e nos outros dias da semana ele trabalha gratuitamente nas terras que pertencem ao proprietário fundiário, trabalha para o dono da terra. (Marx, citado por LÊNIN, 1980, p. 114).

A primeira parte da semana trabalhada pelo camponês, Marx (1988) denominou-a de trabalho necessário, e a outra parte, de renda em trabalho¹⁸.

Para Kautsky (1980), nesse momento, o plantio na terra realizado pelo camponês era feito por meio da técnica da cultura dos três afolhamentos, que buscava em três grandes faixas de terras organizar as explorações individuais, sem que houvesse um esgotamento do solo, mantendo assim a sustentabilidade da terra pela prática do pousio.

Segundo Lênin (1980, p.114), em outro momento no modo feudal de produção, a renda paga pelos camponeses ao senhor feudal deixou de se apresentar em forma de trabalho e passou a ser renda em forma de produção (produto). A partir desse momento, o camponês passa a ser possuidor de certo grau de independência, pois já não precisa sair de sua terra para pagar a outra parte da renda. No momento seguinte, a renda do camponês passa a ser a renda em dinheiro, em que este vende seus produtos para pagar o senhor feudal, ou seja, o camponês

¹⁶ Para Marx (1988), é a renda em espécie transferida pelo camponês para a reprodução da classe proprietária.

¹⁷ Segundo Marx (1975), a terra inicialmente era considerada um direito, não uma propriedade, mesmo se sabendo que havia a apropriação individual da terra, a gestão desta era coletiva, sendo que em certas áreas todos poderiam usufruir dela, como nas florestas e nas pastagens.

¹⁸ Para Marx (1988), é a renda resultante do trabalho do camponês, transformada em valores monetários, e que serve para a reprodução da classe proprietária da terra.

passa, além de trabalhar para garantir o necessário para a subsistência da sua família, a ter que garantir um trabalho excedente para pagar a renda. Segundo Lênin (1980), uma pequena parcela da população camponesa organizou-se e, com o trabalho excedente, conseguiu obter mais renda, começando assim a assalariar outros camponeses que não conseguiram poupar.

Kautsky explicou muito bem esse momento de ruptura:

Agora, surgia o mercado com as suas exigências instáveis, desenvolvia-se a desigualdade entre companheiros da aldeia, entre os quais alguns produziam, quando produziam em suas terras, apenas o indispensável para si mesmos, ao passo que outros produziam em excesso. Uns, os pequenos, continuavam a colher para o seu consumo próprio, agarrando-se com unhas e dentes à comunidade territorial. Para outros, esta se transforma num entrave. Qualquer que fosse a procura do mercado, só podiam plantar nas suas lavouras o que a comunidade territorial prescrevia. Do mesmo modo, desenvolveu-se um antagonismo do interesse em relação ao resto da pastagem comum. O pequeno camponês dela dependia, pois não tinha meios para passar a uma forma mais alta de exploração. A subdivisão da pastagem comum lhe impedia quase a posse de animais. [...] A partilha lhe daria, talvez, mais terra, mas diminuiria as suas previsões de adubo, porque obrigava a reduzir o número de suas cabeças de gado. Os camponeses abastados, ao contrário, consideravam um desperdício criminoso o emprego, como pastos, de glebas que poderiam, com seus recursos, explorar de maneira mais produtiva (KAUTSKY, 1980, p.48).

Para Moura (1986, p.48), esse é o momento em que foram criadas as classes antagônicas no campo, com a divisão dos camponeses em famílias pobres, à beira da proletarianização, e famílias ricas que, ainda minoritariamente, ascendiam à condição de uma burguesia que acumulava bens móveis e imóveis.

Oliveira (1987, p.23) escreveu que, além dos entraves acima colocados para sua reprodução e dos problemas climáticos, o camponês contabilizava contra si a força imprevisível do mercado do qual dependia, pois quando se realizava uma boa produção, os preços caíam e vice-versa. Além desses entraves, havia também o precário sistema de comunicação existente no período, que prejudicava o escoamento da produção para regiões onde a escassez existia. Nesse período de transição, houve grande resistência por parte dos camponeses. Conforme afirmou o autor:

Esse processo de transformação das relações feudais de produção foi atravessado por um grande número de guerras camponesas. Primeiro lutaram contra a corveia, depois contra a renda-de-produto e contra a renda-em-dinheiro, enfim contra a coerção, contra o pagamento dos tributos.

Em determinados países, esse processo foi violento e rápido; em outros, foi mais lento. Na Inglaterra, durante os Séculos XVI e XVII, os cercamentos praticamente varreram os camponeses dos campos de cultivo, e em seu lugar surgiram os arrendatários capitalistas. Na França, só com a Revolução de 1789 aboliram-se os últimos direitos feudais, e assim a comunidade aldeã deu lugar à propriedade camponesa familiar. O camponês proprietário individual foi uma espécie de marca do começo da produção de mercadorias. Ele representava o produtor livre (das vassalagens feudais), livre para produzir para o mercado.

É, pois, aí que encontramos a forma marcante do campesinato como produtor de mercadorias. Um camponês estruturalmente diferente do camponês da comunidade aldeã feudal (Ibid., p.25).

Nesse período de transformação, desenvolveram-se lentamente as indústrias domésticas camponesas, nas quais eram construídos ou fabricados os produtos fundamentais à sobrevivência dos camponeses e a especialização na agricultura, o que enfraquecia a sustentação familiar, visto que deveriam buscar no mercado, agora, o que, até então, produziam nas comunidades.

Foi nesta etapa que começou a cair a tríade da organização e sustentação do camponês feudal, que tinha como base as terras (principalmente as pastagens e florestas) disponíveis, as indústrias domésticas e a agricultura de subsistência; ou seja, essas transformações despedaçaram o equilíbrio da economia feudal e forneceram os elementos fundamentais à construção das pré-condições para a acumulação primitiva capitalista no campo, porque tornaram possível a criação dos camponeses expropriados, por um lado, e o surgimento de uma nova fração de classe, fruto da acumulação de riqueza excedente, ou seja, os camponeses ricos. Portanto, é possível afirmar que é o início do surgimento do modo capitalista de produção na agricultura, o qual não ocorreu de forma homogênea em todos os cantos do mundo (TAVARES, 2002, p. 51).

O entendimento de Shanin (1980, p. 70) sobre “classe para si” foi de fundamental importância para a compreensão e a análise que foi realizada sobre a fração da classe camponesa objeto central da tese, os camponeses faxinalenses. Isto porque:

“Classe para si” representa aqui não apenas uma definição mais expressiva do que “classe para si”, mas também um nível diferente de abstração, não apenas como uma construção analítica, não apenas “portadora” de características de uma “matriz”, mas um grupo social que existe na consciência direta e na ação política de

seus membros. Somente a conceituação de uma classe como ator e sujeito da história social permite levantar questões como cristalização e descrystalização, coalizões de classes temporárias, retiradas, vitórias e derrotas. A luta de classe significa, neste nível, não apenas uma contradição objetiva de interesses, mas uma confrontação real de organizações específicas, palavras de ordem e homens. (SHANIN, 1980, p. 70-71).

É com esse entendimento de classe que alguns estudiosos do campesinato brasileiro conceituaram o camponês. Portanto, compreendo que não há como negar sua capacidade de explicar fenômenos importantes da agricultura capitalista e, principalmente, a agricultura camponesa no presente, suas tendências e seu papel no processo de desenvolvimento capitalista.

Margarida Maria Moura (1986,) conceitua o camponês como sendo, “o trabalhador que se envolve mais diretamente com a natureza” e, mais, “cultivador de pequenas extensões de terra, às quais controla diretamente com sua família”; “é um produtor que se define por oposição ao não-produtor, não importando se planta a terra ou se pesca no mar, conceituação esta defendida por antropólogos” (Ibid., p.13).

Resumindo algumas características defendidas por Oliveira (1991, *passim*.), com base nas obras de Martins (1981) e Tavares dos Santos (1978), é um produtor rural, proprietário ou não, que trabalha direta e pessoalmente a terra, com a produção baseada fundamentalmente no trabalho familiar e que ocasionalmente pode utilizar outros poucos elementos (mão-de-obra temporária, principalmente para colheita e troca de dia entre a vizinhança), remunerando-os de maneira variada; o trabalho não pode ser avaliado em termos de lucro, pois seu custo objetivo não é quantificável; geralmente praticam a policultura, cuja pequena produção, obtida em áreas não extensas e por meio de técnicas rudimentares (na maioria das vezes), destina-se ao consumo familiar (elevado valor de uso), sendo apenas o excedente destinado para o mercado (pequeno valor de troca). Dito de outra forma, há forte inter-relação entre a organização da produção e as necessidades de consumo; possuem relativa independência com relação à sociedade envolvente, devido à auto-suficiência, porém estabelecem alguma relação

com esta e apresentam-se em posição de subordinação econômica, social e política a outras categorias, tanto rurais quanto urbanas.

Já para Pereira de Queiroz (1973, p.23), o camponês caracteriza-se pelas “suas atitudes práticas e utilitárias por relação à natureza; por uma valorização tão positiva do trabalho que o define não apenas produtivo do ponto de vista material, mas também como o cumprimento de uma ordem divina¹⁹”. E mais, são “lavradores cuja produção é orientada para a subsistência, o que os distingue dos agricultores, cuja produção ao contrário é orientada para o comércio dos gêneros produzidos” (Ibid., p.29).

Portanto, é possível afirmar que, contemporaneamente, as tendências do campesinato parecem estar subordinadas às condições de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Dito de outra maneira, entende-se que o campesinato possui especificidades gerais, no entanto isso não tem significado de homogeneidade. O campesinato vem persistindo ao longo dos modos de produção, ao mesmo tempo em que se transforma e se vincula gradualmente à economia circundante, não constituindo um modo de produção à parte, mas em uma classe social. Ou seja, o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo, depois do seu amadurecimento, foi responsável pela criação classe camponesa que persiste no campo e tem uma enorme capacidade para enfrentar as imposições de enquadramentos na economia capitalista. É bem verdade que esta fração da população do campo, que não se converteu em capitalista e nem se resignou à situação em que se encontravam, está isto sim, obrigada (embora nem sempre) a desenvolver formas de defesa para continuar a produzir e reproduzir-se no campo.

2.2. O CAMPESINATO NO BRASIL

A sociedade brasileira, dadas as suas características, nasceu no campo. Foi a criação

¹⁹ Aqui está contida a questão dos valores simbólicos, que a Antropologia e a Sociologia, atualmente, discutem com muita propriedade.

sucessiva de núcleos agrários em diversas áreas, representados pelo que se poderia chamar genericamente de “fazendas”, “estâncias” e “sítios”, que resultou em expansão geográfica, no sentido da ocupação da terra, e demográfica, no sentido do crescimento da população. Já na época colonial observaram-se os primeiros sinais da formação da agricultura familiar camponesa, segundo as relações de posse, trabalho e uso da terra.

Para Moura (1986), analisar o camponês brasileiro envolve “fortes ambiguidades semânticas” derivadas das várias visões utilizadas para interpretar a agricultura brasileira.

Para autora, no Brasil:

as formas econômico-sociais que podem ser denominadas *camponesas* resultam de distintos movimentos históricos que se produziram em nossa estrutura agrária.

Pode-se dar essa denominação aos lavradores que viviam e produziam na condição de homens livres na periferia das grandes lavouras, convocados eventualmente para tarefas no seu interior, após o que retornava à sua própria roça. Tal campesinato se subordinava aos movimentos de sístole e diástole da vida econômica da grande lavoura. Quando esta se expandia, passava a necessitar de um número maior de braços e também das terras que os próprios camponeses controlavam. Quando se retraía, o camponês era menos solicitado, e a sua terra menos assediada por uma estratégia de concentração do latifúndio. (MOURA, 1986, p.66-67).

Para Linhares e Silva (1981, p. 133), a forma de doação das terras (Capitanias Hereditárias) praticada por Portugal não criou as condições necessárias para a formação de um campesinato livre no Brasil, embora também seja verdade que não existia nenhum instrumento de vigilância ou repressão que impedisse a ocupação das terras por livres pobres e escravos foragidos.

Para esses autores, no período colonial, mesmo nas regiões onde a produção da agricultura era mais intensa, foi possível o surgimento de formas de produção agrícola por eles denominadas de “protocamponesa”²⁰ ou “brecha camponesa”, graças às constantes crises de abastecimento. Para amenizar estas crises, a Coroa estabeleceu, na Carta Régia de 11 de

²⁰ O termo “protocamponês” refere-se às atividades agrícolas realizadas por escravos nas parcelas no interior das fazendas e no tempo para trabalhá-las e a eventual comercialização dos excedentes obtidos. Este termo é utilizado por Ciro Flamarion S. Cardoso para “designar atividades econômicas que, nas colônias escravagistas, escapavam ao sistema de *plantation* entendida em sentido estrito. Estas atividades poderiam se desenvolver tanto nos quilombos, através de uma economia de subsistência independente, como em pequenos lotes de terra, concedidos pelos senhores de engenho”. In: A Brecha Camponesa no Sistema Escravista (1979).

janeiro de 1701, a legislação que estabelece os sábados, domingos e feriados como dias livres aos escravos, para poderem procurar o seu sustento e, ainda para que sempre se reservem a eles terras para o cultivo da mandioca, o pão da terra.

Há indícios, pois, de que a prática camponesa dentro do sistema escravista não estaria confinada a momentos restritos e esporádicos ou a conjunturas específicas, embora devesse ser minimizada quando a unidade produtora voltada para um produto preponderante, destinado à exportação, atravessava fase de expansão no mercado internacional. Mesmo assim, tal suposição ainda carece ser devidamente comprovada. Na pequena e média propriedade, ele deve ter-se desenvolvido como atividade de subsistência, produzindo algum excedente, tanto para a grande propriedade monocultora, quanto para os centros urbanos. (Ibid., p.133-4).

Conforme Linhares e Silva (1981, p.131), no período colonial, a produção agrícola estava tão voltada para a exportação, que a Coroa obrigou, através de lei, que os proprietários de terras destinassem parte de suas “posses” ao plantio de gêneros alimentícios, por causa da falta de alimento para o abastecimento interno. Para esses mesmos autores, a prática pelos escravos de uma produção agrícola autônoma para a subsistência e a venda (mesmo que esporádica) no período colonial é considerada, por um conjunto importante de historiadores, como a gênese do campesinato brasileiro, cujo aparecimento teria ocorrido por volta de 1850, com a chegada dos colonos europeus.

Mas esses autores ressaltam que essa datação é objeto de calorosos debates entre os historiadores.

Para Oliveira Viana, Luis Amaral ou Alberto Passos Guimarães (em posições nitidamente diferenciadas), não possuíamos um campesinato antes do século XIX. Outros autores, mesmo quando não apontam para a colonização sulina como a única origem dos camponeses no Brasil, como no caso de Caio Prado Júnior, veem o camponês como um produto tardio do processo de formação de classes no campo, seja pela desagregação do latifúndio, seja pelas necessidades da urbanização acelerada em especializar um segmento rural na produção de alimentos. (Ibid., p.136).

Na compreensão de Cunha (1986), Caio Prado Júnior busca provar que a parceria corresponde a uma forma “avançada” da organização econômica e que nada fica a dever em produtividade a outras formas de organização.

Com efeito, a ideia de uma economia autônoma dos escravos, ou melhor, de uma parte considerável dos escravos, traz no seu conteúdo uma releitura da organização do sistema

colonial e da correlação de forças de outros atores sociais presentes nesse contexto. Essa releitura é feita por Oliveira (1987), que discute a presença de um ator social específico no período colonial do Brasil, e que ainda hoje pode ser encontrado no campo (como nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, não na forma original, mas vinculado à economia circundante), que é o “colono”. Para esse autor, o colono surgiu no Brasil a partir do momento em que “o tráfico de escravos foi extinto e a escravidão proibida”. A partir daí, era necessário encontrar uma saída para superar a falta da força de trabalho deixada pelos escravos, e uma das saídas foi a construção de uma nova relação entre fazendeiro e trabalhador livre.

Para Oliveira (1987, p.41-2), o colonato, como força de trabalho na produção capitalista, não pode ser analisado como um regime de trabalho assalariado, por este às vezes não receber o salário em dinheiro. No entendimento de Martins (1979, p. 19), a razão pela qual isso ocorre é que o colonato se caracterizou pela junção de três elementos diferenciadores do trabalhador assalariado: recebe pela sua força de trabalho e de sua família uma parte fixa em dinheiro ou produto, outra parte proporcional à sua produtividade e uma pequena parcela de terra concedida pelo fazendeiro para produzir alimentos para sua subsistência.

Conforme Martins (1986, p. 42) e Moura (1986, p.67), foi com a elaboração da Lei Imperial nº 501, de 1850, conhecida por Lei das Terras, que houve a primeira mudança significativa do conteúdo do campesinato brasileiro, pois foi nesse momento que a terra se tornou mercadoria e o campesinato explicitou suas diferenças enquanto ator social no campo.

[...]. Em primeiro lugar, porque liberta o camponês da grande propriedade, ao mesmo tempo em que o subjuga a ela. [...] Agora, o espaço do camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa a ser outro. Em segundo lugar, porque as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato moderno cada vez mais dependente do mercado, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria. É o campesinato que marca fortemente a paisagem do sul e do sudeste e que também terá seus problemas. (MARTINS, 1986, p.42-3).

A Lei da Terra impediu que um número significativo de camponeses pobres, bem

como seus descendentes sem dinheiro, tivessem acesso à terra. Mas, a partir do século XIX, muitos camponeses tinham a posse de títulos definitivos de propriedade da parcela da terra em que habitavam, constituindo-se “um campesinato parcelar”, quando então o camponês era denominado de “sitiente”, em algumas regiões do Brasil. (MOURA, 1986, p. 69). A autora afirmou que, nos períodos de crises econômicas, grandes fazendas que se dedicavam à produção de cultura “nobre”, como a do açúcar e do café, eram divididas em pequenas parcelas para serem vendidas a terceiros ou repartidas entre herdeiros, o que provocou o surgimento de inúmeros sítios, em geral voltados para a produção de alimentos. Assim como a Lei da Terra não impediu que restassem extensões de terras livres, “nas quais uma luta entre pequenos e grandes interesses se tornou constante, até atingir sua expressão mais aguda na expropriação do posseiro da Amazônia pelas grandes empresas” (Ibid., p. 69).

As unidades camponesas foram e são analisadas enquanto processo, e, inseridas no território, estão sempre em movimento. É aí que se encontra o âmago da questão a ser discutida. Com essa hipótese, pode-se afirmar que as mudanças que assolaram o campo brasileiro, a partir da década de 60, foram propiciadas pela aliança terra/capital, onde a terra passa ser cada vez mais considerada mercadoria, cujo resultado foi a migração rural de mais de 30 milhões de brasileiros; ao mesmo tempo em que surgiu um “novo” camponês, no campo brasileiro, cujas características sociais e econômicas são cada vez mais distantes do camponês “tradicional”, surgido no período colonial.

Entende-se que em várias regiões do campo do país persiste o campesinato, porque ele “transcende a materialidade econômica da troca de mercadoria” e se caracteriza pela sua organização social, na qual se destacam: o trabalho familiar, a prática da policultura, o uso de técnicas tradicionais na exploração agropecuária, os costumes de heranças, a tradição religiosa e as formas de comportamento político. Mesmo sabendo-se que essas características são “recortadas dialeticamente por outras provindas da classe dominante ou, mais difusamente, do

conjunto da sociedade”. (Ibid., p.71).

É nesse contexto que serão analisados os movimentos sociais de camponeses no campo brasileiro, tais como as Ligas Camponesas, MST e outros; bem como o surgimento de um novo movimento social no campo paranaense, que é o movimento social e político dos camponeses faxinalenses.

2.3. AS LIGAS CAMPONESAS

Não se tem, nesse tópico, o objetivo reconstituir a história das Ligas Camponesas e do Movimento dos Sem-Terra, tarefa, aliás, já detalhadamente realizada por outros autores, mas de lançar luz sobre este aspecto específico da disputa pela terra, em um país de dimensões continentais, onde, no entanto, a terra permanece concentrada nas mãos dos latifundiários.

As primeiras Ligas, fundadas inicialmente em 1945, em Pernambuco, sob a chancela do Partido Comunista, têm existência legal entre 1945 e 1947 (JULIÃO, 1962). Com pouca penetração no seio dos camponeses, essas Ligas foram extintas em 1947. As Ligas mais conhecidas datam de 1955 e originaram-se da criação da SOPP (Sociedade de Plantadores de Pernambuco) (Ibid., p.13). Tal sociedade, criada inicialmente com fins assistencialistas, rapidamente adquiriram um caráter político ao resistir ao proprietário do engenho que, após a fundação dela, exigiu a sua extinção imediata. Contando com apoios na cidade de Recife e com a adesão entusiasta do deputado Francisco Julião, seu principal intelectual e dirigente, a partir desta data, as Ligas tornaram-se o movimento político camponês mais expressivo que o Brasil presenciou até aquela data. A sua expansão por todo o Nordeste, fruto da luta em Pernambuco contra o foro (aluguel da terra pago aos proprietários) e pela desapropriação da Fazenda Galileia (onde elas teriam se originado), e os encontros e congressos de caráter regional e nacional conferiram às Ligas, a partir de 1959, um caráter de organismo nacional.

Por outro lado, verificou-se uma evolução considerável nas lutas reivindicatórias.

Inicialmente, as Ligas lutavam contra o foro e o cambão (dias úteis de trabalho cedidos gratuitamente aos proprietários). Gradualmente, as Ligas incorporaram a luta por assistência técnica e creditícia aos pequenos produtores rurais, o que se ampliou com a incorporação da bandeira da reforma agrária. Por fim, a partir de 1961, no I Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, as Ligas assumiram abertamente a luta pela reforma agrária radical, o que implicava a utilização de métodos pacíficos e violentos, se necessário fosse, para conseguir do governo a partilha da terra. As disputas com o Partido Comunista, a partir de 1961, em razão da radicalização das Ligas, provocou o descolamento das direções das Ligas das suas bases e o fortalecimento de uma outra alternativa sindical, centrada nos sindicalistas identificados com a Igreja Católica e com o Partido Comunista, que desembocou na criação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas), em 22 de dezembro de 1963, que direcionou o movimento no campo para a sua institucionalização e que prevaleceu durante o período compreendido entre 1964 e 1980 até o surgimento do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra).

Assim, as Ligas, que surgiram como um movimento assistencialista, logo tomaram um rumo absolutamente novo, redirecionando o sindicalismo no país e não se submetendo à estrutura sindical oficial ao não se registrarem no Ministério do Trabalho (para se criar uma Liga, bastava o registro civil em cartório).

Livre das amarras do sindicalismo oficial do país, as Ligas impulsionaram a luta pela reforma agrária por meio de práticas efetivas de ocupação e defesa das fazendas ocupadas por camponeses.

O período que se seguiu às Ligas Camponesas foi marcado pela institucionalização do movimento sindical rural, após a criação da CONTAG e a sua subordinação ao aparelho de Estado, mas não sem registrar contradições e lutas internas. A luta pela reforma agrária só é retomada pela CONTAG em 1979, porém se explicita de modo mais agressivo no início da

década de 80.

A luta camponesa não subordinada ao Estado desenvolveu-se na década de 70, sob os auspícios da Igreja Católica, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), sobretudo na região Centro-Oeste. O movimento no campo manteve-se, nesse período, com base nessa colaboração fundamental da Igreja, enquanto os sindicatos rurais eram utilizados pelo governo como agências paraestatais assistencialistas.

Portanto, é importante destacar o papel da Igreja Católica do Brasil, via CPT's, no apoio aos camponeses posseiros, ocupantes e sem-terra que participaram das correntes migratórias, originárias do Sul e Nordeste do país, principalmente nos anos 70, para o norte do Mato Grosso, sul do Pará, oeste do Maranhão, parte do Acre e Rondônia. Como bem afirmou Martins (1994):

A entrada das grandes empresas chocou-se com as correntes migratórias que dirigiam para essas áreas, constituídas de pequenos agricultores, em busca de terras que pudessem ser ocupadas por camponeses pobres. Duas correntes, de origens diferentes e destinos diferentes, se estabeleceram: do Sul do país, pequenos agricultores, quase sempre de ascendência europeia, sobretudo italiana e alemã, imigrados para o Brasil no século XIX, que estavam perdendo suas terras em consequência do empobrecimento, da concentração da propriedade, do crescimento da família e dos grandes projetos governamentais (como as barragens hidrelétricas), começaram a deslocar-se para a Amazônia Ocidental, principalmente Mato Grosso e Rondônia. Uma outra corrente, de pequenos agricultores sem-terra, pobres, deslocara-se do Nordeste do país em direção à Amazônia Oriental.

O primeiro grupo foi constituir a massa de colonos que adquiriu terras, com os recursos obtidos na venda dos pequenos lotes no Sul, comprando-as seja ao governo seja às colonizadoras particulares. O segundo, sem recursos econômicos, já vinha se deslocando para a Amazônia desde os anos quarenta, constituído a categoria dos chamados posseiros, ocupantes de terra, supostamente livres. Sem qualquer título de propriedade e sem qualquer direito assegurado à terra ocupada. As duas correntes de pequenos agricultores, especialmente a segunda, foi logo alcançada pela chegada das grandes empresas, que iniciavam a devastação da floresta para transformá-la em pastagens. (MARTINS, 1994, p.122-123).

Martins (1994, p.123) ressaltou que a maioria das terras ocupadas, seja pelas grandes empresas, seja pelos projetos governamentais, eram terras indígenas, nas quais se encontravam terras de povos que ainda não tinham sido “contactados pela chamada civilização e viviam em estado primitivo e natural”.

Selma Ribeiro Araújo Micheletto (2003, p. 58), apoiada nas obras José de Souza

Martins, afirmou que, nessa condição: “Desenhou-se, assim, o panorama de um imenso conflito social e étnico, que logo deixaria um grande número de vítimas, sem contar a quase dizimação de várias tribos indígenas, que não suportaram a violência do homem branco nem suas doenças”.

A violência não atingiu somente os indígenas da Amazônia, ela também foi praticada contra os posseiros e ocupantes de terras pelas grandes empresas que ali se instalaram para transformar a floresta em pastagens. Como bem aponta Micheletto (2003, p. 58), “[...] com os posseiros, a violência foi diferente, mas não foi menor. Pistoleiros de aluguel, sob ordens das grandes empresas”, começaram a expulsar violentamente das terras os pequenos agricultores sem títulos de propriedade, queimando casas e plantações, ferindo e matando pessoas.

Diante dos altos índices de conflitos sociais e éticos que vinham ocorrendo na Amazônia, a Igreja Católica faz uma autocrítica na sua análise sobre a questão agrária no Brasil. A partir de agora compreende que a base do atraso da questão agrária era produto do atraso econômico, social e político, cuja resolução poderia vir por meio de “uma política de desenvolvimento econômico que estimulasse a presença modernizadora do capital nas regiões atrasadas”. Assim, a Igreja passa a entender que a pobreza e a injusta distribuição da terra faziam parte da ação do capital para aumentar suas taxas de lucros.

A Amazônia pôs a Igreja diante da evidência de que o capital e o desenvolvimento capitalista maciço, ao contrário do que supunha, podiam criar problemas sociais de tal gravidade que se equiparavam ou superavam os gravíssimos problemas da miséria rural do Nordeste. [...] Aqui estava encerrado um segundo princípio: o de que o Estado é supostamente justo, age segundo critérios de justiça social e é, portanto, o promotor da justiça. Subjacente a este princípio, estava a contrapartida de que a inércia política do Estado pode comprometer essa possibilidade.

Daí a necessidade de uma instigação moral, como a da Igreja, que rompesse com essa inércia, provocasse sua intervenção no processo econômico para quebrar o círculo vicioso da pobreza. A Igreja destacava, assim, a importância da consciência crítica dos cristãos e dela própria. (Ibid., p.68-69).

Com essa postura crítica em relação ao processo econômico e político, a 18.^a Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou, em fevereiro de 1980, o documento “Igreja e problemas da terra”, em razão da violência que

aumentava no campo brasileiro. O pronunciamento dirigido aos agricultores de Oaxaca feito pelo Papa João Paulo II, foi transcrito no início do documento:

De vossa parte, responsáveis pelos povos, classes poderosas que mantendes, por vezes, improdutivas as terras que escondem o pão que falta a tantas famílias, a consciência humana, a consciência dos povos, o clamor dos desvalidos e, sobretudo, a voz de Deus, a voz da Igreja, vos repete comigo: não é justo, não é humano, não é cristão, continuar com certas situações claramente injustas. (p. 67)

Esse foi o discurso que norteou a linha de pensamento na construção da prática da Igreja Católica da Teologia da Libertação, com relação aos camponeses, trabalhadores rurais e índios, a partir da 18.^a Assembleia da CNBB, pois seus religiosos e agentes pastorais vivenciaram experiências muito duras com as violências sofridas pelos camponeses, trabalhadores rurais e os índios da Amazônia. Como bem afirmou Martins (1994, p.125), “Ao assumir camponeses e índios como sujeitos de sua crítica social, de tradição conservadora, repito, a Igreja assumiu a perspectiva da vítima e vítima do capitalismo tributário, especulativo e extorsivo”.

Em 2006, foi lançado um novo documento, agora não só assinado pelos bispos da Igreja Católica, mas também pelos bispos das igrejas Anglicana e Metodista, pastores sinodais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC). Na apresentação do documento “Os pobres possuirão a terra: pronunciamentos de bispos e pastores sinodais sobre terra”, Dom Orlando Dotti (2006) afirmou que o texto “quer ser uma resposta atualizada aos novos desafios que brotam da terra”. Ou seja, é uma atualização da afirmação do documento “Igreja e problemas da terra”, mais conhecido como “o documento 17 da CNBB”, publicado em fevereiro de 1980, por ocasião 18^a Assembleia da CNBB, onde se agregaram outras Igrejas de diferentes denominações cristãs. (p. 5). Já na sua introdução do documento Adriano Ciocca Vasino et al. (2006) afirmou que:

Após se completarem 25 anos do documento *Igreja e problemas da terra*, aprovado pela Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1980; quando a Comissão Pastoral da Terra (CPT) acaba de celebrar os 30 anos de existência, a serviço dos povos da terra; ao comemorarmos o trigésimo aniversário

da morte do Padre João Bosco Penido Burnier (12/10/1976), vigésimo aniversário da morte do Padre Josino Moraes Tavares (10/05/1986), o décimo aniversário do massacre de Eldorado de Carajás, com a chacina de tantos leigos pobres (17/4/1996) e o primeiro aniversário da morte de Irmã Dorathy Stang (12/2/2005), mártires da terra, terra sempre prometida por Deus e sempre negada pelos detentores do poder [...], queremos refletir a realidade do campo, da água e das florestas do Brasil, neste início do século XIX. Buscamos encontrar os melhores caminhos para apoiar a causa de todos os que vivem do trabalho da terra em nosso país e suas organizações e movimentos, para que cresçam na construção de sua autonomia e na busca de soluções duradouras e eficazes para seus problemas.

Os problemas enfrentados pelos camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, notadamente pelos pequenos produtores rurais, posseiros, meeiros, arrendatários, sem-terra, acampados e assentados, assalariados rurais e pelas diversas e diferentes comunidades ribeirinhas, extrativistas, quilombolas e povos indígenas, estão presentes no horizonte das preocupações pastorais de nossas Igrejas. Elas continuam a ouvir o clamor desses povos, muitos em condições mais difíceis e precárias que antes e mais excluídos dos bens que a natureza e a sociedade oferecem. (VASINO et al., 2006, p.10).

A partir da introdução do documento, é feita uma contundente denúncia sobre as consequências do neoliberalismo no campo, que torna o capital e o mercado valores absolutos, ao mesmo tempo em que também se denuncia a subordinação da política oficial do país aos “ditames implacáveis desse sistema e apoia e estimula abertamente o agronegócio intensivo e extensivo, que está estrangulando nossos pequenos agricultores e os trabalhadores em geral, tanto da cidade, quanto do campo, inviabilizando sua sobrevivência”.(Ibid., p. 10). O documento também afirmou que “a acelerada e violenta agressão ao meio ambiente e aos povos da terra revela a crise de um modelo de desenvolvimento alicerçado no mito do progresso que se resume nos resultados econômicos e esquece as pessoas, sobretudo as mais pobres, e todas as formas de vida”. (Ibid., p.10). Portanto, o documento afirma que a questão da terra já não é mais uma questão do campo, mas uma questão nacional e planetária.

Além disso, o documento reconhece que, nos últimos trintas anos, as Igrejas têm se posicionado em defesa de uma reforma agrária profunda e verdadeira, mas que os esforços e campanhas realizadas pelas Igrejas e a sociedade em geral, para que houvesse mudanças na estrutura agrária brasileira, foram derrotados. Mesmo com a mobilização pela reforma agrária “os governos responderam com tímidas políticas compensatórias que visavam amenizar os conflitos e desmobilizar os movimentos sociais, muitas vezes com forte repressão”. (Ibid., p.

17).

E como consequência da não realização de uma verdadeira reforma agrária no país, aumentou o acirramento dos conflitos sociais e éticos no campo e na cidade. Como, por exemplo, “as chacinas de Corumbiara e de Eldorado de Carajás”, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que criou o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária (1996) e que mais tarde passou a se chamar Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), graças às repercussões que as chacinas tiveram, sobretudo no exterior, e as pressões dos movimentos sociais. Mas, ainda assim, não foi estabelecido um “programa de reforma agrária e um plano com objetivos e metas para a desconcentração fundiária”. O que foi feito pelo então governo, para amenizar a pobreza no campo, foi a criação de um modelo de “novo mundo rural”, concebido pelo Banco Mundial para América Latina e Caribe. O documento afirma que tal modelo

Era uma autêntica contra-reforma agrária. Visava substituir gradativamente o instrumento de desapropriação de áreas, por mecanismos de compra e venda de terras. Para isso foram criados os programas Cédula da Terra e Banco de Terra e outros programas nos quais se inclui o Crédito Fundiário. Dessa forma, buscava-se privatizar os instrumentos de arrecadação de terras, transferir para Estados e Municípios o controle dos programas e desonerar a União dos seus custos financeiros e políticos. (VASINO et al., p. 18).

Nos trinta anos de sua existência, a CPT e outras comissões pastorais da Igreja Católica vêm acompanhando e denunciando os conflitos sociais e étnicos no campo, e ao mesmo tempo, dando apoio às vítimas desses conflitos por meio de seus movimentos e organizações, na tentativa de minimizar seus sofrimentos. De acordo com os dados e levantamentos da CPT e outras pastorais, o documento denuncia:

O avanço da predadora, excludente e desmobilizadora dominação do agronegócio tem feito aumentar a violência contra o meio ambiente, a natureza, o patrimônio público e as pessoas. Consegue combinar relações de trabalho modernas e as mais atrasadas, como a exploração de mão-de-obra escrava. E é responsável por uma constante onda de migrações que deixa os migrantes cada vez mais vulneráveis à exploração de seu trabalho. Um caso exemplar é o dos boias-frias da cana-de-açúcar. Eles têm de se esforçar cada vez mais para manter o emprego e não serem devorados pela mecanização da colheita. Na década de 1980, um trabalhador no corte de cana cortava, em média oito toneladas/dia. Hoje a média que se exige é de 12 toneladas. Se não for atingida, o trabalhador é dispensado. Esse esforço demasiado tem sido responsável por dezenas de mortes por estresse e exaustão, fenômeno que os trabalhadores denominam de morte por “birola”. Infelizmente essas mortes acabam

sendo computadas como consequência de outros problemas de saúde, não aparecendo a real *causa mortis*. Enquanto se exige uma produtividade cada vez maior dos trabalhadores, o agronegócio se empenha para que não sejam alterados os índices de produtividade de suas propriedades.

No Pará e no Mato Grosso, a abertura de novas áreas, muitas delas griladas, continua a ser feita com mão-de-obra escrava. Nesses Estados, seguidos por Maranhão e Tocantins, é que se dá o maior número de denúncias da prática. Mas o trabalho escravo é também denunciado em estados que não se imaginava existisse. Surgem denúncias da prática na Bahia, em Goiás e até no Rio de Janeiro e em São Paulo.

O que chama a atenção é a persistência e até o recrudescimento dessa prática. [...] A CPT contabilizou, só em 2005, 262 casos de trabalho escravo, envolvendo 7.447 trabalhadores. O Ministério do Trabalho fiscalizou 149 dessas ocorrências e resgatou 4.361 pessoas. De 1995 até 2005, foram resgatados 18.694 trabalhadores.

Depois do assassinato de três auditores fiscais do Ministério do Trabalho e do motorista que os acompanhava, em Unaí (MG), em 2004, cresceu o clamor nacional para que o Congresso aprovasse a proposta de emenda constitucional, em tramitação há mais de dez anos, que prevê o confisco das terras em que se constate a existência desse crime. Já votado e aprovado pelo Senado, o projeto sofreu na Câmara alterações propostas pela bancada ruralista com o objetivo de protelar sua adoção definitiva. O projeto continua engavetado até hoje.

[...]

Mas a violência contra os trabalhadores é mais diversa e se mantém constante e até se amplia. (Ibid., p. 33-35).

Quanto às estatísticas da violência no campo brasileiro, serão por diversas vezes lembrados seus números ao longo da tese, por se entender que nunca é ser demasiadamente repetitivo tratar a respeito quando se aborda a questão da violência contra qualquer pessoa humana, e, especialmente, contra os trabalhadores e trabalhadoras, camponeses e camponesas do campo brasileiro, notadamente os pequenos produtores rurais, posseiros, meeiros, arrendatários, sem-terras, acampados e assentados, assalariados rurais e os diversos povos tradicionais, que efetivamente são desamparados pela maior parte da legislação vigente que trata dessas frações da sociedade. Portanto, registra-se que:

Em 2005, a CPT registrou 1.881 conflitos no campo envolvendo 1.021.355 pessoas. Chama atenção a violência que se abate sobre os trabalhadores pelas mãos do próprio poder público. Em 2004, foram despejados, por ordem judicial, 37.220 famílias (o número mais elevado dos vinte anos de registro) e, em 2005, outras 25.618 famílias.

O Poder Judiciário tem-se mostrado, quase sempre, um dos grandes aliados do latifúndio e do agronegócio. Ao mesmo tempo em que é lento para julgar os crimes contra os trabalhadores, e extremamente ágil para atender às demandas dos proprietários, expedindo liminares de reintegração de posse que, na maioria das vezes, acabam se tornando sentença definitiva sem sequer ouvir a parte acusada.

É o número de assassinatos que impressiona. De 1985 a 2005 ocorreram 1.063 conflitos com morte. Foram assassinadas 1.425 pessoas entre trabalhadores, lideranças sindicais ou de movimentos, agentes de pastoral e outras pessoas que apoiam a luta e a causa dos trabalhadores. O que mais nos causa indignação, porém, é que somente 78 desses homicídios foram julgados. Foram condenados apenas 67 executores e 15 mandantes. A impunidade desses crimes alimenta cada vez mais a espiral de violência. (VASINO, et. al., p. 35).

Com base nos textos do geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves (2004 e 2005), o documento afirma que:

Uma análise acurada dos dados da CPT, realizada nos anos de 2003 e 2004, relacionando os conflitos e a violência com os números da população rural de cada estado, conclui que a violência é maior onde se dá a expansão do agronegócio. A violência cresce no rastro do agronegócio. (VASINO et al, p. 35).

O documento também denuncia os conflitos e violência contra os povos indígenas e outros povos e comunidades tradicionais, bem como o descaso do governo em dar uma solução efetiva e eficaz para os problemas que envolvem esses povos. Assim como seu compromisso em combater a cooptação dos movimentos e organizações sociais do campo pelos governos e políticos de turno e denunciar a campanha da mídia contra esses movimentos:

Causa-nos ainda maior indignação ver como os movimentos e organizações de camponeses e trabalhadores rurais vêm sofrendo sérios ataques por parte das organizações patronais, do aparelho de segurança do Estado e dos meios de comunicação social. Desde sempre controlados pelas elites dominantes e controladores da opinião pública, procuram criar uma imagem negativa dos movimentos sociais do campo, sobretudo dos mais combativos. Apresentam-nos como grupos de “baderneiros” e “fora-da-lei”. As suas justas e legítimas formas de luta, como as ocupações de terra, são vistas como meios para criar a desestabilização. Nunca consideram que a concentração de terras que deixa milhões de famílias sem terra sem trabalho é uma afronta aos mais elementares direitos da pessoa humana, uma agressão à razão humana e uma usurpação ilegítima de um bem comum. Trata-se, em muitos casos, de uma verdadeira guerra que, muitas vezes, culminou no assassinato de inúmeros mártires, mulheres e homens, velhos e jovens e até crianças que só defendem o direito humano, divino e constitucional de ter uma terra onde poder trabalhar e viver em paz.

O outro lado de uma violência disfarçada é a tentativa, por parte dos governos, de criar, com esses movimentos, uma relação de dependência e até de cooptação e manipulação política. A oferta de dinheiro público para a execução de projetos de interesse comunitário é muitas vezes condicionada ao apoio e à defesa dos interesses dos políticos de turno e à desmobilização da iniciativa comunitária. A necessidade desses recursos para combater situações de exclusão e, em alguns casos, a falta de uma leitura crítica ou até a atuação de pessoas corruptas fazem com que várias associações e organizações camponesas se sujeitem a essa verdadeira chantagem do poder e percam sua força de mobilização. Será nosso dever prioritário enviar todos os esforços para que essas distorções sejam corrigidas e não tornem a acontecer. (Ibid., p.40).

Também reconhecem os diversos movimentos sociais e organizações do campo, suas lutas e resistências:

A organização sindical (CONTAG [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura], CUT [Central Única dos Trabalhadores] e outros), a Fetraf (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o MPA (Movimentos dos Pequenos Agricultores), o MMC (Movimentos das Mulheres Camponesas), o CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros), as inúmeras articulações dos camponeses e trabalhadores rurais do semi-árido nordestino e muitas outras organizações de camponeses, trabalhadores rurais e de sem-terra que surgiram no país foram e são os protagonistas de muitas ações e mobilizações que lhe permitiram exercer a legítima pressão política para que as reivindicações dos sem-terra e dos homens e mulheres do campo fossem atendidas. Iniciativas como acampamentos, ocupações de terra, “empates” (ação dos seringueiros para impedir a derruba da floresta), ocupações de prédios públicos, marchas, mobilizações, acompanhadas de muitas atividades de formação, foram, muitas vezes, o único caminho para se fazerem ouvir pelas autoridades e para escancararem aos olhos da nação a realidade da injusta distribuição de terras no Brasil e a situação aviltante a que são submetidos os camponeses e demais trabalhadores do campo. Sem essas ações e ocupações organizadas, por exemplo, não se teria conseguido a maioria dos assentamentos que hoje existem.

Os povos indígenas, também, desenvolveram suas formas próprias de organização e continuam lutando para defender suas terras, sua cultura e seus direitos, alguns dos quais garantidos pela Constituição. Denunciam o descaso e cobram um atendimento efetivo da Funai (Fundação Nacional do Índio), que muitas vezes se omite. O preceito constitucional que obrigava a estarem demarcadas, em cinco anos, todas as áreas indígenas tornou-se letra morta. O governo federal, pressionado por agropecuaristas, mineradoras, madeireiras e pelos governos locais e estaduais, continua lento, quando não cria obstáculos para a demarcação das terras indígenas.

As comunidades negras, renascentes de quilombos, resistindo à ideologia do processo de branqueamento da sociedade brasileira, vêm mantendo e revitalizando, cada vez mais, seus valores culturais e exigem o reconhecimento das áreas que ocupam desde o tempo da luta contra a escravidão e de outras que lhes são devidas por uma dívida histórica.

Essas populações originárias e tradicionais ocupam e vivem em seus territórios, na maioria das vezes sem o reconhecimento legal da posse da terra, usando com sabedoria e comunitariamente, os recursos naturais num processo permanente de reconstrução e de resistência diante da violência do capitalismo agrário. São verdadeiros territórios de autonomia e de liberdade vivenciados por populações que não devem ser consideradas como “carentes” ou “indigentes”, destinatárias de políticas compensatórias, mas como sujeitos, autores e destinatários da construção de um Brasil novo que se reconheça pluriétnico, plurilinguístico, pluricultural, plurirreligioso. (VASINO et al., p.36-37).

Assim reafirma-se a solidariedade das igrejas às causas e lutas pela terra e na terra das organizações de camponeses e trabalhadores com ações que buscam reafirmar e fortalecer a identidade camponesa com seus valores e a construção de comunidades de resistência.

Com esses dois documentos anteriormente citados, parte das Igrejas Católica, Anglicana e Metodista, pastores sinodais da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no

Brasil (IECLB) e membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) abandonam as suas orientações conservadoras, de pensamento e ação, para desafiar e contestar o capitalismo predador e excludente apoiando os movimentos e organizações sociais que querem uma reforma agrária verdadeira, camponesa, respeitadora das diversas culturas, capaz de garantir terra e vida aos muitos grupos excluídos.

2.4. O MOVIMENTO DOS SEM-TERRA

Na década de 80, surgiu o Movimento dos Sem-Terra, com o apoio da CPT, do Partido dos Trabalhadores e da CUT. Com o I Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1984, o movimento ganhou projeção nacional, impulsionando a ocupação de terras previstas para serem desapropriadas, conseguindo forçar o governo a agilizar o assentamento de famílias acampadas. O Movimento dos Sem-Terra, a partir desta data, organizou-se no âmbito nacional, apresentando a seguinte estrutura:

A Coordenação Nacional: composta por 65 membros, oriundos de 21 estados; direção nacional: coletivo composto de quinze membros; coordenações estaduais: 22 coordenações com até trinta integrantes; direções estaduais: coletivos com sete a dezesseis membros; direções regionais: compostas por dez membros; coordenações de acampamentos: formadas por até sete pessoas que organizam a ocupação. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1995)

João Pedro STÉDILE (1994), tido pela imprensa como o ideólogo do Movimento dos Sem-Terra, afirma que o surgimento do MST, em âmbito nacional, deu-se em janeiro de 1984, com a realização de um primeiro congresso em Cascavel, no Paraná.

É o próprio STÉDILE que, ao avaliar o grau de mobilização do MST, afirma ter esse atingido o seu auge durante o governo Sarney, quando várias desapropriações foram realizadas sob pressão do Movimento, que sofria com a perseguição ferrenha da UDR (União Democrática Ruralista), cujo braço armado assassinou muitos trabalhadores rurais (STÉDILE, 1994, p.53). No período seguinte, com a posse de Collor, o MST foi obrigado a recuar. Pelo fato de a política de Collor ter sido nitidamente contrária à reforma agrária, não se registrou

nenhuma desapropriação em seu governo. Durante o governo Itamar, o Movimento dos Sem-Terra retorna à cena social e, de modo moderado, algumas desapropriações foram realizadas. O encontro nacional, de dezembro de 1993, em Salvador, marcou o retorno à radicalização. Mas a caracterização ideológica do MST só ocorrera em 1989:

No 5º Encontro Nacional, realizado em 1989, o MST se autocaracterizou como um movimento de massas, com base social camponesa, mas não apenas de camponeses. Havia um caráter sindical, pois em certos aspectos a luta pela terra é corporativa e, portanto, sindical. E também um caráter popular, pois em nossas lutas envolvem-se todas as pessoas e não apenas uma categoria. Tínhamos objetivos e reivindicações típicas de um movimento popular, um caráter político, na medida em que lutávamos contra a classe dominante como um todo (latifúndios, banqueiros, burgueses em geral, proprietários de terra) e contra o Estado, por mudanças sociais. (Ibid., p. 52).

No trecho citado transparece a maturidade do movimento, utilizando-se da experiência das Ligas Camponesas e Guerra de Canudos, que tentaram unificar trabalhadores do campo e da cidade contra o latifúndio, o MST se autodefine como um movimento camponês que não pretende ser exclusivamente camponês, por isso amplia sua base social ao incorporar outros segmentos de trabalhadores. Para o MST, seriam sem-terra: assalariados que desejam mais do que os benefícios trabalhistas; parceiros, meeiros e arrendatários; boias-frias; proprietários rurais com até 5 hectares, e filhos de proprietários cujas famílias tivessem até 30 hectares. Por outro lado, o MST reconhece o seu aspecto sindical, na luta por uma reivindicação específica, "corporativa", mas se nega a ser um sindicato; por fim, propõe-se a ser quase como uma frente anti-burguesa na luta pela reforma agrária. Ao menos teoricamente, esta foi a pretensão das Ligas na sua fase de radicalização: ampliar suas bases e promover a mais ampla aliança com os demais trabalhadores. As Ligas fracassaram, não conseguiram atingir tal objetivo. O MST tenta reeditar esta tática e retirar o movimento camponês do isolamento ao qual estava submetido, decorrente de uma certa omissão do sindicalismo urbano em relação aos trabalhadores rurais.

Na Folha de São Paulo, STÉDILE vai mais longe quanto aos objetivos do MST, verificando que o movimento avançou quanto à sua formulação:

No início, víamos a reforma agrária só como a conquista da terra. Hoje, achamos que é um caminho para criarmos um modelo de desenvolvimento que traga para o mercado consumidor amplas camadas marginalizadas. Só terra não adianta. Queremos educação no campo e a agroindústria. No início, tínhamos orgulho de dizer "nosso líder tem só o primário". Hoje temos vergonha de dizer isso e já colhemos frutos. Temos professores e até advogados assentados. (FOLHA DE SÃO PAULO, 1995).

A nova perspectiva do MST implica, entre outras coisas, lutar pela reintegração ao campo da população marginalizada nas cidades, migrante, forçada pela miséria e pela perda da terra. Aqui, novamente, a experiência das Ligas Camponesas é de fundamental importância, pois foram elas que defenderam a reforma agrária como um projeto de desenvolvimento. Naquela época, envolvidas pelo discurso modernizante, visavam integrar a massa camponesa ao mercado de consumo e viam nela o potencial para a ampliação do mercado interno e, conseqüentemente, a possibilidade de desenvolvimento nacional não-dependente dos países "imperialistas". O MST também propõe a integração, porém supera os limites das Ligas Camponesas, não levando em consideração apenas as massas camponesas, mas vendo no campo a saída para a imensa massa de marginalizados, considerada como excluída pela literatura sociológica contemporânea. Pode-se mesmo arriscar a conclusão de que, na atual conjuntura do país, o MST é o único a propor um rompimento radical com as metas propostas pela ideologia neoliberal, pois vê no campo a saída para a miséria crescente nas cidades, para os movimentos migratórios descontrolados, para a favelização da população de origem camponesa, e mesmo aquela de origem urbana.

Do ponto de vista político, tais proposições atraem para si a adesão não apenas dos camponeses ou filhos destes como também de parcela da população que não tem tradição agrária. A Folha de São Paulo (1996) noticiou que um dos Sem-Terra, que continua preso em São Paulo, anteriormente era balconista, tendo sido capturado na sua primeira ocupação. O mesmo veículo informou que os filhos de assentados no Rio Grande do Sul são novos ocupantes, pois as terras conseguidas pelos pais são insuficientes para resolver os problemas de toda a família. Essas duas situações mostram a capacidade dos Sem-Terra de multiplicar

ações pela reforma agrária e abrem novas perspectivas para a população marginalizada que habita as grandes cidades.

Stédile, no artigo citado, referindo-se ao Congresso dos Sem-Terra, em 1993, acrescentou aos objetivos anteriores: a formação de quadros, visando fomentar a mobilização das "massas"; a massificação das lutas, ou seja, o retorno às grandes mobilizações do MST no passado, no sentido de transformar a questão da terra numa questão política assumida por todos os trabalhadores; e, por fim, a organização da produção nos assentamentos já conquistados.

A combinação da ação política visando ampliar as áreas de reforma agrária com a utilização de mecanismos que assegurem a produtividade dos camponeses já assentados configura-se no lema: "Ocupar, resistir, produzir. A Reforma Agrária é uma luta de todos". Para negociar novos assentamentos com o governo, o MST pressiona-o utilizando-se da tática: ocupação/negociação/desocupação, evitando o enfrentamento com a polícia ou os fazendeiros.

Essa tática tem encontrado resistências nos movimentos dissidentes que surgiram em várias partes do país. Na Bahia, organizou-se o MLT (Movimento de Luta pela Terra), que atua no sul do Estado e conta, entre seus dirigentes, com membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). No Triângulo Mineiro, surgiu o MDST (Movimento Democrático dos Sem-Terra). Além desses dois movimentos, surgiram outros: alguns compostos por ex-membros do MST, como o de Corumbiara, e movimentos espontâneos e autônomos de ocupação que ocorrem em várias regiões do país. Os movimentos organizados fora do MST adotaram o lema "ocupar, resistir, defender", sugerindo, portanto, o enfrentamento com as forças da ordem, para manter a ocupação.

No entanto, a multiplicidade de ocupações no país, em 1995, mostrou para o MST que ele não possui o monopólio dessas ocupações e que a sua tática precisava ser revista. Segundo

suas próprias estimativas, existiriam no país, em setembro de 1995, 198 acampamentos, e, sob sua responsabilidade, estariam apenas 89, totalizando 31,4 mil famílias; outras 10,9 mil não estariam na sua órbita de influência.

As táticas do MST sofreram mudanças significativas em julho de 1995, quando, em reunião nacional, resolveu-se retomar o ritmo das ocupações para fazer frente aos grupos dissidentes.

Nos últimos anos, a história do MST está vinculada ao governo do PT. Sua posição frente à proposta do II PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado por um grupo de intelectuais pesquisadores do campo e da questão agrária brasileira, a pedido pessoal do próprio Presidente Lula – foi desconsiderada pelo então Ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto, uma vez que a proposta mexia com os interesses dos grandes latifundiários – na sua maioria, grileiros de terras devolutas –, e será objeto de análise no capítulo quarto da tese.

2.5. CAMPONESES FAXINALENSES: A LUTA PELA AFIRMAÇÃO COMO SUJEITO SOCIAL

Ressalte-se que as pesquisas até aqui desenvolvidas sobre os faxinais do Paraná não abordam a existência de um trabalho efetivo de mobilização dessa fração do campesinato para resistir ao “fetiche” de seu desaparecimento. De acordo com as teses defendidas do Chang (1988) e Carvalho (1987) e outros pesquisadores, o encaminhamento dessa questão, até onde se tem conhecimento, revela-se extremamente importante. Por um lado, foi no período dos anos 70 que um conjunto de problemas começou a se manifestar de forma mais evidente nos faxinais, em especial o avanço da “Revolução Verde” na agricultura paranaense – aumento da área plantada com monocultura de soja, trigo, milho e outras culturas consideradas modernas – e da indústria de madeira e celulose, que avançavam cada vez mais na fração do território comunitário faxinalense, provocando uma desestruturação econômica e social. Por outro,

neste mesmo período, ocorreu o surgimento de vários movimentos sociais no campo brasileiro – posseiros, sem-terras –, destacando-se como vanguarda o MST (Movimento dos Sem Terra), apoiados pela Comissão Pastoral da Terra, e pelo PT (Partido dos Trabalhadores), que se constituíram nos principais mediadores das reivindicações dos camponeses, junto aos órgãos responsáveis pela questão agrária, em especial, o MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário). Mas, no que se refere às ações da fração camponesa faxinalense neste período, suas reivindicações eram invisíveis, visto que sua existência foi sumariamente ignorada a partir de uma postura governamental de consciente abandono e descaso. Nem mesmo o Decreto-Lei n. 3.446/97, do Governo do Estado do Paraná, foi capaz de dar uma visualização, mesmo que sutil, a essa fração do campesinato.

Interessante pensar que é exatamente nesse instante que se acelera o processo de modernização da agricultura nos países periféricos (impulsionada pela Revolução Verde), com destaque para o Brasil. A conjuntura internacional favorável à produção de *commodities*, principalmente a soja, assume proporções significativas mediante o aparato técnico e científico disponibilizado pelo Estado, além da infra-estrutura necessária ao processo de ampliação e reprodução do capital em suas diversas expressões. Com isso, há um reflexo no campo, onde ocorre explicitamente conflito de interesses de agentes sociais que lutam antagonicamente e se expressam, territorialmente, na luta pela reforma agrária no Brasil, através de movimentos socioterritoriais no campo. De um lado, as elites latifundiárias brasileiras, que são representados, principalmente pela UDR (União Democrática Ruralista) e, de outro, os camponeses, representados pelos vários movimentos dos sem-terra.

A “modernização seletiva” da agricultura expressa e é a própria lógica destrutiva do capital. Todavia, para compreender esse processo, é necessário partir dos movimentos sociais. Partindo desse pressuposto, Ariovaldo U. de Oliveira (2002) coloca a barbárie das elites brasileiras em relação à luta dos camponeses pela terra. Chama atenção para o fato de que se

tem um novo camponês na perspectiva dos novos movimentos sociais, que se caracterizam por uma luta por direitos. De acordo com Oliveira, estamos diante do campesinato moderno, fato evidenciado por vários fatores, destacando-se, entre eles: o crescente aumento dos conflitos no campo; a adoção de políticas públicas deliberadas de redução de assentamentos de trabalhadores rurais; e a criminalização da luta pela terra (que considera como presos políticos as lideranças presas por defender a reforma agrária), entre outras características.

No Brasil, palco de uma ascensão significativa da luta pela reforma agrária, o único movimento que enfrentou com sucesso o novo governo, em 1995, o Movimento dos Sem-Terra, questiona os novos "paradigmas" que não tomam por base a discriminação econômica, mas as diferenças de sexo, cor, etc. Tais teorias atestam a decadência dos movimentos classistas (como a luta operária) e a debilidade das organizações sindicais; louvam o surgimento de novas formas de sociabilidade ou de individualidade que têm por base a competência dos indivíduos na nova era da informática. Essa perspectiva uniformiza o mundo e decreta o fim das utopias: na nova era "pós-socialista", ter-se-ia chegado ao termo das grandes utopias do século XIX e, sendo assim, a realidade, agora, exigiria comportamentos mais contidos e direcionados para o aperfeiçoamento da individualidade.

Os movimentos camponeses que retomam o cenário social nas décadas de 80 e 90 parecem, no entanto, ressuscitar o sonho de conquistas coletivas, e talvez emprestar, mais uma vez, um sentido ao termo "utopia", desprezado pelos marxistas clássicos que não queriam ser confundidos com a inocência dos primeiros socialistas, e retomado pelos revolucionários russos, que se permitiam o direito de sonhar, como possibilidade, a conquista e a perspectiva de transformação social. A utopia, sepultada pelas ditaduras stalinistas burocráticas, cujo sepultamento é hoje, tardiamente, comemorado pelo pensamento "pós-moderno", parece renascer a cada ocupação de terra.

No caso do Brasil, os sem-terra problematizam o futuro do país com seus milhares de

marginalizados, ou excluídos, oriundos do campo, vítimas de políticas agrárias e agrícolas que favorecem os latifundiários. Por outro lado, os movimentos socioterritoriais têm um passado cujas origens se encontram no alvorecer do Brasil contemporâneo: nas lutas de Canudos, Contestado e, mais recentemente, nas Ligas Camponesas.

Com esse sumário resgate histórico dos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro, principalmente das Ligas Camponesas e do MST, compreende-se que está surgindo um novo movimento social e político no campo paranaense.

As primeiras iniciativas dos camponeses faxinalenses para se organizarem como movimento social ocorreu com o surgimento dos conflitos sociais, culturais e ambientais nos faxinais no Paraná. Nos primeiros anos da década de 30 do século passado, os conflitos entre o capital do setor madeireiro industrial, pecuaristas e agricultores capitalistas e camponeses faxinalenses, ocorriam de forma invisível, surda, por falta de organização dos camponeses faxinalenses. Algumas denúncias amiúde foram feitas pelos camponeses contra seus inimigos de classe, mas, em períodos descompassados, individualmente por faxinal, através de associações de moradores, como no caso dos faxinais dos municípios de São João do Triunfo e Palmeira. Nesses faxinais surgiram conflitos com a chegada dos imigrantes gaúchos que adquiriram ou grilaram terras, nas terras de planta ou plantar e mesmo nos criadouros comuns dos faxinais desses municípios. Os conflitos ocorreram em razão das invasões dos animais graúdos – bovinos e equinos – e miúdos – suínos, caprinos e ovinos – dos camponeses nas terras dos gaúchos, porque estes não cercaram suas terras de acordo com as normas costumeiras dos camponeses faxinalenses. Para solucionar os conflitos, a pedido dos camponeses, as prefeituras municipais figuraram como mediadoras entre as duas partes. Ao mesmo tempo em que era de interesse dessas prefeituras resolverem os conflitos, pois a economia desses municípios tinha como base a agricultura, portanto era de onde se originava o maior percentual dos impostos arrecadados. A solução encontrada foi jurídica, através da

criação e promulgação das leis municipais de nº 9/49, de 06 de fevereiro de 1949, do Município de São João do Triunfo e nº 149/77, de 06 de maio de 1977, do Município de Palmeira, que tratam das cercas de lei.

Na década de 80 do século passado, surgiram conflitos pela posse da terra nos faxinais da Região Metropolitana de Curitiba, pois grande parte das terras de planta ou plantar e dos criadouros comum de seus faxinais foram ou são terras devolutas, por isto, houve tentativas por parte de grileiros de apropriarem-se dessas posses. Os camponeses faxinalenses, por meio das associações de moradores dos faxinais, buscaram seus direitos na justiça.

Em 1997, através de instrumento jurídico estatal, ocorre o reconhecimento formal do faxinal pelo Decreto – Estadual nº 3.446/97, enquadrando os faxinais como Área de Uso Regulamentado (ARESUR), que dá direito àqueles faxinais cadastrados nos municípios a receberem 5% de ICMS Ecológico, mas até hoje esse instrumento jurídico ainda não foi totalmente regulamentado. O importante aqui é ressaltar que esse instrumento jurídico, mesmo com seus problemas, foi elaborado por Francisco Adyr Gubert Filho, como uma autocrítica à sua tese desenvolvida em artigo de 1987, na qual defendia que os faxinais seriam desagregados, pois “a experiência socialista naufragou na hora em que a valorização da terra inviabilizou a criação extensiva”. (GUBERT FILHO, 1987, p. 39). Aproveito para asseverar com entusiasmo que Gubert Filho – Chico –, hoje é um dos incentivadores e apoiadores do movimento social dos camponeses faxinalenses.

Somente durante os primeiros anos do século XXI é que foram desenvolvidas diversas atividades de conscientização dos camponeses faxinalenses, acerca dos principais problemas que poderão advir com a desagregação dos faxinais. As atividades foram desenvolvidas com a realização de seminários, reuniões, fóruns de debates sobre os faxinais e o encontro dos camponeses faxinalenses. O momento mais importante desse processo de luta e resistência foi a realização do I Encontro dos Povos dos Faxinais.

O encontro foi organizado pela Rede Faxinal²¹, como um espaço de discussão, composto por várias entidades públicas (federal, estadual e municipal), não-governamentais (ONG's, Comissão Pastoral da Terra, Associações de Faxinais) e pesquisadores (alunos e professores) de várias universidades (Federal do Paraná, Estadual de Ponta Grossa, USP e UNICENTRO), preocupados em mudar os rumos e garantir a permanência das comunidades dos camponeses faxinalenses, assim como construir a sua identidade como povos tradicionais. Para tanto, era imprescindível a sua participação efetiva nas discussões. O encontro teve como tema: "Terras de Faxinais: resistir em Puxirão pelo direito de repartir o chão" e ocorreu nos dias 5 e 6 de agosto de 2005, em Irati-PR.

A realização do encontro foi concretizada após avaliação de alguns camponeses faxinalenses participantes da Rede Faxinal de que era urgente abrir um processo de mobilização para garantir o seu reconhecimento social e político. Portanto, era de fundamental importância iniciar um processo de afirmação de sua identidade e a construção de uma pauta de políticas públicas específica. Também se avaliou que a realização do encontro era uma oportunidade de "romper o cerco sobre o silêncio dessas comunidades e dar voz àqueles que há muito foram esquecidos" (ANAIS, 2005, p. 3).

O evento contou com a participação de representantes de 34 faxinais de 14 municípios, assim como a participação do Poder Público, com prefeitos e representantes de prefeituras municipais; membros do Governo Estadual (Secretaria de Agricultura, EMATER, Secretaria do Meio Ambiente, Instituto Ambiental do Paraná); membros do Governo Federal (Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária); Promotoria Pública; ONG's; professores e pesquisadores, cujas temáticas de pesquisas tinham afinidades

²¹ Com a criação da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, em dezembro de 2005, como representante legítima do movimento social dos camponeses faxinalenses, a Rede Faxinal se devolveu. Em 2006 foi criada a Rede Faxinal de Pesquisa como fórum de discussão dos pesquisadores que têm como objeto de suas pesquisas os faxinais do Paraná, na UEPG, onde se encontra atualmente o maior núcleo de pesquisa sobre os faxinais.

com os faxinais (USP, UFBA, UFAL, UFAM, UFSC e UFPR) e estudantes de graduação, mestrado e doutorado que têm nos faxinais tema central de suas pesquisas. Estiveram também presentes ao encontro representantes do Fundo de Pasto da Bahia, que tem o uso da terra comum como sua forma de organização e reprodução.

Dentro da estrutura do encontro, ressalta-se a importância das Oficinas Temáticas, das quais faço uma síntese a seguir: a mesa-redonda “Faxinais: povos tradicionais?” e o trabalho em grupo “Somos povos tradicionais?”, a partir de cujos resultados se iniciou um processo de construção de auto-afirmação dos camponeses faxinalenses como povos tradicionais e uma pauta de organização política e social que está em andamento com a criação da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses.

Oficina 1 – Ervas Medicinais e Saúde Popular.

Nessa oportunidade, o objetivo foi o de discutir a importância das ervas na saúde das pessoas que moram nos faxinais e como elas podem ser utilizadas e preparadas. Foi aproveitada a oportunidade para a troca de experiências de usos de plantas medicinais através da explicação de como se fazer alguns remédios caseiros e chás. Assim como foi ressaltada a importância da flora existente dentro do criadouro e sua relação entre os habitantes.

Propostas aprovadas pelos participantes da oficina:

- Começar a praticar em casa o que se aprendeu e o que já se sabe para o preparo de alimentos e chás;
- resgatar o conhecimento do uso de plantas medicinais através da construção de hortas comunitárias de medicinais;
- promover o alimento saudável, desde a sua produção, preparo e consumo, para aproveitá-lo integralmente e garantir a segurança alimentar da família e da comunidade.

Oficina 2 – Organização Popular

O objetivo da oficina foi discutir a possibilidade da criação de uma forma de organização social, em associações e de uma central de associações, que lute pelos direitos dos camponeses faxinalenses. A oficina teve a participação de um representante do Fundo de Pasto da Bahia, que relatou as experiências dos camponeses do Fundo de Pasto na sua organização em defesa de seus respectivos direitos. O Fundo de Pasto é uma forma de organização comunitária popular específica da Bahia e semelhante aos faxinais. São “áreas soltas” no semiárido onde são criados principalmente bode e ovelha num sistema de uso comum da terra.

Hoje existem mais de trezentas associações e uma central de associações. Apesar das semelhanças entre os faxinais e Fundo de Pasto, há uma diferença crucial entre eles, pois os camponeses do Fundo de Pasto, por meio de suas associações, lutam pela propriedade comum da terra, pressionam o Estado para regularização das terras e para captação de recursos, o que permite maior possibilidade de manter sua identidade de comunidade tradicional.

As propostas:

- Criar ou reformar uma organização local tendo a promoção dos camponeses faxinalenses de uma comunidade como objetivo formal;
- articular uma rede de associações ou organizações locais com caráter estadual;
- afiliar-se a uma organização camponesa nacional (informal e nacional).

Sugestões: trabalhar a formação camponesa; formar uma comissão dos faxinalenses, que poderá ser uma organização formal ou informal (de acordo com a votação da plenária final) e a transformação das terras de faxinal em movimento social, fazendo as articulações necessárias.

Oficina 3 – Direitos Étnicos e Coletivos

A pauta da oficina foi discutir qual o direito dos povos dos Faxinais. Qual o direito reivindicado pelos povos dos faxinais? Diante dessa questão foram colocados os seguintes problemas:

De natureza fundiária: falta de regularização das terras dos faxinais (das posses, das terras vendidas, das terras de heranças); falta de terras para a criação e expansão do sistema, especialmente, a falta de terras para os jovens; “intrusão” de pessoas nas áreas dos faxinais, que acabam desarticulando a vida comunitária, não respeitando os direitos costumeiros; concentração de terras nas mãos de alguns poucos indivíduos.

Ambientais: degradação dos recursos naturais pelo uso indevido (desmatamento e agrotóxicos); dificuldade de reconhecimento no Cadastro de Unidades de Conservação (ICMS Ecológico); e, no caso de concessão do benefício aos municípios, concentração dos recursos do ICMS Ecológico nas mãos das prefeituras.

Falta de políticas para os faxinais: como exemplo, o desestímulo aos jovens para manter a atividade, pois os programas oficiais não estimulam a cultura, obrigando-os a irem para a escola fora de seus contextos; homogeneização das políticas ambientais, que não levam em consideração as especificidades dos faxinais.

Falta de recursos para manutenção do criadouro: falta de recursos para a construção e manutenção das cercas, estradas internas e pontilhões no criadouro.

De natureza jurídica: falta de conhecimento dos juízes e das autoridades locais sobre o funcionamento da organização do faxinal, o que tem levado, no âmbito do judiciário, a decisões que obrigam a construção de cercas individuais (fecho) no criadouro. Foi observada, ainda, durante as exposições, a ausência da participação das mulheres na oficina, cujo papel é fundamental para as atividades no interior dos faxinais.

Após as exposições e debates, foram aprovadas as seguintes propostas:

- Lutar pelo reconhecimento jurídico da organização social dos faxinais, guardando as especificidades dos grupos;
- aprofundar e socializar o debate sobre os direitos dos camponeses faxinalenses (direito agrário, direito ambiental (ICMS Ecológico), direito étnico);
- lutar por políticas públicas específicas para os faxinais (formas organizativas próprias, crédito, educação).

Oficina 4: Agronegócio: Ameaça aos faxinais (soja, *pinus* e fumo)

A oficina teve como objetivo discutir as ameaças que pairam sobre os faxinais, como a pressão do agronegócio, via plantio de cultura da soja e fumo, bem como o reflorestamento de *pinus* e eucalipto em torno dos criadouros.

Concluiu-se que os faxinais necessitam de proteção em relação ao avanço do agronegócio sobre suas terras e seu modo de vida. Para atender a essa demanda, foi indicado que se fizesse um registro de todos os faxinais, com a finalidade de se manterem ou de se ampliarem as áreas de faxinais ou criadouros, e de possibilitar a existência desses fora da lógica do agronegócio. Uma das ideias sugeridas durante os debates foi a modificação das formas de repasse dos recursos oriundos do ICMS Ecológico para os faxinais, fato que garantiria o acesso das comunidades a esse recurso. Essa modificação implica a definição de critérios claros e elaborados com a participação dos camponeses faxinalenses, e que, além disso, tenha como meta fortalecer os faxinais na luta contra o agronegócio.

Para tanto, foram aprovadas as seguintes propostas:

- registro dos faxinais: garantia de recurso para manter e ampliar as áreas dos faxinais como áreas livres do agronegócio;
- estabelecimento de formas de repasses dos recursos para garantir o acesso

das comunidades, usando critérios claros e definidos em documentos públicos;

- resgate da produção agroecológica tradicional como alternativa ao agronegócio e com base em uma certificação da produção dos faxinais de maneira diferenciada para demonstrar a garantia da qualidade dos produtos;
- criação de uma organização de base dos povos dos faxinais para articular a resistência como revitalização.

Oficina 5 – ICMS Ecológico e ARESUR

O objetivo dessa oficina foi discutir e debater alternativas para o repasse do ICMS Ecológico e o cadastramento dos faxinais na ARESUR (Áreas Especiais de uso Regulamentado). Foi discutido como é repassado o ICMS Ecológico para as comunidades, como as prefeituras realizam esses repasses, e quais critérios são utilizados. Depois foi explicada a importância do ICMS Ecológico para a conservação da araucária e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades faxinalenses. Também foi explicada a diferença entre o registro da escritura de criadouro comunitário em cartório de título de documentos e o registro de imóvel. Houve explanação ainda da importância da legalização de um faxinal, e a necessidade da comunidade de se organizar em associações, a fim de reivindicarem os seus direitos perante os órgãos responsáveis. Também foi esclarecido, pelo representante do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), como ocorre o repasse de recursos via ICMS Ecológico para os faxinais. E que o governo do Estado pretende incentivar a preservação da araucária, além de manter esta forma tradicional de uso comum da terra.

Foram aprovadas as seguintes propostas:

- reformular o Decreto Estadual n. 3.446/97, garantindo que o recurso do ICMS Ecológico chegue até as comunidades faxinalenses;

- melhorar os critérios de avaliação do uso dos recursos repassados via ICMS Ecológico às comunidades;
- propor programas de melhoria da qualidade de vida e geração de renda para as comunidades de faxinal através do uso dos recursos do ICMS Ecológico;
- utilizar o ICMS Ecológico para programas específicos de regularização fundiária nos faxinais.

Oficina 6: Cultura e Religiosidade

O objetivo da oficina foi discutir a diversidade cultural e religiosa nos Faxinais. O primeiro tema a ser tratado foi sobre religião e diversidade de igrejas encontradas nos faxinais. Em muitos faxinais, geralmente existe uma igreja católica e uma ou duas igrejas evangélicas. Isso não impede uma participação mútua dos moradores nos cultos. Muitos participantes relataram a manutenção dos ritos tradicionais recomendados pela igreja católica, embora alguns tenham apontado algumas particularidades dos faxinais. Por exemplo, os faxinalenses destacam a Sexta-Feira Santa com procissões enquanto a igreja oficial atualmente dá mais valor ao Domingo de Páscoa, como o dia da ressurreição. Da mesma forma, a dança de São Gonçalo é um elemento do catolicismo popular e não da igreja oficial.

Devido a essa situação, mostrou-se uma grande curiosidade entre os participantes por tradições antigas, quase extintas como, por exemplo, o Cangulo (recomendar nas casas com capelão), oração no portão da casa com um convite pelos moradores ou por tradições diferentes. Como antigamente a situação de saúde era precária nos faxinais, desenvolveu-se uma cultura de autoajuda que combina elementos religiosos, espirituais, etnobotânicos e medicinais. Este conhecimento é guardado principalmente por benzedeiros, curandeiros, assim como os conhecimentos sobre as fontes e os relatos do monge João Maria. Sem o devido cuidado, esses conhecimentos estão ameaçados de extinção.

Propostas aprovadas:

- revitalizar a transmissão das tradições entre pais e filhos;
- resgatar os conhecimentos tradicionais com os líderes culturais (benzedeiras, violeiros, capelão);
- fortalecer a troca de experiências culturais entre os faxinais (visitas mútuas, ensinamento de tradições, etc);
- exigir o respeito pelas tradições faxinalenses dos órgãos públicos (principalmente governamentais) e a inclusão do ensino de matérias do cotidiano dos faxinais nas escolas.

Oficina 7: Sementes Crioulas

O objetivo da oficina teve como perspectiva discutir a diversidade das sementes crioulas e a policultura como base da soberania alimentar.

Na discussão, levantou-se que na agroecologia não é possível haver uma padronização. Em cada propriedade em que se trabalha com a semente crioula, a produção e o cuidado ganham um caráter específico. Assim, é necessário o trabalho dentro de uma perspectiva de diversidade, da policultura alimentar. A produção das sementes crioulas é feita sem adubo, ou melhor, é feita somente com adubo verde (sua própria semente) e, em cada propriedade, a semente se adapta de uma forma. Nesse sentido, a alta tecnologia, dentro da agroecologia, consiste em adaptar a semente em cada propriedade sem o uso de insumos externos, isto é, sem o uso de agroquímicos ou venenos. Isto custa menos e não prejudica a natureza, ao contrário, o agricultor aprende a interagir com ela.

Também foi discutida a relação entre os faxinais e as sementes crioulas. Para manter o faxinal, é preciso preservar suas tradições e cultura, sendo que as sementes crioulas fazem parte dessa tradição. As sementes híbridas, quando entram no faxinal, trazem junto os

venenos e outros produtos químicos, e isso faz com que os faxinais se desarticulem. O cultivo de sementes crioulas ecológicas é mais lucrativo do que as sementes híbridas: apesar de às vezes elas terem uma produtividade menor, elas custam muito menos e, além disso, são adaptadas ao ambiente. A base de todo faxinal deve ser a agroecologia. Destacou-se que as sementes híbridas são patenteadas e o agricultor camponês perde o livre direito de uso e a autonomia de usar o que quiser na propriedade. Com os transgênicos, essa problemática potencializa-se.

A manutenção da biodiversidade passa pela manutenção das sementes crioulas. Tendo o domínio sobre as sementes, é possível ter o domínio da alimentação e, conseqüentemente, a soberania alimentar. Os agricultores camponeses, mantendo as sementes crioulas, conseguirão resistir às pressões externas pelo fim dos faxinais.

Propostas aprovadas:

- criar um banco de sementes crioulas e ecológicas (grãos, adubos verdes, etc.) entre os faxinalenses;
- eleger um representante por faxinal para contato e resgate das sementes, além do intercâmbio entre os agricultores;
- solicitar o apoio técnico do estado (EMATER, IAP, IBAMA, INCRA), específico para os Faxinais, garantindo assistência técnica gratuita às famílias;
- implantar imediatamente um programa de apoio geral aos faxinais, valorizando a produção e preservação das sementes crioulas e apoiar financeiramente as famílias que preservam a mata nativa.

Oficina 8 – Criação de pequenos Animais

A oficina teve como objetivo debater e discutir as questões referentes à criação de

pequenos animais nos criadouros da organização faxinal.

Foram passadas pelos participantes da oficina suas experiências com a criação de pequenos animais, como carneiros, bodes, suínos e aves nos criadouros.

Foi destacada a informação de que o porco branco não é nativo de um faxinal, mas sim os cinzas e pretos, que possuem grande quantidade de carne, destacando que quanto maior o número de raças, melhor a produção. Foi enfatizado que a criação de pequenos animais no faxinal depende muito da união dos faxinalenses e da qualidade da criação.

Propostas aprovadas:

- melhorar a qualidade do pasto através da utilização de animais de pequeno porte;
- efetuar trocas de animais de diferentes raças entre faxinais de diversas localidades;
- unificar as comunidades e formar uma associação para facilitar troca de informações, experiências e técnicas.

Oficina 9: Agroecologia

Foram relatadas várias experiências na prática da agroecologia nos faxinais. Entre as relatadas, destaca-se a do Faxinal Marmeleiro de Baixo em Rebouças – PR, onde, antes de iniciar a prática da agroecologia, a maioria dos agricultores camponeses enfrentou vários problemas, inclusive de ordem financeira, com dívidas bancárias, além de problemas com a produção, decorrentes da adoção das técnicas de revolução verde. A conversão para a agroecologia deu-se gradativamente, com pequena área no início, reservada para a produção de milho, feijão e arroz, não obtendo resultado satisfatório devido à presença de resíduos de agrotóxicos deixados pelas culturas plantadas anteriormente. Nos anos seguintes, ampliou-se a área de cultivo funcionando como suporte para a subsistência para substituir as perdas das

safras de culturas convencionais. Hoje não se usa nenhum tipo de produto químico, as sementes são de produção própria e a cada ano vem melhorando sua qualidade. Não são utilizados medicamentos veterinários alopáticos nos animais, mas tão somente produtos naturais (ervas). Foi ressaltado que o adubo utilizado na agricultura é produzido, em sua grande maioria, dentro do faxinal, o que torna a agricultura ecológica sustentável.

O Faxinal Marmeleiro de Baixo tornou-se referência na criação e melhoramento do porco da raça piau e tatuí (com baixo teor de gordura), historicamente mais adaptados aos faxinais.

Problemas levantados pela oficina:

- dívidas bancárias, empobrecimento da produção de alimentos, famílias sem terra, agrotóxicos, desorganização dos faxinais.

Ações:

- conscientizar famílias e a comunidade por meio de formação e capacitação em agroecologia (cursos e eventos);
- melhorar a qualidade das sementes e reprodutores;
- expandir a comercialização: merenda escolar, supermercados e feiras;
- adotar o conceito de soberania alimentar e autonomia em relação aos insumos químicos para tratamento das criações;
- incentivar a produção própria de caldas para controle de pragas e doenças;
- produzir viveiro para mudas nativas e frutíferas;
- reforçar a participação das mulheres em todos os espaços;
- resgatar a religiosidade e espiritualidade.

Propostas:

- agir concretamente dentro da comunidade: formar grupos de produção e experimentação ecológica;

- resgatar as variedades de sementes crioulas;
- fazer intercâmbio e difusão de experiência;
- buscar recursos e ocupar espaços junto ao poder público;
- criar política pública: comercialização via mercado institucionais;
- instituir plano de manejo ambiental específico para os faxinais.

Oficina 10 – Agrofloresta

Essa oficina teve como objetivo o relato de algumas experiências com o reflorestamento de matas nativas nos faxinais.

Foram relatadas as expectativas dos camponeses faxinalenses no que diz respeito à manutenção da cobertura vegetal característica do faxinal, o que esperam para os próximos anos, e quais medidas podem ser adotadas para a preservação da vegetação.

Foi ressaltada a importância do plantio das árvores nativas e sua utilização de forma sustentável. O reflorestamento das matas nativas deve estar aliado ao controle das culturas, respeitando suas especificidades. Foi dada como exemplo a erva-mate, que necessita de sombra, principalmente a das araucárias, para ter boa qualidade.

Abordou-se a questão da araucária e a necessidade de sua preservação. Foram criticadas as políticas adotadas pelos órgãos governamentais e suas leis.

Propostas aprovadas:

- negociar com órgãos ambientais (IAP e IBAMA) para permitir o manejo agroflorestal que já vem sendo praticado pelos camponeses faxinalenses;
- capacitar e organizar os camponeses faxinalenses no sentido de preservar o sistema em geral, buscando a manutenção da sustentabilidade;
- buscar incentivo governamental como: crédito Pronaf, assistência técnica e infra-estrutura para agregação de valor no faxinal respeitando suas singularidades.

Trabalho em Grupo: Somos Povos Tradicionais?

Após os debates e reflexões do grupo de trabalho, os camponeses faxinalenses se reivindicaram povos tradicionais, porque vivem numa forma de organização singular, possuem fração do território comunitário camponês próprio, construíram uma história e uma cultura singular, preservam suas tradições, possuem uma religiosidade popular, possuem uma forte integração com o meio ambiente, têm vida comunitária baseada no uso comum da terra.

Sobre a forma de organização, que os coloca como Povos Tradicionais, afirmaram que ela possibilita a associação da pecuária, da agricultura e do extrativismo, além de permitir o uso comum das terras do criadouro. Ressaltaram que não há somente a partilha da terra, pois partilham também as sementes, as criações, o saber e o trabalho quando realizam os mutirões ou puxirões. A prática de uma agricultura de subsistência que utiliza instrumentos tradicionais também são elementos desse modo de vida. Uma forte convivência e a integração com o meio ambiente garantem a preservação do mesmo e da biodiversidade existente nos faxinais.

Algumas das características específicas dos camponeses faxinalenses ressaltadas:

- associam a pecuária, a agricultura e o extrativismo, de forma singular;
- partilham o chão, ou seja, as terras do criadouro são de uso comum;
- criam, de forma coletiva, animais de pequeno e grande portes, soltos e misturados;
- praticam uma agricultura de subsistência com instrumentos tradicionais;
- partilham sementes, criações e produtos através de trocas;
- praticam cultura de extrativismo (erva-mate, madeira e pinhão);
- desenvolvem atividade agroflorestal e prezam pela conservação da biodiversidade;
- possuem uma forte convivência e integração com meio ambiente;
- preservam e respeitam as suas tradições, costumes e cultura (festas, danças e rezas);

- possuem normas e fazem acordos baseados na cultura e tradição;
- partilham os bens, os serviços e os saberes.

Uma questão importante que deve ser esclarecida é a noção do termo “tradicional”, pois na tese será muitas vezes repetido o termo “povos e comunidades tradicionais”. Como afirma Almeida (2006, p. 9), a noção de “tradição” classicamente está associada à de “continuidade”, “a linearidade histórica ou sob a ótica do passado ou ainda como ‘remanescencia’ das chamadas ‘comunidades primitivas’ [...] ou como ‘resíduo’ de um suposto estágio de evolução da sociedade”. (ALMEIDA, 2006, p. 9).

Reivindica-se aqui a noção de tradicional, como:

(...) antes de aparecer como referência histórica remota, aparece como reivindicação contemporânea e como direito involucrado em formas de autodefinição coletiva. Nesta ordem, antes mesmo de serem interpretadas como “comunidades naturais” e “espontâneas”, as chamadas “comunidades tradicionais” aparecem hoje envolvidas num processo de construção do próprio “tradicional”, a partir de mobilizações e conflitos, que tem transformado de maneira profunda as formas de solidariedade apoiadas em relações primárias. Deste ponto de vista, além de ser do tempo presente, o “tradicional” e, portanto, social e politicamente construído. (ALMEIDA, 2006, p. 9 e 10).

Uma das principais propostas tiradas no I Encontro dos Povos dos Faxinais foi a luta para seu reconhecimento como povos tradicionais, “como uma estratégia para afirmação da identidade e reconhecimento público da especificidade e importância socioeconômica e cultural desses remanescentes, isto com a finalidade de redirecionar a elaboração das políticas públicas e o reenquadramento das definições legais pertinentes a estas comunidades tradicionais”. (ANAI, 2005, p.2).

Com essa afirmativa, tirada no encontro, compreende-se que os “povos e comunidades tradicionais”, nos últimos períodos, vêm em processo de intensas mobilizações e eventos, em que são reivindicadas suas frações do território comunitário camponês e o livre acesso dos recursos naturais “essenciais à reprodução físicas e sociais dos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, castanheiros, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto e demais grupos que se apresentam como ‘comunidades

tradicionais”. (ALMEIDA, 2006, p. 8 e 2006^a p. 2222).

Com isso, as antigas relações circunstanciais entre o Estado e a ciência do Direito estão se remodelando em razão da pressão dos movimentos sociais organizados; e, assim, estão sendo quebrados os “fundamentos do campo jurídico, enquanto ‘lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer direito’, como diria P. Bourdieu (1989:212)”. Tal fato vem ocorrendo porque muitos sujeitos sociais que até então eram invisíveis para a sociedade – como é o caso dos camponeses faxinalenses –, estão se mobilizando para garantirem seus direitos. Para tanto, lutam para serem reconhecidos juridicamente pelo Estado, como, por exemplo, o reconhecimento pelo Estado brasileiro dos povos e comunidades tradicionais via Decreto de 27 de dezembro de 2004, o qual foi reeditado sob o nº. 10.408 em 13 de julho de 2006, que criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais. Para Almeida (2006^a):

O fato dos legisladores terem incorporado a expressão “populações tradicionais” na legislação competente e do governo tê-la adotado na definição das funções dos aparatos burocrático-administrativos, tendo inclusive criado, em 1992, o Conselho Nacional de Populações Tradicionais, no âmbito do IBAMA, não significa exatamente um acatamento absoluto das reivindicações encaminhadas pelos movimentos sociais, portanto, uma resolução dos conflitos e tensões em torno daquelas formas intrínsecas de apropriação e de uso comum dos recursos naturais, que abrangem extensas áreas na região amazônica, no semiárido nordestino e no planalto meridional do país. (ALMEIDA, 2006^a, p. 22-23).

Destacam-se três questões que estiveram no centro do debate durante o I Encontro dos Povos dos Faxinais, as quais são consideradas de fundamental importância para se analisar o atual grau de organização em que se encontram estes novos sujeitos sociais do campo paranaense, cuja forma de organização tem chamado atenção de setores da sociedade brasileira, principalmente de pesquisadores dos movimentos sociais. Também as considerando como elementos estratégicos para se dar um mínimo de visibilidade para questões da desestruturação econômica e social que vem enfrentando essa fração do campesinato

²² Entre os eventos citados pelo autor, está o I Encontro dos Povos dos Faxinais, de 05 e 06 de agosto de 2005, promovido pela Rede Faxinal, em Irati – PR e o I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, entre 17 e 19 de agosto de 2005, promovido pelo MMA, em Luziânia – DF.

brasileiro.

A primeira foi a necessidade da estruturação de uma organização social em nível estadual, na forma de uma associação que agregue todos os camponeses faxinalenses, mediada por associações locais para representá-los em suas reivindicações junto ao Estado (governos municipal, estadual e federal). A segunda, para manterem sua forma de organização, de vida, suas tradições e cultura, faz-se necessária a realização de uma reforma agrária com uma perspectiva diferente do atual modelo aplicado pelo Governo Federal via INCRA, para a superação de sua atual crise provocada por pressão externa (agronegócio) e interna (demográfica). Atualmente vem ocorrendo uma crescente diminuição das áreas dos criadouros, provocada pelo fechamento de terras de uso comum, que são vendidas a pessoas estranhas ao modo de vida dos camponeses faxinalenses, como chacareiros, indústrias de madeira e celulose, agricultores capitalistas, que plantam a monocultura da soja, trigo e milho e pela falta de terras de plantar em razão de sua divisão entre os herdeiros. Tais questões foram caracterizadas como elementos contribuintes para desagregação dos faxinais, pois faltam terras para a expansão dos criadouros e terras para os jovens camponeses faxinalenses se manterem nos faxinais. A terceira diz respeito à necessidade do auto-reconhecimento como povos tradicionais, bem como à construção de formas de resistência contra a dissolução de sua forma de vida, tradições e cultura, pois a visão do estado e de alguns mediadores (CARVALHO, 1984; CHANG, 1988 e NERONE, 2000), é de que os faxinais estão em via de desaparecerem.

2.6. SURGIMENTO DA ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES (AP)

Diante da necessidade de luta e resistência para continuarem a se reproduzir enquanto fração da classe camponesa ficou clara, no I Encontro dos Povos dos Faxinais, a importância da construção de um movimento social capaz de representá-los. Para isso foi criada, em

dezembro de 2005, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (AP), constituída por camponeses faxinalenses com o objetivo de buscar sua valorização cultural e social de acordo com seu direito de existir enquanto faxinalense, à luta de terra e de uma forma equilibrada de produção adequada ao seu modo de vida. Sua formação contou com o apoio da Pastoral da Terra – Diocese de Guarapuava (PR) e da ONG, Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) e de alguns pesquisadores dos faxinais.

A Articulação Puxirão é um movimento social organizado pelos faxinalenses para defender e lutar pelos direitos étnicos e coletivos, pela recuperação de seu território e pela manutenção de seu modo de vida. Atualmente 16 comunidades compõem a AP. Nossos objetivos são: lutar pela recuperação dos territórios Faxinalenses; lutar por direitos étnicos e políticas públicas de promoção dos faxinalenses; valorizar e promover a cultura local para a manutenção dos Faxinalenses; e mobilização, organização e formação dos faxinalenses. Nos organizamos a partir das comunidades, ela é a base de nossa luta. (ANAI, 2007, p. 4).

Atualmente a estrutura organizacional da AP é formada pela Coordenação Executiva (4 membros), Coordenação Geral (atualmente composta de 32 membros, sendo 2 por faxinal eleitos no II Encontro dos Faxinalenses realizado nos dias 10 e 11 de agosto de 2007), Setor (dividido no Metropolitano, Sul e Centro, compostos por 2 membros de cada Comissão Local); e Comissões locais (em cada faxinal é eleita uma comissão local, variando 5 a 10 membros). Toda a política executada pela Coordenação Executiva da AP é deliberada pela sua base.

1) Primeiro passo é identificar os conflitos que geram destruição da cultura faxinalense. 2) A partir daí passamos ao enfrentamento desses conflitos por uma comissão local dos faxinalenses da própria comunidade, que reúnem de 5 a 10 representantes. Essa comissão promove ações e propostas que são aprovadas pela comunidade e levadas para a Articulação Puxirão, a fim de resolver tais problemas quando necessários. 3) quando o conflito é difícil de resolver, levamos a questão para o Setor [...]. Estes setores se reúnem uma vez por mês para trocar experiências e apoiar as ações nas comunidades. [...]. 4) Os faxinalenses indicados para o Setor participam da Coordenação Geral da Articulação Puxirão – AP. A coordenação realiza 6 reuniões por ano. Nestes encontros são definidas as estratégias para fazer avançar as lutas mais importantes da AP junto ao governo. 5) Para encaminhar os pontos definidos pela Coordenação Geral da AP foram escolhidos 4 coordenadores, chamados de coordenadores executivos. [...]. A cada dois anos promove-se o Encontro dos Faxinalenses com a participação de 150 a 200 pessoas para discutir, avaliar e deliberar sobre as principais lutas da AP e escolher a nova coordenação geral. (ibid., p. 4)

A Articulação Puxirão dos Povos dos Faxinais conta com o apoio de três instituições, as quais o movimento define como parcerias: Pastoral da Terra – Diocese de Guarapuava, que

tem o importante papel no acompanhamento dos conflitos sócio-ambientais junto aos faxinais e nas negociações com os órgãos públicos como INCRA, IBAMA, IAP, Assembleia Legislativa do Paraná. O Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) faz assessoria em processos organizativos e produtivos com enfoque nos conhecimentos e práticas tradicionais, na agroecologia e nas plantas medicinais. O Terra de Direitos (TDD) realiza assessoria jurídica ao movimento faxinalense. (Ibid., p. 5).

No I Encontro dos Povos dos Faxinais, foram indicados dois camponeses faxinalenses para participarem do I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais, realizado em Luziânia (GO), em agosto de 2005, a convite do Ministério de Meio Ambiente (MMA) e Ministério de Desenvolvimento Social. Como fruto da mobilização durante 2005 dos camponeses faxinalenses que se concretizaram com a realização de seu encontro e a participação de seus representantes no I Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais, os povos faxinalenses – camponeses faxinalenses – foram reconhecidos como Povos e Comunidades Tradicionais pelo Governo Federal através do Decreto de 13 de julho de 2006, que diz:

DECRETO DE 13 DE JULHO DE 2006

Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento das Comunidades Tradicionais e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição.

DECRETA:

Art. 1º A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, criada pelo Decreto de 27 de dezembro de 2004, doravante denominada **Comissão Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais** (grifo nosso), passa a reger-se pelas disposições deste Decreto.

Art. 2º À Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais compete:

I – coordenar a elaboração e acompanhar a implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

II – propor princípios e diretrizes para políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais no âmbito do Governo Federal, observadas as competências dos órgãos e entidades envolvidas;

III – propor as ações necessárias para a articulação, execução e consolidação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais, estimulando a descentralização da execução destas ações e a participação da sociedade civil, como especial atenção ao atendimento das situações que exijam providências especiais ou de caráter emergencial;

IV – propor medidas para a implementação, acompanhamento e avaliação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais;

V – identificar a necessidade e propor a criação ou modificação de instrumentos necessários à implementação de políticas relevantes para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais;

VI – criar e coordenar câmaras técnicas ou grupos de trabalho compostos por convidados e membros integrantes, com a finalidade de promover a discussão e a articulação de temas relevantes para a implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional de que trata o inciso I, observadas as competências de outros colegiados instituídos no âmbito do Governo Federal;

VII – identificar, propor e estimular ações de capacitação de recursos humanos, fortalecimento institucional e sensibilização, voltadas tanto para o poder público quanto para a sociedade civil visando o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais; e

VIII – promover, em articulação com órgãos, entidades e colegiados envolvidos, debates públicos sobre os temas relacionados à formulação e execução de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais.

Art. 3º A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverá, no exercício das competências previstas no art. 1º deste Decreto:

I – considerar as especificidades sociais, econômicas, culturais e ambientais nas quais se encontram inseridos os povos e comunidades tradicionais, a que se destinam a Política Nacional de que trata o inciso I do art. 2º, e

II – privilegiar a participação da sociedade civil.

Art. 4º A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais será composta por quinze representantes de órgãos e entidades da administração pública federal e quinze representantes de organizações não-governamentais, os quais terão direito a voz e voto, a seguir indicados:

[...]

XXI – Rede Faxinais, titular e suplente (grifo meu);

(...)

§ 1º Os representantes e respectivos suplentes constantes deste artigo serão indicados pelos titulares dos órgãos, entidades e organizações não-governamentais, e designados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para um período de dois anos, permitida a recondução.

(...)

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogado o Decreto de 27 de dezembro de 2004, que cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais.

Brasília, 13 de julho de 2006, 185º da independência e 118º da República.

Luiz Inácio Lula da Silva

Patrus Ananias

Marina Silva (Diário Oficial da União, n. 134, p. 19).

A partir da criação da AP, os camponeses faxinalenses se mobilizam através de articulação de uma rede solidária com objetivo de dar visibilidade para seu movimento. Participaram de uma reunião com outros povos e comunidades tradicionais para o lançamento de vários fascículos do Projeto Novas Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, na 8ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 8), realizada em Curitiba, em março de 2006. Foi o seu primeiro ato público como movimento social organizado. O passo seguinte foi o início do processo de construção da Cartografia Social, através da realização de várias oficinas que finalizaram a edição do Fascículo 1 – Povos dos Faxinais – Paraná, 2007. Em abril de 2006, foi o início da pesquisa que redundou nesta tese e elaboração do *Dossiê: Grito dos Povos de Faxinais*, concluído em julho de 2006, contendo denúncias de vários tipos conflitos nos faxinais, tais como: conflitos territoriais, conflitos com agronegócio, de formação de fechos e desmate em terras de uso comum, com as prefeituras, o Estado do Paraná e Governo Federal. O dossiê de denúncias foi entregue oficialmente ao IAP, IBMA-PR, INCRA-PR e Promotoria Pública do Estado do Paraná.

No encontro de planejamento realizado em março de 2007, do qual fui convidado para participar com observador, a Coordenação Geral da AP aprovou como prioridade para a continuação da mobilização do movimento social dos camponeses faxinalenses os seguintes desafios: questão fundiária – levantamento fundiário nos faxinais com o objetivo de se conhecer a real situação fundiária dos faxinais para negociar a questão junto ao INCRA –, impedimento dos fechos – acionar o Instituto Ambiental do Paraná, através de denúncias e

ações na justiça –, controle de animais – realizar acordo comunitários nos faxinais onde existe o problema –, comercialização dos animais – buscar mercado para sua venda e incentivar trocas entre os camponeses –, reconhecimento jurídico – mobilizar as comissões locais para negociar com as câmaras municipais objetivando a criação de leis municipais que reconheçam os faxinais locais, com base na legislação federal –, luta contra o agronegócio – denunciar os conflitos ao IAP e IBAMA –, levantamento das Terras Devolutas nos faxinais – junto ao ITCG – e investir na criação das comissões e setores.

No dia 3 de julho de 2007, foi realizada uma Audiência Pública, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com objetivo de divulgar o *Dossiê: Conflitos socioambientais e violação dos direitos humanos na floresta com araucária*, em razão dos conflitos resultantes da redução das frações do território comunitário camponês faxinalense, degradação ambiental e perda de patrimônio imaterial, além de sistemáticas violações dos direitos humanos provocadas pela invisibilidade social dos camponeses faxinalenses. A divulgação do dossiê teve com objetivo central denunciar aos órgãos públicos, em especial às autoridades ambientais como o IAP, a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA), o Ministério de Meio Ambiente (MMA), o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e prefeituras municipais, os conflitos entre o faxinal e o agronegócio. A audiência contou com a presença de representantes de partidos políticos do Estado do Paraná, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Terras, Cartografia e Geodésia (ITCG), Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), pesquisadores de várias universidades que estudam os faxinais, além de mais de 100 representantes dos camponeses faxinalenses.

Desde a criação da Articulação Puxirão, em dezembro de 2005, a audiência pública foi o evento que deu maior visibilidade para o movimento social dos camponeses faxinalenses, pois houve uma repercussão na imprensa falada, escrita e televisionada do Estado do Paraná.

Os faxinais foram objeto de uma reportagem de quatro páginas na edição de domingo, no jornal considerado como de maior circulação do estado.

Foto 1 – Audiência Pública na AL do Paraná no lançamento do dossiê de denúncias da AP

Em termos de reconhecimento jurídico, a Banca de Apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná da Assembleia Legislativa do Paraná teve a iniciativa de criar a Lei nº 15.673/07, em que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade específica e peculiar, que tem como traço marcante as terras de uso comum para a produção animal e a conservação dos recursos naturais.

Art. 1º [...]. Fundamenta-se na integração de características próprias, tais como a) produção animal à solta em terras de uso comum; b) produção agrícola de base familiar, policultura alimentar de subsistência para o consumo e comercialização; c) extrativismo de baixo impacto aliado a conservação da biodiversidade; d) cultura própria, laços de solidariedade comunitária e preservação de suas tradições e práticas sociais.

Art. 2º A identidade faxinalense é o critério para determinar os povos tradicionais que integram essa territorialidade específica.

Parágrafo Único: Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupada, conciliando as atividades agrosilvo-pastoris com a conservação ambiental, segundo suas práticas sociais tradicionais, visando a manutenção de sua reprodução física, social e cultural.

Art. 3º Será reconhecida a identidade faxinalense pela autodefinição, mediante Declaração de Auto-reconhecimento, que será atestado pelo órgão estadual que trata de assuntos fundiários, sendo outorgado Certidão de Auto-reconhecimento.

Parágrafo Único: O órgão estadual responsável deverá comunicar o reconhecimento da identidade *faxinalense* à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, criada por Decreto Federal em 27 de dezembro de 2004, alterado pelo Decreto de 13 de julho de 2006.

Art. 4º As práticas sociais tradicionais e acordos comunitários produzidos pelos grupos faxinalenses deverão ser preservados como patrimônio imaterial do Estado, sendo, para isso, adotadas todas as medidas que se fizerem necessárias.

Como resultado da pressão do movimento social dos camponeses faxinalenses através denúncias contidas no referido dossiê, juntos aos órgãos públicos reconhecidos como executores de suas demandas o INCRA-PR, com base legal no DNN de 13 de julho de 2006, criou a Comissão Fundiária dos Faxinais, com a participação paritária dos representantes dos camponeses faxinalenses para estudar a questão fundiária nos faxinais. Até o momento ainda não se obtiveram os resultados conclusivos dessa comissão. Paralelamente, continuou a mobilização dos camponeses pela base, através da criação e eleições das comissões locais nos faxinais onde não existiam e que se reivindicam pertencentes à AP ou naqueles que até então não existia mobilização. O IAP indica dois servidores do Departamento Sócio-Ambiental com objetivo de acompanhar as denúncias contidas no dossiê. Representantes do movimento social dos camponeses se reúnem mensalmente com o Departamento de Áreas Protegidas como forma de monitorar as providências tomadas em relação às denúncias.

A partir da audiência pública, as comissões locais e os setores da Articulação Puxirão passam a pressionar os vereadores no sentido de criação de leis municipais com a sua participação direta. Assim foram criadas novas leis nos municípios de Pinhão e Antônio Olinto, que respaldam a Lei Estadual nº 15.673/07, acrescidas das proibições de qualquer ação dentro do criadouro comunitário fora das especificações estabelecidas nos “acordos comunitários” firmados entre os camponeses faxinalenses. Inclusive com estipulação de multas que variam de 1 a 5 salários mínimos para o infrator que não cumprir os “acordos comunitários”. Dois pontos importantes para a preservação dos criadouros comunitários contidos no instrumento jurídico das novas leis municipais são: primeiro, a manutenção das terras de uso comum e seus recursos naturais e, mesmo que forem vendidas para novos

proprietários, deverão permanecer sempre disponíveis em atenção às formas tradicionais de uso. Segundo, os recursos oriundos do ICMS Ecológico, originários da ARESUR, deverão ser repassados 80% do valor arrecadado para as Associações Comunitárias, bimestralmente, que administrarão e prestarão conta semestralmente na forma de lei. Já foram sancionadas duas novas leis municipais, em Antonio Olinto (ver anexo 2) e Pinhão. E três projetos de leis, em Boa Ventura de São Roque, Rebouças e Turvo.

Portanto é possível concluir que os camponeses faxinalenses, através de seu movimento social, estão colhendo os primeiros resultados de seu reconhecimento político pela via dos dispositivos jurídicos, com a Lei nº 15.763/07 e as leis municipais. Com isso, o Estado deixa de compreender que o Faxinal não é somente um espaço físico que deve ser preservado através do incentivo do ICMS Ecológico – via ARESUR -, mas, sim, a fração do território comunitário onde os camponeses faxinalenses constroem sua territorialidade específica, através da prática das terras de uso comum e seus recursos naturais.

Isto demonstra que ocorreu um salto qualitativo importante na consciência dessa fração do campesinato paranaense e brasileiro, de que somente através de um movimento social organizado é possível lutar e resistir contra seus antagonistas, na disputa pela fração do território comunitário camponês faxinalense. Foi nesse processo de construção de consciência de classe “para si” que foi realizado o II Encontro dos Faxinalenses, nos dias 10 e 11 de agosto de 2007, em Irati (PR), com a participação da representação de 23 faxinais.

Foi com a clareza de que ocorreram vários avanços e conquistas nos últimos dois anos na defesa da sua fração do território comunitário camponês, que o movimento social e político dos camponeses faxinalenses representados pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses se mobilizaram para a realização do segundo encontro, cujo eixo central foi: “Na luta pela Terra, nascemos Faxinalenses”, que se transformou em palavra de ordem e consigna: “Na luta pela terra que nascemos faxinalenses, e é nascendo faxinalense que lutamos pela terra”.

O encontro foi organizado pela AP, com o apoio e assessoria do IEEP, a CPT – Diocese de Guarapuava (PR), com a direção da Coordenação Executiva da Articulação Puxirão, demonstrando que o encontro teve um salto político importante, cujo reflexo pode ser observado nos temas discutidos nas cinco oficinas realizadas. Além das oficinas, aconteceram duas palestras, uma com a presença do Presidente da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPTC), que tratou dos projetos que estão em andamento com base no Decreto nº 6.040/07 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais; e outra do Antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida e do Advogado Joaquim Shiraishi Neto, que falaram sobre Direito Ético e Coletivo.

Oficina 1 – Conflitos territoriais e fundiários

Discussão: foi pautada nos limites impostos aos camponeses faxinalenses pela redução da sua fração do território comunitário camponês ao longo das últimas décadas, significando, na prática, limites de acesso e uso dos recursos naturais utilizados na forma de terras de uso comum. Com isso, prejudicou-se a criação de animais de grande, médio e pequeno porte e das práticas socais dos camponeses, inclusive com a diminuição das terras de planta ou plantar. De acordo com os participantes da oficina, atualmente, a média da maioria dos faxinais é de 2,0 hectares de terras no criadouro comunitário por família, enquanto que o necessário para sua sobrevivência seria de 20 hectares/família. Assim, o número de famílias sem terra para criar e cultivar chega a 80% em alguns faxinais.

Para continuar sua existência como camponeses, eles precisam de terra, no entanto a disputa com o agronegócio da soja, do *pinus*, do eucalipto, bem como as chácaras de lazer e também o despreparo dos camponeses tem levado a conflitos de fechos e perda de parte da sua fração do território comunitário camponês. “Todos esses conflitos indicam que se não

houver a ampliação dos territórios faxinalenses, corremos o sério risco de ver desaparecer nosso modo de vida”. (ANAIS, 2007, p. 6).

A Articulação Puxirão realizou várias tentativas buscando solucionar o problema ao longo de 2006, negociando com o INCRA-PR, mas os camponeses faxinalenses reconhecem que o órgão não está organizado para atender a essa demanda e compreender a lógica faxinalense, pois entendem ser necessário permanecer pressionando por mudanças na estrutura e na base legal:

“Por este motivo, resolvemos conhecer a proposta de criação de Reservas de Uso Sustentável junto ao IBAMA. Esta proposta já deu resultado junto aos Seringueiros, Castanheiros, [...]. Mas para sua efetivação será necessário debater muito em nossos faxinais para limpar as dúvidas”. (Ibid., p. 6).

Entre os encaminhamentos, destacam-se a possibilidade de criação de Reservas de Uso Sustentáveis (RDS) em terras tradicionalmente ocupadas junto ao IBAMA e reforço à organização local e ações que gerem identidade dos faxinalenses nas comunidades e nas ações junto ao Estado: IBAMA, INCRA, SEMA, IAP, ITCG, prefeituras, Promotorias de Justiça.

Oficina 2 – Conflitos ambientais e acordos comunitários

Discussão: girou em torno dos conflitos alinhados no dossiê de denúncias apresentado pela Articulação Puxirão na Audiência Pública em julho de 2007, que será objeto de análise no Capítulo 8 desta tese. No que diz respeito aos acordos comunitários, compreendem que têm o poder de lei, os quais devem estar pautados no uso e acesso aos recursos naturais, com o objetivo de impedir os abusos dos fechos, desmatamentos, contaminação de aguadas, portões abertos e outros.

Foram tirados os seguintes encaminhamentos: organizar por faxinal e na Articulação Puxirão as denúncias de conflitos e ameaças contra os faxinais e faxinalenses para encaminhamento junto aos órgãos competentes; ampliação dos faxinais e que os faxinalenses

devem produzir acordos comunitários nos faxinais e buscar sua legalização através de leis municipais e estaduais. (Ibid., p. 7).

Oficina 3 - Tradicionais

Discussão: as discussões realizadas aqui serão discutidas no Capítulo 8, mas destaca-se que a presença de mulheres benzedadeiras, curadeiras, parteiras, costureiras, fazedeiras de simpatia e orações foi significativa. Entre os presentes, 80% nasceram pelas mãos das parteiras, assim como algumas mulheres presentes à oficina vêm praticando seus ofícios há mais de 50 anos. (ANAI, 2007, p. 8).

Oficina 4 – Violência contra os faxinalenses e Direito Étnicos e Coletivos

Discussão: inicialmente os camponeses participantes da oficina desenharam os símbolos que representam as características dos faxinais: preservação ambiental, solidariedade, união, luta contra o agronegócio, terras de uso comum, criação de animais, pinheiro, animais, fartura, fecho, mata, etc.

Essas características indicam o jeito de viver faxinalense, um modo de vida tradicional que nos faz uma comunidade tradicional. Isso não tem nada a ver com ser atrasado, porque manter e preservar nosso jeito é cuidar para que nossa cultura, conhecimento e práticas continue existindo. Nós só existimos se a mantemos, mesmo que seja necessário fazermos modificações para que ela continue funcionando e servindo à nossa comunidade e às gerações futuras. (Ibid., p. 9).

No que diz respeito às formas de violência praticadas contra os camponeses faxinalenses, será remetida ao Capítulo 8, no item específico. Foram deliberados os seguintes encaminhamentos: promover formação nos faxinais sobre a legislação relativa aos direitos étnicos e coletivos que amparam os faxinalenses e formas de encaminhar as ações de defesa e registrar todos os atos de violência contra os camponeses faxinalenses de maneira coletiva em Boletins de Ocorrência na Delegacia de Polícia e na Promotoria Pública. (Ibid., p. 9)

Oficina 5 – Organização de base

Discussão: foi iniciado com os questionamentos de por que os camponeses faxinalenses estão vivendo uma situação difícil em seus faxinais e como começar a revolver estes problemas. Foram apontados três razões que levaram à atual situação dos mesmos:

1) Gente e firma que vêm de fora foram entrando sem entender nosso jeito e nos tratando como atrasados e pobres; 2) Outra é a lei, muitas vezes ela não está a nosso favor e nossos acordos comunitários não são reconhecidos e respeitados; 3) Outra ainda é que perdemos muito de nossa solidariedade que fazia o povo ser unido nas peleia. Se for comparar com antes, havia mais cooperação e respeito nas comunidades, dessa forma era mais fácil resolver os problemas, aliás, eles eram bem mais simples dos que os de hoje. (ANAI, 2007, p. 10).

Colocadas essas preocupações, os participantes discutiram os possíveis caminhos para a mobilização dos camponeses faxinalenses contra as ameaças e propor soluções conjuntas entre os faxinais para os governos protegerem e promoverem os faxinalenses e suas frações do território comunitário camponês. No entendimento dos participantes da oficina, a solução tem que começar pelo faxinal, criando a comissão local que envolva os camponeses faxinalenses na defesa de suas frações do território comunitário camponês e nas atividades que promovam a solidariedade como os mutirões e festas.

Os encaminhamentos foram os seguintes: resgatar a cultura faxinalense para fortalecer os laços de solidariedade através de mutirões, conhecimentos e práticas tradicionais; criar novas comissões locais da Articulação Puxirão em faxinais novos – entendendo aqui os faxinais que não participam do movimento social faxinalense; e reforçar as comissões locais onde elas já existem através de cursos de formação, regimentos internos, identificação de conflitos, abaixo-assinados, entre outros. (Ibid., p. 10).

Na plenária final foram apresentados os encaminhamentos e justificativas tiradas nas oficinas que se consolidou na pauta e políticas a serem executadas pelo movimento social dos camponeses faxinalenses, através da Articulação Puxirão nos próximos dois anos 2007/2009 até o próximo encontro.

funcionários do Departamento Sócio-Ambiental (DSA); enquadramento de novos faxinais como ARESUR; avaliação dos funcionários atuando na temática dos faxinais nas regionais do órgão; apoio do IAP em telas para cercas de áreas de criador comum, em áreas que não são ARESUR; colocação de placas nas entradas dos faxinais com a identificação de Unidade de Conservação; averiguação das denúncias sócio-ambientais apontadas no Dossiê [2007] e agilidade para apurar as denúncias apresentadas pelos faxinalenses; formação de uma comissão interna na SEMA, com a participação de 3 membros da Articulação Puxirão para monitorar as ações proponentes nesta denúncia, com a finalidade de a médio prazo construir uma política estadual para comunidades tradicionais gestadas por uma comissão oficial.

2 – Junto ao Instituto de Terras Cartografia e Geociências (ITCG): parceria no processo de autcartografia social; levantamento da cadeia dominial em áreas indicadas pelos faxinalenses; levantamento fundiário da situação dos faxinais; e emissão de Certificado de Auto-Reconhecimento emitido pelo órgão, conforme estabelece a Lei Estadual n} 15.763/07, mediante solicitação do grupo de faxinalenses.

3 – Junto à Secretaria do Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB): reconhecimento e respeito ao modo de vida dos faxinalenses e de sua especificidade territorial mediante elaboração de programa estadual de ATER às comunidades (criação de uma política estadual específica aos faxinalenses que promova os atributos socioculturais, com foco na pesquisa e ATER e produção alimentar, melhoria de pastagens e rebanho, remédios caseiros etc.); e participação do grupo formado na SEMA para acompanhar as discussões e encaminhamentos visando articulação das políticas públicas dirigidas aos faxinalenses.

4 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária: criação de uma divisão/departamento interno à SUP 09 para acompanhamento específico das demandas das comunidades tradicionais do Paraná, especialmente as elaboradas pela Comissão Interna dos faxinalenses (Ordem de Serviço 42/200).

5 – Junto ao IBAMA – Instituto Chico Mendes: encaminhar estudo para implantação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (RDS) para os faxinais.

Acompanhando o movimento social dos camponeses faxinalenses, depois da realização do seu segundo encontro, quer seja participando como convidado e observador nas reuniões e encontros da Coordenação Geral da Articulação Puxirão, nas oficinas de cartografia social dos faxinais do Setor Metropolitano de Curitiba, como colaborador; e, nos trabalhos de construção do movimento social de base nos faxinais desse setor até o mês de junho de 2008, quando me afastei para concluir a redação dessa tese, é possível afirmar que a Coordenação Executiva da Articulação Puxirão vem fazendo o máximo esforço para executar as políticas deliberadas no encontro.

A AP vem jogando peso na formação das comissões locais, na formação política de lideranças locais e setoriais e no processo de construção dos acordos comunitários nos faxinais Lagoa Verde, Caí e Caizinho em Quitandinha, nos faxinais Espigão, Pedra Preta, Meleiro e Campestre dos Paulas, em Mandirituba. Nas oficinas de cartografia social dos faxinais Salso, Lagoa Verde e Caí, cujo Fascículo 4 – Faxinalenses no Setor Metropolitano de Curitiba, da Série Faxinalenses do Sul do Brasil, do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, coordenado pelo Antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, se encontra no prelo, assim como os Fascículos 2 – Faxinalenses no Setor Centro do Paraná e 3 – Faxinalenses no Setor Sul, da mesma série. Como forma de fortalecer as práticas tradicionais foi criada pelas mulheres camponesas a Associação Aprendizizes da Sabedoria de Medicinais e Agroecologia (ASA), que lançou, em agosto de 2008, a sua cartografia social no Fascículo 1 – Faxinalenses: fê, conhecimentos tradicionais e práticas de cura, da Série: Faxinalenses no Sul do Brasil, pelo Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil.

É possível afirmar que as comissões locais e a cartografia social são duas importantes

ferramentas de mobilização e construção da consciência de “classe para si”, em especial a cartografia social, pois o método aplicado dá voz àqueles que estão sendo cartografados. É visível o entusiasmo dos camponeses e camponesas participantes das oficinas quando escolhem os elementos mais representativos e os relatos dos conflitos sociais, culturais e ambientais que estão ocorrendo em seus faxinais.

O movimento social dos camponeses faxinalenses fez uma correta avaliação de que a atual legislação brasileira sobre a reforma agrária, implementada pelo INCRA, não é adequada para solucionar a questão da falta de terras nos faxinais e nem um instrumento legal para reconquistar partes da fração do território comunitário camponês faxinalense perdido para a agricultura capitalista da produção de soja, milho, batata, florestamento de *pinus* e eucalipto. O lote de terra individual está fora da tríade de sustentação do faxinal, que são as terras de uso comum, as de planta ou plantar – de uso individual – e as cercas que separam as terras de uso comum das terras de planta, que caracterizam a forma singular de reprodução social dessa fração do campesinato paranaense e brasileiro. O II Encontro dos Faxinalenses deliberou por encaminhar estudo ao Instituto Chico Mendes, no sentido de viabilizar a implantação de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) nos faxinais.

Com base na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), adotada em 27 de junho de 1989, em Genebra, à qual na Convenção sobre os Povos Indígenas e Tribais, o Brasil aderiu e, para isto, foi promulgada através o Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, adotando como critério essencial a consciência da identidade indígena ou tribal para aplicação de seus dispositivos contidos no Art. 1º, parágrafo 2º da Convenção 169. No que diz respeito ao território dos povos indígenas, o Art. 14, parágrafo 1º, da mesma convenção, trata do direito de propriedade e posse das terras tradicionalmente ocupadas e do direito de utilizar as terras que não ocupam, mas que são necessárias para a continuação de seu modo de vida, portanto, continuar produzindo suas atividades de subsistência e outras

práticas tradicionais. O artigo. 30, parágrafo 1, da Convenção 169 da OIT, trata do dever dos governos protegerem os povos que se autodefinem como tradicionais.

Art. 30, Parágrafo 1 – Os governos deverão adotar medidas de acordo com as tradições e cultura dos povos interessados, a fim de lhe dar a reconhecer seus direitos e obrigações especialmente no referente ao trabalho e às possibilidades econômicas, às questões de educação e saúde, aos serviços sociais e aos direitos derivados da presente Convenção. (DECRETO nº 5.051, 2004)

Baseados em sua identidade coletiva e étnica, os camponeses faxinalenses se autodefinem como comunidade e povos tradicionais e são reconhecidos pelo Governo Federal como tais, pelo Decreto de 13 de julho de 2006. Portanto, há possibilidade de criação de Reserva de Desenvolvimento Sustentável nos faxinais que tem base legal na Convenção 169 da OIT, Decreto Presidencial 5.051/04. A Lei 9.985, de julho de 2000, instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), no seu Art. 20, define a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).

Art. 20º. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

§ 1º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações.

§ 2º A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é de domínio público sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites devem ser quando necessário, desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.

Ao longo do segundo semestre de 2007 e primeiro de 2008, a Articulação Puxirão manteve conversações com a direção e técnicos do Instituto Chico Mendes (ICM), com objetivo de viabilizar a RDS como a identidade jurídica dos faxinais. Técnicos desse órgão vêm participando de reuniões da Coordenação Geral de AP, discutindo e esclarecendo as muitas dúvidas que as lideranças locais têm sobre as RDS e sua viabilidade nos faxinais. Em uma dessas reuniões foi distribuído pelos técnicos do ICM documento sem data, que contém vários esclarecimentos sobre as RDS, como funcionam, quais os passos para uma área ser

enquadrada como uma unidade de RDS, com base nos principais questionamentos feitos pelos camponeses faxinalenses. Também foi elaborado um conjunto de perguntas e respostas, entre as quais destacam-se as seguintes:

Criando a RDS, a população tradicional perderia a propriedade das terras?

Como a RDS é de domínio público, as propriedades privadas dos faxinalenses passarão a ser, para efeito fundiário, do governo. Porém cada família firmará com o ICMBio um contrato de concessão de direito real de uso, que significa que, apesar de a terra não ser mais propriedade privada da família, o governo concede a ela o direito de usar a área mediante o compromisso de ser mantido o modo de vida tradicional da comunidade e de buscar a conservação do ambiente. Isso torna a venda das áreas proibida, reduzindo os riscos da perda de território faxinalense, por pressões externas ou conflitos. Como as famílias continuarão morando na RDS, não há pagamento de indenização.

Propriedades que não façam parte do faxinal (não tenham modo de vida faxinalense) e foram incluídas nos limites da RDS, podem ser desapropriadas, para que a área faça parte da Unidade. Nesse caso, os donos serão indenizados pelo Governo Federal, e deverão desocupar as áreas, que passarão a ser utilizadas e gerenciadas conforme as normas de uso da Unidade, pelas demais famílias.

Transformando o faxinal em RDS, as famílias terão que sair da área, para deixar o “meio ambiente” ser preservado? Não, a RDS é um tipo de Unidade de Conservação em que a população tradicional tem que permanecer na Reserva, viver na área, e pelo seu modo viver, conservar a floresta.

O que acontece com quem é contrário à RDS, no caso da sua criação no faxinal, incluindo sua propriedade? Existem duas situações: a família assume o compromisso de usar a área (incluindo sua propriedade) do modo tradicional, que conserve o ambiente, através dos acordos previstos no Plano de Utilização e no Plano de Manejo e então permanece na RDS, ou, se não concordar, e todos os estudos concluírem que sua área deveria fazer parte da RDS, recebe indenização do governo e deixa a área, que passará a ser utilizada pelas demais famílias.

[...]

Quais os benefícios da criação da RDS para os faxinais? A RDS pode apontar para um maior reconhecimento do território faxinalense, criando mecanismo que fortaleçam esse território diante de crescentes pressões e conflitos. Ao mesmo tempo, pode ser uma oportunidade para que o modo de vida faxinalense seja reconhecido como responsável pela conservação ambiental da área.

Quais os principais riscos da criação de uma RDS? Um dos riscos é a exposição da comunidade a um processo de estudos e consultas públicas. Isso significa mais gente e mais instituições chamando para conversar com a comunidade, medir áreas, etc. Se não houver um bom entendimento coletivo e concordância com o processo de criação da RDS, bem como se os estudos não forem bem conduzidos, isso pode ser complicado. Outro risco (pode ser uma ótima oportunidade) é que quem vai passar a gerir toda a área do faxinal será um Conselho Deliberativo, que vai desencadear o Plano de utilização e o Plano de Manejo. O Conselho, até porque envolve também outras instituições, além da comunidade, deve ser bem articulado. [...]. No fundo, a criação de uma RDS envolve um processo de mudança de tomadas de decisão de forma individual para tomadas de decisão em processo coletivo, o que pode ser muito interessante tanto para a conservação ambiental quanto para a articulação comunitária. A história mostra, entretanto, que quando este processo de mudança não é feito no tempo certo e de forma cautelosa, o tiro sai pela culatra. [grifos meus] (ICM, s/d, passim.).

O entendimento que tenho é que a figura da RDS não é o instrumento legal e jurídico que possa criar a identidade jurídica do faxinal por várias razões, entre as quais destaco: primeira, a RDS não incorpora na sua totalidade a realidade e o modo de vida singular dos camponeses faxinalenses, porque, como já foi expresso em vários momentos nesta tese, o faxinal está alicerçado nas terras de uso comum, terras agrícolas – terras de planta ou plantar – e nas cercas que delimitam as terras de uso comum das terras agrícolas; na fração do território comunitário camponês faxinalense, os seus espaços nem sempre são contíguos uns aos outros, com exceção das cercas que delimitam as terras de uso comum. Nem sempre as terras agrícolas dos camponeses faxinalenses se limitam com as terras de uso comum. Há caso em que essas terras ficam distantes do criadouro comunitário até 20 km; com isso, fica quase impossível se criar uma RDS com áreas descontínuas, portanto não incorpora todas as frações do território comunitário camponês faxinalense. Segunda, a base produção dos camponeses faxinalenses está na produção animal – criado à solta no criadouro –, produção agrícola e extração da erva-mate – por menor que seja provoca impacto ambiental – o que poderá provocar conflitos no Conselho Deliberativo, com os representantes das instituições participantes, em especial por parte daqueles ecologistas radicais, que entendem conservação da natureza sem a presença do homem na área a ser conservada. Terceira, uma parte importante das terras de uso comum e das terras agrícolas são de propriedade particular; e o acordo compactuado entre os proprietários dessas terras com o Instituto Chico Mendes só tem valor em vida desses proprietários, pois o Código Civil Brasileiro, após a morte do titular, dá o direito inalienável dos seus herdeiros fazer o que lhes provier da parte que lhes cabe. Quarta, para a criação de uma RDS, se necessário for, serão desapropriadas e indenizadas terras de dois personagens que colaboraram para a redução de suas frações do território comunitário camponês faxinalense – através de fecho –, o proprietário de terras estranho ao modo de vida dos camponeses e aquele que “virou a casaca”, conforme o termo usado por

Zygmunt Bauman (2003), ou seja, nesse caso, será beneficiado aquele camponês que se rendeu ao canto da sereia da agricultura capitalista – fazendo fecho para produzir individualmente nas terras que antes eram de uso comum —, cujas notas musicais vêm recheadas de bombons envenenados.

Foto 2 - A figura do Profeta João Maria presente no movimento social dos camponeses faxinalenses.

Compreendo ainda que uma das estratégias a ser adotada pelo movimento social dos camponeses faxinalenses, até que se resolva o impasse do processo de construção de sua identidade jurídica que contemple a totalidade do seu modo de vida singular, é investir nos acordos comunitários e seu reconhecimento jurídico através de novas leis municipais, com base na Lei Estadual nº 15.673/07.

Portanto, pode-se afirmar que não há dúvida da existência de um novo movimento social e político no campo paranaense, que é o movimento social dos camponeses faxinalenses, representado pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses que luta e resiste pelos direitos étnicos, sociais e culturais dessa fração do campesinato paranaense. Com menos de três anos de existência já conquistou várias vitórias através de ações que envolveram uma rede social de solidariedade com políticos, ONG's e setor da Igreja Católica, através da Comissão da Pastoral Terra de Curitiba e Guarapuava e Banca de Apoio dos Povos e Comunidades Tradicionais. Com essas vitórias, foram-lhes garantidos juridicamente vários

direitos costumeiros e étnicos, retirando-os assim da invisibilidade social e política perante o Estado e a sociedade há mais de dois séculos.

Também é possível afirmar que o movimento social e político dos camponeses faxinalenses têm suas referências de luta pela terra, nas experiências históricas dos camponeses rebeldes que lutaram e resistiram pela posse de suas terras na sangrenta Guerra do Contestado, no período de 1912 a 1916, na região contestada entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, cuja referência se espelha na presença constante nas reuniões, encontros e publicações coordenados pela Articulação Puxirão da figura do Profeta João ou José Maria. Este aspecto torna-os diferentes de outros movimentos sociais do campo brasileiro, como o Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento do Atingidos por Barragem (MAB) e outros que se referenciam nas lutas das Ligas Camponesas e Guerra de Canudos, que tentaram unificar trabalhadores do campo e da cidade contra o latifúndio. No movimento social e político dos camponeses faxinalenses, os monges João Maria e José Maria são os profetas que reivindicavam terras para todos, enquanto que nas práticas religiosas do catolicismo popular nos criadouros comunitários os monges são referenciados como os curandeiros, os milagreiros e o santo São João Maria. É relevante assinalar que os camponeses e camponesas faxinalenses não diferenciam os dois monges João Maria e José Maria – que foi o personagem central para a deflagração da Guerra Santa do Contestado, no sentido messiânico do genocídio da Guerra do Contestado.

Dessa forma, compreendo que pesquisar o campesinato enquanto “classe para si”, tendo como objeto dessa tese os camponeses faxinalenses como uma fração de sua classe e sua prática das terras de uso comum, justifica-se pelas questões anteriormente apresentadas e entendo que é uma contribuição da Geografia Agrária Brasileira na compreensão de um contexto mais amplo, no qual estão envolvidas e relacionadas às realidades dos faxinais e consequentemente dos camponeses faxinalenses, pois

[...] os movimentos sociais constroem estruturas, desenvolvem processos, organizam e dominam territórios das mais diversas formas. Os movimentos são formas de organização social e, principalmente, os sociólogos, historiadores e cientistas políticos se dedicam a estudá-los há muito mais tempo que os geógrafos. (FERNANDES, 2000, p. 60).

Assim como se justifica pela construção de um caminho teórico, oferecido pela abordagem geográfica, como contribuição para o avanço no entendimento desse novo movimento social que surgiu e está se consolidando no campo paranaense e brasileiro.

3. TERRAS DE USO COMUM NA ESPANHA E PORTUGAL

3.1. AS FORMAS DE TERRAS DE USO COMUM NA ESPANHA

A agricultura tradicional espanhola, segundo o entendimento de diversos estudiosos do tema nos vários campos da ciência, surgiu entre os séculos XI e XIX, (CORTAZAR, 1996, p. 19), incidindo de forma decisiva na política de “desamortização” levada a cabo pelas forças progressistas, no início da segunda metade do século XIX, e tendo se afirmado ao longo dos anos sessenta do século XX. A organização social de produção agrária alcançou seu apogeu na década de cinquenta do século XX, em virtude da existência de um consolidado aparato institucional e algumas circunstâncias econômicas e políticas, de acordo com Antonio Maya Frades (1994).

Com base nas obras de J. M. Naredo, C. Barciela, R. Carballo e J. L. García Delgado e S. Roldán, Frades afirma que a realidade agrária dominante após a Guerra Civil Espanhola se caracteriza pelo equilíbrio econômico, no qual a estrutura agrária corresponde a um período de transição do modo feudal de produção para categorias econômicas e relações de produção próprias do modo capitalista de produção. Essa situação se desenvolve nas margens de uma economia natural, na qual se repõem todas as matérias-primas e toda a energia do trabalho humano e animal no processo produtivo agrário. Devido a essa forma de organização social de produção, utilizam-se apenas consumos intermediários procedentes do resto dos setores econômicos.

Com o passar do tempo, modificam-se as características do modo feudal de produção. Ainda nesse período, o processo se converte em algo significativo. Às vezes, escassos avanços tecnológicos são freados e em certos momentos pode-se observar um retrocesso tecnológico, principalmente no início do período de pós-guerra, pois a produção agrícola

diminuiu significativamente devido à reduzida utilização dos meios de produção. O isolamento econômico e de abastecimento suportado pela formação social espanhola é a causa desse comportamento do “mundo agrário” em geral, no conjunto da economia espanhola (FRADES, 1994, p. 54).

Os desajustes do processo de produção agrária se corrigem em certa medida, ao longo da década de cinquenta, com a aplicação de uma política agrária de acordo com a nova realidade econômica do Estado espanhol. Ainda nessa nova etapa intervieram decisivamente para a abertura da formação social espanhola as influências e decisões dos países capitalistas. Frades, em sua análise sobre a realidade da agricultura espanhola desse período, cita a seguinte afirmação de R. Carballo: “O Plano de Estabilização senta suas bases legais nessa nova política econômica que, abrandando a economia ao exterior, permitirá encontrar um novo modelo de acumulação de capital” (FRADES, 1994, p.55 livre tradução). Para o autor, esse fato repercutiu consideravelmente na expansão econômica espanhola nos anos sessenta – setenta e de forma concreta no setor industrial.

Para dar conta desses princípios econômicos, foi criado, em 1937, o Serviço Nacional do Trigo. Com ele, pretendia saldar-se a dívida contraída com os pequenos agricultores produtores de trigo, que, desde o início da Guerra Civil Espanhola, abandonaram suas terras e apoiaram a rebelião militar. No entanto, os que se beneficiaram claramente dessa situação, como também das restantes ações da política agrária, foram os grandes produtores de trigo. Ao mesmo tempo, o Novo Estado assegurava a provisão desse importante produto para alimentação da população, e, desse modo, satisfazia as necessidades impostas e derivadas da autarquia econômica do pós-guerra (Ibid., p. 47-55).

A manutenção das formas de exploração tradicional da agricultura durante essa época foi possível graças à ocorrência de alguns fatos que não só permitiram sua consolidação, mas também sua afirmação. Entre esses fatos pode ser ressaltado o componente ideológico

dominante que é fundamental para compreender a situação da agricultura espanhola. Este componente se converte no setor econômico básico em que trabalha um importante percentual da população ativa. Na década de quarenta do século passado, a agricultura espanhola empregava 50% (cinquenta por cento) da força de trabalho do país, na condição de subemprego permanente; circunstância que impedia que se registrasse pressão sobre salários e ao mesmo tempo atuava como freio para a introdução de maquinaria e de melhorias tecnológicas.

Ao mesmo tempo, a política agrária dos diversos governos da ditadura e da longa ditadura franquista também contribuiu para a estabilidade da agricultura tradicional espanhola. Na maioria dos casos, orientava-se para a defesa das pequenas unidades produtivas, embora os maiores beneficiados tenham sido as grandes explorações. Esses fatos influenciaram favoravelmente na manutenção da convivência entre categorias econômicas e sociais opostas, traduzindo-se em uma desigual organização social da produção agrária.

Entre as medidas de política agrária destaca-se, sobretudo, a que se referia aos preços agrários. Com ela, pretendia-se alcançar o abastecimento dos mercados nacionais e também a proteção das explorações familiares. A orientação dessa política era a manutenção dos cultivos tradicionais, como a produção de trigo, anulando-se a possibilidade de adaptação de novos produtos mais variados, contribuindo, ao mesmo tempo, para a acumulação de renda agrária nas mãos dos grandes proprietários.

Além disso, a sobrevivência dos cultivos tradicionais influenciou notadamente na ausência de alguns meios de produção, tais como maquinarias, fertilizantes e sementes selecionadas, ausência que foi um obstáculo para o incremento das produções agrárias. Diferentes das estruturas da agricultura de outros países europeus no mesmo período tiveram que ser supridas em certa medida com o aumento da área cultivada, consequência lógica da promulgação de medidas que exigiam a produção obrigatória de culturas básicas – trigo e

leguminosas, com a intensificação do fator trabalho e com a lavoura de produtos bem adaptados às condições ecológicas.

Frades destaca que as características básicas da formação social espanhola têm influenciado na organização do processo agrário em Zaramorano, mais especificamente no “Valle de la Guareña”, onde foi realizada sua pesquisa. Ali, a estrutura agrária é entendida como uma série de aspectos que explicam as relações econômicas e suas formas de produção no território, que apresenta uma dualidade de categorias econômicas, as quais se manifestam ao mesmo tempo com desigual comportamento e uma diferente organização do processo produtivo. Os pólos dessa dialética são as grandes propriedades agrárias e as pequenas unidades de produção. De acordo com esse mesmo autor, na Espanha são consideradas como pequenas propriedades ou “pequenas unidades de produção, as que possuem área até 50 hectares; e as consideradas como propriedades médias, que possuem de 51 até 100 hectares e grandes propriedades, as que possuem áreas acima de 100 hectares”. (FRADES, 1994, p. 63).

A diferença entre ambas não se dá somente no tamanho das áreas, mas sobretudo na desigualdade das relações sociais de produção. A pequena produção se dedica basicamente à produção de bens de consumo para suprir as necessidades da unidade familiar, pois praticamente se desenvolve dentro da margem de autoconsumo. Os pequenos produtores apenas procuram o mercado para comprar alguns tipos de alimentos, e em raras ocasiões para vender o excedente de sua produção. Eles também usam mão-de-obra familiar, regida por vínculos de parentesco, e normalmente recorrem à diversificação da produção com os objetivos de ocupar plenamente a força de trabalho familiar e da suficiência de produção para sua reprodução econômica e social como camponeses.

As relações sociais de produção nas pequenas explorações agrárias se desenvolvem no âmbito familiar, sendo seus membros os responsáveis pela realização das diferentes fases da produção. Durante o período de menor trabalho na própria unidade de produção, convertem-

se em mão-de-obra assalariada susceptível de empregar-se nas explorações que cultivam áreas maiores, com o fim de obter dinheiro para amenizar as deficiências financeiras da unidade familiar (FRADES, 1994, p. 63).

Por outro lado, as grandes propriedades desenvolvem relações de produção capitalistas, em que normalmente é utilizada mão-de-obra assalariada que suporta métodos de exploração extensivos (longas jornadas de trabalho, baixos salários, etc.), o que impede a introdução de maquinarias e facilita o uso de técnicas produtivas atrasadas. Além disso, a produção se orienta basicamente ao mercado, pois tais unidades produtivas primam pela obtenção ao máximo dos benefícios do processo agrário e se centram, fundamentalmente, naquelas culturas (como o trigo) que possuem um mercado regulado e protegido pela política agrária.

Ademais, a força produtiva da terra, concebida como condição natural e necessária para a produção, suporta uma grande pressão social e sobre ela se estruturam relações de apropriação e de propriedade (Ibid., p. 59).

Segundo o Cadastro de Rústica²³, a força produtiva da terra pertence basicamente a proprietários privados, ainda que na maioria dos municípios existam também formas coletivas de propriedade, como os bens de próprios regulados pela administração municipal e os comunais, que ocupam pequena extensão, mas em alguns casos desempenham uma importante função na economia das pequenas explorações. (Ibid., p. 164-165)

Essas terras estão ocupadas por prados, em que pasta o gado *vacum* dos povoados. Desempenham um importante papel econômico que explica, em certa medida, sua conservação. Ao longo do tempo, tem prevalecido o bem coletivo frente ao interesse individual, ainda que não tenham faltado ocasiões em que se tem questionado sua

²³O Cadastro de Rústica permite entender a estrutura da propriedade da terra e conhecer sua distribuição entre os distintos proprietários. Nas Cédulas da Propriedade se expõe individualmente a extensão territorial por parcela e seus correspondentes aproveitamentos. No entanto, ao fazer-se em nível municipal, repetem-se contribuintes. Assim mesmo, seu caráter fiscal impede a verificação do estado das situações jurídicas referentes à propriedade, que são fundamentais na organização do campo (Ibid., p. 231).

funcionalidade (FRADES, 1994, p. 321-233).

É partindo dessa síntese sobre agricultura espanhola que analiso a diversidade de formas de uso comum da terra na Espanha.

Desde o final do século XIX, historiadores e administradores espanhóis se preocupam em estudar as formas de aproveitamento coletivo dos recursos naturais e suas formas de propriedade. Segundo Francisco Sánchez LÓPEZ (1998) e Xesús L. BALBOA LÓPEZ et al. (2004), nos últimos anos do século passado (século XX), é retomado o interesse pelo tema por parte de muitos pesquisadores sociais, como antropólogos, geógrafos e sociólogos, por compreenderem que as formas de aproveitamento coletivo dos recursos naturais e sua posse se revestem de um elemento básico da estrutura econômica das comunidades rurais. Essas práticas se organizam conforme os modelos culturais herdados da Idade Média, mas as transformações que ocorreram na Espanha durante os últimos séculos enfraqueceram enormemente sua força e os valores culturais que serviram de modelo para seu funcionamento. Segundo López, as causas que levaram à perda desses valores culturais foram o liberalismo burguês e o espírito mercantil desamortizador, que formaram um novo tipo de sociedade, diferente daquela cunhada no comunismo. Esta é incentivadora da riqueza individual, que impõe como critério central de sua existência as relações econômicas (LÓPEZ, 1998, p.9).

Afirma López que contrariamente ao atual modelo econômico, na sua fase neoliberal no fim do século XX, muitos autores buscam reativar aquelas formas de organização como meio para recuperar a cultura tradicional espanhola, cujas raízes vêm desde o século IX, conforme nos aponta Garcia de Cortazar (1996). Ou seja, retornar às origens e tradições dos povos, que estimularam o desenvolvimento da antropologia cultural, provocou o debate sobre comunidades aldeãs ou tradicionais e tem incentivado os pesquisadores a analisar as formas comunitárias de exploração da terra. Isso é aceito por Hobsbawm (1984, p. 9), quando afirma

que “esse aparato, na sua forma atual, data dos séculos XIX e XX. Muitas vezes, ‘tradições’ que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas²⁴”. (Ibid., 9)

López (1998) afirma ainda que analisar as formas de propriedade rústica não-privada na Espanha não é uma tarefa fácil para qualquer pesquisador que se interesse pelo tema, pois não se encontram dados confiáveis que possam demonstrar sua importância territorial e há poucas informações disponíveis para que se possa traçar sua evolução através dos tempos. Mesmo assim, é surpreendente a variedade de titularidades que são atribuídas aos bens comuns e mesmo de seu aproveitamento. Essa afirmação é feita pelo autor, com base em trabalhos já realizados por diversos pesquisadores historiadores, juristas, geógrafos e outros.

Com base nessas pesquisas, Lopez afirma que muitas regiões da Espanha sofreram intensas correntes migratórias no período de 1960-75, e, como consequência, padeceram de uma grave “desertización y envejecimiento demográfico”. Para ele, um dos elementos que contribuiu para a desertificação e envelhecimento demográfico da população nas terras de uso comum na Espanha foi a falta de políticas públicas, por estarem as terras situadas em zonas desfavoráveis e montanhosas. Por outro lado, nas regiões que não sofreram essa corrente migratória, criou-se uma pressão em seu entorno, provocando uma redução no seu ambiente, que foi importante para estas populações que não migraram. Ou seja, ocorreu abandono das regiões em alguns casos e aproveitamento abusivo dos recursos naturais em outros, o que tem gerado um processo de degradação do meio e do patrimônio. Conforme afirma o autor: “Todo ello implica la posibilidad de que los sistemas de exploración no privada que se habían configurado históricamente de acuerdo con las condiciones del medio físico, busquen formas de adaptación a los cambios experimentados en los espacios ecológicos habituales” (LÓPEZ,

²⁴ O autor usa o termo “tradição inventada” em sentido amplo, mas nunca indefinido. “Inclui tanto as ‘tradições’ realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e de determinado tempo – às vezes coisas de poucos anos – e se estabelecem com enorme rapidez” (HOBBSAWM, 1984, p. 9).

1998, p. 24).

Nas formas de propriedade não-privada, o funcionamento se ajusta às práticas e costumes enraizados na cultura popular cuja expressão significativa são as *ordenanzas* (significando, neste caso, leis). As *ordenanzas* condensam em seus artigos o direito consuetudinário que configura as economias de subsistência, ainda que o manejo de tais formas não se ajuste sempre a elas. As *ordenanzas* não refletem necessariamente os princípios da racionalidade econômica, mas definem o aproveitamento dos recursos naturais de acordo com as exigências da própria economia local e dos direitos históricos que possuem os “moradores dos povoados”, respeitando geralmente os ciclos biológicos dos animais, peixes e plantas.

No entanto, a introdução de novas tecnologias tem alterado em muitas regiões as formas tradicionais de exploração dos recursos naturais, provocando sua destruição ou submetendo seu aproveitamento às condições que o modo capitalista de produção impõe. Conforme afirma López:

En este nuevo escenario el lector se pregunta sobre los fundamentos que puedan legitimar afirmaciones tan contradictorias como la de Demsetz, que insiste en la “ineficiencia inherente a los sistemas de propiedad comunal” o la de Runge, C. F. según el cual “el reforzamiento de estos sistemas permite obtener mejores resultados que ninguna formula de privatización de los bienes”.

En España la obsesión liberalizadora se apoderó de la política nacional desde la segunda mitad del siglo XVIII y puso en la pluma de nuestros Ilustrados más eminentes (Jovellanos) frases que anticipan literalmente la antes citada de Demsetz y alteró durante el XIX la vida cotidiana de nuestros pueblos con las turbulencias de las Desamortizaciones. Pero frente a este liberalismo y a su modelo de gestión individualista, incorporado en los códigos civiles españoles (Cuadrado, M., 1980), se levanta actualmente la tesis contraria que ve en la recuperación y adaptación de estos sistema la “clave de la economía agraria de España” (Nieto, A., 1964) y “un instrumento de primera importancia para el desarrollo agrario del país” (García de Enterría, E., 1986).

Estas actives indican que nos hallamos frente a un tema de gran interés dialéctico y de implicaciones socioeconómicas y políticas importantes: Se discute sobre la utilidad de mantener o no los sistemas no privados de exploración de los recursos naturales; de, si, reconocida su “esencial inadecuación” a la economía de mercado, es necesario privatizar los bienes comunes, como han creído y creen algunos, o si, rechazado tal reconocimiento, se invierte la acusación y se inculpa a la economía de mercado de fomentar la explotación incontrolada de los recursos y de practicar una irracionalidad que lleva de manera irremediable a su destrucción (Ibid., p. 24-25).

Para se ter uma melhor compreensão das formas de exploração dos recursos não-privados nas diversas formas na Espanha, o autor faz um debate sobre o termo “propriedades comunais”, que tem sido objeto de controvérsia nos últimos trinta anos entre os economistas e sociólogos espanhóis. Tal fato ocorre porque vários setores da sociedade espanhola vêm se interessando pelo resgate da cultura e tradições do passado, com destaque para as formas tradicionais de exploração da terra e de seus recursos naturais. Com isso, não ocorre uma uniformização no emprego do termo-chave no meio acadêmico. Uns usam o termo (provavelmente o mais paradigmático) “comunais”, e a expressão “the tragedy of the commons”, que tem o significado de “a tragédia dos comuns” e que aparece em várias bibliografias norte-americanas. Entretanto, no transcorrer desse tempo, os conceitos têm sido clarificados, e hoje é possível resolver o problema com instrumentos teóricos mais precisos e comparar os resultados das pesquisas que se realizam em outros países.

Grande parte dos estudos sobre as formas não-privadas de exploração das terras e dos recursos naturais, publicados nos Estados Unidos e em países de língua inglesa, por muitos anos teve como referência o trabalho de Garrett Hardin (1968) e trabalhos anteriores que também trataram do tema. López, ao fazer uma análise histórica do uso dos recursos naturais, se refere aos trabalhos de W. F. Lloyd e J. Badem (1977) H. Demsetz e V. Ostrom e E. Ostrom.

David FEENY et al.(2001) afirmaram que, antes de Hardin e Gordon, Scott e Lloyd já afirmavam a teoria convencional dos comuns, cujo legado dominante para esses autores, inclusive Hardin, foi a “metáfora do manejo de recursos de propriedade comum” (FEENY et al., 2001. p. 17). Os autores anteriormente citados trabalham em uma perspectiva antropológica de premissa neopositivista. Ou seja, individualista, pois apontam a tendência natural do homem em priorizar os seus interesses comuns, o caráter egoísta do homem natural, que busca seu próprio benefício em luta com os outros e da necessidade da existência

do Estado como mediador dos conflitos sociais.

Ao fazer uma análise da obra de Lloyd sobre a utilização dos bens comuns, López afirma que esse autor tem uma visão negativa sobre a questão, em razão das influências recebidas das teses de Adam Smith, o qual se preocupava com duas questões: o fato de a sociedade obrigar o homem a defender seus interesses, e o crescimento da população, que teria como decorrência a destruição do meio de subsistência da humanidade. Coerente com o individualismo de sua época, Lloyd defendia que somente a propriedade privada podia impedir que crescentes massas humanas destruíssem o meio ambiente. Partindo dessa visão, Lloyd ainda defendia que cada família assegurasse parte do produto produzido pela terra para viver dignamente, mas deveria ser evitada a concentração da riqueza e do poder. Da mesma maneira, Scott, dez anos depois, defendia a propriedade privada, afirmando que “parece que há certa verdade no dito ‘propriedade de todos é propriedade de ninguém’”. (FEENY et al., 2001. p. 17)

O maior crítico das formas não-privadas de exploração dos recursos naturais, segundo López, é Garret Hardin, que criou o termo “the tragedy of the commons” (a tragédia dos comuns), o qual se espalhou na literatura anglo-saxônica. A tese central de Hardin consiste na afirmação de que o crescimento da população e o interesse incontrolável com que o indivíduo busca seus próprios benefícios deterioram os recursos naturais disponíveis para a humanidade e provocam sua destruição. Hardin justifica sua tese catastrófica com a seguinte afirmação:

El sobrepastoreo provoca la erosión de los paces en un proceso que daña peligrosamente los antes considerados como ‘inagotables recursos del mar’. Así sucede también con la polución del aire y de las aguas. El deterioro continuado de los recursos naturales y su inexorable destrucción constituye la llamada ‘tragedia de los comunes’ (the tragedy of commons) (HARDIN, 1968, p. 56).

Para López, as teorias de Hardin são compartilhadas por muitos políticos e economistas especialistas porque incidem sobre um dos graves problemas que afetam as sociedades modernas: a progressiva deterioração dos recursos naturais e do habitat humano. A destruição dos bens comuns se deve, em sua opinião, a que cada um é livre para aproveitá-los,

ou essa destruição geralmente ocorre de acordo com a mentalidade egoísta descrita anteriormente. Hardin continua a fazer confusão entre *open acces* e “comuns” em seus trabalhos posteriores, confusão essa assimilada por muitos outros autores, como Demsetz e Muhsam, entre outros.

Mas nos últimos anos vem ocorrendo uma crítica severa às teorias de Hardin, principalmente por parte de Crowe e Feeny et al. (2001). Hoje, vários pesquisadores distinguem o conceito de “livre acesso” de outras situações, como o “sistema” de exploração coletiva (LÓPEZ, 1998, p. 33).

Para Feeny et al., (2001), os recursos de propriedade comum compartilham três características importantes: a exclusividade, o controle de acesso e a subtração. A exclusividade e o controle do acesso por potenciais usuários poderão ter um custo, no extremo, virtualmente impossível. A subtração, por sua vez, é a capacidade que cada usuário possui para subtrair parte da propriedade de outro (p. 19).

Outro conceito analisado por López, o fundo comum de recurso (*common pool resources*), é empregado por Beden, Ostrom. E. e Ostrom V. como diferente de *open access system*, que está mais próximo do fundo comum de recurso, ainda que longe dos comuns espanhóis. O autor afirma que um fundo comum de recursos é um conjunto de recursos interdependentes, que são possuídos por várias pessoas ou grupos e estão submetidos a certos fatores que potencializam ou limitam sua capacidade de produção e renovação. Para López, é o que Beden definiu mais amplamente como um conjunto de variáveis que em condições favoráveis são capazes de produzir um fluxo de unidades sem danificar o estoque dos recursos enquanto tal. Beden faz ainda uma distinção entre fluxo de unidades de recursos gerados e consumidos, de um lado, e de outro, o sistema de recursos que se mantém através dos tempos (LÓPEZ, 1998, p. 35).

O conceito de “fundo comum de recursos”, acrescentado ao de acesso aberto, é uma

matriz importante para entender que entre os usuários do fundo comum de recursos existe alguma forma de acordo para regular a exploração dos bens comuns, proibindo o consumo abusivo, que levaria à destruição desse sistema. A regulação implica as seguintes condições: a) o aproveitamento está permitido a uns e negado a outros, estabelece-se o princípio da exclusividade a favor de alguns usuários, o que acarreta certa apropriação ou privatização do recurso; b) os recursos estão formados por unidades ou elementos que podem ser retirados do conjunto e consumidos pelos indivíduos independentes uns dos outros. A apropriação e autocontrole da distribuição na exploração dos recursos provocam uma situação contrária da preconizada por Hardin. Mas, obviamente, ambas estão associadas ao aparecimento de alguma forma de coordenação ou organização entre os usuários dos recursos que necessitam de um acordo que estabeleça uma regra para todos. Tal acordo surge quando os usuários consideram benefícios em organizarem e regularizarem sua distribuição, por terem excedido as cotas que acertaram para o uso dos recursos naturais e preveem que, se não for assim, o próprio sistema de recursos pode desaparecer ou ser danificado.

O termo “fundo comum de recursos” foi elaborado com certa referência implícita à situação de *open access system*, construída por Hardin com a intenção de superá-la, ou seja, pretende-se identificar uma situação dos recursos naturais mais configurada juridicamente, mas em que estes não são propriedade de cada um e de ninguém, senão haveria propriedade de alguns usuários, e outros seriam excluídos.

Já Feeny et al. compreendem o “livre acesso” como a “ausência de direitos de propriedade bem definidos” em que o acesso a esses recursos não é regulamentado, sendo “livre e aberto a qualquer pessoa”. Como exemplo, o autor cita a pesca oceânica antes do século XX (FEENY et al., op cit., p. 20).

Na compreensão de Fenny, na propriedade comunal, os recursos são administrados por uma comunidade “identificável de usuários interdependentes”, sendo que esses usuários

excluem a “ação de indivíduos externos, ao mesmo tempo em que regulam o uso por membros da comunidade”, podendo ser na forma do direito positivo ou costumeiro. Internamente à comunidade, os recursos não são “exclusivos ou transferíveis”, mas sim repartidos igualmente entre seus membros, no que diz respeito ao acesso e ao uso. O autor dá como exemplo de tipos de propriedade comunal as pastagens e florestas, que são as que mais interessam para a pesquisa.

López afirmou que a distinção entre os termos “recursos de acesso aberto” e “propriedade comum” tem se consolidado através do tempo. Os recursos de propriedade comum – CPRS – são iguais àqueles recursos (não excluídos) sobre os quais um grupo de gente tem iguais direitos de uso. O domínio do grupo de coproprietários é conferido formalmente pelo domínio de outro grupo, geralmente um grupo cujo objetivo central não é o uso administrativo do recurso para si, como um aldeia, uma tribo, etc. (LÓPEZ, op cit., p. 36).

Já Mc Cay e Acheson (1973), fazem crítica às teses da tragédia dos comuns de Hardin, afirmando que a sua falha está em não distinguir entre a propriedade comum como condição “teorética” em que não existem instituições relevantes (*open access*) e a propriedade comum como uma instituição social (*the commons*). A aceitação de que a propriedade comum é o mesmo que o livre acesso é historicamente inadequada. Tal distinção é de fundamental importância no que diz respeito a importantes implicações para a política econômica em relação com os bens de titularidade não-privada.

Outro autor citado por López, que tem contribuído para a consolidação da diferença entre os “commons”, descrita por Hardin, e as diversas formas de comuns em diferentes partes do mundo, é Stevenson, que afirma que o conceito de *open access* tem três aspectos básicos: a) a ideia de *free rider* (homem livre), quer dizer, o indivíduo que persegue seus próprios interesses sem levar em conta os interesses dos outros; 2) a ideia de que não existem limitações jurídicas não é real ao comportamento ‘egoísta’ de qualquer *free rider* (homem

livre), 3) a sobre-exploração dos recursos, ou seja, os recursos são explorados além da capacidade de sua reprodução racional ou de sua renovação. Um recurso de acesso aberto é um recurso fugitivo.

Outra distinção é que a limitação de entrada do uso dos bens, frequentemente, se dá em uma gestão coordenada. Não existe gestão coordenada nos *commons* de Hardin, porque não se tem definido um grupo identificável como gestor. Aliás, onde se tem conseguido limitar a entrada, o grupo de usuários tem a capacidade para controlar e sistematizar o uso.

Esquemáticamente, a propriedade definida por Steveson e aceita por LÓPEZ (1998) é a seguinte:

FIGURA 1 - PROPRIEDADE

Adaptado de Stevenson²⁵ apud LÓPEZ (1998, p. 37).

Tanto Stevenson como os outros autores que criticam o “commons” na formulação de Hardin afirmam que é importante distinguir dois subgrupos de recursos dentro do conjunto de

²⁵ Obra indisponível no Brasil.

propriedade comum. O subgrupo de recursos que padece da sobre-exploração, os chamados recursos de acesso aberto, porque é o acesso ilimitado que causa a tragédia; e o subgrupo que alcança êxito pela limitação do acesso e pelo emprego de uma gestão conjunta, que é a verdadeira propriedade comum. O termo “propriedade comum” se aplica a qualquer recurso natural usado em comum. Trata-se de um recurso ao qual há acesso livre ou acesso limitado, ou seja, um recurso administrado. Porém, a “tragédia” se refere somente aos recursos de acesso aberto, reservando-se o termo “propriedade comum” para os recursos do segundo grupo. Ou seja, o conceito de *open access resources* é historicamente distinto do conceito de propriedade comum. Ambos os termos são semanticamente contraditórios (LÓPEZ, op cit., p. 37).

Outro autor que realiza uma crítica contundente, e provavelmente a mais importante, ao biólogo Garrett Hardin e seus seguidores é Michael Goldman, em seu texto “Inventando os Comuns: teorias e práticas do profissional em bens comuns” de 1998, publicado no Brasil em 2001. O autor inicia seu texto relatando a experiência vivida na década de 1990, no deserto de Rajasthan, noroeste da Índia, onde era realizado um dos maiores projetos mundiais de irrigação e reassentamento, financiado e organizado por algumas das principais organizações internacionais de financiamento (Banco Mundial, agências de apoio canadense, japonesa e sueca, Unicef e Fundação Ford). Goldman denuncia que, em nome do desenvolvimento, o projeto privatizou mais de dois milhões de hectares de áreas comuns do deserto. No momento em que realizava suas pesquisas etnográficas, o deserto “fervilhava de desenvolvimentistas e *especialistas da área social*, empregando os termos mais otimistas relacionados à revitalização e ao aproveitamento dos comuns do deserto de Rajasthan”. [grifo do autor] (GOLDMAN, 2001, p. 43,).

Os objetivos desses especialistas sociais e desenvolvimentistas eram os seguintes: construir “canais de negociação para associações de usuários, práticas conjuntas de manejo

florestal, mercado comum para pecuaristas, cooperativas de mulheres produtoras e outros meios que em conjunto denominavam de ‘novas instituições de manejo de recursos comuns’”. Em uma reunião com os usuários de baixa renda dos canais de irrigação, onde eram apresentados os objetivos anunciados anteriormente pelos desenvolvimentistas, o autor relata um ocorrido para mostrar que as decisões tomadas de cima para baixo, no que se refere ao uso dos recursos naturais sem a participação efetiva dos atores envolvidos, não resolve a questão; às vezes, muito pelo contrário, surgem novos problemas:

(...) um a um, levantaram-se e criticaram essas propostas importadas ‘qual a razão de ser de uma associação de usuários de água’, um homem questionou, ‘quando todas as decisões relativas ao uso da água já foram tomadas? Vocês só querem que lutemos uns com os outros pela pouca quantidade de água que fornecem. Vocês nos tiram nosso deserto e nos dão uma válvula de descarga de água’ (Ibid., p. 44).

O autor afirma que as literaturas mais recentes sobre “comuns” foram lidas, mas a “realidade histórica do deserto não”. Segundo ele, os profissionais em desenvolvimento, vinte anos antes, “sob a promessa de terras mais produtivas e de água abundante para os pobres do deserto”, elaboraram um grande projeto que,

privatizou suplementos de água, pastagens, florestas, o espaço da cidade, cemitérios, áreas de cremação e mercados – todos vendidos em nome da eficiência do lucro da vida moderna. Agora, vinte anos depois, envolta em crescentes problemas ecológicos e sociais, a última safra de teóricos e profissionais em desenvolvimento chegou, de pastas em punho, propondo a criação de novos e aprimorados ‘desertos comuns’ no deserto indiano (GOLDMAN, 2001., p.44).

Também são apontados os resultados desse projeto, entre os quais estão a necessidade de doação de alimentos pelo Programa Mundial de Alimentos; a doação de medicamentos pela Unifef; o Japão com “reflorestamento”; o Canadá, com as técnicas da “eficiência no uso da água” e a Fundação Ford com pesquisa; paralelo a isso, o Governo da Índia cria campos de alívio da fome, projetos de trabalho-por-alimento, ao mesmo tempo em que os despossuídos usuários dos comuns trabalham para ganharem baixos salários em fazendas irrigadas, onde há produção para exportação, as quais pertencem às elites. O autor lembra Marx, quando este observou que as leis inglesas que proibiam o trabalho infantil foram implantadas precisamente no momento histórico em que o trabalho infantil se tornou supérfluo às indústrias da

Inglaterra, para afirmar que “os esforços conjuntos para ‘preservar’ e ‘refazer’ as áreas comuns do mundo vêm precisamente ao mesmo tempo em que nossas principais instituições de desenvolvimento e financiamento têm atuado na destruição dos comuns, jogando-os na lata de lixo da história” (GOLDMAN, 2001, p. 43?).

Goldman ainda afirma que, entre os bem-sucedidos teóricos e profissionais em recursos comuns, destacando-se aqueles originários do hemisfério norte, há uma tensão fundamental entre produção do conhecimento e “consciência histórica, uma tensão entre lançar um olhar cego para as forças destrutivas da expansão capitalista sobre os comuns e um longo sorriso dos ‘sobcapacitados’ habitantes tradicionais que, desafiando todas as certezas, protegem seus recursos”. O que parece ser uma “cacofonia de vozes sobre os comuns do mundo é, na verdade, uma comunidade epistêmica” monótona de teóricos e profissionais que usam umas séries singulares de teorias e práticas, cuja raiz é originária das teses da tragédia dos comuns, preconizadas por Garret Hardin e seus seguidores (Ibid., p. 45).

López também analisa em sua obra o conceito de *communal property*. Vários autores têm afirmado que é próximo ao termo “comunal” na literatura científica espanhola, ainda que o esquema conceitual em que se enquadra para o autor seja inadequado, pois em alguns momentos esses autores parecem identificar a “gestão comunal” dos recursos com a “gestão dos recursos” de propriedade comum, desdobrando a caracterização dos recursos comunais feita anteriormente. O autor entende a gestão comunal como uma forma específica de aproveitamento, que não se inclui na propriedade comum, e como distinta também da propriedade pública do Estado ou das administrações locais (*ayuntamientos*) e, obviamente, como distinta da propriedade privada não individual.

Também é necessário distinguir *common property* e *public goods*, como faz Ostrom, ao analisar as diferenças existentes entre esses dois conceitos. Na propriedade comum, a condição de titularidade conjunta exclusiva (para o grupo de proprietários) indica que os

proprietários têm direito conjunto (*joint claim*) sobre o recurso, antes de sua captura ou uso. O público que tem um bem público possui, finalmente, um direito comum compartilhado (*shared claim*) sobre seus benefícios como resultado de que esse bem se financia por meio dos impostos. A distinção essencial entre o bem público e a propriedade comum está em que o bem público é uma classe de bem ou serviço enquanto que a propriedade comum é um método de gestão de recursos. Ou seja, para o autor, um bem público é um caso particular em que o consumo do bem não é competitivo (dois ou mais usuários desfrutam simultaneamente dos benefícios) e não pode ser exigida a exclusão dos beneficiários. A propriedade comum, por contraste, se apoia em um conjunto de formas de propriedade e de gestão que vai desde o acesso livre à propriedade privada. Portanto, a propriedade comum é uma instituição de gestão de recursos, sob a qual poderiam ser administrados diferentes tipos de bens e recursos, incluindo os bens públicos, tais como um território, um parque e um estuário natural. No entanto, tem que existir um grau de exclusão de outros para definir adequadamente um recurso de propriedade comum (Ibid., p. 38).

Já Baden considera que um bem público é aquele que está disponível para alguém, ou seja, está disponível para todos. Isso indica que o bem público não é facilmente identificado e, portanto, não pode excluir ninguém do seu consumo. O autor reconhece o Estado ou o governo como controlador dos bens públicos por meio dos impostos que são cobrados dos indivíduos. Em todo caso, a opinião atual mais generalizada identifica os bens públicos como os bens sob domínio público, o que quer dizer que os bens públicos estão sob o controle do Estado ou do governo. Tal perspectiva se deve, na opinião de alguns autores, ao fato de que a exploração dos recursos comuns pode criar problemas e conflitos cuja solução se alcança não por consenso ou boa vontade, mas pela necessária intervenção do Estado. Na Espanha, a situação dos bens sob o domínio público não surgiu somente como meio para o aproveitamento dos bens públicos, mas pelo fato de que historicamente o Estado se apropriou

de grande parte dos bens comuns na ocasião das republicações das leis medievais, no que se refere à apropriação dos baldios (BADEN, 1977, p.38-39).

O autor resume o debate sobre as questões acima afirmando que, a princípio, considera que o acesso aberto ou livre aos recursos naturais é um regime de aproveitamento que não deve ser confundido com o regime de propriedade comum, ainda que em alguns casos esse regime se deteriore e se converta em um sistema de aproveitamento de livre acesso. Ou seja, convém distinguir deste “sistema” a titularidade da posse dos recursos e a forma de aproveitamento. A titularidade dos recursos reflete a relação da posse que existe entre o objeto possuído (os recursos) e o sujeito da posse (o proprietário). Quando se fala de “acesso aberto ou livre” aos recursos, se exclui implicitamente os que são de propriedade de alguém (individual ou coletivo), porque a propriedade exclui formalmente a disponibilidade geral ou universal dos bens. No entanto, no caso espanhol, os recursos que são de propriedade comum de uma comunidade ou de uma entidade administrativa podem ser cedidos aos indivíduos para que os aproveitem sem pagar taxa e nem encargos, de acordo com seus interesses e os acordos explícitos e implícitos, mas sem transferir os direitos de propriedade.

A relação de propriedade vincula o objeto da relação (os recursos naturais espanhóis) com o sujeito da relação (indivíduo, grupo, comunidade, entidade administrativa local e estatal). O sujeito da relação pode ser um indivíduo ou grupo de indivíduos, e então a propriedade é privada (individual ou de grupo). O sujeito da relação pode ser uma instituição da administração do Estado ou local, nesse caso, fala-se da propriedade pública. Quando os bens pertencem à administração local (os *ayuntamientos*) – Câmara Municipal e Prefeitura Municipal – que as possui e regula seu aproveitamento como bem exclusivo da própria instituição, e a ela corresponde tanto a titularidade como o controle de acesso ao aproveitamento dos recursos, a esse tipo de propriedade de bens que pertencem à administração local aplica-se o termo “bens de próprios”, como denominação mais específica.

Em outros casos, o sujeito da relação de propriedade são as comunidades rurais enquanto tal ou aquele membro das comunidades que reúne determinadas condições, especiais direitos que exerce livremente, mas não independentemente dos demais, ou seja, estão sujeitos a determinadas restrições que vinculam esses direitos ao “sistema” ou regime geral de aproveitamento, e, geralmente, à condição de vizinhança, parentesco e pertencimento à comunidade local. São estes bens que recebem corretamente o nome de “bens comunais” e se distinguem dos “bens públicos” e de “bens de próprios”, pela sua origem e desenvolvimento histórico e pela sua configuração jurídica. No entanto, ressalte-se que, às vezes, é difícil estabelecer a titularidade dos bens comunais, isto é, determinar documentalmente se determinados bens pertencem aos “*ayuntamientos*” ou às comunidades de moradores enquanto tais (Ibid, p. 41).

3.1.1 O Instrumental teórico e metodológico na análise dos recursos naturais comuns da Espanha

Outro tema desenvolvido por López em sua obra (1998) são as teorias e os métodos teóricos utilizados nas análises das formas de exploração dos recursos naturais comuns, e consequentemente, os critérios de atuação, por compreender que os vocabulários transmitem ideias, conceitos e têm significação científica. O autor afirma que sociólogos e economistas que utilizam essas teorias e esses métodos têm seu marco teórico bem definido e interpretam a função que as formas de propriedade comum têm exercido na vida e na economia dos grupos humanos. De acordo com suas interpretações, estabelecem os critérios e modos de atuação que seguem ou deveriam seguir as formas de exploração.

A tese sobre a “tragédia dos comuns” em regime de acesso aberto desenvolve-se dentro dos esquemas analíticos do utilitarismo liberal e constitui um exemplo notável do modelo do pensamento filosófico positivista, na sua vertente de análise neoclássica. Os

economistas que compartilham esses pontos de vista analisam a problemática dos “comuns” a partir da racionalidade no comportamento do *free rider*, ou seja, considerando o sujeito individualmente, e têm como instrumento o conceito de utilidade marginal. Tomando como paradigma o comportamento individual de um pastor, Hardin faz as seguintes reflexões: “como ser racional, cada pastor busca aumentar seu lucro. Explícita ou implicitamente, mais ou menos consciente, pergunta-se: que utilidade me acrescenta integrar um ou mais animais ao meu rebanho?” (LÓPEZ, 1998, p. 73).

Para Goldman, a tragédia dos comuns também formatou os discursos dos planejadores que se ocupam em identificar, manejar, proteger, salvar, desenvolver e tornar eficientes os “comuns” de todo o mundo, bem como o pensamento de acadêmicos sobre os novos “comuns globais”, que se esforçam em direcionar a tomada de “decisão supranacional para as áreas nebulosas das propriedades globais: camada de ozônio, oceanos, reservas ‘de biodiversidade’ (por exemplo, a Amazônia), pólos Norte e Sul, ondas de rádio e assim por diante”. Para o autor, uma estrutura velha e dúbia, “inicialmente aplicada em questões sobre recursos comuns locais (como impedir pastores egoístas de destruir pastagens comunitárias), agora está sendo aplicada para salvar nossos comuns globais” (GOLDMAN, op cit., p. 45).

Para outros autores neoliberais, como Bish, a privatização dos comuns, a seu juízo, é a única forma de superar a ineficiência inerente aos regimes de acesso aberto.

La propiedad privada de los recursos naturales es al empleo más eficiente de los recursos naturales cuando no hay efectos negativos para terceros y cuando los que utilizan esos bienes pueden ser gravados fácilmente. El propietario intenta maximizar sus ingresos y para ello vende su recurso al individuo que le da mayor valor, e excluye a otros usuarios potenciales que no quieren pagar el precio clarificador del mercado. Este es el proceso habitual a través del cual los recursos son distribuidos en una economía de propiedad privada (BISH²⁶ apud LÓPEZ, op cit., p.73).

Na apologia da privatização, alguns autores defendem a sobrevivência da vida selvagem, tentando demonstrar a necessidade de superar a ineficiência do pastoreio comunal. Há autores, como Baden e Stroup (1977), que defendem a privatização dos bosques norte-

²⁶ Obra indisponível no Brasil.

americanos.

Se producirán mejoras netas tanto en la eficiencia como en la equidad si ciertos derechos de propiedad en los bosques nacionales son vendidos a particulares. La venta no sería arbitraria e indiscriminada sino que los derechos vendidos serían los que pueden ser de hecho manipulados a través del mercado., es decir, los derechos de maderas e pastoreo sujetos a determinadas restricciones, teniendo en cuenta los impactos potenciales de la recolección y las prácticas silvoculturales sobre los bienes públicos. (BADEN e STROUP²⁷ apud LÓPEZ, op cit., p.74).

Já os autores que são contrários à privatização fazem uma crítica à tese da ineficiência essencial das explorações da propriedade comum e da privatização como único mecanismo para superá-la, afirmando que é uma análise simplista. Entendem que a experiência histórica contradiz esse pressuposto, dados os maus resultados do processo de privatização que se tem aplicado para superar as externalidades negativas, para além da própria exploração de propriedade comum, ou seja, sobre outros sistemas económicos; por exemplo, o sistema de mercado. O pressuposto de que a persistência de recursos de mãos-mortas é prejudicial para a liberdade do comércio e bloqueia a circulação dos bens se aplicou de fato às formas de propriedade comum e chegou a eliminá-las como meio de recuperar a liberdade de comércio. Mas os resultados do processo de eliminação das formas de exploração comum foram negativas para as classes sociais pobres.

Paralelamente, tem lugar por parte dos estratos das classes nobres um processo de apropriação das terras de pastos que se aproveitavam coletivamente no período medieval, o que terminou por expulsar milhares de camponeses das terras comunais. Produz-se um movimento de migração de camponeses para as cidades favorecidas com o nascimento da primeira revolução industrial. Conseguida a propriedade dos pastos, “senhores” regulam os aproveitamentos para evitar sua destruição, pois uma vez que os recursos são privados, pode-se esperar que o proprietário dê às terras o melhor uso em resposta à demanda social. Bish conclui afirmando que os *encerramientos* foram extremamente desfavoráveis para os camponeses, mas também é justo reconhecer que, ao menos durante algum tempo, contribuiu

²⁷ Obra indisponível no Brasil.

para o desenvolvimento e a modernização da agricultura inglesa. (LÓPEZ, 1998, p. 68).

Na Espanha, a desamortização de Madoz (1855) teve origens e efeitos semelhantes como: a filosofia política que inspirou estas leis procedida do século XVIII, o utilitarismo individualista invocado por Jovellanos no “Informe sobre la Ley Agrária”, e o liberalismo desejoso de incorporar ao mercado as terras amortizadas pela nobreza, igreja e os conselhos nos séculos anteriores. Se o interesse individual é o primeiro instrumento de prosperidade da agricultura, sem dúvida que nenhuma lei será mais contrária aos princípios da sociedade que aquelas que em vez de multiplicar têm diminuído esse interesse, diminuindo a quantidade de propriedade individual e o número de proprietários particulares.

Esta fé de Jovellanos na capacidade do interesse individual para dinamizar a agricultura o leva a propor a privatização dos baldios como a melhor política agrária para o país. “A alienação dos baldios multiplicando a população com a subsistência ofereceria a este mal o remédio mais justo, mais pronto e mais fácil que pode desejar” (LÓPEZ, 1998, p. 67).

El mismo tratamiento debía aplicarse a las tierras concejiles. Acaso convendría extender a misma providencia a las tierras concejiles, para entregarlas al interés individual y ponerlas en útil cultivo. El paso siguiente será un apasionado ataque a “la bárbara y vergonzosa prohibición de cerrar las tierras, menoscabando la propiedad privada en su misma esencia...” Fomentar, por tanto, los “encerramientos” de la propiedad privada y “la libertad del comercio interior de granos parece indispensable” Quizás el ejemplo inglés estimuló a Jovellanos a pedir el encerramiento de “todas las de España” (LÓPEZ, op cit., 9.68).

Para o autor, de acordo com esses princípios e como forma de compensar o permanente déficit da Fazenda Pública, realizaram-se as desamortizações do século XIX, destacando-se a desamortização de 1855 por sua incidência sobre a propriedade coletiva especialmente sobre os bens de próprios dos *ayuntamientos*. Pensadores e políticos contemporâneos à promulgação dessa lei lutaram em vão para impedir sua aprovação. Suas consequências foram muito graves. Esta lei desmanchou quase todo o patrimônio coletivo espanhol e contribuiu para o enriquecimento rápido das classes nobres e burguesas residentes nas grandes fazendas, e das classes liberais e agricultores acomodados nas províncias. Ao

contrário, os camponeses pobres se tornaram mais pobres ao serem privados, pela venda de bens próprios e de bens comunais rústicos, da possibilidade de obter lã, pastos, casas, etc. Ou seja, os maiores beneficiários da desamortização foram poucos, pois quem se beneficiou foram os novos latifundiários que adquiriram grandes extensões de terras. Assim se realizou, sem dúvida, uma mudança na estrutura da sociedade, substituindo o poder econômico das entidades municipais pelo de uma classe social (Ibid., p. 70).

Para o autor, o modelo neoliberal baseado no utilitarismo individualista pode constituir um instrumento válido para analisar o comportamento dos *free riders* em regime de acesso aberto livre ou de livre mercado, mas que, do ponto de vista histórico da Espanha, tem trazido efeitos muito negativos para o conjunto das comunidades rurais e para as instituições da administração local, empobrecendo-as frente aos interesses econômicos e políticos dos grupos dominantes.

As teses clássicas, desenvolvidas sobre o pressuposto de que os homens são radicalmente egoístas e têm como único objetivo a maximização de seu benefício, experimentaram nos anos 1960 algumas modificações. Em muitas proposições, o indivíduo com capacidade de decisão na empresa ou em outro tipo de instituição deixa de ser considerado um indivíduo alienado e passa a ser considerado como parte da empresa, comunidade ou grupo. Nessa perspectiva, aqueles que tomam as decisões não têm em conta somente a maximização do benefício, mas também outros elementos que podem influir no desenvolvimento de sua atividade, e assim introduzir na “função de benefício” fatores que a ampliam e transformam em uma “função de utilidade”, o que permite abrir novas possibilidades de estudar diferentes tipos de comportamento geral e lançar mais luz sobre a diversidade de ações que as empresas podem levar a cabo de acordo com o entorno socioeconômico em que operam. López analisa a possibilidade de o comportamento da “função de benefício” se transformar em “função da utilidade” que destaca ou enfatiza o

acoplamento do fator individual ao entorno econômico. Com isto, o estudo do comportamento econômico em relação com as formas de propriedade tem contribuído para ampliar a perspectiva clássica de análise para uma visão institucionalista.

Segundo o autor, numerosos estudos realizados em todos os continentes durante os últimos anos têm posto em evidência a variedade de situações em que tem surgido a exploração de propriedade comum. Assim, com a evolução de uns e de outros, muitos têm desaparecido, e outros têm persistido ao longo do tempo.

A nova perspectiva na análise da exploração de propriedade comum é descrita como institucionalista já em 1969 por Ostrom e Ostrom, que definem as instituições em um sentido restritivo como um conjunto de regras de funcionamento, empregadas para determinar quem pode ser eleito para tomar decisões em algum campo ou que ações são permitidas ou proibidas. Os autores também analisaram as normas de associação, os procedimentos que vão seguir e a informação que se deve ou não divulgar. As compensações competem aos indivíduos responsáveis por essas ações, que têm, pois, um caráter predominantemente legal ou normativo. Mas a origem das instituições, em sua formulação, ultrapassa o âmbito do estritamente legal. No método de análise institucionalista, a “estratégia básica” consiste em identificar aqueles aspectos em torno do físico, social e cultural que afetam a tomada de decisão que está envolvida em uma situação, a ação que podem empreender, os custos destas ações e os resultados que podem alcançar (LÓPEZ, 1998, p. 54).

Ou seja, entre a privatização e o autoritarismo externo situa-se analiticamente o acordo institucionalizado, por meio do qual os membros interessados no aproveitamento dos recursos estabelecem as normas que regerão seus comportamentos e encomendam a determinados órgãos e pessoas sua gestão, de acordo com as normas estabelecidas. As formas que podem tomar esses acordos são diversas, mas em seu desenho, os planejadores levam em conta as limitações e potencialidades dos métodos empregados, as características da economia de

mercado, as formas de organização política e da vida coletiva em geral, etc.

Alguns autores, como Stocks, chamam de “modelo de gestão racional” aquele por meio do qual se busca estabelecer certos mecanismos de controle no aproveitamento dos recursos naturais que permita satisfazer as necessidades humanas, levando em conta os processos biológicos, sociais e culturais e buscando os benefícios da racionalidade econômica (LÓPEZ, 1998, p. 73).

Já o método utilizado pelos antropólogos culturais na análise da exploração das propriedades comuns leva em consideração as circunstâncias histórico-culturais em que se tem desenvolvido os direitos de propriedade. Para estes antropólogos, os direitos de propriedade estão imbricados em um contexto social específico cuja significação varia ao longo do tempo e, portanto, os problemas dos “comuns” têm que ser explicados em termos da dinâmica de conflito e de competição entre os diferentes grupos sociais localizados na história e nas formas sociais, e não entre o indivíduo racional econômico genérico e o grupo também genérico não diferenciado. A análise dos direitos de propriedade não pode ser realizada em função do mercado, mas é necessário o emprego de um conhecimento preciso e detalhado das culturas, estruturas e contornos institucionais em que esses direitos se têm desenvolvido.

Portanto, o método utilizado pelos antropólogos culturais leva em conta principalmente a cultura, ou seja, os valores que dirigem ou inspiram uma vida coletiva, o que muitos chamam de “orientações valorativas”. Essas configuram os modos de interpretar a realidade característica de sociedades ou grupos. De acordo com essa interpretação, impõem-se aos indivíduos determinadas formas de atuação sobre a natureza e de inter-relação social. As “orientações valorativas” baseiam-se em “modelos culturais”, isto é, em certas normas ou critérios de ação reforçados mediante formas de prêmios ou castigos que se transmitem de um grupo social a outro através do tempo.

Essa forma de relação que os grupos estabelecem no que diz respeito ao uso dos

recursos naturais intervêm no conceito de natureza e nas relações com os demais. Às vezes ambos se encontram de maneira explícita em regulamentos e em outros instrumentos legais e constituem o direito consuetudinário; outras vezes, não existem estes instrumentos legais e as “orientações valorativas” funcionam como um substrato de atitudes básicas – a cultura latente – que gera e dá sentido a comportamentos aparentemente irracionais.

Os autores que analisam a forma de exploração de propriedade comum pelo método marxista dialético afirmam que os problemas dos comuns não surgem da própria natureza destes recursos, de sua aparente ineficiência ou do individualismo egoísta do *free rider*, mas da instabilidade e das permanentes mudanças e conflitos que produzem as forças nos processos de produção característicos do capitalismo avançado. Tudo isso são consequências do processo dialético de diferenciação e igualização dos grupos e classes que lutam pela propriedade dos recursos naturais e sua exploração no marco criado por um desenvolvimento desigual.

Portanto, a utilização dos recursos naturais pela sociedade gera uma série de instrumentos econômicos, mecânicos e legais que vão desde as inovações tecnológicas até as formas de ajuda pública, passando pelas inovações, o mercado, o transporte e as instituições de créditos. A valorização social dos recursos dá-se em função dos interesses que em um momento dado preocupam a sociedade e os grupos predominantes. É uma valorização mutante: aquilo a que em um momento atribui-se grande valor e importância, em outro não se dá importância ou até pode ser considerado inimigo do progresso. A propriedade, a exemplo dos recursos, está no centro da dialética que defronta uns grupos com os outros. Assim se colocam os problemas das formas de uso dos recursos naturais no âmbito da luta política entre as classes e as forças sociais, para apropriar-se deles em um processo dialético, que de um lado gera a desigualdade das rendas entre os grupos, e de outro, a luta para superá-la através do conflito social (LÓPEZ, 1998).

Como se pode ver, a análise das diversas formas de propriedade comum na Espanha é complexa, envolvendo as mais diversas correntes teórico-metodológicas, as quais defendem seus pontos de vista, seus interesses políticos e econômicos. Tal fato se deve a que as propriedades comuns nas suas mais diversas formas tinham, nas províncias de Castilla e León juntas, 2.127.772,38 hectares de terras ou 2.127 km² em 1995. Na Galícia havia 1.879.892 hectares de terras ou 1.879 km², somente na forma de propriedade comum de Montes de Veciños (Ibid., p. 117 e BALBOA LÓPEZ et al., 2004, p.9). O volume de terras utilizado na forma de propriedade comum é significativo em um país de dimensão territorial como a da Espanha. Isso faz surgir vários interesses sociais e econômicos nos mais diversos setores da sociedade espanhola, os quais vêm acompanhados de várias formas de conflito na luta pela posse e propriedade dessas terras no tempo. E o Estado espanhol ao longo de sua história criou regimes jurídicos objetivando a eliminação desses conflitos e lutas sociais. Mas em muitos casos ocorreram acirramentos dessas lutas e conflitos, porque segmentos da sociedade espanhola não aceitavam as soluções apresentadas pelos aparatos jurídicos promulgados pelas instâncias do Estado, como pode ser visto a seguir.

3.1.2 As diferenças jurídicas dos bens públicos, exploração comunal e entidades locais na Espanha

Miguel D. Berrueta de Juan; Maria Angeles Gonzalez Bustos (1998) realizam um análise evolutiva dos marcos jurídicos das formas de propriedade comum na Espanha, dando destaque para os bens públicos, exploração comunal e entidades locais.

Esse processo histórico dos bens comuns das entidades locais está sujeito a contínuas mudanças, tanto no uso, como na própria caracterização jurídica, e ainda que basicamente se tenha mantido uma dualidade de regimes jurídicos (bens sujeitos ao regime público e bens sujeitos ao regime privado), nem sempre é possível identificar cada um desses regimes. Pelo

contrário, determinados bens têm pertencido indistintamente a um grupo ou outro, sendo que, em determinados momentos históricos, a confusão era deliberada para que os bens não desaparecessem como tais. Por exemplo, ao que hoje se conhece como bens comunais se aplicava o regime jurídico dos bens de próprios, cujo regime de alienação tem sido sempre mais flexível. Devido em alguns casos à ignorância jurídica das autoridades locais, e em muitos outros ao autêntico abuso de autoridade, propriedades comunais, todas de grande riqueza histórica, constituídas pelos comuns que se originaram durante a “Repoblación” (censura) e “Reconquista” (recuperação), progressivamente foram perdendo seu significado, destruindo-se assim uma peculiar e especialíssima forma de exploração comunitária de terra. Por outro lado, observa-se o seguinte fenômeno que se produziu na época da “Desamortización” (desamortização): por imperativo da legislação desamortizadora obrigava-se a colocar à venda pelos *ajuntamientos* determinados bens cujo regime jurídico era específico dos bens patrimoniais, entre os quais se incluíam os bens próprios. Para evitar a venda forçada, os *ajuntamientos* consideraram esses bens como de aproveitamento comum, que eram precisamente os únicos que não estavam sujeitos à desamortização.

Segundo Juan e Bustos (1998), faz-se necessário uma análise histórica, mesmo que breve, do regime jurídico e a utilização desses bens. Como ocorre em muitas áreas do direito, a primeira referência histórica da propriedade é do Direito Romano, que estabelece três grandes tipos de propriedade:

(...) - o “*ager publicus*”, que se poderia identificar como o patrimônio do Estado, passa a formar parte do capital de alguma pessoa e mais concretamente de um município mediante a afetação;

- o “*ager compascuus*”, que era a propriedade dos vizinhos e que correspondia à dos bens comuns, e,

- a “propriedade privada de pessoas jurídicas públicas”, a que como a terminologia/terminologia a qual classificaremos como bens de próprios. (JUAN; BUSTOS, 1998, p. 80, livre-tradução).

Pelo que se refere ao Direito Espanhol, o antecedente mais remoto se encontra nas “Partidas de Alfonso X, o Sábio”.

Os bienes comunales se definen como aquellos que: apartadamente son del común de cada Ciudad, o Villa, las fuentes, e plazas o hacen ferias e los lugares o se ajuntan o concejo e los arenales que son en las riberas de los ríos, e los otros exidos, e las carretas destos, que son establecidos e otorgados para procomunal de cada Ciudad, o Villa o Castillo u otro Lugar. Ca todo hombre que fuese morador, puede usar de todas esas cosas sobredichas; e son comunales a todos, también a los pobres como a los ricos. Mas los que fuesen moradores en otro lugar non pueden usar contra voluntad, o defendimiento de los morasen (ley IX).

Respecto a los bienes de propios, se establece que son: los que no pueden cada uno de sus moradores usar por si apartadamente: campos, e viñas, e huertas, e olivares, e otras heredades, e ganados, e siervos, e otras cosas semejantes que den fruto de si, o renta, pueden a ver las Ciudades, o las Villas: e como quier comunalmente de tos los moradores da la Ciudad o da la Villa cuyos fueron, con todo eso non pueden con cada uno por si apartadamente usar de lotes cosas como estas; más los frutos, e las rentas que salieron de ellas, de ven ser metidas en pro comunal de toda Ciudad o Villa, cuyos fueron las onde salen; así como e lavor de los muros, e de los puentes, o de las fortalezas, o en tenencia de los Castillos, o pertenecen al pro comunal de toda clase de Ciudad o Villas. (ley X).

En la Edad Media se establece la siguiente clasificación de los bienes patrimoniales : “(a) dehesas, b) montes, c) pinares, d) prados, e) eras, f) tierras labrantías, g) molinos, h) mataderos, i) almudies, j) edificios k) censos, e l) otros derechos, que eran antes de la desamortización de dos clases: – fincas productivas, que con sus rendimientos atendían a los gastos municipales, y – fincas de aprovechamiento común” (Ibid., p. 81).

Os bens patrimoniais se configuravam como aqueles que constituíam a propriedade dos povos. Com independência da forma de aproveitamento (inclusive comunal), mas subtraídos ao uso público e sua exploração produzindo certo tipo de renda.

Para os autores, nesse período, é notável a preocupação da Coroa com a administração dos bens locais, e um bom reflexo dela são as numerosas disposições ditadas pelo Estado para obter maiores rendimentos dos bens, do qual é fruto a criação do Decreto de 30 de julho de 1760 da “Contaduría General de propios y arbitrios”, como órgão de proteção desses bens.

Posteriormente se inicia o período desamortizado com a Lei de 1.º de maio de 1855 (Lei Madoz), cuja função principal foi fazer que entrassem no comércio alguns bens que estavam fora de circulação. Esta lei impõe a obrigatoriedade da venda do patrimônio das corporações locais, excluindo apenas as terras que hoje são de aproveitamento comum (art. 2º da Lei de 1855), procurando assim separar os bens de próprios e os bens comuns, promovendo a alienação massiva dos bens municipais próprios (art. 1º da Lei de 1855).

Com isso, os municípios espanhóis passaram na metade do século XIX de um período

de suficiência econômica para uma situação de verdadeira miséria; isto devido à negligência dos administradores e as usurpações individuais ou coletivas dos bens, as quais foram aumentando os patrimônios individuais (com o que se pode dizer que na Espanha também ocorreu a grilagem das terras públicas como vem ocorrendo no Brasil desde o século XIX) e às leis desamortizadoras, que, em vez de beneficiar, levaram à espoliação dos bens dos municípios. Bem como fez renascer a propriedade particular, prejudicando assim o acesso à terra de número significativo de camponeses. No entanto, e apesar do que ocorreu, boa parte dos bens próprios que deveriam ser vendidos no começo do século XX foi salva pelos *ayuntamientos*, pois foram tratados como bens de aproveitamento comum.

A grande confusão de conceitos que se deu na época é objeto de intenso debate por parte dos especialistas para esclarecer a doutrina, que depende de julgamento dos Tribunais de Justiça. Nesse sentido, destaca-se a sentença de 17 de dezembro de 1904, na qual é esclarecida a diferença entre os bens próprios e os bens comuns ou de comum aproveitamento.

Os bens próprios são aqueles que, pertencendo a povoados, dão algum lucro ou renda em benefício do pró-comum, benefício ou produto que ingresse nos cofres dos municípios e figure nos pressupostos; mas que ninguém em particular, nenhum morador isoladamente, possa usar;

Bens comuns ou de comum aproveitamento, dos quais cada morador (habitante) por si, pode usar ou aproveitar-se gratuitamente e livremente, cujos produtos ou rendas nunca entram, por conseguinte, no Tesouro Municipal, até ao ponto que se utilizem do modo que produzam renda ou recursos aplicável aos gastos municipais, perdem sua condição de comuns para cair na de próprios.;

Bens de uso público são aqueles que, ainda pertencendo aos povos, não só podem usar todos os habitantes, senão a maioria das pessoas, que não produzam nem propriamente possam produzir nenhum fruto ou renda (JUAN; BUSTOS, 1998, p. 82, livre-tradução).

Destas afirmações extraem-se as notas características de cada tipo de bens, tendo em conta que não se definem os bens de serviço público, pois é uma categoria que nasce posteriormente no tempo, unida à ideia de domínio público e em benefício do interesse público.

Finalmente, e apesar de vários debates anteriores sobre a revogação das leis

desamortizadoras, estas são definitivamente revogadas pelo Estatuto Municipal de 8 de março de 1924.

Na Segunda República, ocorre a tentativa de ordenar os conceitos de bens municipais. Nesse sentido, elaborou-se a Reforma Agrária de 1932, com base na de 1920, que definiu os bens rústicos municipais como a nova categoria de bens que absorveu a definição de bens comuns e dos bens de próprios, quando forem aptos para a exploração agrária.

Declaram-se bens rústicos municipais as propriedades comuns ou de direitos reais impostas sobre as mesmas, cuja propriedade, posse ou aproveitamento pertençam à coletividade dos moradores dos municípios, entidades menores e a suas associações e ‘Mancomunidades’ em todo o território nacional.

Neste conceito, englobam-se os bens de próprios com os comunais (Decreto de 21 de janeiro de 1933), que se deve entender para um melhor esclarecimento dos mesmos: os bens comunais são aqueles que se empregam ao aproveitamento dos moradores de um ou mais povoados, e bens de próprios, os que são administrados diretamente por *ayuntamientos* – Câmara Municipal ou Prefeitura Municipal – sem entregá-los ao uso dos moradores ou investindo seus rendimentos na atenção dos propósitos municipais.

Toda a normativa sobre o regime local que se encontrava dispersa é sistematizada pela Lei Municipal de 13 de outubro de 1935, regulando os bens municipais no capítulo VI (artigos 147 a 156).

Para JUAN; BUSTOS, a novidade introduzida nessa lei foi a classificação dos bens em duas categorias distintas: bens de uso público – não é fundamental para a tese sua análise aqui – e bens patrimoniais. Dentro da última categoria, englobam-se os bens de próprios e os comunais, remetendo suas definições ao Código Civil. São definidos pela Lei das Bases de Regime Local de 17 de março de 1945, e mais concretamente pela Lei da Administração Local de 6 de dezembro de 1950, na qual é feita a seguinte classificação dos bens locais

atendendo sua titularidade:

- a) Os bens municipais, que podem ser de domínio público uso ou serviço público e patrimonial (de próprios ou comuns);
- b) Bens provinciais, que se classificam em bens de domínio público (uso ou serviço público) e patrimoniais. Os patrimoniais se compõem de bens próprios, não existindo nas províncias bens comuns; e
- c) Bens dos entes locais menores, aos quais se aplicam as mesmas normas que aos bens municipais e portanto a mesma divisão (JUAN; BUSTOS, 1998, p. 83, livre-tradução).

Essa classificação influenciou toda a legislação posterior, como se pode observar no Decreto do Ministério do Governo de 24 de março de 1955, pelo que foi aprovado o texto articulado e refundidas as leis de bens de regime local de 1945 e 1953, em que se configuram as bases do regime jurídico atual.

Na realidade, a Lei de Regime Local de 1955 é uma compilação de todas as normas anteriores, que introduziu uma nova categoria de bens intermediária entre os bens de domínio público e os comunais. Estes destinados a formar o patrimônio municipal da terra.

A sua vez, a Lei de Regime Local de 1955 é seguida pelo Regulamento de Bens de 27 de maio de 1955, que regula pela primeira vez, em um só texto normativo, os diversos aspectos em termos dos bens locais, a não existir nenhum precedente na legislação local espanhola de um texto semelhante.

Como se pode observar, a evolução histórica dos bens das entidades locais espanholas (províncias, municípios e povoados “ayuntamientos”) tem distinguido entre os bens de domínio público e os bens patrimoniais (de próprios e comunais). Os primeiros estão diretamente vinculados ao serviço da administração e constituem parte do patrimônio administrativo, já os segundos estão vinculados indiretamente, porque as rendas que produzem constituem parte do patrimônio econômico.

A separação dos bens patrimoniais entre bens de próprios e bens comunais tem validade devido, principalmente, ao princípio da gratuidade dos aproveitamentos comunais, levando a uma equiparação das contrapartidas que pagavam um ou outro bem. Se a partir

deste dado ler-se que na maioria dos municípios os habitantes não sabem quais são os bens que pertencem a todos, nem os instrumentos de defesa para a proteção dos mesmos, compreende-se que os bens comunais e os bens de próprios tendem a desaparecer.

Torna-se, então, imprescindível uma nova regulação jurídica dos bens das entidades locais, pois é de vital importância a reconstrução e defesa do patrimônio dos povos, para evitar a diminuição dos patrimônios locais e incentivar a manutenção na medida do possível, dando aos bens de próprios e comunais maior proteção (JUAN; BUSTOS, 1998, p. 82-84, livre-tradução).

F. S. López faz um levantamento dos mais diversos tipos de titularidades e seus aproveitamentos, em pesquisa realizada nos mais diversos arquivos de instituições espanholas. Ele ressalta que, em relação às titularidades dos bens rústicos não-privados, deve-se levar em consideração que frequentemente aparecem como “próprios dos *ayuntamientos* bens que historicamente e de fato são considerados pelos povos como bens comuns ou comunais” (LÓPEZ, 1998, p.84). A apropriação desses bens por *ayuntamientos* em muitos casos não está legitimada documentalmente e nos atos em que se tem referência à sua propriedade, somente se afirma que, “desde os tempos imemoráveis”, pertencem às prefeituras ou aos municípios correspondentes.

O investigador pode encontrar uma dificuldade adicional, quando se trata de bens que se dizem próprios das prefeituras ou do município, quando se tem referência a bens que pertencem ao conjunto de moradores em um povoado empregando-se termos que têm matrizes diferenciadoras de interesses. Por exemplo, “comuneiro” pode referir-se a habitantes de um povoado com direito a participar de um bem comum ou a um povoado que faz parte de uma “Comunidade de Villa e Tierra”, e que também tem direito a participar no aproveitamento dos recursos desse bem.

Às vezes se identifica com o termo “comunal” o modo de aproveitamento dos bens

pela comunidade, ou o conjunto de habitantes como “comuneiro”, que a princípio ressalta mais a titularidade compartilhada dos recursos dos bens comunais.

Também aparecem como sinônimos “Comunidade” e “Mancomunidade” para se referir a agrupamentos de caráter supramunicipal que surgiram em distintos momentos da história com um conteúdo jurídico diferente. As mais características são as “Comunidades de Villa e Tierra”, que constituem a forma de organização territorial e administrativa na “Extremadura Castellana” durante os séculos X-XII (LÓPEZ, 1998, p. 105-106).

Em certas ocasiões, povoados próximos vinculados por sua população, passado histórico ou colaboração na Reconquista (recuperação) eram agrupados e providos de amplos territórios, “a tierra” e recursos florestais, pastos, agricultura, sob a jurisdição de um deles (mais populoso ou desenvolvido). Este povoado era considerado como “cabecera”, “Villa” ou “cidade”. O processo cobria “caracteres distintos em terrenos desabitados” que passavam às coroas e eram colonizados. Alguns povoados que reuniam características especiais de situação geográfica, interesses estratégicos, etc., foram considerados pelos reis como núcleos de consolidação do poder da administração e de expansão da ação colonizadora. Estas foram as “cidades” ou “villas” e a elas foram concedidas terras – “la tierra” – e privilégios que se têm conservado através dos tempos. Alguns pesquisadores, como Martínez Díez, têm identificado 42 comunidades em nível territorial da “Extremadura Castellana” durante os séculos XI-XIII, das quais atualmente 22 se mantêm como Comunidades de “Villa e Tierra”, ocupando uma área de 130 mil hectares (LÓPEZ, 1998, p. 107).

Também aparece o termo “Mancomunidade de Pastos”, em várias ocasiões como sinônimo de “Comunidade de Pastos”. A “Mancomunidade de Pastos” já ocorria desde os tempos antigos entre povoados que possuíam pastos comuns, pertencentes ao conjunto de habitantes enquanto tal ou aos municípios com “bens de próprios”. Mas também inclui o aproveitamento comum dos pastos e restolhos particulares ao terminar a recolonização

(derrota dos cereais e restolhos). Este tipo de aproveitamento existe na atualidade em muitas partes da Espanha, apesar de o Decreto de 8 de junho de 1813 declarar nulo esse direito consuetudinário e autorizar o fechamento dos pastos e das terras de propriedade particular (LÓPEZ, 1998, p. 107).

3.1.3. O Uso Comum dos Pastos e Pinheirais nos Montes na Província de León na Espanha

Para Frades; Pascual; Cabero (1998), possivelmente a característica que mais define a Província de León seja sua diversidade, que se mantém e se estende pela sua ampla jurisdição: diversidade das unidades topográficas, de paisagem, de agriculturas, de formas de vida, do povoamento e *habitat*; de arquiteturas rurais e de tipos de fazendas. Em última instância, ela é fruto da localização da província no extremo norte-ocidental da “Submeseta” Norte e em uma área de transição entre o Clima Atlântico e o Mediterrâneo, com participação do de Montanha. Todas essas circunstâncias se manifestam claramente em seus domínios geográficos, transformando-a em uma província rica em diferentes matrizes, com diferentes e variados aproveitamentos agrários (FRADES; PASCUAL; CABERO, 1998, p. 169).

Levando em conta essas características na organização atual de Leon, e segundo os resultados do Censo Agrário de 1989, destaca-se de maneira significativa o volume de área com florestas, que ocupa mais de 50% das áreas recenseadas. Estende-se por toda a província, sendo as comarcas agrárias²⁸ localizadas nas montanhas as mais representativas, nas quais as terras comunais adquirem uma elevada representação. Os matagais são as formações mais extensas, pois predominam em todos os domínios bioclimáticos, onde se distribuem por 61% das florestas. Eles vêm aumentando sua extensão no mesmo ritmo em que vêm sendo reduzidos outros usos do solo, como pastagens ou terras de trabalho, convertendo-se no

²⁸ De acordo com o Ministério da Agricultura da Espanha, a Província de León é dividida em 10 Comarcas Agrárias.

primeiro estágio da sucessão vegetal. As espécies arbóreas se estendem por toda a superfície restante, tendo diminuído sua representação devido à inter-relação de distintos fatores como os progressivos incêndios, contínuos cortes, formas de uso, etc., os quais têm propiciado, em muitos casos, sua substituição por espécies arbustivas. Com isso, vem ocorrendo o desaparecimento de exemplares de indubitável valor ecológico e a perda da diversidade das espécies florestais (FRADES; PASCUAL; CABERO, 1998, p. 171).

Os prados e as pastagens ocupam aproximadamente 12% da Província de León. Novamente são as Comarcas Agrárias de Montanha que dispõem das maiores áreas, as quais continuam sendo a base de alimentação das fazendas de gado, normalmente exploradas em regime extensivo. Entre elas se estabelecem claras diferenças quanto ao aproveitamento e aos rendimentos. Os primeiros, os prados, que têm reduzido sua área e formam parte do *terrazgo* (pedaço de terra para semeadura ou terreiro) permanente, adquirem mais desenvolvimento nos vales das zonas de montanha devido à maior fertilidade dos solos e às próprias condições climáticas. As pastagens, que normalmente se estendem pelos solos de pior qualidade e menos aptos para outros aproveitamentos, ocupam as regiões de topografia mais acidentada. Sua potencialidade econômica é menor que a dos prados naturais, devido às próprias condições edáficas e à quantidade de chuvas recebidas. Durante os últimos anos, sua superfície vem aumentando nas regiões em que foram abandonadas as terras de trabalho menos produtivas e outrora centenárias (Ibid., p. 172).

Dentre os vários tipos de pastagens destacam-se os ricos e variados pastos de altura, que são conhecidos pelos seguintes nomes: “bramas, veranias ou puertos pirenaicos”. A maioria deles se enquadra na categoria de bens comunais, ainda que alguns pertençam a propriedades privadas, principalmente os *puertos pirenaicos*, que, aliás, recebem diferentes denominações relacionadas com a organização ou entidade que os administra. Os pastos de altura têm sido aproveitados ao longo do tempo pelas fazendas de gado dos moradores dos

próprios povoados, às vezes criados por meio do sistema *vecera* (vara), bem como pelas *merinas trashumantes* (trassumante de carneiro). Essa secular tradição tem deixado impressa sua manifestação no campo, como algumas edificações nos povoados, nas palhoças dos pastores ou nos currais. No entanto, há várias décadas tem reduzido o número de ovelhas que chegam aos pastos de altura devido a diversos fatores, dando, ao mesmo tempo, lugar para o gado *vacum* (FRADES; PASCUAL; CABERO, 1998, p. 173).

Os pastos e prados apresentam distintas virtudes econômicas, desigual desenvolvimento e extensão, associado às próprias condições ecológicas e às diferentes características dos domínios geográficos. No entanto, mantêm um nexo comum que tem a ver com o seu aproveitamento, que é essencial para a criação de gado, aproveitamento secular, que tem servido para bem alimentar as fazendas de gato das comunidades camponesas, bem como para o sustento dos rebanhos de *merinas trashumantes* (Ibid., p. 179).

As fazendas de gado das comunidades rurais de montanha são constituídas basicamente pelas espécies de gado *vacum* e ovina, que usam extensivamente os abundantes e importantes recursos naturais, os quais têm servido para que a atividade pecuária se converta em uma fonte de renda fundamental para as comunidades rurais.

As fazendas *trashumantes* também têm cumprido uma importante função histórica nas distintas comunidades rurais de montanha leonesas. Elas têm criado renda complementar para os moradores devido ao aumento dos pastos, e têm contribuído para manter de forma produtiva esses recursos naturais. O aproveitamento secular dos pastos de altura tem tido uma grande importância e deixado profundas marcas na paisagem e *habitat* rurais, principalmente por seu uso coletivo (FRADES; PASCUAL; CABERO, p. 181).

Já no que se refere ao uso comum dos pinheirais na Província de León, Eduardo Rojas BRIALES (1998), afirma que a relação da população da região de Pirariega na Província de León com os pinheirais vem desde tempos imemoráveis e é importante para sua economia.

Tem chamado atenção para a importância de seu aproveitamento que se realiza de forma comum.

Para esse autor, a consolidação do povoamento nas terras reconquistadas exigia dotar os novos povoados de uma infra-estrutura produtiva, de recursos que permitissem a sobrevivência e desenvolvimento econômico desses povoados. As providências adotadas pelos reis, utilizando os bens (as terras) que originalmente, ao serem conquistados, consideravam sua propriedade (realengos) e concediam partes dessas terras aos colonos, monastérios, ordens militares e senhores feudais que colaboraram na reconquista. Por sua vez, os monastérios e senhores feudais assentavam colonos em suas terras, concedendo-lhes determinados benefícios por meio de “cartas de población” ou “cartas pueblos” e “cartas de privilégios”. Assim, junto às concessões individuais a cada morador ou colono eram feitas outras concessões, a grupos ou comunidades de colonos (moradores), com a condição de que fossem utilizadas conjuntamente pela comunidade enquanto tal. Entre os povoados levantados em áreas de realengo se encontravam os povoados de Covalada, Duruelo, Molinos de Duero e outros. Durante o século XII, quase todos os povoados da comarca pertenceram ao Monastério de San Pedro de Arlanza e depois a diversos senhores feudais (BRIALES, 1998, p. 211).

Os recursos naturais existentes nessas terras eram predominantemente os pinheiros e foram eles desde o princípio os elementos básicos de sua estrutura econômica. Nesse longo processo de estruturação interferiram as classes sociais antes mencionadas: os reis, os nobres, os senhores feudais e os povos simpáticos ao rei. Os habitantes que não eram simpáticos ao rei defendiam seus próprios direitos dando origem a conflitos econômicos e jurídicos de toda ordem. Entre os mais representativos conflitos, o autor cita um que ficou famoso na Espanha, no período do reinado de Felipe II. Este conflito ocorreu entre o Senhor de Lara e os povoados de San Leonardo e suas aldeias, que tinham pertencido ao Monastério de San Pedro

de Arlanza e, por meio de diversas sucessões, chegaram a ser propriedade do mencionado Senhor de Lara. Os argumentos e recursos de títulos de direitos do Senhor de Lara sobre assuntos de jurisdição civil, criminal ordinária e sobre a participação no aproveitamento comum dos pinheiros, contidos no Livro do “Becerro del Ayuntamiento de San Leonardo”, ilustram muito bem a perseverança dos povoados em defesa de sua soberania jurisdicional ordinária, como de seus privilégios no aproveitamento dos pinheiros, que serviu de base à sua economia (BRIALES, 1998, p. 212).

O aproveitamento comunal dos pinheiros na Província de León vem de tempos imemoráveis, provavelmente da Idade Média, como já foi mencionado anteriormente, pois essa era a forma geral seguida no repovoamento das terras reconquistadas. A exploração dos pinheiros para consumo doméstico (construção de casas) e para a elaboração de madeira e transporte em carroça foi a base da economia local durante os séculos XV-XVIII, criando uma rede nacional de transporte por meio de estradas.

No entanto, a decadência das estradas como impulsoras do desenvolvimento econômico do século XVIII parece ter influenciado negativamente no bem-estar das populações que têm na exploração dos pinheiros sua base de subsistência. Essas populações quiseram formalizar o aproveitamento comunal tradicional mediante documentos reais firmes. A esse desejo responderam as concessões reais de privilégios que os povoados foram conseguindo dos reis. Em vários documentos citados pelo autor, é ressaltado o direito de participar da divisão comum do aproveitamento dos pinheiros, que tem como base a “marca de vicindad”, o fato de ser morador do povoado e estar estabelecido por razões de parentesco e ao “comum de moradores”, o que concede a ele esse privilégio. Quando a complexidade da vida econômica levou ao surgimento do Conselho, o morador do povoado tinha a personalidade jurídica e administrativa de que necessitava o comum de moradores, mas ambos concorreram à titularidade. Todas as leis exigiam como condição que os antecessores

(padres, idosos ou esposos) tivessem residido permanentemente no povoado, ou seja, que tivessem “casa aberta”. Nessa exigência apoiam os advogados do Conselho de San Leonardo seus argumentos contra os do Senhor de Lara.

Com o aparecimento do município como entidade administrativa, introduz-se uma instituição nova entre as comunidades de vizinhos ou moradores e as terras / bens de propriedade e aproveitamento coletivo. Nos séculos seguintes, o município e a comunidade de vizinhos ou moradores estavam em frequentes conflitos: a comunidade defendia seus recursos próprios, mas necessitava de personalidade jurídica, ao passo que o município tinha personalidade jurídica, mas necessitava de bens e apoiava-se em ou aproveitava-se dos bens da comunidade.

A decadência das estradas e seus efeitos negativos sobre as comunidades rurais da região Pinariega foram relatados em carta a vários reis. Em 1792, o então rei Carlos IV concede o primeiro privilégio dos aproveitamentos florestais de 2.500 pinheiros a alguns povoados da região.

Com o tempo, os conselhos passaram a pressionar os juízes para que se limitassem os aproveitamentos dos pinheiros para o uso doméstico e possibilitasse a venda do corte ou sua utilização para outros fins, mas mantendo a obrigação de pagar os impostos na quantidade estabelecida para os municípios, conforme aprovado pela comissão criada para essa finalidade.

A persistência dos privilégios concedidos pelos reis a comunidades de vizinhos ou moradores dos povoados, o surgimento dos conselhos e posteriormente dos municípios como titulares de certos bens, junto à indiferença quanto à titularidade de muitos deles (ou maior necessidade de fontes documentais que mostrassem a titularidade a favor dos conselhos, municípios ou das comunidades de vizinhos), tem dado origem a diversas interpretações – a favor ou contra – entre historiadores e outros pesquisadores (BRIALES, 1998, p. 214-215).

No que diz respeito à administração dos montes, o autor afirma ser importante notar que o aproveitamento durante o século XIX era lamentável. Ao longo da segunda metade do século ocorreram sucessivos incêndios, muitos deles provocados, que destruíram extensas áreas de florestas, principalmente de pinheiros. Em 1868 queimaram-se mais de 7.274 hectares, pela falta de cuidado na limpeza dos montes e sua regeneração. A reação, ainda que tardia, moveu a Administração Central a colocar os montes sob a tutela e proteção do Estado. Muitos montes são declarados de utilidade pública, mas somente na legislação. As primeiras normas foram criadas em 1898 por iniciativa da indústria de resina que levou a cabo a ordenação do grupo 1 e 2 dos montes de P. Pinaster na zona de Pinares sobre uma área de 12.195 hectares, onde foi estabelecido o período de 80 anos para a renovação das plantações de pinheiros.

As medidas técnicas que se aplicaram desde então melhoraram o estado e o aproveitamento dos montes. Regulamentou-se o pastoreio, reduziram-se incêndios e aumentou-se a produção de resina criando-se novos postos de trabalho.

Uma ordem de 1902 atualizou o número de pinheiros de privilégio que correspondia a cada povoado para dividir entre os moradores, e confirmou aos municípios o direito de decidir diretamente os aproveitamentos das madeiras e o valor da taxa a ser posteriormente repartida entre os moradores.

As normas se desenvolveram seguindo critérios técnicos, ou seja, de acordo com as características físicas e biológicas das árvores – seu ciclo de vida, a vocação dos montes de acordo com as condições climáticas e topográficas, a qualidade da madeira e dos produtos derivados –, e também com as condições de mercado. A norma do “Pinar de Arriba” pode servir de exemplo de modelo centralista de administração, que é comum até hoje, em todos os montes tutelados pela Administração Central (BRIALES, 1998, p. 226).

Frente ao modelo “centralista de administração dos montes”, têm surgido nos últimos

anos planejamentos novos sustentados pelas associações de municípios e de grupos locais, que reivindicam maior participação na administração dos montes.

Quase um terço dos montes espanhóis, especialmente os mais montanhosos, são de titularidade comunal em todas as variadas formas (vizinhais, comunais *stricto sensu*, de próprios) que a complexa história florestal espanhola tem forjado. A Constituição e as leis posteriores (Lei de Bases de Regime Local, 1985) proclamam a autonomia municipal como um de seus princípios básicos, reforçado pelo princípio de subsidiariedade, eixo central do Tratado de Maastricht. Não é de se estranhar as principais leis florestais posteriores preverem expressamente a possibilidade de que as entidades locais proprietárias auto-administrem seus patrimônios florestais, algo que já havia previsto a Lei de Montes Vecinales em Mano Común (1980) – Montes Vizinhos de Uso Comum –, para esta singular forma de propriedade germânica (BRIALES, 1998, p. 231).

Briales lamenta que o princípio de autoadministração nos montes comunais teve alguns problemas no momento de sua implantação prática. Os maiores problemas são consequências de mais 130 anos de alijamento de muitos povoados da administração dos montes, o que, unido à temporalidade dos cargos municipais, dificulta a concretude do sentimento de propriedade por parte dos responsáveis pelos povoados. Essa é uma premissa para assumir a autoadministração dos montes. Outro problema analisado é a insuficiente dimensão da grande maioria dos municípios proprietários de florestas para adotar um serviço municipal de administração florestal. Isso, unido a tão absurdas e contraproducentes tendências localistas generalizadas, dificulta sua consecução de forma mancomunada. Soma-se ainda a falta de uma administração intermediária de âmbito de comarca, excetuando a Cataluña ou os arquipélagos. Finalmente, a falta de competência legislativa em matéria florestal e as fortes inércias existentes impedem que, precisamente onde se dão as maiores premissas para implantação, esta vem a encalhar (Ibid., p. 231).

3.1.4. Os “Montes Veciñais en Man Común” ou Montes Vizinhos de uso Comum na Galícia espanhola

Os “montes” na Galícia são um elemento central para o momento em que se queira desenvolver uma política agrária e florestal adequada, já que atualmente representam 63,6% da superfície da província.

Para Balboa López, ao longo do último século foi mudando a forma de propriedade dessas terras de tal jeito, que atualmente a maior parte do monte galego, aproximadamente 63,7%, é de propriedade privada (1996). Mas existe outro tipo de propriedade muito significativa pela sua importância, que são os Montes Veciñais en Man Común – MVMC (Montes Vizinhos de uso Comum). Este tipo de montes representa um terço da superfície total dos montes galegos, tendo uma forte componente tradicional, já que os montes vizinhos foram “suporte do sistema agrário galego”, permitindo aos moradores o pastoreio, o recolhimento de adubo e outros aproveitamentos secundários. A principal característica dos montes vizinhos era que a titularidade e o seu aproveitamento estavam ligados à vizinhança, ao fato de residir em um lugar, de “ter fogo” no mesmo, outorgava a condição de cotitular do monte (BALBOA LÓPEZ, 1990, p. 42).

Para Balboa López et al. (2004), os “montes veciñais en man común” da Galícia representam um tipo de propriedade singular no contexto europeu, e continuam a ter como principal peculiaridade a sua titularidade coletiva, isto é, o pertencimento a um agrupamento de moradores na qualidade de grupo social, e o seu aproveitamento consuetudinário em regime de comunidade. Além disso, a propriedade dos “montes veciñais en man común”, com independência de origem, é de natureza privada: eles pertencem aos agrupamentos de vizinhos em sua qualidade de grupos sociais e não como entidades administrativas de caráter público. A propriedade é também de natureza coletiva, sem atribuição de cotas para cada comuneiro, já que o seu aproveitamento é em regime de comunidade sem discriminação de

cotas (BALBOA LÓPEZ et al., 2004, p. 5).

Iñaki Iriarte GOÑI (2002) entende que a centralidade dos comunais na vida econômica obrigou a regular constantemente o acesso a esses bens por meio de ordenanças e regulamentos que determinavam quem tinha direito a usar tais espaços. As restrições se impunham aos usuários e as punições aos que não obedecessem às normas. A vizinhança era, nesse sentido, o requisito fundamental para o acesso aos comunais e aos direitos de uso. Os direitos estavam, pois, definidos, o que não significa que os aproveitamentos se realizavam sem tensões. A diferenciação social presente na economia de montanha, assim como as mudanças econômicas que se iam produzindo (incremento da pressão demográfica, aumento da demanda de produtos pecuários ou manufatureiros, por exemplo) geravam disfunções e obrigavam a uma contínua revisão dos direitos de uso em uma dinâmica que se poderia situar entre o conflito e o consenso. A flexibilidade dos regimes comunais foi um dos elementos do dinamismo de muitas economias de montanha até os finais do antigo regime.

Frente a essa situação, ao longo do século XIX, as coisas foram se transformando. As mudanças das condições econômicas tiveram como principal expoente para as zonas de montanha foi a crise da atividade de transumante. A essa, deve ser acrescentada a ofensiva privatizadora, que foi surgindo de maneira, poderíamos dizer, espontânea, desde o início do século e que se institucionalizou em meados dos oitocentos com a lei da Desamortização Civil de 1855. A argumentação arguida pelos promotores da lei para privatizar as áreas comunais é de sobra conhecida: segundo os postulados do liberalismo econômico predominante na época, a propriedade privada era considerada uma fórmula que garantia um maior uso dos recursos disponíveis, com o que se pretendia obter um aumento da produção e da riqueza agrária do país (GOÑI, 2002, p. 144).

Um segundo método, das compras coletivas, respondia a uma estratégia diferente para que se efetivasse o cumprimento da lei, mas utilizando fórmulas que permitiram continuar

com os aproveitamentos coletivos. De fato, por meio desse mecanismo, um ou vários vizinhos de um povoado compravam os montes locais, mas em seguida realizavam a transmissão da propriedade ao conjunto dos vizinhos que passavam a ser coproprietários de uma sociedade criada de fato e efeito. Mas o mais interessante do caso é que os estatutos das sociedades assim constituídas eram praticamente iguais aos das ordenanças municipais que haviam regulado o uso dos comunais antes de sua privatização, de tal forma que ninguém tinha prejuízo. Os vizinhos haviam promovido a privatização, precisamente para manter os usos coletivos sobre os montes (GOÑI, 2002, p.150).

No que se refere à natureza jurídica dos MVMC, a legislação define-os como bens indivisíveis, inalienáveis, não embargáveis e imprescritíveis: a) a indivisibilidade está calcada no caráter da comunidade²⁹ como proprietária e no seu aproveitamento coletivo, sem que se possam atribuir cotas – ideais ou reais – a cada proprietário. “Tudo pertence à comunidade sem divisão possível, não cabe exercer nenhuma ação para dividir o comum” (GOÑI, 2002, p.150); b) a inalienabilidade se desenvolve em dois sentidos: externo, o que supõe que o monte não pode ser vendido³⁰ nem titulado em benefício de terceiros; e interno, já que não cabe a cessão de cota ou de transmissão de um comuneiro para outro, pela razão da inexistência de cota nesta forma de comunidade. Pela mesma razão, tampouco cabe a transmissibilidade por “causa morte” da condição de comuneiro a seus herdeiros. Eles têm que cumprir os requisitos de titulares da unidade econômica com casa aberta e residência habitual; c) não embargável por responder à função protetora dos montes, por ser uma propriedade de origem histórica que se deve manter e transmitir às gerações futuras e que, apesar de ser privada, é também coletiva, vista como uma aproximação da propriedade pública. Com isso, os “montes vizinhos de uso comum” gozam de proteção da mesma forma que a propriedade pública; e d) a imprescritibilidade, a qual também cumpre a função de

²⁹ Será discutido o conceito de comunidade no capítulo sobre os Faxinais do Paraná.

³⁰ Os autores, neste sentido, encontraram semelhança com os baldios do Centro-Norte de Portugal e os Crofts das Highlands escocesas.

proteger e preservar os montes, e que se deve entender, em primeiro lugar, com referência aos direitos dos moradores integrantes da comunidade frente à mesma. Ou seja, o direito de fazer parte das comunidades dos “montes vizinhos de uso comum” não prescreve. Tal fato também ocorre na interpretação de jurisprudência, a qual afirma que a imprescritibilidade tem eficácia retroativa: “não se extingue o direito dos moradores do grupo comunitário de que se trata, e são inexistentes os negócios jurídicos que implicam nas transmissões de domínios realizados antes da existência da comunidade titular dos montes” (GOÑI, 2002, p. 6).

Para Balboa López (1990), RICO BOQUETE (1995) e Xaquín Fernández LEICEAGA et al. (2006), a propriedade “viciñal” nos montes da Galícia era predominante nos finais do antigo regime, chegando a ocupar, no começo do século XIX, entre 2/4 da Espanha e 2/3 da Galícia, de acordo com as estimativas mais aceitas atualmente.

A importância dos montes no sistema agrário tradicional espanhol, e principalmente galego, não se deve somente ao papel que ocupam na produção de silvicultura. É indispensável sua importância para a provisão de insumos na pequena exploração camponesa, agricultura e pecuária, as quais não subsistem sem a presença dos montes. Suas principais funções eram fornecer adubos orgânicos para garantir a elevada produção das terras de cultivo verificada na época e complementar a alimentação do gado (principal elemento que contribuiu para a entrada do campesinato galego no mercado). Ocasionalmente, dos montes se obtêm também colheitas adicionais de cereais, e, entre outras funções complementares, estava a de prover de madeiras e plantas medicinais para a população rural. Além de sua extensão global, um total de 1.879.892 hectares, divididos entre florestas e mato (de acordo com o Mapa de Floresta da Galícia), a possibilidade do seu aproveitamento para o plantio de ervas medicinais deve ser mais intensiva e aumentada sua superfície em cada monte. A grande maioria dos “montes veciñais en man común” possui extensão superior a 500 hectares (49,1%) e os de superfície entre 100 a 500 hectares representam 42,7%, enquanto os montes particulares têm

superfície inferior a 5 hectares (89,5%), e os com superfície superior a 500 hectares representam apenas 1% do total das áreas dos montes na Galícia.

De acordo com os autores, os principais aproveitamentos dos montes se mantiveram até o franquismo, ainda que com mudanças centradas na intensificação dos usos e na expansão dos aproveitamentos florestais. Os aproveitamentos que foram fundamentais no passado, hoje são marginais. A atividade agrícola nos montes é quase inexistente, assim como o recolhimento de frutas. O que ainda se destaca é a presença da pecuária, sendo a especialização produtiva no gado *vacum* a principal atividade agrícola na Galícia. Os autores acrescentam ainda que a presença de pastagem nos montes é escassa e limitada geograficamente à Província de Lugo. Em muitos casos, o aproveitamento para a pecuária existe em conjunto com as comunidades, e o mais habitual é a existência de gado livre nos montes. São vários os casos em que os aproveitamentos das pastagens para a criação de gado, sejam eles dos “comuneiros” ou não, têm autorização por parte da comunidade para deixarem seus animais livres. Em muitos casos, quando não há autorização, originam-se conflitos entre a comunidade e os proprietários dos animais (BALBOA LÓPEZ et al., 2004, p. 29).

A revolução liberal de 30 do século XIX não vai aceitar a forma específica de propriedade *veciñal* característica da Galícia, assimilando-a legalmente (numa mostra do afã unificador da época) à propriedade pública. Essa assimilação não provocou mudanças na questão, já que a debilidade do Estado não permitiu administrar estes montes, mas suscitou mudanças na estrutura da propriedade como resposta defensiva à atitude estatal. As comunidades de vizinhos começaram a individualizar a propriedade dos montes, por meio de sua divisão. (BALBOA LÓPEZ, 1990, p. 40 e 1996, p. 45; RICO BOQUETE, 1995, p. 56; LEICEAGA et al., 2006, p. 8).

Foi com o franquismo que ocorreu a expropriação pelo Estado dos “montes veciñais en man común” que sobreviveram ao processo de divisão, nos quais foram priorizadas as

práticas da exploração florestal em monocultivo, ou seja, neste período, a monocultura de espécie arbórea era incentivada pelo governo nos montes, o que causou vários conflitos sociais em torno do reflorestamento realizado pelo Estado. Somente no final da década de 1960, a legislação reconhece pela primeira vez em 150 anos a titularidade *veciñal* dos montes (lei de 1968). Seu objetivo era salvaguardar o reflorestamento já efetuado, como medida de garantir às comunidades sua participação nos benefícios e, ao mesmo tempo, colocar à disposição do Patrimônio Florestal do Estado as áreas dos “montes veciñais en man común” que ainda não haviam sido reflorestados (GOÑI, 2002, p. 15)

Mas esse reconhecimento legal dos direitos de propriedade dos “montes veciñais en man común” alcançou algumas comunidades que se encontravam imersas em um processo acelerado de transformação do sistema agrário (que autonomiza as funções do monte) e em um processo rápido de despovoamento do interior da Galícia, com a população em contínuo processo de regressão e envelhecimento acentuado.

Uma outra questão tratada pelos autores é sobre como se alcança a condição de comuneiro. Para alcançar a condição de proprietário titular dos direitos em relação ao monte, as normas legais explicitam duas condições: estar integrado ao grupo social que os *veciños* constituem e vir exercendo de forma contínua, como titular de uma unidade econômica, alguma atividade em relação ao monte, conforme os usos e costumes da comunidade.

Para os autores (BALBOA LÓPEZ et al., 2004, p.11), a primeira condição não está isenta de ambiguidade na sua formulação legal, o que permite uma variação de soluções práticas, ao exigir ter residência habitual nas comunidades às quais os montes estão vinculados, ao que a legislação justapõe ter casa aberta nessas comunidades. É a vivência de fato, ou seja, é a residência como fato físico e a vizinhança como fato formal, com registro administrativo. A residência é o elemento constitutivo da relação entre os vizinhos e do aproveitamento e propriedade dos montes.

Já a segunda condição, de vir exercendo como titular de uma unidade econômica alguma atividade relacionada com os montes, conforme os usos e costumes comuns do grupo é delegada pela própria comunidade por meio de suas próprias normas costumeiras, ou por acordo de seus organismos de representações e/ou governo, a competência para, em último termo, definir em um sentido mais amplo ou restrito à condição necessária para se enquadrar na categoria de titular de uma unidade econômica.

Diante disso, pode-se afirmar que os limites legais para se enquadrar na condição de comuneiro são vagos no sentido do direito positivo, nesse período da modernidade. Mas são legítimos no direito costumeiro, pois a necessidade de se reconhecer em uma forma de organização como os “montes veciñais en man común” –que têm na propriedade comunal sua origem histórica, em que pequenas comunidades agrárias possuem conjuntamente e utilizam comumente seus recursos naturais – orienta-se por normas consuetudinárias. Como bem afirma Thompson, E. P., em *Costumes em Comum*, “na interface da lei com a prática agrária, encontramos o costume. O próprio costume é a interface, pois podemos considerá-lo como práxis e igualmente como lei. A sua fonte é a práxis” (2005, p. 86).

3.2 – AS FORMAS DAS TERRAS DE USO COMUM EM PORTUGAL

Não há acordo por parte dos pesquisadores portugueses, bem como entre os historiadores, economistas, geógrafos e sociólogos, sobre a raiz histórica das formas de uso comum de terras, principalmente dos baldios, que é a mais significativa em Portugal. O único acordo que existe é que a propriedade comunal e os bens comuns, tal como são conhecidos e entendidos hoje, originaram-se há centenas de anos, e que o acesso aos recursos naturais sempre foi restrito a alguns, assim como sua posse e titularidade (PINTO, 2005, p.5). O que é confirmado por Nazareno José de Campos, ao afirmar que a raiz histórica de muitas formas de uso comum de terra de Portugal tem, “segundo grande parte dos estudiosos do tema, origem

muito antiga, provavelmente pré-romana” (CAMPOS, 2000, p.15). Isso coloca em dúvida a verdadeira origem dos bens de uso comum, o autor afirma, não somente no caso de Portugal, mas em muitos países onde ocorre ou ocorreu a propriedade comunal.

No que se refere a bens comunais, Antonio Henrique de Oliveira Marques (1965) compreende que eles pertencem a toda uma comunidade e por ela são usufruídos; já no sentido restrito, bens próprios de um município ou de outra divisão territorial de um país (Estado, Departamento, Território, Distrito ou freguesia) são aproveitados por todos os seus componentes.

No que se refere à exploração dos bens comunais, esta pode ser feita de forma coletiva ou individual. Nesse caso, procede-se à divisão periódica entre os habitantes do município. O autor se refere aos baldios portugueses (como já foi visto anteriormente, existem baldios na Espanha, Angola e Colômbia), às terras maninhas, matos e pastagens como bens comunais.

Marques (1965) afirma que não se devem compreender as origens dos bens comunais de forma sintética, o que é incompatível com a realidade histórica. Ele entende que as teorias que partem das fórmulas germanistas (*allmende*, *mark*), romanista (*ager compascus*), germano-romanistas (*aconsortium* godo-romano) e feudais (concessão senhorial) não dão conta de explicar a complexidade de sua origem. Também compreende que se deve buscar a origem no resultado da ação conjunta desses e outros elementos, variando de local para local, mas sempre com base nos momentos históricos, nas condicionantes geográficas e agrológicas e no direito consuetudinário.

O autor afirma ainda que a Reconquista Cristã no século XIII respeitou, em geral, usos e costumes tradicionais, alguns remontando à comunidade tribal de raiz céltico-lusitana ou até anterior. Em Trás-os-Montes, o sistema de carta de aforamento à coletividade favoreceu a propriedade comunitária. “Sendo o compáscuo, certos impostos sobre o gado, incluindo-se entre os mais importantes bens comunais. Por todo Reino, aliás, eles constituem parcela

apreciável no total da propriedade” (MARQUES, 1965, p.331). Por outro lado, a apropriação muitas vezes violenta por parte de senhores e eclesiásticos, e por vezes a negligência do povo, levaram ao desaparecimento irremediável de muitos deles. Tem ocorrido desde o século XIII a desagregação da propriedade comunal em favor da propriedade individual. Os próprios municípios, voluntariamente ou por pressão dos poderosos, foram cedendo à Igreja, a nobres e particulares, por doação e venda. Com a violação praticada ao direito da propriedade comunal e da propriedade dos municípios, ocorreram protestos e medidas contrárias por parte dos governantes, sendo a Lei de Sesmarias uma prova das medidas tomadas.

Apesar de tudo, os bens comunais persistiram, até o liberalismo, como elemento importante da vida econômica das populações. Só o progresso das ideias de propriedade individual, ao lado da necessidade presente de desamortização agrária, conduziram à alienação em larga escala dos bens comunais durante a 2ª metade do século XIX e os princípios do século XX (uma lei de 1867, depois revogada perante a resistência dos povos, determinava mesmo a venda ou o aforamento de todos os baldios). Ainda hoje, contudo, persistem certas formas de propriedade, em especial nas regiões montanhosas e mais afastadas dos centros de civilização (MARQUES, 1965, p. 331).

A denominação e caracterização dos baldios também trazem em si uma série de controvérsias por parte de seus pesquisadores. Para Gralheiro (2002, p. 60), o termo baldio vem da expressão germânica “baldo”, “falho”, “carecido”, o que associa, portanto, sua gênese aos terrenos sem valor ou com pouco valor econômico, ou melhor, com pouca capacidade produtiva. Já Antonio Menezes Cordeiro (2002, p. 210); Adelaide Germano (2005, p. 1) e a Junta de Colonização Interna (1939, p. 1), consideram resultante do árabe, em que etimologicamente a designação baldio vem do “baladi”, que significa árido ou inculto, ou seja, da mesma maneira, terreno sem significado relevante, que desde sempre foi usada em Portugal para designar terrenos marinhos. Para o entendimento de Campos (2000), “daí muitas das vezes correrem situações em termos de conceito e significado, ora evidenciando casos idênticos como sendo diferentes, ora confunde sendo situações diversas como sendo iguais” (2000, p.44).

Tanto Campos como a Junta de Colonização Interna buscam nas Ordenações Filipinas

a definição de baldios em Portugal, como sendo:

Terras incultas, matos maninhos ou matos bravios que nunca foram aproveitados ou não há memória de homem que o fossem e que, não tendo sido coutados nem reservados pelos reis, passaram geralmente pelos forais com outras terras aos povoadores delas, para os haverem por seus e defenderem em proveito dos pastos, criações e logramentos que lhes pertencem” (CAMPOS, 2000, p. 44).

Campos (2000) afirmou que a definição das Ordenações Filipinas não faz a distinção entre baldio, inculto, maninho e bravio. Para ele, a concepção de baldio já é diferenciada desde a sua origem.

A ressalva é também feita pela Junta de Colonização Interna, quando afirma que a definição elaborada pelas Ordenações Filipinas foi aceita durante muitos anos pelos estudiosos e juristas portugueses, por compreenderem que a característica principal de um baldio é o logradouro comum e, em alguns casos, para o uso agrícola. Isso foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Administrativo por meio de um decreto de 1884, sobre uma consulta feita pelo Conselho de Anadia.

Nem a cultura parcial de alguns tractos de terreno da dita mata lhe altera a natureza de baldio e logradouro comum dos moradores do lugar de Vale de Alvim, porque é condição característica do baldio a propriedade e posse colectiva de pessoas indeterminadas, sem direito próprio e individual para dispor de coisa que pertence a todos (CAMPOS, 2000, p. 2).

Com isso, o órgão aceita como baldio em Portugal, tanto do ponto de vista legal como do geral, um terreno de logradouro comum dos povos, e que se encontra sob a jurisdição administrativa de um município ou freguesia.

Já Marcelo CAETANO (1975) entende os baldios portugueses como terreno não individualmente apropriado, destinado a servir de logradouro comum dos vizinhos de uma povoação ou de um grupo de povoações (p.173). O baldio é um terreno de uso comunitário indispensável à economia agrícola de subsistência e assento na pastorícia, fornecendo essencialmente as lenhas, o estrume e as pastagens.

Sua importância para a vida das povoações é evidente. A forma tradicional dos "pastos comuns" vem de tempos imemoriais. Em Portugal, a ideia de que os baldios foram um

elemento relevante na época da reconquista e reorganização do território, acompanhando os fenômenos da sua defesa e povoamento e alargando a área agrícola e silvícola, reúne grande unanimidade no pensamento histórico português.

João Antunes Estêvão (1983), ao realizar uma análise sobre o comunitarismo agrário e seu paradigma em Portugal, teve como objetivo realizar um estudo sobre a propriedade comunitária e a organização social das comunidades rurais de montanha do Entre Douro, Minho e Alto Trás-os-Montes, por entender que a urgência de um desenvolvimento social e econômico para as regiões de montanha e o renascer da questão dos baldios e do regionalismo voltam a atualizar o tema comunitarismo agrário. Este é entendido pelo autor como “um sistema de apropriação e exploração do solo, em comum”. Mais do que isso, é um “fenômeno espontâneo e independente de contatos culturais para além de corresponder à passagem do pastoreio nômade à agricultura sedentária” (p. 42). E a explicação para os usos comunitários e o fato de eles se conservarem de um lado e desaparecerem de outro são de ordem natural e histórica.

Esse autor entende que os estudiosos do tema em muitos casos observam a questão como um “objeto exótico e até inexplicável, quer como reminiscência de instituições visigóticas”, quer como “uma cultura livresca e a realidade social-agrária”. Compreendendo que a visão desses estudiosos, entre a observação da sociedade, sua cultura acadêmica e realidade social-agrária, é distorcida. No que diz respeito às leis da economia, sua formação é evidentemente jurídica. Individualismo, teorias personalistas romanas e o direito natural são seus referenciais teóricos. É a lei que explica a sociedade, “daí o seu estudo das instituições” (ESTÊVÃO, 1983, p. 43). Na própria economia que postula modelos inobserváveis ainda de uma forma geral na sociedade portuguesa, os principais temas de pesquisa são a produção, o lucro e a presença do mercado. Mas há autores que criticam a política de aforamento de baldios, despojando os povos desses campos que “possuíam em comum desde tempo

imemorial” e, afirmam que tem sido motivo de desordem, assim como existem autores que defendem os pastos comuns.

Estêvão (1983) afirmou que, no período liberal, foi dado destaque ao municipalismo ou aos governos locais representativos. Foi nesse período que Portugal conheceu uma renovação administrativa em que ocorreu a extinção de um grande número de municípios, e as terras dos baldios foram entregues às autarquias locais, constituindo-se assim um passo na edificação do Estado liberal.

Em relação à agricultura, e no seio dessa, aos baldios, o ideário liberal revelava um tom implacavelmente anticomunitário. De um lado, passou a se considerar como "propriedade perfeita" a propriedade individual privada e defendia-se intransigentemente a liberdade da terra contra as rígidas estruturas feudais. Por outro lado, entendia-se o baldio como resquício dessas estruturas, como fator de atraso da agricultura portuguesa, defendendo-se explicitamente a sua extinção. Assim, o desmantelamento legal da propriedade coletiva teve início com o apoio de muitos dos munícipes e paroquianos. Somente onde as aldeias mantinham a vida comunitária como suporte das atividades agrárias, o baldio se conservou. Em regiões agrárias de individualismo dominante, como seriam as dos “seareiros” do Sul, os baldios foram repartidos, umas vezes em sortes igualitárias, e outras em parcelas vendidas em hasta pública (CALDAS, 1998, p. 48).

Opondo-se ao ideário liberal, os socialistas e anarquistas teóricos do coletivismo agrário reivindicavam essa prática, no momento em que Portugal lutava pela “forma perfeita de propriedade” (Ibid., p. 44-45).

Estêvão (1983) faz uma análise do posicionamento de vários autores sobre o coletivismo agrário na Sociologia, Antropologia, História Agrária e Geografia Humana. Dentre essas ciências, a que mais interessa é compreender a posição do geógrafo Orlando Ribeiro, de que Estêvão analisa o artigo “Villages et Communautés rurales au Portugal”, de

1940, sobre o comunitarismo agrário, dando destaque para organização social e econômica, *habitat* e a exploração das terras nas comunidades rurais de Portugal. Ribeiro justifica seu estudo, afirmando que “na Geografia Humana, é preciso muitas vezes deixar o domínio dos fatos visíveis... e remontar às condições sociais e econômicas que, sendo na aparência pouco geográficas, agirem poderosamente sobre certos aspectos da paisagem ou refletirem naturais” (RIBEIRO apud ESTÊVÃO, 1983, p.45).

O geógrafo Orlando Ribeiro entendia uma comunidade rural como sendo “acima de tudo uma organização social”, que tem por objetivo a exploração de terra, o que, por sua vez, “determina formas de trabalho que têm a sua repercussão na disposição das casas e das terras de cultura”. Por outro lado, essas comunidades estão sujeitas a uma “forte disciplina de trabalho”, que constituem “unidades quase independentes”, que, na Europa, devido a “tendências individualistas, estão em um processo de declínio” (RIBEIRO apud ESTÊVÃO, 1983, p.45). Além dessas tendências, pondera-se o aumento das vias de comunicação ligando as pequenas comunidades ao mercado e aos processos de intensificação agrícola. Somente nas vilas mais isoladas se podem encontrar os usos comunitários que há quatro ou cinco séculos cobriam quase toda a Europa.

Ribeiro estuda as formas de exploração dos baldios, reguladas por antigos costumes nas regiões montanhosas³¹ de Minho, Barroso e Trás-os-Montes, onde é destacada a assembleia de “cidadãos”, dos “habitantes” ou dos “chefes de família”, sendo estes que regulamentam os costumes, toda a vida agrícola e pastoril, e aplicam penas aos transgressores, têm extenso elenco de atribuições e “substituem localmente a administração central do Estado”. O autor entende que os costumes estão estreitamente ligados à cultura de cereais em regime de afolhamento, sendo que a folha de pousio dedicada ao pasto de rebanho da aldeia e a forma de ocupação da terra ainda dependem de fatores naturais. O clima e o relevo são elementos que contribuem para compreender o comunitarismo agrário em Portugal, pois nas

³¹ No que diz respeito à questão das montanhas em Portugal, ver o artigo de CUNHA, L. (2004).

regiões de montanha ao Norte do Tejo, o inverno é rigoroso, o verão bastante quente e o solo é pobre. Portanto, para produzir agricultura, principalmente na forma tradicional, são necessários longos períodos de pousio da terra (RIBEIRO apud ESTÊVÃO, 1983, p. 48-49).

Castro, ao analisar também os baldios em Portugal, aprofunda a diferença entre os baldios, maninhos, bens do conselho (municípios), e os bens comuns particulares. Entende que no sentido restrito, as terras dos baldios são aquelas “que estão na propriedade comum particular de todos os moradores, ou vizinhos, de um determinado lugar ou região, sendo por isso vedado a qualquer deles individualmente o aproveitamento, trata-se” de uma propriedade particular comum não personalizada (CASTRO, 1965, p.277).

É diferente das terras maninhos, que são incultas, mas de propriedade particular, de origem feudal e das terras de “propriedade administrativa, os bens de Conselho”. Já no “sentido popular, os baldios são terras incultas que não pertencem a ninguém, noção que se aplica para origem e função histórica”. Para o autor, esta distinção “não tem só relevância jurídica”, reveste-se ainda de uma importância econômico-social evidente e “não pode ser olvidada ao examinar” a evolução da propriedade territorial e econômica de Portugal (CASTRO, 1965, p. 277).

Compreende-se que a noção de “terra de ninguém” é a que vai orientar as análises de autores que são favoráveis à propriedade privada em Portugal. Ou seja, a defesa da tese de “terras de ninguém” dominará as políticas governamentais portuguesas sobre os baldios, com o resultado da privatização de parcela significativa de seus recursos naturais, como poderá ser verificado posteriormente. Da mesma forma se entende que a tese “terra de ninguém” foi um conceito central defendido por Ruy Cirne LIMA (2002), em sua obra *Pequena história territorial do Brasil: sesmarias e terras devolutas*. Ele defende que as terras devolutas no Brasil estão sujeitas à propriedade privada, portanto, são passíveis de privatização tanto o solo, como os recursos naturais.

Castro entende os bens comuns como terras de um grupo restrito de indivíduos e “que não pertencem a todos os moradores ou vizinhos de um lugar”, mas a um grupo deles, “como é o caso de Vilarinha de Furna, sendo transferíveis por herança”. O autor afirma ainda que historiadores e etnógrafos estão de acordo que em alguns casos de bens comuns particulares em Portugal são de origem antiga, talvez mesmo pré-romana, a constituir a base de sistemas agrários comunialistas existentes em Trás-os-Montes e Rio de Onor, e não descarta a possibilidade de essas terras terem sido algum dia baldios, com origem também em concessões “foraleiras dos primeiros reis”. (CASTRO, 1965, p. 278).

O autor se reporta ao Decreto-lei 20.968 de 1934 para afirmar que, de acordo com o levantamento da Junta de Colonização Interna, foram reconhecidos em toda superfície continental portuguesa, 731.441 hectares de terras de baldios; o que representa 6% da área total, cuja presença é mais expressiva na Vila Real, seguida de Bragança e Beira Alta. Essas terras, na sua grande maioria, 447.802 hectares, estão sujeitas ao aproveitamento florestal e 166.961 hectares desse total foram destinados à colonização, enquanto 4.629 hectares destinados à área social e 29.623 hectares à colonização. O restante das terras foi destinado à cultura extensiva e intensiva. Castro, afirma ainda que a situação dos baldios no momento em que realizava sua pesquisa era muito diversa daquela ao longo dos séculos, “mesmo sensivelmente diversa da posição que existia antes do século XVIII, é mesma diversa da que caracterizava o mapa agrícola de Portugal há cerca de um século” (Ibid., p. 278).

Ainda é realizada pelo autor uma análise histórica evolucionista das terras dos baldios, desde os tempos em que essas terras existiam ao “nascimento e desenvolvimento de Portugal como país, política, econômica e socialmente autônomo”. Ele afirma que os primeiros reis, por meio dos instrumentos jurídicos tradicionais, “os forais”, usavam-nas como “processo de povoamento e incentivo ao cultivo agrícola” diferenciando-se de região para região, “diferenças essas mais sensíveis entre métodos usados no Norte e Sul”, com resultados no

conjunto tanto do “condicionamento material, de ordem física e demográfica (densidade da população) e política, resultante da luta da Reconquista”. Castro faz uma comparação com a questão das terras de uso comum na Espanha, no que diz respeito às questões econômicas e sociais, ligadas às exigências da classe senhorial e das ordens militares no período feudal. Da mesma forma é feito um paralelo no que se refere à desamortização das terras dos baldios com as terras de uso comum na Espanha, no século XVIII, conforme foi analisado anteriormente (CASTRO, 1965, p. 314).

No que se refere aos pastos comuns em Portugal, Castro diz que a atividade pecuária em torno da alimentação de gado em Portugal manteve, ou mesmo formou ao longo de séculos, formas de aproveitamento mais ou menos comunitário dos pastos. Mas nem todos os casos concretos, como existem nos tempos modernos, possuem a mesma origem histórica. Essa forma de aproveitamento de pastos para a pecuária pode ser separada em dois tipos principais dentro de um mesmo sistema de propriedade individual de animais: “um constituído por núcleos em que a própria terra das pastagens é propriedade comum de um grupo demo-econômico estrito”, e outro em que o gado de diversos proprietários é reunido para o pastoreio coletivo, em que os proprietários socializam as despesas com pastores assalariados encarregados de cuidar dos rebanhos, os quais são alimentados em pastos comuns, que não são de propriedade conjunta dos proprietários dos animais e “podem até ser de pertença particular; é claro que, além destes dois gêneros esquemáticos, também no sistema de aproveitamento de pastos de propriedade comum restrita se tende a utilizar o sistema de pastoreio coletivo” (CASTRO, 1965, p. 315).

O autor afirma que o sistema da transumância constitui uma forma da prática da pecuária por meio do aproveitamento de pastos comuns, mas ressalvando que as terras são de propriedade dos donos dos gados. Assim como as terras bravias de propriedade coletiva local, nem todas as terras comumente designadas por baldios têm a mesma origem e a mesma

natureza, embora, tanto quanto aquelas que se encontram em propriedade conjunta privada, sejam normalmente aproveitadas para pastos comuns. Mas a origem dos pastos comuns se encontra no regime comunitário primitivo anterior à passagem ao regime escravagista na Península Ibérica, transição que ocorreu antes da ocupação romana. Muitos deles perduraram, sobretudo no Norte de Portugal, mais precisamente no interior, como em certas áreas do Alto Trás-os-Montes. Da mesma forma, afirma que é muito difícil realizar uma análise precisa de todos os pastos comuns dessa origem, dos que surgiram posteriormente em um regime social não comunitário, “tanto sob o regime escravagista, que alguns povos germânicos já começaram a conhecer e que triunfou com a ocupação romana, como mesmo, posteriormente, sob um sistema social não escravagista, quer da *adscrição*³² quer do *colonato*” (Ibid., p. 315).

Castro se refere ao estudo sobre o comunitarismo no Rio de Onor, realizado pelo antropólogo Jorge Dias, em que foi comprovado que as raízes históricas da formação social comunitária dessa região vêm da prática transmontana, embora este autor tenha encontrado indícios de que entre os Vaceus já existia uma formação social em que a sociedade conhecia senhores e escravos. O comunitarismo desta aldeia poderia ter vindo de época anterior a essa divisão social, “subsistindo depois como subsistiu pertinazmente por meio de todas as profundas modificações da estrutura social durante séculos e séculos” (CASTRO, 1965, p. 316).

Ainda segundo Castro, na segunda metade do século XX desapareceram muitos pastos comuns, em razão das alterações da estrutura social da propriedade da terra, como pelo uso dos modernos processos tecnológicos utilizados pela pecuária, entre estes a estabulação do gado. Por esse motivo, a transumância diminuiu sensivelmente, incluindo aquela que durante

³² *Adscrição*, na história medieval está ligada à terra; *servo adscrito*, o mesmo que *servo da gleba*. Segundo Herculano, a *adscrição* à gleba veio substituir, logo após a Reconquista, a escravatura de cristãos existente na época visigoda, constituindo também estágio intermediário para a passagem do *servo* (escravo) a homem livre. Esta transformação acha-se já completamente processada na primeira metade do século XII. Assim, a partir dos primeiros tempos da Reconquista, a população vilã dos recém-criados reinos cristãos era constituída por colonos livres e servos da gleba; os escravos existentes pertenciam todos à classe de prisioneiros de guerra, tanto muçulmanos como moçárabes (Herculano apud SERRÃO, J., 1965, p. 29).

séculos provinha do gado espanhol, que até meados do século XIX se estendia pelo Alentejo. Essa forma de pastoreio coletivo é uma das que têm desaparecido, além de outras, como as formas de pastoreio comum realizado com a utilização de pastos comunitários de pequenos povoados, embora possa ainda ser observado em várias localidades de Portugal, como nas serras do Gerez, Soajo, Cabreira, Amarela, Peneda, entre outras (Ibid., p.315).

Estêvão, em seu texto “A Comunidade Rural e o Conselho” (1996), ao analisar a questão dos costumes comuns, afirma que a prática da “pastorícia” remonta à pré-história, mas questiona de que período datam os costumes comuns de usufruto das pastagens, os quais pressupõem a comunidade rural, que é uma organização social local que “assente sobre o usufruto comum – de todos os moradores das pastagens”. Para que isso ocorra, é necessária a existência de organismo que se identifique como uma assembleia de moradores, “com poder deliberativo sobre a melhor forma de usufruto comum dos pastos”. Com a ausência desse organismo não é possível que os costumes de usufruto das pastagens possa existir como comum. Por entender que sobre as terras de pastagens incidem costumes comuns de usufruto é que essas terras tornam comuns, “as pastagens serão também comuns, comunitárias, da comunidade”. A partir disso, entende por pastagens comuns aquelas que são

“usufruídas pelos moradores duma comunidade não interessando a forma como fazem, se individualmente conduzindo para lá o seu rebanho quando entenderem e de forma que lhe é mais vantajosa comunitariamente, isto é, integrando o seu rebanho num ‘rebanho comum’ ou vezeira, vigiado ou pastoreado por um pastor recrutado à vez entre todos os donos de gado”. (ESTÊVÃO, 1996, p. 96).

Nessa forma de pastagem não há necessidade da existência de uma organização social comunitária (ESTÊVÃO, 1996, p. 96-97).

O mesmo autor aponta três formas de uso comum dos pastos que exigem a necessidade de uma organização social comunitária: a primeira é quando existe uma assembleia vicinal e forte coesão comunitária, a ponto de cada rebanho não poder ultrapassar determinado número de cabeças, “de acordo ao estabelecido pela assembleia os critérios, e atentos aos desejáveis equilíbrios entre recursos naturais e humanos”; a segunda é

caracterizada como “comunidade rural tradicional” em que tanto o usufruto das pastagens comuns como a gestão e a forma de pastoreio em comum de todo o rebanho da “aldeia/comunidade” estão submetidos às decisões da assembleia vicinal.

Este é um verdadeiro órgão de governo da aldeia, o que a converte em comunidade. Embora ao chefe de cada grupo doméstico cumpra gerir a exploração dos seus campos e gado, as decisões estão dependentes das decisões comuns da assembleia a quem compete coordenar a gestão de todos os recursos sem excepção (Ibid., p.96).

A terceira forma é quando os moradores e proprietários de gado se limitam a respeitar as regras comuns estabelecidas pelas assembleias dos vizinhos, regras que constituem em gerir o usufruto de toda a unidade territorial pastoril e a determinar a gestão doméstica de cada rebanho, mas estando já o pastoreio a cargo dos respectivos proprietários. “Aqui não há rebanhos comuns ou vezeira” (Ibid., p.96).

Castro discute essas três formas de uso comum de pastos para caracterizar a diferença entre aldeia e comunidade rural. Na primeira forma existe a aldeia e nas duas últimas a comunidade rural, bem como somente nos dois últimos casos as pastagens são comuns, por existir assembleia ou conselho de vizinhos. Chama a atenção, afirmando que as três formas de uso comum de pastos dizem respeito a regimes de “agricultura minifundiária onde há conjugação entre atividades agrícolas e pastoris”. As três situações distinguem-se dos regimes latifundiários, nos quais em vez de pastos comuns, apenas “podemos falar em sistema de compáscuo” (CASTRO, 1965, p. 98).

Coelho (2003) refere-se a vários autores que afirmam que a posse da terra não passa de “legalidade” e que o regime de propriedade tem uma influência significativa na distribuição do rendimento social, portanto essa questão deve ser analisada pela ciência Economia Política. Por isso, ele identifica três diferentes significados para a propriedade: “como sinônimo de direito de propriedade; este direito usado em propriedade concreta (propriedades rurais e urbanas); a coisa em si própria”. No que diz respeito à propriedade rural, significa certa quantidade de terra, com o objetivo de exploração pela agricultura ou

floresta e respectivas infraestruturas, em que a propriedade pode ter o significado de direito ou objeto do direito. Porém, faz-se a necessária distinção entre o uso da terra e propriedade rural (COELHO, 2003, p. 189).

Para este autor, em Portugal, o direito de propriedade tradicional incorpora cinco prerrogativas: direito de uso, em que o proprietário pode tomar da respectiva propriedade “todas as vantagens permitidas que ela possa dar e impedir outros a ceder a essas vantagens”; o direito de trânsito incide a circulação (direito de passagem) e o direito a receber todos os frutos naturais, “os quais são os que a coisa produz espontaneamente, sem cooperação do trabalho”, e os frutos industriais são os que “resultam da atividade industrial (incluído a agricultura³³), frutos civis são os rendimentos, os lucros com origem da coisa em si”; o direito de exclusão “dá a propriedade os direitos de demarcação, proibição e defesa”, e o direito de alienação dá ao proprietário a possibilidade de alienar a “respectiva propriedade de forma onerosa ou gratuita” (COELHO, 2003, p. 189).

No que se refere ao direito romano, a concepção de direito de propriedade absoluta era a junção de três direitos especiais, o de uso, o de gozar e o de dispor, sendo dividido em três categorias de regime de propriedade: a primeira categoria é a propriedade pública, que é quando a “coisa que constitui o respectivo objecto está apropriada pelo Estado ou Corporações Públicas (Autarquias ou outros). É permitido a todos os habitantes do país usá-la, com as limitações impostas pela lei”. Por exemplo, as matas nacionais e o livre acesso a produtos da natureza. A segunda são os montados³⁴, assim como as restantes florestas em geral, são bens de consumo de livre acesso, tais como os cogumelos³⁵, espargos, bagas,

³³ Para o autor, os frutos agrários provêm da propriedade rural e são divididos em frutos naturais e frutos agrários industriais.

³⁴ “Os montados são sistemas de produção, ou seja, constituem um modo de combinar a utilização da terra, dos recursos de trabalho e de meios de produção, com vistas à obtenção de determinados tipos de bens vegetais, animais e florestais, sendo comum a um grupo mais ou menos alargado de unidades produtivas. Apresentam algumas características que lhes conferem um caráter muito particular, entre as quais salientar: são sistemas do tipo agro-silvo-pastoril” (COELHO, I. S., 2005).

³⁵ Sobre cogumelos ver MACHADO, M.H; RAMOS, A.C. **Cogumelos**: Lisboa. Apenas Livros. Coleção RES RÚSTICA, nº 9, 2005.

plantas aromáticas, caça, etc. E a terceira, propriedade comum, quando não está apropriada de forma individual, todos os habitantes de determinada região podem usá-la, mas só estes e apenas estes. “Os baldios constituem um bom exemplo de propriedade comum”. Por fim, a propriedade privada, quando o objeto pertence a uma pessoa singular ou coletiva e “ninguém excepto eles podem tomar vantagem dele” (Ibid., p. 190).

A geógrafa Carmina CAVACO (2005) afirma que alguns autores defendem uma evolução linear da propriedade da terra em Portugal, passando de uma etapa das terras vagas, no que diz respeito à produção, e da inexistência de propriedade, pela apropriação em comum primitiva e uso também comum, à de

apropriação privada nos cultivos mais direitos de compáscoo em *openfields* respeitando afolhamentos coercivos, passando previamente pela repartição periódica e às sortes de parcelas de cultivos enquadrada na utilização dos baldios, até à posse livre e alodial da terra, que assegura o uso agrícola individual sem restrições, no quadro do liberalismo económico, podendo todavia manterem-se como propriedade comum algumas áreas de bosques e pastos (CAVACO, 2005, p. 84).

A propriedade privada se assenta essencialmente na benfeitoria da terra, no sentido de aumentar e diversificar a produção, mas se sustenta igualmente com valores e estruturas sociais e políticas. “Propriedade individual, propriedade coletiva, são apenas duas formas, ou duas faces, de um mesmo fenómeno social”. Podem coexistir diferentes regimes de propriedade, em uma mesma comunidade local e empresa agrícola, “ajustando-se a estrutura fundiária às exigências de viabilização dos sistemas de produção”; concentração empresarial da terra agrícola por formas de exploração indireta, normalmente nas formas de parceria e arrendamento (Ibid., p.84).

Sobre os regimes sucessórios da propriedade da terra, a autora afirma que, favorecendo ou não a fragmentação, há as partilhas igualitárias das heranças; a sucessão indivisa, como nos morgadios e sucessão mista, no caso das doações. A geógrafa diz também que as partilhas sucessivas, nos casos de muitos herdeiros, como as famílias camponesas tradicionais, leva ao subdimensionamento das explorações, multiplicação de minifúndios

(Ibid., p.84).

Os baldios portugueses, no que se refere à questão jurídica, já foram objeto de 49 diplomas legais, incluindo leis, decretos, decretos-lei, portarias e normas, sendo que a mais antiga foi a Lei das Sesmarias, discutida em 1375 pelas Côrtes de Santarém, sob o reinado de D. Fernando e mais tarde inserida nas Ordenações Afonsinas.

O Decreto-Lei n.º 27 207, de 16 de novembro de 1936, assume um especial valor histórico, já que é nele que aparece definida a essência da filosofia oficial do regime em relação aos baldios, de 1936 a 1974. A criação da Junta de Colonização Interna, pelas atribuições que lhe são conferidas, representa uma nova tentativa de realização do reconhecimento dos baldios, bem como uma nova tentativa de proceder à elaboração de um plano de aproveitamento dos baldios do continente.

Na sequência do Decreto n.º 27. 207, de 16 de Novembro de 1936, e da Lei n.º 1971, de 15 de Junho de 1938 (Lei do Povoamento Florestal), foram publicados dezenas de decretos submetendo ao regime florestal uma imensa percentagem dos terrenos baldios (seguramente mais de dois terços desses terrenos). Na realidade, as Leis da Colonização Interna, do Povoamento Florestal e de Hidráulica Agrícola constituem, segundo Eugénio Castro CALDAS (1998, p. 152), uma "tímida reorganização agrária", que se manteve a custo durante os dois primeiros Planos de Fomento.

Na Lei 31 de Dezembro de 1941, era publicado o novo Código Administrativo que definia os baldios como terrenos não individualmente apropriados, dos quais só era permitido tirar proveito, guardados os regulamentos administrativos, aos indivíduos residentes numa certa circunscrição ou parte dela.

A revolução desencadeada em 25 de abril de 1974 e a instauração de um poder político democrático, que fundamenta sua legitimidade na vontade popular, abriu para a população rural novas perspectivas no que diz respeito ao reconhecimento do seu direito sobre

os baldios. Um pouco à semelhança do que aconteceu quando a República foi implantada, também agora as populações, aproveitando a oportunidade aberta pela revolução, reivindicaram as terras baldias que consideravam suas. Este movimento ocorreu essencialmente no Norte do país, onde foi exigida a devolução dos baldios aos Povos, sem que fosse esclarecida a forma como passariam a ser explorados nas Serras onde haviam já afetado grande parte dos montanheses. E, segundo Caldas (1998), como não parecia fácil restabelecer o pastoreio a que a floresta “havia posto termo, chegaram a surgir propósitos, das Autarquias, de arrendamento dos baldios às celulosas para Eucaliptos”. No entanto existia, e continua a existir efetiva “sensibilidade em relação aos baldios, que passaram a ser pasto de pavorosos incêndios³⁶” (CALDAS, 1998, p.214).

A lei mais recente foi a de n. 89/97, que define os baldios como:

Art. 1.º - Terrenos possuídos e geridos por comunidades locais, sendo que comunidade local é o universo dos compartes. Compartes são os moradores de uma ou mais freguesia ou parte delas, que, segundo os usos e costumes, têm direito ao uso e fruição do baldio. Os baldios constituem, em regra, logradouro comum, designadamente para efeitos de apascentação de gado, recolha de lenhas ou de matos, de culturas e outras fruições, nomeadamente de natureza agrícola, silvícola, silvo-pastoril ou apícola.

Na compreensão de PINTO (2005. p. 12), a natureza jurídica dos baldios em Portugal tem sido um tema muito interessante do ponto de vista do direito, não deixando de ser um fator gerador de rendimento e, “impreterivelmente”, da cobiça e interesse individual, assim como era indiferente aos destinatários de receitas provenientes dos impostos municipais.

Quanto à titularidade dos baldios, também é objeto de debate no seio das ciências jurídicas em razão das várias alterações ocorridas nas leis portuguesas sobre os bens comunitários. Para o autor, é inquestionável que, atualmente, os bens comunitários, entre os quais se encontram os baldios, deixaram de fazer parte do setor público, integrando-se ao setor cooperativo e social, cujo reflexo na forma de gestão ocorre a partir de 1999.

³⁶ Com relação à questão dos incêndios nas florestas de Portugal, principalmente dos baldios, ver o artigo de LOURENÇO, L. e MALTA, P. (1993) “Incêndios florestais em Portugal continental na década de 80 e anos seguintes”. *Finisterra*, p. 261-277 e a tese de FERNANDES, P. A. M. (2002) **Desenvolvimento de relações preditivas para uso no planeamento do fogo controlado em povoamentos de Pinus Pinaster Ait.**

Segundo o autor, em razão da evolução da lei sobre os baldios, pode-se concluir que sua propriedade pertence à comunidade, aos compartes que integram a respectiva assembleia, mas como uma propriedade coletiva ou comunhão de mão comum. Sua afirmação tem como base um acórdão do Tribunal Constitucional, que entende que a passagem dos bens comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais, do setor público para o social, quer significar um reforço de garantia constitucional desses bens. Ou seja, estes meios de produção comunitários, nos quais se incluem os baldios, são imputáveis quanto à titularidade dominial a uma coletividade – comunidade de habitantes –, que não se confunde com as coletividades territoriais autárquicas. Essa titularidade dominial é dos povos, vizinhos ou compartes e, “não das freguesias ou grupos de freguesias”. Portanto, a titularidade dos baldios em Portugal, de acordo com as leis, é titular de seus direitos coletivos, seja no gozo, seja no uso, seja de domínio das comunidades locais – como comunidade de habitantes –, valendo quanto a elas os princípios de autoadministração e autogestão (PINTO, 2005, p. 19-20).

Para CAMPOS (2000), o baldio é a melhor forma para caracterizar e identificar o uso de terra comum em Portugal, em razão de suas características próprias e pelo papel que desempenha na agricultura de subsistência nas comunidades rurais deste país, pois, das utilizações tradicionais que continuam sendo aplicadas pelos compartes, os baldios são potenciais pólos de desenvolvimento das aldeias, já que seus recursos naturais podem ser explorados de várias formas. Entre elas, a lenha, que é utilizada como “combustível nos fogões, fornos de pão, lareiras, etc”. Parte da lenha extraída nos baldios é vendida nas cidades para ser utilizada na indústria de alimentos (padarias e confeitarias). Destacam-se também: matos, que, além de contribuir para a alimentação de rebanhos de bovinos, ovinos etc., “transformar-se-ão assim em estrumes”, os quais serão utilizados baldios agrícolas; pastos, que alimentam os rebanhos (de bovinos, ovinos) dos compartes; madeiras, a sua utilização de forma tradicional é aplicada na construção de carroças de animal, “arados, cabos para

ferramentas, ou das casas se serve para coberturas, divisórias, portas, janelas, fornos para habitação ou, finalmente, para a construção de estábulos e currais para o gado”. Quanto ao uso da madeira na forma de mercadorias dos baldios na indústria madeireira e para exportação, será objeto de análise discutido posteriormente. Saibros e pedras são utilizados na construção de casas, calçamentos, estábulos e divisórias de propriedades. “Em relação ao carvão, havia também os que produziam artesanalmente, proporcionando-lhes certa fonte de rendimento”; água, “utilizada na irrigação de propriedade agrícola”; sendo que as terras de produção agrícola são utilizadas transitoriamente na produção de cereais e batatas. O uso transitório das terras dos baldios para a produção agrícola é praticado pelos camponeses mais pobres (CAMPOS, 2000, p. 48-49).

Como foi dito anteriormente, os baldios são uma realidade jurídica, econômica e social na sociedade agrária portuguesa. Atualmente ocupam uma área de 400 mil hectares no continente (GERMANO, 2005, p. 2), sendo que o levantamento realizado pela Junta de Colonização Interna, em 1939, reconheceu 531.441 hectares de terras em baldios (JCI, 1939, p. 50). Com o processo de transformação jurídica ocorrida durante séculos sobre os baldios, mas sobretudo nas leis de 1937 (Colonização Interna) e de 1938 (Povoamento Florestal), é possível fazer uma separação entre os baldios agrícolas, pelo que foi analisado até aqui, que é ou era a sua vocação natural, e os baldios florestais, que serão destacados como uma forma de denunciar as políticas liberais dos governos portugueses em privatizar os recursos naturais e as políticas neoliberais na privatização desses recursos impostas pelos órgãos executivos e deliberativos da Comunidade Europeia aos seus membros.

Partindo dessa afirmativa, será feita uma análise sumária sobre a política florestal em Portugal, com base principalmente nos trabalhos de Nicole Devy-Vareta (1999); Cristina Santos e José Almeida (2003); Inocência Seita Coelho (2003); Maria Carlos Radich e Fernando Oliveira Baptista (2005) e António José Bento Gonçalves (2006).

Os trabalhos produzidos nos últimos anos sobre a floresta portuguesa, em especial sobre os baldios florestais, desde a perspectiva da História Econômica até a Geografia, podem ser divididos em dois conjuntos de análise: de um lado, parece claro para vários autores que a evolução dos baldios, principalmente os de florestas, poderia ser qualificada como problemática ao longo dos últimos anos. Se no início do século XVII era encontrada uma fração da classe camponesa que aproveitava os baldios de forma integrada com o meio, onde se praticava a policultura e uma pecuária dinâmica e manufatureira (RADICH; BAPTISTA, 2005, p. 144), desde o início do século XIX as dificuldades de adaptação a um marco econômico de mudanças foram gerando disfunções que levaram parte significativa dos baldios a uma longa crise econômica e demográfica, cujo ponto culminante se alcançaria ao longo da segunda metade do século XX (SANTOS; ALMEIDA, 2003, p. 53). Paralelamente, e este é o segundo conjunto, os trabalhos que têm centrado sua atenção na análise do processo de privatização das terras e florestas dos baldios que se foi produzindo em Portugal desde o século XVIII.

Para Devy-Vareta (1999), na segunda metade do século XIX as gerações de economistas, agrônomos e silvicultores responsáveis pela elaboração da política agrícola e florestal portuguesa estavam influenciados pelas teses defendidas pelos fisiocratas do final do século XVIII. Neste período, antes da “decadência” dos campos e escassez de produtos agrícolas e florestais, o núcleo de ideias fisiocratas se pautava em três questões principais: a divisão necessária dos logradouros comuns colocados à disposição para o cultivo e arborização; o fomento da plantação de árvores com base em uma legislação completamente reformulada; e a regeneração das formações arbóreas espontâneas no Alentejo. Essas considerações fisiocráticas agrupadas em dois conjuntos representam as duas faces de uma mesma ideologia.

A primeira destacava as grandes potencialidades naturais de produção agrícola e

florestal do país que podiam surgir em baldios mediterrâneos e, fundamentalmente, nos baldios serranos. Daí a apologia do individualismo agrário, que beneficiaria a valorização de terras abandonadas ou “improdutivas” e controlaria as técnicas dos camponeses que levavam à degradação do solo e da vegetação, tais como as queimadas de restolho³⁷. Portanto, acelerase o processo de individualização depois da lei geral da desamortização de 1869, que desamortiza os baldios. A venda dos bens nacionais, isto é, grande parte do patrimônio florestal da Igreja beneficiaria, sobretudo, a pequena e média burguesia, contribuindo para reforçar a classe dos grandes proprietários (latifúndio). A privatização dos baldios e partes dos montes se deu com base no edital de 1766. Mas, no início do século XIX, os baldios e outras terras de posse coletiva ainda ocupavam grandes áreas do norte e sul do país. A segunda face, o desenvolvimento da “tese de decadência” de um país que se voltou fundamentalmente ao mercantilismo depois da Idade Média, interpretado como um “século de ouro” da agricultura e do bosque. A partir do Renascimento, a evolução socioeconômica de Portugal passou a justificar numerosas afirmações com respeito ao estado de “abandono” das terras cultivadas, a “pureza” dos camponeses, o absentismo dos grandes proprietários, a corrupção das instituições e as “negligências” no fomento da arborização (DEVY-VARETA, 1999, p. 67).

No século XVII, coube cada vez mais ao Estado impulsionar e organizar os trabalhos de recontagem dos bosques. Mas o que ressalta no processo de deflorestação e regeneração florestal ao longo do século XIX é a escassa participação direta das instituições estatais. A extensão e transformação do domínio florestal estavam fundamentalmente orientadas pela iniciativa privada, realizando-se praticamente à margem da Administração Geral das Matas³⁸ (1824-1886), cuja atividade se reduziu ao pequeno patrimônio do Estado. Foi somente nos últimos anos do século XIX que os Serviços Florestais se lançaram definitivamente à arborização de dunas e de alguns baldios serranos (DEVY-VARETA, 1985, p.56 e 1986, p.

³⁷ A parte inferior das gramíneas que fica enraizada após a ceifa (FERREIRA, A. B. de H., 1995, p.568).

³⁸ Que hoje é a Direção-Geral dos Recursos Florestais, vinculada ao Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas de Portugal.

26; COELHO, 2003, p.191 e RADICH; BAPTISTA, 2005, p. 146).

Até 1868, o silêncio a respeito dos bosques portugueses demonstrava a falta de percepção do problema florestal e da dimensão da área bosque. Dois autores se interrogavam anteriormente sobre a área florestal em Portugal: Andrade e Silva³⁹ e Vamhagen, em 1836. Tudo indica que, no século XIX, o território e o bosque “não eram um dado senão um enigma. E essa mesma ignorância que existia, inclusive a respeito da dimensão física do bosque, se traduz em uma ignorância de sua dimensão social e política” (COELHO, 2003, p. 192). Somente no ano de 1868 é que foi publicado um relatório acerca da arborização em Portugal pelo Instituto Geographico, seguramente a fonte mais utilizada no campo de investigação dos meios rurais desde o final do século XVIII. O estado de deflorestação, segundo os dados oferecidos, alcançava cerca da metade do país. Se a descrição ficou a desejar, confirma o “repovoamento necessário e útil”, e já se encontram nele as ideias básicas da política florestal nos “incultos” com solos degradados, mais aptos para a arborização para um aumento significativo da área cultivada. Mas o consenso sobre as aptidões naturais do país para a agricultura, defendida nesse período por grande parte dos agrônomos, dominará as práticas socioeconômicas do poder central até o Reconhecimento dos baldios, realizado em meados do século XX.

O Relatório de 1868 abre um período de nítidos progressos no conhecimento do país, em suas dimensões geográficas e em ciências naturais. A silvicultura alemã era o paradigma da época. Neste domínio, destacavam-se os trabalhos de Bernardino de Barros Gomes, que marcou gerações de engenheiros silvicultores, botânicos e geógrafos portugueses e estrangeiros, até a primeira metade do século XX (DEVY-VARETA, 1999, p. 69; GONÇALVES, 2006, p. 5).

Portugal viveu uma crise geral que foi do início do século XX até o ano 1920. A

³⁹ O autor se refere a José Bonifácio de Andrade e Silva, que realizou um curso na Alemanha sobre Florestas, em seguida foi nomeado Chefe da Administração Geral de Matas.

promulgação de leis que instituem as modalidades e regulamento do regime florestal (1901 e 1903) chegou à definição de novos rumos em política florestal. Mas os serviços do Estado priorizaram somente a conclusão da florestação das dunas e dos “incultos” nas serras. O problema dos baldios foi novamente o centro dos debates entre os economistas, agrônomos e silvicultores. Este tema era central nos debates desde o fim do século XIX até 1925. Os baldios eram considerados, por uma parte dos estudiosos, como estigma de atraso, mas também como promessas de abundância. Essas considerações foram muito atenuadas em sua gravidade depois da legislação cerealista de 1899, em razão do fim dos últimos vestígios dos “incultos”; a evidência que de os baldios não correspondiam ao que ingenuamente se dizia a respeito das inegáveis condições de fertilidade mal aproveitada.

Mas a questão dos “incultos” cruzando com a questão florestal, é discutida pelo menos até os trinta anos do século XX, para encontrar uma fórmula para o desenvolvimento da arborização. Durante muitos anos, o problema se centrou no papel do Estado como promotor do desenvolvimento (como se dizia, do fomento) quase se tornando esquecidas não somente as condições econômicas e ecológicas, mas também a estrutura agrária. Em cruzamento com a questão dos “incultos”, a arborização dos baldios caía nas discussões sobre os mais adequados destinos do solo continental, em particular, na polêmica agricultura *versus* floresta; e agricultura *versus* industrialismo. De fato, no centro da questão dos “incultos” estava sempre, mais ou menos claramente, a questão dos baldios, apresentando perspectiva de falta de aproveitamento e de direito de propriedade. No Código Civil de 1897, dá-se o enquadramento legal da utilização comunitária das terras dos baldios, considerando-as na categoria de “coisas comuns” e distinguindo-as das “coisas públicas”. Porém, pela aplicação do Código Administrativo de 1936, os baldios municipais e paroquiais passam a ser “coisas” ou “bens” do patrimônio das autarquias locais, classificando-os segundo sua utilidade social e aptidão cultural, indispensável para o aproveitamento comum (COELHO, 2003, p.196;

GONÇALVES, 2005, p. 14).

A Lei de Reconstrução Econômica de 1935 foi a consagração da corrente industrialista no governo da época, que só ia ter uma ampla expressão vinte anos depois, com os planos de fomento a partir de 1953. A irrigação era um dos elementos de transformação, pois em “Portugal, como em Espanha e em Itália, o problema agrário é um problema de hidráulica agrícola” (ARALA PINTO, 1939, p. 142).

Contra essa circunstância pouco favorável à arborização, Antonio Mendes de ALMEIDA (1929) denunciava que as instâncias oficiais não dispensavam suficiente atenção ao tema florestal, que podia ser considerado como um problema de segurança nacional. “O quase desmantelamento do país e a urgente necessidade de pôr remédio a um mal tão grande”. A riqueza florestal estava em sua maior parte nas mãos de particulares, os bosques nacionais eram somente 2% da área silvícola, enquanto que, em outros países, como Finlândia, eram de 47%. O autor afirmava que a ideia corrente de que o país era essencialmente agrícola não estava provada com fatos. “Portugal devia ser, se não mais, pelo menos silvícola como agrícola” (ALMEIDA, 1929, p. 5 e 22).

3.2.1 – Os baldios portugueses atualmente

Radich e Baptista (2005) afirmam que, com a queda do Estado Novo, ocorreu uma repercussão quase que imediata na floresta tutelada pelo Estado, pois, no ano seguinte, foi anunciada a devolução dos baldios aos que os usufruíam tradicionalmente, ou seja, às comunidades rurais que tinham o controle das terras dos baldios. Pela legislação de 1976, era aberta a “possibilidade destas comunidades optarem para manter os Serviços Florestais do Estado gerindo os patrimônios florestais”. Essa forma de gestão foi escolhida por 78% dos baldios em 1993 (GERMANO, 1999, p. 10 e RADICH; BAPTISTA, 2005, p. 150). Mas os resultados dessa forma de gestão foram deficientes, pois a “falta de meios é correntemente

evocada para justificar esta situação, que, seguramente, também decorre do lugar atribuído aos baldios na hierarquização das propriedades”, assim como não está desassociada da participação do Estado na Silvicultura Portuguesa (RADICH; BAPTISTA, *idem*).

A partir da primeira metade dos anos 1980, a União Europeia, via Banco Mundial, começa a interferir na política de floresta em Portugal, por meio do Projeto Florestal Português/Banco Mundial, que tinha como meta a florestação de 150 mil hectares, entre 1981 e 1989; dos quais 90 mil hectares seriam realizados pelos Serviços Florestais do Estado e 60 mil hectares pela Portucel – Empresa de Celulose e Pasta de papel de Portugal – até então pública. Da meta inicial, foram arborizados de fato 120 mil hectares, dos quais a metade foi realizada pelos Serviços de Florestais, sendo 70% nos baldios e 30% em propriedades privadas. A outra metade foi realizada pela Portucel, sendo 60% em suas próprias propriedades, 21% em propriedades privadas e 15% em baldios.

Esse Projeto Florestal Português/Banco Mundial, coloca o ponto final da participação do Estado na florestação. “A devolução dos baldios aos povos marcou o fim de uma ampla área controlada pelo Estado, que ficara reduzido aos 86 mil hectares das matas nacionais. O termo do projeto afastou o Estado da florestação, que doravante fica entregue aos proprietários”. Entre 1986 e 1995, a União Europeia, por meio do Banco Mundial, financiou a plantação de mais 200 mil hectares de floresta em Portugal, exclusivamente em propriedade privada (RADICH; BAPTISTA, 2005, p.150).

Como se pode observar, os baldios em Portugal foram objeto de muitos debates polêmicos no meio acadêmico e fora dele, em razão de sua importância no que se refere ao uso de terra comum em Portugal, assim como a sua contribuição na vida econômica e social da população rural portuguesa. Mas infelizmente os teóricos neoliberais da União Europeia e os tecnocratas do Banco Mundial⁴⁰ buscam de todas as formas destruir o uso de terra comum

⁴⁰ Para que se possa verificar com maior detalhamento a adesão do Governo Português às políticas neoliberais do Banco Mundial sobre os recursos naturais, ver o relatório “Estratégia Nacional para as Florestas”, de março de

nos baldios portugueses, cuja prática vem de séculos.

Radich e Baptista afirmam também que a prática do uso de terra comum nos baldios de Portugal é uma das raízes históricas das práticas de uso de terra comum no Brasil, nas suas mais variadas formas, que é o caso da organização social dos Faxinais do Paraná, naqueles onde predomina as relações entre as etnias indígenas, negra e portuguesa, que alguns autores da Antropologia, Sociologia e Geografia definem como cabocla, mas que compreendo como relações entre etnias, com base no conceito de “índios misturados” de João Pacheco de Oliveira (1999, p.127), para não contribuir com a invisibilização de certas parcelas de população. De antemão, ressalta-se ainda que as raízes históricas da formação dos Faxinais do Paraná não é homogênea como defendem vários estudiosos (CARVALHO, 1984; CHANG, 1988; SOUZA, 2001E NERONE, 2000), como será demonstrado no capítulo referente ao tema.

4. AS FORMAS DE PROPRIEDADE E POSSE DA TERRA NO BRASIL

A história territorial do Brasil tem início em Portugal, onde se encontra parte significativa das origens do regime sobre a terra. Ou seja, as terras brasileiras, a partir da “descoberta”, passaram a integrar o domínio da Coroa Portuguesa, que “transportou, inteira, como num grande voo de águias, a propriedade de todo o nosso imensurável território para além-mar – para o alto senhorio do rei e para a jurisdição da Ordem de Cristo⁴¹” (LIMA, 2002, p. 13). A ocupação das terras brasileiras pelos capitães “descobridores”, em nome da Coroa, trouxe o modelo português da propriedade para o Brasil.

No início do século XIV, a necessidade da expansão mercantil portuguesa lançou o pequeno reino, definitivamente, no Atlântico, resultando na transposição do Cabo das Tormentas por Bartolomeu Dias com o objetivo de preparar a chegada de Vasco da Gama, entre 1486 a 1498, a Moçambique, Mombaça, Melinde e Calicute. Estabeleceu-se assim uma nova rota para as Índias, isto é, com o contorno das costas do sul da África, os portugueses chegaram ao Oriente.

Essa corrida mercantil pelo Atlântico provocou disputa pelas terras recém-descobertas, envolvendo Portugal e Castela, dirimida pelo Tratado de Tordesilhas, que reafirmava os direitos portugueses sobre as terras concedidas anteriormente por bulas papais⁴² (PORTO, 1965 e JUNQUEIRA, 1978). Para os autores citados, em razão da existência do Tratado de Tordesilhas, as terras do Brasil já eram propriedade de Portugal antes mesmo do

⁴¹ A Ordem de Cristo foi herdeira da Ordem dos Templários, uma organização formada por monges e guerreiros, ao mesmo tempo. De caráter religioso e militar, criada na Idade Média, essa ordem tinha o objetivo de defender os cristãos dos ataques muçulmanos. Como monges, os templários faziam voto de pobreza, obediência e castidade; como guerreiros, defendiam a fé cristã. Essa ordem surgiu no ano de 1113 e foi extinta em 1312, mas como ela vivia de vultosas doações de terras e dinheiro, concedidos pelos reis, acabou prosperando muito. Por essa razão, em Portugal, o rei D. Dinis não permitiu sua extinção. Ela assumiu outro nome, como a Ordem de Cristo, e ajudou na consolidação da formação do território português, com a expulsão dos mouros e também nas navegações (SILVA, 2001, p. 65).

⁴² Para mais informações sobre as bulas papais, ver os textos de Junqueira e Porto in: **Terras Públicas no Brasil**. Brasília: UnB, 1978.

seu “descobrimento”.

A forma utilizada pela Coroa Portuguesa para povoar as terras brasileiras foi a concessão das Capitânicas Hereditárias, ou seja, a divisão de terras em quinhões cedidos aos vassallos, representados por fidalgos da pequena nobreza portuguesa e até a cristãos-novos. A esses donatários competia empreender a tarefa de povoar a nova terra e defendê-la contra a ameaça dos estrangeiros, principalmente dos franceses que contrabandeavam o pau-brasil. Por meio das Cartas Régias, a terra era concedida em benefício, em usufruto, ao donatário, não se caracterizando a propriedade deste sobre a terra. “Portanto, a terra que era propriedade plena, imediata e pessoal do rei, era concedida a um locatente do Rei, investido de poderes políticos, embora não proprietário da terra, podendo auferir apenas, uns tantos proveitos” das terras que lhe foram concedidas (SILVA, L.O, 1996, p. 124). Após 25 anos da fracassada tentativa das Capitânicas Hereditárias, a Coroa Portuguesa, ao instituir a Governadoria Geral, introduziu o sistema de doações de terras das sesmarias, que teria certa importância na conformação da estrutura agrária brasileira, como será visto posteriormente.

No que diz respeito à exploração do pau-brasil, Prado Jr. (1976) narra que, ao buscar uma solução para um problema geográfico de suma importância, que era o descobrimento de um caminho para alcançar a Índia, os portugueses optaram em seguir a rota do Oriente, contornando a África. Enquanto os espanhóis seguiram pelo Ocidente, alcançando naturalmente a América; os portugueses alcançaram o litoral brasileiro por terem se afastado da rota para a África. No início, tanto os portugueses como os espanhóis – via carta de Américo Vesúcio – não vislumbravam a possibilidade de exploração econômica na nova terra descoberta, que era a finalidade daqueles “navegantes-mercadores que se tinham lançado em arriscadas empresas marítimas unicamente na esperança de trazerem para o comércio europeu as preciosas mercadorias do Oriente”. No entanto, o espírito empreendedor desses navegantes-mercadores acabou por obter algo para satisfazer seus objetivos: o pau-brasil, que

existia na costa brasileira com relativa densidade. O pau-brasil é uma árvore semelhante a outra existente no Oriente, da qual se extrai um corante empregado na tinturaria, e cujo preço era significativo no mercado europeu. Embora os espanhóis também tenham explorado essa madeira inicialmente, deixaram de fazê-lo em respeito ao Tratado de Tordesilhas. Ela foi explorada de forma rudimentar pelos portugueses e franceses, não deixando, pois, “traços apreciáveis, a não ser na destruição impiedosa e em larga escala das florestas nativas donde se extraía a preciosa madeira” (PRADO JR., 1976, p. 24-25).

Lígia Osório da Silva afirmou que a colonização europeia, da qual a portuguesa era parte tinha como objetivo o “desdobramento da expansão comercial”. Para tanto, era necessário descobrir novos espaços geográficos para incrementar nosso mercado para o capital mercantil europeu. Portanto:

Pode-se dizer que a organização do sistema colonial estabeleceu-se como um complemento ao processo de acumulação primitiva que ocorria na Europa, e que consistiu basicamente na separação entre o produtor direto e os meios de produção. Ao mesmo tempo em que, na Europa, a dissolução das relações de produção de cunho feudal acelerava o processo de expropriação dos camponeses, transformando-os em trabalhadores livres ‘disponíveis’ para o capital, a abertura de novas regiões do globo para o comércio, a conquista e a expropriação coloniais incrementavam o desenvolvimento do capital mercantil, propiciando a formação e o desenvolvimento de nova camada social, a burguesia mercantil (SILVA, 1996, p. 22).

Perry Anderson afirmou que a participação direta dos portugueses no âmbito da produção colonial cresceu paralelamente à crescente ruína da economia e sociedade portuguesa após a união dinástica entre a Espanha e Portugal (1580-1640). A participação de Portugal na política de guerra dos Habsburgues teve efeitos catastróficos ao final do predomínio espanhol: a marinha portuguesa foi destruída; seu império colonial estava em dissolução. Uma grande parte dos domínios portugueses havia sido ocupada por ingleses e holandeses, restando assim o Brasil e umas poucas possessões na Ásia e na África, de onde seriam trazidas as pessoas escravizadas para a colônia sul-americana. Após a perda do império de especiarias, no início do século XVII, os interesses portugueses voltaram-se crescentemente para a economia açucareira nordestina. A perda do comércio de especiarias,

provocando a decadência econômica da metrópole, contribuiu para as enormes levadas migratórias de Portugal para a colônia brasileira, aumentando rapidamente sua população e expandindo a área colonial (ANDERSON, 1971, p. 54).

Lígia Osório da Silva destaca que a Coroa Portuguesa, em certa medida, tinha desinteresse pela colônia, deixando a cargo de particulares sua ocupação e a defesa de seu território. Mas o desinteresse ia até certo ponto porque, em nenhum momento, a Coroa cedeu aos particulares a sua prerrogativa sobre o domínio das terras. É o que se compreende dos termos usados na carta de doação da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho, os quais foram repetidos em outras cartas:

Dom João (...) A quantas esta minha carta virem (...) me apraz de lhe fazer como de perto por esta presente carta faço mercê irrevogável entre vivos valedoura deste dia para todo o sempre de juro e derdade para ele e todos os seus netos e herdeiros sucessores que após eles vieram (...) de sessenta léguas de terras na dita costa do Brasil, as quais se começarão no rio São Francisco que é do cabo de Santo Agostinho para o sul (...) quero e me apraz que dito Duarte Coelho e todos os seus herdeiros e sucessores que a dita terra herdarem o sucederem se possam chamar e chamem Capitães e governadores dela (...) outrossim, lhe faço doação e mercê de juro e derdade para sempre de dez léguas de terra ao longo da costa dita capitania (...) item a dito capitão e governador nem os que após ele vieram não poderão tomar terra alguma de sesmaria na dita capitania para si nem para sua mulher nem para o filho herdeiro dele antes darão e poderão dar e repartir todas as ditas terras de sesmarias a qualquer pessoa de qualquer qualidade e condição que sejam e lhes bem parecer, livremente, sem foro nem direito algum, somente o dízimo de Deus que serão obrigados de pagar à Ordem de todo o que nas ditas terras houveram segundo à declarado no foral e pela mesma maneira as poderão dar e repartir por seus filhos fora do morgado e assim por seus parentes. E porém aos ditos seus filhos e parentes não poderão dar mais terras da que derem ou tiverem dada a qualquer pessoa estranha e todas as ditas terras que assim der de sesmarias a um e outros será conforme a ordenação das sesmarias e com obrigações delas... Outrossim, quero e me apraz que em tempo algum se não possa a dita Capitania e Governança e todas as causas que por esta doação dou ao dito Duarte Coelho partir nem escambar, espedaçar, em outro modo enleiar nem em casamento a filho ou filha nem a outra pessoa de cativo nem por outra causa ainda que seja mais poderosa por que minha tenção e vontade é que a dita capitania e governança e cousas ao dito capitão e governador nesta doação hão de ser sempre juntas e se não partam nem alienem em tempo algum e aquele que a partir ou alienar ou espedaçar ou der em casamento ou por outra coisa que onde haja de ser partida ainda que seja mais piedosa per este mesmo feito perca a dita capitania e governança e passe diretamente aquele a que houvera de ir pela ordem do suceder sobre dita se o tal que isto assim não cumprir fosse morto (DIAS *apud* SILVA, L. O., 1996, p. 28-29).

No entendimento da autora, as terras brasileiras, no período das capitanias, não passaram a fazer parte do patrimônio privado dos donatários, pois o sistema de sesmarias

adotado no Brasil era o mesmo que foi aplicado em Portugal, onde ocorria a concessão da posse e não da propriedade (MARQUES, 1965, p. 845 e SILVA, L.O., 1996, p. 29). De acordo com Silva, os donatários recebiam do rei dez léguas de terras não-contínuas como posse particular, as quais poderiam ser divididas em até cinco parcelas. O restante das terras da Capitania poderia ser distribuído na forma de mesma, segundo a Lei de Sesmaria de 1375, pelos donatários.

Caio Prado Júnior afirma que o rei de Portugal já estava convencido de que nem o seu direito e nem a forma como estavam sendo garantidas as terras brasileiras, por simples guardas (costa volantes), eram suficientes “para afugentar os franceses que cada vez mais tomam pé em suas possessões americanas”. O interesse crescente demonstrado pelos franceses, holandeses e ingleses, enviando expedições, edificando bases militares na nova colônia e ameaçando dela se apossarem, chamaria a atenção da Coroa Portuguesa para o Brasil. Face ao perigo de terem sua nova colônia usurpada, uma vez que apenas uma efetiva ocupação territorial poderia fazer respeitar o predomínio português, a Coroa viu-se obrigada a iniciar uma determinada forma de utilização econômica, que ao mesmo tempo produzisse lucros e cobrisse os custos da defesa contra incursões de outros europeus. Portanto, era necessário um processo mais amplo e seguro por meio “da ocupação efetiva pelo povoamento e colonização”. No entanto, o empreendimento da Coroa foi inicialmente de difícil viabilização, porque “ninguém se interessava pelo Brasil. A não ser os traficantes de madeira – e estes mesmos já começavam a abandonar uma empresa cujos proveitos iam a declínio – ninguém se interessara seriamente, até então, pelas novas terras; menos ainda para habitá-las” (PRADO JR., 1976, p. 31).

Para Fernando A. Novais, Portugal passou a incentivar o povoamento pela concessão de terras e instituição de domínios plenos da propriedade aos nobres empobrecidos na Metrópole, com a finalidade de erigir uma agricultura especializada, para a produção de

bens de alto valor no mercado europeu. Além da “importação” de escravos africanos, necessários para viabilizar a produção, pressupunha-se a vinda de grandes levas de colonizadores portugueses para comandar e organizar a produção (NOVAIS, 1971, p. 54). Assim, o desenvolvimento da sociedade colonial brasileira teve base numa instituição que, emergindo nos primórdios da colonização, ficou marcado decisivamente nas estruturas socioeconômicas e culturais do País. Ou seja, a organização da produção agrícola para o mercado externo, assentada na grande posse fundiária, utilizou-se dos indígenas nativos e dos negros africanos “importados” como força de trabalho, inicialmente como escravos ou trabalhadores semilivres, para, após 1888, serem empregados como assalariados formalmente livres. Na nova colônia portuguesa, institui-se uma estrutura socioeconômica voltada para o mercado externo e só possível de ser viabilizada pela utilização sistemática da coação e da violência contra os povos indígenas e africanos, pois só assim se poderia forçá-los ao processo produtivo, viabilizando o negócio colonial (PRADO JR., 1976, p. 31).

A crise do feudalismo, associada ao surgimento do Estado moderno, revelou uma situação dialética, em que de um lado a constituição do aparelho estatal por parte das monarquias europeias foi fundamental para que, mais tarde, o projeto da burguesia de consolidação do capitalismo se realizasse; e, por outro, foi necessário o enfrentamento em relação ao poder monárquico e ao clero, a fim de se estabelecer o controle do aparelho do Estado.

Os colonizadores que chegaram ao Brasil pareciam estar numa situação intermediária entre a subordinação à Coroa e o projeto de ascensão da burguesia. Ao mesmo tempo em que eles eram uma personalidade muito próxima do poder monárquico, ou mesmo dele fazendo parte, ao se instalarem na colônia perceberam a possibilidade de edificar seu poder. E, para tanto, surgiriam necessariamente situações de conflito em relação ao poder real.

No entanto, era de interesse da Coroa portuguesa o bom funcionamento das

relações estritamente exploradoras com a colônia, mas a viabilidade dessa exploração requereria a fixação nas terras colonizadas de outros fatores, que não só os de caráter econômico-mercantilista. É a partir desse entendimento que Alfredo Bosi destaca a transformação do projeto cultural trazido pelos colonizadores:

Como se fossem verdadeiros universais das sociedades humanas, a produção dos meios de vida e as relações de poder, e a esfera econômica e a esfera política, reproduzem-se e potenciam-se toda vez que se põe em marcha um ciclo de colonização.

Mas o novo processo não se esgota na reiteração dos esquemas originais: há um plus estrutural de domínio do conquistador emprestando-lhe às vezes um tônus épico de risco e aventura. A colonização dá um ar de recomeço e de arranque a culturas seculares. [grifo do autor]. (BOSI, 1992, p. 12).

Vera Lúcia Amaral Ferlini, por sua vez, afirmou que a relação do colonizador com a terra colonizada refletia dois momentos, que ora convergiram, ora divergiram: o domínio ampliado da metrópole, pela via da economia mercantil, e a constituição dos poderes locais. Com relação a este último, o caso brasileiro mostrou o surgimento de um personagem característico: o senhor de engenho.

A economia mercantil baseada na produção do açúcar de cana, controlada localmente pelo senhor de engenho, colocava a terra sob um duplo caráter. E sendo a terra essencialmente posse da Coroa, teoricamente não haveria a possibilidade de sua negociação. Porém, para viabilizar a produção de cana, passou a ser prática corriqueira, por parte dos senhores de engenho, a venda de parcelas de suas posses. Os lavradores que compravam essas parcelas de terras encarregavam-se de plantar a cana, tarefa dispendiosa devido à necessidade da compra de escravos para trabalhar na lavoura.

Quando Bosi se refere à colonização do Brasil, abre-se um amplo espectro sobre as possibilidades de abordagem do caráter contraditório e desigual da forma de colonizar, ao menos do ponto de vista europeu, e suas transformações e adaptações no Brasil. O autor estabelece um tratamento semântico cujo alcance dá conta das diversas contradições que envolveram o processo de colonização, além de suas consequências para a sociedade

brasileira contemporânea:

Colo significou em Roma, eu moro, eu ocupo a terra e, por extensão, eu trabalho, cultivo o campo. Um herdeiro antigo de colo é íncola, o habitante; outro é inquilinus, aquele que reside em terra alheia. Quanto a agricultura, já pertence a um segundo plano semântico vinculado à ideia de trabalho.

“Colonus” é o que cultivava uma propriedade rural em vez de seu dono, o seu feitor no sentido técnico e legal da palavra. (...) Não por acaso, sempre que se quer classificar os tipos de colonização, distinguem-se dois processos: o que se atém ao simples povoamento e o que conduz a exploração do solo. [grifo do autor]. (BOSI, 1992, p. 11-12).

No Brasil, apesar das limitações impostas pelo sistema sesmaria, era esse próprio sistema que procurava garantir a viabilidade da atividade mercantil, em que os empreendimentos deveriam estar vinculados a pessoas que realmente tivessem condições econômicas de conduzi-los. Os cuidados tomados pela Coroa para garantir a viabilidade desses empreendimentos influenciaram sobremaneira no estabelecimento de uma estrutura fundiária baseada no latifúndio e na concentração de renda. Nesse sentido, passou-se a coibir a prática do subarrendamento (também comum no Nordeste açucareiro):

Era preciso controlar, ainda, a utilização das matas das terras arrendadas. Em caso de venda obrigada ou de arrendamento, as lenhas e madeiras pertenciam ao engenho. Nos arrendamentos, em geral, estimulava-se deverem os lavradores entregar a lenha necessária ao cozimento de seu açúcar, o que sem dúvida representava custo adicional. Por isso, cuidava-se no caso das melhores terras a serem arrendadas a terço, em não as entregar a lavradores pobres, cuja insolvência pudesse prejudicar o fornecimento de cana e lenha. (...)

Uma prática comum era o primeiro arrendatário sublocar parte do arrendamento, para fazer frente às despesas. Esse procedimento causava problemas aos engenhos por não poderem controlar a verdadeira pulverização da propriedade e a entrega da cana. Recomendava-se colocar explicitamente nos contratos de arrendamento cláusula proibindo que se ‘admitam outro em seu lugar nas terras que arrendou sem consentimento do senhor delas (...) para que algum deles, mais confiado, de lavrador se faça logo senhor’ (FERLINI, 1988, p. 176).

Outra prática, ainda que não tão comum, foi a do aforamento, neste sistema o pagamento de um foro, ininterruptamente, garantia ao comissário o direito de posse e de alienação, mantendo-se, neste caso, o foro. O sistema de aforamento aplicado no Brasil levou a interpretações diferenciadas quanto ao seu significado em relação à propriedade:

Segundo Felisbello Freire, tal foro transformava os sesmeiros em enfiteutas do Estado, abolindo-se o direito pleno à propriedade da terra. Já para Cirne Lima, essa cobrança do foro estabeleceu, exatamente, o completo direito à propriedade da terra, pois até então as terras eram tributárias do Mestrado de Cristo e, por isso,

inapropriáveis. Mas se tratava realmente, como conclui Gorender, de um mero imposto, mais uma cobrança do fisco português, sem grandes transformações na configuração prática da apropriação da terra (Ibid., p. 178).

Manuel Correia de Andrade (1973) entendeu o sistema de aforamento como um mecanismo peculiar muito difundido, especificamente, no sertão pernambucano, não apontado como uma relação de propriedade:

Nestes sertões (o de Pernambuco) desenvolveu-se uma civilização *sui generis*. Aí os grandes sesmeiros mantinham alguns currais nos melhores pontos de suas propriedades, dirigidos quase sempre por um vaqueiro que, ou era escravo de confiança, ou um agregado que tinha como remuneração a ‘quarta’ dos bezerros e potros que nasciam. Outras áreas eram dadas em enfiteuse, os ‘sítios’, que correspondiam a uma légua em quadro e eram arrendadas a 10 mil réis por ano aos posseiros. As grandes distâncias e as dificuldades de comunicação fizeram com que aí se desenvolvesse uma civilização que procurava retirar do próprio meio o máximo, a fim de atender as suas necessidades (...) (ANDRADE, 1973, p. 182-183).

O isolamento e dispersão das grandes posses, o poder praticamente absoluto dos latifundiários, favorecido e incentivado pelo sistema de sesmaria, aliados à ampla ausência local da administração e de controle público, contribuíram para a formação de relações de dominação específicas, cuja base material era o controle (posse) sobre a terra. Portanto, os interesses mercantilistas dos portugueses haviam direcionado suas expectativas para os resultados da produção agrícola colonial. Eles assumiam as sesmarias com a esperança de ganharem grandes lucros comerciais. As ambições daqueles pioneiros recrutados a tanto custo não seriam contentadas com pequenas parcelas, pois “não era a posição de modestos camponeses que aspiravam no novo mundo, mas de grandes senhores e latifundiários” (PRADO JR., 1976, p. 194).

Entretanto, Lígia da Silva afirma não ser correto dizer que o regime de sesmaria seria o principal elemento que forjou o latifundiário brasileiro. A autora argumenta que:

Uma das características das terras coloniais, que as distinguiam das terras europeias, era o fato de serem vagas, não apropriadas, sem senhorio nem dono de espécie alguma, habitadas apenas pelos indígenas que não conheciam a propriedade. Essa característica das novas terras foi responsável pela distorção do sentido original de um dos termos centrais do sistema de sesmarias português, ou seja, o significado da expressão ‘terras devolutas’ (SILVA, 1996, p. 39).

Essa argumentação da autora, de certo modo, é eurocêntrica, não levando em consideração que povos indígenas há centenas de anos já habitavam as terras da colônia, das

quais tiravam apenas o necessário para seu sustento. Em seu modo comunitário de vida, a terra não tinha o significado de propriedade. O que prevalecia em seu modo de vida era o uso dos recursos naturais em comum. A argumentação da autora está pautada no pensamento moderno europeu, como é descrito por Carlos Walter Porto-Gonçalves.

O pensamento moderno europeu pouco a pouco vai construir uma geografia imaginária onde as diferentes qualidades dos diferentes povos e culturas, que 1492 pôs em assimétrica relação, serão dispostas num continuum linear que vai da natureza à cultura, ou melhor, da América e da África, onde estão os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde está a cultura, a civilização. E dominar a natureza, sabemos, é o fundamento da civilização moderna construída pelos europeus à sua imagem e semelhança e, por isso, os povos a serem dominados foram assimilados à natureza começando por considerá-los selvagens que significa, rigorosamente, os que são da selva, logo, aqueles que devem ser dominados pela cultura, pelo homem (europeu, burguês, branco e masculino). Vê-se, logo, que a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 2).

Portanto, pode-se compreender que o sistema de produção agrícola introduzido com a colonização, tendo como mola propulsora a grande posse a produzir para o mercado externo e assentada no trabalho escravo, foi decisivo para a configuração da sociedade brasileira. De simples unidade de produção econômica desenvolveu-se a célula básica da sociedade colonial. Ou seja, a característica típica da sociedade que começou a se formar em torno da forma de produção colonial, separando a classe daqueles que tinham grandes posses da terra (latifundiários) da massa dos escravos e dependentes semilivres, foi o seu rígido caráter hierárquico. O gigantesco fosso na escala social, dividindo a multidão dos escravos, agregados e posseiros da pequena minoria dos senhores de terras, situaria nitidamente seus respectivos posicionamentos na hierarquia e estrutura social da colônia produzida pelo regime de sesmaria implantado no País. Sua base foi o trabalho escravo que garantiu a reprodução do capitalismo mercantil através da renda-produto e renda-trabalho, em que a pessoa humana (escravo) era mercadoria para gerar essas rendas.

4.1 – AS SESMARIAS

Como afirmou Ruy Cirne Lima (2002), as histórias das instituições territoriais de

Portugal foram transportadas para o Brasil, sem levar em conta a realidade brasileira. Entre elas, o “sistema de sesmarias⁴³”, gênese da nossa forma jurídica da propriedade da terra, vem das terras comunais na época medieval, chamada de *communalia*. Segundo o autor, a história da *communalia* vinha de distante data e seu uso era difundido por toda a Península Ibérica. Juridicamente, no caso português, ela surgiu com as terras comunais dos municípios da Idade Média. Essas terras eram cultivadas pela população comumente e eram divididas segundo a quantidade de municípios existentes, e por meio de sorteios, loteadas entre a população, que as cultivavam por tempo indeterminado. A área dividida, ou cada uma das partes, era denominada de *sexmo*⁴⁴.

Lígia Osório da Silva também afirma que o ordenamento jurídico das terras brasileiras foi o regime de concessão de sesmarias, as quais não corresponderam ao resultado de um processo interno de movimento progressivo de “formas anteriores de apropriação”, pois foram o resultado da “transposição para as terras descobertas de um instituto jurídico existente em Portugal”. Tal atitude por parte da Coroa Portuguesa foi uma forma de afirmar a condição do Brasil como colônia. Para a autora, esta condição de colônia fez com que a apropriação territorial do Brasil se desenvolvesse desde sua origem, a partir de duas condições históricas fundamentais para o entendimento da formação econômica e social brasileira. De um lado, pela sua inclusão no amplo campo da expansão comercial europeia dos séculos XV e XVI, cujos resultados foram as “características do aproveitamento econômico das novas terras descobertas”; e, de outro, pela forma específica de posse portuguesa, a qual foi determinante no estatuto das terras das colônias, ou seja, a “transposição para o novo território das normas reguladoras da propriedade da terra em Portugal” (SILVA, 1996, p. 21).

⁴³ Eram terras que os Conselhos distribuíam para seus moradores com a condição de serem obrigatoriamente cultivadas dentro de certo prazo, além de pagarem as prestações consignadas pelo costume e pelo foral (OLIVEIRA MARQUES, 1965, p. 845).

⁴⁴ O vocábulo sesmaria derivou-se do termo “sesma”, correspondente a 1/6 do valor estipulado para o terreno. “Sesmo” ou “sema” também poderia ter sua origem no que na época era denotado pelo verbo “sesmar” – avaliar, estimar, calcular –, ou ainda, significar um território repartido em seis lotes, nos quais, durante seis dias da semana, exceto aos domingos, trabalhariam seis sesmeiros (AZEVEDO, A. C. do A., 1999, p. 158).

Messias Junqueira (1978) e Marina Lourdes Ritter (1980) afirmam que no século XIV, eclodiu em toda a Europa uma crise econômica cujo ponto culminante foi a peste negra, e cujo alcance não só atingiu os centros urbanos, mas também o campo. Tal crise provocou uma decadência na agricultura da Europa, principalmente em Portugal, devido à falta de mão-de-obra no campo, o que gerou a redução da produção agrícola e o despovoamento do campo. Isso teve, por sua vez, como resultado a elevação do preço dos produtos agrícolas e dos produtos da pecuária, a depreciação da moeda e o desequilíbrio dos salários.

De acordo com Junqueira (1978, p. 15), Ritter (1980, p. 10 e 11) e Silva, E.J.⁴⁵ (1996, 117), a decadência da agricultura portuguesa foi o resultado de um longo processo que culminou em fome, guerras e miséria, que constituíram facetas de uma crise cujas consequências alcançaram trágicos resultados, entre eles, a ruína dos campos. Como consequência desse processo, os camponeses e senhores proprietários de terras morreram ou abandonaram suas propriedades, deixando-as sem cultivo e proveito. Outra consequência foi a desordem moral e até o desaparecimento de certos valores sociais, provocados pela morte e separação que rompia os laços familiares e comunitários, fazendo surgir, dessa forma, o roubo, a pilhagem, a mendicância e a vadiagem.

Esse processo provocou um problema agrário, pois, muitas das vezes, havia dificuldade em reconhecer os verdadeiros proprietários das terras abandonadas e muitas pessoas não sabiam localizar as terras que receberam de herança. Tais fatos levaram a Coroa Portuguesa a instituir a Lei das Sesmarias, promulgada por D. Fernando I, em 1375. Por meio dela foi introduzido na legislação territorial portuguesa o princípio da expropriação, para reconstruir e reorganizar a propriedade da terra, repovoando a terra “hermada”, devoluta e quase em total abandono. (PORTO, 1965, RITTER, 1980, SILVA, E.J., 1996 e LIMA, 2002).

²⁸ Edma José Silva (1996), com base nas obras “Ensaio de História Medieval Portuguesa” (1978), “Introdução à História da Agricultura em Portugal” (1978, 3ª ed.) de A. H. de Oliveira Marques e “Épocas de Portugal Econômico” (1973, 4ª ed.), de João Lúcio de Azevedo, destaca os períodos das principais crises vividas por Portugal na Idade Média, que antecedem e se sucedem à Lei de Sesmarias de 1375.

Carmen Margarida Alveal destaca que, como resultado do abandono das terras com a crise do século XIV em Portugal, ocorreu um avanço das florestas e das terras “incultas” – a madeira era usada na construção civil e naval, na confecção de utensílios domésticos, agrícolas e artesanais. Houve alterações na rotação de cultivos dos campos, que resultou em maior produção de madeira. Em algumas regiões, como no Alentejo, o cultivo de cereais era permanente e exclusivo.

Também como consequência da crise na agricultura, houve um aumento dos pastos nos séculos XIV e XV, registrando um avanço sobre as terras férteis para o cultivo do trigo, vinha e outras, que foram abertas para o gado. Essa criação passa a ser um obstáculo para o fim da crise, pois retardava a possibilidade de retornar-se aos cultivos agrícolas (ALVEAL, 2002, p.28).

Enquanto isso, as cortes reclamavam providências por parte do rei D. Fernando I, soluções para os problemas da agricultura e para a falta de mão-de-obra no campo. Esse fato levou o rei a promover a regularização do aproveitamento das terras, punindo com a expropriação o proprietário que as deixasse incultas. Tentava-se com isso obter a mão-de-obra necessária para o cultivo da terra, coagindo o maior número possível de trabalhadores; além de aumentar o valor dos encargos da mão-de-obra urbana taxando os salários ao máximo. Tais medidas tomadas por D. Fernando I forneceram bases jurídicas para a criação da Lei das Sesmarias, em 1375. Para a autora, com base na obra de Virgínia Rau, as piores crises sociais ocorreram nos anos de 1371 e 1372 (ALVEAL, 2002, p. 29).

Armando Castro (1965), ao analisar a Lei de Sesmarias e a relação de dependência, afirma que, no conteúdo econômico e social da lei, existia a subordinação dos camponeses aos titulares das terras doadas, bem como indica que a lei não desempenhara nenhum papel relevante na solução da crise agrícola. Também a divisão praticada pelos sesmeiros teria provocado um efeito perverso na formação das relações individualizadas de dependência, ou

seja, os laços de dependência do campesinato português, no período em que durou a lei, foram resultado das personalizações das decisões tomadas pelos sesmeiros.

E não é impossível topar com casos destes, casos em que a acção dos sesmeiros tinha por objectivo não só individualizar as glebas de cada família camponesa do mesmo domínio da aristocracia feudal, como implicava também a concretização das terras transferidas para os senhores, modificando os laços sociais de produção particulares de que participavam os produtores e os membros da classe privilegiada (CASTRO, 1965, p. 54).

Depois de 1375, a Lei de Sesmarias foi reeditada mais três vezes, nas Ordenações Afonsinas (1446), Ordenações Manuelinas (1512) e Ordenações Filipinas (1603), as quais trouxeram significativas alterações, principalmente para o campesinato português e para a prática de uso comum da terra nos baldios, pois as sesmarias contribuíram para um processo significativo de acumulação de riqueza por parte de vários segmentos da sociedade portuguesa, menos para o campesinato, porque “o acréscimo da riqueza, resultado do desenvolvimento do comércio, do artesanato urbano, permitiu que muitos burgueses, pequenos, médios e grandes adquirissem terras, tornando-se proprietários, enfiteutas ou arrendatários” (ALVEAL, 2002, p. 34).

A autora afirmou que as modificações da Lei de Sesmarias deram a possibilidade aos reis, conselhos, senhores, abades, mestres e militares de receberem sesmarias e solicitarem autorização para colocarem em prática tais modificações nos territórios que lhes pertenciam, dando assim a impressão de que as julgavam eficazes para melhorarem seus lucros e fomentarem a propriedade da terra (Ibid., p. 59).

Esse processo provocou vários conflitos sociais no campo português, o que se conclui a partir da análise do marco das mudanças econômicas, sociais e políticas que ocorreram no período. Entre essas mudanças destaca-se “um conjunto complexo de problemas relativos à posse da terra, uma vez que a terra constituía a principal fonte de valor agregado (riqueza); o controle social da mão-de-obra⁴⁶; e, a indefinição de nomeação e o exercício de cargos” de

⁴⁶ A autora argumenta que a tentativa de exercer um controle social pelo governo assemelhava-se ao processo de formação do exército de mão-de-obra livre na Inglaterra do século XVIII, mesmo tendo o objetivo contrário,

sesmeiros (Ibid., p. 53-56).

Com base na obra de José Tengarrinha, de 1994, a autora faz uma análise das lutas dos movimentos sociais “rurais” em Portugal como decorrência das alterações ocorridas na Lei de Sesmarias, que beneficiavam certos setores da sociedade portuguesa, principalmente no chamado “Antigo Regime”. Naquele período, ocorreram 361 movimentos de protestos, de resistências, levantes e motins contra as instituições, de reivindicações antissenhoriais e pela posse da terra na segunda metade do século XVII, período marcado pela conturbada dinâmica econômico “fragilizada pelos privilégios, isenções, benefícios fiscais, usufruídos pela nobreza senhorial (...) e pelo aumento da opressão senhorial e explosão anti-fiscal, sobretudo contra a **sisa**⁴⁷, no período de 1751-1770” (ALVEAL, 2002, p. 31-32).

A contestação antifiscal surgiu contra a perpetuação de privilégios. Algumas revoltas dos agricultores eclodiram quando alguns poderosos conseguiram isenções, mesmo na forma de privilégios. Enquanto isso, a situação dos agricultores se agravava, já que a sisa sobre a terra praticamente teria impedido a alienação das terras, ou seja, “a sua mobilidade, reforçada por uma absurda variação do tributo na relação tamanho/valor do imposto” (Ibid, p.32).

Outra questão que provocou vários conflitos no campo foi a da posse da terra, cujo apoio e fundamento estavam embasados na legislação então promulgada e no corrente interesse pelo cultivo da terra. A posse da terra era a forma que permitia a acumulação de dinheiro no mundo agrário. Com as terras até então não utilizadas ou insuficientemente aproveitadas dava-se início à “ferida sobre o regime de posse comum”. Pela tradição, as populações rurais mantinham posse de algumas áreas. Um direito vindo de longínquo tempo

pois os cercamentos das terras comunais na Inglaterra concentraram a propriedade da terra nas mãos de *gentry* e da burguesia mercantil, no entanto, essa mão-de-obra livre não foi absorvida, criando assim um contingente de trabalhadores expropriados que só tinha para vender a sua força de trabalho como mercadoria (ALVEAL, 2002, p. 61).

⁴⁷ Para sair da crise, o rei de Portugal estabeleceu um novo imposto, a sisa, incidindo sobre as trocas comerciais, ou seja, imposto sobre importação e exportação. Até 1384, as sisas não eram permanentes. A partir dessa data, porém, constituir-se-ia num dos principais impostos permanentes e passou a incidir sobre o valor das trocas ou vendas de bens de raiz (sisa raiz) e também sobre o preço de venda dos gêneros da agricultura e artes (sisa das correntes). A sisa sobre a terra praticamente impediu a alienação das terras, ou seja, a sua mobilidade, já regulada pela questão da obrigatoriedade do cultivo.

era agora abalado e comprometido: “Eram agora apropriadas terras que sempre haviam sido abertas e coletivas, transformadas em propriedade individual num processo crescente” (ALVEAL, 2002, p.61).

A autora cita como exemplo o ato dos agricultores do Reguengo do Seixo no Conselho de Montemor-o-Velho, que protestaram “contra a pretensão de alguns indivíduos poderosos, de fora da localidade, de aforarem os baldios do Reguengo”, os quais eram indispensáveis para eles. A pretensão dos poderosos sobre os baldios, as melhores terras dos agricultores, afetava de sobremaneira a estes, diminuindo sua capacidade de produção.

Como resultado dos protestos e manifestações dos agricultores, foi promulgado em 1796 um conjunto de leis que atingiu os interesses senhoriais: “foram extintos então os privilégios de isenção das **sisas** e da **décima** dos rendimentos anuais de que gozavam eclesiásticos e cavaleiros das ordens militares” (ALVEAL, 2002, p. 64-69).

A crise na distribuição de terras aos agricultores, segundo Lima (2002), também foi provocada pelo crescimento da população rural portuguesa, que foi socorrida pela sua nobreza, transformando o costume de distribuição de terras não cultivadas, entre as quais se incluíam as incorporadas pela nobreza e pela Igreja, em lei régia.

Outros fatores também contribuíram para a criação da primeira Lei de Sesmarias. O mais significativo era ainda a existência da figura do agricultor subordinado, o qual recebia as terras para cultivar, que eram de propriedade de senhores e proprietários desleixados, e de fragmentos do instituto da sujeição. Partes dos registros dos agricultores subordinados deram origem à conhecida Lei de Sesmarias de Dom Fernando I.

Segundo Marques (1965, p. 845), o “Sistema de Sesmarias” foi adotado em Portugal, principalmente nas regiões das Beiras, Estremadura, Alentejo e Algarve, tendo como objetivos principais: incentivar a colonização interna, proporcionar o aumento das áreas de agricultura, garantir a fixação da população rural no campo e aproveitar as terras. No seu

entendimento, as sesmarias “podiam reverter a forma de propriedade alodial, como também de enfiteuse⁴⁸, aforamento, etc. Era antes uma forma de apropriação do que de propriedade”.

Inicialmente o sistema de sesmarias português abarcou somente as terras de cultivo ou o uso das terras por tempo determinado. No entendimento de Junqueira, era um instituto feudal, por estar baseado em um contrato enfiteutico, ou seja, porque a “sesmaria era outorgada ao sesmeiro, que a transferia ao morgado, que era seu filho mais velho, que, com sua morte, transferia ao primeiro neto varão. Morto o neto, voltava o título ao Senhor, à Coroa, que podia então dar de sesmaria a terra a outros sesmeiros, com agravamento dos encargos” (JUNQUEIRA, 1978, p.16).

Com o passar do tempo, a instituição de terra comunal dada concedeu lugar para a instituição régia, que em seu desenvolvimento direcionou as concessões de domínio, inclusive as concessões de domínio de terras de baldios e maninhos comunais, os quais poderiam ser transformados em sesmaria pelo rei, com a justificativa do “proveito comum e geral e de todos haver na terra abastança do pão e de outros frutos” (LIMA, 2002, p. 15).

A Lei de Sesmarias assinada por D. Fernando I recebeu duras críticas de Lima porque beneficiava não somente os agricultores subordinados, mas os desempregados, os ‘mendigos e vadios’, pois, conforme as determinações da Lei de Sesmarias, as parcelas seriam entregues a todo e qualquer português, independentemente de sua posição social, desde que fosse cristão. Pretendia-se a criação de pequenos e médios estabelecimentos, como forma de alcançar um melhor abastecimento da população.

O autor omite em sua obra, classificada como clássica no que se refere à história territorial do Brasil, que a razão central que levou D. Fernando I a instituir a Lei de Sesmarias⁴⁹ em 1375 está relacionada à ausência de uma política que beneficiasse os

⁴⁸ De acordo com o Direito Civil, tem o significado de “direito real alienável e transmissível aos herdeiros, e que confere a alguém o pleno gozo do imóvel mediante a obrigação de não deteriorá-lo e de pagar um foro anual, em numerário ou em frutos” (FERREIRA, A. B. de H, 1995, p. 248).

³² Ao longo do tempo houve reformulações na definição de sesmarias: “Tanto nas ordenações Manuelinas, como

trabalhadores, os trabalhadores desempregados e desvalidos, por parte da nobreza portuguesa e a Igreja Católica da Idade Média.

Sueli Pereira Castro (2004), em termos antropológicos, entende que sesmaria tem vários significados: na memória coletiva, pode ser compreendida como “um espaço criado e recriado, um processo social, em que o ato de fundição é remetido para um tempo imemorial, portanto, não vivido pelo grupo, mas fundido a uma genealogia traz um sistema de classificação que liga a atual geração ao ancestral comum, e lhes dá identidade”. No sentido de território de parentesco, tem o significado de:

(...) uma categoria que comporta dois sentidos: o primeiro como um patrimônio da família, designando um espaço em que se reproduzem socialmente várias famílias de parentes descendentes de ancestral comum. (...) o segundo, como um território em que os herdeiros possuem o direito a *casa de morada* (casa – quintal), a *terra de respeito* (a área de roçado) e a *terra comum* (acesso a terra para o trabalho, as pastagens e os recursos naturais). (CASTRO, 2004, p. 6, grifo da autora).

Portanto, a autora entende sesmaria como referência a uma tradição, termo que emprega no seu sentido etimológico *traditio*, ou seja, aquilo que “se entrega, o que é passado de geração a geração: saber e terra”. O que significa dizer que o termo traz uma carga das experiências das gerações passadas e realizadas como tradição. Nela estão presentes “significante e significado, e, assim, podendo criar ou modificar a realidade” (Ibid., p. 7).

Após a chegada dos portugueses, as terras brasileiras efetivamente não foram ocupadas, permanecendo abandonadas pela Coroa Portuguesa até 1530. Nesse período, ocorreu no Brasil exploração econômica, principalmente do pau-brasil, pelo sistema de feitorias. Nesse período também, as terras brasileiras estiveram ameaçadas de ser ocupadas por estrangeiros. Para a sua efetiva ocupação pela Coroa Portuguesa, o rei D. João III concedeu a Martim Afonso de Souza⁵⁰ a primeira sesmaria no Brasil, em 20 de novembro de

nas Filipinas, a definição de Sesmaria, ao propriamente as dadas terras, casas, ou pardieiros, que foram, ou são de alguns Senhores, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora o não são (...) A derivação da própria palavra Sesmaria, isto é, de sua origem ‘sesma’ – sexta parte de qualquer coisa, ou, ainda, para outros, do baixo latim *caesima*, que quer dizer incisão, corte” (LIMA, 2002, p.22).

⁵⁰ De acordo com JUNQUEIRA (1978, p. 16), Martim Afonso de Souza foi incumbido por D. João III de duas tarefas: “Primeira, a de verificar até onde chegavam as terras garantidas a Portugal pelo Tratado de Tordesilhas.

1530. De acordo com Lima (2002) e Porto (1965, p. 34), Martim Afonso de Souza trouxe consigo “três cartas régias, das quais a primeira o autorizava a tomar posse das terras que descobrisse e a organizar o respectivo governo e a administração civil e militar, a segunda lhe conferia os títulos de capitão-mor e governador das terras do Brasil; e a última, enfim, lhe permitia conceder sesmarias das terras que achasse e se pudessem aproveitar” (LIMA, 2002, p.36).

No entanto, Junqueira escreveu que a primeira sesmaria concedida no Brasil foi a Sesmaria São João – o atual arquipélago de Fernando de Noronha – doado por vida⁵¹ ao rico comerciante Fernando de Noronha, em 1502 (1978, p. 16).

Já no Paraná, de acordo com Ritter (1980), entre 1614 e 1818, foram distribuídas pela Coroa Portuguesa 161 sesmarias. Territorialmente, estas sesmarias localizavam-se no litoral e campos de Curitiba, São José dos Pinhais, Lapa, Campo Largo, Piraquara, Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Tibagi e Campos de Itararé – hoje pertencente ao Estado de São Paulo. A primeira delas foi doada a Diogo de Unhate, em 1614, no litoral paranaense, entre as barras do Ararapira e do Superagui, com uma dimensão de uma légua de frente por duas léguas de fundo.

Estas interpretações permitem concluir que os pressupostos para a aplicação da Lei de Sesmarias seriam completamente diferentes das premissas originais. No Brasil, buscou-se uma ocupação permanente do território colonial, por meio de grandes concessões de terras aos nobres empobrecidos e a outros “homens de qualidade”, os quais, com a tomada de posse de grandes parcelas, aspiravam reconquistarem suas perdas ostentações e alcançarem novas riquezas. Portugal, no século XIV, debatia-se com a falta de mão-de-obra para a produção de alimentos e dispunha de área territorial pequena. Já a colônia brasileira caracterizava-se por

Isto porque, somente depois de 40 anos é que os juristas de Espanha perceberam o logro que tinham levado em 1494 no Tratado de Tordesilhas e ameaçavam polêmicas muito sérias em torno deste pacto internacional. A outra incumbência era fundar uma colônia onde mais bem lhe parecesse”.

⁵¹ Conforme JUNQUEIRA (1978), as demais sesmarias brasileiras foram concedidas por toda a vida, com direito hereditário aos herdeiros do sesmeiro.

áreas infundáveis e consideradas despovoadas, a serem ainda ocupadas e aproveitadas economicamente (PRADO JR., 1976, p. 29).

Dessa forma, desde o início, a propriedade da terra permaneceu privilégio de poucos. As sesmarias seriam doadas pela Coroa, sobretudo às pessoas “com posses”, privilegiando-se aqueles que dispunham de “escravos e gado”, sendo, portanto, “homens de posses e famílias”, e assim mais habilitados a de fato ocuparem o território, produzindo de acordo com as necessidades do mercado europeu. Foram considerados também aqueles que haviam prestado serviços para a Coroa, distinguindo-se por seus feitos militares, sobretudo como caçadores de escravos, ou invocando a destruição de redutos indígenas e, posteriormente, de quilombos (PORTO, 1965, p. 57). Aos eleitos, a Coroa concedia o domínio alodial pleno e absoluto sobre as terras, exigindo, como contrapartida, a defesa do território e o pagamento do dízimo.

4.2 – A LEI DE TERRAS DE 1850: UM PASSO PARA A GRILAGEM

No início do século XIX, a questão da posse da terra no Brasil havia alcançado uma situação caótica, pois durante 28 anos, entre o fim das sesmarias, pela Resolução de 17 de julho de 1822 assinada por D. Pedro I, e a promulgação da Lei 601/50 (mais conhecida como Lei da Terra), não existia um ordenamento jurídico que possibilitasse qualificar quem era ou não proprietário de terras. Esse fato provocou tensões políticas e sociais, como, aliás, já vinha ocorrendo desde o século XVIII.

Renata M. Paoliello (s.d., p. 1), questionou o “porquê de se priorizar” a questão da posse da terra no Brasil, entre o fim das sesmarias e a promulgação da Lei 601/50, “em um quadro fundiário conflitivo que é complexo”, em que os conflitos ocorreram nem sempre em torno da posse, mas ocorreram pelo domínio, pela titulação e pelo salário. O exemplo dado foi o dos conflitos por salários nas regiões canavieiras de São Paulo. A autora cita outros tipos de

conflitos pela posse, que são importantes para se compreender a questão do campo brasileiro, mas que não serão discutidos neste momento. Entende-se que é mais relevante contribuir para o entendimento de como ocorreu o processo da posse da terra no período em questão e, como consequência, quais os elementos fundamentais para compreendermos a questão agrária no Brasil, assim como o papel desempenhado pela acumulação no campo.

A autora escreveu que, em razão da importância da posse da terra, é necessário assinalar que os “processos de perda de terra, e de crescentes dificuldades de acesso a ela, estão na raiz de toda a gama de processos conflitivos que alguns chamam de ‘penetração do capitalismo no campo’ e outros de ‘desenvolvimento do capitalismo no campo’. Mas a autora afirma que tais processos podem ser definidos como um “processo de desalojamento constante e acelerado das populações rurais”. Concorde-se com a afirmativa da autora, porém é necessário denominar-se as parcelas dessa população rural (OLIVEIRA, 2001). Os segmentos sociais expulsos do campo brasileiro são os posseiros, meeiros, trabalhadores rurais sem-terra, indígenas, quilombolas, camponeses pequenos proprietários (como os camponeses faxinalenses do Paraná), assim como pantaneiros e ribeirinhos, principalmente os da Amazônia.

Para se entender a posse da terra na sua “diversidade de sentidos (que variam de acordo com os atores sociais que anunciam, e com os aspectos regionais da área que se manifesta a posse)”, é necessário, portanto, o entendimento nos seus traços comuns e gerais. Para tanto, ela precisa ser compreendida a partir de uma visão histórica e jurídica legal, por um lado, por outro, do ponto de vista sociológico e político (PAULIELLO, s.d., p. 2).

Larissa Mies Bombardi (2001) afirmou que a posse da terra no Brasil, antes da promulgação de Lei da Terra, era juridicamente legal. Com a lei, passou para a ilegalidade, sendo considerada crime. A autora tomou como base para sua afirmação o texto de Renata M. Paoliello:

Do ponto de vista histórico-social, pode-se dizer que as noções e as práticas da posse se diferenciam da noção de senso comum, que todos operamos, da posse como categoria por definição oposta à propriedade. Minha suposição é a de que fazemos esta oposição, no Brasil de hoje, porque, na história agrária brasileira, do século XIX para cá, a posse vem sendo colocada no discurso político, isto é, no que diz respeito à disputa de poder, como por princípio antagônico a propriedade. Podemos levantar algumas hipóteses sobre como e porque isto acontece. Vamos percorrer um trajeto pelo qual é possível trabalhar com o suposto de que a posse, no passado e no presente, para as populações que, pelo seu exercício, se autodefinem e/ou são definidas como “posseiras”, é pensada e valorada como um direito, e praticada como uma estratégia de constituição de patrimônios territoriais (PAOLIELLO, s.d., p. 2, grifos da autora).

De acordo com Paoliello, as raízes da posse da terra no Brasil se encontram nos países da Europa Ocidental Mediterrânea, que, por conseguinte, é de onde vêm as raízes da origem de uso de terra comum no Brasil, sendo também onde se pode, portanto, encontrar a origem de alguns faxinais do Paraná. A posse da terra brasileira foi pautada pelo sistema jurídico-legal inspirado na posse romana (*jus civile*), “na figura jurídica de *omne agro*, ou seja, a terra deserta é de todos, de quem a ocupar e cultivar”. Esse princípio do direito foi o que garantiu o “direito a terra do cidadão romano comum, do camponês-soldado que é o agente da expansão imperial, do colono (não é por acaso que o termo colono, na língua italiana, refere-se ao camponês, e que deriva colônia, colonização, etc.)”. Segundo a autora, esse princípio está presente nas legislações medievais, principalmente nos países onde o sistema feudal não foi forte e unificado, como é o caso de Portugal. Foi também a posse um dos principais elementos de sustentação para o processo de construção do Estado nacional, cuja consolidação teve como base a centralidade do poder monárquico, o qual sempre esteve articulado com o poder mercantil, que era representado no caso português pela figura da Ordem de Cristo (PAOLIELLO, s.d., p. 2).

Dessa forma, em Portugal, os titulares legítimos de toda a terra eram o rei e os senhores feudais. Os camponeses eram submetidos a esse poder como concessionários. Esse processo se dava na lei e na prática, por meio da figura do direito de presúria, ou seja, “nas guerras da Reconquista”, em que aquele que tomasse a terra dos árabes pelas armas, e a ocupasse para moradia e cultivo, recebia a concessão régia. Dessa forma, “tem reconhecido o

seu direito à parcela que conquistou”. Esse foi um processo corrente desde o início da formação social, política e econômica de Portugal. Assim como nas ordenações e “nas práticas sociais, o direito de posse” esteve presente. Nas Ordenações Manuelinas e Filipinas, não foi tratada a reconquista das terras, mas a regularização do seu acesso e uso, principalmente no período de crise, o qual já foi caracterizado como o da fome, o do êxodo rural e como o período em que a agricultura foi substituída pelas pastagens, principalmente para a criação de ovelhas, em razão da produção de lã para ser comercializada no exterior.

No entendimento da autora, no “sistema de sesmaria” que foi implantado no Brasil,

(...) enquanto prática social, está o direito de posse, que orienta o pequeno camponês livre nas bordas da ordem escravocrata e que compõe a conquista do território e o avanço para o interior. Tal direito é reivindicado em vários contextos, no passado e no presente, não só pelos que avançam sobre terras livres, mas também por agregados, e por libertos, que recebem parcelas de sermos em concessão (PAOLIELLO, s.d., p. 3).

Tomar posse das terras devolutas e cultivá-las tornou-se prática comum entre os colonizadores, em tais dimensões “essa prática atingiu o que pôde, com o correr dos anos”. Foi considerada a forma legítima da aquisição do domínio, “paralelamente a princípio, e, após, em substituição ao nosso desenvolvido regime de sesmarias”. As duas formas de domínio chegaram a ser equivalentes até 1822, como processo de distribuição de terras no Brasil. Com o fim das sesmarias, a posse passou a ser a única forma de domínio; com isso ocorreu um aumento da expansão do território. Era a posse tomando o lugar das concessões feitas pelo poder público, e era, “igualmente, o triunfo do colono humilde, do rústico desamparado, sobre o senhor de engenhos ou fazendas, o latifundiário sob o favor da metrópole” (LIMA, 2002, p. 51).

Mas Ariovaldo Umbelino de Oliveira afirma categoricamente que a “forma de distribuição e acesso a terra”, no Brasil, desde o início da colonização, foi desigual. Na sua argumentação, o autor afirma que “primeiro foram as capitanias hereditárias e seus donatários, depois foram as sesmarias. Estas, estão na origem da grande maioria dos

latifúndios do País, fruto da herança colonial” (OLIVEIRA, 2001, p. 28).

Esse processo de criação do latifúndio no País passou pela independência, e principalmente pelo fim da escravidão e início da imigração de trabalhadores europeus para substituir a mão-de-obra escrava. Por meio da posse, os governantes de então abriram brechas na legislação à possibilidade de “legalizar grandes extensões de terras” (*Ibid.*, p. 28 e MARTINS, 1979, p. 24). Ou seja, foi entre 1822 e 1850, nas décadas anteriores à aprovação da Lei de Terras, que de fato o latifúndio brasileiro se consolidou, pela ampla e indiscriminada ocupação das terras, na maioria das vezes com expulsão de pequenos posseiros pelos grandes fazendeiros.

Bombardi reafirma o caráter concentrador e excludente da distribuição e acesso à terra quando diz que:

Assim, a terra no Brasil sempre teve um caráter concentrador e excludente, visto que a sesmaria era a concessão ou reconhecimento que a coroa designava àquele que houvesse aberto posse em terra devoluta. Entretanto, este sistema não era válido para os ‘impuros de sangue’: os não brancos. Se, por ventura, dentro dos limites de uma sesmaria já houvesse lavradores cultivando, estes tornavam-se agregados do sesmeiro, ou seja, sua posse não era reconhecida legalmente. O regime de sesmaria foi abolido em 1822. Desta data até a criação da Lei de Terras, o número de posseiros no Brasil cresceu bastante. Entretanto, quem não ‘regularizou’ a situação de posse até esta data passou a ter problemas, já que a Lei de Terras proibia a abertura de novas posses por outro meio que não fosse a compra (BOMBARDI, 2001, p. 71 e 72).

Entre a extinção das sesmarias (1822) e a promulgação da Lei de Terras (1850), o País ficou sem uma legislação que ordenasse socialmente o seu território, no caso das terras recém-descobertas ou recém-abertas, onde predominava a posse de terra. Esse fato em si constituiu um campo de conflitos. Como bem apontou José de Souza Martins (1979), “a carta de sesmaria tinha precedência sobre a mera posse, razão por que em geral o sesmeiro ou comprava a roça do ocupante, ou o expulsava ou o incorporava como agregado em sua propriedade”. Como até a promulgação da Lei 601/50, a terra não tinha valor de mercadoria e, em muitos casos, o valor da desocupação das terras era muito oneroso, a empreitada não compensava para os grandes latifundiários que tinham influência no governo da época, pois a

presença de posseiros era grande e o volume de terras devolutas era abundante: “mesmo após a extinção do regime de sesmaria com a Independência, a ocupação era o expediente simples e eficaz” (MARTINS, 1979, p. 25).

Lígia Osório da Silva entende que só se pode esclarecer até certo limite a conservação das condições vigentes no que diz respeito ao sistema produtivo no período de transição, entre 1822 e 1850, e o porquê da questão da terra não ter sofrido mudanças significativas logo após a emancipação política. Como a posse já era reconhecida pelo Governo Imperial, os entendimentos que foram suspensos referiam-se apenas às concessões de sesmarias pelo Príncipe Regente e não ao direito de posse. Portanto, a posse “tornou-se à única forma de aquisição de domínio sobre as terras, ainda que apenas de fato, e é por isso que na história da apropriação territorial esse período ficou conhecido como a ‘fase áurea do posseiro’” (SILVA, 1996, p. 81). Ou seja, com a continuação da possibilidade de apossamento e do trabalho escravo, não havia concretamente motivos para o grande latifundiário pressionar o governo imperial para regulamentar a questão da terra. Mas estava faltando um elemento fundamental para a criação da classe de proprietários de terras: o reconhecimento jurídico da propriedade da terra, através de sua titulação. Tal titulação era essencial para garantir o monopólio da terra.

Antes de continuar analisando como ocorreu esse processo, entende-se que é importante abrir parênteses para analisar o que José de Souza Martins definiu como “a metamorfose da renda capitalizada e as formas de sujeição do trabalho na grande lavoura” (MARTINS, 1979, p.25). Essa análise se faz necessária para melhor compreender a questão agrária no Brasil e o papel desempenhado pelo trabalho escravo como “fonte de trabalho e fonte de capital” para os fazendeiros produtores de café em São Paulo. Esta interpretação também é uma referência para o entendimento da produção de açúcar nos engenhos do Nordeste, cuja produção obedecia à mesma lógica, e particularmente, para pensar a formação

do campesinato brasileiro e, como consequência, a formação do campesinato faxinalense do Paraná.

Ao analisar a renda capitalizada nas fazendas de café, tanto no regime de trabalho escravo, quanto no regime de trabalho livre, em que a mão-de-obra era imigrantes europeus, o autor afirmou que a “renda capitalizada foi a principal forma do capital”. Afirmou ainda que muitos autores analisam as formas do capital como “uma única, uma espécie de capital genérico, que na produção não poderia originar relações não-capitalistas”. No entendimento do autor, essa forma de análise teve como consequência um viés que não permitiu a possibilidade de compreender o nexo “entre relações de produção, que por suas características não podem ser classificadas como capitalistas, e o capital”. No caso das fazendas produtoras de café que utilizaram o trabalho escravo, há dificuldade de defini-las como modo de produção escravista, aceitando-as como simples instituição, o que implica a “redução do problema do escravo e das relações de produção à sua mera expressão jurídica, sem alcançar as bases concretas e históricas do trabalho cativo” (MARTINS, 1979, p.24).

O autor entendeu que o ponto central da análise das relações de produção nas fazendas de café estava em caracterizar as transformações sofridas na renda capitalizada e o “seu vínculo com as transformações do trabalho”. O período de crise do trabalho escravo teve início com o fim do tráfico da África para o Brasil, como imposição da Inglaterra, em decorrência de interesse comercial e não humanitário. A continuação do tráfico feria os interesses ingleses em suas colônias do continente africano, principalmente no que se referia à mão-de-obra que era barata e abundante. Com a crise, o trabalho escravo deixou de ser renda capitalizada, passando a predominar a terra.

Genericamente falando, ela não tinha a equivalência de capital, alcançando às vezes um preço nominal para efeitos práticos, sobretudo quando pequenas indenizações eram oferecidas a posseiros encravados no interior das sesmarias, para pagamento de seus roçados. Isso porque a ocupação da terra obedecia a dois caminhos distintos: de um lado o pequeno lavrador que ocupava terras presumivelmente devolutas; de outro, o grande fazendeiro que, por via legal, obtinha cartas de sesmarias, mesmo em áreas onde já existiam posseiros.

(...)

Mais valiosos que a terra eram os escravos. Isso porque ‘antes do seu aparecimento ali o valor venal da terra era nulo. Assim, a fazenda nada mais representava senão o trabalho escravo acumulado’. Na verdade, tinha valor o bem sujeito a comércio, coisa que com a terra ocorria apenas limitadamente. Esse fato marcará como veremos adiante, a história do café posterior à abolição da escravatura. A fazenda consistia, pois, no conjunto dos bens essencialmente constituídos pelos frutos do trabalho (MARTINS, 1979, p. 24 e 25).

Mesmo tendo o trabalho escravo um caráter compulsório do trabalho, ele não ocorria pela falta de mão-de-obra, mas em razão de a mão-de-obra escrava ser regulamentada pelo comércio de escravos. Por essa razão, “decorria a um só tempo a coerção física e a escassez relativa de trabalhadores” (MARTINS, 1979, p. 25). O que quer dizer que os processos regulatórios da “organização econômica da fazenda” dependiam da oferta e da procura de mão-de-obra escrava e não da dependência imediata da “oferta e da procura” de sua produção, quer fosse o café ou a cana-de-açúcar.

Portanto, o escravo era o principal investimento realizado pelo fazendeiro. Com isso o seu capital era “imobilizado como renda capitalizada” no escravo, com um “tributo antecipado ao traficante de escravos”, em que era feita uma previsão de ganhos futuros, pois de acordo com a idade e as condições físicas do escravo, o fazendeiro teria mão-de-obra por determinado tempo. Ou seja, o “fazendeiro comprava a capacidade do escravo em criar riqueza”. Este fato ocorria porque:

O escravo tinha dupla função na economia da fazenda. De um lado, sendo fonte de trabalho, era o fator privilegiado da produção. Por esse motivo era também, de outro lado, a condição para que o fazendeiro obtivesse dos capitalistas (emprestadores de dinheiro), dos comissários (intermediários na comercialização do café) ou dos brancos o capital necessário seja ao custeio seja à expansão de suas fazendas. O escravo era o penhor de pagamento dos empréstimos. Por isso, praticamente todo capital de custeio provinha da hipotecas sobre a escravaria das fazendas. Tendo o fazendeiro imobilizado nas pessoas dos cativos os seus capitais, transfigurados em renda capitalizada, subordinavam-se uma segunda vez ao capital comercial, mediante empréstimos, para poder pôr em movimento os seus empreendimentos econômicos, inclusive para promover a abertura de novas fazendas e adquirir equipamentos (*Ibid.*, p. 26).

O autor afirmou que tal fato teve importantes consequências na economia do café. “Quando foi proibido o tráfico negreiro, houve uma acentuada e compreensível elevação no preço dos escravos”. O preço médio de uma pessoa escravizada, entre 1843-1847, era de

500\$000 (quinhentos mil-réis), chegando a 2.076\$862 (dois mil, setenta e seis mil-réis e oitocentos e sessenta e dois réis), entre 1873-1877. A partir de 1878, quando os fazendeiros do café e da cana-de-açúcar já vislumbravam o fim da escravidão, o preço médio do cativo começou a cair, pois a pressão interna crescia para que ocorresse a abolição da escravatura devido aos crescentes movimentos abolicionistas e à pressão externa, principalmente por parte da Inglaterra. É a partir deste momento que se inicia a metamorfose da terra em renda capitalizada, mesmo que de início não tenha sido predominante entre os fazendeiros (MARTINS, 1979, p. 27).

O duplo papel desempenhado pelo escravo no mercado, “como fonte de trabalho e como fonte de capital para o fazendeiro”, promovia, no momento em que crescia tanto o crédito, quanto os cafezais, a questão da contradição nele existente. Para o autor, a “solução inevitável” seria o fim da escravidão, pois, “com a demanda crescente” da mão-de-obra e o preço da pessoa escravizada, os fazendeiros teriam que imobilizar, cada vez mais, seus “rendimentos sob a forma de renda capitalizada”, por meio do pagamento, cada vez maior, de um tributo ao traficante de escravos (sendo que o crescimento desse tributo era desproporcional ao crescimento da produtividade do trabalho escravo). Essa roda-viva tocava diretamente nos “elementos de cálculo de lucro do fazendeiro”, que se orientava menos pela análise “direta e explícita de custos do que pela comparação dos seus rendimentos líquidos com a taxa de juros do mercado do dinheiro”. O fazendeiro pagava ao mercado juros em um patamar que girava em torno de 10 a 12% ao ano, em 1882, “seis anos antes da abolição”, enquanto seus lucros líquidos com o empreendimento do café representavam 8,5% do capital investido, no mesmo ano. Para resolver essa questão, os fazendeiros intensificaram a jornada de trabalho do escravo, aumentando o número de pés de café de que cada um deveria cuidar (MARTINS, 1979, p. 28).

No entendimento do autor, o fim da escravatura não tinha apenas o objetivo de

desonerar a renda capitalizada da fazenda relacionada ao tributo que os fazendeiros pagavam aos traficantes para obter a mão-de-obra escrava, pois:

Tudo indica que tais problemas já eram previstos por ocasião de oficializar a cessação do tráfico negreiro da África para o Brasil em 1850. No mesmo ano foi promulgada uma lei que previa o desenvolvimento de uma política de imigração de colonos estrangeiros, sobretudo europeus, que produzisse uma oferta de trabalhadores livres nas épocas de maior demanda por partes das fazendas de café. Mas a ampla faixa de terrenos devolutos no país, teoricamente sujeitos a simples ocupação por parte dos interessados, poderia se constituir num grande entrave não só à libertação dos escravos como à entrada de trabalhadores livres de origem estrangeira (*Ibid.*, p. 28-29).

Ou seja, antes da aprovação da lei, o “capital” dos grandes fazendeiros – latifundiários – era medido pelo número de escravos que cada um possuía, fosse nas fazendas ou em suas residências nas cidades. Desse modo, a abundância de terras, a dificuldade em ocupá-las e a condição dada para a sua concessão (de que elas se tornassem produtivas) fazia com que a posse de escravos se tornasse mais importante do que a da terra em si.

Resumidamente, a riqueza dos fazendeiros era medida por seus escravos, que serviam – o que não era o caso da terra, antes de 1850 – como hipoteca para a obtenção de empréstimos. Assim como, não por acaso, a Lei de Terras foi promulgada em um intervalo de poucas semanas antes da proibição definitiva do tráfico de escravos. Entende-se assim que, em meio a um processo político-econômico em que se restringia o regime de escravidão, a Lei de Terras serviu para transferir a “renda capitalizada” dos grandes fazendeiros: sua hegemonia não era mais medida pelo número de escravos, mas pela terra que possuíam agora convertida em mercadoria. E o trabalho livre podia então se expandir no Brasil, respondendo às pressões inglesas.

O autor entendeu que, até a Independência, o regime de sesmarias era um obstáculo à mera ocupação da terra. A partir daí, tais obstáculos deixaram de existir. Somente em 1850, com a Lei de Terras, é que se legislou sobre o tema, “estipulando que a terra devoluta não podia ser ocupada por outro título que não fosse o de compra”. Mas tal processo demorou a ocorrer em razão das disputas internas entre os próprios detentores do poder, pois o medo dos

grandes fazendeiros – latifundiários – era o de não ver “suas” terras confirmadas.

Em razão desses conflitos, iniciaram-se as discussões no Governo Imperial sobre a questão da terra no Brasil, que desembocou na Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850 – conhecida como a Lei de Terras de 1850 – e que oficializou a propriedade privada da terra. Ou seja, era a passagem da terra como meio de produção para o *status* de mercadoria, bem como a instituição da barreira que se ergue entre a posse e a propriedade, pois a terra, nessa nova perspectiva, deveria transformar-se em uma valiosa mercadoria, capaz de gerar lucro tanto por seu caráter específico quanto por sua capacidade de produzir outros bens. Portanto, a Lei de Terras foi resultado de lutas políticas profundas no interior da política do Império. Seus resultados não avançaram para além das condições possíveis, dentro deste ambiente de conflitos políticos e disputas pelo poder do Estado (SILVA, 1996, p. 102). Desse modo, ela representou a derrota do projeto liberal de financiamento de uma colonização branca de pequenos proprietários, com base nos colonos europeus, por meio da venda de terras do Estado.

Para Martins, no que diz respeito à determinação de as terras devolutas serem ocupadas somente pela compra, não corresponde aos fatos que ocorreram, porque:

Há abundantes indicações de que tais preceitos não foram respeitados. Os ocupantes de terras e os possuidores de títulos de sesmarias ficaram sujeitos à legitimação de seus direitos, o que foi feito em 1854 através do que ficou conhecido como ‘registro paroquial’. Tal registro validava ou revalidava a ocupação da terra até essa data. Isso não impediu o surgimento de uma verdadeira indústria da falsificação de títulos de propriedade, sempre datadas de época anterior ao registro paroquial, registrados em cartórios oficiais, geralmente mediante suborno aos escrivães e notários. Até as primeiras décadas deste século esses documentos estavam na raiz de grandes conflitos de terras nas frentes pioneiras de São Paulo. Tais procedimentos, porém, eram geralmente inacessíveis ao antigo escravo e ao imigrante, seja por ignorância das praxes escusas, seja por falta de recursos financeiros para cobrir despesas judiciais e subornar autoridades (essas despesas eram provavelmente ínfimas em relação à extensão e ao valor potencial das terras griladas, mas eram também desproporcionais aos ganhos do trabalhador sem recursos) (MARTINS, 1979, p. 29).

José Artur Rios (1978), ao analisar a carta de Martim Afonso, doada pelo rei de Portugal, afirmou que foi o primeiro marco que veio consolidar o latifundiário no Brasil, pois ela é: “Onde se introduz o princípio de sesmaria que ao mesmo tempo se autoriza ao Martim

Afonso, como se autorizou aos donatários, a doar as terras”. O segundo marco, que é um complemento do primeiro, é o regimento de Tomé de Souza, em que se diz claramente a este que doe terras para aqueles que tenham condições de montar e formar engenhos.

Este documento é o primeiro marco para a introdução do espírito latifundiário na estrutura agrária brasileira. Introduce-se uma discriminação nesse enorme patrimônio, que era, como sabem muito bem, da Ordem de Cristo; que tinha, através do Rei de Portugal o exercício de domínio sobre esta área enorme, introduce-se aí pela primeira vez uma discriminação social. Quem vai receber a terra é aquele que tiver posses e que se candidata provando que tem posses (RIOS, 1978, p. 81-82).

Junqueira afirma que a Lei 601/50 é a raiz de todas as leis no que diz respeito à legislação sobre o tema. No seu entendimento, existem dois documentos importantes para se compreender a questão agrária brasileira, mas que não são analisados por muitos pesquisadores e juristas, que são o Decreto-Regulamento de 08/05/1854 e a Portaria n.º 1.385, de 1855, que tratavam da medição e verificação de cultura nas sesmarias para que essas fossem confirmadas. Para o autor, raríssimos foram os casos das sesmarias que foram confirmadas, em razão da falta de medição das terras e verificação de culturas. Ou seja, de acordo com esses instrumentos jurídicos, são poucos os títulos de terras legais no País que tenham origem na cadeia dominial em terras de sesmarias. O autor afirmou ainda que, no período de 20 anos em que foi Procurador na Procuradoria do Patrimônio de São Paulo, viu apenas uma sesmaria confirmada, em uma discriminatória em São Luiz do Paraitinga (JUNQUEIRA, 1978, p. 18).

A partir da Lei de Terras, a propriedade privada passa a ser renda capitalizada, sendo que o mercado é o mecanismo regulador da produção e, portanto, da riqueza e da pobreza. Assim, a propriedade privada da terra é o elemento que provoca as contradições sociais no campo. Segundo o autor, não é possível compreender o capitalismo no campo apenas por meio da compra e venda da força de trabalho, mas sim considerando as relações que se estabelecem com a propriedade privada da terra, pois tal situação consolidou a divisão da sociedade em duas categorias bem distintas: os proprietários fundiários de um lado, e, de

outro, sem nenhuma possibilidade de comprar terras, os escravos (que seriam juridicamente libertos apenas em 1888) e os imigrantes (presos a dívidas com seus patrões ou simplesmente ignorantes de todos os procedimentos para se obter um título de propriedade).

Com afirmou Martins, a questão agrária brasileira institui-se pela junção da propriedade capitalista da terra com o mercado de trabalho. A primeira adquiriu forma em 1850, através da Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras. A segunda generalizou-se em 1888, com a abolição da escravatura. “A Lei 601 foi promulgada em face da futura provável emancipação do trabalhador cativo para promover a criação de um mercado livre de força de trabalho após a libertação dos escravos” (MARTINS, 1975, p.52). De acordo com o autor, pensava-se que a força de trabalho escrava, ao ser liberada, ocuparia as terras livres e, com isso, limitaria a disponibilidade de força de trabalho. Entendeu ainda que o processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre não significou uma mudança estrutural na economia brasileira, pois a insuficiência do desenvolvimento industrial explicava a incapacidade de absorver a força de trabalho liberada. Assim, a crise social agrária se explica com a contradição entre as necessidades de acumulação do capital e realização do lucro, por um lado, e as terras que produzem os meios de subsistência dos trabalhadores, por outro. Essa pressão do capital sobre as terras gera a crise social no campo, e essa contradição constitui a base dos conflitos decorrentes. Assim, a metamorfose da renda capitalizada do trabalho escravo na terra “recriou as condições de sujeição do trabalho ao capital, engendrando ao mesmo tempo um sucedâneo ideológico para a coerção física do trabalhador” (MARTINS, 1979, p. 34).

Por sua vez, a política de libertação do trabalho escravo e da colonização estrangeira baseou-se no suposto ideológico de que os trabalhadores assalariados poderiam ter acesso à terra por meio do mercado. Essa ideologia não correspondeu às necessidades do processo histórico do desenvolvimento do capitalismo, e o trabalhador rural não se tornou um

assalariado típico, pois “parte de seu trabalho era pago em espécie através da permissão para cultivar terras do fazendeiro com agricultura de subsistência” (MARTINS, 1975, p.53).

Lima (2002) e Silva (1996) chamam atenção para a influência das teses de Wakefield na elaboração da Lei de Terras, que muitas das vezes passam despercebidas pelos que analisam esta lei, no tocante à questão da colonização brasileira. Segundo Lima, os cinco postulados de Wakefield que dizem respeito à colonização eram:

- a) a prosperidade das colônias depende principalmente da abundância da mão-de-obra, na proporção do território ocupado, e esta, os capitalistas é que a têm a seu dispor;
- b) podem ser, porém, importados, para as colônias, trabalhadores das metrópoles, tomadas as providências necessárias a fim de obrigá-los a servir durante dois ou três anos, pelo menos;
- c) para que estes não se possam tornar proprietários, demasiado cedo, preciso é, entretanto, que as terras sejam vendidas a preço suficientemente elevado, at a *sufficiently high price*;
- d) o produto total da venda das terras deve ser incorporado a um fundo de imigração, destinado a custear o transporte para as colônias de trabalhadores das metrópoles, e só com o emprego integral daquele produto para esse fim se pode manter o equilíbrio exato, entre a extensão das terras cultivadas, a quantidade da mão-de-obra e a soma dos capitais;
- e) o preço das terras deve ser uniforme e fixo, sem distinção de qualidade, variando unicamente segundo a extensão. Deve ser, portanto, vedada a venda em hasta pública (LIMA, 2002, p.85).

Três postulados foram incorporados, de certa forma, pelos legisladores da Lei nº 601/50: 1) a criação de uma política de imigração, fixado as condições necessárias para que essa política alcançasse os resultados esperados. O artigo 18 da Lei n.º 601/50 “autoriza o governo a importar colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas ou nos trabalhos dirigidos pela administração pública, ou na formação de colônias, nos lugares, em que estas mais convierem”; 2) venda das terras devolutas fora de hasta pública com o preço elevado. Com exceção da venda fora de hasta pública, o artigo 14 autorizava a venda das terras devolutas e no seu § 2.º foram fixados os preços dessas terras, que foram considerados na época muito altos ao se compararem aos preços das terras particulares; 3) a aplicação do dinheiro fruto da venda das terras em um

fundo de imigração, cuja finalidade exclusiva era o custeio das despesas com os trabalhadores imigrantes. O artigo 19 da lei determina que os valores arrecadados com a venda das terras devolutas “seja exclusivamente aplicado à ulterior medição de terras devolutas e à importação de colonos” (LIMA, 2002, p. 85-86).

Ou seja, as teses de Wakefield influenciaram os legisladores principalmente no que se refere a terras devolutas, venda e preços, mesmo se sabendo que a intenção dos legisladores era sujeitar as alienações aos dispositivos reguladores da compra e venda civil. Mas o legislado foi o contrário. A venda das terras devolutas ficou tutelada à política econômica da época, pois, em razão do fim da escravatura, era necessário buscar nova fonte de mão-de-obra, e a saída encontrada foi criar uma política de incentivo à mão-de-obra estrangeira e livre. Para tanto, os valores arrecadados com a venda de terras devolutas seriam aplicados nessa política. Embora se saiba que os valores arrecadados não eram suficientes para bancar as despesas despendidas com a imigração de trabalhadores estrangeiros, em número necessário, para substituir o trabalho escravo nas fazendas de café do Vale do Paraíba no Rio de Janeiro e São Paulo e nos engenhos de açúcar no Nordeste.

Caio Prado Jr. (2000) considerou fundamental este momento histórico para o entendimento de toda a reestruturação do poder, pois foram momentos de luta ideológica e conflito político em que existiam diferentes camadas sociais movimentando-se, resistindo, pressionando e adaptando a legislação aos seus interesses. Representou também, para o Estado Imperial, um dos pilares para a consolidação do Estado nacional e um espaço de relacionamento entre proprietários e Estado. A transição da posse para a propriedade foi elemento-chave, pois o Estado Imperial visava retomar as terras devolutas, que vinham sendo griladas por grandes proprietários. E uma das formas encontradas para resolver essa questão foi a regulamentação da Lei 601/50, realizada através do Decreto 1.318, de 30/01/1854, que continha 9 capítulos e 108 artigos, os quais tinham como principais objetivos dar conta das

várias situações relacionadas à ocupação das terras. Para isso, foi criada a Repartição Geral das Terras Públicas, que era responsável por dirigir a medição, dividir e descrever as terras devolutas e prover sua conservação. Também era de competência da Repartição propor ao governo quais terras devolutas deveriam ser reservadas aos indígenas, quais deveriam ser vendidas e fundar povoações, bem como fiscalizar essa distribuição e promover a colonização nacional e estrangeira.

Era também de sua responsabilidade a realização do registro das terras possuídas, propondo ao Governo a fórmula a ser seguida para a legitimação dessas e revalidação de títulos. Este processo se torna obrigatório para “todos os possuidores de terras, qualquer que seja o título de sua propriedade ou posse”. Esse procedimento era realizado pelas paróquias (Registros Paroquiais de Terras), cujos responsáveis por receber as declarações para o registro do título de domínio das terras eram os vigários de cada freguesia.

Durante séculos, no mundo jurídico, o registro paroquial foi considerado apenas um dado estatístico de posse das terras, mas, nos anos setenta do século passado, o Supremo Tribunal Federal julgou um recurso extraordinário do Governo de Goiás no qual deixou bem claro que o registro paroquial não tinha finalidade meramente estatística, mas visava consolidar o domínio daquelas posses, que nos dois ou três séculos anteriores se materializara sobre terras devolutas (SODERO, 1978, p. 67).

Fernando Sodero faz distinção entre terras particulares, as quais pertencem ao domínio privado, e terras públicas, que “ainda estão no patrimônio da Nação, do estado ou do município, sejam ou não destinadas a fins ou uso público”. O autor divide as terras públicas em duas categorias: as **devolutas**, “que se acham no patrimônio público, mas que não individualizadas, nem cadastradas”, e as **patrimoniais ou próprias**, estas “perfeitamente identificadas e oriundas ou de processo de discriminação e demarcação, ou por qualquer das formas de aquisição permitidas em lei” (SODERO, 1978, p. 32, grifo meu).

O autor, com base na legislação brasileira pertinente ao tema, afirmou que:

Terras devolutas, como estabelecido pela Legislação Federal (Lei de Terras nº 601, de 18.9.1850, art. 3º e Decreto-Lei nº 9.760, de 5.9.1964, art. 5º), são as que, embora não destinadas nem aplicadas a algum uso público, nacional, estadual ou municipal, nem sendo objeto de concessão, ou utilização particular, ainda se encontram sob o domínio público, como bens integrantes do domínio da União, dos estados ou dos municípios.

Em segundo lugar, as ilhas oceânicas; as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países.

Em terceiro, a plataforma submarina (Decreto nº 28.840, de 8.11.1950).

Em quarto, as terras ocupadas pelos silvícolas. O artigo 198 da Constituição Federal dispõe: “As terras habitadas pelos silvícolas são inalienáveis, nos termos que a lei federal determinar, a eles cabendo a sua posse permanente e ficando reconhecido o seu direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades nelas existentes” (ver Leis nº.s 6.001, de 19.12.73, que dispôs sobre o Estatuto do Índio, e 5.371, de 5.12.1967, que autorizou a instituição da Fundação Nacional do Índio).

Em quinto lugar, as terras que, na data da Emenda Constitucional nº 1/69, já pertenciam à União, ou sejam, as mencionadas no art. 1º do Decreto-Lei nº 9.760, dentre as quais (...): a) (...); b) os terrenos marginais dos rios navegáveis, em territórios federais, se por qualquer título legítimo, não pertencerem a particulares; c) os terrenos marginais de rios e as ilhas nestes situadas, na faixa de fronteiras do território nacional e nas zonas onde se faça a influência das marés; d) as ilhas situadas nos mares, territórios ou não, se por qualquer título legítimo não pertencerem aos estados, municípios ou particulares; f) as terras devolutas situadas nos territórios federais; h) os terrenos dos extintos aldeamentos de Índios das colônias militares que não tenham passado, legalmente, para os domínios dos estados, municípios ou particulares; j) as que já foram do domínio da Coroa, ou sejam, os *realengos* ou *reguengos*; e l) os que tenham sido a algum título, ou em virtude da lei, incorporadas ao seu patrimônio (SODERO, 1978, p. 32-33, grifo meu).

Com o fim do tráfico de escravo africano, com a Lei Euzébio de Queiroz, em 1850, o governo criou novas normas para solucionar a questão da mão-de-obra para a agricultura do País. Entre elas, foram promulgadas as Leis n.ºs 586/50 e 601/50 (a Lei de Terras), a qual proibiu a posse da terra que não fosse pela compra. Esta lei acabava com a possibilidade da esmagadora maioria dos pequenos agricultores camponeses não proprietários de terra, que representavam a grande maioria da população pobre e livre do País, a continuarem a ter a posse da terra como forma tradicional de ocupação para o cultivo da agricultura de consumo próprio. Por outro lado, a Lei de Terras reforçava o poder dos ditos “proprietários legais” das terras – destacando-se que as denominadas terras legais, em grande proporção, foram griladas no período em que predominavam as sesmarias – para executar despejos ou piorar as

condições de ocupação das terras marginais dos grandes latifúndios, principalmente nas grandes fazendas de cana-de-açúcar e algodão do Nordeste do País.

Em 18 de julho de 1851, o Governo Imperial assinou os Decretos-Imperiais n.^{os} 797 e 798, regulamentando o Art. 17º, parágrafo 3º da Lei n.º 586 de setembro de 1850. O Decreto-Imperial n.º 797/51 regulamentou a realização do Censo Geral do Império, e o Decreto-Imperial n.º 798 regulamentou a obrigatoriedade do Registro de Nascimento e Óbitos; sendo responsáveis pela sua expedição as paróquias.

Guillermo de Jesus Palacios (2006), ao analisar a “Guerra dos Maribondos”, ocorrida entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852, afirmou que, seis meses depois da regulamentação dos dois decretos, um grupo de camponeses do Povoado de Rozário de Cima, no Município de Pau d’Alho, nos limites entre a Zona da Mata e o Agreste da Província de Pernambuco, foram os precursores dos protestos contra a aplicação do Regulamento do Registro de Nascimento e Óbito, que mais tarde ficou conhecido como a “Lei do Cativo”, e a realização do Censo Geral Imperial. Esse movimento de resistência ficou conhecido como “Guerra dos Maribondos”, nas províncias de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Ceará e norte de Minas Gerais; e, na Paraíba, era conhecido como “Ferrão de Abelha”.

Essa rebelião dos camponeses pobres e livres do Nordeste do Brasil contra a obrigatoriedade do Registro de Nascimento e Óbito e o Censo Imperial, “coincidindo com as leis que determinavam o fim da importação de mão-de-obra africana escrava, destinava-se na verdade a recuperar para o escravismo uma ampla camada da população que não tinha, até então, sido objeto de atenção do Estado”, ou dos grandes latifundiários do algodão e açúcar do Nordeste do País.

O autor entendeu ainda que essa rebelião, na sua maioria composta por camponeses pobres e livres, ocorreu pelo temor dos “homens de cor” de virem a ser escravizados. Entendeu também que o movimento pode ser enquadrado em um “complexo processo de

transição que as províncias nordestinas iniciavam então em direção à constituição de um novo sistema de controle social do trabalho que substituísse o escravismo”. Independentemente da abrangência territorial da rebelião,

(...) o foco era Pernambuco, e foi nessa província onde a conflagração provocada pelo Regulamento do Registro deu lugar aos mais alarmados temores das autoridades e dos proprietários de terras, quanto – sobretudo – pelo medo ainda vicejante entre a classe política e dos senhores de engenho da Zona da Mata, de qualquer movimento de protesto redundasse na reativação do fogo morto da Revolução Praieira (PALACIOS, 2006, p. 10).

Palacios compreendeu ainda que o Registro de Nascimento e Óbito e seu apêndice – a Lei do Censo Geral Imperial – fazem parte de um conjunto de importantes leis de um “mesmo projeto inercial de repressão institucional contra os seguimentos de pobres e livres do Brasil escravista, acrescido ainda pelas sucessivas leis favorecendo a entrada maciça de imigrantes e do capital estrangeiro” (*Ibid.*, p. 12).

Os camponeses que fizeram parte da “Guerra dos Maribondos” se levantaram contra uma série de fatos que se iniciaram em 1850, que significavam – para esse setor da população e não para os senhores de escravos e os próprios, assim como para o capital no processo de primitiva acumulação – “sinais evidentes de que uma grande mudança estava a caminho e que essa mudança, seria no fundo concretizada às suas próprias custas”. Compreende ainda que os camponeses pobres e livres do País, em especial do Nordeste, “eram a primeira linha de reserva de mão-de-obra para as *plantations* no início da crise terminal do escravismo” (*Ibid.*, p.14).

O movimento camponês de resistência à regulamentação do Registro de Nascimento e Óbito coincidiu com o início do processo de aparelhamento do Estado, o qual dava início a tarefas importantes na construção de uma economia que se adequasse às mudanças do capitalismo no âmbito mundial – por exemplo, a formação de um mercado de trabalho livre. Nesse contexto, o movimento significou um “ato natural de resistência” por parte dos camponeses contra o que aparentemente era uma “manobra envolvente do sistema

nascente que dava os primeiros passos com o registro e contabilidade dos recursos humanos disponíveis para a produção na nova fase”, pois existia a possibilidade de que o camponês pobre e livre e os escravos se tornassem progressivamente iguais na sua “condição jurídica – estamental –, pela pobreza”, devido ao processo de ajuste das estruturas econômicas e sociais a que se adaptava o Brasil, em que “as novas demandas do mercado mundial os metamorfoseava assim de homens pobres e livres em apenas homens pobres” (PALACIOS, 2006, p.15).

A partir do momento em que o movimento de revolta camponesa avançou pelos sertões do Nordeste adentro e que aumentou a adesão de camponeses, também se ampliaram suas reivindicações. Eles eram contrários à regulamentação do Registro de Nascimento e Óbito e à realização do Censo Geral Imperial, pois tais iniciativas do governo, que representavam para eles o “mais eminente perigo do seu possível cativeiro para substituírem aos escravos, foram aparecendo conforme a revoltava avançava. Protestos contra o recrutamento, contra a ingerência do poder público na vida interna das comunidades camponesas e dos livres e pobres em geral, contra o pagamento de impostos e tributos, etc.” e contra o desrespeito ao direito da propriedade (*Ibid.*, p.25).

E por fim, os camponeses e demais homens livres e pobres viam-se às voltas com o grande perigo:

(...) o recrutamento para a Guarda Nacional, um processo sabidamente de grande violência, não muito diferente dos procedimentos da captura e condução de escravos fugidos para as cadeias públicas das vilas e das cidades da região. Para as famílias de agricultores livres e pobres, a Guarda Nacional, como as antigas Ordenanças, representava perigos concretos e tangíveis. Em primeiro lugar, sangrava as unidades produtoras de força de trabalho muitas vezes imprescindível para a própria sobrevivência do grupo, obrigando a um remanejamento de recursos que alterava, sempre em detrimento do equilíbrio, toda a vida familiar. Em segundo lugar, atacava a autonomia dos livres e pobres e fazia ainda mais estreita a dependência para com os proprietários de terras, todos eles ‘oficiais’ da Guarda, na medida em que sua intervenção era por via de regra, crucial para o sorteio dos recrutáveis. Não era, pois, de se estranhar que em diversos pontos das áreas conflagradas pela revolta contra o Registro de Nascimento irmanados os protestos contra os dois regulamentos. Nem que os efetivos dessa milícia, esmagadoramente provenientes de famílias camponesas e de aglomerações de livres e pobres ‘vadios’, fossem considerados por várias autoridades municipais e provinciais como aliados dos revoltosos, literalmente farinha do mesmo saco (PALACIOS, 2006, p.30).

No final do mês de fevereiro de 1852, os camponeses rebelados da “Guerra dos Maribondos”, foram parcialmente vitoriosos na Província de Pernambuco, pois o seu Presidente, Visconde Mont’algres, suspendeu através de decreto a execução dos regulamentos para a realização do Censo Geral Imperial e o Registro de Nascimento e Óbito, que continuou pelo resto do Império e nos primeiros anos da República. Foi combatido e contestado, principalmente em Pernambuco, onde somente 40 anos depois da “Guerra dos Maribondos” foi possível a realização do censo, e só 20 anos depois se deu efetivo início ao Registro de Nascimento e Óbito.

A “Guerra dos Maribondos” no Nordeste mostra que o campesinato brasileiro tem toda uma história que deve ser analisado para colocá-lo historicamente no devido lugar e destacar o papel que desempenhou como sujeito ativo no processo do fim do trabalho escravo no Brasil e como um dos elementos fundamentais na formação do novo sistema produtivo com que a sociedade brasileira passou a conviver.

Finalmente, pode-se dizer que a Lei de Terras foi criada para se conhecer e reformular a estrutura agrária do País, legitimar a ‘propriedade privada’, considerada ‘legal’, mas também para retirar a terra dos posseiros e ocupantes que não possuíam a propriedade pelas ‘vias legais’ de acordo com o novo sistema jurídico do direito positivo da modernidade implantado no País. Ou seja, a partir da promulgação e regularização da Lei de Terras, a posse e a propriedade da terra só podem existir com a intervenção do mercado, fora disso, a ocupação e posse da terra, sem o devido respaldo do direito da propriedade privada, é considerada explicitamente como ilegal.

4.2.1 – Terras Devolutas e a Não Reforma Agrária Brasileira

Atualmente, no Brasil, o volume e a localização das terras devolutas é tema polêmico, pois a grande maioria das superintendências do Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária (INCRA⁵²) negam essas importantes informações públicas. Essas informações são necessárias a todos aqueles estudiosos que, por meio de suas pesquisas, buscam contribuir na resolução da reforma agrária, tão desejada por milhões de camponeses posseiros, ocupantes e trabalhadores sem-terra do Brasil. Assim como diminuir, ou melhor afirmando, acabar com os conflitos sociais no campo, onde milhares de camponeses posseiros e trabalhadores sem-terra, e centenas de defensores de sua causa (advogados, padres, freiras e agentes da Pastoral da Terra, entre outros) já tombaram sem vida nos caminhos, veredas e picadas do Norte ao Sul, do Leste ao Oeste, do Planalto Central ao Pantanal do Brasil, devido às balas vindas das tocaias montadas por capangas e matadores profissionais contratados pelos grandes latifundiários-grileiros (metamorfosados de vereadores, deputados estaduais e federais e senadores). Latifundiários-grileiros que usam na tribuna seus discursos em defesa da democracia, do desenvolvimento econômico e social do País, fazem a senha para montar mais uma tocaia, retirando a vida de mais um camponês posseiro, ocupante ou sem-terra, um advogado, um padre, uma freira ou um agente da Comissão Pastoral da Terra – CPT, como ocorreu com Francisco Anselmo de Barros (defensor do Pantanal), Padre Jesuíno Morais Tavares (defensor dos camponeses posseiros no Pico do Papagaio), em 1986. Mais recentemente, em 2005, foi a Irmã Dorothy Stang assassinada, por “denunciar a empresa Copam Madeiras e sete pessoas pela exploração ilegal da madeira em Anapu e pela violência contra os moradores da região, incluindo policiais e pelo menos um militar” (ESTADO DE SÃO PAULO, 2005, p. A12). A eles poderia ser acrescentado o nome de mais de três mil assassinados no campo brasileiro, de 1964 a 2005, de acordo com os registros dos arquivos da CPT. Todos ou quase todos previamente anunciados. É o “lado negro da violenta história da formação da propriedade privada da terra no Brasil” (OLIVEIRA, 2005, p. 20). Voltarei ao

⁵² O INCRA foi criado pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970, e veio substituir os antigos Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), com a tarefa de promover a política de colonização e reforma agrária, estabelecida pela Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra.

tema dos conflitos no campo brasileiro no item seguinte.

Por muitos anos desconheceu-se a real quantidade de terras devolutas e sua distribuição territorial. Os dados que são divulgados pelo INCRA se referem à quantidade em hectares das terras arrecadadas e discriminadas, o que não quer dizer que sejam todas terras devolutas.

Em 2003, atendendo a um pedido pessoal do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o professor Plínio de Arruda Sampaio, um dos maiores conhecedores da questão agrária brasileira, formou um grupo, do qual foi o coordenador, para a elaboração do II PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária. O grupo era composto, entre outros, pelo geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, professor da USP, e pelo economista José Juliano de Carvalho Filho, professor da FEA-USP, também grandes conhecedores da realidade da questão agrária brasileira. Graças a esse grupo de trabalho, foi possível se conhecer os dados absolutos e em percentagem das áreas de terras devolutas do Brasil, desagregados no âmbito municipal; cuja fonte de informação é INCRA. Os dados sistematizados e analisados pelo grupo se referem ao ano de 2003.

Em um trabalho de campo, realizado em 2006, estive na Superintendência do INCRA no Paraná, com o objetivo de atualizar os dados sobre as terras devolutas dos municípios do Estado. Fui surpreendido com a informação dada pelo chefe do Setor do Cadastro Rural de que esses dados não existiam, havendo ainda, por parte dele, o questionamento da validade dos dados de 2003 que lhe foram apresentados. Questiono dessa forma qual ou quais as razões que levam um órgão público a não divulgar informações tão necessárias para a compreensão da questão agrária brasileira? Quais os interesses que estão sendo protegidos com a negação da existência dessas informações? Interessa a que setor da sociedade a não vinculação desses dados?

Compreendo que essas informações não pertencem ao INCRA, mas ao povo

brasileiro. O dinheiro que custeou sua elaboração e sistematização é oriundo dos impostos pagos pelo povo ao Estado brasileiro. Segundo o histórico do órgão: “O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.100, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União”. Tem ainda como missão institucional: “Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional para o desenvolvimento rural sustentável”⁵³. Quando, ao serem questionados, os servidores públicos federais lotados no Setor de Cadastro Rural do INCRA no Paraná negam a existência de dados sobre terras devolutas, pode-se perguntar: Como se ordena e administra algo que não se sabe que existe? Lembrando que, de acordo com Sodero (1978, p. 32): terras públicas são de duas espécies, terras devolutas e terras patrimoniais ou próprias.

Provavelmente, Oliveira tenha nos dado a resposta quando afirma que:

Aqui cabe também uma digressão sobre o INCRA e seus ‘técnicos do Cadastro’. Se há uma caixa preta das terras do Brasil e da reforma agrária, ela está no Cadastro daquela instituição. Por lá passaram alguns dos maiores ‘agentes da grilagem de terra do país’, se é que eles ainda não estão por lá. Basta uma pergunta para incriminar uma parte dos que já passaram por este setor do INCRA: nas mãos de quem estão a maior parte das terras públicas discriminadas e/ou arrecadadas da Amazônia Legal? Como os que se dizem proprietários conseguiram estas terras? Será que o cadastro resiste a uma auditoria séria de quem sabe das “grilagens legalizadas” que são feitas através de certos “técnicos do Cadastro” desde, pelo menos, os governos militares? (OLIVEIRA, 2006b, p. 168).

De acordo com as confiáveis informações do grupo de trabalho que elaborou o documento do II PNRA do Governo Lula – “o outro II PNRA” –, existia em 2003, no Brasil, um total de 172.946.984 hectares de terras devolutas, distribuídas em todas as unidades da Federação. Em termos de distribuição territorial, o maior volume se encontrava no Estado do Amazonas com 41.700.830 hectares, seguido pelo Estado do Pará, com 31.515.650 hectares e depois pelo Estado de Minas Gerais, com 14.149.626 hectares (ver Mapa 2). No Estado do Paraná existiam, em 2003, 1.433.926 hectares de terras devolutas. Desse total 420.284,62

⁵³ Disponível em <[HTTP://www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>. Acesso em 03/04/07, às 21h38min

hectares se encontravam nos municípios onde estão localizados os Faxinais, dados em que se destacavam os municípios de Prudentópolis, com 80.00,14 hectares – que possui o maior número de Faxinais –, seguido de Pinhão – onde se encontra o maior número de conflitos sociais no campo –, com 34.760, 43 hectares, e Turvo, com 27.104, 24 hectares (ver Figura 2, p. 313) (OLIVEIRA, 2005, p. 31).

FIGURA 2 – PORCENTAGEM DE ÁREA DE TERRAS DEVOLUTAS NO BRASIL – 2003

Já no que se refere à quantidade de terras discriminadas com a finalidade de reforma agrária, o INCRA discriminou, entre 1970 (ano de sua criação) e 1977, um total de 22.057.093 hectares, sendo que o maior volume ocorreu no Estado do Pará, no total de 6.755.464, seguido dos atuais estados de Rondônia, com 6.237.191 hectares e Roraima, com 3.765.854 hectares. Nesse mesmo período, foram discriminados 15.085 hectares de terras devolutas no Estado do Paraná. Lembre-se de que, neste período, o País estava sob o regime da Ditadura Militar (ZANATA, 1978, p. 58). Já nos três últimos anos (2000/2002) do Governo Fernando Henrique Cardoso, foram discriminados apenas 139.726 hectares de terras devolutas em todo país para fins de reforma agrária e nos três primeiros anos (2003/2005) do Governo Lula, foram discriminados 1.231.407 hectares (OLIVEIRA, 2006b, p. 18). Como se

pode observar, em sete anos de governo da Ditadura Militar, o total de terras discriminadas foi de 22.057.73 hectares, ao passo que em seis anos de governos democráticos, eleitos pelo povo em um processo democrático burguês, esse total foi de apenas 1.371.133 hectares, ou seja, apenas 6,21% do total discriminado no período da Ditadura Militar⁵⁴.

De acordo com Plínio de Arruda Sampaio Jr. (2001) e Oliveira (2006a), o Brasil deixou escapar grandes oportunidades de realizar uma reforma agrária de verdade, e com isso evitar as gritantes desigualdades sociais no campo e na cidade que assolam o País. A primeira oportunidade aconteceu no início do povoamento, como já foi visto anteriormente. O rei de Portugal, em vez de abrir o imenso território descoberto pertencente à Ordem de Cristo para todos os seus súditos, resolveu implantar aqui o que Oliveira (2001, p. 28) define como a “origem da grande maioria dos latifundiários do país”, que foram as capitanias hereditárias e as sesmarias. A segunda foi no momento da abolição da escravatura, que não foi acompanhada pela oferta de oportunidade aos antigos escravos de terem sua terra própria, como queriam alguns abolicionistas. Esse erro das forças econômicas, sociais e políticas deixaram milhares de ex-escravos na mais absoluta miséria, obrigando-os a buscar sua terra por seus próprios meios – como hoje fazem os sem-terra. Em vez da “terra da liberdade e do trabalho de todos, nasceu, no seio do território capitalista colonial, o território livre, liberto, dos africano-brasileiros escravos, mercadorias antes de trabalhadores, para a primitiva acumulação do capital já mundializado” (OLIVEIRA, 1999, p. 12).

No século XX, houve várias ocasiões, como a Coluna Prestes e a Revolução de 30, em que se perdeu a oportunidade de levantar as massas camponesas para forçar o governo de Getúlio Vargas a fazer a reforma agrária. No Governo de João Goulart (1962-64), as Reformas de Base, o Estatuto da Terra e a Emenda Constitucional n.º 10 do Governo Militar,

⁵⁴ Deixo claro que não é uma defesa em prol do governo da Ditadura Militar. Apenas se constatarem fatos da realidade concreta, no que se refere à reforma agrária, tão necessária ao nosso País, e ao modo como se comportam as elites no que diz respeito a ela, independentemente do governo que está no poder, sejam ditadores ou democratas burgueses.

ambos de novembro de 1964, abriram o caminho para o desencadeamento de uma reforma agrária de verdade, em que era permitido, pela primeira vez, o pagamento da desapropriação em títulos da dívida pública. Ulteriormente, o Presidente Costa e Silva, com o Decreto-Lei n.º 554, de abril de 1969, tornou operacional o Estatuto da Terra e a Emenda Constitucional n.º 10, estabelecendo o rito sumário para agilizar o processo e evitar a retomada da terra” desapropriada pelos latifundiários. “Infelizmente, também a tentativa militar caiu no vazio”, e devido à pressão das forças conservadoras, criou-se o Imposto Territorial Rural em lugar das desapropriações

FIGURA 3 – PERCENTAGEM DE ÁREA DE TERRAS DEVOLUTAS NO PARANÁ - 2003

Em 1985, o Governo de José Sarney, dizendo que estava honrando os compromissos públicos de Tancredo Neves com a reforma agrária, criou o Ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário, com indicação da Pastoral da Terra, para o qual foi nomeado como ministro Nelson Ribeiro, que elaborou o ambicioso I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) de 1985, “que pretendia assentar 1,4 milhões de famílias em quatro anos”. A firmeza da então direção do INCRA em alcançar a meta prevista pelo I PNRA levou

os latifundiários a se organizarem em torno da União Democrática Ruralista – UDR, que promoveu leilões de gado para arrecadar fundos, armarem-se e partirem para o confronto. Com isso, o Governo Sarney recuou e, mais uma vez, a elite brasileira impediu a realização da reforma agrária. Na Constituição de 1988, a reforma agrária sofreu mais uma derrota, com a retirada do conceito de latifúndio e, no seu lugar, a criação do conceito de propriedade produtiva e o retorno da obrigatoriedade do prévio pagamento das indenizações por interesse social para fins de reforma agrária, exigência que bloqueava o processo – tal como hoje acontece – e que havia sido retirada da Constituição de 1967. Mais uma vitória da famigerada UDR, ou seja, como bem analisa Oliveira:

A ‘Nova República’ se incumbiu dessa missão histórica, mas se esqueceu de pedir a fiança do PMDB, do PFL, dos latifundiários, da UDR, enfim, esqueceu que para o Estatuto sair do plano/papel para a realidade em reforma, havia o fosso controlado pelos especuladores rentistas. Aliás, mais que isto, o fosso estava controlado pela aliança entre os setores nacionais do capital internacionalizado do mundo, agora territorializados (OLIVEIRA, 1999, p.13).

Finalmente, o documento do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) do Governo Lula foi elaborado conforme pedido expresso do presidente ao professor Plínio de Arruda Sampaio, que coordenou o grupo de trabalho, mas teve como destino, infelizmente, a lata de lixo do Ministério de Desenvolvimento Agrário, sendo “jogado” pelo então ministro Miguel Rosseto.

Conforme afirmou Dom Tomás Balduino, ao analisar o conteúdo do documento:

Caso seja assumido, de fato pelo governo Lula, será grande a mudança no campo brasileiro, talvez como nunca se viu durante estes quinhentos anos. Porque acontecerá finalmente a reforma agrária que até agora, nenhum governo conseguiu implantar em nosso país.

O plano objetiva levar o povo do campo à plena inclusão social, com a devida participação na economia, mas sobretudo na clara perspectiva de integral cidadania. A intenção profunda é capacitar a massa camponesa a cumprir seu papel histórico de colaboração na transformação do conjunto da nação brasileira.

Assim, a reforma é marcada, em primeiro lugar, pela mudança da estrutura fundiária, quebrando a secular concentração da terra, por meio do instrumento constitucional da desapropriação. O plano procura valorizar ao máximo a grande conquista de 1988, a saber: o estabelecimento da função social da propriedade da terra, superando o velho conceito de valor absoluto da propriedade da mesma. Serão, então, revistos os conceitos e índices de “produtividade”, o qual vinha criando um cipoal de obstáculos à indicação de áreas para a reforma agrária.

Em segundo lugar, buscará mudar o modelo agrícola do país. O que acontece atualmente é propriedade econômica e política, dada ao agronegócio, sem dúvida portador de divisas, modernizador, aglutinador de uma elite rica, porém, ao mesmo tempo, concentrador de renda e de terra e gerador de pobreza na população. Agride a natureza pela devastação do meio ambiente, em vista da rendosa monocultura. Debilita a nação, submetendo-se à voracidade dos interesses do mercado internacional (BALDUÍNO, 2004, p.23).

Infelizmente, o governo Lula não assumiu o documento do II Plano Nacional de Reforma Agrária (“o verdadeiro”), elaborado pelo grupo de trabalho coordenado pelo professor Plínio de Arruda Sampaio, documento este que Dom Tomás Balduino tinha tanta certeza e esperança que o governo Lula assumisse. Mais uma vez, ganha-se a batalha, e não a guerra, sobre a questão agrária. O modelo agrícola que submete o País ao interesse do mercado internacional e devasta as florestas e degrada o meio ambiente continua sendo concentrador de riquezas na mão de poucos e gerador de pobreza para a maioria da população brasileira, seja no campo, seja na cidade. Foi perdida provavelmente a primeira grande oportunidade concreta de se realizar uma verdadeira reforma agrária no País, como foi realizada em muitas nações modernas e democráticas, haja vista que o governo Lula tinha apoio da grande maioria dos movimentos sociais do campo, da cidade e de seus organizadores. O que faltou ao governo Lula foi coragem de prover “condições econômicas, sociais, políticas e culturais para que todos os brasileiros que vivem no campo” – seja como trabalhadores assalariados, seja como camponeses, “sejam como proprietários organizados em cooperativas – possam participar em condições de relativa igualdade do desenvolvimento nacional” (SAMPAIO JR., 2001, p.2). Ao contrário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou à nação um “outro” II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que interessava apenas ao agronegócio, à elite concentradora de renda e distribuidora de pobreza, cujos resultados e efeitos foram muito bem analisados por pesquisadores. Entre eles se destaca o artigo de José Juliano de Carvalho Filho, publicado em “O Globo” de 20/01/06 e o texto “A ‘não Reforma Agrária’ do MDA/INCRA no governo Lula” (2006b, p. 165-201), de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em que se destacam os seguintes pontos:

De acordo com o “outro” II PNRA⁵⁵ do Governo Lula, são relacionadas onze METAS a serem alcançadas no período 2003/2006:

- META 1 – 400.00 novas famílias assentadas;
- META 2 – 500.000 famílias com posses regularizadas;
- META 3 – 150.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário;
- META 4 – Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos;
- META 5 – Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado;
- META 6 – Implementar cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais;
- META 7 - Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas;
- META 8 – Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;
- META 9 – Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária;
- META 10 – Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas;
- META 11 – Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas (MDA/IIPNRA_2004 *apud* OLIVEIRA, 2006b, p. 177).

Foi a partir dessas metas que o governo Lula aportou recursos financeiros do Orçamento da União no período 2003/2006, destinados à Reforma Agrária. Mas os dados estatísticos divulgados para os anos de 2003, 2004 e principalmente de 2005 geraram uma série de críticas por parte de vários pesquisadores. Entre eles, pode-se destacar José Juliano de Carvalho Filho e Arioaldo Umbelino de Oliveira no que diz respeito aos dos movimentos socioterritoriais, principalmente o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) em nota divulgada à imprensa e à sociedade⁵⁶, logo que o MDA/INCRA divulgou os dados de 2005, a qual foi respondida pelo governo Lula em nota oficial por meio do MDA/INCRA⁵⁷.

Em 2005, “ocorreu uma clara e intencional confusão na divulgação dos dados”, pois o MDA/INCRA, em vez de divulgar os dados da real situação da reforma agrária brasileira nos três primeiros anos do Governo Lula, cria a sua própria realidade, ao fazer propositalmente a soma de dados referentes a todas as metas do “outro” II PNRA como sendo tão somente

⁵⁵ Lembrando que o Plano Nacional de Reforma Agrária é o documento oficial da reforma agrária brasileira, que o governo se propõe a realizar.

⁵⁶ Ver a íntegra da nota do MST em OLIVEIRA, A. U., 2006, p.178-179.

⁵⁷ Ver também Nota Oficial do MDA/INCRA, em *Ibid.*, p.180-181.

referentes à Meta 1. Tal atitude dos representantes do Governo Lula nos obriga a mais uma vez citar a genial frase do professor Carvalho Filho: “A estatística é a arte de torturar os números até que eles confessem”. (CARVALHO FILHO *apud* OLIVEIRA, 2003, p. 49). Mas o que o MDA/INCRA quer que os números confessem? Confessem a possibilidade de que os recursos financeiros destinados a custear o “verdadeiro” II PNRA tenham se somado aos recursos financeiros destinados a pagar os juros das dívidas interna e externa, pelas quais o governo paga a cada ano mais de 80 milhões de dólares ao capital financeiro nacional e internacional.

Oliveira questiona:

Por que a atitude de somar tudo como se fossem dados dos novos assentamentos da reforma agrária da Meta 1? É possível pensar neste momento, apenas uma explicação: mais um ano de fracasso no cumprimento da Meta 1 do II PNRA, de assentar em 2005, um total de 115 mil famílias. Como o MDA/INCRA não cumpriu novamente a meta do ano passado, como já não havia cumprido as metas de 2003 e 2004, o caminho foi instaurar a confusão “liquefazendo” também os dados de 2005. E mais, o que é preocupante do ponto de vista político, reagindo energeticamente ao MST quando este movimento socioterritorial acertadamente criticara os dados de 2005 divulgados (...) (OLIVEIRA, 2006b, p. 178).

O método utilizado pelo MDA/INCRA para que os números confessassem a verdade do “outro” II PNRA seguiu os seguintes passos: no dia 22/12/05, o MST divulgou a nota contestando os dados de 2005 e publicou um texto na mesma linha em sua página na Internet. Às 18h12min do mesmo dia, o MDA/INCRA contra-atacou o MST em Nota Oficial, criticando a nota do MST e em seguida divulgou, no site do INCRA, uma lista, por superintendência, dos municípios com os nomes dos beneficiários das RBs (Relações de Beneficiários), e o ano de sua implantação.

Vejamos como foi descoberta a falsa realidade dos números torturados para confessarem a verdade que os torturados confessos – ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto; e o Presidente do INCRA, Rolf Hackbart – queriam ouvir, para depois divulgá-la, com o objetivo mais de confundir a opinião pública do que de prestar contas à sociedade brasileira da real situação da reforma agrária no Governo Lula.

Em ato contínuo, o INCRA divulgou em seu site a listagem por superintendência, com nome dos municípios, nome dos projetos e ano da implantação, nome dos beneficiários das RBs (Relações de Beneficiários) homologadas. Esta relação estava no setor do INCRA no dia 23/01/2006 às 23h25min, quando a baixei em meu computador. Desta primeira listagem partem agora minhas críticas aos dados do MDA/INCRA (OLIVEIRA, 2006b, p. 181).

Como o País vive hoje em um processo democrático burguês, a denúncia de tortura pelo menos dos números às vezes é revelada. Dessa vez, o método utilizado foi o democrático direito à verdade, independentemente de ela vir a desmascarar a falsa verdade, mesmo que tenha sido dita por um ministro do Estado e um presidente de uma instituição pública:

Entretanto, para meu espanto e certamente de muitas outras pessoas que acessam as páginas do governo na Internet, quando, no Instituto Iandê, baixei novamente o citado arquivo que estava disponível no site do INCRA, no dia 13/02/2006 às 13h27min fui alertado por Camila Salles de Faria e Maira Bueno Pinheiros, que a nova listagem baixada não continha mais os anos dos assentamentos. Portanto, MDA/INCRA agiu de efetivamente, de forma intencional em tentar esconder qualquer possibilidade de descoberta das irregularidades com os dados. (Ibid.).

Como sempre, os torturadores tentam esconder as armas utilizadas em suas torturas; não foram diferentes com Miguel Rosseto e Rolf Hackbart, torturadores confessos.

O que eles não sabiam (ou fizeram de conta que não sabiam) é que sempre há alguém acompanhando suas atividades. “Por sorte, tenho gravado como prova com o registro da Internet as duas tabelas” (OLIVEIRA, 2006b, p.181).

Vejamos como foi destruída a falsa verdade dos dados estatísticos de 2005 “torturados” pelo MDA/INCRA. Os instrumentos utilizados para tanto por Oliveira (2006b) foram a falsa verdade do MDA/INCRA – os números sobre a reforma agrária em 2005 –, a Nota do MST à Imprensa e à Sociedade, de 22/12/2005 e a Nota Oficial do MDA/INCRA, da mesma data, expedidas em horários diferentes. O autor afirma que, os números de assentados oriundos dos RBs (Relação de Beneficiários) homologados estavam contaminados porque escondiam outra verdade:

Quando o INCRA faz o reconhecimento de assentamento antigo, ou de posses, ou de reassentamento de atingidos por barragens, ou de famílias que ‘compraram’ ou não vagas de família já assentadas, ‘teoricamente para o Cadastro do INCRA’ elas entram através das RBs homologadas. Dessa forma, a rotina técnica contém um equívoco conceitual propositado que reúne em uma mesma classificação, assentamentos que são conceitualmente diferentes (Ibid., p. 182).

Para esclarecer sua argumentação e contribuir com o debate sobre a reforma agrária no Brasil, o autor constrói as definições de Reordenação Fundiária, Regularização Fundiária, Reassentamentos Fundiários de Famílias Atingidas por Barragens e Reforma Agrária, que norteavam os “atos governamentais interessados no conjunto das ações relativas à reforma agrária”. Os governos anteriores de FHC e Lula as levavam em conta quando eram estruturados os dados estatísticos sobre a reforma agrária efetuada em suas gestões. O MDA/INCRA, por meio dos formuladores do “outro” II PNRA do Governo Lula e os servidores públicos do Cadastro do INCRA – a caixa preta –, propositalmente consideraram os três primeiros tipos como famílias assentadas para cumprirem a Meta I.

1. Reordenação Fundiária: refere-se aos casos de substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes, e/ou para garantir seus acessos às políticas públicas;
2. Regularização Fundiária: refere-se ao reconhecimento do direito das famílias (populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores, posseiros, etc.) já existentes nas áreas objeto da ação (flonas, resex, agroextrativistas, desenvolvimento social, fundo de pastos, etc.);
3. Reassentamentos Fundiários de famílias Atingidas por Barragens: referente aos proprietários ou com direitos adquiridos em decorrência de grandes obras de barragens e linhas de transmissão de energia realizadas pelo Estado e/ou empresas concessionárias e/ou privadas;
4. Reforma Agrária: refere-se somente aos assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas (OLIVEIRA, 2006b, 176).

O que o MDA/INCRA fez foi somar em uma só conta as RBs de regularizações fundiárias, reassentamentos e reordenações fundiárias, como o total de famílias assentadas, que é a rubrica da Meta 1 do outro PNRA, para alcançar o mágico número de 115.000 famílias assentadas, que significaria o cumprimento da meta para 2005.

Isso na verdade efetivamente não ocorreu em 2005 e muito menos em 2003 e 2004. O que ocorreu provavelmente, foi que ‘compraram’ consciente ou não, a ‘ideia’ que um “certo ex-funcionário” do INCRA (que trabalhou durante o governo FHC) vendia por ocasião da preparação do II PNRA: considerar regularização fundiária como reforma agrária⁵⁸ (Ibid., p. 182).

⁵⁸ O II PNRA a que o autor se refere é o verdadeiro documento que foi elaborado pelo Grupo de Trabalho, coordenado pelo professor Plínio de Arruda Sampaio, do qual fez parte e cujo triste fim foi o lixo do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA. O qual, se tivesse sido implementado pelo Governo Lula, provavelmente não daria a oportunidade de analisar a reforma agrária brasileira contemporânea em outro patamar.

GRÁFICO 1 – NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS NO BRASIL – 1995-2005

Outra tese desenvolvida pelo autor para provar a correta crítica feita pelo MST ao MDA/INCRA, no que se refere aos dados de 2005, é a possibilidade de o governo ter efetivamente assentado as 115.000 famílias e não ter mascarado os números, somando a reordenação fundiária das famílias assentadas em Barra do Corda – MA, no segundo período do governo Getúlio Vargas, como famílias assentadas em 2005.

O governo não fez os 115.000 assentamentos porque no mínimo, se tivesse feito o número de acampados no país, tinha em tese diminuído bruscamente, fato que não ocorreu mesmo porque, não há notícias nos relatórios da Ouvidoria Agrária do MDA, ou mesmo nos levantamentos da CPT, de existência de um número massivo de famílias em novos acampamentos (OLIVEIRA, 2006b, p. 182).

De acordo com os dados verdadeiros sobre a reforma agrária do Governo Lula, depois que a falsa verdade dos dados foi expurgada pelo autor, chega-se à verdade que dói nas “mentes e corações” dos componentes dos movimentos socioterritoriais, dos pesquisadores e de todos aqueles que desejam uma real reforma agrária.

Feitos os ‘expurgos’ e a reclassificação possível com as informações divulgadas, (...), o MDA/INCRA assentou em projetos de reforma agrária da Meta 1 do II no ano de 2005, pouco mais de 45 mil famílias, incluídos neste total os assentamentos em terras desapropriadas, compradas e em terras públicas. No caso dos dados disponíveis, não foi possível separar os assentamentos nas terras públicas particularmente na Amazônia Legal, pois permitiria discutir a possibilidade de classificá-los como colonização. (Ibid., p. 182).

Como se pode ver, com a implantação do “outro” II PNRA do Governo Lula, a reforma agrária brasileira mais uma vez foi derrotada, mas não perdeu a batalha e a guerra definitivas. Essa batalha foi ganha pelos grandes latifundiários, representados pela UDR, pela

bancada ruralista no Congresso Nacional e por um grupo de intelectuais que se reivindicam de esquerda e fazem parte do Governo Lula, os quais defendem a tese da “não reforma agrária”, pois o capitalismo já “penetrou no campo” e resolveu a questão da agricultura brasileira. E para resolver a questão “dos descamisados⁵⁹” do campo, nada melhor do que criar as Vilas Rurais, cuja experiência inicial foi no Estado do Paraná, no Governo Jaime Lerner. A justificativa que sustenta as argumentações para a construção das mesmas tem como base as teses defendidas por José Graziano da Silva sobre agricultura familiar. Ressalte-se que as Vilas Rurais do Paraná foram exaltadas em prosa e verso por parte dos intelectuais que defendem a tese de que não é mais necessária a reforma agrária no Brasil. E para resolver a questão da fome no campo brasileiro só se faz necessário criar programas compensatórios, como “Bolsa Família”, que era a pedra que faltava para se construir o pedestal da política neoliberal no Brasil, a qual é aplaudida de pé pelo Fundo Monetário Internacional – FMI e Banco Mundial.

4.2.2 – Os Conflitos Sociais no Campo Brasileiro

O outro lado das sucessivas derrotas sofridas pela real e necessária reforma agrária brasileira são os conflitos sociais ocorridos no campo brasileiro, que se acumulam desde o descobrimento do Brasil com o genocídio histórico dos povos indígenas até os dias atuais, nos quais já morreram milhares de indígenas. Além da morte de membros da classe social camponesa, cuja consciência de classe “para si” leva a resistir e lutar pela reforma agrária, e de centenas de defensores de sua causa.

John Manuel Monteiro (2005) analisa detalhadamente a luta travada entre os Tupiniquins e os portugueses no período de expansão europeia na capitania de São Vicente no século XVI, em que o chefe Tibiriçá sofreu “ao lado dos demais integrantes de sua sociedade

⁵⁹ Termo usado por José Graziano da Silva ao se referir à população pobre do campo brasileiro. Aliás, o autor não considera que existe camponês no Brasil. Ele defende que existem pobres agricultores familiares. Ver em “A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira”, IE/UNICAMP, 1996.

as profundas crises e transformações desencadeadas pela expansão europeia. Aquilo que parecia uma aliança inofensiva e ‘até salutar’ logo se mostrou muito nociva para os índios. As mudanças dos padrões de guerra e as graves crises de autoridade, pontuadas pelos surtos de contrários, conspiraram para debilitar, desorganizar e, finalmente, destruir os Tupiniquins” (p.17).

Também faz parte da história das lutas pela terra e “pela liberdade no campo” brasileiro o Quilombo dos Palmares em Alagoas, em que “procurava-se construir, agora por dentro, o território da liberdade negra da África no Brasil” (OLIVEIRA1999, p. 12), a “Guerra dos Maribondos” em Pernambuco, Canudos, no sertão da Bahia, Contestado, entre Santa Catarina e Paraná, Trombas, Formoso e tantas lutas, cujos sujeitos principais foram os camponeses posseiros, ocupantes que sonharam em ter um pedaço de chão para plantar e colher da terra o sustento para sua reprodução social e biológica. De todas essas lutas pela terra, será destacada a Guerra do Contestado, no capítulo “Os faxinais na contemporaneidade: crise e resistência”.

Atualmente os que erguem a bandeira da “guerra/destruição das terras de trabalho dos posseiros dos povoados empoeirados, enlameados do sertão, e/ou da terra livre e do território sem cercas dos povos indígenas da Amazônia”, são os jagunços e pistoleiros profissionais contratados pela União Democrática Ruralista, bancada ruralista do Congresso Nacional, representada pelos senadores e deputados federais, na Assembleia Legislativa nos Estados pelos deputados estaduais, e por prefeitos e vereadores nos municípios. Também no Poder Judiciário, eles têm seus representantes, pois ministros, desembargadores e juízes são corrompidos para concederem sentenças favoráveis à desocupação de terras, na sua grande maioria improdutiva, que fazem parte do estoque de terras para a especulação imobiliária; assim como terras devolutas, também em sua maioria adquiridas por meio de grilagem. Em grande parte dos atos de reintegração de posse executados pela polícia, com o apoio de

jagunços e/ou quando, ilegalmente, milícias formadas pela UDR não tentam fazê-lo por conta própria, são mortos “posseiros, seus defensores e seus seguidores”. Em que “matam a possibilidade da criação e recriação do espaço liberto da produção familiar. Matam/destroem o território liberto das posses livres e das terras de trabalho da Amazônia retirante, da Amazônia dos retirantes” (OLIVEIRA, 1999, p. 12 e 13).

Ao analisar os conflitos sociais no campo brasileiro, o autor mostra que o desenvolvimento do capitalismo no campo é contraditório e desigual, quando diz que:

No entanto, se da violência nasce a morte, nasce também a vida. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é produto dessa contradição. A negação à expropriação não é mais exclusividade do retirante possessor distante. Agora ela é pensada, articulada, executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/sociedade insiste em negar o direito a cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação.

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que permite aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista.

Nos acampamentos camponeses, peões e boias-frias encontram na necessidade e na luta a soldagem política de uma aliança histórica. Mais que isso, a evolução da ação organizada das lideranças boias-frias, abre novas perspectivas para os trabalhadores. Greves rurais na cidade para buscar conquistas sociais no campo são componentes ainda localizados no campo brasileiro, sinal de que estes trabalhadores, apesar de tudo, ainda vivem e lutam.

No entanto, se o horizonte do campo no Brasil é contraditório na sua essência, é nessa contradição ou conjunto de contradições que se deve desenvolver a compreensão dessa realidade.

Essa compreensão seguramente passa pela distribuição territorial desigual dessas contradições e movimentos. Talvez aí esteja um espaço para a participação dos geógrafos e da geografia: estudar o desenvolvimento econômico, social e político da sociedade em que se inserem.

Este momento do desenvolvimento do capitalismo é fundamental para o campo, pois as bases para sua industrialização estão lançadas, e o capital, feito rolo compressor, tudo esmaga na rota da acumulação e da sua reprodução ampliada. É nesta rota que procuraremos entender os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil (*Ibid.*, p. 14).

A pressão/repressão contra os camponeses que lutam pela terra mais uma vez chegou ao Congresso Nacional, de forma ostensiva, pois os setores reacionários metamorfoseados em parlamentares/latifundiários/rentistas criaram um CPMI – Comissão de Parlamentar de Inquérito Mista para investigar a atuação no campo do MST – Movimento dos Trabalhadores

Rurais Sem Terra. O presidente da comissão era um deputado federal da esquerda que, no seu Relatório Final, inocentava o movimento de forma contundente de todas as acusações arroladas no requerimento que justificava a abertura da CPMI. Mas em uma manobra patrocinada por um senador do Estado do Paraná, filiado ao PSDB, cujas eleições sempre foram garantidas com o dinheiro arrecadado pela UDR – Paraná, o Plenário da CPMI aprova um Relatório Substitutivo, que criminaliza todos os atos de resistência do MST contra o grande latifundiário, bem como suas lutas a favor da reforma agrária. Entre os crimes praticados pelo MST está a ocupação de terras improdutivas.

Oliveira afirma que esses “jagunços da história das classes dominantes” fizeram uma aliança mortífera contra os camponeses posseiros, camponeses ocupantes, indígenas, pantaneiros, ribeirinhos, quilombolas e camponeses faxinalenses, entre outros povos que têm a terra como terra de trabalho, como fração do território comunitário camponês livre para a sua reprodução social enquanto “classe para si”. Essa aliança “entre setores nacionais do capital internacionalizado, agora territorializado”, desde o período da “ditadura militar dos anos sessenta e setenta faz com que o número de assassinatos no campo”, venha aumentando quantitativamente, com pequenas reduções em alguns anos, mas que não deixa de ser uma cruel estatística. “E se transformando qualitativamente. Não morre unicamente o posseiro que ocupa as posses, morrem também as lideranças sindicais, aqueles que os apoiam e defendem: os padres, os pastores, os agentes pastorais, os advogados e etc.” e agora as freiras, como no caso da Irmã Dorothy Stang (OLIVEIRA, 1999, p.15).

O número de mortos em conflitos no campo no Brasil, entre 1984 e 1994, totalizou a cifra de 2.005 mortes, sendo estas em maior parte na Amazônia Legal, com mais de 50% do total de assassinatos no campo, ou seja, 1.046 mortes, pois, nesse período, a Amazônia Legal era o território privilegiado dos grandes latifundiários grileiros nacionais e internacionais, com as benesses da “Ditadura Militar”, que grilaram milhões de terras devolutas, como muito

bem comprovam os autores do Livro “Amazônia Revelada”, de 2006.

O Estado do Pará é o líder nessa macabra estatística, com 509 mortes, seguido do Estado do Maranhão com 202 mortes. Já no Estado do Paraná, nesse período ocorreram 71 mortes, o que representa 66,98% do total de 106 assassinatos ocorridos no campo na Região Sul (OLIVEIRA, 1999, p. 31).

Mortes no campo do Estado do Paraná por conflitos de terras são fenômenos históricos. As mais marcantes foram na Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912-1916, considerada o maior confronto armado entre os camponeses e o Exército brasileiro, que envolveu “metade do Exército brasileiro em 1914 e mais de mil ‘vaqueanos’ combatentes irregulares”, contra vinte mil rebeldes, dos quais pelo menos três mil foram mortos. Os camponeses da Guerra do Contestado se rebelaram contra a cessão de terras devolutas – as quais já lhes pertenciam pelo direito de posse – às margens do ramal da Estrada de Ferro de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), no sentido oeste-leste até o Porto de São Francisco do Sul (SC) por parte dos governos do Paraná e Santa Catarina, a Companhia Brazil Railway e sua subsidiária Indústria de Madeira Southern Lumber.

No mesmo período em que se iniciaram os conflitos de terras em Trombas e Formoso (GO), também surgiram vários conflitos de terras no Paraná, os quais desembocaram na guerrilha de Porecatu, em 1950 (MARTINS, 1981, p. 73).

Também para Noel Nascimento, as grandes agitações camponesas no Paraná tiveram lugar na década de 1950. Mas, já em 1946, “1.500 famílias de posseiros, habitando terras devolutas em Jaguapitã”, enganadas pelos inspetores de terras, tendo iniciado, muitos, a reclamar seus direitos, “passaram a sofrer problema de despejo”, suas roças foram destruídas, ranchos foram incendiados; mulheres foram violentadas pela polícia. “Os despejos violentos levaram à formação de grupos armados que resistiam ou atacavam fazendas. Vários confrontos entre posseiros e polícia ocorreram, com derramamento” de muito sangue

(NASCIMENTO, 2005, p. 103).

A situação se agravou ainda mais porque o governador, envolvido ele próprio em famosas negociatas de terras, procurou os camponeses de Jaguapitã e lhes propôs transferência segura para outras terras no vale do Rio Paranavaí, com casa e transporte. A promessa não foi cumprida.

A essa situação violenta, que se repetia em outras regiões do Paraná na mesma ocasião, veio somar-se a revolta dos lavradores de Porecatu, localidade também do norte do Paraná, não muito distante de Jaguapitã. A situação era ali idêntica àquela outra. Tendo notícia de que o governo pretendia desenvolver na área um projeto de colonização, muitos camponeses começaram a se deslocar para lá, abrindo suas posses. Na verdade, sem nenhum respeito pelos posseiros, o governo havia traficado com as terras, vendendo-as a outras pessoas (MARTINS, 1981, p. 73).

Com a queda de Getúlio Vargas da Presidência da República e de Manoel Ribas do Governo do Paraná, alcançam o poder os novos capitalistas do campo, que passaram a titular terras devolutas a toda espécie de aproveitadores. “À sombra do governo, os grupos modificavam leis, mapas e documentos. O policiamento foi usado para aterrorizar famílias, queimar plantações e escorraçar posseiro”. De acordo com a legislação, para a concessão de terras devolutas era necessário que o requerente dessas terras tivesse como condições a profissão de lavrador, moradia habitual, posse efetiva e quantidade limitada de hectares. “Mas políticos e pessoas influentes davam entrada a milhares de requerimentos com falsidade ideológica, informações fraudulentas dos órgãos competentes e, mediante procurações, forjavam as escrituras” (MARTINS, 1981, p. 73). Com isso tiravam os direitos dos ocupantes e lesavam o patrimônio público. Também eram formadas companhias de grileiros e jagunços que, além de chacinar colonos e posseiros, vendiam várias vezes o mesmo lote aos lavradores.

Entre as maiores dessas companhias estavam a Clevelândia Industrial Ltda., a CITLA, da qual era sócio Moisés Lupion, e a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná, SINOP, de Adhemar de Barros.

As terras da CITLA constituíam parte do *Contestado*. O Presidente Carlos Cavalcante titulara para a companhia estrangeira a gleba Chopim, e Caetano Munhoz da Rocha a gleba Missões. Após a marcha de 1930, essas terras foram incorporadas ao Patrimônio Nacional. No entanto o cidadão José Rup, que no início do século obtivera do governo de Santa Catarina uma concessão para explorar erva-mate na região de Canoinhas, ganhou uma ação judicial no Supremo Tribunal contra a Brazil Railway. Então ajuizou pedido de indenização e a companhia foi condenada a pagar-lhe a importância (...) o que deu origem à penhora ilegal das glebas Missões e Chopim. O cidadão José Rup cedeu seus direitos à CITLA e o governador Moisés Lupion celebrou acordo com a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional. Assim, recebeu a titulação, em 17 de novembro de 1950, das glebas Missões e Chopim, num total de 484.680 hectares de terras.

A SINOP, Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná Ltda., recebeu do Governo do Paraná, uma área de 80.000 alqueires, a 9 de janeiro de 1951, já ocupada por lavradores. Eram 30.000 alqueires no Município de Cruzeiro do Oeste, na faixa de fronteira, domínio da União, e parte em Paranavaí, e outros milhares de alqueires no Município de Campo Mourão (NASCIMENTO, 2005, p. 100-101, grifo nosso).

Pouco antes das eleições de 1950, uma força realizou uma diligência de despejo em Porecatu, matando quatro lavradores, dentre eles João Japão, Francisco Barbudo e outros dois ocupantes de uma fazenda titulada a terceiros. Também outro fato que teve grande repercussão foi o assassinato do camponês Sebastião Bernardes, amarrado a uma árvore em Jaguapitã.

Com a vitória de Bento Munhoz da Rocha Neto para o Governo do Estado, os camponeses José Bilar, João Pernambuco, Inocêncio Pereira e Isidro Garcia (o “Chimarrão”), todos ligados aos comitês do Partido Comunista Brasileiro – PCB de Londrina, Presidente Prudente (PR) e Assis (SP), retornaram à fazenda de onde haviam sido expulsos. Eclodiu o que se chama “Guerra de Porecatu” (NASCIMENTO, 2005) ou “Guerrilha de Porecatu” (MARTINS, 1981).

Os quatro ocuparam a propriedade, puseram em fuga os empregados e atiraram sobre um “teco-teco” de reconhecimento. A agitação tomou conta da região, do Estado, do País, e repercutiu no mundo. Os jornais e revistas falavam em guerra, em Coreia paranaense, em levante, em nova Coluna Prestes. Mas as características não ultrapassavam as de uma grande agitação camponesa. Principalmente porque, se a terra empapava-se de sangue e se cadáveres boiavam de mãos amarradas nos rios, não havia combates, porém só o despejo e massacre dos posseiros. Não se tratava de luta armada, embora em ocasiões isoladas tivesse tocaia a jagunços ou a algum pelotão policial (NASCIMENTO, 2005, p. 104).

De acordo com Martins:

As lutas prosseguiram, com mortes e feridos, até janeiro de 1951, quando assumiu um novo governador disposto a resolver o problema. Apesar de o governo ter, em 15 de março, declarado as terras de utilidade pública para desapropriação por interesse social (fato que ocorria pela primeira vez no país), ainda que em junho haviam 300 a 400 camponeses armados, emboscados nas matas, de onde saíam apenas para atacar. Foram desarmados por uma força policial de 250 homens. Consta, porém, que o próprio Partido Comunista determinara a cessação da guerrilha (MARTINS, 1981, p.74).

Um fato que chama a atenção é que a eclosão da “Guerra de Porecatu”, ou “Guerrilha de Porecatu”, coincide com o centenário da promulgação da Lei 601/50, também conhecida como Lei de Terras que, segundo o entendimento dos estudiosos do campo brasileiro a

serviço da burguesia latifundiária, veio para resolver o problema da propriedade da terra no Brasil. Como se pode ver, a Lei de Terras não resolveu as contradições da questão agrária. Pelo contrário, acirrou essas contradições, pois os conflitos sociais no campo brasileiro surgiram e se aprofundaram a partir dela. As denúncias sobre os conflitos no campo, feitas pelos movimentos sociais e seus apoiadores, são provas inquestionáveis.

Como corretamente afirma Oliveira, revoltado e indignado com tanta violência no campo brasileiro:

O que temos feito além de denunciar, avisar, pedir proteção? Nada.

As elites continuam suas rotinas: apoderam-se de quase toda terra do País, à bala quase sempre. Já têm sob seu controle nada mais nada menos do que a metade do território brasileiro. Matam as florestas, os rios, os mortais. Nada tem detido sua sanha bárbara. Os diferentes governos apenas ‘parlamentam’. Eles que se autodenominam ‘bandeirantes’ dos Séculos XX e agora XXI, pream a terra e assassinam os que se põem à sua frente. E há intelectuais que querem ainda distinguir entre o empresário moderno no campo e os latifundiários, via de regra assassinos. Qual a diferença entre os assassinatos de Sem-Terra de Felizburgo – MG e aqueles que mandaram matar os funcionários do Ministério do Trabalho em Unai – MG? Qual a diferença entre os usineiros paulistas que, através de seus administradores, levam à morte por excesso de trabalho trabalhadores boias-frias cortadores de cana no interior paulista, e aqueles do ‘consórcio’ que pagaram para assassinar Dorothy Stang.

Na votação da reforma agrária na Constituinte de 1988, votaram todos juntos para proteger a propriedade privada da terra. Sempre reivindicam juntos os ‘perdões’ para suas dívidas, mas nunca fizeram um ato sequer para frear ‘seus’ integrantes de classe que assassinam ou mandam assassinar. São partidários da hipocrisia. Fingem que ‘choram’ e lamentam o ocorrido. No caso da Dorothy Stang não foi diferente: (...)

A estratégia, historicamente, foi sempre a mesma: dizer que a culpa é de ‘uns poucos’ proprietários mais violentos e não da maioria dos ‘empresários’ que são ‘pacíficos’ e ‘agem somente dentro da lei’. Pura hipocrisia, mentira pura. Trata-se, historicamente, de um comportamento e atitude de classe (OLIVEIRA, 2005, p. 20 e 21).

Portanto, pode-se concluir que as terras devolutas não são terras de ninguém, mas terra do povo. Em um país onde se respeitasse a vontade da grande maioria de seu povo, essa mesma terra seria distribuída ao povo para plantar e criar e com isto matar a fome endêmica de milhões de brasileiros das periferias das metrópoles, grandes e médias cidades e, assim, garantir a soberania alimentar. Entretanto, no Brasil elas estão encharcadas de sangue derramado por um grande número de camponeses posseiros, ocupantes, seus seguidores e apoiadores, que morreram com os corpos estilhaçados pelas balas saídas das carabinas e fuzis

dos jagunços e matadores profissionais armados pelos representantes da União Democrática Ruralista – UDR, que muitas das vezes são recebidos com honras nos gabinetes dos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário – os quais, em tese, seriam os responsáveis por resolver os problemas concernentes à Reforma Agrária e aos conflitos sociais no campo.

“Os nossos heróis morreram de overdose” – parafraseando o poeta da geração dos anos 80 do século passado, Cazuza – de esperança de que um dia todos aqueles que sonham com terras livres para plantar, criar e viver pudesse tê-las. Os que ficaram lutam e resistem, cotidianamente, no anonimato ou publicamente no campo, na cidade, e em muitas universidades para que um dia todos os pobres possuam a terra. Mesmo que essa terra já tenha sido “irrigada” pelo seu sangue e “adubada” pelos corpos daqueles que lutaram para ter um pedaço de chão para si e para milhões de camponeses posseiros, ocupantes e sem-terra.

5. TERRAS DE USO COMUM NO BRASIL: PRIMEIRAS REFLEXÕES

Um esforço no sentido de analisar as diferentes situações em que ocorre a forma de apossamento de terras de uso comum, no estado do Maranhão, foi realizado por Alfredo Wagner B. de Almeida (2006). Em uma pesquisa, na qual o autor utiliza um conjunto de estudos realizados anteriormente por ele em parceria com outros, como Mourão (1975), Sales (1984), Bitencourt (1985) e Soares (1981), Almeida afirma que as modalidades de terras de uso comum sempre foram marginalizadas ou propositadamente esquecidas na estrutura agrária brasileira.

Analiticamente, elas designam situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livre e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá através de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, nos meandros das relações sociais estabelecidas entre vários grupos familiares, que compõem uma unidade social. Tanto podem expressar um acesso estável à terra, como ocorre em áreas de colonização antiga, quando evidenciam formas relativamente transitórias intrínsecas às regiões de ocupação recente.

A atualização dessas normas ocorre em territórios próprios, cujas delimitações são socialmente reconhecidas, inclusive pelos circundantes. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força. Laços solidários e de ajuda mútua informam um conjunto de regras firmadas sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável, não obstante disposições sucessórias, porventura existentes. De maneira genérica essas extensões são representadas por seus ocupantes e por aqueles de áreas limdeiras sob a acepção corrente de *terra comum*. (ALMEIDA, 2006, p.101-2, grifo do autor).

O autor afirma ainda que, pela forma peculiar da terra comum, o seu acesso para a prática das atividades produtivas não ocorre apenas por meio das “tradicionais estruturas intermediárias da família, dos grupos de parentes, do povoado ou da aldeia, mas também por certo grau de coesão e solidariedade obtido frente a antagonistas e em situações de extrema adversidade, que reforçam politicamente as redes de relações sociais”. (ALMEIDA, 2006, p. 102).

Para que novos membros tenham acesso à terra comum, excetuando as relações de consanguinidade e de estreitos laços de vizinhança já existentes, é necessário que seja

assegurada a subordinação às “regras que disciplinam as formas de posse e uso da terra”. Para isso, tem-se proibido, com o fim de protegê-los, o acesso aos recursos básicos àqueles que não se enquadram nessas regras. Pelo seu pequeno volume, em comparação à forma individual do uso da terra no modo capitalista de produção no campo brasileiro, e sua descontinuidade territorial e dispersão geográfica, “com fundamentos históricos e etnológicos os mais diversos, chama atenção para possíveis invariantes coextensivos ao constante significado de terra comum” (Ibid., p. 102).

Ao se pesquisar as terras de uso comum de acordo com o conceito de fração do território camponês comunitário, como uma unidade de recorte de estudo, constata-se a variedade de categorias para o mesmo significado de terra comum, “tais como terras de parente, terras de preto, terras de índio, terras de santo”, faxinais e outras definições para genérica forma de expressão ‘terra de uso comum’. No entanto, com o objetivo de compreender processos sociais relacionados, é de fundamental importância vincular suas normas com os grupos que as “promulgam e acatam”. (Ibid., p. 102).

Quando Almeida (2006) publicou pela primeira vez os resultados de sua pesquisa “Terras de Preto, Terras de Santo, Terras de Índio, uso comum e Conflito”, em 1989, essas formas de usufruto de terras não tinham sido objeto de inventário ou levantamento de seus tipos e quantidades. Não se tem conhecimento se já foi realizado algum levantamento de abrangência nacional até a presente data. Tal fato ocorre porque as formas de uso da terra vão de encontro aos interesses do modo capitalista de produção, pois divergem das posições jurídicas positivistas burguesas vigentes e devido ao “[...] senso comum de interpretações econômicas oficiosas e já cristalizadas, a respeito de factualmente percebidos, jamais foram objeto de qualquer inventariamento”. (Ibid., p. 103).

Portanto, não existe “interesse prático” para estudar e compreender esses modos de uso comum da terra, “tidos como obsoletos”. (Ibid., p. 103).

Representam, sob este prisma, anacronismos mais próprios de crônicas históricas, de documentos embolorados de arquivos, de verbetes dos dicionários de folclore e de cerimônias religiosas e festas tradicionais. São vistos como uma recriação intelectual de etnógrafos, que incorrem na reedição de antigos mitos, ou quem sabe, numa idealização dos políticos de ação localizada supostamente empenhados no reavivamento de utopias caras ao ideário populista.

(...)

As manifestações daqueles sistemas são, entretanto, empiricamente detectáveis por um conjunto finito de especialistas. Têm sido registradas por pesquisadores e cientistas sociais, que desenvolvem trabalho de campo e de observação direta, por técnicos de órgãos governamentais que realizam vistorias de imóveis rurais e verificações *in loco* de ocorrência de conflitos agrários, assim como por integrantes de entidades confessionais e voluntárias de apoio aos movimentos dos trabalhadores rurais, que executam atividades análogas. (ALMEIDA, 2006, p.103).

Alfredo Wagner B. de Almeida (2006) dá como exemplo a forma como o Censo Agropecuário do IBGE trata a questão, pois o documento caracteriza os “pastos comuns ou abertos” apenas na parte de conceitos adotados para a realização da pesquisa, mas não divulga seus dados, que ficam diluídos na categoria de estabelecimento, sem haver referências quanto à dimensão, posse, propriedade, área geográfica e produção pecuária e agrícola.

Almeida (2006) afirma ainda que, nas análises econômicas da agricultura brasileira, não são incluídas as formas de uso comum da terra. Essa tendência de omissão, na maioria das vezes, faz parte de noções deterministas, que classificam como irrelevantes tais formas de uso da terra, pois são “atrasadas, inexoravelmente condenadas ao desaparecimento, ou meros vestígios do passado, puramente medievais, que continuam a recair sobre os camponeses, subjugando-os” (Ibid., p. 104). Nessa perspectiva, os autores que defendem esse tipo de noção entendem erroneamente que tanto os camponeses como as terras de uso comum são “formas residuais ou ‘sobrevivências’ de um modo de produção desaparecido, configuradas em instituições anacrônicas que imobilizam aquelas terras, impedindo que sejam colocadas no mercado e transacionadas livremente”. (Ibid., p. 104).

Com isso, os autores citados por Almeida (2006), excluem de suas análises “fatores étnicos, a lógica de endogamia e do casamento preferencial, as regras de sucessão e demais preceitos, que porventura reforcem a indivisibilidade do patrimônio daquelas unidades sociais

(...)”. Para eles, esses elementos são um entrave que impede a entrada dessas terras no mercado imobiliário. A terra, entendida como uma mercadoria e produtora de mercadoria deve ser um “fator de produção livremente utilizada” e não imobilizada para o uso comum. (Almeida, 2006, p. 104)

Mediante tais argumentos, as interpretações ortodoxas delineiam um quadro de desintegração potencial daqueles sistemas, porquanto fadados ao aniquilamento pelo progresso social e pelo desenvolvimento das forças produtivas. Em suma, consideram que a expansão capitalista no campo necessariamente libera aquelas terras ao mercado e à apropriação individual provocando uma transformação radical das estruturas que condicionam o seu uso. Às análises econômicas assim elaboradas, soam, portanto, indiferentes quaisquer das particularidades que caracterizam as formas de posse e uso comum da terra, visto que jamais constituem um obstáculo insuperável ao desenvolvimento capitalista. (Ibid., p. 104-105).

Em seus argumentos, o autor chama atenção para duas questões, as quais já foram analisadas em capítulo anterior. Na primeira, ele afirma que “a irrelevância ditada pelos determinismos é de tal ordem que, além de não ter sido contemplada oficial e formalmente”, no que diz respeito à problematização da posse e uso da terra e tem sido igualmente relegada, mesmo na intensa polêmica acerca das relações de produção no campo, que congrega copiosas interpretações que insistem em classificá-las como “feudais” ou como “capitalistas”. Quanto à segunda:

Com toda a certeza tais interpretações inspiram-se na polêmica de V. I. Lênin com os populistas, tal como o debate se colocava em fins do século XIX [...] e pouco ou nada tem a ver com os deslocamentos conhecidos pela formulação original a partir da Revolução de 1917 e mais precisamente com o ‘Esboço Inicial das Teses sobre a Questão Agrária’ para o II Congresso da Internacional Comunista, elaborado por Lênin, em junho de 1920. (Ibid., Nota de final de texto, n. 2, p.133).

No entanto, a partir do IV Congresso dos Trabalhadores Rurais⁶⁰ – realizado em Brasília, entre 15 e 30 de maio de 1985 – o governo de então, por meio dos órgãos responsáveis pela questão agrária, viu-se obrigado a colocar em sua agenda a discussão a respeito das terras de uso comum. Devido a sua importância econômica, tanto nas regiões de colonização antiga, quanto em áreas de ocupação recente. Paralelamente, era colocada a

⁶⁰ O IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, foi um marco no que se refere a organização e mobilização dos camponeses para que o Governo da Nova República, através dos órgãos fundiários oficiais lançassem a proposta do I PNRA (Plano de Reforma Agrária), em 1985. No qual o antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida, teve um papel importante de sua formulação, como um dos dirigentes MIRAD-INCRA.

necessidade de uma reflexão detida e ágil, assim como medidas urgentes, de caráter emergencial, que assegurassem a permanência dos trabalhadores nestas terras. Tal fato ocorreu em razão das mobilizações dos camponeses.

Como resultado dessas mobilizações, ocorridas em 1985, além do reconhecimento da efetiva importância das terras comuns, através do I Plano Nacional de Reforma Agrária – I PNRA da Nova República no Governo Sarney, os camponeses conseguiram a regulamentação de parte das diretrizes operacionais de regularização fundiária, que afirmava o seguinte:

A regularização fundiária levará em consideração, além da propriedade familiar, as formas de apropriação Condominial ou Comunitária da terra, dos recursos hídricos e florestais, de maneira que os trabalhadores rurais não tenham o acesso cortado a bens fundamentais efetivamente incorporados à sua economia.

Serão estabelecidas formas de reconhecimento de posse e titulação capazes de articular domínios de usufruto comum com regras de apropriação privada, também adotadas por esses grupos familiares, desde que nesse sentido tenham as comunidades rurais se manifestado favoravelmente. A orientação a ser adotada refere-se à demarcação dos perímetros desses domínios de usufruto comum, que não pertencem individualmente a nenhum grupo familiar, e que lhes são essenciais, como: coqueiros, castanhais, fonte d'água, babaçuais, pastagens naturais, igarapés e reserva de mata, de onde as famílias de trabalhadores rurais retiram palha, talos, madeira para construções e espécies vegetais utilizadas em cerimônias religiosas ou de propriedade medicinais reconhecidas.

Parte-se do pressuposto de que a necessidade de titulação não destrua ou desarticule a organização e o sistema de apossamento pré-existente. Isso exigirá a compatibilização dos cadastros declaratórios e fundiários para que seja possível conciliar o sistema cadastral e a titulação derivada com essas formas de uso comum da terra que abrangem, inclusive, a combinação da agricultura com extrativismo em áreas descontínuas e outras associações de sistemas produtivos adequados à realidade regional. Cf. Proposta para a elaboração do I Plano de Reforma Agrária. Brasília, Mirad, maio de 1985, pp. 32 e 33. (Nota de final de texto n. 3, p. 133, grifo do autor).

Como é sabido, nas terras de uso comum normalmente existe dificuldade na reconstrução da cadeia dominial, o que coloca essas terras como as mais visadas “à ação dos grileiros e dos novos grupos interessados em adquirir vastas extensões” (Ibid., p. 106). Como exemplo, nos anos de 1985 e 1986, foi registrado oficialmente centenas de conflitos sociais nas regiões críticas de tensões do norte de Goiás, no Maranhão, no Pará, no Ceará, na Bahia e no sertão de Pernambuco, nas denominadas terras comuns. (Ibid., p.106). Também como resultante das mobilizações dos camponeses nesse período, iniciou-se efetivamente o registro

sistemático das extensões dessas terras, através do Laudo Fundiário (LF) pelo INCRA, a partir de 1996. No Laudo Fundiário, é levantado “informações sobre os imóveis rurais e seus detentores a qualquer título, parceiros e arrendatários. Nos laudos fundiários, as terras de uso comum receberam “a denominação genérica de ‘ocupações especiais’, abrangendo dentre outras”, as chamadas **terras de santo, dos índios** que não devem ser confundidas com as terras indígenas, de **negro, fundos de pasto e pastos comuns**, também cognominadas abertas, soltas e campos. (ALMEIDA, 2006, p. 106)

Com isso, foram conhecidas as demandas sociais e as realidades locais, mesmo não se tendo parâmetro do rigor da avaliação dos questionários.

As apreensões nesse sentido, justificadamente, aumentaram com a derrocada da 'reforma agrária da Nova República', cuja pá de cal consistiu no decreto que estabelece limites de áreas para os imóveis rurais a serem objeto de desapropriação por interesse social e que extingue o Incra, datado de 22 de outubro de 1987. (Ibid., p.106-107).

A partir das demandas e realidades sociais, foram desenvolvidas pelo autor análises na tentativa de precisar as origens históricas dos grupos que se enquadrariam dentro dessa modalidade de apossamento, fruto de trabalhos de campo realizados, principalmente por antropólogos, nos “últimos quinze anos, e secundada pela produção dos técnicos dos órgãos oficiais de ação fundiária, que ocorreu por meio da observação direta e de verificações locais de conflitos - empreendidas entre junho de 1985 e dezembro de 1986⁶¹”. (Ibid. p. 107)

Para o mesmo autor, os sistemas compreendem-se como formas de uso comum nas regiões de colonização antiga, nas suas mais variadas formas, com certos aspectos fundamentais comuns, quer seja de natureza histórica, quer seja nos tipos de agricultura desenvolvida. Historicamente, há uma nítida diferenciação em termos qualitativos “daquelas referências históricas geralmente acionadas e concernentes às ‘sobrevivências’ e ‘vestígios feudais’”. Com essa linha de análise, o autor se contrapõe às interpretações de cunho

61 Ressalta-se a importante contribuição do autor, no levantamento de dados sobre as diversas formas de terras de uso comum no Brasil. Assim como, o levantamento desses dados pelos técnicos dos órgãos oficiais de ação fundiária, só ocorreu durante a gestão do autor no MIRAD-INCRA, após sua saída, o governo deixou de realizar esse levantamento.

evolucionista, pois entende que antes mesmo da forma de apossamento de terras comuns “terem suas bases assentadas em 'outros modos de produção, como o escravismo ou feudalismo, representam, em verdade, produtos de antagonismos e tensões peculiares ao próprio desenvolvimento do capitalismo” no campo, por ser um modo capitalista de produção desigual, contraditório e, por isso, conflitivo. As terras de uso comum, segundo o autor, se constituem, “por outro lado, paradoxal e concomitantemente, em modalidades de apropriação de terra, que se desdobram marginalmente” ao modo capitalista de produção, que é dominante; e surgiram como estratégia de autodefesa da classe camponesa, na procura de alternativas para garantir a reprodução de suas condições materiais de existência, “em conjunturas de crises econômicas também cognominadas pelos historiadores de ‘decadência da grande lavoura’” (Ibid., p. 109). Dessa forma, a consolidação das terras de uso comum ocorreu em formas aproximadas de corporações territoriais, principalmente em regiões “periféricas, meio a múltiplos conflitos, num momento de transição em que fica enfraquecido e debilitado o poderio do latifúndio sobre populações historicamente submissas (indígenas, escravos e agregados)” (ALMEIDA, 2006, p. 109).

As formas de terras de uso comum converteram-se em formas duradouras de acesso e manutenção da terra, que foram sendo apropriadas, principalmente, “nas relações de circulação”. Sendo sua distribuição desigual em várias frações sem terem vínculos entre si, mas tendo como traço comum a “função de abastecimento de gêneros alimentícios (farinha, arroz, feijão) aos aglomerados urbanos regionais” (Ibid., p. 109-110).

De acordo com o autor:

Vale esclarecer, todavia, que há um sem número de situações em que a disfuncionalidade explica a tolerância para com as formas de uso comum; existem, por outro lado, tentativas outras que conheceram medidas fortemente repressivas e completo aniquilamento, notadamente, quando imbricadas em manifestações messiânicas e de banditismo social. No bojo desses movimentos religiosos e de rebeldia, notadamente em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, ocorreram tentativas de estabelecer novas formas de relações sociais com a terra. Promulgaram que a terra deveria ser tomada como um *bem comum*, indivisível e livre, cuja produção dela resultante seria apropriada comunalmente. Tanto no sertão nordestino, quando no Sul do país tais movimentos ao conhecerem uma expansão e

desenvolverem o que apregoavam, foram considerados como ameaçando o sistema de poder. Aos estimularem o livre acesso à terra, fora de áreas tidas como periféricas, contrastavam vivamente com os mecanismos coercitivos adotados nas grandes propriedades, encerrando ‘grave ameaça’ que findou coibida pela força das armas. (Ibid., p. 110).

Quando Almeida (2006) se refere às manifestações messiânicas e de banditismo social no final do século XIX, ele está falando da Guerra de Canudos, ocorrida no sertão da Bahia.

De acordo com Clóvis Moura (2000), ao analisar a situação econômica e social da Bahia nesse período, menos de 5% da população rural possuía terras. Paralelamente ao processo de crise do escravismo, diversas leis procuraram regular a forma de acesso à propriedade, proibindo a distribuição gratuita de terras às populações pobres. Com isso, restringiram-se as possibilidades de compra da terra à maioria da população e, ao mesmo tempo, facilitou-se a concentração fundiária das oligarquias locais. Em 1895, o governo baiano promulgou a Lei n.º 286, que estabelecia como devolutas as terras que não tinham uso público, as de domínio particular sem título legítimo, as posses não comprovadas em documentos legítimos e as terras de aldeias indígenas extintas por lei ou pelo abandono dos seus habitantes.

Dois anos depois, a Lei n.º 198, de 21 de agosto de 1897, declarava terras devolutas as que não tivessem título legal e as que não fossem legalizadas em tempo hábil. Essas duas leis fragilizavam ainda mais a situação dos ocupantes pobres, que não tinham como comprovar a posse da terra com documentação legal, os quais ficavam sujeitos a perdê-las a qualquer momento mediante a pressão dos grandes latifundiários. Ao mesmo tempo, eram criados laços de dependência, pois forçavam os posseiros a permanecerem dependentes dos grandes latifundiários, que tinham influência política na região. Foi nesse contexto político e social que o arraial de Belo Monte transformou-se em uma espécie de “terra prometida”, à margem dos males da terra, para os adeptos e simpatizantes do líder religioso Antônio Conselheiro. (MOURA, 2000, p.22).

Tudo o que foi afirmado anteriormente, é confirmado por Maria Margarida MOURA

(1988), quando descreve detalhadamente a fazenda no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais:

A fazenda – com a roça e a casa do agregado no seu interior, a terra do sitiante nas suas extremas e a terra de posse nas áreas para onde quer expandir-se – cria diferentes tipos de dependência dessas frações sociais em face do grande proprietário. Essa dependência, que enredava e enreda os lavradores em relações sociais que envolvem tanto o trabalho quanto outras importantes diádes socioculturais, como a amizade, o compadrio e o compromisso ritual para com as festas de padroeiro, tem como núcleo a questão de terras dotadas de distintos regimes de apropriação em face da fazenda. A expulsão e a invasão seriam, assim, o cume da supressão de tais consciências, que se sustentavam de modo tenso. (Ibid., p.15).

Almeida (2006) também se refere à Guerra do Contestado, ocorrida na divisa do Paraná e Santa Catarina, no início do século XX (1912-1916). Assim como Duglas Teixeira Monteiro (1974), ao estudar a Guerra do Contestado, analisa o comportamento social de seus integrantes que, “enfrentando uma crise global, recolocou, dentro dos limites que lhe eram dados, os problemas fundamentais de sua existência enquanto grupo”. (MOURA, 1988, p.10).

ALMEIDA (2006), também nos diz que:

Do mesmo modo foram duramente reprimidas, mas não necessariamente aniquiladas em toda sua extensão, aquelas tentativas de se estabelecerem territórios libertos, que absorviam escravos evadidos das grandes fazendas de algodão e cana-de-açúcar. Estas últimas formas conheceram sua expressão maior com a multiplicação de quilombos nos séculos XVII e XIX, encravados em locais de difícil acesso, inclusive nas regiões de mineração aurífera. Lograram êxito, em inúmeras situações, na manutenção de seus domínios. (p. 110).

Portanto, pode-se assegurar que as diferentes situações de apossamento de terras comuns, como as terras de Preto, Santo, Parente, Negro, dos Índios, Fundo de Pasto e Pastos Comuns, são originárias do processo histórico de desagregação das grandes explorações de monocultoras, que lhes deu origem. Conforme assevera Almeida (2006):

Os sistemas de uso comum podem ser lidos, nesse sentido, como fenômenos históricos no processo de desagregação e decadência de *plantations* algodoeiras e de cana-de-açúcar. Representam formas que emergiram da fragmentação das grandes explorações agrícolas, baseadas na grande propriedade fundiária, na monocultura e nos mecanismos de imobilização da força de trabalho (escravidão e peonagem da dívida). Compreendem situações em que os próprios proprietários entregaram, doaram formalmente ou abandonaram seus domínios face à derrocada. Entenda-se que se tratavam de terras tituladas, já incorporadas formalmente ao mercado desde, pelos menos, a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, a qual dispunha sobre a mediação, demarcação e venda das chamadas “terras devolutas do Império”. Em certa medida, ocorre uma reversão numa tendência tido como ascensional de estabelecimento de domínios privados com valores monetários fixados. (p.111).

Moura (1988), ao fazer uma análise comparativa da realidade física da terra com a realidade histórica dos homens, dá como exemplo a transformação da propriedade privada da terra, que se configura em fato importante para a compreensão das diferentes formas de uso comum da terra no Brasil, pois, no seu entendimento, “A formação ou transformação da propriedade privada, que passa a dar um novo sentido ao controle da terra e à substância das relações de trabalho, revoluciona o conteúdo político e simbólico das relações sociais, através da práxis social envolvida”. (MOURA, 1988, p.14).

No caso brasileiro, a autora afirma que a propriedade privada da terra emergiu com o advento da Lei de Terras, o qual já foi objeto de análise em capítulo anterior. Mas, antes da Lei de Terras, o que predominava no período de 1822 a 1850, com o fim das Sesmarias, era a posse da terra, que ainda de acordo com a autora:

A posse era, pois, a forma histórica de ocupação da terra. Simultaneamente, havia a terra do comum, que tinha estatuto distinto, calçado na apropriação coletiva. Com essa denominação, as câmaras protegiam terras de uso comum – pastagens, florestas onde se retiravam lenha e madeira para a feitura de móveis e vigas – bem como as aguadas. Com a privatização da terra, esta forma torna-se possível de aquisição, pela mediação mercantil da compra e da venda. Na prática, a propriedade privada torna-se antitética da posse, instituto a ser transformado em propriedade. (idem, p. 14-15).

Seguindo a análise de Almeida (2006), é possível afirmar que parte dos faxinais da região central do Paraná originou-se do período histórico de desagregação e decadência das grandes fazendas de criação de gado *vacum* e invernagem do gado muar. O que é confirmado por Jayme Antonio Cardoso e Cecília Maria Westphalen (1978), quando dizem que:

Na verdade, porém, o grande negócio que se firmara na segunda metade do século XIII e início do século XIX, fora o da criação de gado *vacum*, seguida de invernagem do gado muar, a partir de 1731, com a abertura da Estrada do Viamão, do Rio Grande do Sul, destinava-se à feira de Sorocaba, objetivando os trabalhos e transporte das Minas Gerais e das fazendas de café. (...).

Com base no criatório e na invernagem, foram ocupados os campos de Curitiba, os Campos Gerais, bem como, no século XIX, aqueles de Guarapuava e Palmas.

A sociedade era patriarcal, latifundiária, escravocrata e empenhada na comercialização de um só produto, o gado, com vistas ao abastecimento do mercado interno voltado para o comércio externo.

(...)

No entanto, esse negócio iniciado no século XVIII esgotar-se-ia na década de 1870, quando da entrada em operação das estradas de ferro, em São Paulo, as quais, transportando, sobretudo o café, fizeram com que os animais de carga perdessem sua função econômica, repercutindo sobremaneira na economia paranaense, em grande parte fundada no tropeirismo. (Ibid., p.5).

Com a crise econômica das grandes explorações monocultoras e das grandes fazendas de gado, principalmente de bovinos, ocorreram suas fragmentações, que foram, na sua maioria, entregues, doadas ou mesmo abandonadas pelos proprietários no período da desagregação. No entanto, não se verificou necessariamente, nessas áreas, uma divisão das terras em parcelas individuais.

De acordo com Almeida (2006), como resultado em termos econômicos dessa desagregação, nas regiões onde não houve a introdução de novas tecnologias ou a adaptação para uma agricultura comercial assentada “em novas relações de trabalho; que consistiu no afrouxamento dos mecanismos repressores da força de trabalho e na formação de um campesinato, congregando segmentos de trabalhadores rurais que viviam escravizados ou imobilizados naquelas unidades produtivas”. (p. 111).

Esse campesinato, que o autor define como originário da desagregação e decadência das grandes plantações, produzia de forma autônoma, pois já não estava mais vinculado aos grandes proprietários. E como forma de garantir sua reprodução social, constituiu formas organizativas de cooperação e de “formas de uso comum da terra e dos recursos hídricos e florestais”. As formas de cooperação não se restringiam apenas às atividades produtivas, como “abrir roçados e dominar áreas de mata e antigas capoeiras”, tarefas que uma só unidade familiar camponesa não dava conta de executar, mas, “sobretudo, por razões políticas e de autopreservação” (Ibid., p. 111). Os mutirões, puxirões ou outras diversas denominações regionais tornaram-se um importante instrumento para garantirem as formas de uso comum da terra e seus recursos naturais, bem como sua coesão política. De acordo com Almeida (2006):

Os sistemas de uso comum tornaram-se essenciais para estreitar vínculos e forjar uma coesão capaz, de certo modo, de garantir o livre acesso à terra frente a outros

grupos sociais mais poderosos e circunstancialmente afastados. Uma certa estabilidade territorial foi alcançada pelo desenvolvimento de instituições permanentes, com suas regras de aliança e sucessão, gravitando em torno do uso comum dos recursos básicos. Esse passado de solidariedade e união íntima é narrado como “heroico” pelos seus atuais ocupantes, mais de um século depois e também visto como confirmação de uma regra a ser observada para continuarem a manter seus domínios. Para além da representação idealizada, destaca-se que estabeleceram uma gestão econômica peculiar, ou seja, não necessariamente com base em princípios de igualdade, mas consonantes diferenciações internas e interesses, nem sempre coincidentes, de seus distintos segmentos. (p. 112).

Com isso, o autor se contrapõe de forma asseverada e correta às argumentações daqueles que afirmam que formas de uso de terra comum no Brasil são residuais e serão destruídas com o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo. Ao contrário do que pensam esses autores, as formas de uso comum da terra são processos sociais resultantes das próprias contradições do desenvolvimento desse modo de produção, assim como é uma negação da transformação do ex-escravo e do camponês em proletário: “Verifica-se o acamponesamento do primeiro e uma redefinição da condição do segundo, transformando, segundo expressão da literatura econômica, em campesinato livre”. (Ibid., p.113). Ou, como também bem afirma Oliveira (2002): “Os camponeses, em vez de se proletarizarem, passaram a lutar para continuarem sendo camponeses.” (p.72). Aqueles autores que proclamam o fim das formas de uso comum da terra e a extinção do campesinato, “têm uma concepção teórica que deriva de uma concepção política de transformação da sociedade brasileira”. (Ibid., p. 72).

Por outro lado, Campos (2000), ao fazer uma análise do processo histórico das formas de uso de terra comum no Brasil, em um entendimento que dá ênfase à questão jurídica, não leva em conta que, já na sua gênese, essas formas de apossamento, na sua grande parte, são resultado de um processo histórico de luta de classes. Primeiro, porque os grandes latifundiários, que produziam, inicialmente, a monocultura da cana-de-açúcar e algodão e, depois, a monocultura do café para exportação, estavam sempre sujeitos às oscilações dos preços internacionais dos produtos agrícola, e os grandes fazendeiros de gado, principalmente do bovino, produziam para o mercado interno. E, segundo, porque uma fração dos africanos

negros não se sujeitou ao trabalho escravo e foi construir o “território livre, liberto, dos africanos/brasileiros escravos”, onde a produção da agricultura era coletiva. (OLIVEIRA, 1999, p.12). E, ainda, entre esses grandes proprietários de terras, havia uma parcela de agregados ou colonos e meeiros, que se libertaram de sua peia, constituíram uma fração da classe social camponesa.

Mas o viés da análise de Campos (2000) não invalida a grande contribuição que deu sua pesquisa, principalmente para a Geografia compreender essas formas de apossamento — que, aliás, entende-se ser pioneira no seio da ciência geográfica — e além da contribuição cultural quanto ao uso das florestas e pastagens do campesinato ucraniano, polonês e outras etnias que migraram para o Brasil, a partir da segunda metade do século XIX.

Ressalte-se que o elemento jurídico é um dos vários elementos que deve ser compreendido nas formas de uso de terras comum, na tentativa de se desvendar como se engendrou o processo histórico de luta de classes, entre os grandes proprietários de terras e classe camponesa ou fração dos movimentos socioterritoriais na construção, manutenção, destruição e/ou reconstrução do território camponês. E conseqüentemente, analisar a forma de organização camponesa dos faxinais do Paraná.

Por mais que se queira dar a valorização merecida às normas costumeiras do uso comum da terra e seus recursos básicos, infelizmente existe o direito positivo de visão romana, que foi criado pela burguesia para consolidar a propriedade privada da terra, e cujo mediador é o Estado através do Poder Judiciário na busca de exaurir seus conflitos, que em alguns momentos é contraditório, como já foi dito por Campos (2000):

A ação do Estado é constantemente dual. No caso específico das terras de uso comum [aliás, em nada diferente do que ocorre em outras formas de usufruto da terra] sua ação vai de encontro aos interesses dos usuários, garantindo-lhe o direito de usufruto sem maiores problemas. Mas, segundo os interesses em jogo, vai também de encontro aos interesses individuais de apropriação. Esta segunda situação tem peso considerável, pois, é via Estado que as leis são regulamentadas. (Nota de Rodapé nº 80, p. 80).

Salienta-se ainda que, na atual face do modo capitalista de produção, os recursos

naturais ficam subordinados às leis do mercado e do capital, transformando-os em mercadoria, para satisfazer a ideologia do consumo, via turismo rural, turismo ecológico, etc., e com isso provocando uma crise social e ecológica. Ou seja, transformou-se aquilo que não foi destruído, em todo um processo de acumulação, em valor, com a mediação do Estado.

Para Campos (2000), para se compreender as terras de uso comum no Brasil é necessário um esforço duplo, pois elas são popularmente caracterizadas como “terra do povo, usufruída desde tempos imemoriais” (Ibid., p. 68). E o sentido de tempo imemorial é para determinar uma situação que venha compreender a ordem jurídica e ser assim por todos reconhecida, ressalvando que, “juridicamente, a situação é bem mais complexa”. (Ibid., p.68,). Entretanto, em termos empíricos, o autor afirma que as terras de uso comum desenvolveram-se em diferentes formas, pois, por um lado, algumas delas “tiveram uma conotação socioespacial ampla, ocorrendo em diferentes partes do território, embora conjugadas a elementos regionais” Por outro lado, há formas de terras de uso específicas, “tipicamente regional, por ocorrerem em determinados espaços ou situações características” (CAMPOS, 200, p.77).

Da mesma forma, existem várias situações de uso de terras comum, em que domina, como em Portugal, a forma germânica, mesmo se levando em consideração as especificidades regionais e socioespaciais que lhes são próprias, constituindo de certo modo o “suplemento da propriedade individual” (Ibid., p. 78), as quais Campos (2000) afirmou serem “áreas coletivamente utilizadas sem nenhuma espécie de discriminação, e que ocorrem em muitos lugares do Brasil, sobretudo em áreas de domínio público”, sem deixar de ocorrer o uso coletivo em áreas de propriedade privada da terra. Neste caso, o autor caracteriza o uso de terra comum como uma forma típica de compáscuo, “ligados às formas de condomínio ou de servidão.” (p.78-79). Essa caracterização do uso coletivo da terra em propriedade privada também é feita por Jair Lima Gevaerd Filho (1989), quando desenvolve uma análise da forma

comunal de exploração da terra, no caso dos faxinais do Paraná, no que se refere ao perfil histórico-jurídico. No entanto, o autor entende o termo 'compáscuo' como um “neologismo jurídico, pois não se encontra em nenhum diploma legal lusitano ou brasileiro anterior ao Código Civil Português (1967)” (p. 45). A hipótese levantada pelo estudioso é que o termo, provavelmente, tenha sido tomado dos romanistas que faziam referências aos pastos comuns, definindo-os por “compáscuo”. Também é afirmado por ele que nenhum vocábulo análogo ou similar pode ser encontrado em outros códigos cíveis estrangeiros. (Ibid., p.45).

Por outro lado, Campos (2000) afirmou que há outras formas de terra de uso comum que receberam influência romana, principalmente em termos jurídicos, que define o “uso comum (sobretudo em áreas públicas) sendo definido por uma relação entre o Estado e particulares. Essa situação é provavelmente mais comum a partir da República, cujas terras de domínio público passam, com a Constituição de 1891, à atribuição dos Estados-membros.” (p.78).

Quanto ao que ocorre no Brasil, as formas de terras de uso comum com “características próximas à transumância” não têm as mesmas características das que ocorrem em Portugal ou em outras partes da Europa. É citado pelo autor, por outro lado, a ocorrência dessa forma de uso da terra nas “serras da fachada atlântica meridional ou áreas de chapadões do Nordeste”.

É ressaltado pelo autor que muitas das formas de uso comum da terra, no caso brasileiro, por terem recebido influência portuguesa, “acabam por identificar aspectos inerentes à própria formação da sociedade brasileira”, como também é apontada a hipótese do desaparecimento das formas de uso comum de gênese antiga, o que teria sido provocado pelas “profundas transformações” que ocorrem ao longo do tempo. Por outro lado, também é apontada a hipótese do surgimento de novas formas de uso comum da terra, em regiões de desagregação de “certas economias, como aquelas ligadas ao latifúndio”. (CAMPOS, 2000, p.

79). A questão é que o autor não explicita quais os tipos de uso comum de terras passíveis de desaparecimento foram provocadas pelas profundas transformações, e nem quais se originaram da desagregação de certas economias.

Já Almeida (2006) afirma que aqueles “trabalhadores rurais que viviam escravizados ou imobilizados”, nas grandes propriedades, se livraram da peia dos grandes latifundiários produtores de monocultura e criadores de gado e constituíram um novo campesinato enquanto seus descendentes “passaram a se autorrepresentar e a designar suas extensões segundo denominações específicas atreladas ao sistema de uso comum.” (Ibid., 113). Essa noção de **terra de uso comum** é acompanhada de “elemento de identidade indissociável do território ocupado e das regras de apropriação”, como é evidenciado na heterogeneidade de suas denominações. (Ibid., p.113).

5.1 - AS DIVERSAS DENOMINAÇÕES DE TERRAS DE USO COMUM

5.1.1 - Terra de Preto:

Quanto ao uso dessa denominação, parto das referências de pesquisas em que Mourão Sá (1975); Soares (1981); Correia Lima (1982); Correia (1986); Almeida e Correia et al (1985); Linhares (1985); Carvalho (1987) e Salles (1984), Almeida (2006) afirmaram que **Terra de Preto** são aquelas que foram “doadas, entregues ou adquiridos, com ou sem formulação jurídica, por famílias de ex-escravos”. Abrangendo também as que foram concedidas pelo “Estado a tais famílias, mediante a prestação de serviços guerreiros”, cujos descendentes “permanecem nessas terras há várias gerações sem desmembrá-las e sem delas apoderarem individualmente”. Estas terras estão na “Baixada Ocidental, nos Vales dos Rios Mearim, Itapecuru e Parnaíba, no Estado do Maranhão, e na zona limítrofe deste com o Piauí, são também observáveis no Amapá, na Bahia, no Pará, bem como em antigas regiões de exploração mineral de São Paulo e Minas Gerais, onde as agriculturas comerciais não

chegaram a se desenvolver de maneira plena”. (Almeida, 2006, p. 113).

São ainda incluídos nessa denominação aquelas terras em situações particularizadas em que existe a “presença de descendentes diretos de grandes proprietários” (Ibid., p.113), cujo poder de coerção é mínimo e, portanto, adotam a forma de aforamento⁶². Nesse caso específico, as famílias de ex-escravos e seus descendentes foram mantidas na condição de foreiros, “sem quaisquer obrigações maiores, possibilitando, inclusive, uma coexistência de formas de uso comum com a cobrança simbólica de foro incidindo sobre parcelas por família, visando não deixar dúvidas sobre o seu caráter privado”. É importante lembrar que as agriculturas comerciais de cacau, algodão, café e cana-de-açúcar não se desenvolveram nessas terras. (ibid., p. 113)

A denominação **Terra de Preto** também é abarcada naquelas “extensões correspondentes a antigos quilombos e áreas de alforriados nas cercanias de antigos núcleos de mineração, que permaneceram em isolamento relativo, mantendo regras de uma concepção de direito, que orientavam uma apropriação comum dos recursos” os quais são localizados nas “regiões do Tocantins Goiano, da Serra Geral no Norte de Goiás, no Vale do Maracassumé, no Maranhão; e nas antigas áreas mineradoras de Goiás e São Paulo” (ALMEIDA, 2006, p. 114).

Há ainda **Terras de Preto** que foram conquistadas pelos serviços dos escravos prestados ao Estado na condição de guerreiros, como no caso da guerra da Balaiada: “A incorporação militar de escravos evadidos, que atuavam como ‘bandos armados’ foi negociada, e o pagamento consistiu em alforria e entrega de terras ao ‘chefe dos bandos’”. A

⁶² Aforamento é o ato de concessão de privilégios e deveres sobre uma propriedade cedida em enfiteuse para exploração ou usufruto ao seu ocupante, pelo proprietário. Os aforamentos podiam ser concedidos por pessoas públicas ou privadas; e geralmente são feitos especificando um certo número de gerações em que o foro (quantia em dinheiro ou espécies, ou ambas, paga anualmente ao proprietário do foro) tem validade, antes que o mesmo caducasse juridicamente. O número de gerações em que o foro mais costuma ser estabelecido é três, porém isto pode variar livremente. O não cumprimento das obrigações forais, quer por parte do proprietário, ou do foreiro do prazo aforado, podia fazer cessar em tribunal a constância do mesmo. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Aforamento>. Acesso em: 19 de jun. 2007.)

autodefinição “deste mesmo ancestral comum tem reforçado, durante século e meio, os laços solidários do grupo e certas regras de uso comum, mesmo após o assentamento promovido pelo INCRA-MA, nos anos 1976-77, em Saco das Almas”. (ALMEIDA, 2006, p.114).

O Almeida (2006) reafirma que essas formas de acesso à terra aparecem nas regiões onde ocorreu a “desagregação da *plantation* ou fora de seus limites estritos, quando estão relativamente desativados os mecanismos de repressão da força de trabalho”. Ele afirma ainda que tais formas de acesso à terra não podem ser entendidas com a noção de “protocampesinato”, que é definido como “as atividades agrícolas autônomas dos escravos nas parcelas e no tempo para cultivá-las, que lhes eram concedidos dentro de *plantation*”. Aqui, o autor faz uma diferenciação entre o dentro e o fora, “capaz tão só de alertar superficialmente para uma possível diferença”. (p. 115 e 134, grifo do autor).

Todo o esforço de Almeida (2006a) conduz à demonstração de que a questão das chamadas **Terras de Preto** deve ser remetida à formalização jurídica das terras de uso comum, ou seja: domínios doados, entregues ou adquiridos; concessões feitas pelo Estado; áreas de apossamento ou doações em retribuição aos serviços prestados. As chamadas **Terras de Preto** compreendem, portanto, diversas situações decorrentes da reorganização da economia brasileira no período pós-escravista, em que, inclusive, não apenas os descendentes estão envolvidos.

5.1.2 - Terras de Santo

Aqui, uso como referencial as pesquisas de Mourão Sá (1975); Prado (1975); Rivaldi (1981) e O’dwyer (1979), Almeida (2006a) que afirmam que as **Terras de Santos** se constituíram pelo processo de desagregação de extensos domínios territoriais pertencentes à Igreja Católica. De acordo com o Almeida (2006), na segunda década do século XIX, ocorreu a desorganização das fazendas de algodão das ordens religiosas, e dá como exemplo o caso do

Maranhão, onde “imensas extensões exploradas por ordens religiosas (jesuítas e depois carmelitas, mercedários) foram abandonadas ou entregues a moradores, agregados e índios destribalizados e submetidos a uma condição de acamponesamento, que ali já cultivavam” (Ibid., p. 115). Assim também ocorreu em outras terras com fundamentos históricos semelhantes, onde se passou a praticar a forma de uso comum da terra, “mesmo após as autoridades eclesiásticas terem interferido e entregue formalmente estas terras à administração do Estado, em finais do século XIX” (Ibid., p. 115).

No que diz respeito às denominações e limites territoriais das Terras de Santo, elas recebem o nome do santo padroeiro das fazendas até onde abarcam seus limites, como por exemplo, terras de Santa Tereza, de Santana e de São Raimundo, etc. (ALMEIDA, 2006, p.115)

De acordo com o autor, “nas chamadas **Terras de Santo**, entretanto, as formas de uso comum coexistem, ao nível da imaginação dos moradores, com uma legitimação jurídica de fato destes domínios, onde o santo aparece representado como proprietário legítimo, a despeito das formalidades legais requeridas pelo código da sociedade nacional”. (Ibid., p.116).

No que tange à própria especificidade dessas terras, no que se refere à figura representativa legal perante a sociedade, ela é representada pelos “denominados encarregados ou lideranças do grupo, que teriam basicamente funções vinculadas ao ciclo de festas e ao cerimonial religioso”. Além dessas funções, esses representantes também administram os bens do santo, arrecadam as *joiás*, que é uma forma de pagamento simbólico feito pelas famílias moradoras dessas terras, bem como são o responsável pela “coesão do grupo acionando rituais de devoção” (ALMEIDA, 2006, p. 116, grifo do autor).

Essas terras também foram encontradas nas “regiões de grandes explorações de cana-de-açúcar da Zona da Mata pernambucana, cujas unidades produtivas se modernizaram em

fins do século XIX com o advento dos engenhos e das usinas”. No caso específico, ocorre uma união entre a noção de “grandes extensões de terras disponíveis e abertas à pequena produção em contraposição às grandes propriedades fundiárias circundantes” a esses territórios. (ALMEIDA, 2006, p. 117). Mas o autor faz um alerta, afirmando que nesses territórios nem sempre ocorre a forma de uso comum da terra. Nessas condições, recebem a denominação de patrimônio, os quais, muitas vezes, abarcam povoados camponeses localizados “dentro de grandes propriedades, que permanentemente ameaçam intrusar seus domínios” (Ibid., p. 117).

Também no sertão nordestino, nas regiões de expansão da frente pecuária, onde os campos e aguadas são mantidos sob as regras costumeiras de uso comum, é encontrada a noção de **Patrimônio do Santo**, como no Município de Benevides-PA, onde existem as “ambiguidades que envolvem as chamadas ‘terras da Igreja’, como no caso de *patrimônio* de Nossa Senhora da Conceição” (Ibid, p. 117, grifo do autor), onde as autoridades diocesanas recebiam dos camponeses uma contribuição anual, que é denominada de “renda”, a qual, inicialmente, era simbólica com “doações voluntárias e não necessariamente pré-fixadas”. Mas, em meados de 1983, as autoridades diocesanas resolveram aumentar o valor nominal da “renda”, em sua legislação, pois os camponeses se recusavam a efetuar o pagamento, alegando que a “terra era da santa e não das autoridades eclesiásticas”. (Almeida, 2006, p. 117).

Como uma das variantes das formas de apossamento das **Terras de Santo**, pode ser encontrada as denominadas terras de Irmandade, no Rio de Janeiro, na região de São José da Boa Morte.

5.1.3 - Terras dos Índios

Com essa denominação são intituladas as terras “que foram entregues formalmente a

grupos indígenas ou seus remanescentes, na segunda metade” do século XIX e início do século XX, sob a forma de doação ou concessão por serviços prestados ao Estado. Entre os serviços prestados pelos indígenas, pode-se destacar que a “abertura de estradas pioneiras, colaboração com as expedições militares de desbravamento e outros serviços realizados em obras públicas, explica tais atos de consentimento” (ALMEIDA, 2006, p. 117). No entanto, as titulações ocorrem muitas vezes individualmente a determinados grupos de famílias. Com esse procedimento administrativo, ao longo do tempo, têm-se alimentado tensões internas de difícil conciliação, mesmo naqueles territórios considerados oficialmente como terras indígenas. Almeida (2006) exemplifica com o que ocorreu com os índios Potiguara da região “extinta sesmaria dos índios de Monte-Mor, na Paraíba, a quem foram concedidos títulos de posses particulares pelo governo imperial entre 1867-69” (Ibid., p.117).

Os grupos familiares indígenas tanto do Nordeste, quanto os do Sul, que receberam as concessões de terras do governo, a exemplo das áreas de colonização antiga, sofreram um processo acelerado de destribalização e de “perda gradativa de identidade étnica e passam, no momento atual, por um processo de acamponesamento” (ANDRADE, 1995, p. 118). Esse fato significou a perda da língua e de outros elementos da cultura indígena. Foi observado pelo autor que os descendentes diretos desses grupos se mantêm em seus territórios, lutando contra as tentativas de intrusamento, assim como continuam a denominá-los de terra dos índios, pois desde a sua origem a legislação tratava-os como tal.

Mantém-se cultivando e habitando nessas áreas, há várias gerações, sem qualquer ato de partilha legal que autorize apropriações individuais e desmembramentos. Correspondem a diversas extensões, localizadas no Vale do Rio Pindaré (MA), no sertão nordestino, com inúmeros povoados e centenas de famílias, que adotam o uso comum dos recursos básicos e que também os denominam de **terra comum**. (ANDRADE, 1995, p. 118, negrito do autora).

Mesmo sendo esses territórios usados na forma de uso comum há várias gerações, isso não significa que existam tensões entre a apropriação de tratos individuais e aquela das áreas de uso comum, pois ocorrem momentos em que “acirramento das tensões internas ou de

conflitos com os antagonistas tradicionais e externos levam os descendentes diretos a exibirem documentos que creem comprobatórios dos direitos outorgados a seus ancestrais”. (Ibid., p. 118)

Um esforço no sentido de fornecer dados etnográficos substanciais sobre essa forma de apossamento foi empreendido por Maristela de Paula Andrade (1990), ao elaborar sua tese de doutorado, junto aos camponeses, no Município de Viana - MA, Baixada Ocidental Maranhense. Embora a situação estudada pela autora guarde especificidades históricas e etnológicas, é possível perceber similaridades com as situações características do uso comum da terra em outras regiões. Em sua vivência com os camponeses, a autora afirma que foi possível compreender a sua organização social: “Deste modo, fomos apreendendo os significados da expressão *terra comum*, ou seja, foi sendo possível compreender que o apossamento não se realizava individualmente, por unidades domésticas ou grupos familiares, em caráter permanente, mas que combinavam a apropriação privada e o usufruto comum da terra e de outros recursos básicos”. (p. 32). Ou seja, na denominada Terra dos Índios, na articulação entre a apropriação individual/familiar e o usufruto comum dos recursos da natureza, as “várias noções, cujos significados compõem um sistema de categorias articuladas, são empregadas pelos autodenominados descendentes dos índios, para explicar a combinação entre a apropriação individual e o usufruto comum dos recursos naturais” (Ibid., p. 163).

A autora ressalta que há três níveis em que opera a categoria Terra de Índio, a saber:

(...) entendida como terra comum: a nível do território, em que os diferentes conjuntos de unidades domésticas, dispersos pelos povoados, se sentem identificados pelo fato de compartilharem uma origem étnica comum; a nível dos povoados, em que esses conjuntos se reconhecem como habitando parte de um todo e em que estão apartados dos outros pela chamada separação de trabalho; a nível dos conjuntos de unidades domésticas que, mesmo sem estar ligadas consanguineamente, compartilham certos recursos básicos, desenvolvendo diferentes formas de entreajuda. (ANDRADE, 1990, p.192, grifo da autora).

A autora acompanhou o processo de luta dos camponeses descendentes da Terra de Índio contra a grilagem de suas terras, e, através da narrativa de seus informantes, foram

detectadas várias categorias envolvidas no conflito; entre elas, destaca-se:

Grileiro “de dentro”, “integrando aquela categoria de agentes sociais que, por um lado, são oriundos do próprio campesinato; por outro, relacionam-se com certas autoridades externas – juizes, tabeliães – preenchendo, assim, as condições básicas para se tornar o elo principal da cadeia de agentes da apropriação fraudulenta da terra”. (Ibid., p. 231, grifo meu).

Andrade (1990) afirmou que o tipo de grilagem praticada pelo grileiro “de dentro”, é enquadrada dentro da modalidade que se pode chamar de 'cartorial' “em que o processo de expropriação dos camponeses transcorre após a adulteração dos documentos em cartório e não pelo uso direto da força, ao menos num primeiro momento” (p.261).

Encarregados são os descendentes dos antigos posseiros que mantêm a guarda dos documentos antigos que provam juridicamente que as terras lhes pertencem.

Testa e/ou vendedor de terra, “tal como empregado por eles, indica aquele que está na frente, o líder. Os quais foram constituídos, por meio de fraude cartorial, em ‘herdeiros’ de todo o território”. No caso do inventário, “os testa seriam os que apareceram na frente, embora tendo o grileiro por trás de suas ações” e cujas funções eram tentar cooptar os descendentes contrários à venda e parcelamento do território e vender para os próprios descendentes parcelas das terras que foram griladas.

Contrários corresponde à fração dos camponeses descendentes que eram contrários ao “parcelamento e à alienação das terras, movimentando-se no sentido de contestar o inventário fraudulento e de obstruir atos de compra e venda”.

Contra eram definidos pelos contrários como “aqueles que não querem ser a favor dos que são contra. Ou seja, esses contra são aliados” dos **encarregados** e dos **testas e/ou vendedores de terras**, recusando-se a apoiar as ações dos contrários a venda. (ANDRADE, 1990, p.36 e 232).

Compradores “de dentro”:

Uma das situações mais complexas, contrapondo facções contrárias e favoráveis à venda das terras, é aquela em que as partes envolvidas no conflito são elementos do próprio grupo, muitas vezes ligados por laços de parentesco [...]. Naquele caso, o comprador é filho do irmão do pai [...], cuja irmandade ficou privada de parte da

área que, normalmente, ocupava para implantar roçados. É nessas situações que as noções de “economia moral” parecem entrar em jogo mais fortemente, acionando o respeito àqueles que 'gastaram o dinheiro deles' [...]. (Ibid., p.261).

Pode-se perceber que ANDRADE (1990) analisa a categoria em vários de seus aspectos, nos devidos termos que são acionados por seus entrevistados no momento de luta contra a grilagem de porções de suas terras. Portanto, a valorização dos depoimentos de seus informantes foi central para o desvendamento da jurisprudência camponesa, para discernir o que seria possível de apropriação individual e o que, de acordo com as regras do grupo, seria interdito à apropriação privada.

5.1.4 - Terras de Herança

Abarcam terras tituladas, cujos espólios continuam indivisos há várias gerações, sem que sejam realizadas, de acordo com as regras jurídicas do direito positivo, as partilhas ou “que seus títulos tenham sido revalidados através de inventários que, consoantes dispositivos legais, teriam de ser realizados quando da morte do titular de direito, a fim de transmiti-los a seus herdeiros legítimos”. (ALMEIDA, 2006, p. 120).

O autor enquadra nesta designação as **Terras de Preto e Terras de Índios**, que já foram tituladas, aquelas terras envolvidas em disputas pela legitimação jurídica de seus domínios, bem como aquelas terras em que a “desagregação de grandes explorações” submeteu os descendentes diretos desses grandes latifundiários à condição de camponês. “Diferem *marcadamente* numa primeira geração, visto que, para os camponeses, o título só se coloca como uma defesa de seus direitos de cultivo, contra direitos alegados por outros grupos, que mantêm com a terra uma relação mercantil” (ALMEIDA, 2006, p. 126, grifo meu). O que é confirmado por Andrade (1990), com base em Eric Hobsbawm. Conforme a autora, na disputa de direito de posse e uso de frações do território camponês, é constituída uma “jurisprudência” própria:

No caso em questão, é muito difícil imaginar que a apropriação privada de amplas porções do território conhecido como Terra dos Índios pudesse ocorrer com o concurso apenas da força, do emprego de pistoleiros, como acontece em outras regiões. Isto porque tais ações, certamente, esbarrariam com a resistência camponesa, ancorada numa “jurisprudência” própria [...], segundo a qual o direito à terra, neste caso, decorre da posse imemorial do grupo que se reconhece como compartilhado uma origem étnica comum. [...]. O autor procura demonstrar que a posse dos chamados “papelitos” tem sido muito importante para as comunidades camponesas latino-americanas em contextos de reapropriação de terras comunais. (ANDRADE, 1990, 136-138).

Andrade (1990) chama a atenção quanto à raiz histórica do campesinato da Terra dos Índios. No seu entendimento, essa fração da classe camponesa não caberia na caracterização de campesinato *pós-plantation*, pois se está diante de uma situação histórica que antecede à implantação das explorações. “Gostaria de reter, no entanto, a ideia de que essas formas de usufruto comum dos recursos naturais são engendradas em momentos de conflito e como estratégias de autodefesa”. (p.103, grifo meu).

Em razão do adensamento demográfico, provocado pela permanência de várias gerações nessas terras, foram estabelecidas formas “peculiares de utilização da terra, que permitem classificá-las junto às aquelas de uso comum” (ALMEIDA, 2006, p. 120), assim “percebe-se que a apropriação individual, em termos absolutos, perde gradativamente sua força num contexto em que os recursos são por demais escassos, e que o grupo familiar não pode prescindir de reciprocidades econômicas”. (Ibid., p. 120).

As **Terras de Heranças** foram localizados pelo autor e Neide Esterci (1977), nas regiões tradicionais de frente pecuárias no sertão nordestino. “A inexistência de formal de partilha, entretanto, é observada em quase todas as regiões de colonização antiga do país”. Também as **Terras de Herança**, são conhecidas pelas denominações **Terra de Parente** e **Terra de Ausente**. (Ibid., p.121).

5.1.5 - Terras Soltas ou Abertas

De todas as formas de terras de uso comum, provavelmente, as terras soltas ou abertas sejam as mais utilizadas para a prática de atividades pastoris. Há notícias de sua existência no

sertão nordestino, “desde os primeiros séculos da gente pecuária, em algumas regiões da Amazônia, da Ilha de Marajó, e no Sul do país, no Paraná e Santa Catarina”. O autor afirma que, nesse período, se tem conhecimento de que as grandes propriedades jamais foram cercadas, por isso seus limites sempre foram imprecisos e sempre se confundiram, causando, dessa forma, conflitos entre os grandes proprietários. (ALMEIDA, 2006, p. 121).

No que se diz respeito aos códigos de posturas municipais, as conhecidas aguadas eram de uso comum e o gado era criado solto. “Somente os roçados deveriam ser mantidos com cercas para evitar serem destruídos pelos rebanhos”. Essa prática de uso comum da terra levava os rebanhos de gado de diferentes proprietários a permanecerem juntos e, aparentemente, misturados pelos campos. (Ibid., p.122).

Entre as diversas formas de terra de uso comum classificadas pelo autor como Terras Soltas ou Abertas, encontram-se as seguintes:

Pastos Comuns ou **Campos** da Ilha de Marajó, bem como os campos naturais da Baixada Maranhense, que “guardam maior proximidade com as regras de pecuária extensiva do sertão nordestino”. Uma das práticas comuns nessa modalidade é o aparte de gado solto para ser entregue aos legítimos proprietários. Normalmente a apartação, como é conhecida, ocorre antes na invernada, ou seja, antes das chuvas. A denominação de **Pastos Comuns** também é conhecida como **Fundo de Pasto**, quando as áreas comuns ficam afastadas das sedes das fazendas, ou **Terras Soltas**, quando não ocorre o cercamento, ou ainda **Campos** ou **Pastos Abertos**, que é a definição dada pelo IBGE, quando é realizado o Censo Agropecuário. (ALMEIDA, 2006, p. 122).

O autor lembra que já foi verificada outra noção de **Campos** ou **Pastos Abertos** quando se analisaram as **Terras de Santo**, ou seja, **Patrimônio**, que possui dois significados: o primeiro se refere às “terras e o gado doados por grandes proprietários para a construção de templos religiosos ou para arrecadar fundos a cada data comemorativa do respectivo santo”. E

a segunda “diz respeito a um conjunto de recursos essenciais – aguadas, fontes e pastagens – que, a despeito de estarem sob domínio privado e serem áreas tituladas, encontram-se dispostas em uma apropriação comum”. Ressalta ainda o autor que as **Terras de Santo** (ou **patrimônio**) não devem ser confundidas com a noção patrimônio da comunidade rural, utilizada por José Bonifácio Souza (1960), a qual “se sobrepõe, pois, a uma estrutura fundiária com base nos limites dos imóveis rurais, traçados a partir de memoriais descritivos das escrituras e da área firmada em título” (Ibid. p. 122). Almeida (2006) afirmou que:

Sob esta concepção mesmo os pequenos proprietários podem manter suas reses soltas já que as regras asseguram a manutenção e a reprodução dos rebanhos de vastíssimas redes de vizinhança nos terrenos secos das caatingas. Quaisquer que sejam seus detentores, têm direitos assegurados, inclusive, a nível formal pelos códigos de postura municipais. À exceção das serras frescas onde a lavoura é que continua sendo praticada no aberto. (Ibid., p.123).

Nas **Terras Soltas, Pastos Comuns** ou **Fundo de Pastos**, o acesso à terra não condiciona a titularidade da terra, pois “há casos em que mesmo os que aforam terras para cultivo mantêm reses nestes chamados **Pastos Comuns**”. A não repartição formal das terras e a comum falta de precisão dos seus limites, mais a existência de terras públicas, que são usadas comumente, “contribuíram para consolidar uma relação com os meios de produção, regulada baixo a coexistência de duas modalidades de apropriação: posse e uso comum e a propriedade privada, atendendo basicamente às expectativas de reprodução de uma pecuária extensiva”. (Ibid., p. 123).

Antonio Tarcisio (2005) afirma que o **Fundo de Pasto** se caracteriza pela posse e uso da terra de forma comum por grupos sociais, que, além de estarem interligados por laços de parentesco, compadrio e de proximidade, formam pequenas comunidades espalhadas pela caatinga. A estrutura dos Fundos de Pasto é composta dos elementos: área de pasto, a roça e as cercas. O Fundo de Pasto têm em comum a criação de animais de grande e pequeno porte [gado bovino - da raça conhecida como *pé duro* - caprinos e ovinos], em áreas abertas de pastagens, que também são conhecidas como “à solta”, “**terras devolutas**” ou como “**fundo**

de pasto” [devido a sua localização atrás das casas em direção à caatinga]. Os animais são pastoreados em regime extensivo ou soltos, e as áreas de pasto não são cercadas, deixando o rebanho livre para buscar comida e água. As áreas de pasto são de uso coletivo e ninguém se apropria delas. (p. 39)

Além da área de pasto, cada família mantém uma pequena roça cercada, próxima à casa de moradia, de onde se retira alimentação para a reprodução biológica e social da unidade familiar camponesa e suplementos alimentares para o rebanho. Nesse tipo de roça se cultiva milho, feijão e mandioca; no quintal se criam aves e porcos. A produção da roça não é a fonte principal de sustento da família camponesa de **Fundo de Pasto**, pois a área é de pequena dimensão, não ultrapassando duas ou três tarefas. Ao contrário de outras formas de agricultura de subsistência, a roça serve para complementar a renda do rebanho, e deve ser protegida contra a entrada da criação. No sertão existe a “Lei do Costume”, segundo a qual o pastoreio anda solto, enquanto a plantação é feita dentro da cerca. Por questões financeiras, o camponês não tem condições de construir cercas de fio de arame farpado, por isso se utiliza dos produtos oferecidos pelo bioma da caatinga, como a espécie arbórea macambira e o cacto xique-xique, para confeccionar a tradicional cerca de estaca ou “rodapé”. (TARCISIO, 2005, p. 39-40).

Guiomar Inez Germani (2005) compreende **Fundo e Fecho de Pasto** como sendo comunidades:

Essas comunidades são formações sócio-econômicas que configuram um modelo singular de posse e uso da terra, cuja expressão social vai além de sua validade como força produtiva. As propriedades coletivas são ocupadas, por uma comunidade de origem familiar comum, onde se realiza, como atividade predominante, um pastoreio comunitário extensivo de gado de pequeno porte e, subsidiariamente, uma precária agricultura de subsistência, representada, principalmente, pelos cultivos de milho, do feijão e da mandioca. (GERMANI, 2005, p. 6024).

Já em Cirlene Jeane Santos e Santos & Guiomar Inez Germani (2005), com base em Angelina Garcez, o **Fundo de Pasto** é entendido como:

[...] um costume mais que secular desenvolvido pelo homem do sertão, que lhe vem assegurando a sobrevivência como grupo, com suas práticas agrícolas e seus valores culturais próprios.

As comunidades 'pasteiras' configuram um modelo singular de posse e uso da terra, cuja expressão social vai além da sua validade como força produtiva. Integrados por pequenos produtores ocupados no pastoreio coletivo do gado caprino [...] eles asseguram a integração do homem com a terra [...]. (Ibid., p. 13.669 - 70).

As autoras fazem uma importante diferenciação entre **Fundo de Pasto** e **Fecho de Pasto**, os quais se diferenciam no que diz respeito à sua localização no ecossistema em que suas atividades são desenvolvidas e na forma do uso comum da terra, assim como na forma de criação dos rebanhos. Ambos estão pautados na baixa monetarização.

Os Fechos de Pasto estão localizados em regiões mais úmidas, com vegetação nativa geralmente constituída pelo tipo ombrófila densa ou região de cerrado, com a presença marcante da água: a utilização das terras comuns se dá no período de estiagem quando a alimentação torna-se escassa para o pequeno rebanho das terras de uso individual, prevalecendo a criação de bovinos. Entretanto essa não é a única fonte de renda, que divide importância com a atividade agrícola.

Ao contrário dos Fundos de Pasto que estão localizados em sua totalidade nas regiões do semi-árido da Bahia, convivendo com o ecossistema da caatinga e, conseqüentemente, com a escassez de água, a utilização das terras comuns é uma necessidade, fazendo parte da lógica do sistema produtivo desenvolvido e do modo de vida desses camponeses, que compartilham a terra comum como uma estratégia de vida e manutenção dos seus rebanhos, constituídos principalmente de caprinos e secundariamente de ovinos. Estas criações, juntamente com a aposentadoria, constituem-se como principal fonte de renda das comunidades. (SANTOS & GERMANI, p. 13.670).

Também em Denilson Moreira de Alcântara e Germani (2005), com base em Eric Sabourin; Patrick Caron e Pedro Carlos Gama da Silva, afirma-se que **Fundo de Pasto** é definido como “reserva de pastagens em terras utilizadas para o pastoreio comunitário, onde estas terras comuns fazem parte do patrimônio coletivo das comunidades rurais”. (p. 340).

No que diz respeito à diferenciação entre **Fundo de Pasto** e **Fecho** ou **Feche de Pasto**, além daquelas assumidas por Santos e Germani (2005, p. 13.670), há ainda a diferenciação na organização de suas terras e nas relações do cotidiano.

No Fundo de Pasto as propriedades são abertas, sem cercas, o que distingue a posse de cada morador ou mesmo os seus limites gerais, são as picadas abertas na vegetação pouco densa denominadas de variantes. Já no Feche de Pasto, a área de uso comunal geralmente localiza-se na frente das posses individuais e tem como limite natural um rio, sendo esta fechada ao fundo, com cerca feita pelos produtores

onde cada um é proprietário de uma quantidade de cerca do local onde se pratica a criação extensiva de gado. (ALCÂNTRA e GERMANI, 2005, p.342).

No que se refere às picadas ou “variantes”, os autores afirmam que o termo é usado pelos próprios camponeses, e ao mesmo tempo em que o termo é um substantivo, também pode ser um verbo. Quando os camponeses “vão abrir as picadas, conjugam o verbo variantar, variantei, variantou, variantando e assim sucessivamente”. (Nota de rodapé n. 4, ALCÂNTRA e GERMANI, p. 342).

Bernadete A. C. Castro Oliveira (1991), ao realizar pesquisa sobre “Os posseiros da Mirassolzinho” em Cáceres-MT, refere-se às picadas e lotes como sendo “categorias que se relacionam segundo a organização territorial das famílias, permitindo acesso fácil entre eles, assim como desfrutar da linha d’água mais próxima (córregos)”. (p. 87). A isso, a autora denomina como sendo “picadas de respeito”. Ou seja, as picadas ou “variantes” são limites de respeito na lógica camponesa. Para exemplificar, a autora relata um conflito com o Estado, representado pelo MIRAD/INCRA, quando eram realizados os trabalhos de medição da área pelos seus técnicos para a regularização dos limites. Pelos padrões estabelecidos pelo órgão, os lotes deveriam ter uma área de 25 hectares. Mas, os camponeses-posseiros de Mirassolzinho haviam dividido suas posses entre 10 e 30 hectares. Esses camponeses, então, lutaram para que sua lógica fosse acatada, por meio de um abaixo-assinado “onde das 488 assinaturas, 460 queriam manter o reconhecimento das ‘picadas’”. Isto mostra a força costumeira desta concepção”. (Ibid., p. 89). Ou seja, quando pedem o reconhecimento das ‘picadas de respeito’ “os posseiros estão requerendo uma jurisprudência que atente para concessões necessárias permitidas pelo direito, ou melhor, tentam formular uma demanda legal daquilo que já tem existência legítima”. (Ibid., p. 90).

Outra diferenciação entre **Fundo de Pasto** e **Fecho** ou **Fechado de Pasto**, diz respeito à forma de trabalho. Nos **Fundos de Pastos**, ela pode ser individual e, muitas vezes, é praticado o mutirão. (ALCÂNTRA e GERMANI, 2005, p. 342).

Portanto, pode-se afirmar que, de acordo com as análises feitas por Santos e Germani (2005); Alcânta e Germani (2005); Tarcisio (2005) e Almeida (2006a), os **Fundos de Pastos e Fecho** ou **Feche de Pastos** na Bahia possuem as seguintes características:

- a) posse e uso comum da terra, por décadas, usadas em pastoreio extensivo, ou seja, têm a tradição como elemento regulador da vida social que se manifesta através do direito costumeiro;
- b) ausência de delimitação com cercas nas terras de uso comum;
- c) residências típicas do sertão na área das posses individuais;
- d) agricultura de subsistência nas roças individuais por família;
- e) fortes laços de parentesco, vizinhança e compadrio entre os membros que ocupam as terras;
- f) laços de solidariedade na prática do mutirão;
- g) características culturais próprias de cada comunidade;
- h) preservação dos biomas onde estão inseridos suas respectivas terras.

Santos e Germani (2005) afirmam que os **Fechos** ou **Feches de Pasto** da região do Médio São Francisco e da região oeste do estado da Bahia, principalmente do município de Correntina, quase desapareceram em razão dos interesses do capital, de acordo com pesquisas preliminares: “O desaparecimento dessas comunidades está ligado à valorização ocorrida no espaço regional, motivada pelos investimentos estatais, vinculados aos grandes projetos de irrigação ocorridos a partir dos anos 1980, que trouxeram consigo a valorização das terras, com a chegada da água e das infraestruturas subjacentes ao processo em curso”. (p. 13.672-73).

Santos e Germani (2005); Alcânta e Germani (2005) e Tarcisio (2005) são unânimes ao afirmarem que a luta e resistência dos camponeses em defesa dos **Fundo de Pasto e Fecho** ou **Feche de Pasto** remonta a década de 1970, que coincide com a modernização tecnológica

da agricultura brasileira e dos volumosos recursos creditícios oferecidos pelo Estado à agricultura. O Estado da Bahia não ficou fora desse processo.

Estes fatores motivaram a grilagem nas áreas de Fundo/Fecho de Pasto em toda a Bahia. Esta pressão provocou a venda das terras e o deslocamento das famílias para São Paulo, colocando em xeque, principalmente, o sistema social, cultural e econômico dessas comunidades. (SANTOS & GRAMINI, 2005, p. 13.673)

O exemplo dado por esses autores de que de conflito iria se agravar com a implantação do projeto POLONORDESTE, implementado pelo Governo Federal, e subsidiado e orientado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD). (Ibid., p. 13.673).

A valorização das terras da região do Médio São Francisco deu início à corrida de proprietários, que requeriam do Estado uma posse: ao demarcá-las e cercá-las, invadiam áreas de ocupação comunitária, diminuindo as terras disponíveis para a circulação dos rebanhos. E assim, a grilagem de terras ameaça a desarticular os Fundos de Pasto. (TARCISIO, 2005, p.40). Uma pesquisa realizada sobre a grilagem de terra na Bahia aponta que, entre 1979 e 1980, foram grilados 86.881 hectares, abrangendo 25 municípios e afetando 10.500 pessoas, sendo os principais grileiros “grupos de japoneses instalados em São Paulo e Tratocar, empresas privadas como os grupos Agros Industriais Camurugipe e Indústria Cabrália” (ALCÂNTRA & GARMINI, 2005, p. 343). Como não poderia deixar de ser:

A ação dos grileiros é violenta ameaçando a integridade física dos moradores, destruindo casas e plantações usando o trator, impedido o livre caminhar, matando a criação, falsificando documentos, e o uso coercitivo da polícia e/ou o setor judiciário.

Nas áreas de Fundo de Pasto esta realidade não é diferente. GARCEZ (1987), faz uma listagem de conflitos existentes nos municípios de: Uauá, Monte Santo, Euclides da Cunha, Senhor do Bonfim e Curaçá. Já as áreas de Fecho de Pasto encontravam-se mais no município de Correntina, Coribe, Santa Maria da Vitória e Conópolis hoje são inexistentes nas listagens da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA). (ALCÂNTRA & GARMINI, 2005, p. 343).

Devido ao fato de os **Fundo de Pasto** e **Fecho** ou **Fecho de Pasto** estarem localizados em terras devolutas ou terras patrimoniais, a grande maioria dos camponeses não possuía nenhuma documentação de posse ou de propriedade. Esse foi um dos motivos que incentivou

a criação do movimento socioterritorial dos camponeses dessas localidades para lutarem pela manutenção de suas terras “buscando a legalização enquanto mecanismo de defesa e manutenção do seu modo de vida” (Ibid., p. 343). Os autores, com base em Guiomar Inez Germani (2001), afirmam que o objetivo da pressão dos movimentos sociais (socioterritoriais) contra o Estado era desafiar o problema agrário brasileiro e que “é desta luta que têm nascido os curtos passos dados pelo Estado, que é ‘rebocado’ pelo movimento social, em direção a reforma agrária”. No entanto, segundo ainda eles, “com as comunidades de Fundo de Pasto não acontece diferente: no conflito, novamente, o Estado se apresenta como agente planejador realizando as medições e as titulações destas áreas”. (Ibid., 344). O conflito em questão, que originou a formulação do Projeto de Fundo de Pasto, ocorreu no Município de Uauá, em 1981. Na tentativa de pôr fim ao conflito de terras nesse município, os técnicos do Instituto de Terras da Bahia [INTERBA] e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional [CAR], a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste [SUDENE] e o Banco Interamericano de Desenvolvimento [BIRD] elaboraram conjuntamente um projeto piloto nos municípios de Uauá, Curaçá, Juazeiro, Jaguarari, Monte Santo, Senhor do Bonfim e Canudos, que pudesse diminuir as tensões sociais crescentes, quanto à questão agrária, no semiárido baiano e garantir para as comunidades de Fundo de Pasto o direito a se manterem na terra. Os conflitos pela disputa dessas terras tiveram pouca repercussão e visibilidade. Em muitos casos eles se mantêm até os dias atuais. (ALCÂNTRA e GERMANI, p. 344-345; SANTOS e GERMANI, 2005, p.13.672).

Para os autores, com isso foi caracterizado o uso da terra nos **Fundos de Pastos**, e o problema seria resolvido com a legalização das terras de uso comum.

As lutas conjuntas realizadas à base de muitas mobilizações populares, abaixo-assinados, ocupações dos órgãos públicos responsáveis; tendo como parceiros a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e muitas outras entidades da classe trabalhadora, lograram no Governo de Waldir Pires o reconhecimento legal desta forma de produzir espaço. Na Bahia, a Lei que regulamenta atualmente as áreas de Fundo de Pasto é a Constituição Baiana de 1988, em seu Artigo 179, Parágrafo Único. “No

caso de uso e cultivo da terra sob forma comunitária, sempre que o Estado, se considerar conveniente, poderá conceder o direito real da concessão de uso, gravado de cláusula de inalienabilidade à associação legitimamente constituída, especialmente nas áreas denominadas de Fundo de Pasto ou Fecho e nas ilhas de propriedades do Estado, vedada a este transferência do domínio. (ALCÂNTRA e GERMANI, 2005, p. 345).

Os autores consideram como um importante avanço na luta dos camponeses o reconhecimento das terras de uso comum nos **Fundos de Pastos** pela Constituição do Estado da Bahia, mas a falta de vontade política, a escassez de recursos financeiros e os entraves burocráticos causavam uma morosidade na efetivação do processo de reconhecimento de suas terras. Foi somente com a pressão constante dos movimentos socioterritoriais dos camponeses “pasteiros” [termo utilizado por Garcez citado por Santos e Germani (2005)], organizados em associações de **Fundo de Pasto**, que se conseguiu a titulação de muitas terras. Consolidados os movimentos socioterritoriais dos camponeses “pasteiros”, foi fundada, em 1994, a Central de Associações Agropastoris de Fundo de Pasto (CAFP), que contava em 2005, com 45 associações filiadas, distribuídas em mais de 10 municípios, e a Central das Associações de Fundo de Pasto de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas, que até 2005 tinha o registro de 340 associações estruturadas em “24 municípios baianos, localizados predominantemente ao norte do estado e na região do Médio São Francisco”. (SANTOS e GERMANI, 2005, p. 13.673; TARCÍSIO, 2005, p. 41).

Os **Faxinais**, típica forma de uso comum, que a rigor atingia toda a região Sul do Brasil, nas áreas onde apresentavam matas de araucária, erva-mate e cujo povoamento ocorreu nos séculos XVII e principalmente no XIX, conheceram sua formação. (CHANG, 1988, p.24). No entanto, atualmente, tem-se notícia de sua existência somente na região Centro-Sul do Paraná, que Almeida (2006, p. 122) afirma poderem ser aproximados aos **Pastos Comuns, Terras Soltas e Fundo de Pasto**. Esta questão será retomada em um capítulo específico, com análise aprofunda sobre os faxinais do Paraná.

5.1.6 - Terras Libertas e os Centros

As formas de ocupação das regiões ocupadas recentemente, onde a terra existe ou existia em abundância — principalmente na região amazônica — e onde há um avanço desigual de segmentos camponeses, são definidas por muitos estudiosos do campo brasileiro como “frentes de expansão” e outros como “frente pioneira”. Leonarda Musumeci (1988) afirma que, sem recorrer aos conceitos de “economia camponesa” ou “modo de produção camponês”, compreende essas ocupações “como produto do processo de expansão capitalista no campo, mas também atribuindo-lhes distintas organizações econômicas e formas opostas de ocupação da terra”. (p. 29-30). Em síntese, a autora afirma que a diferenciação entre “frente de expansão” e “frente pioneira” está na posse e propriedade da terra, sendo que a “posse está para a lógica do consumo e da subsistência (dominante) na economia ‘camponesa’ ou do ‘excedente’ que é típica da estrutura social da “frente de expansão, representada nas figuras do camponês ocupante, ou o camponês posseiro, enquanto que a propriedade privada da terra “está para a lógica do mercado (dominante na economia capitalista e expandida pelas *frentes pioneiras* da sociedade)”(Ibid., p. 30). E está na figura dos grandes latifundiários, seus maiores representantes.

Entre os vários autores que definem as regiões de ocupação recente como frentes de expansão estão Alfredo Wagner B. de Almeida & Murilo Santos (1983) e Almeida (2006a), que afirmam:

Ao contrário das disposições, jurídicas correntes, as terras não são representadas, necessariamente, como passíveis de atos de compra e venda. O estatuto de mercadoria abarca, no mais das vezes, as benfeitorias como produto do trabalho familiar. Nessas regiões de ocupação recente, em que se registra uma abundância de terras disponíveis, os camponeses representam a terra como um bem não sujeito à apropriação individual em caráter permanente.(ALMEIDA, 2006^a, p. 124). .

De acordo com Almeida (2006), esse movimento de ocupação recente tem a sua concretização mais expressiva “nos pequenos aglomerados que se vão formando próximos aos novos locais de plantio que os camponeses, com o encapoeiramento dos antigos roçados,

estabelecem, sucessivamente, no interior das extensões de mata” [os quais são denominados regionalmente como **Centros**], e servem como “locais de moradia e trabalho, onde são abertos os novos roçados, e constituem a ponta de lança das frentes de expansão ou os seus segmentos mais destacados de penetração”, onde a apropriação dos recursos não é permanente e não são adjacentes às “terras que cada grupo familiar explora”. (p.124).

Almeida (2006) afirmou ainda que os grupos que ocupam estas terras são:

As famílias camponesas que acatam tais regras não compõem um grupo de trabalho autolimitado. Seus integrantes, em distintas etapas do ciclo agrícola, firmam múltiplas relações de reciprocidade com outros grupos domésticos. Algumas tarefas como o desmatamento e a colheita do arroz, requerem níveis específicos de cooperação. A coincidência no tempo, das etapas do calendário agrícola, aproxima diferentes grupos familiares fixando padrões de ajuda mútua. Interditam-se o chamado *centro* à criação de animais, mantendo-se os roçados sem cerca. Não se autoriza que seja semeado capim e preveem reservas de mata, igarapés e cocais, que não podem ser apropriados individualmente. De maneira concomitante são estabelecidas áreas de apropriação comum e definidos os critérios de admissão de novos grupos domésticos. (Ibid., 2006, p. 124, grifo do autor).

A permissão para a entrada de novos grupos familiares em condições elementares nessas terras dá-se por meio das denominadas *licenças de capoeira*.

No entendimento dos camponeses das “frentes de expansão” e das regiões de antigas colonizações (ANDRADE, 1990), a categoria de capoeira tem um valor importante para as comunidades que utilizam a forma de uso comum da terra. Musumeci (1988), caracteriza muito bem, quando assevera que as parcelas cultivadas, após o término do ciclo produtivo, “eram abandonadas pelo grupo familiar e incorporadas ao montante de terras livres [capoeira], tornando-se dessa forma passíveis de apropriação por qualquer unidade econômica camponesa”. (Ibid., p.34).

Diferente das terras de colonização antiga, nas frentes de expansão, “somente as benfeitorias, produto do trabalho familiar, tornam-se objetos de virtuais transações”. (ALMEIDA, 2006, p. 125). O mesmo autor, juntamente com Laís Mourão (1978), já afirmava que a lógica camponesa comporta diferentes combinações dos direitos da apropriação da terra, tendo no produto do trabalho a sua maior expressão, pois, para o camponês, a terra não é

pensada como mercadoria, e sim como entidade que se “absolutiza face às regras jurídicas e mercado, mas como um **bem natural** que só tem significado econômico quando articulado ao trabalho familiar, criando as condições de reprodução da unidade econômica camponesa”. (p.13-14, grifo do autor).

O assunto é também ressaltado por Andrade (1990, p. 177) e Musumeci (1988), quando destacam que:

[...] só aquilo que resulte do investimento de trabalho na terra está sujeito à apropriação privada e pode constituir objeto de transações mercantis. Apenas as “benfeitorias”, “melhoramentos”, ou “serviços” (como a casa, com o quintal que normalmente a rodeia; o terreno total ou parcialmente preparado para o plantio, ou já contendo os produtos da roça; esses mesmos produtos; as cercas, pomares, paióis, etc.), por materializarem o esforço produtivo das unidades familiares, tornam-se passíveis de compra e venda, não a terra “em si mesma”, a “terra nua” ainda não trabalhada ou já despida dos vestígios do trabalho que nela se realizou. (MUSUMECI, 1988, p. 34).

Outra característica da ocupação das frentes de expansão ressaltada por Almeida (2006) refere-se às “gerações de um campesinato expropriado, que já procederam a contínuos e intermitentes deslocamentos do Nordeste até essas regiões de terras disponíveis, designadas, por eles como **terra liberta** ou **terra sem dono**”. (p. 125, grifo do autor). Esse descolamento é analisado por José de Souza Martins (1975), ao fazer uma descrição sociológica daquela região, demonstrado que esse contingente populacional, formado principalmente por camponeses expropriados e seus familiares, oriundos especialmente do Ceará e Piauí, adentraram a região do Vale do Rio Itapecuru, seguida das do Vale do Mearim e Pindaré-Mirim, no Estado do Maranhão, passando a ocupar as terras devolutas e dedicando-se à agricultura e ao extrativismo do coco babaçu, praticado livremente no período entre 1920 a 1950. Assim podemos dizer que uma frente de expansão é caracterizada justamente pelo “uso privado das terras devolutas em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro”. (MARTINS, 1975, p. 43-45; MUSUMECI, 1988, p.31).

No entendimento de MUSIMECI (1988), as terras libertas ou terras sem dono são:

As terras *libertas*⁶³, devolutas, da fronteira, não submetidas ainda às regras jurídicas e econômicas dominantes, proporcionariam ao pequeno produtor uma oportunidade especial de colocar em prática, sem constrangimentos externos, o ideal da *terra de trabalho*, distintivo do campesinato e representativo da sua lógica peculiar. Por seu turno, os conflitos derivados da entrada em cena de novos agentes sociais (grileiros, grandes pecuaristas, empresários rurais, agências estatais, etc.) – portadores da concepção dominante de propriedade – constituíram uma expressão particularmente aguda e crua do embate mais amplo entre a *terra de trabalho* e a *terra de negócio*, entre a lógica do consumo e a do mercado, entre o campesinato e o Capital. (p. 30, grifo da autora).

Atualmente esse embate entre “terra de trabalho” e “terra de negócio” está bem caracterizado na região do Vale do Médio Mearim no Estado do Maranhão, que fez parte do recorte territorial da pesquisa da autora. É visível nesta região a existência de grandes propriedades cercadas para a produção da pecuária intensiva. Já os camponeses que possuem normalmente pequenos rebanhos de animais – gado bovino e muar – são obrigados a criar seus rebanhos nas terras que sobram nas margens das rodovias e estradas.

Em viagem de visita a parentes, no vale do Médio Mearim, realizada em janeiro de 2006, pude documentar, por meio de fotos e do depoimento de um camponês da região, a prática de criação de animais soltos às margens das rodovias e, em particular, naquelas que ligam os municípios de Santa Inês e Vitorino Freire (BR-316 e MA-008, respectivamente) ambos no estado do Maranhão.

Com o intuito de analisar mais detalhadamente a ocorrência dessa prática na região, dirigi-me a um povoado denominado Centro São Raimundo⁶⁴, situado na zona rural do município de Vitorino Freire para a coleta de mais dados entre os moradores.

No local são mantidas as características de *Centro*, descrita por Almeida (2006). A incidência de estabelecimentos comerciais é pequena, todavia a oferta de produtos parece atender a demanda de necessidades da comunidade. Em um deles, vários gêneros de produtos

63 A autora afirma ainda que: “A expressão *terra liberta*, muito recorrente no vocabulário dos camponeses dessa e de outras áreas, refere-se, em princípio, às terras devolutas, *livres*, não-tituladas, em oposição às *terras de dono*. Também pode designar, em certos contextos, a terra sem cerca, sem capim, “solta”, “ao aberto” e sem “sujeição” (de pagamento de renda, parceria ou outros tipos de tributos) independente de sua situação jurídica formal”. . (Nota de fim de página nº 4, p. 366, grifo da autora).

64 Aqueles povoados que são originários de centros, continuam sendo denominados pela população que os compõem de Centro dos Negros, Centro dos Frades, etc.

estavam à venda: desde bebidas alcoólicas, produtos alimentícios industrializados e outros típicos da região [arroz, feijão, farinha seca e d'água - esta última também conhecida como farinha de puba] até confecções em geral.

Foto 3 – Gado bovino solto às margens da BR-316 no Interior de Olho D'Água das Cunhas-MA

Nesse estabelecimento expus o propósito de realizar uma pesquisa com moradores que atendessem ao seguinte perfil: praticassem a criação de animais soltos, fossem idosos e antigos moradores da região. Esse perfil precisava ser estabelecido, pois tinha como objetivos verificar empiricamente as formulações de Almeida (2006) e Martins (1975) a respeito das características das regiões de ocupação recente das frentes de expansão, em particular os denominados Centros, que são pequenos aglomerados, os quais caracterizam as frentes de expansão e onde ocorre a prática de uso comum da terra e dos recursos naturais, bem como verificar se ocorreu, no passado, a incidência de correntes migratórias de camponeses oriundos do Nordeste do Brasil.

O clima de desconfiança por parte dos dois moradores indicados pelo proprietário da “quitanda” logo se instaurou ao serem procurados para responder à pesquisa. Tendo o primeiro morador consultado se recusado a fazê-la, tornou-se necessário criar um clima de familiaridade na conversa para que o segundo morador aceitasse falar sobre a criação de animais soltos [fato que só foi possível após descobrir que havia no grupo um conhecido em

comum].

Foto 4 - Jumentos e gado bovino soltos às margens da Rodovia MA-008 e, ao fundo, o povoado Centro São Raimundo, em Vitorino Freire/ MA.

De qualquer forma, a entrevista não ocorreu sem alguns embates e dificuldades, pois o modo pouco à vontade que o morador Antonio Soldado⁶⁵, 72 anos, adotou acabou resultando respostas, por vezes, demasiadamente sintéticas.

Como bem afirma Luiz Eduardo Soares, citado por Musumeci (1988), as primeiras informações coletadas nos primeiros contatos devem ser relativizadas, e não podem ser abandonadas ou diluídas. Elas não são falsas, mas sim parciais. E constituem uma face da realidade, enquanto versões específicas da própria realidade. (p.54).

Na narrativa do camponês Antonio Carlos de Oliveira Souza são expressos vários elementos acerca de uma série de questões a respeito da conduta camponesa nas frentes de expansão, conforme analisarei nos seguintes trechos da entrevista. [Entrevista completa ver Anexo 1]:

“Meu pai Malaquias,[...], nasceu no Piauí, no lugar chamado Fazenda Fortuna. Minha mãe [...], nasceu na terra do Padre Cícero Romão, no Juazeiro do Ceará⁶⁶”. É

⁶⁵ A foto, a gravação da entrevista e suas publicações na pesquisa foram autorizadas verbalmente pelo entrevistado.

⁶⁶ São meus os grifos que aparecem nos trechos da entrevista doravante citados.

possível afirmar que a população camponesa que se deslocou para o Vale do Médio Mearim e para outras regiões do oeste do Maranhão, na busca das terras libertas para o cultivo, demonstrou a necessidade de fugir da subordinação dos grandes latifundiários, da cobrança do arrendamento da terra, do monopólio da comercialização da produção, principalmente do algodão, que estava em crise nas décadas de 20 e 30 nos estados do Ceará e Piauí. A esperança de fugir do cativeiro e da sujeição, de acordo com Andrade (1990), “leva esses camponeses a se deslocarem para áreas ainda não ocupadas, onde imaginam que a terra seja liberta, ou seja, não tenham que se submeter à vontade de outro grupo social”. (p. 271)

Foto 5 - Camponês Antonio Carlos de Oliveira Souza – Antonio Soldado – de 72 anos

Quando formulada a questão sobre a documentação das terras, o entrevistado declarou “*Não tenho não. Meu pai não deixou nenhum documento.*” Esse depoimento reflete que ele tem somente a posse da terra, o que para o camponês tem, muitas vezes, uma conotação positiva – mais do que o direito legalmente reconhecido, o qual ele pode acionar no momento em que a sua posse está posta em perigo, sujeita a ser expropriada - pois ele é o dono da posse. Mas em alguns momentos tem também uma conotação negativa, pois lhe falta algo: o título de propriedade.

Como *dono* é também o termo que se utiliza para designar os atuais proprietários de terras, juridicamente titulados, [...], antes de virar simples posseiro, tendo de lutar pelo reconhecimento de seus direitos sobre a terra, o camponês julgava-se em condições de exercer prerrogativas de proprietário equivalentes às hoje reivindicadas pelos que detêm “documento”: mesmo sem ele, “dominava”, “como que fosse dono”, o terreno que ocupava. [...], se antes ser dono bastava para o reconhecimento consuetudinário, hoje é preciso ter um documento. As próprias dimensões do “antagonismo” entre os dois “códigos” de apropriação da terra, podem-se reduzir, desse ponto de vista, ao problema da legalização ou não da posse. (MUSUMECI, 1988, p. 60-61)

“Pelo acero [limite]. Todo mundo sabia onde começava e terminava as terras de cada um. Todo mundo respeitava o acero de cada um”. É reafirmada a posse por meio dos limites de respeito, o que Castro Oliveira (1991), definiu como “picadas de respeito”, fundada na dimensão do “costume e não no aparato legal que as recobre e subordina”. (p. 90). Portanto, para o camponês, a posse se constitui no direito de possuir a terra.

“Eles perderam a terras pro um homem chamado de Aristides lá do Sul, que disse que as terras era dele. Foi uma confusão danada e o doutor lá do Cartório de Vitorino, confirmou que a terra estava registrada no nome do tal de Aristides”. Fatos desse tipo, de expropriação e expulsão dos camponeses para dar lugar a uma grande fazenda de gado, “ocorreram, de forma semelhante, em várias localidades do Maranhão; geralmente, são tidos como paradigma da expansão capitalista em áreas de fronteira e servem de ilustração à teoria dos dois sistemas de propriedade contrapostos”. (MUSUMECI, 1988, p.123).

“Prá que os bichos não entrasse nas roças e não ter briga com os vizinhos, todo o povo cercava seu roçado. Quem tinha um bicho brabo, tinha que botar cambão pra não comer a plantação”. Esse trecho do depoimento demonstra similaridade com as terras de ocupação antiga e a forma de uso comum da terra, assim como nas Terras de Preto, Santo, Índios, Heranças, Terras Soltas ou Abertas – onde, de forma aproximada, pode-se enquadrar o Fundo de Pasto, Fecho ou Feche e Faxinais – em que a cerca desempenha um papel importante na estrutura de sua existência como organização social camponesa. A cerca também tem ou tinha uma importância central na reprodução dos centros, nas frentes de expansão e nas regiões de ocupação recente – resguardadas suas diferenças, pois em cada uma

dessas terras, a cerca separa parcelas com funções distintas.

Foto 6 – Grande fazenda de gado bovino às margens da rodovia MA-008 no Município de Vitorino Freire - MA

Nas terras de ocupação antiga, onde a apropriação da terra e dos recursos naturais é de uso comum ou comunal, a cerca tem uma configuração essencialmente positiva ao separar as parcelas de criação (pastoreio) ou terras de criar e também as terras de morar nos faxinais e as parcelas de cultura ou terras de plantar (as roças, os roçados e as plantações). Assim como são utilizadas para cercarem os quintais, que também desempenham um papel singular na reprodução do uso comum da terra, em algumas dessas terras de uso comum, destaca-se ainda o seu papel na questão do gênero. No caso dos faxinais do Paraná, o quintal é o espaço da mulher, onde ela delimita muito bem o seu espaço e seu respectivo papel na divisão social do trabalho familiar camponês.

Em alguns momentos conjunturais, como o da autodefesa, os camponeses se veem obrigados a cercar partes das terras de uso comum, com o objetivo de se defenderem dos grileiros, fato que ocorreu nas Terras dos Índios, pesquisadas por Andrade (1990).

No faxinal, existe uma tipologia de cerca. A mais importante, que assegura a criação e permanência do grupo como organização social e o uso comum da terra e seus recursos básicos é a cerca que separa as terras de criar e viver das terras de plantar — onde é delimitada a parcela para o pastoreio comunal e parcela de viver. Nos faxinais, nem todas as terras de

plantar são cercadas, há vários em que a cerca está ausente, principalmente quando o camponês faxinalense usa terras públicas para o plantio de agricultura de autoconsumo. Normalmente, as terras de plantar são cercadas quando a propriedade da terra é privada [será analisado o papel dos quintais como espaço da mulher bem como a contribuição desta na composição da dieta alimentar da família camponesa faxinalense e no cultivo de plantas medicinais, assim com a tipologia de cerca no capítulo específico sobre os faxinais].

No entanto, há também a cerca que faz a contraposição entre a terra de trabalho e a terra de negócio (MARTINS, 1981). Com função negativa em todas as terras de uso comum, tanto naquelas de antiga ocupação, quanto nas de ocupação recente, trata-se da cerca de fechamento erguida pelos capitalistas expropriadores dos territórios camponeses, onde os conflitos sociais são acirrados entre a classe camponesa⁶⁷ “para si” e a classe dos grandes proprietários de terras de negócio. Ou seja, esse tipo de cerca refere-se aos conflitos sociais promovidos pelo avanço do mercado de terras, mediado pelo agronegócio na apropriação de terras destinadas a lavouras tecnificadas [de soja, trigo, batata, milho e fumo] ou pelo agronegócio do florestamento do *pinus* e *eucalipto*, nos faxinais do Paraná, ou ainda pelo agronegócio da pecuária, na região amazônica, principalmente no estado do Maranhão [representado pelos grandes pecuaristas, na figura das extensas fazendas de gado bovino]. Essas extensas fazendas são a grande ameaça para a extinção das “terras soltas”, “campos abertos”, “pastos comuns e “centros”. Normalmente essas ameaças de integridade ao território camponês e a reprodução dos movimentos socioterritoriais camponeses vêm associadas à grilagem de terras.

No processo de produção camponês, a produção e o consumo são os principais elementos, pois ela é para consumo da unidade familiar, para sua reprodução social e biológica, como atesta o entrevistado Antonio Soldado, “*Porque só vendo quando sobra,*

⁶⁷ Existe uma fração do campesinato que é proprietário de terra, mas, a terra para essa fração do campesinato tem o significado de terra de trabalho, como foi muito bem analisado por José de Souza Martins (1981).

apois, quase tudo é prá comer. Da mandioca fizemos farinha pra nós comer e vender um pouquinho, o arroz vendi também um pouco, [...]”.

A relação com a sociedade no processo de produção camponês se dá pela circulação e é representada pelos vínculos que os camponeses estabelecem com o mercado. Dessa forma, a produção camponesa só entra em circulação como excedente de produção, que é comercializado quando detectada a necessidade de adquirir no mercado produtos indispensáveis para a sua reprodução, como medicamentos, vestuários e certos tipos de alimentos. Nesse caso, a produção camponesa não está sujeita à variação de preços do mercado capitalista. Mas, atualmente, em alguns regiões, a sujeição ao mercado está evidenciada, como é o caso da produção de soja, milho, fumo e a produção integrada de frango e suínos, por algumas unidades familiares camponesas faxinalenses.

5.2. DIFERENTES FORMAS DE TERRAS DE USO COMUM

Como foi visto no item anterior, Almeida (2006) trabalha com o conceito “sistema de uso comum”, já Campos (2000) construiu o conceito “formas de terras de uso comum e sua relação com o processo histórico-espacial” (CAMPOS, 2000, p.81). Elas estão definidas como terras de uso comum de interesses da comunidade, próximas às comunidades, basicamente sazonal, cooperativo, conjugando interesses internos e externos; e outras.

5.2.1 - Uso Comum Ligado aos Interesses da Comunidade

De acordo com Campos (2000), não há dúvida de que esse tipo de uso da terra comum é a mais praticada em diversos pontos do Brasil. Ela caracteriza-se pela existência da propriedade privada da terra, e em seu entorno há a presença de terras “livres”, “sem dono”, independente de sua propriedade ser privada ou de serem terras devolutas, patrimoniais ou próprias, as quais são tradicionalmente usadas coletivamente sem restrição por um grupo de

usuários⁶⁸.

Esse direito é predominantemente baseado na tradição, cujos usuários consideram que tais áreas eram coletivamente utilizadas “desde tempos muito antigos, já da época de nossos bisavós...”. Deixam assim entender a antiguidade do instituto. Os documentos muitas vezes reconhecem tal antiguidade, considerando o uso comum “desde os tempos imemoriais”. (Ibid., p. 81.).

De acordo com o tamanho, “constituição físico-geográfica” e com os recursos naturais neles contidos – “pastagens, fontes d’água, caminhos, produtos naturais, etc.” – essas terras são utilizadas por mais de um grupo de usuário, mesmo por aqueles que habitam distantes das terras de uso comunal. (Ibidem).

O autor faz a ressalva de que sua caracterização não tem abrangência nacional, pois muitos grupos de usuários “não possuíam qualquer tipo de terra usufruída comunalmente, mesmo que formas de produção e atividades coletivas tenham sido constantes, como o mutirão, por exemplo,”. Sendo justificada por diferentes fatores, entre os quais são destacados:

- a) **situação físico-geográfica desfavorável** – por exemplo, no caso de solos férteis, onde desde o início da ocupação daquele espaço já houvesse ocorrido formas de apropriação privada, impedindo a existência de terras marginais 'livres';
- b) **determinadas atividades econômicas** – aquelas que exigiam grandes áreas de terra e de mão-de-obra direcionada à atividade econômica básica;
- c) **áreas de ocupação “sistemática”** – no caso, por exemplo, de áreas onde houver, da parte do Estado, distribuição de lotes a ocupantes, cuja forma, além de ser privada, era o suficiente para cada família suprir suas necessidades – como ocorreu em relação à comunidade de imigrantes europeus no sul;
- d) igualmente, **áreas de ocupação “sistemática”** – tanto da parte do Estado, quanto de empresas colonizadoras, refere-se a áreas na forma de lotes individuais para populações nacionais oriundas de diferentes regiões;
- e) **perda de aspectos socioculturais** – como ocorreu, por exemplo, entre imigrantes alemães e italianos, muitos dos quais, vindos de uma Alemanha/ Itália já predominantemente capitalista, cujo usufruto coletivo da terra, em muitas regiões, tornara-se esquecido, desaparecera, já não eram praticado pelas gerações de então;

68 O autor utiliza a categoria *Comunidade* de forma genérica, que *a priori* é indefinida, dando um sentido de coletividade. Portanto, não está identificado o tipo de comunidade usuária dessa categoria de uso comum da terra. Dessa forma, resolvi utilizar o termo “grupo de usuários”, por entender a comunidade enquanto território identitário, relacional, histórico, no qual cada membro é representativo na totalidade dessa comunidade, ou seja, é onde esse grupo constrói sua territorialidade.

- f) áreas em que desde muito cedo **dominou a apropriação privada, ou se desenvolveram relações de produção capitalistas** — vê-se assim impedida ou dificultada qualquer forma de produção ou uso coletivo da terra. (CAMPOS, 2000, p. 82, grifos meus).

Segundo Campos (2000), sua preocupação não está em saber por que não ocorreu o uso de terras comum em certas regiões do Brasil, mas sim em analisar as formas de terras de uso comum que existiram ou se mantêm como tal, com suas diferenças internas, principalmente aquelas ligadas “aos interesses da comunidade”, entre as quais as que estão juntas ou próximas às “comunidades”, entendidas pelo autor como sendo aquelas áreas que “margeiam ou estão relativamente próximas às propriedades individuais, utilizadas principalmente por pequenos produtores”, no aproveitamento de pastagens naturais onde “(geralmente de má qualidade) os usuários as utilizam para nelas soltar algum gado, onde há matas retirar lenha ou madeira, ou ainda usufruir parte para pequenas roças de subsistência, entre outros usos”. (p.82-83).

Normalmente, essas terras têm uma diferenciação em sua localização em relação à propriedade, de acordo com o “valor de uso” atribuído às suas terras, em que são levados em conta alguns atributos naturais, como pantanosidade e arenosidade do terreno, vegetação — normalmente pobre — alta declividade, dificuldade de acesso, distância, entre outros. A base da argumentação do autor na análise deste tipo de terras de uso comum está pautada em alguns elementos da tese do “Estado Isolado” do economista alemão Von Thünen — que foi muito bem analisada, de forma crítica, por Oliveira (1978), uma vez que ela não dava conta da realidade concreta dos diversos tipos de agricultura existentes no Brasil — principalmente no que diz respeito aos “efeitos das distâncias, dos impostos e o salário natural, sua relação com as taxas de juros, e a renda da terra”. (p. 32).

Campos (2000) afirma que, em termos gerais, esse tipo de terra de uso comum com “fundo com as propriedades, constituindo-se, desse modo, num certo “fundo de quintal da comunidade”, possui limites imprecisos e/ou irregulares, e, com isso, provoca a incerteza dos

limites das propriedades privadas ao mesmo tempo em que tal realidade muitas vezes provoca situação de conflitos entre os seus usuários. Por meio de sua pesquisa em documentação antiga, principalmente nas câmaras municipais e coleta de depoimentos de usuários e ex-usuários das terras de uso comum, o autor elenca várias delas utilizadas pelas ‘comunidades’ junto ou próximas às mesmas no estado de Santa Catarina. (p. 86-88), onde são mapeadas algumas áreas, as quais são identificadas como de uso comum.

Ainda de acordo com Campos, são identificadas áreas comunais que estão incluídas em outros tipos de terras de uso comum, como por exemplo, os Campos da Pitituba, Passagem, Campo da Barra, Campo D’uma, Campos de Araçatuba, Barra do Cubatão, Campina, Pasto do Gado e outras. “A dupla função tem a ver com o fato de que, além de servirem às necessidades das comunidades vizinhas, localizam-se no trajeto de passagem de tropas de gado, sendo também por essas aproveitadas”. Campos (2000) chamou a atenção no que se refere a outras áreas da fachada litorânea catarinense, que não foram destacadas por haver dúvida quanto à existência ou não de terras de uso, “já que eram também ocupadas por populações de igual característica cultural (açorianos, madeirenses)”. (p.90).

Além das “comunidades” do litoral catarinense que se apropriam ou apropriaram da terra de forma comunal, o autor assevera a existência de áreas no litoral do Rio Grande do Sul usadas pelas “comunidades” de origem açoriana e no litoral que vai do Paraná ao sul do Rio de Janeiro, pelas “comunidades caiçaras” [o autor realizou uma análise mais detalhada das “comunidades caiçaras” do litoral sul de São Paulo].

Do mesmo modo, Campos (2000) destacou o fato de ter ocorrido o uso comum em determinadas áreas pela “comunidade” em Campo Grande-RJ, para o pastoreio de gado em terrenos baldios até a década de 60, do século XX, e no interior da Bahia, mais precisamente, em Feira de Santana, de onde eram extraídas madeiras para a construção de embarcações e pastoreio de gado, conforme documentos de 1789, assim como no sertão de Sergipe, com base

em pesquisa de Ellen F. Woortman (1981).

FIGURA 4 – MAPA DAS “COMUNIDADES OU ÁREAS ONDE OCORREM TERRAS DE USO COMUM JUNTO OU PRÓXIMAS ÀS MESMAS” – SANTA CATARINA

FONTE: Mapa de autoria de CAMPOS (2000), elaborado a partir de relatos e usuários, ex-usuários e documentos específicos. (p. 89).

5.2.2 - Campos de Altitude com Uso Basicamente Sazonal

Em razão de não dispor de terras de uso comum juntas ou próximas à sua “comunidade”, ou quando as possuem ou possuíam, essas eram geralmente insuficientes, os camponeses “acabam por usufruir também de campos naturais distantes, para o apascento do gado [bovino]” (CAMPOS, 2000, p. 103). Esses campos naturais, no caso do estado de Santa Catarina, encontram-se em regiões relativamente elevadas, em torno de 1200 metros de altitude. No entanto, as regiões mais utilizadas pelos usuários das terras de uso comum ficam entre 600-700 metros de altitude. Em tese Campos (2000) dá ênfase a prática sazonal existente nos estados de Santa Catarina e sul do Piauí. No seu entendimento, os elementos

'distância' e 'altitude' dão a essa sazonalidade uma aparência de *transumância*. Ainda segundo Campos, na verdade, isso refere-se só à aparência e à forma, pois na essência, não é. Para que fosse caracterizada a prática de *transumância*, igual à que ocorre na Europa e norte africano, seria necessário que o rebanho de bovino, que realiza o movimento sazonal em longas distâncias, tivesse a finalidade de comercialização. Nos casos estudados pelo autor, os camponeses que utilizam ou utilizaram o movimento de sazonalidade dos campos naturais para a propriedade e vice-versa, criam os rebanhos para seu uso, utilizando-os para o aproveitamento do leite e/ou da carne e para o transporte. No entanto, aqui não é descartada a possibilidade de venda desse rebanho em algumas ocasiões. O uso dos campos naturais ocorre em determinada época do ano, “que se altera segundo as constituições físico-geográficas de cada região”. [...]. “Além do que, muitos daqueles que com frequência utilizam o campo comum, deixam às vezes de fazê-lo por algum motivo”. (CAMPOS, 2000, 103-104).

É afirmado pelo autor que, na Serra do Tabuleiro, no município de Santo Amaro da Imperatriz-SC, a região utilizada como “campo comum” fica em uma “cadeia de serras não muito distante do litoral”, com altitude máxima de 1200 metros – sendo mais comumente usada a que fica entre 600-700 metros – e cujos “campos comuns” se localizam em regiões “onde domina vegetação mais rasteira, com presença de ervas e gramíneas, nem sempre nas partes mais elevadas”. “Os campos do Tabuleiro são utilizados por moradores circunvizinhos, principalmente no verão, período em que a vegetação nessas altitudes (dado as características climato-botânicas) são abundantes, constituindo-se numa boa fonte de alimento para o gado [bovino]” (Ibid., 104). Além dos rios e córregos que suprem a necessidade da água.

Os diversos “campos comuns” se distribuem em várias regiões da Serra do Tabuleiro e serras contíguas, os quais são apropriados de forma comunal pelas “comunidades” dos municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, Palhoça e Paulo Lopes. Nesse caso, o elemento distância, entre as “comunidades” e os “campos comuns”,

torna-se um contribuinte para a redução dos usuários que usufruem destes tipos de uso de terra comum. O tempo gasto para a realização desse movimento sazonal é, em média, de 4 e 5 horas. Já o tempo de permanência no campo é em média de 4 a 5 meses.

A cada mês algum membro da família costuma ir ao campo ver como está o gado, pois, muitas vezes, alguns se extraviam ou desaparecem. Possivelmente somem em cachoeiras ou precipícios, ou, segundo comentam, caçadores abatem algumas reses. Devido ao isolamento, muitos bezerros que nascem nos próprios campos, tornam-se “xucros” passando a um estado semi-selvagem. (CAMPOS, 2000, p. 106).

O autor aponta quatro elementos que contribuíram para a redução dos “campos comuns” e seu provável desaparecimento no estado de Santa Catarina: o isolamento que “cria entraves” para a sua utilização; o fechamento dos caminhos que davam acesso aos “campos comuns”, devido a outros interesses sobre a terra; as transformações da modernidade, e o transporte do gado para o campo. No entanto, no que diz respeito a essa questão dos campos comuns, “[...] foram possivelmente as transformações que levaram as comunidades interioranas às “facilidades” da vida moderna que mais tenha influenciado. As novas gerações, considerando também a dificuldade para transportar o gado ao campo, desistiram de fazê-lo”. (p. 107).

No município de Redenção de Gurgueia, ao sul do Piauí, onde os campos de uso comum estão localizados nas regiões dos chapadões, predominam pequenas propriedades localizadas em terrenos planos, indicados para o plantio, segundo afirmação do autor após sua análise. Margeando essas terras planas, estão as chapadas, cuja altitude média é de 400 metros, e onde soltarem seu gado bovino.

Em Redenção de Gurgueia, existem vários “campos comuns”, que recebem nomes próprios, os quais têm uma variação de distâncias em relação às cidades, e que são usados de forma comum, não apenas pela “comunidade” da região, mas também por outras “comunidades” de municípios baianos, limítrofes com o sul do Piauí.

A chapada mais próxima usada pela “comunidade” do município é a Lagoa do Tabuleiro, “cuja proximidade da cidade levou-a gradativamente a se transformar em terra

privada (em especial dos moradores mais antigos), na forma de posse. Mas tanto os proprietários quanto outras pessoas da região continuam a utilizá-la coletivamente” (CAMPOS, 2000, p. 107). As chapadas de Vereda e Grande também são usadas de forma comum. No caso específico de chapada Grande, em razão de sua abrangência, que alcança partes de território dos municípios do Piauí e Bahia, ocorre o pastoreio comum de gado por diversos proprietários individuais das “comunidades” pertencentes a esses municípios.

Os terrenos de chapadas são constituídos por ervas e pastagens naturais, razão pela qual são utilizados comunalmente com gado à solta. São terras consideradas como públicas (do Estado) mas que, há algum tempo, sofrem forte processo de apropriação individual, em especial os chapadões mais próximos às cidades. Em geral são apropriados por “gente de fora” (fazendeiros, comerciantes, políticos), embora cada vez mais pessoas da própria região comecem também a se apropriar.

Ocorre muitas vezes que alguns marcam com piquetes determinada área (em geral as de melhores condições de água e pasto) e dizem ser sua. Não impedem (pelo menos à princípio) que continue o uso comum, desde que os usuários não tentem também se apropriar da mesma área. Se isto acontecer, surgem conflitos. A maioria dos proprietários basicamente não as utilizam, apenas especulam, esperando valorização das terras, já que as cidades tem se expandido muito ultimamente. (Ibid., p. 107-108).

Os 'campos comuns' das chapadas do sul do Piauí e norte da Bahia são usufruídos de forma comunal para o pastoreio de gado bovino, assim como para a extração de lenha e madeira. As áreas dos chapadões, por sua vez, não são utilizadas para agricultura. Os 'campos comuns' mais distantes (15 a 20 km) são utilizados para a criação à solta de 'gado solteiro' que permanecem nessas áreas por um período que pode durar semanas e até meses. “No período das chuvas retornam às propriedades quando já há capim e alimento suficiente para mantê-los” (CAMPOS, 2000, p. 108). De acordo com Campos (2000), as unidades familiares camponesas, que são usuárias dos “campos comuns” dos chapadões dessa região, possuem entre 5 a 10 animais, os quais servem para a subsistência – como já dito, leite, carne e transporte. Mas há casos em que algumas unidades familiares camponesas possuem 50 animais ou mais e, dessa forma, possuem a finalidade de comercialização.

O autor, baseado em Manuel Correia de Andrade (1973), afirma que, nas serras que servem de limites entre a Bahia, de um lado, e Goiás e o Piauí, de outro, são “consideradas o *refrigério* do gado, e sua existência é a razão de ser da pecuária sertaneja em grandes áreas”. Ou seja, são áreas onde ocorrem movimentos sazonais, na busca de “campos comuns”. (p. 199).

Esta migração, conforme a intensidade e o período das chuvas, sabendo-se da irregularidade pluvial dos climas semi-úmidos e semi-árido, inicia-se, geralmente,

em março e abril, permanecendo o gado lá geralmente até outubro. O gado já está acostumado a essa migração, que muitas vezes ele faz sozinho, sem necessitar ser conduzido. Com a queda das primeiras chuvas, porém, vão os vaqueiros às “gerais” buscar o rebanho que lá ficou por cinco ou seis meses inteiramente livre, em vida quase selvagem. Este regresso com as primeiras chuvas é necessário porque, se o gado lá permanecer neste período, é atacado por uma moléstia chamada vulgarmente de “o toque”. (ANDRADE, 1983, p. 199)⁶⁹.

Andrade (1973) assevera a existência de movimentos sazonais em outras áreas do Nordeste, como no sertão alagoano, pernambucano, paraibano e cearense.

A chapada do Araripe é ponto para onde converge tanto o gado pernambucano como o cearense; é trazido quase sempre em maio, na estação seca, a fim de aproveitar o “capim agreste, o quicê, a mucunam, o taqui, a flor e a vagem do visgueiro, o fruto e a flor do maracujá etc.”⁷⁰[...]. Assim, em quase toda a área sertaneja a migração sazonal é um hábito que se repete todos os anos. Quando o proprietário não a faz anualmente, necessita recorrer a ela nos anos mais secos em que o “inverno” não chega. (p. 201).

Observa-se uma contradição na análise de Campos (2000) a respeito do momento sazonal do gado bovino pelas “comunidades” – grupos de usuários – que usufruem dos “campos comuns”. Na página 104 de seu texto, é afirmado categoricamente que:

As distâncias, aliadas às altitudes, dão às vezes uma aparência de *transumância*, pois, de certo modo, há um movimento sazonal do gado – ora em direção ao campo, ora em direção às propriedades. **Não se pode, contudo, considerar o movimento de pequenos produtores que criam para sua subsistência como uma forma de *transumância* propriamente dita.** Não se trata neste caso de movimentos sazonais e constantes de rebanhos a longas distâncias, como na Europa e norte africano, em que boa parte do gado é depois direcionado à comercialização, embora isso também tenha ocorrido aqui. (p.104, grifo do autor e negrito meu).

Nesse ponto, o autor entende que não existe a *transumância*, apesar de afirmar que alguns usuários dos “campos comuns” em Redenção do Gurgueia-PI percorrem uma distância entre 15 a 20 km, e possuem em média de 5 a 10 animais. “Há, porém, alguns com 50 cabeças ou mais cujo objetivo é comercializar”. (p. 108). Mesmo que o autor não afirme em que período está realizando sua análise, subentende-se que esse percurso é realizado de forma tradicional, ou seja, os grupos de usuários levam seus rebanhos a pé até os “campos comuns”. Portanto, pode-se considerar o percurso como de longa distância. Assim, como se pode afirmar pelas condições climáticas da região, o movimento sazonal é constante e os rebanhos

69 Para um melhor entendimento do árduo trabalho do vaqueiro nordestino, ver Manuel Correia de Andrade, em “A Terra e o Homem no Nordeste”. Ed. Brasiliense, 1973; Ed. Atlas, 1986.

70 Citando Irineu Pinheiro, em “O Cariri”, o qual não consta na Referência Bibliográfica, das 4ª (1973) e 5ª (1986) edições.

com 50 ou mais animais tem a finalidade de serem comercializados.

Já na página 109, baseado nos exemplos dados por Manuel Correia de Andrade (1980), o autor assevera que “em quase toda a área sertaneja a migração sazonal é um hábito que se repete todos os anos, como também evidencia que a *transumância* de longa distância foi igualmente comum no território brasileiro” (p. 109). Portanto, é afirmado pelo autor que a transumância é praticada pelos camponeses proprietários de gado bovino nas terras onde existe a prática de uso comum da terra, na categoria ‘campos comuns’.

5.2.3 - O Uso Comum Cooperativo

Essa categoria de uso comum de terra foi localizada por Campos (2000) no interior de Santa Catarina, nos municípios de Laguna e Tubarão; tendo surgido no início dos anos 70 do século XX e se originado do uso comum de uma área que incorporara parte das terras dos respectivos municípios.

É ressaltado pelo estudioso que, mesmo sendo uma importante forma de subsistência para os seus usuários, eles não usufruem dessas terras o ano inteiro, pois, quando chega o período de chuva, a região é inundada, devido ao fato de estar localizada em “terreno baixo, dominado pelo Rio da Madre, um dos braços do Rio Tubarão, próximo à sua foz” (CAMPOS, 2000, p. 100).

Mesmo com essas características físico-ambientais, desde a sua origem, a área foi motivo da existência de conflitos sociais, entre os seus usuários e os proprietários de terras circundantes, que sempre tentaram se apropriar de partes dela.

A questão natural favorecia a isso, visto que muitos dos córregos e pequenos rios que cortavam o campo foram sucessivamente assoreados, até desaparecerem (caso do Rio dos Pregos), juntando assim duas áreas vizinhas. Desse modo, alguns proprietários dos terrenos mais elevados, do lado oposto do rio (agora não mais existente), esticaram as cercas para dentro do campo, aumentando assim sua propriedade. Acrescenta-se o fato de que fazendeiros da região da Madre, já na década de 20, requereram do governo uma grande parte do campo. A pressão contrária exercida pelos usuários torna-se cada vez mais forte, como também aprofundam-se os conflitos, cuja Prefeitura de Tubarão, polícia e mesmo contingentes do Exército, tiveram que intervir. Após a década de 50 as tentativas de

apropriação se aprofundaram, por interesses diversos (criação de gado, rizicultura, especulação imobiliária, etc.), parte deles, externos, como de grandes empresários do setor mineiro e cerâmico de Criciúma. (CAMPOS, 2000, p. 100-111).

Como resultado das lutas e resistência dos usuários do campo comum e de muitas tentativas infrutíferas, finalmente foi encontrada uma solução que garantiu a continuidade do uso comum no Campo da Eira, o que garantiu qualquer tentativa de apropriação individual.

Surge assim, a 7 de Março de 1976, a COOPERCAMPO – Cooperativa dos Usuários dos Campos Públicos Ltda, cuja Resolução nº 02/76 do IRASC – Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina, com data de 8 de junho de 1976, garante a anuência e carta de autorização de uso à dita cooperativa, para usufruir do Campo da Eira, numa área total de 1.200 hectares. Se constitui, positivamente, a nível, no primeiro caso que se tem notícia de cooperativa de utilização campo de uso comum. A Carta de Anuência dá aos usuários do Campo Eira apenas o direito ao usufruto, e não a propriedade, que, em teoria, continua sendo uma área “do Estado”. O Estado poderia, nesse sentido, retomar a área e promover nela outros usos; mas com certeza não sem conflitos. (p. 111).

As normas de funcionalidade da cooperativa realizam-se por meio de estatuto próprio, que, entre outros aspectos, regulamenta as condições necessárias para admissão do sócio. Nela, é dada a prioridade para o usuário ou ex-usuário e seus descendentes – filhos e netos. Ao se associar, cada usuário paga uma taxa equivalente ao valor de 1 (um) salário-mínimo e mais uma taxa mensal, que, na época da pesquisa realizada pelo autor, equivaleria a R\$ 0,70 (setenta centavos) por rés que pastoreia no campo. A renda fruto da taxa de inscrição do associado e das mensalidades é revertida na “manutenção e limpeza do campo, construção de valas e drenagens, banheiros carrapaticidas, mangueiras, remédios, entre outros benefícios” (Ibid., p. 111). Cada associado tem o direito de manter no campo, no máximo, 30 reses. A partir desse número é considerado que o usuário tem condições de possuir pastagem própria. Antes de o estatuto vigorar, existiam usuários que mantinham 50 a 100 reses no campo.

A Cooperativa iniciou com cerca de 100 associados e aproximadamente 2000 reses. Mas em fins da década de 80 o número de associados cadastrados era de 482, com um total superior a 7000 animais, momento em que passou a ser considerado como o limite máximo que o campo poderia suportar, dificultando-se então a entrada de novos associados. Entretanto, mudanças na forma de acesso de associado à Cooperativa, promovida por administrações da mesma na década de 90 (cujos sócios passaram a indicar novos membros à diretoria e esta levava à apreciação na reunião mensal), abriram a possibilidade a novos sócios, alcançando um total de 526, embora o número de reses no campo se mantenha em torno de 7000. (CAMPOS, 2000, p. 111-112).

O reconhecimento das reses de cada usuário dá-se por meio de “marcação a ferro quente e um brinco para cada bovino, que recebe número de matrícula de sua inscrição”. O pastoreio é predominantemente de gado bovino, mas tem-se a possibilidade de pastorear equinos, sendo a restrição de, no máximo, 12 animais por associado. Em 1999, existiam 22 associados que possuíam equinos no campo. A justificativa para tal restrição é que os equinos consomem maior quantidade de alimentos do que os bovinos.

Com a criação da cooperativa, o Campo da Eira passa a ser utilizado basicamente para a criação de gado bovino à solta, voltado para o corte e produção de leite. A venda tanto das reses quanto da produção de leite é realizada por cada proprietário.

O autor compreende que:

Se por um lado a existência de uma cooperativa, assegurado à diversas comunidades a continuidade do uso público comum de uma determinada área [...]. Nesse sentido, a COOPERCAMPO, que demonstra a vitória dos usuários do Campo da Eira sobre os interesses de apropriação do mesmo, pode, de outro lado, evidenciar um novo conjunto de forças da região, cuja manutenção do campo comum não somente daria continuidade a uma tradição, mas abriria novas oportunidades; as quais viriam a beneficiar não propriamente aos usuários do campo comum, mas a outros interesses.

Tal hipótese tem sentido pois, nesse mesmo momento histórico, o sul de Santa Catarina, em rápida transformação, abre-se a novas atividades. [...]; novas exigências do mercado (quantidade e qualidade); novas exigências sanitárias são impostas; entre outras, fazem o quadro econômico-social se alterar. Em tal contexto, o surgimento da COOPERCAMPO poderia estar dirigido, mesmo que não explicitamente, ao aproveitamento da região de Madre para uma produção mais definida ao mercado; com um gado mais controlado (genética, sanitariamente, etc.), e ajuda de órgãos oficiais, (como a Prefeitura) e inclusive com a produção de leite mais direcionada, considerando que o momento é propício ao fomento, na região, à produção de leite e derivados. (CAMPOS, 2000, p. 113).

Após a experiência da COOPERCAMPO, surgiram mais duas cooperativas no mesmo formato, variando, em apenas alguns elementos, as suas funcionalidades internas. Essas cooperativas tinham em comum a luta e a resistência dos usuários de 'campos comuns' em se manterem como tal e tendo em suas perspectivas a manutenção da posse da terra e não a propriedade privada dela. Assim, em dezembro de 1980, foi criada a COOPERSANTO [Cooperativa Santo Antônio dos Anjos dos Criadores dos Campos Públicos de Laguna Ltda], que incorporou um conjunto de usuários de Madre, Ribeirão Grande, Ribeirão Pequeno,

Parobé, Figueira, Morro Grande, Bananal, Laranjeiras, km 37 e Cabeçadas; e em 1996, foi criada a COOPERTUBA [Cooperativa dos Criadores Tradicionais do Campo de Pirituba], que incorporou os usuários do Campo de Pirituba.

De acordo com a análise do autor, pode-se afirmar que os mentores desse modelo de cooperativa, conscientes ou não, incorporaram na sua formatação a tese defendida por Garret Hardin (1968), que criou o termo “*the tragedy of the commons*” (a tragédia dos comuns), o qual se espalhou na literatura anglo-saxônica. A tese central de Hardin consiste na afirmação de que o crescimento da população e o interesse incontrolável do indivíduo que busca seus próprios benefícios, deteriorando os recursos naturais disponíveis para a humanidade, provocam sua destruição. Portanto, para evitar a tragédia dos comuns, é necessário um rígido controle, como é feito pelas administrações dessas cooperativas, via estatuto. Em síntese, é uma forma de privatizar os recursos naturais necessários para a reprodução social dos seus usuários, mesmo a propriedade da terra continuando pública ou patrimonial, como também de quebrar as normas costumeiras de seu acesso, construídas e reproduzidas por gerações e gerações dessa fração da classe social camponesa.

Os outros tipos de terras de uso comum analisadas por Campos (2000) são as de uso comum, conjugando interesses internos e externos à comunidade, nas quais é feita uma divisão entre terras de uso comum junto aos caminhos de tropas [coqueirais, cocais, castanhais e formas similares] e os faxinais do Planalto Meridional, que serão discutidos em um capítulo específico, conforme dito anteriormente.

Onde há a ocorrência deste tipo de terras de uso comum, ela exerce um duplo papel: de um lado, as “comunidades” próximas às suas áreas de ocorrência usufruem das pastagens para o gado, da lenha e madeira de outros produtos naturais disponíveis; de outro lado, de acordo com o contexto socioeconômico, servem a diferentes interesses.

Antes das transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil, principalmente a

partir da década de 50 do século passado, os comerciantes de gado usavam essas terras para “pouso e alimentação do mesmo” (CAMPOS, 2000, p. 119). “Mas, em outras formas de economia, o interesse não estava propriamente naquilo que a terra de uso comum lhes pudesse diretamente proporcionar (pastagens, lenhas, etc.), mas, indiretamente, ou seja, aproveitando-se daqueles que as usufruíam (pequenos produtores) pelo que representavam: mão-de-obra barata e garantida, domínio político entre outros”. (Ibid., p.119).

Estes tipos de terras de uso comum são bastante diversificadas, tanto no que diz respeito a sua constituição geográfica, quanto no que se refere à questão socioeconômica. Elas são encontradas na Amazônia, no litoral e interior nordestino ao sul do país, “As quais perderam importância a partir da década de 50. As que ainda restam não mais possuem a mesma importância anterior, principalmente em regiões em que novos interesses econômicos avançaram”. (CAMPOS, 2000, p. 119).

As formas de uso comum entre ‘não-proprietários’, que o autor divide em **Terras dos índios, Terras de Negros e Terras de Santo**, já foram discutidas nesse capítulo. No seu entendimento, a forma de terra de uso comum entre os ‘não-proprietários’, “cujo uso comum da terra e outros bens é frequente, quanto, também, uma série de atividades coletivas, sendo o *mutirão* uma das mais conhecidas”, se constitui em “viver em comum”, em uma “sociedade comunitária, cuja perda ou transformação de alguns de seus elementos básicos torna difícil sua vivência. E a perda do uso comum da terra pode significar seu próprio desaparecimento, sua absorção, de um ou outro de modo, à sociedade dominante”. (CAMPOS, 2000, p. 151, grifo do autor).

O autor se refere, além das terras de uso comum anteriormente analisadas, a duas experiências “dirigidas de uso coletivo da terra”: da Colônia do Sahi, no Município de São Francisco do Sul – SC e da Colônia Cecília, entre os municípios de Palmeira e Santa Bárbara – PR, as quais são caracterizadas “basicamente por situações específicas, estranhas ou

contrárias à sociedade dominante, o que as transforma em experiências isoladas, ‘ilhadas’ no contexto geral”. (CAMPOS, 2000, p. 169)

No seu entendimento, as “experiências dirigidas” têm sua origem nas ideologias do século XVIII, principalmente nas teses dos franceses Charles Fourier e Saint-Simon, os quais, com suas visões de mundo próprias, reivindicavam uma sociedade igualitária. Para Campos (2000), os fundamentos teóricos desses autores passaram a ser conhecidos por “*socialismo utópico*”. (p.169, grifo meu). A Colônia Sahi foi fundada em 1841 por J. B. Mure, francês, seguidor dos princípios de Charles Fourier, que tinha a ideia de construir uma colônia societária industrial, cuja experiência fracassou por falta de encomendas dos produtos fabricados. (Idem, p. 170).

Já a Colônia Cecília foi fundada em 1890 por Giovani Rossi, italiano, seguidor de uma das várias correntes do socialismo anarquista. A Colônia Socialista Anarquista Cecília, por sua vez, foi criada para ser uma experiência revolucionária libertária, com tendência ao comunismo anarquista. Ou seja, para se constituir numa “sociedade sem leis, sem religião, sem propriedade privada, onde a família fosse constituída de forma mais humana, assegurando às mulheres os mesmos direitos civis e políticos dos homens⁷¹”. (p. 171).

George Woodcock (2002) define como comunismo voluntário:

Havia outros anarquistas italianos que viajavam para o exterior na esperança de estabelecer colônias utópicas que provariam, na prática, a possibilidade de se viver num comunismo voluntário. A mais famosa delas foi a Colônia Cecília, fundada no Brasil. Um grupo de anarquistas deixou a Itália, em fevereiro de 1890, para tomar posse de terras que havia recebido do governo brasileiro, segundo sua política de estímulo à imigração. No primeiro ano a experiência foi bem-sucedida, e na primavera de 1891 havia cerca de duzentas pessoas vivendo e trabalhando na colônia. Mas isso durou apenas quatro anos: pela metade de 1894, o último de seus membros já havia partido. O fracasso teve duas causas: a inadequação das terras concedidas aos colonos foi sem dúvida uma delas, mas, mais importante ainda, foram as diferenças de opinião cada vez mais acirradas entre os colonos, sobre todas as questões imagináveis relacionadas aos métodos de ação e organização que deveriam adotar, e que acabaram por dividir a comunidade – como já acontecera tantas outras vezes – em facções irreconciliáveis. (p. 190-191).

A experiência bem-sucedida no primeiro ano, afirmada por Woodcock, é confirmada

⁷¹Citando a obra *Anarquistas, graças a Deus*, 1983, p. 151, de Zélia Gattai.

em um trecho da carta de Vante Venturi, publicada na 5ª edição de “Um Comune Socialista, de Giovane Rossi”, transcrito por Mello Neto (1996), citado por Campos (2000):

Não podeis crer quanto é bela a nossa situação, que sempre vai melhorando, pois temos excelente água, em suma, tudo melhor do que dr. Rossi nos havia descrito. Quanto a animais selvagens, nós ainda não os vimos, com exceção de um pequeno macaco que foi amansado por um companheiro nosso.

Nossas refeições tem sido: arroz, feijão, polenta, carne de porco, carne de boi, salame, café, leite, tudo em grande abundância.

[...]

Até agora, com a caixa social, compramos 36 bois: 15 para açougue, 15 para raça e 6 para o trabalho. (p. 172).

Além das divergências internas enfrentadas pelos membros da colônia por questão de método de ação e organização, ressaltados por Woodcock (2002), os membros da colônia enfrentaram problemas externos, como afirma Campos (2000):

Desde os problemas com a igreja católica, que claramente não admitia a preferência não-religiosa dos membros da colônia, à relação difícil que passaram a ter com as autoridades republicanas, incomodadas que estavam com a doação da terra feita pelo imperador deposto, exigindo dos colonos sua compra e consequente pagamento de impostos, quanto pelo ideal e prática anarquista, que em nada se identificava com o positivismo republicano. Isto e outras questões ligadas à relação externa da colônia, junta-se os problemas internos, como a opção de alguns de sair da colônia e trabalhar na cidade, principalmente Curitiba, ou a descrença de outros na própria sobrevivência de uma sociedade anarquista. O fim da colônia foi o seu abandono e consequente desaparecimento. (p. 172).

Pode-se afirmar que as terras de uso comum, nas suas mais diversificadas formas, vêm se constituindo há vários séculos no Brasil e em outros países. Mas existem princípios básicos e fundamentais que os aproximam, que são: o fundamental para a fração da classe camponesa que constrói mantém e, inúmeras vezes, pelo seu poder e coesão, reconstrói seu território. É fundamental para a posse da terra e dos seus recursos naturais básicos, (a terra de trabalho para a sua reprodução social), mesmo naquelas formas onde há um imbricamento na lógica camponesa, que articulam e combinam as noções de propriedade privada e de apossamento através do uso comum. Para essa fração da classe camponesa, a propriedade privada da terra, terra de negócio, tem o significado da destruição das normas costumeiras obedecidas por gerações, e, por conseguinte, a destruição de seu território. No entanto, não se pode negar que,

desde suas raízes históricas, as terras de uso comum são marcadas por conflitos sociais internos e externos.

A permanência e visibilidade da fração do território camponês na forma de terras de uso comum, com suas várias diferenças internas, e nos mais diversos pontos do país, é uma refutação da tese daqueles pesquisadores do campo brasileiro que se referem às terras de uso comum e a essa fração da classe camponesa “como formas residuais ou ‘sobrevivência’ de um modo de produção desaparecido, configuradas em instituições anacrônicas que imobilizam aquelas terras, impedindo que sejam colocadas no mercado e transacionadas livremente”. (ALMEIDA, 2006, p.104).

Desse modo, há um embate desigual e combinado pela construção, manutenção e reconstrução dessas frações do território camponês, bem como, em muitos casos, pela ampliação de seus limites, o que significa, conseqüentemente, ampliação de poder. Existe, portanto, a ocorrência de uma luta de classes: a classe camponesa contrapondo-se aos grandes latifundiários, ao Estado, e também, aos setores mais conservadores da Igreja [uma vez que o setor mais progressista da Igreja apoia as reivindicações dos movimentos socioterritoriais, que lutam pelo direito à terra, como foi visto no capítulo anterior]. Para se fazerem valer, esses movimentos buscam construir uma unidade política, social e solidária com outros setores da sociedade, visando consagrar suas reivindicações. Paralelo a isso, o processo de construção pelos movimentos socioterritoriais é um processo dialético de construção / manutenção / destruição / manutenção / construção que ocorre em um contexto social, econômico e cultural dependente do poder e da coesão de seus protagonistas.

Mapa 1 – Terras de Uso Comum no Brasil - Primeiros Dados.

6. FAXINAIS DO PARANÁ ONDE O PUXIRÃO É PELA VIDA

É importante reafirmar que as transformações ocorridas no campo brasileiro são componentes de um processo histórico, contraditório e combinado do desenvolvimento do modo capitalista de produção. Em seu processo de desenvolvimento ocorrem dois processos, também contraditórios e combinados, que são a territorialização do capital e a monopolização do território, cujos conceitos foram construídos por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, conforme já foi colocado em capítulo anterior.

Este modo de produção, que se esparramou por quase todo “mundo ocidental”, a partir do início do século XVII, provocou a extinção ou descaracterização das formas comunais de exploração da terra do modo feudal de produção, como bem assevera Karl Marx, quando trata da assim chamada acumulação primitiva, “a estrutura econômica da sociedade capitalista nasceu da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou elementos para a formação daquela” (1988, p. 253). Isso implicou na descaracterização das formas comunais de uso da terra no feudalismo, pois a “sua história assume coloridos diferentes nos diferentes países e percorre as várias fases em sequência diversa e em diferentes épocas históricas”. (Ibid., 1988, p. 253).

Portanto, pode-se afirmar, inclusive, que o fim da exploração comunal ou coletiva da terra no modo feudal de produção se fez para que o modo capitalista de produção pudesse se desenvolver. Admitir esse fato, porém, não quer dizer que a forma da terra de uso comum foi extinta. Por mais poder que o capitalismo tenha, nada há de tão poderoso assim, que possa extirpar de dentro do homem o sentimento de solidariedade, que é um dos sustentáculos em que estão assentadas as bases do uso de terra de uso comum, e o instinto social que lhe é inerente.

Como se pôde comprovar em capítulos anteriores, em Portugal, Espanha e em outros

países, que mais ou menos no mesmo período vivenciaram o processo transição do modo feudal de produção para o modo capitalista de produção, até o presente, há várias formas de terra de uso comum, como os Baldios em Portugal e os Montes de Uso Comum na Espanha. Sabe-se que, durante a Revolução Francesa, a França teve a possibilidade de reforçar o campesinato proprietário, cujo resultado foi um avivamento de antagonismo, pois até aquele momento era despercebido entre os camponeses proprietários e os sem terra que louvavam toda forma de arrendamento, parceria, posse precária, etc.

Os países que, a exemplo da Prússia, encontraram uma “*via de compromisso*” não revolucionária para a superação do sistema feudal, não chegaram a promover uma descaracterização tão ampla e generalizada da exploração comunal, na medida que esta encontrava-se umbilicalmente ligada aos privilégios de uma aristocracia rural que, em face de um determinado “*pacto*” político, obteve, na medida do possível, a salvaguarda do modo de produção e das relações sociais tradicionais. (GEVAERD FILHO, 1988, p.57).

Para este autor, a forma comunal de uso da terra, entre as quais é citado o compáscuo, tem conseguido sobreviver, ainda de forma precária e “mutilada”, com o desenvolvimento capitalista. Tal fato ocorre quando certas sociedades estão mais próximas de um estágio de desenvolvimento pleno do capitalismo industrial. “Isto explica por que os códigos de direito privado tratam tradicionalmente o assunto como um laconismo e desprezo exemplares, veja-se, a propósito, o ‘Code Napoleon’, o Código Civil Português, o Código Civil Brasileiro, etc.” (Ibid., 57). Como se verá posteriormente, o autor considera o faxinal como uma das formas de compáscuo.

Já nos países capitalistas que optaram, ou são forçados a optar, por uma reforma em suas estruturas fundiárias, que seja por uma opção de expandir o mercado interno ou criar as chamadas “pré-condições” para alcançarem uma fase mais desenvolvida do capitalismo, ou ainda, nos países em que existe uma pressão para amenizar os conflitos sociais no campo entre os grandes latifundiários, camponeses sem terra e os camponeses-posseiros, por meio da reforma agrária, em muitos casos, o uso de terra comum é “trazida à plena vida e reanimada institucionalmente”.

Ao longo do século XX, países como México, Taiwan (Formosa), Japão, Itália e Portugal, passaram por um processo de reforma agrária. “Com algumas exceções, todos os processos reformistas envolveram a adoção de algum tipo de propriedade ou exploração comunitária condominial” (GEVAERD FILHO, 1988, p.56). Um exemplo disto foi a reforma portuguesa rotulada por alguns autores como “socialista”, que implantou em uma área de 1 milhão de hectares cerca de 500 unidades coletiva de produção agrícola, ”formando no Alentejo uma verdadeira ilha autogestionária”. Portanto, em países onde predomina o modo capitalista de produção cuja tendência dominante seria a extinção das formas de terra de uso comum, há exemplo de reativação, o que, por si, é o argumento mais que suficiente para demonstrar que sua viabilidade, não só no que diz respeito à sua produtividade, é também uma forma de estabilizar ou extinguir os conflitos sociais no campo. (Ibid., p. 56 e 57).

As reformas agrárias realizadas pelos países ditos socialistas “reais ou burocráticos” também reativaram ou institucionalizaram as formas de terras de uso comum, como nos casos da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a China. A Lei Agrária de 26 de outubro de 1917 da URSS traçou as linhas mestras da estrutura fundiária desses países, com algumas alterações ao longo do tempo.

Das alterações, a mais digna de nota talvez seja a adoção a partir de 1923 da famigerada NEP (Nova Política Econômica) que, no campo da agricultura, restabeleceu o mercado livre de produtos agrícolas e permitiu que parte das terras fossem vendidas ou alugadas, contrariando, desta forma, as decisões do II Congresso dos Sovietes que aboliu a propriedade privada, cancelou as dívidas de arrendamento e autorizou os lavradores a ocuparem os latifúndios através de comissões locais. (Ibid., p. 57).

Portanto, a formação social camponesa dos faxinais do Paraná pode ser compreendida a partir de sua organização econômica, social e cultural iniciada no transcurso dos dois últimos séculos, calcada no binômio agricultura camponesa e meio ambiente. O faxinal produziu um acúmulo de experiências cuja configuração final é o resultado da articulação entre os recursos locais disponíveis e as necessidades dos camponeses de se reproduzirem socialmente. Nesse processo histórico, surge a fração do território comunitário camponês

faxinalense.

6.1. GÊNESES DOS FAXINAIS

A hipótese que levanto na tese sobre a gênese dos faxinais no Paraná é a de que ela se encontra na aliança entre os índios fugitivos do sistema de peonagem (das missões ou reduções jesuíticas e dos aldeamentos), da escravidão (dos bandeirantes paulistas) e dos negros africanos fugitivos, que se dispersaram e não formaram quilombos, e se encontraram nas matas de Araucárias no Estado do Paraná. A junção da prática de terras de uso comum pelos índios, a prática de criação de animais pelos escravos africanos, mais a prática da extração da erva-mate por ambos os sujeitos sociais – pelo lado indígena, adquirida antes das reduções ou missões jesuíticas, e pelo lado do escravo negro africano, adquirida nas grandes fazendas de criação de gado no planalto de Curitiba – constituíram os elementos fundantes na construção dos faxinais no início século XVII, que, ao longo do tempo, recebeu a contribuição significativa dos imigrantes europeus, principalmente dos camponeses originários do leste europeu (Ucrânia e Polônia); e da fração dos camponeses que participaram da Guerra ou Revolta do Contestado para a sua consolidação.

Quando se busca reconstituir a gênese dos faxinais, depara-se com duas questões no que diz respeito à bibliografia existente sobre a formação socioeconômica e do territorial do Paraná, as quais se consideram como obstáculo para a sua melhor compreensão. A primeira, no plano sincrônico, situa as análises individuais e seus enfoques narrativos ao abordarem as missões ou reduções jesuíticas frente à história paranaense, pois diferentes autores e em diferentes épocas, principalmente historiadores, em seus estudos sobre a formação socioeconômica e territorial do Paraná, inter-relacionam essas produções isoladas, dentro de interpretações que se estruturam ao longo do processo de constituição de uma intelectualidade ligada aos estudos regionais. As abordagens sobre a pré-história indígena; concepções sobre a

cultura e participação dos povos indígenas Guarani e Kaingang nos povoados missioneiros; a organização social, política e econômica das missões ou reduções, o papel da Companhia de Jesus; as relações com o colonialismo português e espanhol; o procedimento heurístico dos autores, com referência a documentos ou bibliografia, e temáticas afins, são destacadas na análise que nos possibilita averiguar os posicionamentos desses intelectuais, quando, por exemplo, afirmam que “o solo da terra virginal, recoberto de florestas seculares, abrigava tesouros inestimáveis de fecundação e fertilidade prontas para fornecerem colheitas dadivosas.” Ou ainda, “e lentamente a floresta, a floresta tão exuberante e impenetrável cedia lugar àqueles homens intrépidos e valentes”. Ou seja, o território no Paraná foi ocupado pela sociedade nacional e paranaense. (NEOLLI e MOTA, 1999, p. 1).

Com isso, construiu-se uma ideologia de que essas terras estavam vazias, desocupadas, desabitadas, portanto, prontas para serem ocupadas. Desde a história oficial, os sujeitos sociais que participaram dessa ideologia foram muitos: os historiadores que fizeram ou fazem a apologia da colonização e os geógrafos que escreveram ou escrevem sobre a sua ocupação. Toda essa historiografia paranaense é reproduzida nas universidades, e nos livros didáticos que se utilizam dessas fontes, repetindo para milhares de estudantes do Estado a ideia de que o Paraná era um grande vazio demográfico pronto para ser ocupado pelos colonizadores portugueses e espanhóis.

A segunda questão sobre a gênese dos faxinais é quando se trata da presença dos jesuítas no Guairá, a qual se compreende que foi um elemento importante na formação socioeconômica e territorial do Paraná, pois, desde a sua chegada, nas primeiras décadas do século XVII até os dias atuais, os jesuítas marcaram presença com sua experiência, na chamada conquista espiritual dos índios, marcadamente no chamado Novo Mundo, e constitui-se um dos temas mais discutidos e ainda hoje incompreendidos. Ao observar a produção historiográfica e geográfica missioneira, constata-se que é numerosa e diversificada,

estando presente em vários países, pois o número de publicações cresce anualmente, sendo diversificado em quantidade e ênfase interpretativa em diversas línguas. Desde o século XVII, alguns autores têm escrito sobre as missões ou reduções com diferenciados enfoques, entre eles a leitura apologética da ação civilizadora da Companhia de Jesus realizada por Nicolás Del Techo ((1673 e 1897), Pedro Lozano (1928), Pierre Chalevoix (1910) e José Cardiel (1984). Há outros autores que analisaram de forma geral o processo histórico missioneiro, como Guillermo Furlong (1962), Clóvis Lugon (1977), Magnus Mörner (1968) e Maxime Haubert (1990). Sobre a presença missionária na atual formação socioespacial do Paraná, dois jesuítas do século XVII deixaram importantes informações sobre as reduções de Guairá: Antonio Ruiz Montoya (1985) e Antônio Sepp (1980).

A forma diversificada e contraditória das interpretações sobre o papel da Companhia de Jesus se deve porque, em grande parte, os cronistas e historiadores eclesiásticos da época se preocupavam em exaltar o trabalho da Companhia de Jesus em um momento que, na Europa, ela recebia duras críticas do pensamento jurídico, filosófico e político. Com isso, a produção bibliográfica missioneira se viu envolvida em uma discussão polêmica entre autores partidários ou adversários dos jesuítas, criando, assim, mais um obstáculo para uma reconstrução histórica, que se vê obrigada a lidar com uma bibliografia marcada pela objetividade limitada e pelas efusões sentimentais e subjetivas, com uma visão eurocêntrica do processo histórico da questão. De acordo com José Otávio Catafesto de Souza (2002):

Até há um tempo bem recente, a problemática científica sobre o processo missionário e “reducional” — reduzir os índios à vida civilizada — girava em torno de um único tema: suas origens europeias. Em parte, tal problemática era o resultado de uma falta de análise crítica dos documentos coloniais, nos quais os Guaraní figuram sistematicamente descritos como se fossem crianças ingênuas. (SOUZA, 2002, p 213-214).

Com isso, se eliminam propositadamente da história e geografia regional as populações indígenas que aqui viviam e resistiram à conquista de suas terras e à destruição de seu modo de vida.

Por outro lado, observa-se que, a partir dos anos 80 do século passado, alguns pesquisadores historiadores, geógrafos, sociólogos e antropólogos, utilizando-se das pesquisas de historiadores defensores do colonialismo, dos relatos dos cronistas e dos historiadores missionários, encontraram pistas para afirmar que o fato ocorrido foi uma invasão dos territórios comunitários indígenas dentro do marco da expansão colonial que incorporou novas áreas ao seu modo de produção. Ressalto que, antes dos anos 80, um trabalho pioneiro já tinha essa visão *Planalto Meridional do Brasil* de 1957, do Geógrafo Orlando Valverde. Portanto, esses pesquisadores colocam as populações indígenas enquanto sujeitos ativos da história da formação socioespacial do Paraná. Dando outro enfoque histórico, geográfico, sociológico e antropológico, permite-se uma reorientação das problemáticas, reconhecendo que o processo histórico missionário teve uma contribuição fundamental dos povos indígenas. “Torna-se possível, portanto, a recriação do passado, segundo a memória social e a identidade das minorias ainda existentes [...]” na atual formação socioespacial do Paraná, reconstruindo outra parcela da história das camadas populares (SOUZA, 2002, p. 214), sendo que uma parcela desses sujeitos juntamente com uma parcela dos escravos africanos, que não se sujeitaram ao trabalho escravo, foram os construtores dos faxinais.

Assim, a formação social camponesa dos faxinais do Paraná é o resultado de um processo histórico contraditório e desigual, em que vários elementos econômicos, sociais, culturais e políticos foram fundamentais na sua formação territorial. Para a construção dessa fração do território comunitário camponês faxinalense foi necessário que no princípio ocorressem alianças entre os povos indígenas, mesmo sabendo-se que o cenário político era constituído por complexas configurações de alianças e conflitos entre grupos locais, bem como entre grupos Guarani e outras sociedades indígenas, especialmente os Guaykuru e Kaingang – os índios descobrem e desenvolvem maneiras de resistir aos efeitos destruidores do contato com o branco sobre suas tribos e aldeias. Entre elas, a luta armada de resistência à

invasão, à fuga coletiva para as regiões mais distantes dos povoados das missões, dos primeiros povoamentos dos portugueses e espanhóis –; e os povos africanos, que também realizavam fugas para escapar do trabalho escravo, principalmente aqueles que não constituíram quilombos.

Para a consolidação da fração do território comunitário campões do faxinal foi necessária a ampliação dessa aliança, explícita ou não, com outros setores da sociedade e os camponeses faxinalenses, pois ele foi se transformando ao longo do processo histórico, da mesma forma que ocorreram grandes transformações na formação socioeconômica da sociedade paranaense, que forjou um padrão de organização societária e territorial com características próprias.

E para entender a fração do território comunitário campões do faxinal, faz-se necessário compreender como se forjou o trabalho escravo indígena nos séculos XVI a XIX, quando uma grande parte da população indígena composta pelas etnias Guarani, Tupi e Jê (Kaingang e Xocling) do Guairá foi escravizada pelos *encomenderos* espanhóis, bandeirantes paulistas e reduções jesuítas; e o trabalho escravo africano desde o século XVII, tempo que o Paraná pertencia a 5ª Comarca da Província de São Paulo até o fim da escravidão indígena e africana no Brasil e Paraná – já como Província (1853), dentro do contexto da constituição e da dinâmica da sociedade brasileira⁷².

6.2 - A ESCRAVIDÃO INDÍGENA

O significado da palavra ‘escravo’ tem sua origem no vocábulo latino ‘servus’. Já o

⁷² No entendimento do Klaas Woortmann, a *encomienda* era uma instituição originária da Península Ibérica, no período mauro, cujo modelo foi transferido para América Espanhola, que consistia na alocação da força de trabalho maura à nobreza territorial espanhola. “A *encomienda* era simultaneamente uma unidade de produção, uma unidade religioso-administrativa e um sistema de distribuição de mão-de-obra. Enquanto unidade de produção, os indígenas reunidos sob a autoridade de “*encomendero*” organizavam-se basicamente como no antigo “*ayllu*”, além de fornecer tributo à Coroa – principalmente pelo trabalho na extração de minérios”. (WOORTMANN, 1977, 4).

termo ‘slav’ passou a designar ‘servidão’, após o aprisionamento dos povos eslavos pelos germanos. Porém, na prática, houve diferenças entre o escravo e o servo.

De acordo com Léo Huberman (1973), o escravo era parte da propriedade do senhor e este podia ser vendido em qualquer parte, a qualquer momento, já o servo, ao contrário, “não podia ser vendido fora da terra. Seu senhor poderia transferir a posse do feudo a outro, mas o servo e sua família permaneciam no seu pedaço de terra, apenas com outro senhor” (Ibid., p.15). Tal diferença entre o escravo e o servo é fundamental para entender que o servo tinha certa segurança que o escravo nunca possuiu. Por mais que o servo fosse subjugado ao seu senhor, ele possuía família, um lar e utilizava alguma terra. (Ibid., p.15). Ou seja, o servo pôde manter a sua identidade, sua família e a garantida de sobrevivência, com o alimento que a terra produzia. O que não ocorria com os escravos, que em todas as formas de escravidão praticada pela humanidade, tiveram suas famílias violentadas e separadas, perderam todos os seus direitos civis, políticos e religiosos, e, na maioria dos casos, foram vendidos para terras distantes, obrigados a trocarem de nome, e, com isto, perderam a sua identidade.

O escravismo é produto da formação econômica e social das primeiras sociedades humanas, do qual se serviram para suprirem-se da falta de mão-de-obra. No caso da sociedade brasileira em sua formação socioeconômica, praticou-se o escravismo em toda a sua plenitude, principalmente o indígena. No entendimento de Darcy Ribeiro (1995), “A escravidão indígena predominou ao longo de todo o século XVI. Só no século XVII a escravidão negra viria a sobrepujá-la”. Os escravos indígenas tiveram tanta importância na formação socioeconômica desse país quanto a escravidão negra. Porém os índios eram tidos como escravos baratos, como se um ser humano pudesse valer menos que outro. (RIBEIRO, 1995, p. 98). Ou seja, o trabalho escravo do indígena e do negro africano é a outra face do processo de colonização portuguesa e espanhola no Brasil e na América Latina.

A legislação colonial brasileira do século XVI tratava explícita e detalhadamente de

duas questões que dizem respeito ao indígena (MOISÉS, 1998): a primeira se refere à guerra (FERNANDES, 1970) e a segunda, ao cativeiro (MONTEIRO, 1994, 2005). Mas a regulamentação e distribuição da mão-de-obra permaneceram bem mais vagas, pois, como afirma Beatriz Perrone Moisés (1998), a legislação e a política da Coroa portuguesa em relação aos povos indígenas do Brasil colonial eram contraditórias, oscilantes, hipócritas. (MOISÉS, 1998, p. 115). As guerras internas entre os povos indígenas, bem analisadas por Florestan Fernandes (1970), no estudo de caso da sociedade Tupinambá e o impacto destrutivo da guerra entre os colonizadores e os índios, levaram a Coroa portuguesa a buscar caminhos alternativos de dominação e transformação dos povos indígenas, surgindo neste contexto as primeiras experiências missioneiras, que tinham como objetivo central a solução articulada para as questões da dominação e do trabalho indígena por meio dos aldeamentos – sendo que o trabalho dos índios das aldeias era, desde o início, remunerado, já que eles eram livres⁷³ –, pelos padres jesuítas, como também fazia parte da estratégia de garantir a conversão, a ocupação e defesa do território colonial. De acordo com John Manuel Monteiro (1998 e 2005), apesar dos aldeamentos nunca terem atingidos plenamente seus objetivos, o projeto jesuítico logo se tornou um dos pilares da política indigenista no Brasil colonial, pois os aldeamentos ou missões acabaram sendo um fracasso admirável sobre todos os aspectos, em razão principalmente do restrito acesso por parte dos colonos a mão-de-obra. “Para os colonos, mesmo durante o século XVI, quando a economia ainda caminhava em marcha lenta, o acesso restrito mão-de-obra indígena mostrou-se tão inadequado quanto irritante”. (2005, p. 45).

À medida que os aldeamentos se tornavam cada vez mais ineficientes no fornecimento de mão-de-obra, os colonos passaram a buscar outros meios para adquirir a força de trabalho indígena. No início do século XVII, a despeito das restrições impostas pela legislação

⁷³ De acordo com a lei de 1587, reafirmado no alvará de 1611, estavam previstos o estabelecimento de uma taxa, os modos de pagamento e o tempo de serviço. (MOISÉS, 1998, p. 120).

portuguesa (MOISÉS, 1998, p. 118), os colonos iniciaram a apropriação direta da força de trabalho indígena por meio de expedições predatórias ao sertão. Ou seja, o respeito restrito à lei nunca fez parte das práticas prediletas dos colonos portugueses no Brasil colonial, principalmente dos paulistas. A lei de 1570 e a legislação subsequente admitiam o cativeiro de indígenas mediante a regulamentação da guerra justa⁷⁴. Os índios que os paulistas queriam como escravos nem sempre se enquadravam nas especificações da lei.

De fato, com frequência os inimigos mais indicados para uma guerra justa foram os chamados Tapuia, e mesmo a lei de 1570 cita nominalmente os Aimoré – denominação que incluía diversos povos jê que resistiam arduamente aos avanços portugueses no litoral da Bahia. Desde cedo, no entanto, os colonos manifestaram clara preferência por cativos Tupi e Guaraní, e isto por diversos motivos; a maior densidade demográfica, a facilidade de comunicação através de uma ‘língua geral’ e a maior possibilidade de formar alianças; mediante estes contatos, novos cativos justificavam seu interesse. A questão do trabalho também realçava a distinção algo estereotipada entre Tupi e Tapuia. (MONTEIRO, 2005, p. 52).

De acordo com o autor, do início do século XVI até o final do século XVIII, os colonos paulistas se deslocaram para o sertão com o objetivo de aprisionar os povos indígenas, com essa imagem dualista, pois, inúmeras denúncias foram feitas ao longo desse extenso período, as quais apontavam que os colonos paulistas saíam com o objetivo de reprimir os povos indígenas mais indomáveis, bárbaros e traiçoeiros para que fossem integrados à Igreja. Na verdade, esses colonos retornavam, na maioria das vezes, apenas com índios Tupi, normalmente mulheres e crianças. Tais estratégias de escravizar os povos indígenas Tupi e Guaraní já vinham sendo colocadas em prática no decorrer de guerras justas, ou seja, desde o século XVI.

No decorrer de todo o século XVII, tanto colonos de São Paulo quanto de outras vilas próximas assaltaram centenas de aldeias indígenas em diversas regiões, apresando milhares de índios a várias sociedades para levarem as suas fazendas e sítios na condição de “serviços obrigatórios”, conforme a legislação do Brasil colonial. As frequentes expedições ao interior e litoral forneciam um volume crescente de mão-de-obra indígena para vila de São Paulo. Com

⁷⁴As causas legítimas da guerra justa seriam a recusa por parte dos povos indígenas à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, a prática de hostilidades contra vassalos e aliados portugueses (especialmente a violência contra pregadores, ligada à primeira causa) e a queda de pactos celebrados. (MOISÉS, 1998, p. 123).

isso, possibilitou-se a produção e o transporte de excedentes agrícolas, mesmo que de forma moderada, para as regiões circunvizinhas à vila e a outras regiões da colônia portuguesa. De acordo com Monteiro (2005), se não existisse este fluxo incessante de mão-de-obra indígena para o planalto paulista, a débil população indígena do planalto teria desaparecido em pouco tempo, porque a “a exemplo da escravidão negra do litoral nordestino, a reprodução física da instituição dependia, em última instância, do abastecimento externo”. (Ibid., p. 57). Dessa forma, os paulistas constituíram formas próprias para conseguirem mão-de-obra indígena. Entre elas estavam as chamadas expedições dos bandeirantes, onde o autor faz uma crítica aos estudiosos paulistas nas suas formas de interpretações, as quais não levam em consideração o contexto local. Portanto, os estudos sobre as expedições dos ditos bandeirantes em fases distintas, foi convencionado como o “bandeirismo defensivo, o apresamento, o movimento colonial, as atividades mercenárias e a busca de metais e pedras preciosas”(MONTEIRO, 2005, p. 53). No entendimento do autor, apesar dos pretextos e dos variados resultados que alcançaram as expedições, a penetração do interior sempre ocorreu em torno da resolução de uma questão central: “a necessidade crônica da mão-de-obra indígena para tocar os empreendimentos agrícolas dos paulistas”. (Ibid., p. 53).

Ainda na compreensão desse mesmo autor, o que alterou no transcorrer do século XVII foram as condições de apresamento dos indígenas, as quais passaram a ser condicionadas pelas variáveis de orientação geográfica, do percurso das distâncias, do aumento dos custos operacionais e das mais variadas formas de reação adotadas dos indígenas quando ao apresamento. Até 1640, os paulistas somavam suas necessidades de força de trabalho com admirável quantidade de mão-de-obra de cativos Guarani, seguindo de perto a expansão da agricultura comercial no planalto. Com o fim do apresamento dos povos Guarani depois de 1640, os colonos paulistas passaram a enfrentar uma grave crise de mão-de-obra indígena, a qual teve uma repercussão sobre as estruturas locais, e, com isso, tendo

difficuldade em manter a população indígena cativa no mesmo volume até então existente. A situação se agravou ainda mais com a ocorrência de uma terrível epidemia de varíola que assolou o planalto na década de 1660. Diante dessa situação, os colonos paulistas tiveram que modificar suas estratégias de apresamento dos povos indígenas, construindo novas formas de organização para as expedições que adentravam nos sertões, onde, na sua maioria, não obtiveram os êxitos desejados, mas mesmo assim, ocorreram alterações na composição étnica e sexual na força de trabalho indígena cativa.

Entre as estratégias então adotadas, estava o projeto do ex-governador do Brasil D. Francisco de Souza, que consistia na articulação dos setores de mineração, agricultura e indústria, todos articulados em uma sólida força de trabalho indígena cativa. Este projeto foi inspirado no modelo desenvolvido na América espanhola, onde a população indígena, em um movimento que conjugava as empresas mineradoras e agrícolas, gerou grandes fortunas entre os colonos espanhóis, engordando igualmente os cofres do Reino. Mas o projeto do ex-governador não alcançou os resultados esperados, porque não foi encontrado o volume de metais e pedras desejados, pois aqui não existia nenhuma Potosi resplandecente. Mesmo assim, seu projeto teve uma repercussão na organização da economia local de São Paulo: por um lado, ocorreu um crescimento na agricultura comercial paulista e, por outro, o apresamento de força de trabalho indígena atingiu um volume até então desconhecido.

Independente dos pretextos adotados pelos colonos paulistas para justificar suas expedições ao sertão, seus objetivos maiores eram claramente o de aprisionar povos indígenas Carijó ou Guarani, os quais habitavam em um vasto território ao sul e sudoeste de São Paulo. Os colonos paulistas concentraram suas atividades de apresamento em duas regiões: na região que ficou conhecida como sertão dos Patos, localizada no atual Estado de Santa Catarina, onde habitavam os grupos Guarani, identificados, entre outras, pela denominação de Carijó, Araxá e Patos; e na região do sertão dos Carijó, que abarcava além das margens do Rio

Paranapanema, igualmente habitadas, sobretudo por grupos Guarani, e também por diversos grupos não Guarani. Mesmo a localização do sertão dos Carijó sendo imprecisa, MONTEIRO (2005), acredita que seja provavelmente a região de Guairá, onde se localizava as Reduções Jesuíticas. que eram circundadas pelos rios Piquiri, Paraná, Paranapanema e Tibagi. (p. 57-61).

Para alcançarem seus objetivos, os colonos paulistas realizavam alianças com alguns chefes indígenas. Diversas expedições que seguiram nos primeiros anos do século XVII para o sertão dos Bilteiros trouxeram cativos não Kayapó, o que se supõe que os índios cativos foram fornecidos pelos Kayapó. Mas a aliança entre os Kayapós e os colonos paulistas durou somente entre 1608 e 1612. Com isso, os colonos paulistas passam a atacar os Kayapó com hostilidades, sendo expostos ao cativeiro ou ao extermínio. Só mesmo refugiando-se nos sertões remotos é que os Kayapó conseguiram evitar, por mais de um século, novos confrontos.

Mas os principais intermediários desse começo de tráfico de escravos indígenas eram da região de Patos, no denominado “Porto dos Patos”, que era o entreposto no circuito dos cativos Guarani, onde eram acorrentados e embarcados com destino às capitanias de São Vicente e Rio de Janeiro. Os colonos paulistas manipulavam relações familiares e intertribais para alcançarem seus objetivos, e fizeram alianças com alguns chefes indígenas, que, fugindo das práticas tradicionais, tiravam vantagem de sua posição de intermediários, acumulando poder e até riquezas. “Tal seria o caso de um certo Tubarão, que, com o apoio de seus três ou quatro irmãos, todos supostamente xamãs, tornou-se o principal fornecedor de cativos Guarani na região dos Patos durante a primeira década do século XVII”. (MONTEIRO, 2005, p. 64).

À medida que crescia a necessidade de mão-de-obra escrava indígena, a violência tornava-se um instrumento cada vez mais importante como forma de conseguir índios cativos.

O método adotado pelos colonos paulistas baseava-se em cercar as aldeias e persuadir os índios, “usando a força ou de ameaças, a acompanhar os colonos de volta a São Paulo. Um destino terrível reservava-se às aldeias que ousassem resistir” (Ibid.. p. 64), onde eram apresadas, preferencialmente, mulheres e crianças. Tal preferência refletia, até certo ponto, na divisão de trabalho praticada pelos colonos em suas fazendas e sítios, onde as mulheres e crianças exerciam as tarefas ligadas ao plantio e à colheita, enquanto os homens adultos cativos eram liberados para outras tarefas, principalmente para o transporte de cargas e a participação nas expedições de apresamento. Na prática, esta divisão sexual do trabalho esteve sempre presente em muitas sociedades indígenas. (Ibid.. p. 73).

Portanto, as relações de troca e alianças entre certos chefes indígenas e colonos paulistas, portugueses, forjaram, a exploração do trabalho escravo indígena. No entanto, uma vez concretizada as relações escravistas em todo esse período, reverteu-se este quadro, colocando a população indígena em uma nova realidade social. Os povos indígenas cativos, por sua vez, em razão de toda a pressão e perseguição por parte dos colonos portugueses, principalmente dos paulistas, não tinham as condições necessárias para reproduzirem de modo pleno as suas formas pré-coloniais de organização. Com isso, os povos indígenas buscaram construir territórios próprios no interior da sociedade colonial. Essa procura, embora tenha obtido resultados na maioria das vezes ambíguos, revelava-se tanto na luta cotidiana pela sobrevivência quanto nas múltiplas formas de resistência (MONTEIRO, 2005, p. 170); assim como as revoltas e guerras contra os colonos portugueses – principalmente paulistas -, espanhóis e jesuítas missionários, eram uma forma de resistência, além das fugas individuais ou coletivas, e em muitos casos, de todo um grupo ou subgrupo étnico.

6.3 - A ESCRAVIDÃO INDÍGENA NO PARANÁ

Os primórdios da sociedade paranaense são de uma sociedade escravocrata fundada na

utilização da mão-de-obra indígena, africana, seus descendentes e mestiços. Portanto a origem da sociedade paranaense é escravocrata, no entendimento de que a organização de uma sociedade é o resultado da conjunção do pensamento econômico e das práticas políticas predominantes na época de sua formação. Ou seja, são os valores morais e políticos – reais ou simbólicos – ou melhor dizendo, é a ideologia – muito bem analisada por Karl Marx e Friedrich Engels na *Ideologia Alemã* – que determina como deve se comportar uma sociedade, cujas bases estão fundadas nas forças produtivas, que se representam pela natureza – terra, matérias-primas etc.; e o conjunto de tecnologias utilizadas – ferramentas, técnicas etc., e também, nas relações sociais de produção, que são os mecanismos de controle social, emocional ou intelectual, construídos com o objetivo de integrar o homem no processo produtivo, sendo que as forças produtivas de uma sociedade se configuram no somatório dos meios de produção com a organização do trabalho. Portanto, são as relações sociais de produção que conformam o estágio em que uma sociedade se encontra.

Ruy C. Wachowicz (1985), afirma que o antropólogo J.H. Steward dividiu os povos indígenas sul-americanos em quatro áreas de cultura, fundamentados em fatos ecológicos e geográficos, quais sejam:

Andina – compreende os índios que já possuíam metalurgia desenvolvida e arquitetura, apresentando, portanto, uma civilização bem desenvolvida. Exemplo: os incas. Circum Caribe – compreende as tribos localizadas ao norte da América do Sul, nas costas do mar das Antilhas. Exemplo: os caribes. Floresta Tropical – são os que já conheciam a navegação fluvial, a cerâmica, a rede e a agricultura. Exemplo: no Brasil os Tupi-Guarani, nu-aruaque, pano, tucano, etc. Marginal - este grupo é composto por tribos que desconheciam o uso da rede, possuindo na melhor das hipóteses uma cerâmica e agricultura muito rudimentares. Estes viviam principalmente da coleta de alimentos silvestres e da caça e pesca. No Brasil, este é o caso dos Je, também denominados Tapuia. (WACHOWICZ, 1985, p. 5-6).

O autor, com base nos trabalho de Kurt Nimuendajú, afirma que os povos indígenas do Paraná pertencem a duas destas áreas culturais: Floresta Tropical e a Marginal, sendo que no primeiro grupo se encontram os Tupi-Guarani, com suas inúmeras tribos, cujos territórios se localizavam no litoral e a noroeste e oeste do Estado; e, na segunda, a maior parte do grupo Je, destacaram-se os Kaingang e os Xoklêng (Botocudo), cujos territórios se esparramavam

nas regiões central, norte e sul do Estado. (Idem, p. 6-7).

No caso da formação socioeconômica do Paraná, Octavio Ianni (1988) afirma que:

A formação de uma sociedade no planalto curitibano é inicialmente o resultado dos desenvolvimentos dos núcleos dinâmicos da economia colonial. São Paulo, e Nordeste açucareiro e Minas Gerais, ou seja, os mercados consumidores de escravos indígenas e o gado são os núcleos ativos que geram a economia e a sociedade primordial da região. As bandeiras de apresamento e mineração, bem como a organização de uma economia pecuária nos campos meridionais da Colônia, são os agentes da instalação dos núcleos humanos naquele planalto. (1988, p. 15).

Este autor afirma que o índio já vivia no planalto curitibano em cacicados, como forma de sua organização territorial. Tal fato é confirmado por Francisco Silva Neolli e Lúcio Tadeu Mota (1999), com base nos relatos feitos pelo espanhol Alvar Cabeza de Vaca em 1542, quando veio comandar a Província de Paraguai em nome do rei da Espanha. De acordo com esses autores, Cabeza de Vaca, ao desembarcar na Ilha de Santa Catarina em 1541 e no final do mesmo ano, seguiu com destino a Assunção no Paraguai, partindo da foz do Rio Itapucu. Cabeza de Vaca chegou ao seu destino quatro meses depois acompanhado de 250 arcabuzeiros e balesteiros.

Durante a expedição foi acompanhado por centenas de índios Guarani – a cada novo território que ingressava a expedição dispensava os acompanhantes do território anterior e, mediante pagamento em espécie (machados, contas, etc.) integrava contingentes das terras que iam adentrando. Subiram a Serra do Mar, alcançaram o rio Negro (na altura de Rio negrinho – SC ?) e desceram até a sua desembocadura no rio Iguaçu. Para contornar o território dos Kaingang tiveram de subir o rio Iguaçu e, a certa altura (Palmeira?), por terra, se dirigiram ao rio Tibagi, seguindo seu curso. Nas proximidades da foz do Iapó, atual cidade de Tibagi, a expedição dirigiu-se para leste até chegar ao rio Ivaí, a seguir, rumando ao sul, passou pelo rio Piquiri até alcançar o rio Iguaçu, a poucos quilômetros de sua foz. Dali seguiram até Assunção. (NOELLI e MOTA, 1999, p. 3).

A importância da descrição do percurso da expedição de Cabeza de Vaca se deve porque ela é reveladora de quatro questões. A primeira: o expedicionário contata e penetra em território pertencente a diferentes grupos de índios Guarani. Segunda – possivelmente a mais importante para a nossa tese: foi o primeiro documento a afirmar que quase toda a atual formação socioespacial do Paraná estava habitada por índios e, ao mesmo tempo, mostra que existia uma divisão política entre esses diversos grupos de uma mesma matriz cultural, “organizados politicamente em cacicados (conjunto de aldeias sob a liderança de um

prestigioso cacique, que dominavam certas porções do território bem definidos)”. (Ibid., p. 4).

Terceira: a imensa volta que a expedição deu para alcançar o seu destino dá uma noção da extensão do território dominado pelos Kaingang, no médio Iguaçu e nos Koran-bang-rê (Campos de Guarapuava). E quarta: também mostrar que existia uma rivalidade entre as tribos da nação indígena Guarani e as tribos da nação indígena Kaingang. O percurso feito pela expedição de Cabeza de Vaca foi para evitar um confronto entre os Guarani e Kaingang. Aliás, a presença dos povos indígenas no período pré-colonial, mais precisamente no século XVI, ocorria do Chaco até o Atlântico, das capitânicas do sul até o rio da Prata. Ou seja, abrangia um imenso território que nos dias atuais inclui os estados brasileiros de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul, além de partes do Paraguai, Argentina e Uruguai.

Quando se trata de analisar a formação da sociedade escravista paranaense, não é possível de fazê-la sem mencionar o apresamento de índios pelos colonos paulistas, pois, como afirmado anteriormente, o Estado Paraná pertencia à Quinta Comarca da Província de São Paulo. Nos séculos XVI e XVII, os colonos paulistas penetraram em regiões cada vez mais amplas no sul da província com o objetivo de escravizar índios e descobrir minas de ouro, prata ou pedras preciosas. Com estes objetivos, adentraram em terras e rios, chegando à região de Paranaguá, então pertencente à Capitania de Santo Amaro, como também, no planalto de Curitiba, onde, em épocas sucessivas, encontraram, já em meados do século XVI, minas de ouro, principalmente as lavras mais ricas, as quais justificaram a instalação de uma casa de fundição, destinada ao controle da produção e à cobrança do *quinto* exigido pela Coroa Portuguesa. A mão-de-obra empregada na extração do ouro era predominantemente indígena e negra africana. Os minerados que subiram de Paranaguá para o planalto de Curitiba, acompanhados de seus escravos indígenas, quando a produção de ouro naquela região já se encontrava em decadência, não tiveram o mesmo sucesso. As lavras encontradas

no planalto não tinham grandes quantidades de ouro e exigiram muita mão-de-obra para pouca produção. (VALVERDE, 1957, PADIS, 1981, IANNI, 1988, PEREIRA, 1996 e MONTEIRO, 1998 e 2005).

A exploração do ouro no planalto de Curitiba utilizava a mão-de-obra do escravo indígena para o represamento, desvio ou escoamento das águas dos córregos e rios, nas escavações e nos transportes de terras. De acordo com Ianni (1988), com base em trabalho de Francisco Negrão, as bateias eram objetos obrigatórios em todas as residências da vila: todos eram minerados de ouro ou bateadores, e quando o colono português não podia exercer diretamente, pessoalmente, essa profissão, colocavam seus filhos, ou seus escravos, seus índios “administrados”, que normalmente eram índios carijós, tapanhunos e outros todos trazidos pelos colonos, que os escravizavam em “guerras justas e humanitárias ou então, por índios descidos de suas aldeias, por suas próprias vontades, para virem residir com os homens civilizados”. (MONTEIRO, 2005, p.27). Na proporção em que cresciam as possibilidades e os recursos dos mineradores, aumentavam-se o número de índio escravo.

O início do século XVII coincide com o início da crise da extração do ouro na região da baía de Paranaguá, pois o ouro deixa de ser o sonho da riqueza fácil. Muitos moradores do litoral sobem para o Primeiro Planalto, ou melhor, para os campos de Curitiba, onde se fundou uma vila como o mesmo nome, que se constituía, juntamente com Paranaguá como um território de uma mesma comunidade regional que, embora ainda sendo um prolongamento da Capitania de São Paulo, já se poderia dizer que estava se formando a sociedade paranaense. Em pouco tempo esta vila se tornou o centro de uma expansão populacional em direção ao norte, ao oeste e ao sul, e se efetivou por todo o século XIII e continuou no século XIX. De acordo com Brasil Pinheiro Machado, “a expansão se fez pelas regiões dos campos naturais, sendo, na organização da vida social, os matos apenas serventia da vida campeira”. Nessa área de expansão, que tinha como centro dominante a cidade de

Curitiba, estruturou-se uma sociedade regional. (MACHADO, 1963, p. 7).

Foi nos campos de Curitiba que se iniciou a criação de gado vindo do litoral. Conforme afirma Jayme Antonio Cardoso & Cecília Maria Westphalen, “ali se multiplicaram de tal modo que no século XVII já se exportava, inclusive para as minas de Cataguases, em Minas Gerais, em média, anualmente, de 800 a 1.00 cabeças de bois e cavalos”. (CARDOSO & WESTPHALEN, 1986, p. 42).

Nesse período, a população de origem portuguesa, acompanhada de escravos indígenas e africanos, ocupou os campos de Curitiba; incorporou as fazendas paulistas mais antigas dos Campos Gerais; adentrou as florestas da Serra da Esperança, ocupando os campos de Guarapuava, e de lá, atravessou as florestas do Rio Iguaçu, onde foram ocupar os campos de Palmas. (MACHADO, 1963, p. 7). Da mesma forma, nesse período, teve início a apropriação dos Campos Gerais por proprietários privados, onde foram concedidas as primeiras sesmarias para Domingos Teixeira de Azevedo em Ponta Grossa, em 1713, a Zacarias Dias Cortes no Tibagi, em 1716 e a Bartolomeu Paes de Abreu, em Jaguaraiaíva, no ano de 1719. Isto é confirmado por Orlando Valverde (1957), quando afirma que os proprietários privados geralmente utilizavam a mão-de-obra escrava nos garimpos, conseguiram “concessões de terras no campo, onde introduziram gado, instalavam a sede da fazenda no limite entre a mata e o campo, e, nas terras florestais das vizinhanças, obtinham, por intermédio de escravos e parceiros, produtos agrícolas para o consumo”. (p. 115).

Portanto, com o declínio da extração do ouro tanto na região de Paranaguá e Curitiba, passa a predominar na economia a pecuária, que, em contínua expansão, chega aos Campos Gerais, onde surgem as vilas de Ponta Grossa, Castro, Jaguariaíva, Pirai do Sul, Palmeira, Campo Largo, Lapa e Rio Negro. Além disso, paralela à economia do ouro em declínio e a economia da pecuária em expansão, praticava-se uma agricultura de subsistência.

De acordo com Ianni (1988), a passagem ou predominância de uma economia para

outra se dá historicamente, isto é, em razão das consequências sociais que alteraram a produção básica.

De um lado, está a decadência da mineração, associada ao fluxo de gente empenhada na mesma busca infrutífera do ouro, o que acaba impelindo os homens para os campos de criação. E, de outro, é a expansão progressiva da pecuária, transformada cada vez mais numa atividade rendosa, que alcança aquela comunidade, envolvendo-a com seus homens. [...] As pessoas envolvidas na extração do ouro passaram a dedicar-se ao gado. Fixaram-se formas de trabalho e fixa-se o homem, modificando no seu modo de produção, de organização da vida social e nos seus ideais. (IANNI, 1988, p.18).

Ou seja, em consequência das transformações ocorridas na economia aurífera, os colonos que residiam no planalto de Curitiba foram progressivamente se transformando em agricultores, criadores e tropeiros.

No período onde predominava a mineração e a criação de gado, a agricultura destinava-se apenas à subsistência da população, e somente com o passar do tempo, transformou-se em produtos de venda e troca comercial com comunidades do litoral e Minas Gerais. Ou seja, ocorreu um ajuste progressivo no tipo de produção para atender a demanda crescente do mercado. As boiadas eram levadas de Curitiba para o litoral preferencialmente pelo caminho aberto no vale do Rio Nhundiaquara, pelos moradores do Arrarial Grande, que hoje é São José dos Pinhais. (VALVERDE, 1957, p. 111). O trânsito das boiadas e das tropas de mulas e cavalo se realizava em vários caminhos que foram abertos nesse período (ver Mapa 4, p. 577), e que foram de fundamental importância na ocupação de parte considerável do Paraná. Já houve quem afirmasse que a civilização paranaense tem sua história numa história de caminhos. (PEREIRA, 1962, p. 27). A criação de gado *vacum* e cavalar atinge seu apogeu como atividade econômica predominante de um período histórico, no início do Século XIX. De acordo com Machado (1963), os primeiros colonos que ocuparam os Campos Gerais, criaram uma economia quase autárquica, onde predominavam as relações patriarcais, e lutaram sozinhos contra os índios que “invadiam” suas terras e incendiavam seus paiois. (idem, p.12).

Os homens que se envolveram na formação socioeconômica desse período histórico da

formação do Paraná, majoritariamente estavam os povos indígenas escravizados, cuja mão-de-obra era empregada tanto na extração do ouro, quanto na criação de gado vacum e cavalar. Brasil Pinheiro Machado, tanto com base nos relatos de Saint-Hilaire, quanto de sua passagem pelo Paraná, descreveu com detalhes o dia a dia de uma grande fazenda de criação de gado vacum e cavalar:

Escravos e camaradas, na fazenda, desde que amanhecia, saíam em grupo para as invernadas, a fim de ‘parar rodeio’. Consistia o rodeio no seguinte: espalhava-se sal em montinhos sobre o capim do campo, e os peões galopando ao longo da invernada, gritando, chamando o gado, que acorria de todos os lados para o lugar em que se encontrava o sal, e aí chegando se atirava a ele com avidez. Usando de seus laços, então, os peões à cavalo laçavam as rezes e os cavalos em pleno campo, derrubando-os e imobilizando-os para curar-lhes, com mercúrio, as “bicheiras”; para castrar os novilhos de quatro anos para a engorda; para marcar a ferro os novilhos de dois anos. Separavam as vacas com cria nova, para as conduzirem para outra invernada os bezerros em idade de desmame. (MACHADO, 1963).

Eram essas as principais atividades, dias após dias, nas fazendas de gado. Senhores e escravos saíam cedo, a cavalo, da sede da fazenda, levando um saco com provisões de feijão com farinha e charque, e acompanhados de tropa de mulas com bruacas cheias de sal. O volume de mão-de-obra envolvida na criação de gado era menor que na mineração, pois a economia pecuária era extensiva e requeria pouca mão-de-obra escrava indígena. A tarefa dos homens nas fazendas era participar de atividades das invernadas do gado até a sua venda ou faziam a coleta dos pinhões, erva-mate e frutos silvestres. Além disso, eles eram usados como guias e guerreiros na luta contra outros índios que atacavam os rebanhos e a fazenda. Enquanto que as mulheres, além do trabalho doméstico na preparação da comida, cuidavam das crianças, fabricavam sabão, velas, charque, banha, pão e farinha nos monjolos; e trabalhavam na agricultura de subsistência, plantando milho, mandioca, algodão e fumo. (MARCONDES & ABREU, 1991, p. 83).

Como afirmam Valverde (1957), Machado (1963), Padis (1981), Ianni (1988) e Pereira (1996), majoritariamente, as atividades das grandes e médias fazendas de gado dos Campos Gerais, e em seguida dos Campos de Guarapuava e Palmas, eram realizadas por escravos, nem todos negros africanos, e seus descendentes. Os escravos indígenas que

acompanharam a expansão paulista para o litoral paranaense eram Carijó, e sua situação jurídica era definida como “administrados⁷⁵”, os quais eram encontrados em Paranaguá nos tempos da mineração e muito tempo depois nas fazendas dos Campos Gerais, de Guarapuava e Palmas, no caso do Paraná. Também em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o índio escravo era utilizado como mão-de-obra barata em suas fazendas de criação de gado. Nas últimas décadas do Século XVII e nas primeiras do Século XVIII, nos inventários dos fazendeiros do Paraná, eram comuns os registros da presença do índio escravo. Os escravos indígenas da sociedade Coroadó e Botocudo eram aprisionados nas expedições que os fazendeiros realizavam para combatê-los, em represália, contra os assaltos às suas fazendas e tropas.

O predomínio da economia da pecuária e do tropeirismo no Paraná se estende até as duas últimas do Século XIX, quando entra em declínio. A partir de certo momento da história econômica do Paraná, os fazendeiros de gado dos Campos Gerais, Guarapuava e Palmas, passam, a um só tempo, a serem fazendeiros de gado e tropeiros. A transformação do uso das fazendas, partilhada entre a criação de gado e a invernada, onde predominava a segunda, foi que transformou o fazendeiro em tropeiro. (MACHADO, 1963, p.20).

Portanto, a economia pecuária na formação da sociedade do Paraná é um elemento econômico-social onde a terra e o escravo, principalmente indígena, são fatores importantes da produção, e os produtos resultantes dessa produção eram consumidos ou comercializados, originando-se, dessa forma, as suas condições materiais de existência e as relações sociais que lhes eram pertinentes. (IANNI, 1988, p. 35). Sendo assim, o trabalho escravo é a gênese do poder econômico dos grandes proprietários das terras – latifundiários –, do gado e dos meios de produção do Paraná, “motivo pelo qual o cativo impregnou a estrutura ocupacional da fazenda, marcando com sua presença o sistema sociocultural que ali se constituiu”. (Idem, p.

⁷⁵ Na pessoa do administrador das aldeias, encontram-se investidos os dois grandes motivos de toda a colonização, marcados, na prática, pela contradição: a conversão e civilização dos índios e sua utilização como mão-de-obra essencial. (MOISÉS, 1998, p. 120).

50).

A transformação do fazendeiro em tropeiro não será objeto dessa tese, apenas a menciono para delimitar historicamente no tempo o declínio do período da economia pecuária e o início de um novo período econômico, em que predomina extração de erva-mate, que, ao longo do tempo, se transforma no principal produto industrial para exportação no Paraná. A mão-de-obra empregada para a extração desse produto – nos ervais – era predominantemente escrava indígena e negra africana, como será analisada posteriormente, pois é nos ervais que se consolida a aliança entre o índio e o negro africano e seus descendentes para a formação dos faxinais do Paraná.

6.4 - A CONTRIBUIÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Souza (2002), por meio de resultados de pesquisas etnográficas e etnológicas realizadas nos sítios arqueológicos com cerâmicas Guarani, juntamente com os documentos existentes sobre o período colonial, realiza uma análise da economia doméstica dos povos indígenas Guarani, em um olhar da Antropologia Econômica⁷⁶ que “Estuda as diversas condições e formas de produção, de distribuição e de consumo das riquezas (bens e serviços) que constituem a base da existência e reprodução das sociedades humanas”. (SOUZA, 2002, p. 216). Nestes resultados, parece haver um avanço interpretativo evidente no que diz respeito à exploração dos recursos e ao ambiente natural. As três correntes epistemológicas ou escolas interpretativas principais são a formalista, a substantiva e a marxista, sendo esta última a realizada pelo autor em questão. O método de análise marxista na Antropologia Econômica busca compreender os modos de produção existentes na sociedade pesquisada. Tal análise inicia-se pela diferenciação das formas de produção existentes.

⁷⁶ A primeira pesquisa de Antropologia Econômica foi realizada por M.S. BERTONI em 1922 e no Brasil o primeiro Antropólogo Econômico foi Arno Alvarez Kern (1985) citado por SOUZA (2002).

A caça, a coleta e a pesca, além da agricultura, da pecuária, do artesanato, etc., são considerados processos produtivos, que se constituem em atos de apropriação material da natureza pelos seres humanos, atos realizados pela combinação de três categorias de fatores de produção: a) as categorias dos objetos de trabalho (terra e matéria-prima); b) a categoria dos meios de trabalho (conjunto de utensílios e instrumentos interpostos entre os homens e os objetos; e c) a categoria do trabalho propriamente dito. (SOUZA, 2002, p. 216-217).

Segundo o autor, as ditas sociedades primitivas, no caso da Guaraní, mesmo praticando uma única atividade coletiva, podem desempenhar papéis econômicos, religiosos, sociais, políticos e culturais ao mesmo tempo, pois alguns antropólogos marxistas entendem que, em certas condições, o parentesco, a economia e a religião podem funcionar diretamente como relação de produção. Na compreensão do autor, é um equívoco partir da oposição entre economia e parentesco nas sociedades primitivas como se fossem duas estruturas, uma exterior à outra, sendo uma como infraestrutura e outra como superestrutura, respectivamente. Nas sociedades Guaraní, as relações de parentesco funcionam como relações de produção, relações políticas e esquema ideológico. Essa é a “plurifuncionalidade do parentesco”, surgindo como infraestrutura e superestrutura ao mesmo tempo.

De origem amazônica, os Guaraní eram grupos horticultores que, no momento da chegada das primeiras frentes de colonização ibérica na América do Sul, dominavam grandes parcelas das florestas tropicais e subtropicais do rio da Prata. Nestas florestas, organizavam um singular arranjo técnico e econômico, capaz de manter equilíbrio mais duradouro entre a exploração dos recursos e o ambiente natural. Quando colonos ibéricos e missionários jesuítas chegaram a estas regiões, foram **incapazes** de compreender o abismo que separava a modalidade de produção e gerenciamento das riquezas nestas sociedades indígenas e aquela típica da Europa Ocidental Moderna de onde provinham.

Esta incompreensão gerou uma falsa ideia – historicamente consolidada – de que os Guaraní não possuíam qualquer organização econômica, avaliação que marcou profundamente todo o processo histórico das chamadas Missões Guaraní-jesuítas da região platina e que permanece, de forma anacrônica até a atualidade. [negrito meu]. (SOUZA, 2002, p. 212-213).

De certa forma, no geral, as sociedades parentais, fundadas no parentesco, como é o caso dos povos indígenas Guaraní e Kaingang, possuem um setor econômico com marcas características, tais como: a produção é orientada pelas necessidades familiares; o alimento ocupa um lugar predominante na produção; existe uma relativa liberdade na utilização dos recursos de produção; e as trocas são comprometidas com a redistribuição de produtos, sendo

que o grupo familiar, qualquer que seja, surge então como unidade de produção e consumo, e como segmento autônomo no interior do conjunto social mais amplo. (SOUZA, 2002, p. 223).

Com isso, Souza (2002), trabalha com o conceito de economia doméstica, o qual foi apresentado inicialmente por Karl Polanyi⁷⁷ (2000), em que a produção é destinada principalmente para as necessidades do grupo familiar, local ou político, mesmo quando uma parte é destinada para o mercado. Ou seja, a unidade doméstica, que é uma demarcação ao mesmo tempo social e econômica, nas chamadas sociedades primitivas, se tem certa dificuldade de ser delimitada, em razão de sua heterogeneidade, pois aparecem famílias que podem ou não estar completamente subordinadas às estruturas da linhagem. É nessa unidade que surgem grupos ou classes de idades, etc. Mesmo assim, a unidade doméstica tem um peso importante na produção, cuja aplicação e a organização da capacidade do trabalho determinam o objetivo econômico, em que as principais relações de trabalho ocorrem entre o marido, a esposa e entre pais e filhos. “A organização do trabalho e a forma de distribuição dos resultados e dos produtos de sua atividade são, fundamentalmente, decisões domésticas; e são decisões realizadas levando em consideração primordialmente a satisfação doméstica” (SOUZA, 2002, p. 223). Portanto, a quantidade produzida está de acordo com as exigências habituais da família, e os produtos são disponibilizados para o benefício direto dos produtores, mas deixando margem para disponibilizar para o mercado.

Para Souza (2002), no que diz respeito ao povo Guarani, não há dúvida de que a família-grande constituía “originalmente, a comunidade de produção, de consumo e de vida religiosa. [...] e era no seu âmbito que se desenvolviam, na maior parte, as atividades produtivas”. De acordo com os dados etno-históricos disponíveis na documentação colonial, os Guarani pré-coloniais “possuíam um tipo de organização econômica marcada pela modalidade da existência adaptada à floresta tropical – sua ancestralidade esteve ligada à ecologia amazônica; ou seja, sua economia era, antes de tudo, parental”. (Idem, p. 224-225).

⁷⁷ POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Mesmo o surgimento de uma estrutura social de maior abrangência que o núcleo doméstico, como o *tekoha*, tem pouca importância ou em cada influência na organização doméstica básica da produção econômica Guarani.

O termo *tekoha* aparece sistematicamente nos documentos jesuíticos do período colonial, para descrever, segundo os estudiosos da etno-história Guarani, a organização social aldeã. A análise destes mesmos documentos revela variações no grau integrativo entre famílias extensas unificadas por um vínculo aldeão. Mesmo para os casos de certas regiões onde o vínculo do *tekoha* demonstrava maior grau de estabilidade, não existe nada na documentação que contradiga a verdade de que a linhagem Guarani era a base, por excelência, da produção econômica. (Idem, p. 226).

O autor aponta a hipótese que o vínculo aldeão tornou-se possível na sociedade Guarani em áreas ecologicamente favoráveis, onde as unidades domésticas tiveram a capacidade de um maior nível de produção, pois, dependendo do índice e da capacidade produtiva na esfera doméstica, aparecem ou não as condições adequadas para a criação do *tekoha*. Ou seja, a constituição do vínculo aldeão na sociedade Guarani trouxe consequências significativas sobre os padrões de circulação e de consumo dos bens da produção domésticos. Portanto, a utilização de recursos disponíveis para a criação de uma rede de circulação comunitária só é possível quando o nível produtivo excede as exigências domésticas. “Nesse caso, o consumo e a circulação aldeã também se tornam viáveis, fundamentando um intrincado sistema político-econômico baseado em princípios de prestações e contraprestações, como o é a reciprocidade”. (SOUZA, 2002, p. 226). Dessa forma, pode-se dizer, nesse caso, que o “sistema econômico” Guarani com produção doméstica de consumo e aldeão, onde a unidade doméstica tinha o controle do processo de produção e a organização do trabalho, era por meio da divisão sexual.

A existência do *tekoha* mostra que a produção Guarani podia estar organizada em formas sociais distintas e, às vezes, em níveis mais amplos do que a unidade doméstica nuclear. A participação de membros de uma família-grande em atividades produtivas de forma regular em mutirões e em projetos coletivos não ocasionava nenhuma modificação drástica na unidade produtiva doméstica.

Mas nem todas as grandes-famílias Guarani viviam em aldeão, como que atomizadas, conforme são descritas nos documentos etno-histórico colonial. Ou seja, o consumo ocorre dentro dessas grandes-famílias, portanto, em nível doméstico, já que o consumo aldeão é uma possibilidade de ocorrer e não uma necessidade da sociedade Guarani de produção e de consumo domésticos. (Ibid., p. 227).

O mutirão ou puxirão pode ser dividido em dois tipos: os trabalhos coletivos feitos para determinada pessoa e os destinados para a coletividade. “Em ambos os casos, Schaden adverte que tais trabalhos devem ser interpretados como expressão da solidariedade de um grupo de vizinhança ou de um grupo local” (SOUZA, 2002, p. 230). Segundo Souza (2002) existe uma ligação estreita entre o puxirão e a festa de *chicha*⁷⁸, que é definida como “*função econômica das festas*”; ou seja, o trabalho coletivo aparece com a função fundamental de manifestar a solidariedade do grupo. A prática de roças coletivas, a unidade familiar como unidade de produção e consumo, a posse coletiva das áreas e das terras de lavoura, a ausência quase que completa de comércio intragrupal (a não ser por troca de serviços). “Tudo isto quer dizer que não se reconhece o indivíduo como agente econômico no seio da comunidade tribal, e, ainda hoje o Guarani tem dificuldade de competição econômica intragrupal”. Com essa forma de viver dos Guarani, fica evidente, em toda a documentação do processo reducional, que os jesuítas encontraram dificuldade em incentivar junto aos indígenas, a iniciativa privada prescrita como norma pelas Leis de Índias. (Ibid., 231-232).

Nas sociedades cultivadoras de florestas, nas quais se incluem os Guarani, o funcionamento social raramente exige o uso máximo dos fatores de produção, o que, no modo capitalista de produção, é caracterizado como limitação do desenvolvimento das forças produtivas. No caso das sociedades cultivadoras das florestas, não se trata somente de que o produto seja baixo: a produção é baixa em relação às possibilidades existentes. Não há o aproveitamento de todas as possibilidades econômicas, o que há é um equilíbrio entre a

⁷⁸Bebida alcoólica feita com milho fermentado.

produção e o consumo, onde todas as necessidades materiais das pessoas possam ser satisfeitas com facilidade, ainda que quando a economia desenvolva-se abaixo de sua capacidade.

Nada na estrutura de produção para o consumo a impulsiona para além de si mesma, a não ser fatores externos.

Entretanto, não se trata somente de uma produção para o consumo, mas sim de produção para o valor de consumo, pois existem trocas no interior da sociedade; trocas, estas, envolvendo bens de natureza básica à existência (bens utilitários). Uma produção para o valor de uso não exclui o aparecimento de uma rede de prestações na sociedade ou no interior da unidade doméstica; ao contrário, a produção para ‘subsistência’ prevê a realização de trocas, ainda que estas sejam com matizes sociais (obrigações e contra-obrigações) e realizadas com produtos de primeira necessidade. (Souza, 2002, p. 236-237).

De acordo com Souza (2002), os dados históricos e etnográficos sobre a sociedade dos povos Guarani em diversas passagens mostram a inclusão desta sociedade no modelo da subprodução, pois diversos autores descreveram os Guarani como “imprevidentes” e descuidados no que diz respeito aos aspectos econômicos classificados como elementares para o padrão da economia clássica.

O autor entende que o profundo envolvimento dos jesuítas na ação catequética dos povos indígenas impediu o entendimento da complexa forma de organização produtiva dos Guarani, com isso, originou-se uma série de julgamentos que mostraram desconhecimento antropológico. “Estas avaliações parciais têm sido reproduzidas de forma acentuada por estudos mais recentes, o que é inadmissível em pleno século XXI”. (SOUZA, 2002, p. 238).

Existem diversas documentações, entre elas, os trabalhos de Montoya (1985) e Sepp (1980), que mostram o árduo trabalho – executado pelos jesuítas – com o objetivo de implantar uma “verdadeira” mentalidade europeia entre os povos indígenas reduzidos – sujeitados. Diversos costumes indígenas foram reprimidos rapidamente, por apresentarem grandes “desvantagens” econômicas e outros não foram entendidos, como é o caso dos laços de reciprocidade, compreendido como “caprichos” dos Guarani em “realizarem trocas pelas aparências das coisas, não por seu verdadeiro ou intrínseco valor”. (SOUZA, 2002, p. 238).

Essas complexas relações internas da organização da vida coletiva dos povos indígenas, como os laços de parentesco, a organização do trabalho, da produção e mais algumas outras relações, estão relacionadas entre si.

(...) “são redigidos por códigos sociais, são codificados como sistema de regras que não existem escritas, mas que o uso coletivo consagra e que têm o poder de orientar o comportamento de todas as categorias de pessoas do grupo. Que orientam a conduta porque são consensuais, consagradas e necessárias; porque definem tipos de sujeitos, possibilidades de relações de direitos e deveres entre elas e, conseqüentemente, modos adequados de fazer a vida social funcionar, na ordem da família elementar, da família extensa, da parentela, do clã e assim por diante, passando pelo todo da aldeia, um dos espaços de troca cotidianamente mais vitais da vida do índio. (BRANDÃO, 1986, p. 86).

Portanto, pode-se concluir que a organização de produção dos povos indígenas, com base na economia doméstica, onde as relações produtivas na unidade doméstica são marcadas pelo controle familiar dos meios de produção – a parcela roçado na floresta com roças coletivas e o mutirão – são arranjos técnicos e econômicos que contribuíram para manter um equilíbrio mais duradouro entre a exploração dos recursos naturais e o meio ambiente, pois os povos indígenas vivem uma relação equilibrada com a natureza como forma de sobrevivência. Eles ocupam seus territórios ao longo de muitos anos ou séculos com equanimidade para que o seu trabalho sobre a natureza lhe possa reproduzir a vida física de suas pessoas, dos membros de suas famílias, aldeias e clãs. É em nome da posse e dos direitos de “uso de uma faixa de terras e rios onde plantam aldeias e por onde viajam em busca de água, alimentos e matéria-prima para as suas casas, roupas, armas, brinquedos das crianças, objetos de rituais, não raro algumas tribos sustentaram entre si longo e difíceis períodos de guerras”. (Ibid., p. 85).

6.5 - TERRAS COMUNS E A AGRICULTURA NAS REDUÇÕES JESUÍTICAS

Lugon (1977), ao analisar o regime de propriedade nas reduções jesuíticas, afirma que a propriedade é uma “questão vital”, baseando-se no entendimento de Karl Marx. “Os adversários de Marx mostram claramente, por suas atitudes e reações, que nesse ponto estão

inteiramente de acordo com ele”. (LUGON, 1977, p. 152).

Por isso, provavelmente o regime de propriedade que vigorou nas reduções jesuíticas seja um dos elementos mais polêmicos de todos, ao se estudar os autores que analisaram o papel dos jesuítas nas reduções. Ou seja, o regime de propriedade nas reduções tem sido “apresentado e interpretado de maneira apaixonada e contraditória”. (Ibid., p.157)

Para o autor, os autores burgueses e “bem-pensantes” negam veementemente a existência do comunismo nas reduções. “Hernandez escreveu sem rodeios: ‘Não havia comunismo nas reduções, ao tempo dos jesuítas. Havia somente certos bens comuns, trabalhados em comum, a título provisório, e que serviam para socorrer os indígenas e pagar o tributo’”. (LUGON, 1877, p. 158). Para Paul Lafargue⁷⁹, os jesuítas não tinham realizado a verdadeira sociedade comunista, mas sim, uma “organização de pilhagem”. Outros autores que não negaram este fato, mas ficaram em silêncio, o fizeram como forma de encobrir ou mesmo de atenuar a questão, considerando irrelevante ou inofensiva. Segundo Lugon, a intenção era boa, pois, “a sorte da religião parecia-lhes indissoluvelmente ligada ao sistema individualista de propriedade”. (Ibid. p. 157).

O autor encontra na obra do Padre Cathrein, recentemente reeditada, uma análise que reflete a opinião majoritária da igreja de língua alemã até os dias atuais sobre o socialismo nas reduções. Segundo Logan (1977), Padre Cathrein afirmou que o comunismo das reduções não era “inteiramente rigoroso”, pois sua existência era transitória. Tal posição, de forma geral, era adotada por autores que não estudaram diretamente a história das reduções.

Um dos autores que não negaram a existência do comunismo nas reduções foi Franz Schmid, que apresentou a organização das reduções jesuíticas nitidamente comunistas. Logan (1977) entende que Schmid fornece todos os argumentos e prova irrefutável de que a “República Guarani” foi, não só nas grandes linhas, mas até nos pormenores, uma aplicação

⁷⁹Lafargue era genro de Karl Marx, que, de acordo com Lugon, nada estudou sobre a questão. Em sua obra foi influenciado por Azara, burguês anticlerical e defensor do sistema colonial.

fiel da Utopia comunista de Thomas Morus.

Outro autor citado por Lugon (1977), que afirmou a existência do comunismo nas reduções foi o Padre Florentin de Bourges, frade capuchinho que visitou a reduções em 1712, e afirmou em seu relato:

Todo o solo que pertencia à comunidade era indivisível. Os bens são comuns, a ambição e a avareza são vícios desconhecidos, e não se registra entre eles litígios nem processos de divisão... Nada me pareceu mais belo do que a maneira como se provê à subsistência de todos os habitantes do povoado. Os que fazem a colheita são obrigados a transportar todo o cereal para os armazéns públicos. Seguidamente, funcionários fazem a distribuição pelos chefes de bairro, e estes pelas famílias, dando a cada uma mais ou menos, segundo seja ela mais ou menos numerosa. (LUGON, 1877, p. 167 e 169).

Lugon (1977) também cita o relato do Padre Sepp, que viveu nas reduções durante longos anos, no século XVII, e afirma que nunca vira nas reduções uma demarcação, uma cerca. Da mesma forma, Bruno Garach registrou em seus relatos que toda a terra, as casas, o gado, assim como os meios de produção, pertencem à comunidade constituída pela redução; exceção feita, unicamente, para as ofertas de noivado ou alguma outra recompensa recebida do pároco. (Ibid., p. 170).

Por outro lado, os colonizadores espanhóis reclamavam uma distribuição de terras aos Guarani, apoiados nas Leis das Índias, que determinavam que cada índio cultivasse “sessenta pés de terreno para o pagamento dos impostos”. A terra distribuída continuava sendo propriedade do governo espanhol. De acordo com o mesmo autor, a intenção dos colonizadores na introdução dessa falsa propriedade privada entre os Guarani, teria sido, portanto, o meio encontrado para expropriá-los, “quando, até então, eles possuíam em comum, livremente, toda a superfície do seu solo”. (LUGON, 1977, p. 171).

Os jesuítas, vendo-se assediados por todos os lados, acossados em todos os países, observando o perigo que rondava a própria existência de sua obra e pressionados pela corte em Madri, realizaram uma tentativa de implantar a propriedade privada nas reduções. Lugon transcreve uma citação de Martin de Moussy sobre a questão:

A corte de Madri fez algumas exposições a respeito do regime comunista adotado pelas reduções e objetou que, após século e meio de experiência, os índios deviam estar suficientemente avançados em civilização para que se pudesse deixá-los um pouco entregues a si mesmo e se lhes permitisse, ao menos, a propriedade. Os jesuítas responderam que nada havia de mais justo e começaram a fazer algumas modificações no regime interior de seus estabelecimentos. Mas o cunho estava de tal modo gravado, conformava-se de tal modo ao natural dos índios, que as coisas continuaram como no passado. (MOUSSY citado por LUGON, 1977, p. 172-173).

A partir desse momento, os jesuítas passaram a informar em seus relatórios a existência de lotes particulares ou *abambae*, ao lado das terras comuns, ou *tupambae*. Com base nestes relatórios, vários autores citam a existência da propriedade privada nas reduções, como foi o caso de Muratori e Chalevoix. (LUGON, 1977, p.174).

Na organização do trabalho nas reduções, os padres jesuítas distribuíram as terras entre os caciques, os quais eram considerados como os depositários do direito dos índios sobre as terras dos seus antepassados, e eram eles que distribuíam as terras aos índios que pertenciam à sua tribo, os quais só tinham o direito de usufruto da propriedade. Quando as terras se esgotavam, eram distribuídos novos lotes com áreas variáveis, de acordo com a capacidade de cada um para cultivá-la. Em vez de impedir a acumulação de bens de produção, os jesuítas deviam cuidar para que cada índio cultive uma porção suficiente de terreno; [...]. (HAUBERT, 1990, p. 202). Para os jesuítas, pouco importava que cada família trabalhasse na terra para si ou que todas as famílias comandadas por um mesmo cacique se unissem para fazê-lo em comum. (Ibid., p. 202).

Lugon (1977) afirmou que os Guarani não se entusiasmavam, absolutamente, pela cerimônia da repartição de lotes. A própria idéia de apropriação de terras não fazia parte da cultura dos Guarani. “A segurança e previdência coletivas eram tão integrais que as famílias a quem se oferecia talhare um lote numa terra das mais ricas, contentavam-se regamente com um quinhão minúsculo”. É tanto que Padre Sepp, caloroso defensor da propriedade privada, em seus relatos, afirma que não encontrou em parte alguma das reduções qualquer conflito de limites entre os que possuíam lotes. Tais conflitos poderiam ter ocorridos pois não existia qualquer demarcação ou qualquer limite. (LUGON, 1977, p. 176, VALVERDE, 1957, p.

103).

No que diz respeito ao *Tupambe* (coisas de Tupã, de Deus), o conjunto de bens e de empresas era administrado pela comunidade, ou seja, sobre a responsabilidade direta dos jesuítas. Entre esses bens, encontravam-se as terras comuns de plantar legumes, trigo, algodão, erva-mate, etc., cujo regime de trabalho não era uniforme inicialmente, pois só se utilizava a mão-de-obra das crianças e de alguns adultos de confiança particular dos jesuítas, preferencialmente, os quais eram recompensados pela comuna. Mais tarde, com a possível expansão das terras comuns, o trabalho coletivo se expandiu. Todos os índios que pertenciam a uma redução ou missão, inclusive as crianças, trabalhavam no cultivo das terras comuns durante alguns dias da semana, dois ou três dias. Com exceção dos caciques e magistrados que só davam uma contribuição no trabalho coletivo simbólica, como também estavam isentos dos trabalhos coletivos nas terras comuns os artesões, sacristãos e os enfermeiros. (VALVERDE, 1957, p. 103; HAUBERT, 1990, p. 206-207).

Os instrumentos de trabalho e outras ferramentas são de propriedade do índio, já os animais de carga e transporte lhe são emprestados pela comunidade, mas isto não impede que o índio possa ser proprietário de um animal. As terras de plantar se localizavam à margem oposta do rio e o transporte do índio era realizado gratuitamente nas embarcações da comunidade.

As condições das terras ocupadas pelas reduções jesuíticas eram muito favoráveis ao desenvolvimento da agricultura.

Ao norte, a proximidade dos trópicos; ao sul, o inverno é bastante frio; mas por toda parte as terras são boas e dão tudo o que é necessário à vida. Grandes planícies cortadas de outeiros, vales marginados de suaves colinas, as campinas ao fundo, bosques de alto porte nas cristas das elevações, tal é o aspecto geral do Paraguai oriental, onde se encontravam as antigas reduções do noroeste da República. (LUGON, 1977).

A agricultura evoluiu consideravelmente nas missões, onde eram cultivados principalmente milho, batatas, mandioca, algodão, feijões, legumes e trigo, sendo este último

em pequena quantidade. A tecnologia utilizada nessa economia era avançada para a época, como por exemplo, utilizava-se o arado. Como o gado era criado à solto nas estâncias e vacarias, não era possível o uso constante de estêrco. Com isso, os missionários eram obrigados a praticar a rotação das terras. Depois de um determinado tempo de cultivo, as terras eram deixadas em descanso até formarem capoeira, com o objetivo de recuperar sua fertilidade. (VALVERDE, 1957, p. 102).

Nas colheitas das propriedades individuais dos índios, pela falta de compreensão por parte dos jesuítas no que se referem as suas complexas relações internas do seu modo de vida social e cultural. Os padres jesuítas obrigavam os índios a guardar em armazéns comuns uma parte dos produtos obtidos nas colheitas, os quais lhes eram entregues periodicamente em pequenas quantidades. De acordo com os relatos do padre Ruiz de Montoya, o objetivo dessa medida se dava para obrigar os índios a reservar sementes suficientes para o próximo plantio, ou recuperar as que lhes foram emprestadas.

As terras de uso comum, de acordo com o que se pode analisar, que a princípio era imposta pela legislação colonial espanhola, se enquadrava nas práticas sociais e culturais da tradição dos povos indígenas e, por outro lado, correspondia às exigências das reduções.

6.6 - A PECUÁRIA NAS REDUÇÕES JESUÍTICAS

A criação de gado continuou sendo propriedade comum – criação à solta – continuou durante a experiência dos lotes, exatamente como era antes e depois, fora uma ou duas vacas leiteiras que forneciam leite para os doentes eram de uso individual, sendo que a gordura servia de manteiga para os jesuítas. Como base nos relatos do Padre Cardial, Lugon (1977) assim afirma: “os Guarani não têm de seu vacas, bois, cavalos, ovelhas ou mulas, e somente as galinhas”. (Idem, p. 175).

Orlando Valverde (1957) afirmou que a pecuária nas reduções era praticada em duas

formas: a das vacarias e a das estâncias. A pecuária utilizada nas vacarias era a forma mais primitiva do mundo. Para o autor, na verdade, não existia uma pecuária propriamente, o que se fazia era uma caçada a animais totalmente selvagens. Os produtos mais valorizados resultantes dessa prática eram principalmente o couro, para ser comercializado, e os secundários eram a carne-seca ou charque, o sebo e a graxa. “Este sistema era característico dos limites extremos do mundo civilizado. Por isso, os geógrafos da língua inglesa os enfeixam sob uma só denominação: o *hunting and gathering*”. (Ibid., p. 100)

Quanto à pecuária praticada nas estâncias, o gado era criado à solta em pastos naturais, cujos limites tinham como referência os acidentes geográficos: rios, serras, florestas. Ainda de acordo com o mesmo autor, não era possível realizar uma seleção dos animais, porque estes animais de ambos os sexos e de todas as idades viviam misturados, sendo apenas separadas as vacas de leite e suas crias, que eram confinadas em curral. Além dos produtos animais que se extraíam das vacarias, as estâncias vendiam principalmente animais vivos, os quais eram transportados a pé a grandes distâncias, descansando em “pousos” e “invernadas” para abastecer com carne fresca as cidades. “Na língua inglesa, este sistema é chamado de “*open range*”, que podemos traduzir por “livre pastoreio”. (VALVERDE, 1957, p. 100-101).

Diariamente era levada para as reduções certa quantidade de bois e carneiros, que eram abatidos e entregues aos chefes de bairro, e estes distribuíam para cada família, sendo a distribuição feita proporcionalmente ao número de pessoas que a compunham.

Na expulsão dos jesuítas, em 1768, as reduções Guarani possuíam “mais de um milhão de bovinos, cerca de trezentos mil carneiros e cabras, cem mil cavalos, cinquenta mil mulas e vinte mil asnos” (HAUBERT, 1990, p. 82). Se comparado ao número de indígenas que viviam em todas as reduções, de acordo com Haubert (1990), a quantidade de índios reduzidos no momento da expulsão dos jesuítas era de pouco mais de noventa mil.

De acordo com relatos dos padres jesuítas, a criação de bovinos era absolutamente

necessária à preservação material e espiritual dos índios que viviam nas reduções: “eles pensam na carne, é claro, embora a gordura, o sebo e às vezes o couro tragam também rendas substanciais com a exploração; [...]” (HAUBERT, 1990, p. 83). Os carneiros forneciam lã para os índios e carne para os missionários. Os cavalos eram utilizados nas operações militares, mas, principalmente, como força de trabalho na criação de gado.

6.7 - A EXTRAÇÃO DA ERVA-MATE NAS REDUÇÕES JESUÍTICAS

O hábito de beber mate entre as sociedades indígenas da América Espanhola já era conhecido antes mesmo da vinda das reduções, pois, entre os Guarani e Carijó, era um hábito enraizado. (QUEIROZ, 1966, p. 23)

Entre as plantas cultivadas nas reduções, encontrava-se a erva-mate, que era conhecida como “erva do Paraguai” ou “erva dos jesuítas”, a qual desde 1620 se constituiu em um dos principais produtos de exportação nas reduções jesuíticas. Mas somente em 1645 foi criado um decreto real que autorizava a colheita e a venda da erva-mate. O fato de as reduções serem os principais produtores desse produto deixou os colonizadores espanhóis preocupados com a concorrência, que, dessa forma, conseguiram, junto ao governo colonial, que regulamentasse as exportações, limitando-as em doze mil arrobas por ano, ou seja, 180 toneladas, o que nunca foi atingido. Com a produção anual de 120 toneladas para as exportações, as reduções conseguiam pagar os impostos a colônia. A erva-mate produzida nas reduções alcançava melhores preços que a erva produzida pelos colonizadores, em razão de colherem a erva-mata do tipo *yerba caamini* ou “pequena erva”, assim chamada porque as folhas eram selecionadas e moídas mais finas após retirarem as nervuras, o que não acontecia com as ervas coletas pelos colonizadores, a *yerba de palos ou caá ivirá*. Além disso, o tipo de erva produzido nas reduções jesuíticas era muito bem aceito no mercado peruano.

No início das reduções, a erva-mate era exclusivamente um produto de coleta, o qual

exigia expedições perigosas às regiões insalubres. A extração da erva era rigorosamente regulamentada pelos padres jesuítas. Entre as normas para a coleta da erva-mate, estão: as reduções não poderiam enviar os índios para os ervais nos meses de frio; as provisões teriam que ser suficientes para atender as necessidades durante todo o período da coleta, onde eram enviados alimentos, principalmente vacas, e, dentro do possível, as viagens só poderiam ocorrer por terra.

Ao chegarem aos ervais, os índios distribuíam os trabalhos entre várias equipes: uns construíam galpões e carijós; outros cortavam madeira para queimar a erva colhida; outros, ainda, iniciavam a coleta da erva-mate. Esta era inicialmente crestada depois de colocada para secar por toda uma noite sobre brasas. Após a separação dos talos e nervuras, as folhas eram moídas e armazenadas em sacos, ao abrigo da umidade.

Segundo uma ordem determinada pelos provinciais aos curas das reduções, em 1667 e 1682, os índios não eram obrigados a registrar os sacos de erva-mate coletados no presbitério; deveriam ter a liberdade de venderem a sua produção para quem lhes oferecessem o melhor preço e não somente a redução, obrigatoriamente, nem principalmente ao cura; este só poderia reter a parte que cabia ao *Tupambae*. Como os povos indígenas não tinham a vocação para o comércio, os índios não usufruíam dessa pequena liberdade, pois vendiam todo o produto da coleta ao cura. “Se a coleta exceder sua contribuição normal ao Tupambae – o cura jamais poderá obrigá-los a isso —, receberão em tecido o preço justo de seu trabalho; não se poderá deduzir do valor da yerba fornecida pelos índios as despesas das provisões para viagem, nem as que envolviam os animais de carga”. (HAUBERT, 1990, p. 206)

Nos muitos inconvenientes da coleta da erva-mate, destacam-se particularmente as altas taxas de morbidade e mortalidade dos índios. Para evitar esses fatos, os padres jesuítas experimentaram plantar erva-mate artificial próximo às reduções. Essa experiência conseguida a partir de 1660, graças a uma preparação especial de sementes. As plantações, no

entanto, não atingiram um desenvolvimento suficiente até o século XVIII, como também jamais substituíram totalmente a coleta, tanto que existia diferenciação de preço entre a erva-mate plantada e a nativa paga pelos cúrias. Esta diferenciação de preço entre a erva-mate nativa e plantada chegava a 50% (cinquenta por cento). (VALVERDE, 1957, p. 101 e HAUBERT, 1990, p. 207-208).

Do que foi analisado sobre a pecuária, agricultura e produção da erva-mate nas reduções jesuíticas, pode-se afirmar que as relações estabelecidas entre os jesuítas das reduções e as populações indígenas que buscavam proteção, fugindo dos colonizadores portugueses e espanhóis, tendo como base o monopólio da produção da agropecuária e da extração e preparação da erva-mate, permitiam aos jesuítas apropriar-se da quase totalidade da produção, sob forma de renda. O indígena depara-se duplamente com o capital na sua forma embrionária da acumulação primitiva – de acordo com que foi preconizado por Karl Marx. No primeiro momento, de forma concreta com a propriedade territorial monopolizada pela Companhia de Jesus, por meio dos padres cúrias que administravam as reduções, os quais construíam as condições necessárias para produzir produtos da agricultura, pecuária e extração vegetal – no caso, a produção da erva-mate. E no segundo momento, com o capital concretizado no monopólio de processamento da erva-mate. Essa conclusão é baseada no pressuposto fundamental da teoria da renda da terra já analisada no capítulo que trata das perspectivas teórico-metodológicas da tese.

6.8 - A ESCRAVIDÃO DO NEGRO AFRICANO

No continente africano, a escravidão existiu desde os tempos memoriais, motivada pela falta de uma unidade política, religiosa e linguística entre as tribos e hordas. Para Alcioly Therezinha G. de Abreu & Gracita G. Marcondes (1991), os sobas africanos desde o início praticam a escravidão negociando seus inimigos, os ladrões, os rebeldes, as presas de

guerra, os condenados à morte, enfim todos aqueles indivíduos que eram julgados nocivos para a sua sociedade. Internamente na África não havia a escravidão doméstica e, apesar de existir o comércio exterior de escravos, foram poucas as regiões africanas que utilizaram a mão-de-obra escrava para o processo de produção ou para a defesa interna.

Com base no trabalho do Padre Anízio Ferreira Santos, os autores afirmam que a escravidão africana era patriarcal:

A escravidão não era econômica, mas ‘patriarcal’, gerada pelas lutas entre tribos. Os vencedores podiam levar os vencidos como escravos. Só que estes se transformavam em escravos domésticos, para os serviços caseiros e eram bem tratados. Depois de algum tempo, sua tribo de origem podia resgatá-los por meio de troca de mercadorias. (ABREU & MARCONDES, 1991, p. 51).

Nas fronteiras do deserto do Seara, onde majoritariamente se praticava o islamismo, os escravos foram utilizados como soldados ou como mão-de-obra nas plantações irrigadas para a produção de cereais no vale do Rio Níger – Império Songhay –, para abastecer o exército imperial e as caravanas que ali transitavam durante o século XV. Eles também constituíam mão-de-obra nas salinas de Toghaza e nas minas do Sudão.

Do século XV ao XIX, em razão da expansão do islamismo, ocorreu um aumento considerável no tráfico de escravo. Nesse período foram exportados uma média de 5.000 a 10.000 escravos, a maioria mulheres e crianças, vendidas aos muçulmanos do Sub-Seara e Norte da África. As mulheres escravas africanas eram utilizadas nos haréns como mero instrumento de prazer.

Nesse período, também a maioria dos povos europeus realizaram o tráfico de escravos africanos, os quais abasteciam os mercados da Europa, Ásia e América, deixando quase que despovoadas regiões inteiras da África. Os europeus traficavam principalmente homens negros, destinados à economia de mercado, especialmente para a produção de açúcar nas ilhas atlânticas da costa africana, do Caribe e do Brasil, que pertenciam aos portugueses. No caso brasileiro, os escravos negros africanos também eram utilizados como mão-de-obra nas minas de ouro. (Ibid., p. 52-53).

Portugal foi o país que mais escravizou o negro africano, seguido da Espanha, Inglaterra, França e Holanda, com o objetivo de suprir com mão-de-obra, aparentemente barata, seus vastos impérios coloniais. Os portugueses, que já vinham explorando a cultura da cana-de-açúcar com mão-de-obra escrava negra africana nas ilhas de Açores, São Tomé e Cabo Verde, transferiram essa prática para o Brasil, principalmente para o litoral do Nordeste, pois os povos indígenas na sua maioria resistiam à escravidão e também eram vulneráveis às doenças transmitidas pelos homens brancos.

O tráfico de escravos negros africanos realizado pelos portugueses para o Brasil era feito por navios que saíam do Brasil carregados de artigos – facões, fumo de corda, cachaça, melado, etc. – para a África, via Atlântico, e retornavam aos portos brasileiros – entre eles, Paranaguá – carregado de mão-de-obra escrava. Os primeiros escravos negros africanos que chegaram ao Brasil Colonial foram trinados na Metrópole e pertenciam a Pedro Capico, e chegaram aqui nos anos de 1516 e 1526, quando as expedições guarda-costas policiaram o litoral brasileiro, com o objetivo de proibir o contrabando de pau-brasil, que era realizado principalmente por franceses e holandeses. Em 1549, Portugal mandou oficialmente 120 escravos negros, trazidos da Guiné e da Ilha de São Tomé, para cada senhor de engenho na Bahia, de acordo com Alvará assinado por D. João III. (ABREU & MARCONDES, 1991, p. 55-66).

De acordo com Roberto Simonsen (1977), foi a partir de 1660 que o tráfico de escravos entre a África e o Brasil se tornou regular e grandes quantidades de escravos negros foram comercializadas. “Vieram da África para o Brasil um total aproximado de 3.300.000 escravos para trabalhar nos canaviais, na mineração de ouro e diamante e outros misteres”. (SIMONSEN, 1977, p. 129).

Alguns autores, que tratam da questão do escravismo negro africano no Brasil, questionam os dados apresentados por Simonsen (1977), por considerarem que as estatísticas

existentes sobre o número de escravos, traficados da África, são de fontes esparsas, como arquivos alfandegários, listas de réus em julgamento, folhas de partilhas, testamentos, registros paroquiais e outros documentos existentes fora dos grandes centros urbanos, pois, nestes locais, toda a documentação sobre o número de escravos negros foi queimada por ordem do então Ministro da Fazenda e Secretário dos Negócios Ruy Barbosa, por meio de decreto e circular, com o objetivo de que no futuro, não fosse requerida indenização por parte dos ex-senhores de escravos libertados pela Lei Áurea. Além disso, a partir de 1662, a documentação dos navios negreiros que chegavam ao Brasil, registrava as cargas como “peças da Índia” e “toneladas” de escravos negros vivos. (ABREU & MARCONDES, 1991, p. 69).

TABELA 1: NÚMERO DE ESCRAVOS NEGROS TRAFICADOS DA ÁFRICA PARA O BRASIL

Período	Atividade	Quantidade
Séc. XVIII	Açúcar	350.000
Séc. XVIII e XIX	Açúcar	1.000.000
Séc. XVIII e XIX	Mineração	600.000
Séc. XVIII e XIX	Café	250.000
Séc. XVIII e XIX	Outros misteres	1.100.000
Total		3.300.000

Fonte: Adaptada de SIMONSEN (1977, p. 129)

A mão-de-obra escrava negra africana foi utilizada, sobretudo nos engenhos de cana-de-açúcar do litoral do Nordeste – principalmente Pernambuco e Bahia –, Rio de Janeiro e São Paulo; nas minas de ouro e outros metais preciosos em Minas Gerais, Goiás, e em menor volume, em São Paulo. Também em menor quantidade na agricultura e pecuária do Planalto Meridional do Brasil – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – ao longo dos séculos XVIII e XIX, quando o tráfico de escravos negros africanos tornou-se regular no Brasil.

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1977), em sua tese de doutoramento, realizou trabalho de campo em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, e afirma que a mão-de-obra escrava africana no Planalto Meridional do Brasil é considerada de pequena relevância

por vários autores que se preocupam em pesquisar a questão. Por outro lado, o autor afirma que a existência da mão-de-obra escrava negra africana no Planalto Meridional é ressaltada por muitos outros pesquisadores do tema. Na tentativa de resolver a polêmica da relevância ou não da mão-de-obra escrava negra no Sul do Brasil durante todo o período da escravidão negra no país, o autor nos diz que é necessário “distinguir áreas e momentos históricos da região que se designa comumente como Brasil Meridional (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) para que estas afirmações ganhem sentido”. (CARDOSO, 1977, p. 44)

Contudo, é necessário que se compreenda o processo de desenvolvimento da economia do Brasil Meridional, que passa por uma análise das funções econômicas desempenhadas por ela, em razão da forma própria pela qual “se articulou com o que se poderia designar como a economia propriamente colonial do Brasil, isto é, como setor exportador da economia”. (CARDOSO, 1977, p. 44). Partindo desse raciocínio, Cardoso (1977) compreendeu que essa análise mostra a existência de duas áreas distintas no processo de desenvolvimento da economia sulina: uma que “articulou-se com a economia colonial como uma economia subsidiária, mas de vital importância para seu desenvolvimento”, e outra que ocorreu durante o seu povoamento e manteve-se organizada em um patamar de uma economia de subsistência, a qual se ligava apenas esporadicamente à área de economia exportadora da colônia e, mantendo-se normalmente, fechada sobre si própria. (p. 45).

Com isso, a mão-de-obra escrava negra africana era utilizada de forma variada no denominado Planalto Meridional do Brasil, de acordo com a área de interesse, em determinado momento histórico, em conformidade com o plano da economia mercantil, destinado a atender os das regiões mais desenvolvidas do País ou da região do Prata, ou seja, para atender o mercado em formação em virtude da economia de exportação. Nesse caso, o volume da mão-de-obra escrava africana, pode-se afirmar que era significativo. Já nas regiões em que, em determinado momento histórico, a economia era organizada na forma de

economia de subsistência, o número de mão-de-obra era pequeno ou insistente. Mas, em momentos históricos em que se criavam condições no mercado geral do país para que ocorressem articulações de qualquer uma das áreas da Região Sul, onde se praticava a economia de subsistência com as áreas de economia de exportação, o volume de mão-de-obra na economia de subsistência crescia. De acordo com Cardoso (1977), tais fatos ocorriam por duas razões: a primeira, porque “a rentabilidade do produto colonial que sustentava a economia das áreas de exportação crescia de forma a compensar a utilização de todos os recursos de mão-de-obra daquelas áreas na sua produção, forçando a importação de víveres de outras áreas”; e a segunda, porque, em razão de algum acontecimento não controlado pelo homem, como prestes, más condições climáticas em determinado ano, prejudicando, assim, a colheita, “obrigava as áreas de economia exportadora a importar das áreas de economia de subsistência os gêneros necessários à vida”. (p.46).

Portanto, a análise da contribuição da mão-de-obra negra africana, na formação da organização social camponesa dos faxinais do Paraná terá como base o entendimento dos processos históricos da economia do Paraná na passagem de uma economia de subsistência para uma economia exportadora, nos períodos em que predominaram a extração do ouro, a agricultura e pecuária para exportação, principalmente para o mercado de Minas Gerais e Goiás; e, principalmente no período em que predominava a extração da erva-mate para exportar para o mercado platino – Argentina, Paraguai e Uruguai. É nesse período da economia da erva-mate, o momento do processo histórico em que ocorre a aliança entre algumas frações dos povos indígenas e frações dos escravos negros africanos, para a formação dos faxinais no Paraná.

Vários pesquisadores, como Fernando Henrique Cardoso (1977), Oliveira Vianna⁸⁰ (

⁸⁰ Sabemos que “Populações Meridionais do Brasil” significam, historicamente, um fato importante na literatura sociológica brasileira, pois Oliveira Vianna descobriu e interpretou a realidade brasileira nessa obra, na tentativa da aplicação de critérios novos à interpretação da nossa história e ao estudo da nossa formação social. Seu intuito é estabelecer a caracterização social de nosso povo tão aproximada da realidade quanto possível, de modo a

1973), Octávio Ianni (1988), e entre outros que tratam da questão do escravismo indígena e negro africano na Região Sul do Brasil, são unânimes em afirmarem que, até o final do século XVII, há o predomínio da mão-de-obra escrava indígena, sendo que a partir da primeira década do século XVIII, a mão-de-obra indígena é substituída paulatinamente pela escrava negra africana.

Na classe dos escravos, o elemento vermelho predomina, a princípio. Mais tarde, é progressivamente substituído pelo negro. Enquanto o índio, pela sua indolência e indomesticabilidade, é aplicado nas atividades guerreiras do latifúndio, ou na guarda dos currais longínquos, pouco a pouco, sobre o negro dócil, operoso, sóbrio, resistente, cai todo o peso do trabalho rural. (VIANNA, 1973, p.73).

Como já afirmado anteriormente, a primeira atividade econômica predominante no Paraná foi a mineradora, no final do século XVI e nas primeiras décadas do século XVII, e que utilizou predominantemente a mão-de-obra indígena na extração de ouro em Paranaguá e no Planalto de Curitiba. A busca do ouro no Paraná é uma consequência do comportamento econômico da Europa. É o momento do processo histórico sócio-econômico em que o Paraná passa de uma economia de subsistência para uma economia de mercado exportador. Foi a mão-de-obra escrava negra africana, em menor número, que permaneceu maior tempo na procura e extração de ouro nas serras, pois o índio desconhecia essa técnica que eles trouxeram da África. O motivo de um menor número de escravos negro africano nessa economia deu-se porque os lucros da mineração não foram tão compensadores para que se permitisse a importação de muitos escravos negros africanos, como ocorreu no século XVIII, com a produção do ouro na região de Minas Gerais. (PADIS, 1981, p. 39 e ABREU & MARCONDES, 1991, p. 77). Ianni (1988) afirma que as informações imprecisas sobre a mão-de-obra escrava, principalmente a negra na mineração de ouro em Curitiba, onde era o núcleo de povoamento do Paraná, bem como informações relativas às condições, modos de

ressaltar quanto somos distintos de outros povos, principalmente europeus, pela sua história, pela estrutura, pela formação particular e original. Mas o autor peca ao não compreender a formação social, cultural e modo de vida das sociedades indígenas, quando classifica o índio como indolente. Dessa mesma forma, classifica o negro africano como dócil e operoso. Sobre isso, Basta lembrar o que disse Caio Prado Júnior na “História Econômica do Brasil” (1985), sobre as lutas e resistência do negro africano contra a escravidão.

arregimentação de índios e negros, não é obra do acaso.

Reflete, em boa parte, uma preocupação definida em termos de interesses dos senhores de escravos e apropriadores de ouro interessados apenas no registro de eventos que possuam significação histórica para o consenso do seu grupo. As condições de trabalho, bem como o trato social com os escravos, são problemas que caem no âmbito dos eventos recorrentes que os indivíduos e grupos resolvem quotidianamente por intermédio dos mecanismos sociais organizados. Mas isso não impede que alguns aspectos da realidade social sejam conhecidos. Eles podem ser apreendidos indiretamente, se considerarmos que a comunidade apoiou-se durante longo período de tempo em uma atividade produtiva fundamental – a mineração – que, por sua vez, apoiava-se no trabalho escravo. (IANNI, 1988, p. 32).

Mas, de acordo com a pesquisa realizada por Darío H. Gutiérrez Galardo (1986), sobre senhores e escravos negros no Paraná, como nas *Listas Nominativas de habitantes*, quando é feito o comparativo das ocupações dos proprietários de escravos com o número médio de escravos possuídos, revela que a mão-de-obra escrava negra em 1804, no total de 4.976 escravos, estava distribuída nas seguintes atividades: 31,6% na pecuária – fazenda de criar, criador, negociante de animais, administrador de fazenda e tropeiro -, sendo que nas fazendas de criar se concentrava 16,6% da mão-de-obra escrava. Já na agricultura – engenho de cana e/ou arroz e agricultor - se concentravam 49,8%, sendo que desse percentual, 13,2% de mão-de-obra escrava estavam nas atividades dos engenhos de cana. O restante exercia suas atividades na administração pública, igreja, comércio e outros ofícios. Quanto à distribuição geográfica da mão-de-obra escrava, 42,9% se encontravam no litoral – Antonina, Guaratuba e Paranaguá, com o maior percentual (23,6%) – e 57,1 %, no Planalto de Curitiba e Campos Gerais, com destaque para Curitiba, que concentrava 25,6% dessa mão-de-obra, seguido de Castro e Ponta Grossa. (GALLARDO, 1986, p.31,48 e 160).

Vinte anos depois, a população escrava era de 5.662. Em 1854, quando foi realizado um censo populacional promovido pelo governo provincial indicando que a população da Província do Paraná era de 62.358 habitantes, sendo que a população escrava já era de 10.189 habitantes, o que representava 16,3% do total da população paranaense. Em 1872, quando foi realizado o primeiro Censo Geral do Brasil, a Província do Paraná contava com uma população de 126.682 habitantes, sendo que desse total, 10.560 habitantes na condição

jurídica de escravos, o que representava 8,3% da população total. No entendimento Cardoso & Westphalen (1986), a população escrava paranaense em 1872, poderia ter sido maior; tal fato não ocorreu principalmente em razão à saída de escravos do Paraná para as fazendas de café de São Paulo, face à proibição do tráfico negreiro. (Ibid., p.58).

Com a transformação da economia mineradora, a população do planalto vai progressivamente se transformando em agricultores, criadores, tropeiros. Consequentemente nesse período histórico da economia, predomina a pecuária nos Campos Curitibanos, Campos Gerais, Campos de Guarapuava e Palmas⁸¹. A pecuária produzia principalmente gado bovino, que era vendido no mercado São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com Caio Prado Júnior (2000), os campos do Sul do Brasil são a terceira e a última das grandes zonas de pecuária colonial, cujos limites o autor entende como se estendendo para ao sul do Paranapanema, encerrados de um lado pela Serra do Mar e seu denso revestimento florestal, “do outro pelas matas que se desce para o Sul, esta faixa de campos se alarga, até atingir no extremo da colônia, os limitados pampas de fronteiras, que não são, aliás, senão uma parte da planície herbosa imensa da bacia do prata”. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 203).

Os Campos Gerais⁸² do Paraná é a parte setentrional da grande zona de pecuária colonial e de ocupação mais antiga, a qual, no período analisado, apresentava condições naturais admiráveis, e que Prado Júnior (2000) descreve com entusiasmo:

A sua topografia é ideal, um leve e uniforme ondulado que se vence sem esforço; a vegetação muito bem equilibrada, e distribuída entre ervas rasteiras que dão a melhor forragem nativa do país, e matas em capões que atapetam os baixos, e nas quais domina a araucária, com seus pinhões que alimentam, e sua madeira, a mais aproveitável no Brasil para construção. A água também não falta, e ela corre, cristalina, em leitos de pedra; o que também, no Brasil, é excepcional. (Ibid., p. 203).

O gado bovino produzido nos Campos Gerais a partir da segunda metade do século XVIII entra definitivamente no circuito do mercado consumidor da economia colonial, sendo

⁸¹ Orlando Valverde (1957), define como campos limpos ou simplesmente campo, como sendo pastagens naturais desprovidas de árvores. No sul do Brasil, eles são, em geral, constituídos de uma cobertura contínua de vegetação rasteira, onde predominam as gramíneas. No Paraná, os campos limpos recebem denominações diferentes, conforme sua localização. (p.66-67).

⁸² Estão incluídas as outras regiões denominadas Campos Curitibanos, Guarapuava e Palmas.

a Feira de Sorocaba a expressão concreta dessa nova conjuntura econômica. A partir desse momento, a pecuária dos Campos Gerais entra em um novo período de desenvolvimento, cujos estímulos são os mercados consumidores de São Paulo e Minas Gerais e pelas ligações com a região produtora de bovino do Rio Grande do Sul. Surgem novas fazendas de criação e invernadas. Como consequência disso, o número cada vez maior da população se desloca para os Campos Gerais, onde se estrutura uma sociedade rural nas fazendas. As condições histórico-econômicas permitiram que as autoridades do Império doassem terras nessa região, as quais eram doadas não somente a pessoas que se deslocavam do litoral paranaense e Curitiba para os campos próximos ou distantes desta, mas também para aquelas pessoas que vinham de outras regiões da colônia. Muitos políticos de projeção da capital e do interior paulista se transferiram para a Quinta Comarca, trazendo seus familiares e seus escravos. Estes, para trabalharem nas sesmarias que haviam requerido do Império Brasileiro. É o caso do ex- capitão-mor e governador da Capitania de São Vicente e São Paulo Pedro Taques de Almeida e seus familiares, que requereram e receberam sesmaria com extensão de 14 léguas, abrangendo as áreas dos atuais municípios de Jaguaraíva, Piraí do Sul, Castro e boa parte de Ponta Grossa. (ABREU & MARCONDES, 1991, p. 80).

Outros fazendeiros receberam sesmarias, mas permaneceram morando em Curitiba, Paranaguá, Santos, São Paulo (capital), Itu, Itapetininga e outras cidades, deixando como administradores de suas fazendas de criar um capataz, que era escolhido, de preferência, entre os escravos negros africanos de sua confiança, e à distância administravam-nas, por meio de recados ou por visitas esporádicas. Ianni (1988) não considera uma contradição com a natureza do regime escravo, a presença do negro ou pardo como capataz na fazenda de criar, servindo aos senhores brancos na administração do trabalho dos negros, índios e mestiços, escravos como eles. Mas vê uma alternativa, que “liga às técnicas de dominação e apropriação do produto do trabalho posta em práticas pelo branco. Descolar um indivíduo de

um grupo social determinado para a liderança desse grupo é, ao mesmo tempo, alcançar diversos objetivos condizentes com os interesses do branco.” (p.46).

Portanto, nos trabalhos das fazendas de criar e das invernadas dos Campos Gerais predominava o regime de escravidão, principalmente de negros africanos e seus descendentes. O que é confirmado por Ianni (1988), quando afirma que determinados caracteres dessa atividade produtiva naturalmente podem ter marcado de forma singular o regime escravo que ali se desenvolveu. Entretanto, e fundamentalmente, era escrava a força de trabalho utilizada nas ocupações no interior das fazendas. (IANNI, 1988, p. 36).

De acordo com Darío H. Gutiérrez Galardo (1986, p. 64) e Cardoso & Westphalen (1986, p. 58), o número de fazendas de gado aumentou continuamente ao longo do século XVIII, e ainda mais no século XIX. Em levantamento realizado no ano de 1772 foi constatada a existência de 29 grandes fazendas na região dos Campos Gerais, ao passo que em 1836 foi registrado a existência de 88 grandes fazendas em Castro, Curitiba e Lapa e, em 1862, esses números passaram para o total de 233 grandes fazendas, com um rebanho de 246.911 cabeças de gado bovino, muar, cavalar e suíno, em todo Paraná, sendo que a maior concentração foi registrada nas regiões de Curitiba, Lapa, Castro, Ponta Grossa, São José dos Pinhais, Palmeira, Palmas, Guarapuava e Rio Negro.

O significado da participação econômica e social dos escravos negros africanos poderem ser mais bem aferido quando se observa que eles foram distribuídos em diversas posições na estrutura ocupacional nas fazendas de pecuária ou agropecuária. As atividades desempenhadas pela mão-de-obra no interior das fazendas de criar nos Campos Gerais consistiam na vigilância do gado, reunindo-os em locais pré-fixados para protegê-los de animais selvagens e ladrões; na reunião dos currais; o cuidado com as vacas de cria e bezerros; a marcação das reses uma a uma; na castração dos touros que se pretende engordar para o comércio de carne; em queimadas de trechos das pastagens, para proporcionar sempre

gramíneas tenras e verdes ao gado; distribuição periódica de sal, para complementar a insuficiência do teor salino das pastagens; no curtimento de couros para a confecção de implementos dos peões ou artefatos domésticos e doma de cavalos e mulas destinadas ao uso dos escravos da fazenda, e na agricultura, contudo não eram as atividades principais, salvo quando as terras não eram adequadas à criação de gado. A produção agrícola era destinada a suprir as necessidades da fazenda, e em alguns momentos, o excedente era destinado ao mercado local e litoral. (IANNI, 1988; PERREIRA, 1996; MACHADO, 1963 e ABRAU & MARCONDES, 1991).

Além dos trabalhos que efetuava no interior da fazenda, a mão-de-obra escrava abria as picadas para o desbravamento do sertão. Cortavam caminhos, estradas, construíam estradas, etc. Foi o “pau para toda obra” nos serviços das boiadas e tropas de muares, desde a invernada do gado até a sua venda na Feira de Sorocaba e outros centros consumidores.

A mão-de-obra da mulher negra e das crianças escravas era empregada na agricultura e nos serviços domésticos, bem como no artesanato, além da produção de arreios e implementos de montaria e uso pessoal doméstico, por exemplo, na tecelagem de lã de carneiro, para a produção de baixeiros, mantas e ponchos, que muitas vezes eram vendidos em feiras e vilas. Elas também preparavam queijos, manteigas, sabão, velas, azeite e fios para os candieiros que iluminavam as residências das fazendas.

Por fim, pode-se afirmar que a escravidão negra africana e indígena foi um dos pilares na economia pecuária ou agropecuária do Paraná, no período histórico de sua formação econômica e social. Ou seja, o trabalho escravo negro africano e indígena é um dos fundamentos do poder econômico dos proprietários de terras, do gado e dos meios de produção. Por esta razão, o escravo impregnou a estrutura ocupacional da fazenda, marcando com sua presença, a formação sociocultural do Paraná.

Com já afirmado anteriormente, a economia de pecuária e do tropeirismo entra em

crise no final do século XVIII, onde passa a predominar a economia da extração da erva-mate, que passa a absorver a mão-de-obra escrava indígena, negra africana e seus descendentes, e que será objeto de análise em seguida.

6.9 - O TRABALHO ESCRAVO INDÍGENA E NEGRO NA PRODUÇÃO DA ERVA-MATE NO PARANÁ

Orlando Valverde (1957) divide a vegetação do Brasil em três grandes domínios florestais: a hileia amazônica, a mata atlântica e a mata de araucárias. Sendo esta última a que ocupa a menor área, mas que, por outro lado, é a que possui o maior valor econômico. De acordo com o autor, ao contrário do que pode indicar o nome – pinheiro do Paraná –, a mata de araucária está longe de constituir uma formação homogênea. No que diz respeito à distribuição natural da araucária, símbolo deste domínio florestal, é objeto de ampla divergência por parte de seus pesquisadores. Valverde (1957) afirma que os seus limites são os seguintes:

Nas regiões afastadas do mar ou fora da influência climática direta deste, o limite inferior das araucárias fica a 400 metros de altitude do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina; a 500 metros no rio Ivaí, perto de Cândido de Abreu, no centro do Paraná. No Norte deste Estado, além da menor latitude, o clima da estação seca mais pronunciada faz ascender bruscamente o limite da araucária a altitude que deverão ser da ordem dos 800 ou mais metros, deixando por isso essa região fora do seu domínio.

Quanto ao lado de leste, diz o povo que “o pinheiro não quer ver o mar”. Realmente, junto à Serra do Mar paranaense, a araucária se detém em sua fralda pela vertente inferior. Tampouco na Serra Geral, a nordeste do Rio Grande, podem ser observados pinheiros nos Aparados, mesmo em altitudes superiores a 1.000 metros. (p. 64).

O domínio da mata de araucárias não cobre uma superfície contínua. No seu domínio, existem lacunas significativas que são ocupadas por campos limpos – no Paraná denominado de Campos Gerais, Curitiba, de Castro e Guarapuava. Fisionomicamente, o autor divide a mata de araucária em dois tipos. No primeiro, constituem formações puras no nível mais alto da vegetação, com altura entre 25 e 30 metros. O seu sub-bosque é composto por uma formação densa de árvores e arbustos latifoliados, sempre verdes, que podem atingir uma

altura entre 12 a 15 metros, mais conhecido como floresta mista, onde é encontrada normalmente a erva-mate (*Ilex paraguariensis*), além de muitos outros tipos de espécies. O mate, mesmo levando o nome da erva – “ervais” são as suas concentrações naturais ou artificiais – é uma pequena árvore que alcança até uns 10 metros de altura, no máximo. “Sua folhagem é escura. Dela e de seus ramos tenros faz-se a colheita cada três anos para a preparação da bebida”. (VALVERDE, 1957, p.62-66).

Reinhard Maach (1968) e Marcelo Barreto & Cicilian Luiza Löwen Sahr (2007), afirmam que nesse período histórico da formação dos faxinais, as florestas mistas, onde ocorria a presença do Pinheiro-do-Paraná ou Araucária (*Araucaria Angustifolia*), era o bioma original que ocupava uma grande extensão do atual Estado do Paraná. “Esse bioma ocupava uma área de 200 mil km² dentro do Estado quando no período da colonização pelos portugueses e espanhóis”. (BARRETO e SAHR, 2007, p. 1).

De acordo com o botânico Kurt Huech (1953 e 1961), o nome “pinho-do-paraná” sob o qual a araucária brasileira frequentemente entra no comércio, é significativo em razão de sua importância para o Estado do Paraná. Do total de 90.750 km² de mata ainda não devastada, a floresta de araucária ocupa, segundo Maach, 52.500 km², o que deve ser acrescido ainda 62.800 km² de floresta secundária na antiga região de araucária. (HUECK, 1961, p. 714).

É no sub-bosque das Flores Mistas, a sobra das araucárias ou Pinheiro do Paraná, onde se encontra o ambiente favorável para o desenvolvimento natural da erva-mate nativa, cuja maior área se encontra no Paraná, que continua sendo um dos maiores produtores, perdendo o primeiro lugar para o Rio Grande do Sul, segundo os dados da Produção Agrícola Municipal, publicada pelo IBGE. Segundo essa mesma publicação, os municípios do Paraná que são os maiores produtores de erva-mate se distribuem geograficamente nas regiões Centro-sul e Sudeste, onde também está localizada a maioria dos faxinais do estado. (ver Mapa 4, p. 577).

Lembra-se que, com o desenvolvimento das novas tecnologias, a erva passou a ser produzida fora de seu *habitat* natural – a sombra da araucária. E que atualmente, a maior parte da produção de erva-mate do Paraná é produzida em ‘ervais’ em larga escala, plantado em terras que não recebe o sombreamento da araucária, cuja técnica foi descoberta pelos padres jesuítas das reduções ou missões há mais de três séculos, os quais passaram mais de 50 anos realizando experimentos para conseguirem uma erva de boa qualidade.

A produção da erva-mate sempre chamou atenção de pesquisadores de todos os campos da ciência, seja da Botânica, da Química, da Economia, da Sociologia, da História e da Geografia etc., todos interessados na botânica tanto quanto na sua composição química, em sua colheita, em sua distribuição geográfica e na mão-de-obra empregada na sua produção, etc. Possivelmente, a obra mais completa e mais polêmica que já foi produzida sobre a erva-mate no Paraná, seja “História Econômica do Mate” de Temístocles Linhares de 1969, independente de sua posição teórico-metodológica. Linhares (1969) afirmou que, até o ano da publicação de sua pesquisa, existia uma bibliografia de 3.000 títulos que tratavam sobre a erva-mate. (p. 468).

Maurício Vinhas de Queiroz (1966) diz que, ao se esparramarem as fazendas de gado ao longo e para fora da Estrada das Tropas, a erva-mate começou a ser colhida nas matas vizinhas e preparada inicialmente para atender mais ao consumo próprio do que para venda. Nesse período, os fazendeiros permitiam aos peões a colherem a erva em suas terras ou nas vizinhanças, pois não atribuíam maior valor a este produto. (QUEIROZ, 1966, p.24).

Linhares (1969) divide a economia da erva-mate em três ‘ciclos’, que, em nosso entendimento, foram períodos histórico-econômicos da produção da erva-mate. O primeiro período vem desde os primórdios da formação social, cultural e econômica da formação socioespacial do Paraná, quando foram introduzidos, os “pilões de soques eram manuais e os índios teriam sido, ao lado de alguns escravos negros, os primeiros manipuladores de nosso

mate. No entendimento do autor, a produção desse período era destinada ao consumo doméstico ou local, cuja produção era reduzida, beneficiada de forma primitiva e rudimentar, e não obedecia às exigências dos mercados platinos. Esse período foi até 1820, quando o mate produzido no Paraná ainda não se tornara produto de exportação. Em termos de localização geográfica, a produção ocorria nos Campos de Curitiba e Campos Gerais.

O segundo período da produção econômica da erva-mate no Paraná inicia-se com o deslocamento de sua produção para o litoral – principalmente Paranaguá e Antonina –, e com a “instalação do primeiro engenho em Paranaguá, por Francisco Alzaparay, que resolveu aplicar no Brasil os conhecimentos e a experiência trazida do Paraguai, a fim de que o nosso mate pudesse se aproximar de seus similares missionário e paraguaio, [...]”. (LINHARES, 1969, p. 171-172). Pereira (1996) afirma que, na verdade, Francisco Alzaparay aplicou as mesmas técnicas de produção da erva-mate das Reduções Jesuíticas, as quais ele aprendeu com os padres jesuítas e os índios Guarani. (Ibid., p. 42). Linhares (1969) entende que esse período já pode ser denominado de industrial, pois na produção do mate, já se utilizava a “movimentação mecânica que alcançou então com o emprego da força hidráulica e até a vapor, ao lado da fabricação unificada, não só quanto aos tipos do produto como quanto ao acondicionamento” (p. 171). A produção do mate do Paraná passa a ser exportada para a Argentina e Chile, iniciando a concorrência com a erva-mate do Paraguai e Rio Grande do Sul – produzida na região das missões. (LINHARES, 1969, p. 172).

O terceiro período inicia-se na segunda metade do Século XIX, quando a industrialização do mate se estrutura de forma mais moderna, com a introdução de novas máquinas de beneficiamento e acondicionamento do produto.

O terceiro ciclo é o que se inaugura entre 1875 e 1890, com o deslocamento dos engenhos para o planalto curitibano e as novas técnicas de industrialização introduzidas pelo engenheiro Francisco de Camargo Pinto, que permitiram à indústria paranaense suplantarem de todo as suas congêneres do Rio Grande do Sul e do Paraguai, tornando o nosso mate preferido nos mercados uruguaio, argentino e chileno.

É esta, sem dúvida, a fase áurea do mate paranaense, quando ele já se fizera a viga mestra da economia do Estado, a base de seu povoamento, de seu progresso e civilização, para se transformar também no quinto produto em volume e valor a figurar por muitos anos na pauta da exportação nacional. (Ibid., 172).

Os períodos históricos da economia da erva-mate paranaense que interessa para a tese são aqueles cuja força de trabalho era utilizada a mão-de-obra escrava indígena e negra na sua produção que, aliás, foi objeto de polêmico debate entre vários pesquisadores, com destaque o travado entre Temístocles Linhares (1969) e Octavio Ianni (1988), como se verá em seguida.

Ianni (1988) afirma que no Estado do Paraná ocorreu uma “sucessão e coexistência ao mesmo tempo de fases histórico-econômicas” na sua estrutura econômico-social baseada no equilíbrio dos setores de subsistência e comercial responsáveis pelo desenvolvimento social nas regiões paranaenses, na medida em que as atividades produtivas concentravam-se na mineração, na pecuária, na agricultura, na extração da erva-mate e madeira. O autor afirma que o destaque que faz a “economia ervadeira” no processo de formação da estrutura econômico-social de Curitiba e Paraná em sua pesquisa, se deve em razão dela ter provocado desenvolvimentos e transformações de interesses para uma “compreensão científica da realidade social em que se movimenta a população negra e mestiça”. Portanto, o período histórico da economia da erva-mate na economia paranaense, em razão de suas peculiaridades, principalmente nas faces em que a mão-de-obra empregada na sua produção era escrava negra e indígena, tem uma importância fundamental na gênese dos faxinais no Paraná. (p. 51-52).

De acordo com Ianni (1988):

Aparentemente, os primórdios da expansão da economia do mate coincidem com um período em que Paranaguá e Curitiba começam a sofrer o impacto da decadência da mineração. Mas essa é a superfície do fenômeno. A canalização de força de trabalho e capitais para a extração, preparo e comércio da congonha, entretanto, é em boa parte o resultado da liberação desses fatores da produção. Os homens e os recursos aplicados às lavras e faisqueiras precisaram aplicar-se produtivamente quando estas se esgotavam. Daí a alternativa de orientarem-se para a pecuária ou o mate, conforme o tipo de composição dos cabedais de uns e outros mineradores. Havia, no seio do sistema econômico colonial, incentivos nos dois sentidos. O mercado consumidor de gado, continuamente estimulado pelas Minas Gerais, conforme já vimos, provocando a expansão da pecuária nos Campos Gerais. O mercado consumidor da erva-mate no Prata, por sua vez, associado aos interesses políticos da

Metrópole, no sentido de acentuar a presença portuguesa no sul, exerciam também atração sobre capitais disponíveis. (IANNI, 1988, p. 52-53).

Contudo, a decisão de liberar o comércio do mate com o Prata, em 1722, foi uma decisão pensada no sentido de fortalecer a economia de mercado ampliado, uma vez que as comunidades rurais, semi-isoladas, que eram as vilas paranaenses, tendiam a regredir à pura auto-subsistência e a praticar o escambo para a obtenção de alguns produtos europeus. Para o estado colonial português esse isolamento era motivo de grandes preocupações, e o desenvolvimento dos mercados, do comércio inter-regional e com o Prata era visto pelas autoridades portuguesas como uma solução para resolver a questão da integração territorial colonial e, também, de encher os deficitários cofres d'El Rey. (PEREIRA, 1996, p. 123)

No transcurso da segunda metade do século XVIII, quase que a totalidade da força de trabalho e dos capitais disponíveis nesse momento migrou para os setores de produção da agropecuária e outras atividades extrativistas, principalmente da erva-mate. Com isso, iniciou-se o desenvolvimento de novos processos econômicos que no seu cerne era o trabalho escravo. A economia da erva-mate tem uma feição própria em sua estrutura, com uma produção que, além de servir ao consumo da população local, teve uma participação fundamental no mercado de exportação, particularmente no mercado da bacia do Prata.

A presença do escravo negro, indígena e mestiços na produção da erva-mate era predominante, pois a população de escravos chegou atingir 47% da população total do Paraná de acordo com Ianni (1988). O regime escravista, apoiado em elevada presença de escravos – negro e indígena –, necessariamente produziu um universo sócio-cultural próprio, onde valores e padrões, normas de comportamento e convivência social, formas de interação e acomodações, relações de dominação e subordinação, foram forjadas em uma realidade econômica e onde havia uma polaridade assimétrica entre os grupos populacionais. Sendo que a produção da erva-mate já era fundamental para a economia do Paraná.

É nessa conjuntura que o autor descreve as ocupações relativas ao processo completo

de elaboração da erva-mate, que é distribuído nas seguintes etapas: coleta, preparo, embalagem, transporte e embarque do produto para o consumo. Cada uma dessas etapas exigia um conjunto de ações adequadamente organizadas e encadeadas umas em relação às outras, como o objetivo de obter um produto que atendessem as exigências do mercado, principalmente do Prata.

A coleta da congonha é feita durante o dia, ao sol, entre 9 e 17 horas. Ao final da jornada os ramos são sapecados ou tostados sobre as chamas de fogueiras de lenha, realizando-se em seguida o ‘quebramento’, ou separação dos galhos finos dos grossos, pois que estes somente têm utilidade na fase anterior. A erva assim preparada é amarrada em feixes de cerca de 60 quilos e entregue no depósito. Neste ponto se inicia outra fase de tratamento, quando a congonha é submetida à secagem definitiva. Aqui o trabalhador precisa realizar tarefa penosa, pois cumpre-lhe revolver a erva, enquanto recebe o calor do fogo. Depois ela é malhada (cancheada) em chão coberto de madeira ou couro de boi. ‘A malhação se faz com facões de malhar, longos e pesados bastões de madeira, com os quais um homem em cada extremidade da cancha realiza esse extenuante trabalho até que toda Herva carijada fique reduzida a uma mistura de fragmentos de folhas e páos’... Em seguida o produto é peneirado e remetido ao engenho, onde sofre as últimas manipulações. Durante o século XIX o beneficiamento foi realizado inicialmente em engenhos de ‘soque’, tocados a força humana, sendo depois substituídos por força hidráulica e vapor. Durante muito tempo, entretanto, ‘o pilão e o braço escravo’ eram os componentes básicos do engenho, onde também se realizava o acondicionamento do produto acabado. [grifo meu]. (IANNI, 1988, p. 56).

No parágrafo anteriormente citado, o autor confirma a presença da força de trabalho escrava negra e indígena em todo o processo de produção da erva-mate por muitos anos. Ianni apoia-se nas informações de Romário Martins⁸³ (1926) para afirmar a existência do trabalho escravo na produção da erva, pois “pilões de soque a braço de escravos índios e negros”. E, para ressaltar a dependência da economia do mate da força de trabalho escrava, Romário Martins afirma que “o pilão e o braço escravo – motor barato daqueles tempos, o fator de todo o movimento material da Colônia, que os navios negreiros iam continuamente buscar a costa d’África”. (Citado por IANNI, 1988, p. 60). Romário Martins também afirma a evolução técnica aplicada na economia da erva-mate no Estado do Paraná, o que LINHARES (1969) denominou de “ciclos da erva-mate”, os quais eu defino como períodos históricos em que predominava a economia da erva-mate no Estado.

⁸³ MARTINS, R. **História do Paraná**. Curitiba: Guaíra, 1926

No que se refere às ocupações em que os escravos eram utilizados e suas condições de trabalho, as informações não são muito claras. Mas “inegavelmente índios e caboclos foram ocupados na coleta de erva, mas não temos dados relativos às condições sob as quais trabalhavam esses coletores”. Ianni (1988) afirmou ainda que possivelmente o que Romário Martins denominou de ‘habilitado’ ou ‘régulo’ seja a ocupação que se denomina atualmente de capataz e/ou feitor ou mesmo de “gato” – o atravessador de mão-de-obra dos boias-frias nos canaviais do Nordeste e Sul do Brasil – que liderava o grupo de ervateiros ou peões escravizados ou semi-escravos que colhiam a erva. (Ibid., p. 58).

As referências a índios, bugres e caboclos não dizem sob que condições de ‘remuneração’ era obtida a força de trabalho. Podemos, contudo, supor algumas alternativas. A cada três anos a erva-mate está em condições de sofrer uma poda dos ramos cujas folhas estão prontas para o beneficiamento. O ervateiro precisa, pois, regular a coleta em cada pé de modo a realizá-la de três em três anos. Além disso, a congonha sofre desenvolvimentos determinados com as estações, o que leva as folhas a encontrarem-se em melhores condições para o corte em certa fase do ano. (IANNI, 1988, p. 58).

No que se refere ao período de coleta da erva-mate, não há um acordo entre os pesquisadores, mas todos concordam que o tempo necessário para a sua colheita é de aproximadamente cinco meses. Ianni (1988), citando informações do Instituto do Mate do Paraná, afirma que o período ideal é entre os meses de maio e outubro. E, mais uma vez se apoiando em Romário Martins, afirma que a erva-mate deve ser apanhada entre janeiro e setembro. Se de fato a coleta da erva fosse obedecer aos preceitos racionais, a força de trabalho somente seria mobilizada durante uma parte do ano, ficando, assim, a mão-de-obra inativa durante alguns meses. (Ibid., p. 59).

Assim, o trabalho escravo teria encontrado um impedimento natural, devido ao qual sua aplicação tornar-se-ia demasiado onerosa, pois o proprietário dos cativos precisaria mantê-los inativos em outra parte do ano, ou então dar-lhes outras ocupações. Mas não foi desse modo que se deram os fatos. (IANNI, 1988, p.60).

A coleta do mate nunca se restringiu, no passado, aos meses prescritos. Há informações de que essa questão foi motivo de preocupação por parte das autoridades do Estado, pois tanto a época da coleta como a maneira de cortar a erva ainda continuavam, no início do século XX, presas às condições tradicionais. De acordo com o autor, os processos

iniciais do preparo industrial do mate são ainda, com mudanças de pouca importância, os mesmos que os próprios ervateiros índios e caboclos praticavam, portanto necessitam serem profundamente revistos sob uma orientação inteligente e moderna que os concilie com as exigências do progresso industrial.

Linhares (1969), polemizando com Ianni (1988), afirma que a força de trabalho escrava é possível até o segundo “ciclo” nos engenhos de soque⁸⁴. No planalto curitibano possivelmente só no primeiro “ciclo”, no “litoral até o segundo, mas em escala mais restrita, já que, quanto à coleta da erva, os **caboclos** e os possíveis **índios remanescentes** seriam os mais indicados, se bem que também eles pudessem labutar em regime de quase servidão, sob as vistas do feitor” [grifo meu]. Por terceiro, com o retorno dos engenhos aos locais mais próximos da produção, já se falava muito em salário. (p. 238-239).

Linhares afirmou ainda que as argumentações de Ianni (1988), quanto à não obediência dos meses descritos para a coleta da erva, não é um fator que possibilitasse o trabalho escravo nas atividades ligadas à sua extração.

Tal nunca se daria pelos motivos apontados e que ele mesmo é o primeiro a enumerar, isto é, em razão de ser realizada a colheita, qualquer que fosse o período permitido, em número reduzido de dias, quando muito dois meses. Nenhum ervateiro, proprietário de erval, se ocupa por mais tempo nessa tarefa. A escravidão havida foi de outro cunho, portanto. Presa a alguma forma de remuneração, como sucedida nas *yanacunas* antigas, nas reduções jesuíticas, ou mesmo nas turmas de ‘mineiros’ de Mato Grosso. Mais servidão do que outra coisa. Mas nunca escravidão. (p. 239).

Do que foi afirmado, pode-se concluir que os escravos são personagens constitutivas da sociedade paranaense desde o seu início, em meados do século XII. Permanecendo fiel ao modelo paulista – do qual o Paraná é parcela resultante da expansão do núcleo da colonização do Brasil meridional –, os primeiros paranaenses valiam-se do trabalho escravo indígena na produção da erva-mate, mantendo-os sob o artifício jurídico de ‘administrados’ com o qual escondia a realidade concreta da escravidão indígena. Ao longo dos séculos XVIII e XIX,

⁸⁴ Segundo PERREIRA (1996), foram introduzidos no litoral e no planalto curitibano, uma série de processo na produção do mate oriundos das missões jesuíticas, entre os quais o uso de engenhos de soque movidos a roda d’água. (p.50).

além do recurso da força de trabalho escrava indígena, foi sendo incorporada a força de trabalho escrava negra africana na produção da economia da erva-mate, além da economia da mineração e agropecuária, como foi visto anteriormente.

6.10. A FUGA DO ESCRAVO INDÍGENA E NEGRO AFRICANO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA À ESCRAVIDÃO

A fuga foi uma forma de luta e resistência contra o trabalho escravo, tanto para o índio, quanto para o negro africano. E, na tentativa de evitar a fuga coletiva ou individual do índio e do negro africano escravo, as relações de produção e as relações sociais concernentes a escravidão, propiciaram a elaboração de formas jurídicas e moral suficientemente firmes e atuantes para prender o escravo índio e negro às condições de vida que o colono branco lhe impunha.

Parcelas da sociedade indígena combateram tanto o colono branco português, quanto o espanhol como forma de reação à insuportável escravidão, outras reagiram, fugindo para o sertão, seu velho conhecido. Outras ainda, de certa forma, aceitaram resignadas o trabalho forçado das minerações de ouro e pedras preciosas e das fazendas de pecuária ou agropecuária. No caso dos escravos do Paraná, esta situação ocorreu em certo momento da extração da erva-mate.

Abreu & Marcondes (1991) falam da histórica e lendária resistência do cacique Guairacá, dos Guarani, que fez aliança com os Kaingang nos Campos de Guarapuava, reunindo 12 caciques e 100.000 índios para juntos combaterem os brancos portugueses e espanhóis e chegaram a dominar todo o Oeste Paranaense por 40 anos, antes da descoberta de Guarapuava pelos portugueses, e mais 38 anos após esse evento. (Ibid., p. 88).

Isso significa que a rivalidade foi posta de lado em vários momentos da vida dos povos Guarani e Kaingang como forma de sobrevivência. Ou seja, foram construídas alianças explícitas ou não entre esses povos indígenas como estratégia política momentânea para fugir

da peonagem e cativoiro, tanto dos bandeirantes paulistas, dos *encomenderos* espanhóis e das reduções jesuíticas. Como tática, em determinados momentos, um grupo desses povos procurava as reduções para livrar-se dos perseguidores portugueses e espanhóis, pois sabiam que não seriam vendidos como escravos nos canaviais de São Paulo ou no Nordeste açucareiro onde sua mão-de-obra era disputada, mas sim, segregados em nome de Deus. Além disso, a possibilidade de dispersarem pela floresta, na busca de seus antigos territórios estava dada. Mas vale sempre lembrar que a fixação dos índios em reduções ou missões, onde são “reconduzidos à fé cristã e, à vida vigiada”, também serve aos interesses dos colonizadores portugueses e espanhóis, pois a criação de uma redução era sempre acompanhada da colonização e da conquista espiritual, muito embora um número significativo de indígenas aceitasse essa segregação temporária como tática de sobrevivência de sua raça. (HAUBERT, 1990, p. 76). Além das lutas travadas contra os colonos portugueses – paulistas – como forma de resistência às invasões as Reduções Jesuíticas, com o objetivo de escravizá-los.

Se as fugas coletivas de grupo ou subgrupo de indígenas eram casos raros registrado pelos historiadores, antropólogos e nos relatos dos missionários jesuítas, possivelmente as mais importantes tenham ocorrido em Guairá. A primeira, a mais conhecida ocorreu em 1631, sobre o patrocínio do jesuíta Ruiz Montoya, depois de uma dúzia de reduções terem sido devastadas pelos colonos paulistas. No entendimento de Padre Montoya, tratava-se de fugitivos das reduções destruídas e os habitantes de Nossa Senhora do Loreto e Santo Inácio-Mini, as duas únicas reduções que se encontravam em pé na região. Padre Montoya acompanhou duas mil e quinhentas famílias Guaraní com destino às margens do Rio Jubaburu, pequeno afluente do Rio Paraná.

Os colonizadores paulistas estavam cada vez mais armados, graças aos lucros obtidos com o comércio escravista indígena. Suas expedições de apresamento, cada vez mais organizadas, alcançavam sertões mais longínquos. Assim, as reduções de Santa Maria Maior

do Iguaçu, Natividade e outras do Alto-Paraná que ainda subsistiam na Serra do Tape, viram-se atacadas de novo pelos colonos paulistas em 1636, 1638 e 1639, obrigando os missionários jesuítas a organizarem novas fugas, as quais envolveram cerca de cinquenta mil índios, cujo destino era a região de Entre-Rios, área situada entre os rios Paraná e Uruguai, e considerado pelos jesuítas como duas barreiras fáceis para os Guarani se defenderem. (LUGON, 1990, p.56-60).

Já as fugas individuais ou de famílias inteiras de indígenas cativos ocorreram com grande frequência no transcorrer do longo período da escravidão indígena. No entendimento de muitos especialistas da escravidão indígena, a fuga individual ou de família representava uma forma bem característica de resistência ao regime escravista. Monteiro (2005), afirma que,

[...] a visão convencional da historiografia brasileira que, desde há muito, sustenta a hipótese de que os índios eram muito mais propensos a fugir das fazendas do que sua contrapartida da africana, já que eram nativos do Brasil e sua cultura “atrasada” impedia a adaptação dos mesmos aos rigores do trabalho forçado. Mas a análise das fugas de índios em São Paulo mostra que, pelo contrário, existia uma semelhança marcante entre São Paulo e outros locais onde floresceram sociedades escravistas. (p. 181).

As fugas dos indígenas não ocorriam somente das fazendas e sítios, mas também durante o percurso das aldeias e reduções para a vila de São Paulo, estimuladas por diversos motivos, como maus tratos nas fazendas, o desejo de se reunir com parentela que vivia em outros territórios, e o desejo de retornar ao seu antigo modo de viver, como ocorria no período pré-colonial. Isso porque os povos indígenas tinham consciência de que a sua permanência nas missões, redução, aldeamento, fazendas e sítios dos colonos portugueses – principalmente paulistas – e espanhóis, provocavam alterações significativas em todas as dimensões de suas vidas. Entre tantas delas, eles se privavam de suas terras ou parte delas, permanecendo em territórios reduzidos, ou eram obrigados a fugir para mais distante, onde, na maioria das vezes, não encontravam as mesmas condições propícias para a caça e pesca de coleta e de agricultura; alterações em toda ou parte da autonomia de suas relações políticas; e as

condições anteriores de continuarem a possibilidade de trocas de bens e trabalhos que mantêm a vida física e social de todos entre todos.

Tanto Montoya (1985) quanto Haubert (1990) fazem relatos da fuga de várias famílias para a floresta, para escaparem da morte e escravidão, os quais tinham, sobretudo, o rosto dos “mamelucos” brasileiros bandeirantes e dos colonizadores espanhóis.

O Corregedor das vilas do Sul, Raphael Pires Pardinho em correição na Vila de Curitiba, no ano de 1721, deixa registrado em livro o Provimento n. 86, entre outros provimentos, um que faz alusão à existência da presença de escravos índios e negros africanos no Paraná. O provimento tinha o objetivo de garantir a manutenção da ordem e supremacia do branco sobre o escravo, em grupo ou individualmente. Ele determinava o provimento em que os juízes ordinários proibissem o uso de armas pelos negros e carijós dentro e fora da vila. Da mesma forma, em razão das sucessivas fugas e o significado dessa prática para a consolidação, manutenção e expansão da escravidão, o mesmo Pardinho orienta aos senhores de escravos moradores da vila as providências que devem ser tomadas contra os escravos fugidos, na tentativa de evitar a consolidação da autoemancipação pela fuga, como também, evitar o prejuízo econômico do senhor de escravos e a degeneração da propriedade exclusiva e inalienável como instituição fundante da escravidão. Aparecendo algum escravo fugido em Curitiba, a pessoa que o encontrasse estava obrigada a apresentá-lo no prazo de quinze dias ao juiz ordinário. Este, por sua vez, comunicava ao dono do escravo, sendo morador de Curitiba ou dos arredores. No entanto, as fugas bem sucedidas continuaram a ocorrer, levando a outro corregedor Manuel de S. Payo a tratar da questão depois de alguns anos. (IANNI, 1988, p. 117-118). Tal fato deu porque a fuga para a formação de quilombos, o assassinato dos senhores e a sabotagem nos processos produtivos tinham sido considerados como formas de luta entre senhores e escravos. No Paraná, os escravos que fugiam procuravam, na sua grande maioria, reinserir-se na própria sociedade em que viviam sem vínculos da escravidão, por

meio do mercado de trabalho livre que estava em formação.

Escravos negros e homens livres não-proprietários trabalhavam lado a lado nas fazendas de criar, na agricultura, na condução de tropas, na extração da erva-mate. Ao compartilharem a mesma porção do território, essas personagens tornavam-se cada vez mais indiferentes aos olhos das classes dominantes, mas a realidade concreta do trabalho conjunto abria possibilidade para o surgimento de laços de solidariedade entre essa população despossuída. Os vínculos econômicos e afetivos então criados contribuíram para formar uma importante rede de acobertamento para as fugas de escravos negros. (PEREIRA, 1996, p. 91).

Para ilustrar a existência dessa rede de solidariedade entre os negros escravos, os negros forros e homens livres não-proprietários, descreve-se uma notificação recebida por um chefe de polícia em 1740, por ocasião da fuga de um escravo de nome Bernardo, citado por LIMA (2001). Bernardo negro era oficial de sapateiro e achava-se com trinta e tantos anos de idade. Segundo o remetente, já não era a primeira vez que o negro Bernardo havia fugido de seu proprietário. Diz, ainda, que aquele escravo “costuma acoitar-se na casa de preto forro na Barra da Lagoa, onde há frequentes reuniões de escravos, e em outros lugares daquele distrito, em que há as mesmas reuniões”. O informante alerta ainda, ao chefe de polícia, para a existência de várias casas de negros e negras que dão coito a negros fugidos. (p.81).

No período em que predominava a economia da mineração, as fugas dos escravos das faisqueiras não preocupavam somente seus proprietários, mas também a Metrópole, cujo interesse era a cobrança dos quintos reais por pessoa ocupada na mineração do ouro, independente de ser escravo negro, índio administrado ou homens livres. Entretanto, na época, a fuga de negros escravos ou de índios administrados não tinha grandes repercussões além da região em que se encontravam os sujeitos, ou seja, os próprios escravos e seus proprietários. As fugas ocorriam como resultado do comportamento inadequado do senhor ou capataz. Maus tratos, trabalho excessivo, penoso ou outros motivos poderiam levar o escravo

a fugir.

Mas, a partir do momento que começou a circular o primeiro jornal do Paraná “O Dezenove de Dezembro”, o escravo fujão aparece como uma figura assídua em suas páginas.

Anúncio:

100\$000 de gratificação. Fugiu a Bibiano Francisco de Siqueira, no mês de junho de 1853, um escravo de nome Thomaz, preto, de nação, nariz chato, mal encarado, estrutura alta, reforçado de corpo, bem barbado, tem uma cicatriz na testa, com faltas de dentes na frente, e tem um dedo do pé tolhido, idade 36 anos; quem o apreender, queira levá-lo ao bairro de Santa Quitéria que receberá a gratificação acima, ou nesta cidade a João Manoel de Paula, e protesta-se com todo o rigor da lei contra o tiver acautado. (Extraído da edição de 28/04/1854 do Jornal O Dezenove de Dezembro por PEREIRA, 1986, p.82).

Entretanto, ocorre que os fenômenos sociais possuem a capacidade de manter ou desenvolver suas potencialidades dinâmicas, ou em si mesmas ou ressurgem em outros fenômenos. Além disso, a fuga não era a única forma que o escravo negro e indígena tinha para manifestar sua revolta contra a escravidão. As contradições entre o regime escravocrata e o potencial do escravo negro e indígena produziram constantemente comportamentos divergentes. Muitas vezes os senhores de escravos eram vítimas dos seus próprios escravos. Ocorreram vários assassinatos de senhores proprietários de escravos pelos próprios escravos. (IANNI, 1988, p. 172).

Porém, os escravos negros não usam apenas essas estratégias; fogem e aquilombam-se. É nos quilombos que encontram uma liberdade precária e muitas das vezes fatal. Organizados em pequenas comunidades quilombolas fundadas na economia de autoconsumo, os negros fugitivos da escravidão usufruem da totalidade do produto do seu trabalho, sem a intermediação e apropriação dos seus proprietários. Ianni (1988) relata a existência de vários quilombos nos Campos Gerais, no início do século XVIII. O relato de Ermelino de Leão registra a existência de um quilombo nos Campos Gerais, cujos negros cometem frequentes saques, matando e assaltando os viajantes. Repetem-se relatos alusivos a quilombos, formados por negros escravos fugidos das fazendas, da mineração, dos serviços domésticos, das atividades agrícolas ou artesanais, etc. (Ibid., p. 173). Nos Campos Gerais, até a atualidade,

existem comunidades quilombolas como a de Palmital dos Pretos, localizada nos atuais limites dos municípios de Ponta Grossa e Campo Largo, que até os anos 90 do século passado era faxinal com criadouro comum ou comunitário, o qual atualmente se encontra paralisado.

Foto 7 - Descendente de escravo fugitivo que nasceu no Faxinal Palmital dos Pretos

Nas fugas dos negros escravos que formaram ou não quilombos, foram percebidos, pouco a pouco pelos seus proprietários, seus efeitos desagregadores. Em 1746, um alvará real determinava que os negros que fossem encontrados em quilombo deveriam ser marcados com um ferro com a letra F. Os escravos negros encontrados com essa letra deveriam ter uma das orelhas cortadas.

No mesmo ano uma ‘Carta do Snr. General’ dá instruções para o cumprimento daquelas determinações em Curitiba e Campos Gerais aos ‘negros que aquilombados e vadios andam vagando pellos Campos e matos desses districtos ...’; e acrescenta, instruindo aos capitães-do-mato, que ‘atirem e matem’. (Idem, idem).

Também nas fazendas de pecuária e agropecuária fugiam escravos peões, pois a maioria dos trabalhadores das fazendas, como se viu anteriormente, eram negros escravos. As fugas dos escravos negros das fazendas demonstram o tratamento dispensado aos escravos, que não eram tão benevolentes, como muitos autores que tratam ou trataram da questão do

trabalho escravo nas fazendas no período histórico em que predominava a economia da pecuária no Paraná imaginavam.

À medida que se vão modificando as condições básicas da escravidão negra, que se revela cada vez mais acentuada a partir do início do século XIX até a abolição da escravatura, ocorrem manifestações divergentes do comportamento do escravo. Escravos de todas as categorias, dos domésticos aos que trabalhavam nas fazendas, aventuraram-se às fugas.

Portanto, pode-se concluir que as estratégias usadas pelos povos Guarani e Kaingang de viverem nas reduções jesuíticas por um determinado período, com a esperança de melhores tempos e a aliança entre os escravos africanos fugitivos, que não formaram quilombos e que viveram na atual formação socioespacial do Paraná possibilitou a formação social camponesa do grande faxinal, no início do século XVII, na “luta dos indígenas contra o tempo e o trabalho dos brancos [...] nasceu a luta dos escravos negros contra espaços e trabalhos para os senhores fazendeiros [...]”. (OLIVEIRA, 1999, p. 12). De acordo com Horácio M. de Carvalho (1984), nesse período o faxinal era “mato denso e grosso, ou seja, a área de vegetação mais cerrada, se comparada com outras áreas às quais se denominava de mato ralo”. Desde a sua gênese, no faxinal “ocorria a presença das espécies florestais como pinheiro e erva-mate, além de apresentar razoáveis condições de pastagens naturais”. E desde lá até os dias atuais sempre foi preservado para “práticas extrativistas da madeira e da erva, além de servir de espaço para a criação extensiva de animais”. (CARVALHO, 1984, p. 15).

Adriano Bernardino Moraes Lima (2001), em sua pesquisa sobre as relações comunitárias dos escravos negros na Vila de Curitiba, entre os anos de 1760 e 1830, traz provas documentais – colhidas nos arquivos do Primeiro Tabelionato de Notas de Curitiba – da existência do faxinal, por meio da carta de alforria dado pelo Vigário Antonio Duarte – da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Palmeira – ao escravo Vicente e sua família. A carta data de janeiro de 1820. Vicente recebeu do seu senhor, além da liberdade,

[...] os campos e o paiol que possuo em Mandaçaia [...] com casas de parede de mão e de telha, como também os campos de meu potreiro e **faxinal**, tudo conforme as confrontações das cartas de venda que junto a esta fica; como também, são as capoeiras dos meus cultivados com casa de pedra e cobertas de telha que tenho no pinheiral matos devolutos, os que tudo de minha vontade livre de dar como com efeito faço de ação e deixo por esmola aos meus escravos que deixo-os forros Vicente e a sua mulher Caetana e logo depois de meu falecimento poderão gozar como seu que fica sendo.[grifo meu] (LIMA, 2001, p. 46)

Além da formação de aliança entre os povos indígenas e escravos africanos fugitivos que formou os primeiros faxinais no Paraná, são elementos fundamentais na base de sustentação da construção dos faxinais no Paraná: a contribuição dos povos indígenas na articulação entre os recursos naturais locais disponíveis e as necessidades de reprodução social; agricultura, a pecuária, o extrativismo e o uso terras comum da terra.

As argumentações anteriormente explicitadas levaram-me a abrir um debate com pesquisadores dessa temática, principalmente Man Yu Chang (1988), e mais recentemente, as pesquisas de Maria Magdalena Nerone (2000) e Roberto Martins de Souza (2001). Chang realizou uma das pesquisas pioneiras sobre os faxinais do Paraná, portanto, fundamental para que o meio acadêmico tomasse conhecimento dessa forma de organização social camponesa. Sendo a pesquisa de Chang a mais abrangente sobre o tema é, portanto, a mais divulgada e conhecida e possivelmente a mais polêmica. O debate a ser travado é mais direcionado à Chang (1988), sem deixar de debater com Nerone (2000). No entanto, vale esclarecer que não deixarei de dialogar com Chang (1988) e Nerone (2000), pois em suas pesquisas existem muitos elementos convergentes com meu ponto de vista sobre a forma de organização social camponesa dos faxinais. Sem esquecer a pesquisa de Horácio Martins de Carvalho (1984), além dos artigos sobre a questão de Jair Lima Gevaerd Filho (1986) e Francisco A. Gubert Filho (1987).

A questão central e mais importante a ser debatida com Chang (1988) é sobre a gênese dos faxinais. A tese defendida pela autora em sua pesquisa, da qual não temos acordo, é sobre a mão-de-obra utilizada na extração da erva-mate no final do Século XIX. A autora entende que essa é uma questão que tem desdobramentos importantes no entendimento sobre a gênese

dos faxinais, pois envolve momentos históricos, políticos, sociais e econômicos.

A categoria dos agregados constituía o grosso dos trabalhadores na coleta da erva, inclusive afluindo para a região das matas mistas do Centro-Sul, estabelecendo-se nos ervaais com sua economia de subsistência; constituindo comunidades rurais as quais mais tarde dariam origem aos faxinais. (Ibid., p.21).

A partir dessa afirmação, a autora constrói toda a sua linha de argumentação para desenvolver sua tese sobre a gênese dos faxinais, a qual compreendo que não dá conta de confirmar a hipótese levantada, pois, no momento da formação dos faxinais, não existia no mundo do trabalho a “categoria de agregados”, porque a força de trabalho existente na época era predominantemente escrava indígena e, em menor volume, negra africana. Entendo que a “*categoria de agregados*” se constitui após a Lei. 2.040 de 28 de setembro de 1871, mais conhecida como “Lei do Ventre Livre” ou “Lei Rio Branco”, que criou a figura do filho livre da mulher negra escrava, ou seja, as crianças “ingênuas”, de acordo com Maria Lúcia Lamounier (1988, p. 114). A Lei do Ventre Livre se configurava como um mecanismo de controle de mão-de-obra, não apenas das “ingênuas”, mas também sobre outros seguimentos da população, como órfãs, pobres e/ou de cores desvalidas. E 17 anos depois da Lei 3.353 de 13 de maio de 1888 ou “Lei Áurea”, quando foi ‘abolida’ a escravidão negra no Brasil, a qual ocorreu pelo menos como lei, em consequência de pressão interna dos movimentos abolicionistas que se constituíram em grande força de pressão contra o trabalho escravo negro e pressão externa, principalmente vinda da Inglaterra.

Além disso, o trabalho escravo negro já estava se tornando economicamente inviável, em razão da concorrência com a mão-de-obra imigrante barata e as constantes fugas dos escravos negros, muitos deles refugiados em quilombos ou territórios da liberdade. Ou seja, a categoria de agregados se constituiu paralelo ao período que denomino de consolidação dos faxinais do Paraná. O que é confirmado por Maurício Vinhas de Queiroz (1966), quanto este afirma que no começo, os peões mal se diferenciavam dos escravos domésticos, a não ser pela origem e os gestos: “dormiam no canto do galpão e trabalhavam de graça. Alguns deles eram

antigos índios missioneiros”. (Ibid., p. 21). Os agregados, por sua vez, eram peões que se casavam e se estabeleciam em terras da fazenda, recebendo em troca de seus trabalhos, pedaço de terra mas “que não tinha tempo de plantar porque o serviço do fazendeiro o absorvia; – cuidava da terra a mulher”. (Ibid. p. 22). Ou seja, os agregados eram índios que, na maioria das vezes, fugidos das missões, procuram as fazendas para escaparem dos ataques dos índios ditos “selvagens”, pois os índios ditos “mansos” e os negros eram os mais odiados pelos “selvagens”, e ao se casarem, recebiam um pedaço de terra para cultivar. (QUEIROZ, 1966, p. 28).

Além disso, no apogeu da produção da erva-mate como período econômico dominante na história econômica do Paraná, a burguesia que se formou em torno de sua produção passou a dominar todo o processo de extração, o incipiente⁸⁵ processo de industrialização e comercialização. Segundo Pereira (1996), na metade do século XIX já se utilizava um vocabulário igual ao contemporâneo ao se referir à produção do mate. “Falavam em capital e capitalista, em industriais, fábricas e indústria fabril, para designar os burgueses do mate e suas instalações” (Ibid., p.51).

Essa burguesia se apropriou de um volume de terras devolutas, nas matas mistas, onde predominava os ervais nativos, e para a extração da erva-mate, utilizavam mão-de-obra de trabalhadores livres na condição de jornaleiros. Esses jornaleiros vendiam sua força de trabalho por alguns meses do ano, para obter a renda em dinheiro, com o objetivo de se reproduzir socialmente e materialmente como trabalhadores livres.

A quase totalidade da mão-de-obra disponível nesse período estava voltada para a extração da erva-mate. É tanto que as autoridades de Curitiba e Ponta Grossa tiveram que criar posturas municipais sobre a mão-de-obra envolvida na sua produção, pois a agricultura

⁸⁵ De acordo com Pereira (1996), a indústria de erva-mate do Paraná era muito incipiente, mesmo se tendo em mente o Brasil da época. “Nada ainda se criara que suplantasse os engenhos açucareiros do nordeste, em termos de concentração de trabalhadores e a racionalidade de produção. Porém, enquanto o engenho nordestino vivia em decadência, a fábrica paranaense se desenvolvia na mesma direção da industrialização europeia que, ao fim e ao cabo, se imporia universalmente, tendendo a eliminar as outras formas de produção ‘pré-capitalista’”. (p.51)

fora abandonada. (PEREIRA, 1996, p. 48).

O período áureo da produção da erva-mate, de acordo com Pereira (1996), foi o momento da acumulação desenfreada. A técnica dos engenhos hidráulicos estava sendo disseminada por todo litoral paranaense – Morretes, Paranaguá e Antonina – onde o conjunto das relações sociais estava sendo rapidamente reordenado nessa região em nome de novas formas de produzir. No Planalto de Curitiba e nos Campos Gerais sentiam-se os efeitos deste *boom* da erva-mate. “As pessoas falavam em economia, trabalhadores, lucros, etc. As relações de mercado livre vinham-se implantando em todos os níveis, independente das legislações moralizantes”. (Ibid., p. 48)

Pereira também afirma que desde a legislação de 1722, a qual trata do comércio da erva-mate entre o Paraná e a região platina, a comercialização da erva estava nas mãos de um pequeno grupo de comerciantes que controlava o mercado.

Já a produção estava a cargo de uma infinidade de produtores autônomos. Em princípio, qualquer pessoa adulta estava habilitada a produzir mate. As técnicas artesanais de beneficiamento eram de domínio público e não exigiam instrumentos ou edificações dispendiosas. Os arbustos do mate eram nativos e disseminados nas matas que cobriam boa parte da região. Portanto, em relação à erva-mate ou às populações que dela faziam uso, não havia nada que prenunciasse o ulterior desenvolvimento de técnicas industriais de beneficiamento. A produção do mate não exigia ‘necessariamente’ nenhuma concentração de capital. [grifos meus]. (PEREIRA, 1996, p.42).

Essa “infinidade de produtores autônomos” não eram senão os ex-índios escravos e ex-escravos negros evadidos das grandes fazendas de gado em decadência dos campos de Curitiba, Gerais, Guarapuava e Palmas, que, nesse período histórico, se transformaram em camponeses livres, e, portanto, produtores autônomos de erva-mate. Ou melhor afirmando, transformaram-se em camponeses faxinalenses, que é uma fração do campesinato brasileiro, cuja base de reprodução de suas condições materiais e sociais de existência estava na extração da erva-mate, na policultura de subsistência e na modalidade da terra de uso comum, os quais são a própria contradição do desenvolvimento modo capitalista de produção brasileiro que estava em formação.

Da mesma forma, pode-se concluir que esses produtores autônomos eram realmente camponeses faxinalenses porque para a produção da erva-mate não era exigido praticamente nenhum capital. E como é sabido, tanto o ex-escravo índio quanto o ex-escravo negro africano e seus descendentes eram pobres, não possuíam capital em dinheiro.

Outra hipótese desenvolvida por Chang (1988) é de que a gênese dos faxinais está ligada diretamente ao “ascenso” da produção da erva-mate, “a partir da primeira metade do século XIX” (p.13). Não concordo com essa hipótese, pois, como pode ser visto ao longo do capítulo, trago elementos que comprovam que a gênese dos faxinais ocorreu nas primeiras décadas do século XVII, por meio de uma aliança entre uma fração dos índios fugidos, tanto das Reduções Jesuíticas, onde eram sujeitados, com os índios escravos das grandes fazendas de criação de gado dos Campos de Curitiba e Gerais; e uma fração dos escravos negros africanos e seus descendentes que também fugiram dessas mesmas fazendas. É possível afirmar que essa aliança formada nas grandes fazendas de criação de gado dos campos de Curitiba e Gerais foi consolidada em terras devolutas de matas mistas de Araucária, na região Centro-Sul do atual Paraná.

No período da formação dos faxinais, a extração da erva-mate era algo até então marginal, pois os excedentes colocados no mercado de então não representavam importantes quantidades; e os faxinais eram o que Carvalho (1984) denominou de o “grande faxinal”. As regiões Centro-Sul do Paraná, nesse momento, ainda eram povoadas por populações indígenas e uma parcela da população negra descendentes de africanos que fugiram das vilas e fazendas. Nesse período, o colonizador luso e seus descendentes ainda não tinham penetrado nessas regiões – a não ser as expedições oriundas de São Paulo, que tinham o objetivo de prear índios para transformá-los em escravos –, o máximo que eles chegaram foi aos Campos Gerais. Nesse momento da formação dos faxinais, ainda existia uma grande quantidade de terras devolutas, portanto, a lógica de seu funcionamento era outra, não exista a cerca – logo,

até aqui não existia o cercamento europeu – que separa as terras de plantar das terras de criar, como na contemporaneidade. A separação entre as terras de plantar e terras de criar era feita por meio de acidentes naturais, quer seja de matas densas, quer seja de acidentes geográficos como rios, riachos e sangas, que impediam a invasão dos animais de pequeno, médio e grande porte nas terras de plantar.

A tese desenvolvida por Chang (1988), da qual também não tenho acordo, é a de que o elemento caboclo é o grupo ético que formou os faxinais. Foi a miscigenação do índio – a autora não se refere ao índio fugido – com o branco europeu, principalmente o luso e seus descendentes. Como pode ser visto ao longo do capítulo, toda a análise que realizei sobre a gênese dos faxinais foi pautada nos grupos étnicos indígenas e negros, dando destaque para as frações que fugiram das grandes fazendas de gado dos campos de Curitiba e Gerais e das Reduções Jesuíticas. Portanto, a hipótese que levanto sobre essa questão é que inicialmente ocorreu nos faxinais a miscigenação entre o ex-escravo índio fugido e o ex-escravo negro, também fugido, que formou o grupo ético cafuzo. E que ao longo do tempo se misturou – no sentido dado por João Pacheco de Oliveira (1999) – com os grupos étnicos caboclo, branco e mulato, formando uma população miscigenada, que é numericamente majoritária nos faxinais.

Chang (1988), afirma que, no processo de formação dos faxinais, primeiro são formadas “comunidades rurais as quais mais tarde dariam origem aos faxinais”. (p.21). Não entendo o processo da formação dos faxinais dessa forma. Compreendo que os ex-escravos indígenas e negros se juntaram nos ervais das matas mistas das regiões Sul e Centro-Sul, coletando a erva e praticando uma agricultura e pecuária de subsistência já diretamente nos grandes faxinais. O processo de formação dos faxinais não ocorreu em dois momentos – o primeiro formando uma comunidade rural e no segundo, transformando-se em faxinal –, pois o faxinal já nasce como comunidade rural.

Outra tese desenvolvida por Chang (1988) diz respeito à contribuição dos imigrantes

poloneses na formação dos faxinais. Entre essa tese e a hipótese que desenvolvo sobre a gênese dos faxinais, há uma diferença de período histórico, político, econômico, social, cultural e temporal significativo. No período da formação dos faxinais, a atual formação socioespacial do Paraná pertencia à Capitania de São Vicente, sendo a Vila de São Paulo a mais desenvolvida economicamente e mais tarde transforma-se em Província. A Vila de Curitiba, Ponta Grossa, Palmeiras e outras pertenciam a 5.^a Comarca. Essa comarca vivia um período onde a economia da mineração já estava em decadência. Economicamente, era um período de transição entre a economia de mineração e a economia da pecuária, ou seja, da criação de gado bovino, muar e cavalar. A mão-de-obra predominantemente empregada tanto na mineração quanto nas grandes fazendas de criação de gado era a escrava indígena, não deixando de existir a negra africana. Também era o período em que os colonizadores europeus – portugueses – e seus descendentes da primeira geração ocuparam os Campos de Curitiba e Gerais, formando, assim, a burguesia da pecuária de Curitiba e Ponta Grossa. Esses fatos ocorreram nas primeiras décadas do século XVII, portanto, existindo uma diferença temporal de mais de 150 anos, do período de formação dos faxinais. Com isso, existe a impossibilidade dos imigrantes poloneses serem um dos povos que contribuiu para a formação dos faxinais, pois, como bem afirma a autora:

O fluxo de imigrantes europeus ao Brasil situou-se basicamente no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Os estabelecimentos no Estado do Paraná e particularmente nas matas do Vale do Iguaçu foram seguramente os de origem polonesa, cuja imigração ao Brasil concentrou-se no período de 1890 a 1910.

(...)

Entretanto, devido às condições físico-climáticas diferentes de suas terras de origem, e principalmente em decorrência das precárias condições infraestruturais de produção e de mercado em que as populações da região se achavam, ao mesmo tempo em que não recebiam nenhum apoio oficial para promover melhorias às condições dadas, os imigrantes ao invés de renovarem as técnicas, foram obrigados a se adaptarem as condições oferecidas, adotando as técnicas locais de produção. (CHANG, 1988, p. 34).

A hipótese que levanto é a de que, não só o imigrante polonês, principalmente os camponeses, mas também os imigrantes camponeses portugueses, ucranianos e alemães

deram uma contribuição significativa para a consolidação dos faxinais do Paraná, pois trouxeram consigo a cultura do uso comum das pastagens e florestas, no caso dos imigrantes camponeses poloneses e ucranianos, e a prática do uso comum das terras nos baldios de Portugal, no caso dos imigrantes camponeses portugueses. Da mesma forma, entendemos que a consolidação dos faxinais ocorreu no período entre 1890 a 1930, como será visto no capítulo que tratará dessa questão.

Outra questão que compreendo que deva ser superada na tese da autora é que, para ela, a agricultura paranaense era produzida somente pelo elemento ético caboclo. Segundo a autora, as autoridades paranaenses incentivaram a imigração europeia na esperança de que esses imigrantes superassem o atraso na forma de produção de sua agricultura. “Os colonos europeus teriam a missão de compensar o atraso e as técnicas elementares utilizadas pelo elemento local, ou seja, o caboclo”. (CHANG, 1988, p.34).

De acordo com Pereira (1996, 59), em 1850 foi realizado o censo demográfico na 5.^a Comarca da Província de São Paulo, que era composta por 20 cidades, entre elas Paranaguá, Guaraqueçaba, Guaratuba, Antonina, Morretes, Curitiba, Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa e Palmas, sendo registrada uma população total de 62.259 habitantes, entre brancos, pretos, negros livres, pardos e escravos, e negros e índios. A população não branca e a população escrava representavam 54,64% da população total. Mesmo sabendo-se das possíveis deficiências das estatísticas da época, ou seja, três (3) anos antes da emancipação política da Província do Paraná, a sua população era majoritariamente miscigenada entre parda, mulata, cafuza e cabocla. Acredito que esse panorama não tenha mudado significativamente até a década dos anos noventa do século XIX e primeiras décadas do século XX. Portanto, a agricultura paranaense até então não era produzida somente pelos caboclos, mas por uma miscigenação de grupos étnicos, entre eles, o cafuzo, o mulato e o próprio caboclo, que formavam o campesinato paranaense, pois, os grandes latifundiários –

formados por uma população majoritariamente branca – do planalto de Curitiba, dos Campos Gerais, dos Campos de Guarapuava e Palmas se dedicavam à pecuária e à invernagem e comércio de muares provenientes do Rio Grande do Sul até o seu declínio, nas últimas décadas do século XIX, quando a erva-mate passa a ser a atividade economicamente dominante.

Sustento a hipótese de que não existiu, tanto na gênese, consolidação, quanto na contemporaneidade da organização social camponesa dos faxinais, a “categoria dos fazendeiros” preconizada pela autora. Compreendo que possa ter existido ou ainda existe até hoje, alguns poucos camponeses que possuem mais terras do que a grande maioria dos camponeses faxinalenses proprietários de terra ou que detenha somente a posse da terra no criadouro comum ou comunitário. O “fazendeiro” sempre significou no Paraná, como o grande latifundiário, proprietário de extensas áreas de terras, criador extensivo de gado, que tem a terra como reprodutora de mercadoria. E quando é um agricultor capitalista, produz para o mercado, que, de acordo com a conjuntura do mercado de alimentos, produz as monoculturas do trigo, soja, milho, etc., ou na maioria das vezes deixa a terra em estoque; ou melhor, o fazendeiro, grande latifundiário, extrai a renda da terra, que também é denominada de renda diferencial ou renda fundiária. Como afirma Oliveira (2007), “ela é um lucro extraordinário permanente, ela é, portanto, produto do trabalho excedente. Esclarecendo melhor, o trabalho excedente é a parcela do processo de trabalho que o trabalhador dá ao capitalista, além do trabalho necessário para adquirir os meios necessários à sua subsistência”. (Ibid., p. 43). No caso do período de formação dos faxinais, essa renda fundiária já existia na forma de renda em trabalho, “ela é diretamente produto excedente, por exemplo, é a fração da produção entregue pelo parceiro ao proprietário da terra, como pagamento pela autorização que lhe dá para cultivar a terra”. (Ibid., p. 43)

Já no modo capitalista de produção no Brasil, em sua fase monopolista no período de

consolidação dos faxinais, a renda da terra é “na medida em que resulta da concorrência, **renda da terra diferencial**; e é, na medida em que resulta do monopólio, **renda da terra absoluta**”. [grifo no original] (OLIVEIRA, 2007, p.43). O fazendeiro capitalista da região Centro-Sul do Paraná extraía o máximo que ele pode da terra, por meio da renda absoluta, pois monopolizava a propriedade privada das terras, tanto os fazendeiros que se dedicavam à produção de gado como os que viviam de aluguel de suas fazendas para invernagem de muares provenientes do Rio Grande do Sul; e os que produziam erva-mate, quando essa passou a predominar na economia do Paraná.

Chang (1988) aponta três argumentos – vantagens – para o fazendeiro aceitar a formação de faxinais em suas terras:

Quanto a categoria dos fazendeiros, a contribuição em terra não lhes significava um desembolso de capital. A terra já possuíam, e sua inclusão em criadouro comum não implicava alteração na forma de exploração. Ao contrário, lhes possibilitava consorciar a exploração do mate com a atividade pecuária se desejassem. Além da terra, contribuíam em material para as cercas, as quais eram feitas de madeira retirada de sua própria fazenda. Em outras palavras, também não implicava em custos monetários. Porém, em troca tinham uma mão-de-obra cativa para trabalhar nos seus ervais. A manutenção de uma reserva de trabalhadores mais ou menos autônomos nas proximidades da fazenda era fundamental para os fazendeiros de ervais. (...).

Uma terceira vantagem dos fazendeiros de participarem dos criadouros comuns, era que com a construção das cercas coletivas, é quase certo que no mínimo, teriam uma das divisas de suas propriedades cercadas, devido à dimensão de suas propriedades em comparação à dos demais. Nisso, estariam poupando a remuneração da força de trabalho dos participantes menores. (CHANG, 1988, p. 38-39).

O argumento da autora é correto quando afirma que a “*dimensão*” das propriedades privadas dos fazendeiros eram maiores do que as propriedades dos camponeses proprietários. No restante, não concordo com a argumentação desenvolvida. Todo grande latifundiário – fazendeiro é capitalista, e não existiu ou não existe o ‘bom capitalista’. Portanto, nenhum fazendeiro iria colocar suas terras à disposição para a formação de criadouro comum, pois as terras colocadas à disposição para a prática de uso comum lhes trariam vários inconvenientes: essas terras ficam imobilizadas, enquanto mercadoria reprodutora de mercadoria – no entendimento da propriedade privada da terra, no modo capitalista de produção – em seu

sentido pleno. Da mesma forma, as terras do criadouro comum se constituem em um fator de impedimento de reprodução de capital, pois na pesquisa de campo, foi possível comprovar a existência de faxinais que se formaram há mais de dois séculos. Compreendo que, no criadouro comum não existe nem a possibilidade de se extrair a **renda da terra em trabalho**, quer seja em sua gênese, consolidação, crise e reconstrução. De acordo com Oliveira (2007):

É forma mais simples da terra, pois o camponês, produtor direto com a família e com os instrumentos de trabalho que lhes pertencem de fato ou de direito, durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio. (p.59).

Assim como não existe a possibilidade de se extrair a renda da terra em produto:

A renda da terra em produto, outra forma da renda da terra pré (não) – capitalista, camponesa, origina-se do fato de que o camponês cede parte de sua produção ao proprietário da terra, pelo fato deste (o proprietário) ter cedido o direito para que ele cultivasse a terra. [grifo no original] (OLIVEIRA, 2007, p.60).

Assim como inexistente a renda da terra em dinheiro:

A renda da terra em dinheiro origina-se da conversão, da simples metamorfose da renda da terra em produto (que por sua vez é oriunda da transformação da renda da terra em trabalho em produto) em renda da terra em dinheiro. Ela difere, pois, da renda capitalista da terra, que sempre é excedente acima do lucro médio, por ser caracterizada pelo pagamento por parte do camponês ao proprietário da terra, de uma certa quantia estipulada previamente, em contrato ou não, em dinheiro. (Ibid., p. 61)⁸⁶

Com isso, afirmo que, no criadouro comum do faxinal, não existe o trabalho sob coação para terceiros, seja por meio de pagamento por trabalho em produto, ou em dinheiro pelo uso comum da terra. O que existe é um alto grau de coesão e solidariedade entre os camponeses faxinalenses, em que todos os camponeses e suas famílias que constituem o faxinal podem morar e usufruir das terras de uso comum para a criação de seus animais – de grande, médio e pequeno porte – e de certos tipos de recursos naturais, independentes de serem ou não proprietários de terras no criadouro comum ou comunitário. Também o camponês faxinalense sem terra dentro do criadouro comum tem o direito à posse de um ou dois litros de terras, para construir sua casa e quintal, cedidos por um camponês proprietário

⁸⁶ No capítulo I da tese foi esclarecida a diferença entre a renda da terra em dinheiro pré (não)-capitalista e a renda capitalista da terra. Questão importante para se compreender as diferentes formas da renda da terra.

de terras no criadouro comum, sem nada lhe cobrar.

O fazendeiro capitalista não tem a solidariedade camponesa, como também não tem o afeto à terra. Como capitalista, ele tem a visão de mundo capitalista, onde tudo é mercadoria, tudo tem que ser vendido. O que ele quer é que a terra reproduza cada vez mais mercadorias na agricultura. O fazendeiro, como todo capitalista, transformou a terra também em mercadoria. Não se trata de uma mercadoria qualquer, a terra é uma mercadoria especial, como bem afirma Oliveira (2007):

Entretanto, deve se salientar que se trata de uma mercadoria de tipo especial, uma mercadoria que, ao contrário das demais, não se constitui em um produto do trabalho humano, não tem valor como as demais mercadorias (que são produtos do trabalho humano). Mas, como se sabe, todos costumam utilizar a expressão “a terra valoriza ou valorizou”, estas expressões devem ser entendidas como resultado da ideologia capitalista, que falsamente tenta considerar a terra como capital, o que segundo Karl MARX, ela não é. E não o é, porque não se trata de algo produzido pelos homens, ou pelo capital. Portanto, não pode ser submetida às leis do capital.

Assim, a terra não gera lucro, como o faz o capital, mas sim renda. Sob o modo capitalista de produção o preço da terra é, portanto, renda capitalizada da terra e não capital. Quando, pois, os capitalistas compram a terra estão convertendo o seu capital-dinheiro em renda capitalizada da terra, renda antecipada, ou seja, estão adquirindo o direito de extrair renda, mesmo naqueles lugares onde aparentemente ela pode não existir. [grifo no original]. (p. 62-63).

Portanto, mais uma vez quero reafirmar que o fazendeiro capitalista não colocou a sua renda capitalizada da terra à disposição dos camponeses para formarem criadouro. Da mesma forma, não concordo que os fazendeiros disponibilizaram terras aos camponeses, na perspectiva de que levariam vantagens no momento da construção das cercas coletivas, pois existia a possibilidade de essas cercas passarem nos limites de suas terras. É possível que, no limite, esses fazendeiros, para poupar capital, no pagamento de mão-de-obra na construção das cercas, isolando suas terras, podem ter utilizado as formas pré (não)-capitalista da renda da terra em produto e renda da terra em trabalho, entregando pedaços de terra virgem aos camponeses sem terra ou com pouca terra para produzir os gêneros de primeira necessidade, basicamente para a sua sobrevivência e de sua família. Como forma de pagamento ou tributo, o camponês na derrubada da mata, separava a madeira necessária para construir as cercas. Durante uma parte da semana, o camponês efetuava a construção dessas.

Outro elemento fundamental na gênese, consolidação e permanência da formação social dos faxinais, que os fazendeiros fundiários não poderiam permitir que ocorresse, era a prática de criação a solta de animais, principalmente o porco, como forma do uso comum dos recursos naturais contidos nas matas mistas de araucária, por parte dos camponeses. O que é corroborado por Queiroz (1966), quando afirma que, por toda parte, por muitos momentos, o que tirou muitas famílias de camponeses da miséria foi a criação de porcos à solta.

Para isto é preciso prever com antecedência aqueles anos em que o pinheiro vai frutificar, o que se conhece examinando a copa das árvores – quando os ramos de baixo principiam a querer esbranquiçar, em contraste com as grimpas que continuam verde-escuro, é sinal de que vem aí o tempo bom. O sertanejo carboteiro faz das tripas coração, vende o que pode, barganha, toma emprestado, e adquire o maior número de barorinhos e marrões. Soltos no pinheiral, crescem e ficam tão gordos que mal podem andar. É de bom aviso não tocá-los para o mato quando novos de mais, ou deixá-los mais de seis meses em liberdade completa, porque se tornam alçados que depois é difícil reavê-los. Em todo caso, existem cachorros treinados para pegar porcos. Agarram-nos pela orelha e mantêm seguros até que chega o homem. Por onde o cachorro morde, justamente pela orelha, é que se conhece o proprietário: antes de soltar o bicho, foram executadas nela, a faca, marcas inconfundíveis. (QUEIROZ, 1966, p. 30).

Com isso, quero afirmar que o “fazendeiro” não é uma categoria constitutiva da formação dos faxinais no Paraná.

Já Maria Magdalena Neroni (2000) dialoga com vários autores espanhóis e portugueses que estudaram as várias formas do regime coletivista de uso da terra na Espanha e Portugal, para desenvolver seus argumentos que lhe possibilitaram encontrar, na Península Ibérica, as raízes históricas dos faxinais.

Para isso, a autora faz um resgate histórico da tradição comunitária dos povos germânicos e romanos, passando pela invasão árabe e a reconquista até a contemporaneidade, sempre buscando similaridade com as formas terras de uso comum dos faxinais. A antropóloga Neroni (2000) dialoga com os geógrafos portugueses e espanhóis para argumentar que:

As extensões das terras comunais e a importância de sua existência na Península Ibérica em tempos passados são confirmadas pela constatação, na metade do século XX, da existência de diversas formas de fruição comum dos bosques, baldios e pastagens em várias regiões, também como direitos de compáscuo em propriedade particular. Essa forma é semelhante ao modo de organização dos faxinais, em que a

propriedade particular passa a ter uso coletivo, porém com a especificidade de serem terras de criar. (NERONI, 200, p.37).

A questão é que Neroni (2000) só pesquisa uma das contribuições das raízes históricas dos faxinais, deixando de lado a contribuição do negro africano escravo e os importantes elementos culturais das práticas de uso comum das florestas e pastagens dos povos do Leste Europeu, principalmente dos povos ucranianos e poloneses, por meio de seus camponeses, para a consolidação da formação de organização social camponesa dos faxinais. Na argumentação anteriormente desenvolvida pela autora, é realizada de forma acrítica no que diz respeito à existência das terras de uso comum nos bosques, baldios e pastagens na Península Ibérica – Portugal e Espanha – na metade do XX, pois, em nenhum momento de sua pesquisa é feita referência às lutas e resistências travadas pelos camponeses portugueses e espanhóis contra as diversas tentativas dos governos daqueles países de extinguirem estas formas de uso da terra não capitalista. As diversas formas de lutas e resistências dos camponeses portugueses e espanhóis contra o fim das terras de uso comum foram analisadas no segundo capítulo dessa tese.

Quanto à semelhança do direito de compáscuo nos faxinais do Paraná, estudado por Neroni, não é novidade, pois Jair Lima Gevaerd Filho já realizou esse comparativo em artigo de 1986. Nessa questão o entendimento que tenho é que tanto Chang (1988) quanto Neroni (2000) não aprofundaram em suas pesquisas um elemento central para uma melhor compreensão da forma de organização interna da fração do território comunitário dos faxinais, que é a questão da posse e titulação da terra. Nesse ponto, a conclusão possível a que chego é que as autoras só pesquisaram a aparência e não a essência, pois, se assim fosse, teriam constatado que uma parte significativa das terras da fração do território comunitário camponês dos faxinais do Paraná se encontrava em terras devolutas, conforme poderá ser verificado posteriormente.

Nerone (2000), na busca de comprovar sua hipótese, de que as raízes históricas da

formação da forma de organização camponesa dos faxinais se encontram na Península Ibérica, cujo “fundamento essencial” é encontrado na afirmação de Bleye, citado pelo geógrafo espanhol Angel Cabo Alonso, de que, a exemplo de pequenos e médios proprietários livres, que vivem em um regime coletivista, constituiu a princípio quase a totalidade do povoamento rural de León e Castilla. Os vizinhos das aldeias livres possuíam a propriedade privada das casas e das terras de trabalho, e em comum os pastos, prados, montes, salinas e moinhos. Para firmar que:

Nesse sentido, verifica-se a relação das regiões já estudadas com o Sistema Faxinal quanto às suas características peculiares, principalmente com relação à forma de uso da propriedade nas regiões espanholas de Leon e Castilla. Essa ideia é corroborada pela afirmativa de Gutierrez de que existe uma estreita relação quanto à origem e implantação das comunidades rurais do sistema comunal no Brasil, ou seja, as comunidades de faxinais como os modelos similares, originários e ainda existentes na Península Ibérica, especificamente na zona fronteira de “Tras-os-Montes (NE. Português), Beira (E-NE. Português) y comarcas occidentales de León, Zamora y Salamanca (em La Comunidad Autónoma de Castilla y León, em España) y Del sur de Orense (Galicia).

Portanto, diante de tais constatações, evidencia-se que o uso da terra no Sistema Faxinal não constitui um modelo original brasileiro derivado de outras formações históricas, mas os indícios conduzem à interpretação de que sua gênese é herança ibérica, adaptada às circunstâncias regionais. (NERONE, 2000, p. 37-38).

Concordo com a autora de que as raízes históricas da forma de uso comum da terra dos faxinais podem ser encontradas na Espanha e Portugal, mas é apenas uma delas, pois as práticas das terras de uso comum nessa formação social camponesa têm desde a sua gênese até sua contemporaneidade as relações entre culturas, herdadas de diversos povos, como os ucranianos, poloneses, espanhóis, portugueses, negros africanos e indígenas. A própria autora, ao longo de sua pesquisa, fornece elementos para que se possa chegar a essa conclusão, quando é feita uma análise da ocupação espanhola e das Reduções Jesuíticas, no atual Estado do Paraná. Possivelmente ela não chegue a essa conclusão, provavelmente seja pelo método utilizado em sua análise sobre a questão, que está carregado de um viés teórico, político e ideológico, com uma visão eurocêntrica, no que prima pelo colonialismo espanhol. Ou seja, é feita uma apologia à ação civilizadora das Reduções Jesuíticas. Com isso, a autora coloca propositadamente em segundo plano da história, da geografia e da antropologia as populações

indígenas que aqui viviam, lutaram e resistiram – e que nem sempre foram vitoriosas – a ocupação da fração seus territórios comunitários e a destruição de seus modos de vida, dentro de um marco da expansão pré-capitalista que incorporou a América Espanhola e Portuguesa ao seu modo de produção.

Se as formas de terras de uso comum, como os Baldios em Portugal e os Montes de Uso Comum na Espanha continuam a existir, não é um mero acaso. Isto se deve à luta e resistência de várias gerações de camponeses desses países contra as diversas tentativas, por parte dos governos em destruí-las, mas, como não conseguiram, buscam implantar políticas públicas no marco do modelo neoliberal, preconizadas pelo Tratado de Maastricht (1992) e Banco Mundial, como por exemplo, criação de zoneamento de Montes Comunais da Espanha, produtores exclusivos de resina para a indústria e produtores de madeira para a indústria de celulose, proibindo, por meio de legislação, a prática secular da agricultura camponesa e o uso dos montes comuns na prática do pastoreio de transhumante, que têm uma importância significativa na renda dos camponeses espanhóis. Também em Portugal, a União Europeia, via Banco Mundial, aplica políticas de floresta, com base no neoliberalismo nos Baldios, dividindo-as em dois tipos: um que é utilizada exclusivamente para projetos de florestamento, destinado à produção de celulose e pasta de papel, ocupando 70% das terras dos Baldios, onde já foram plantados mais de 200 mil hectares florestas. (RADICH & BAPTISTA, 2005, p. 150); e o outro, que atualmente ocupa apenas 30% terras destinadas ao uso comum para agricultura e pastoreio. Infelizmente, a autora não analisa esses pontos, os quais são importantes para entender as razões da permanência até hoje das formas de terras de uso comum na Península Ibérica, cuja gênese ocorreu há vários séculos. Da mesma forma, ela não denuncia as tentativas de destruí-las por parte dos governos portugueses e espanhóis, como o respaldo de pesquisadores de várias ciências, principalmente da Economia, História, Antropologia, Sociologia e Geografia, que se engajaram no *establishment*.

Finalmente, entendemos com clareza que os elementos anteriormente analisados como a escravidão indígena e negra africana e seus descendentes, o seu modo de vida, suas práticas culturais e sociais, são provas mais que suficientes, que corroboram com a hipótese inicialmente levantada, de que a gênese dos faxinais do Paraná foi o resultado de um pacto de aliança entre os povos indígena escravos, negros africanos escravos e seus descendentes, que tinham nas fugas uma forma de luta e resistência a escravidão. Esses povos se encontraram nas terras devolutas onde ocorre a presença das espécies florestais como a denominada mata de araucária – Pinheiro do Paraná – e erva-mate – *Ilex paraguariensis* – nativa, além dos campos limpos e formaram os grandes faxinais, cujas terras de uso comum são para a prática de criação extensiva de animais, principalmente de animais de grande porte, como o gado bovino e muar e de pequeno porte, como o suíno e a extração da erva-mata. E bem, como o criadouro é a terra de vivência dos camponeses faxinalenses praticarem cotidianamente sua cultura, por meio da solidariedade, relações de vizinhança e parentesco, religião, danças, etc.

Portanto, a modalidade de apropriação da terra, na forma de uso comum nos faxinais do Paraná, foi o processo que os ex-índios escravos e ex-escravos negros encontraram para estabelecerem territórios libertos. Na contemporaneidade, os seus descendentes são reconhecidos como povos dos faxinais, que na tese os definimos como camponeses faxinalenses.

A formação social dos faxinais foi consolidada com a chegada de camponeses imigrantes europeus, principalmente camponeses poloneses e ucranianos, que trouxeram a prática de uso comum das florestas e pastagens nas terras negras de suas pátrias de origem. Bem como a contribuição dos camponeses que participaram dos movimentos religiosos e de rebeldia, com destaque para os camponeses que participaram da Guerra de Contestado, ocorrida nas primeiras décadas do Século XX, como será visto no capítulo seguinte.

7. CONSOLIDAÇÃO DOS FAXINAIS

A hipótese que desenvolvo nesse capítulo é a de que a consolidação da formação social camponesa dos faxinais do Paraná se deu, por um lado, com a corrente migratória de imigrantes vindos da Europa, como os italianos, alemães, poloneses e ucranianos, nas duas últimas décadas do século XIX, principalmente imigrantes camponeses. E, por outro lado, pelos camponeses, que conseguiram escapar da Guerra de Contestado, que teve início e final na segunda década do século XX. E, por outro, a crise dos faxinais começou no final do período econômico da erva-mate e no início do período econômico onde passa a predominar a industrialização da madeira no Estado, com a devastação das florestas e matas na sua quase totalidade.

Valdir Gregory (2002), ao estudar a migração no Oeste do Paraná, faz uma pertinente diferenciação do conceito de colonização a partir da corrente migratória europeia ocorrida no início da segunda metade do século XIX, a qual se entende até as três primeiras décadas do século XX. Na compreensão desse autor, o conceito colonização a ser aplicado nesse período é decorrente da imigração para o Sul do Brasil, que, por sua vez, é diferente do conceito da “colonização portuguesa no Antigo Sistema Colonial”, a qual atendia os interesses do “mercantilismo”. A colonização ocorrida a partir da segunda metade do século XIX no Sul do Brasil foi decorrente da “crise do latifundiário escravocrata tradicional que exigia mecanismos de sobrevivência dentro da nova ordem do imperialismo (sic)” do século XIX e início do século passado. Era o condicionamento da estrutura fundiária e da economia agroexportadora que definia a formação das colônias em áreas marginais⁸⁷. (p. 25-26).

O Gregory (2002) cita o conceito de colonização de vários pesquisadores, como Jean Roche (1969), que afirma que colonizar tem o significado de introduzir, “com novos

⁸⁷ O conceito de áreas marginais aqui aplicado é o elaborado por CARDOSO, F. H (1877), como se pode ver em capítulo anterior.

habitantes, mão-de-obra e empregá-la nos estabelecimentos agrícolas. Assim, os órgãos encarregados do problema fizeram da imigração o ponto de partida para a colonização” da qual foram defensores. As colônias foram estabelecidas em terras destinadas para essa finalidade, as quais eram exploradas por agricultores e artesãos rurais.

Segundo o conceito forjado por Leo Waibel (1979) são separados os objetivos da iniciativa do governo e da iniciativa privada. Para o governo, a colonização fazia parte de uma política de povoamento e de desenvolvimento de áreas com “vazio demográfico”, já para as companhias colonizadoras particulares, a colonização representava um negócio. Veja-se o que escreveu o autor.

Para o governo, a colonização é a política de povoamento e desenvolvimento de áreas desabitadas. Este tipo de colonização depende, em grande parte, de fatores políticos, que frequentemente são instáveis e interferem com uma sã administração das colônias. Para uma companhia particular, colonização quer dizer negócio; ela quer ganhar dinheiro e é certo que ganhará se conseguir uma boa quantidade de terra, e gente também de boa qualidade. A administração se baseia estritamente em princípios econômicos e, em circunstâncias normais, não é prejudicada por interferência política. (WAIBEL, 1979, p. 236).

Renzo Maria Grosseli (1987) definiu colonização de uma forma diferente da usualmente utilizada na Europa: Na América Latina, ao contrário de significar povoamento de grandes áreas vazias por agricultores – a quem são distribuídos, grátis ou por meio de compra, lotes de terras, especialmente em áreas onde se encontra uma estrutura administrativa denominada de colônia – o termo colônia, em determinados momentos, pode significar “cada um dos lotes de terra à disposição dos colonos”. (p. 27).

Gregory (2002), citando o conceito de colonização de Grosseli (1987), afirmou que

Colonização, portanto, é um termo que se refere aos programas e projetos de subdivisão de grandes propriedades por meio de organizações públicas e privadas, visando a colocação de famílias de agricultores nos lotes assim criados, e o desenvolvimento de atividades de auxílio, assistência e supervisão, a fim de estabelecer nestas áreas comunidades de pequenos proprietários rurais. (GREGORY, 2002, p.27).

O autor afirmou também que Raymundo Laranjeiras (1983) tem um entendimento divergente dos autores anteriormente citados, no que se refere à colonização: “há de se efetuar, basicamente, em terrenos públicos, visando ao povoamento e à ativação produtivista.

Assim, resulta evidente que a colonização é processo de assentamento da terra que está sob pertença do ente público”. Continuando a cita Raymundo Laranjeiras (1983), o autor afirmou que o termo colonizar traz em si o sentido de ocupação territorial, agregado à ideia de desenvolvimento de uma atividade econômica. Com isto, presume-se a necessidade de estabelecer em algumas áreas determinadas contingentes de pessoas, os quais são divididos em dois grupos e dois tipos de ocupação: primeiro, “a ocupação do território por imigrantes, pessoas físicas estrangeiras; segundo, ocupação do território por nacionais, que se instalam em regiões onde não nasceram, mas que permanecem em seu próprio país”. (Ibid., p. 28).

Referenciado nos conceitos de Léo Waibel⁸⁸ (1979); Renzo Maria Grosseli⁸⁹ (1987) e Raymundo Laranjeiras⁹⁰ (1983), o autor afirmou que “colonizar seria o ato de ocupar território, de modo racional. Colonização seria o processo correspondente de povoamento com seletividade para realizar a exploração econômica do solo”. Esse processo resultaria na colônia – um conjunto de lotes de terra onde as pessoas podem desenvolver suas atividades agropecuárias.

O autor faz ainda em sua pesquisa a diferenciação ente colonos – que no meu entendimento são camponeses – e colonizadores. Considera-se que, no entendimento dele, colono é o pequeno proprietário que recebe ou compra pequeno lote de terra onde é praticada a policultura e provia a subsistência. Já o colonizador é o proprietário particular, empresa, ou mesmo o poder público, que compra grandes propriedades, as loteia e as vende para o colono.

Mesmo não tendo o êxito esperado em alguns casos, a colonização no Sul do Brasil foi necessária em razão das contradições e exigências da economia de exportação da qual a região fazia parte. Baseando-se na pesquisa de José Vicente Tavares dos Santos (1980), o Gregory (2002) afirmou que a política de povoamento dessa região tinha como objetivo

⁸⁸ WAIBEL, L. **Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

⁸⁹ GROSSELI, R. M. **Vencer ou morrer: camponeses trentinos (Venetos e Lombardos) nas florestas brasileiras**. Florianópolis: EDUFSC, 1997.

⁹⁰ LARANJEIRAS, R. **Colonização e Reforma Agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. [Coleção Retratos do Brasil, v. 164].

principal ocupar os espaços vazios deixados pelos grandes latifundiários, principalmente nos campos, forçando, assim, os camponeses a adquirirem lotes de terras das companhias colonizadoras ou do Estado. A compra das terras mais os adiantamentos dos meios de produção e subsistência obrigavam o camponês a entrar no mercado. Portanto, ocorreu “a ocupação de vazios demográficos, pois, a critérios e a objetivos mais ou menos definidos e mais ou menos claros”. Assim, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, via de regra, não ocorreu colonização espontânea, mesmo que ela dependesse da necessidade e da vontade do camponês de migrar e produzir em outras terras.

Quando se contextualiza, do ponto de vista econômico, o período de colonização do Paraná, não se pode deixar de citar que a sua economia – que, desde a presença dos primeiros colonizadores, ocorreu de forma dialética, pois passou por momentos de expansão, retração, com atividades de subsistência, mineração, estabelecimento de fazendas para criação e invernadas, seguidas novamente de recessão devido ao esgotamento do ouro em Minas Gerais – passa a predominar economicamente a produção de erva-mate.

A partir da segunda metade do século XIX, o Brasil passa por profundas transformações sociais, políticas e econômicas. Tais transformações se operam em razão da extinção em 1844 do tratado de 1827⁹¹, expandindo as possibilidades do comércio exterior do país. Assim, como também se torna um marco significativo a introdução do colonato e do trabalho assalariado, notadamente nas fazendas de café, em São Paulo, mais a gradativa abolição do trabalho escravo (pelo menos juridicamente, pois concretamente não é essa a realidade), a partir de 1850, que culminou com a assinatura da Lei n.º 3.353 de 13 de maio de 1888, mais conhecida como Lei Áurea.

⁹¹ Trata-se do Tratado de amizade, navegação e comércio entre o Brasil e a Grã-Bretanha, assinado em agosto de 1827, que dentre outros assuntos, mantinha por parte do Brasil, antigos compromissos firmados por Portugal. Um dos pontos importantes desse Tratado se referia a questão à escravidão, que previa a imediata fiscalização por parte do Brasil do intenso tráfico de escravos negros africanos entre a costa da África e o litoral brasileiro.

Com a expansão do comércio interno e externo, houve uma multiplicação das atividades econômicas no setor terciário, que refletiu profundamente no setor primário da economia brasileira que, cada vez mais, tinha necessidade de produzir uma parte de excedente para o mercado interno que estava em formação. Com isso, a economia brasileira, em seu conjunto, alcançou um crescimento relativamente significativo, pois, nesse momento, ocorria a elevação de preços dos produtos brasileiros no mercado internacional, com destaque para o café, enquanto “ocorria uma involução nos preços das mercadorias importadas, o que melhorava, em 50%, nossas relações de intercâmbios”. (PADIS, 1981, p. 47), o que gerou um impacto significativo na economia da erva-mate.

No entendimento de Zeno Soares Crocetti (2007, p. 70) e Pardis (1988, p. 48), o período de predomínio da produção da erva-mate na economia paranaense significou a prosperidade e a expansão para o Paraná como um todo. Ocorreu a expansão das fronteiras econômicas, as quais já vinham se expandindo no sentido oeste desde o século XVIII, considerando-se que sua consolidação ocorreu nas margens do Rio Paraná, que divide o Paraná da República do Paraguai. Nessa conjuntura, foi construída a Estrada de Ferro que liga Curitiba e Paranaguá, com o objetivo de escoar com maior fluidez a produção da erva-mate, que era exportada para os mercados da Argentina, Uruguai e Chile.

A partir de 1882, a província paranaense passa a ser presidida por João José Pedrosa, que incentivou e defendeu a produção de erva-mate frente aos problemas de sua comercialização no mercado platino, uma vez que sabia de sua importância para economia local. Com isso, surge o que a maioria dos pesquisadores paranaenses – principalmente historiadores e economistas – denominam de início da industrialização no Paraná⁹², com a

⁹² No que diz respeito a essa questão, existem duas correntes interpretativas. Uma que destaca a diversidade do Paraná em relação ao contexto nacional, caracterizada pela ação de uma fração da burguesia exportadora que promoveu um processo de industrialização da erva-mate, auto-sustentado e relativamente autônomo. A outra era especialmente ligada à vertente cepalina, que observa no passado industrial do mate uma falsa indústria, pois, no seu entendimento, apenas beneficiava um produto extrativo, caracterizando, assim, a burguesia do mate como uma falsa burguesia. (BONI, 2001, p.109).

instalação de moedores, abanadores, separadores, misturadores, torradores e secadores de erva-mate mecânicos. Nesse período Curitiba concentrava o maior número de engenhos de mate, inclusive a vapor.

Politicamente, setores da sociedade paranaense se engajaram no movimento abolicionista e republicano. Com a proclamação da República, sem maiores problemas, instala-se no Paraná o novo governo republicano. No entanto, com o passar dos anos, inicia-se um movimento de descontentamento com o governo republicano, que no seu bojo não trouxe nada de inovador. Dessa forma, os liberais do Rio Grande do Sul se levantam contra o governo estadual – Julio de Castilhos – e federal – Floriano Peixoto – reivindicando liberdade e autonomia federalista. Em janeiro de 1894, registrou-se a invasão do Paraná pelos revolucionários federalistas oriundos do Rio Grande de Sul.

Três foram os focos principais da luta armada no Paraná: Paranaguá, atacada e tomada pela armada de Custódio de Mello; Tijucas do Sul, defendida por Adriano Pimentel, mas vencida pelas tropas de Gumerindo Saraiva, e a Lapa. Esta, foi sitiada de 17 de janeiro a 11 de fevereiro, também pelas tropas revolucionárias de Gumerindo Saraiva. Defendida pelas forças legalistas comandadas pelo Coronel Antonio Ernesto Gomes Carneiro, que após duros combates e a morte do seu próprio comandante, capitulou com todas as honras de guerra.

Com a vitória legalista, houve repressão contra os “maragatos” e contra aqueles que haviam manifestado simpatia pela causa revolucionária durante a ocupação. Registram-se fuzilamentos, com muitas vítimas, sendo as mais conhecidas aquelas do Quilômetro 65, em que também perdeu a vida o Barão do Serro Azul. (CARDOSO & WESTPHALEN, 1986, p. 60).

Neste contexto, ocorreu concessão de terras com o objetivo de se construírem ferrovias no Paraná. No final do Império, em novembro de 1889, foi concedido à Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, subsidiária da Brazilian Railways Company, uma grande área de terras devolutas nacionais, localizadas no sudoeste, oeste e norte do Paraná, assim como terras que abrangiam sesmarias e terras de posse, com o cumprimento de 9 km de cada lado em toda extensão das linhas de sua concessão.

Era constituída na parte paranaense pelas linhas-troco Itararé-Uruguai e ramal Jaguariaíva-Ourinhos, bem como o ramal Guarapuava – e seu prolongamento até Foz do Iguaçu, via rio Jordão. Seriam muitas vezes alterados os termos dessa concessão, bem como o traçado das linhas férreas e a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande seria sucedida pela Companhia Brasileira de Viação. Essas concessões

de terras foram de grandes repercussões na história da ocupação territorial do Paraná moderno. (Ibid., p. 60).

Nas duas primeiras décadas do século XX, foram expedidas novas concessões de terras pelo Governo do Estado do Paraná, com base na Lei de Terras de 1850 e pelas Leis Estaduais n.º 68 de 20/12/1892, n.º 1.147 de 1912 e 1.642 de 1916, sendo possível a concessão de 50 mil hectares para a fundação de colônias destinadas a camponeses brasileiros e estrangeiros. Com essas concessões, intensificou-se a questão fundiária no estado. Entre as concessões feitas pelo estado, as que mais se destacaram foram as seguintes:

Contrato, de 1901, com Manuel José da Costa Lisboa, por si e como procurador de Domingos Barthe, para a compra de 50 mil hectares de terras, destinadas à localização de imigrantes e para fins industriais, em Guarapuava; concessão, pela Lei n.º 610/05, da venda de terras devolutas a Jorge Schimelpfeng, para colonização e fundação de uma povoação ligada por estrada ao rio Paraná; concessão, de 1905, de 50 mil hectares, a Nuñez y Gibaja; concessão, de 1907, de 251 mil hectares, à Companhia Madeireiras del Alto Paraná; concessão a Miguel Matte, de 1918 e concessão a Julio Allica, de 1920. (Ibid., p. 62)

Também foram feitas pelo Governo do Estado as primeiras grandes concessões de terras localizadas no norte do Paraná, na margem esquerda do rio Tibagi, para as empresas Corain & Cia. (Primeiro de Maio) e Leopoldo Paula Vieira (Sertanópolis), em 1916, com 50 mil hectares, as quais lotearam suas concessões em chácaras, sítios e pequenas fazendas. (Ibid., p. 62).

Com essas concessões pode-se afirmar que, por um lado, os imigrantes europeus foram estimulados pelo os governos de então a migrarem para o Paraná. De acordo com o primeiro Censo Geral do Brasil de 1872, a Província do Paraná já contava com 2,2% de um total de 116.132 habitantes, constituídos por imigrantes provenientes da Polônia, Inglaterra, Itália, Suíça e França, e os quais residiam em Curitiba, Ponta Grossa, Morretes, Paranaguá, São José dos Pinhais, Campo Largo, Lapa e Araucária – resultado de uma política imigratória promovida pela administração da província, desde o início de sua emancipação política, em 1853. Mesmo faltando mão-de-obra para trabalhar nas obras públicas, as autoridades paranaenses entendiam que deveriam financiar a mão-de-obra imigrante destinada a

agricultura. (BALHANA, 1963, p. 29). Entre os anos de 1860 e 1880 foram fundadas 27 colônias, com imigrantes camponeses poloneses, italianos, alemães, alemães do Volga (russos-alemães) e outros, nas proximidades de Curitiba, Paranaguá, Morretes, Araucária, São José dos Pinhais, Antonina, Lapa, Palmeira, Campo Largo e Ponta Grossa. E nas duas últimas décadas do século XIX, foram criadas mais 34 colônias nos municípios anteriormente relacionados mais Rio Negro, São Mateus do Sul, Contenda, São João do Triunfo, União da Vitória, Guarapuava e Mallet, com camponeses italianos, poloneses e ucranianos [destacou-se a criação da colônia federal em Prudentópolis]. Com a fundação dessas colônias por camponeses imigrantes, o Censo Demográfico de 1900 registrou que a população do Paraná era composta de 13,6% de estrangeiros.

Por outro lado, as concessões de terras devolutas e de terras de posse, feitas pelo Governo Imperial à Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, subsidiária da Brazilian Railways Company, foram o motivo central que desencadeou a luta e resistência dos camponeses que participaram da Guerra de Contestado, entre 1912 e 1916.

Dessa forma, compreendo que a vinda de imigrantes europeus, principalmente dos camponeses poloneses e ucranianos, mais a ocorrência da Guerra do Contestado, como movimento religioso e de rebeldia, foram dois fatos políticos e sociais históricos importantes que contribuíram para a consolidação da formação social camponesa dos faxinais do Paraná.

7.1. AS RELAÇÕES ENTRE CULTURAS E PRÁTICAS SOCIAIS CONSOLIDARAM OS FAXINAIS

A partir da segunda metade do século XIX, a mistura de culturas e práticas sociais foi o elemento mais importante na consolidação dos faxinais no Paraná, momento em que se intensificou a imigração dos camponeses europeus, principalmente aqueles oriundos do leste europeu, mais especificamente da Ucrânia – cujos primeiros imigrantes camponeses chegaram ao Paraná o fizeram no início da última década do século XIX – e Polônia – dessa

nação, os primeiros camponeses chegaram ao Paraná em 1860. No entanto, a imigração incentivada pelo governo já havia se iniciado desde os primeiros anos em que a Província do Paraná se emancipou de São Paulo (em 1853). Fato que pode ser verificado na mensagem do Presidente da Província à Assembleia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1858:

Não contando a provincia proprietários habilitados a receber colonos por salario ou parceria, porque, como sabeis, sua lavoura é a chamada – pequena – portanto, a que menos se presta a colonisação por aquelles meios, é pelo de venda ou aforamento de pequenos lotes de terra por módico preço, que se hade realizar, em meu enternder a colonisação nesta provincia. [...]. (citado por BALHANA, 1963, p.29).

Diferentemente de outras províncias, que incentivavam a imigração com objetivo de suprirem a falta de mão-de-obra na grande agricultura destinada exportação, no Paraná, a imigração tinha a meta de criar uma agricultura de abastecimento interno enquanto que o excedente deveria ser destinado à exportação. Assim, a prioridade era financiar a vinda de imigrantes para produzir a agricultura de subsistência. Tal prioridade se devia porque a província estava passando por uma conjuntura de crise na produção de produtos agrícolas para o abastecimento interno e para exportação. Fato esse registrado em relatório do presidente da Província do Paraná, enviado à Assembleia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1858:

Não há por hora na provincia estabelecimentos rurais importantes, que demandem para o seu custeio grande número de braços, nem a indústria agricola se acha nella em tal pé que torne praticável o systema de parceria, que tão bons resultados tem produzido na provincia vizinha. Assim se o governo provincial quizer promover a colonização, na escala em que o autoriza o orçamento vigente, ou hade ser por meio de venda de terras devolutas aos colonos, ou empresas que quizerem importal-os, ou hede tornar-se emprehendedor de indústria, montando por sua conta estabelecimentos agrícolas e coloniaes aonde os colonos apenas importados, achem logo trabalho apropriado e lucros correspondentes [...].

Fica entendido que, quando assim me expriro, refiro-me unicamente à colonização propriamente dita, isto é, à que se promove no intuito de cultivar nossas terras, e não à importação, por conta do governo, de operários e gente própria para o serviço de estradas e obras públicas, aos quaes nunca pode falta pronta ocupação e immediatos lucros n'uma provincia nova, balda do pessoal preciso aos trabalhos desde gênero.

[...]

É para lamentar que esta provincia, cujos terrenos produzem com abundância, a mandioca, o arroz, o café, a canna, o fumo, o milho, o centeio, a cavada, o trigo e todos os gêneros alimentícios, compensando tão prodigiosamente os trabalhos do agricultor, receba da marinha e por preços tão exagerados a mór parte daquelles gêneros. Este estado de causas porem tenho continuará, e que só quando colonos morigerados e laboriosos vierem povoar vossas terras vastas e fecundas, apparecerá a abastança dos gêneros alimentícios e abundantes sobras do consumo irão dar nova

vida ao commercio de exportação dos produtos agricolas. (citado por BALHANA., p. 29-30).

Em 1850, o Governo Imperial, através de lei, determinou a demarcação e ordenação das terras públicas, com o objetivo de facilitar a vinda de imigrantes, assim como determina a redução do preço das terras públicas. Com base na lei imperial, o presidente da Província autorizou a venda das terras da província pelo preço mínimo, ou seja, por um real e meio a braça, como forma de atrair os imigrantes europeus, principalmente o camponês. Ele recomendava ainda que se atentasse para a “posição e circunstância do pretendente, quando pertença à classe de colono, não imponha outro preço senão o mínimo, acima marcado, ainda às terras de primeira qualidade” (Ibid., p. 31). Mesmo assim, durante o Império, o Paraná foi a província que menos recebeu imigrantes europeus, se comparado como os números do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Já no início do período republicano ocorreu uma inversão, o Paraná passou a receber mais imigrantes europeus do que os dois estados, para os seus programas de colonização.

Maria Luiza Andreazza (1996) afirmou que um deslocamento de contingentes humanos, como o que ocorreu durante a segunda metade do século XIX, correspondeu, concomitantemente, a um estímulo de atração, processado nos locais de adoção dos emigrados e outro de repulsão, criado pelas “nuanças conjunturais” dos países de onde saíram os imigrantes. “Efetivamente, ao mecanismo de repulsão populacional que se processou na Europa correspondeu o processo de atração da imigração, não só desejado, mas, sobretudo, necessário ao Estado brasileiro” (p. 40). Por isso os discursos dos presidentes de província e dos governadores que se sucederam no Paraná foram recorrentes posicionamentos que demonstraram o desejo governamental por uma força de trabalho, necessária ao povoamento e desenvolvimento econômico desse espaço. (Ibid., p. 40).

Entre 1857 e 1877, ocorreram várias tentativas frustradas, por parte do presidente da província, de trazer para o Paraná imigrantes europeus, principalmente o inglês. Tais

tentativas se frustraram em decorrência, principalmente, da falta de recursos financeiros. Finalmente, em novembro de 1877, chegaram os primeiros 1000 imigrantes russos no Paraná, para se instalarem em colônias fundadas nos municípios de Ponta Grossa, Palmeira, Campos Gerais e Lapa, seguidos por outras levas. Em Ponta Grossa foi fundada a Colônia Octávio, com 17 núcleos coloniais, ocupando uma área de 365.228 hectares⁹³ onde foram instaladas 615 famílias de camponeses russos. Em Palmeira foi fundada a Colônia Sinimbu, com 6 núcleos coloniais, ocupando uma área de 178.325 hectares, e a instalação de 239 famílias. Enquanto na Lapa foi fundada a Colônia Virmond, com uma área de 40.212 hectares, formada por 3 núcleos, composta por 50 famílias de camponeses. No entanto, nem todas as famílias permaneceram na Província do Paraná, muitas retornam para Rússia. Das 904 famílias que vieram, 511 ou 56,52% retornaram, destacando que nenhuma das famílias que se instalaram nos núcleos de Botuquara, Floresta da Colônia de Octávio, em Ponta Grossa, e no núcleo de Alegrete, em Palmeira, permaneceram. As famílias que retornaram para Rússia alegaram os inconvenientes do clima, das terras improdutivas ou impróprias para o cultivo, a falta de assistência por parte do governo da província. Outros foram persuadidos por agentes argentinos para reemigrarem para a Argentina. A reportagem do Jornal do Comércio, de 26 de novembro de 1877, tratou de forma preconceituosa o problema::

O governo imperial auxiliou a imigração russa com importantes sommas, deu transporte aos colonos, sustentou-os durante longos mezes, colocou-os em boas terras, em região fértil e bem situada. O governo fez, pois, tudo quanto podia fazer no caso. Eis porém que emissários argentinos que recebem uma libra esterlina por cada cabeça de colono russo, que do Brasil levarem para a Confederação, penetram na Colônia Bocca de Monte, não obstante toda a vigilância da polícia, e ahi começam a instigar os russos a transmigração para o Rio da Prata. Para conseguirem os seus reprovados fins, argumentam com a superioridade das terras de campo da Confederação, lisonjeando assim uma maioria dos russos, e especulam por outro lado com o fanatismo religioso dos mesmos, figurando o Brasil como minado pelo scepticismo e descrença. Os pobres e ignorantes colonos instigados por esses especuladores, resolvem ir para o Rio da Prata e com este fim se põem em marcha para Porto Alegre. (citado por BALHANA, 1963, p. 38).

Tanto é que, das 659 casas construídas para abrigar os camponeses russos, apenas 292

⁹³ Na época as terras foram vendidas em Braça Quadrada, que equivalia a 3,52 m².

estavam ocupadas, enquanto 317 estavam abandonadas e 50 se encontravam em maus tratos, em 1880.

Considerando-se ainda que o governo provincial distribuiu inicialmente equipamentos entre os imigrantes camponeses das 3 colônias, tais como: 118 arados, 215 carroças, 563 cavalos, 1.533 vacas, 626 bois e sementes. No entanto, os resultados das primeiras colheitas foram considerados decepcionantes.

Dos que permaneceram no Paraná, alguns foram se dedicar ao transporte de cargas, em que o rendimento era melhor do que na agricultura, pois o ganho líquido, em média, era de 100 réis para transportar mercadorias entre Curitiba e Campo Largo. Parte dos camponeses russos instalados no Núcleo da D. Adelaide, da Colônia Octávio em Ponta Grossa, passaram, então, a comprar e transportar exclusivamente a erva-mate que adquiriam nas matas mistas de Araucária.

No entendimento de Balhana (1963, p. 40), esse fato foi de grande importância, pois somente com a sua participação no comércio da erva-mate é que o imigrante russo encontraria as condições necessárias para a sua sobrevivência e, para alguns, a prosperidade. Para tanto, foi necessária integração desses na economia dominante, que era a de produção da erva-mate.

Mesmo fracassadas as primeiras tentativas de colonização com imigrantes camponeses europeus, o governo do [agora] Paraná continuou a incentivar na vinda de novos contingentes de camponeses italianos, poloneses, ucranianos, alemães, holandeses e de outras partes da Europa – os quais foram instalados nos núcleos coloniais abandonados pelos russo-alemães – fosse por meio da iniciativa do próprio governo ou da iniciativa privada. Assim foram criadas novas colônias de imigrantes camponeses europeus ou de camponeses brasileiros, tanto nos arredores de Curitiba, como nos primeiro, segundo e terceiro planaltos. (BALHANA, 1963, p. 41); ANDREAZZA (1996, p. 43).

Andreazza (1996), afirmou que somente nas colônias próximas a Curitiba os

imigrantes obtiveram o sucesso desejado pelo governo. Mesmo assim, não deixou de reconhecer o fracasso de outras tentativas de colonização no interior do Paraná. Com o objetivo de reverter as baixas estatísticas de entrada de imigrantes nos anos de 1886 e 1887, o governo adotou uma nova política migratória: criou a Secretaria de Obras Públicas e Colonização, em 1892, que era responsável pelas medições, elaboração de plantas e registros dos lotes de cada colônia, e a Inspetoria Geral de Colonização, responsável pela fiscalização e direção de todos os serviços ligados à colonização e imigração. Além disso, passou a encaminhar para votação na Assembleia Legislativa leis orçamentárias para sustentar uma estrutura de pessoal relacionada à operacionalização de todo esse processo. Além disso, estendeu o programa colonizador para o litoral e para os Campos Gerais. (Ibid., p. 44).

É dentro desse contexto, portanto, que analisarei a contribuição dos camponeses poloneses e ucranianos para a consolidação da formação social camponesa dos faxinais do Paraná.

7.2. CAMPONESES POLONESES

Nas três últimas décadas do século XIX, migraram para o Paraná 28.000 e, nas duas primeiras do século XX, 27.000 poloneses, principalmente camponeses, os quais se instalaram nas colônias de Pilarzinho e Abranches, nas imediações de Curitiba, e nas colônias mais ao sul do Paraná – Orleans, Santa Cândida, Malet, Irati, São Mateus do Sul entre outras. (GREGORY, 2002, p. 37).

De acordo com Elane Tomich Buchmann (1986), a situação político-econômica da Polônia – principalmente no período de maior fluxo imigratório para o Brasil, a conhecida “Febre Brasileira”, que iniciou na segunda metade do ano de 1890 – vivia sob a tripla dominação da Rússia, Prússia e Áustria. (p. 52).

Ruy Christovan Wachowicz (1981), por sua vez, ao situar o campesinato polonês no

século XIX, faz uma análise da situação político-econômica da Polônia quando esta perdeu sua independência:

Após a perda da independência da Polônia (fins do século XVIII), seu território ficou dividido entre as três potências ocupantes: Prússia, Áustria e Rússia. Todas as esperanças dos nacionalistas poloneses voltaram-se então para um possível auxílio da França, cuja revolução simbolizava a liberdade política e individual. Muitos dos refugiados poloneses se organizaram no estrangeiro, nas chamadas Legiões Polonesas. Estas passaram a participar das campanhas de Napoleão com o fito de atrair o dirigente francês para a causa polonesa. Porém Napoleão não estava interessado na solução do problema polonês. Utilizava o nacionalismo dos exilados para concretizar apenas seus próprios objetivos. Napoleão, apesar do apoio recebido dos refugiados poloneses, nada fazia em prol da causa que advogavam. (p.17)

Com a vitória da Napoleão sobre a Prússia, os poloneses refugiados em Berlin fizeram apelos para se recrutarem soldados para uma possível libertação da Polônia. Formou-se, então, um exército de 40.000 homens que entraram em Varsóvia. Mais uma vez, Napoleão negligenciou a causa polonesa, criando apenas o Ducado de Varsóvia, que igualava a nobreza à burguesia, considerando-se que na administração predominava a primeira. Com isso foi abolida a servidão, constituindo-se uma vitória da corrente moderada liderada por Kosciuszko, que na verdade era mais conservadora do que liberal, pois, impediu os camponeses de terem acesso à propriedade da terra que tanto sonhavam e amavam. Permanecendo assim o senhor feudal como proprietário absoluto da terra. Assim, nesse momento, o senhor feudal proprietário da terra, ganhou o direito de expulsar os camponeses de suas terras quando bem desejasse. Constituindo-se com isso um novo tipo de exploração do camponês. Deixava de ser senhorial, para se tornar temporariamente capitalista. (Ibid., p. 17).

Com a derrota de Napoleão pelas tropas russas, desfez-se o Ducado de Varsóvia, mas o Congresso de Viena confirmou a ocupação da Polônia. Do que restou do Ducado de Varsóvia, foi criado o Reino do Congresso (Królestwo), o qual ficou pertencendo à Rússia [cuja população na primeira década do século XIX era composta por 75% de camponeses e apenas 25% de sua população era considerada urbana]. Desse modo, retorna o sistema de servidão camponesa que havia sido abolido em 1807.

A maioria dos camponeses vivia em minúsculas propriedades agrícolas e não conseguiam sequer ínfimos excedentes comerciáveis de sua produção. Não havia investimento de capital na agricultura. A mobilidade social era praticamente inexistente. Nas cidades, a situação era pouco melhor, mas a evolução era muito lenta. No entanto, os efetivos da burguesia aumentavam lentamente, e a população operária, composta de pequenos grupos ainda semi-ligados ao campo, não passavam de embrião do proletariado. (WACHOWICZ, 1981, p. 19).

A Polônia, por sua vez, iniciou um lento processo industrial artesanal, cujo capital era de origem russa, com o objetivo de afastar o capital acumulado dos grandes proprietários poloneses. Com a indústria artesanal, surge a classe operária polonesa, a qual contribuiu para reforçar a burguesia nacional industrial e comercial e que no futuro iria desempenhar um importante papel na vida política do país. Foi entre essa classe que surgiu uma fração de patriotas e ativistas políticos que criaram entidades e sociedades secretas no modelo franco-maçônica. Estes foram reprimidos pelos russos, principalmente, depois do fracassado movimento antitzarista dos *decembristas*. Mas o sucesso das revoluções liberais em 1830, na França e Bélgica, acelerou o processo de insurreição. O czar russo, de acordo com o princípio de intervenção, vitorioso no Congresso de Viena, auxiliou a contrarrevolução nesses países, enviando tropas polonesas. Com isso, adiantou-se a revolução polonesa, que ainda não estava suficiente madura, pois, mesmo alcançando algumas vitórias, foi derrotada, com a ajuda de parte da nobreza conservadora, pois sabia da inferioridade militar das tropas revolucionárias e ao mesmo tempo temia as reivindicações dos camponeses, que seriam a porta para sua liberdade dos laços senhoriais. Diante disso, o Reino perdeu sua constituição. Em seu lugar, foi criado um Estatuto Orgânico, que extinguiu o exército polonês. Com a derrota da revolução polonesa de 1831, foi necessária a união dos diversos revolucionários atuantes na libertação da Polônia. E um dos principais objetivos dessa união foi atrair os camponeses para a causa nacional. Para tanto, foi criado um programa de libertação camponesa, pois com isso seria possível tirá-los da opressão e da passividade em que viviam.

Entre os anos de 1832-40 foram constituídos novos focos contra a ocupação da Polônia pela Áustria, Rússia e Prússia, entre os quais a Sociedade Democrática Polonesa, que

organizou um levante contra os ocupantes, mas que foi descoberta pelos serviços de segurança das três nações ocupantes. Os prussianos prenderam os revolucionários na Posnânia e Pomerânia. Os austríacos, com seu exército, invadiram a cidade livre de Cracóvia, em fevereiro de 1846, e, no Reino, os revolucionários foram reprimidos pelos russos. Esse levante foi o primeiro movimento revolucionário dirigido pelos camponeses poloneses e, durante os meses de triunfo, os que empunharam as armas receberam terras das propriedades do governo revolucionário. Como o fim da revolução, o campesinato começou a despertar e rebelou-se em todas as aldeias da Galícia ocidental: ocupavam as residências da nobreza, aldeias e elegiam seus chefes. Esses movimentos rebeldes também foram reprimidos a força ou pela persuasão. No entanto, o poder absoluto da nobreza galiciana estava quebrado e, na região ocupada pela Áustria, em razão do movimento camponês, foi abolida a servidão em 1848, como forma de acalmar os ânimos. (WACHOWICZ, 1981, p. 20-21).

De acordo com o Wachowicz, nos períodos calmos, o relacionamento dos camponeses no modo feudal de produção [período de transição para o modo capitalista de produção com a sociedade envolvente] tendeu a se proteger das influências de fora de seu mundo.

Esta proteção o camponês a faz camuflada. Tolerava as demonstrações de poder por parte dos notáveis, aceita mediações para as soluções dos problemas surgidos com o senhorio. Nos casos difíceis, o camponês normalmente apela para o rei. Confia que a realeza possa endireitar os prejuízos que lhe causava o senhor. No caso do campesinato polonês do século XIX, ele não tem a quem apelar. Seu rei é um imperador no qual ele não confia, nem o imperador (estrangeiro no caso), se interessa em verdade para solucionar seus problemas. Apela pois a escaramuças e mesmo até à revolta aberta, sem dispor de nenhuma visão do mundo que o cerca. (WACHOWICZ, 1981, p. 21, grifo do autor).

1864 foi um ano importante para a história do campesinato polonês do Território de Vistula, em razão do acesso definitivo à propriedade da terra, para que tanto lutou. Mesmo com a derrota da revolução de 1863, foi abolida a obrigação para com os senhores, com isso, ocorreram melhorias no campo, proporcionando novas possibilidades de melhoria também quanto à renda. “Essa conquista foi introduzida pela mão alheia e inimiga muito mais tardiamente do que o nosso povo o faria se pudesse mandar a si mesmo” (LWÓW **apud**

WACHOWICZ, 1981, p. 3094).

Como o acesso à terra para trabalhar, o campesinato polonês veio a se fortalecer economicamente, pois a eliminação das antigas corveias e imposições dos senhores proprietários de terra eram fatores que estavam a seu favor. O reflexo dessa melhoria foi a expansão das terras de propriedade dos camponeses. Entre 1864 e 1899, graças às suas próprias forças, os camponeses adquiriram 9% a mais de terras, em comparação ao volume de terras de propriedade dos camponeses no ano anterior a 1863.

Na região ocupada pela Rússia, a pequena propriedade camponesa foi uma estratégia do governo czarista, com o objetivo de debilitar a possível resistência política do camponês polonês, pois, o tamanho médio da propriedade era de 2 a 5 hectares, o que representava 39,2% das propriedades rurais, já as que correspondiam ao grupo de 5 a 20 hectares representavam 33,1%, no início da década de 1890. Como resultado de tamanha fragmentação da propriedade da terra, o camponês polonês do Reino Russo se encontrava em uma “inimaginável miséria, verdadeira miséria e falta de esperança de libertar-se da opressão da mesma, no país”. (WACHOWICZ, 1981, p. 31).

No entendimento de Buchmann (1986, p. 53), as condições materiais de vida muito adversas aprisionam o homem aos problemas elementares da sobrevivência, pois lhe tirava a possibilidade de escolha de outros modos de vida, as expectativas e os sonhos.

Para o camponês polonês, a conquista da liberdade era, principalmente, a obtenção da posse de um pedaço de terra, mais que quaisquer lutas que levasse a mudanças na organização do sistema político-econômico.

Outro fator a ser considerado [...] é o fato de o imigrante polonês que veio para o Brasil, especialmente para o Paraná, ser camponês e, portanto, pertencer a um outro universo simbólico: o camponês europeu, que trazia sobre os ombros a pesada carga de séculos de servidão. E com a abolição das obrigações para com os senhores das terras o camponês sonhava em tornar-se um proprietário. E, para o camponês, o seu pedaço de terra significava mais que um meio de produção. Ele representa autonomia e liberdade. (BUCHMANN, 1986, p. 61).

É nesse contexto de dominação político-econômica e cultural provocada pela ocupação da Rússia, Prússia e Áustria e de fechamento em um mundo de miséria e de domínio de servidão que o camponês polonês imigra para o Brasil.

O Brasil abre as portas da imigração. No caso particular dos poloneses, a dominação, a crise econômica agravada nos anos de 1888 e 1889 na Polônia, mais as facilidades oferecidas pelo Brasil aos possíveis imigrantes formaram um ambiente favorável às representações míticas sobre a nova terra, onde o Brasil era visto como “Paraíso Terrestre”, à real “terra prometida”. As representações sociais que imaginavam o Brasil na Polônia se adequavam, por um lado, à ideologia da pequena propriedade como fator determinante do progresso e da independência, o qual se ajustava perfeitamente aos desejos dos camponeses poloneses que estava passando por sérias dificuldades, o que iniciava um complexo processo de subproletarização na Polônia. (BUCHMANN, 1986, p. 87).

De acordo com Wachowicz (1985):

Em 1890, a crise também se fez sentir na Província de Varsóvia. Com a queda consequente dos salários e a falta de toda e qualquer possibilidade de ganho para os trabalhadores, a miséria começou a ser sentida pelas camadas menos favorecidas. No campo, multidões de pequenos proprietários não tinham com que passar o rigoroso inverno de 1891-92, pois não puderam economizar por ocasião da colheita. A miséria atingiu até os proprietários considerados médios. A vida do aldeão que dispunha de 10 acres, quase não se diferenciava do trabalhador sem propriedade. (p.43)

Essas representações, mesmo que carregadas da ideologia do universo camponês, correspondiam às necessidades gerais e concretas do camponês enquanto tal. Por outro lado, a representação do Brasil como terra de facilidades, se enquadrava às necessidades do polonês, cuja identidade cultural vinha sofrendo sérias mutilações e que no Brasil encontrava a possibilidade de ser restaurada. De forma que alguns intelectuais poloneses deram uma contribuição significativa para que essa mítica se consolidasse, criando, com isso, a expectativa de se construir em terras brasileiras a 'Nova Polska', ou seja, 'Nova Polônia'.

Essas representações em que o Brasil é apontado como uma nova pátria, espaço

propício para a reconstrução da identidade cultural do polonês, referiam-se principalmente às idealizações dos poloneses mais intelectualizados, mas refletiam também as necessidades do povo polonês enquanto nação.

De acordo com Buchmann (1986), entre os diversos autores que propagavam o “mito brasileiro” se encontrava Estanislau Klobukowski, que nasceu no Reino da Polônia em 1852. Estudou em Paris, Genebra, Bonn e Viena e se especializou em problemas emigratórios, no qual fez o seu doutoramento. Também fez parte de uma delegação polonesa que visitou o Brasil em 1891, e retornou ao Brasil em 9 de agosto de 1895, acompanhado de um grupo de 1.000 imigrantes. Não voltou mais para a Polônia, morrendo em 1917 na cidade de Palmas, no Paraná.

Klobukowski escreveu “Recordações de Viagem”, em que tratava a respeito do futuro do povo polonês no Brasil, particularmente no Paraná. Vejamos um trecho de sua obra, no qual transmite um tom de otimismo sobre a vinda do povo polonês para cá:

O povo polonês reúne-se feliz em algumas partes do Brasil. Procura organizar-se. Poderia enraizar-se e desenvolver-se em outras nações da América do Sul. No momento existe a esperança de que no Paraná, Estado do Brasil, formar-se-á realmente uma sociedade neopolonesa. Mas, para seguir o exemplo de nações vitais que se desenvolvem além de suas fronteiras etnográfica, faz-se necessário conhecer os terrenos e a situação, em que nossa gente se encontra ou poderá encontrar-se.

Com a finalidade de examiná-los a Sociedade Comercial e Geográfica, houve por bem enviar-me entre outros, para a distante região sulina. Com essa finalidade crio coragem para colocar a presente obra, às pressas, nas mãos do prezado público. Ela é pequena e imperfeita colaboração para o conhecimento das condições, entre as quais indiscutivelmente há de florir aquilo que os estrangeiros denominam: ‘Nova Plska – Nova Polônia’. Oxalá que a nossa comunidade na Europa conheça estas considerações e decida aproveitar-se delas para o seu comércio, sua indústria e sua expansão. (ANAIS, vol. IV, [s/d], p. 11 transcrita por BUCHMANN, p.90).

Com isso, Buchmann (1986), em sua pesquisa sobre a *Psicologia Social do imigrante polonês no Brasil*, analisa as estruturas dos discursos dos relatos, tanto dos intelectuais que acompanharam os grupos imigrantes quanto dos camponeses, em que estão contidas as míticas da “Nova Polônia”. O fato é que as estruturas dos discursos são diferentes: por um lado, o discurso dos intelectuais fazia uma relação entre as causas e os efeitos mais amplo da

imigração; por outro, o discurso do camponês, ao estabelecer relações mais estreitas entre causas e efeitos, tornou seu relato da realidade extremamente descritivo, incluindo detalhes que considerava como necessários para o entendimento de sua experiência. Entre os relatos dos intelectuais, destaca-se o de Antonio Hempel, que analisa os motivos do governo brasileiro para facilitar a imigração polonesa:

Para compreender a situação do imigrante-colono, é indispensável verificar as condições em que se procedeu e ainda se realiza a imigração para esse país. É impreterível examinar o móvel vital, essa alavanca inafetável que arrasta o Brasil para a aventura da política imigratória.

O motor, como se sabe, é a necessidade real e forçada de arregimentar mão-de-obra para os trabalhos nos cafezais, e substituição dos escravos. Esse liberto da escravidão secular, labuta nas fazendas, mas com má vontade. Prefere vaguar pelas matas, cair vítima de doença, ou ganhar o seu pão de cada dia nas cidades. [...]. (Ibid., p.66).

Analizou também as condições de hospedagens dos imigrantes durante o período de espera para partirem para as colônias:

Na outra hospedaria o acotovelamento é idêntico. A doença é geral. Dormem em beliches, como sardinhas em lata. Entramos de noite e um quadro simplesmente horripilante desenhou-se à luz tênue do lampião. À entrada repousa um rapaz. A família congregou roupas e pertences, deitando-os sobre as mesmas. Queixam-se. Estão cansados com essa espera sem fim, com a visão desse quadro de doenças e nortes intermitentes.

Acomodaram-se no chão e as mulheres com lágrimas mostram os catres, onde devem repousar em meio à imundice e bichos. Alguns permanecem de três a seis meses nestas casas, antes de partirem para as colônias que nesta época estão sendo demarcadas. De tempos em tempos, levam para as colônias nas florestas levaras de imigrantes. Estas terras localizam-se numa distância de 100 a 200 km da capital. (BUCHMANN, 1986, p.67).

Igualmente fez a respeito das condições encontradas nas colônias:

Um colono, refugiado das colônias, narra barbaridades sobre a vida na mata, sobre a miséria lá reinante. Um outro mais idoso, dono de uma chácara, nas proximidades da capital, onde amanhã a terra estimula os imigrantes ao trabalho, assegurando que aqui é o país ideal. Ouço dos mais antigos as opiniões contraditórias. As indicações a esmo não trazem nenhum proveito, mas servem para gerar confusão na mente do camponês.

A mortalidade na colônia é acentuada. De março a setembro faleceram 30 pessoas (16 menores de 18 anos). Segundo estatísticas, a mortalidade atingirá 10,3% ao ano. Em São Mateus a proporção é idêntica. Pode-se afirmar com segurança que 20 a 20% dos imigrantes padecerão até obter lotes. A maioria será de crianças. No que diz respeito situação material estão em pé de igualdade com os de São Mateus. São igualmente explorados pelos ‘vendidos’ esperam com os de lá, até três para conseguir os lotes. Os que vieram em março e abril, nem todos receberam suas chácaras. [...]. Todos os fatos atestam o tratamento que se dispensa aos nossos imigrantes (Ibid., p.68)

Abro agora um espaço para destacar o Município de São Mateus, hoje São Mateus do Sul, porque atualmente, entre os dois faxinais ativos ali existentes, encontra-se o Faxinal Emboque, que foi criado por camponeses poloneses no final do século XIX e até hoje continua o predomina essa etnia, pois lá moram 40 famílias no criadouro comum ou comunitário, dessas 87,5% são descendentes de poloneses [de acordo com informações fornecidas pelo Sr. Antonio Ginaldo Wypych, ao ser entrevistado por mim, em 20 de fevereiro de 2008].

Embora no discurso do camponês contenha muitos elementos de crítica à realidade, essa não é feita organizadamente, dentro de uma lógica em que os seus elementos compusessem uma análise. A crítica à realidade é feita, muito mais, pela não camuflagem das contradições dos fatos, que são relatados em toda sua crueza.

Um dos elementos que mais se destacou nos relatos dos camponeses é o mito brasileiro produzido na Polônia e reproduzido entre aqueles que pretendiam imigrar, de que o Brasil era a terra da salvação. Isso tudo de acordo com alguns trechos de cartas enviadas pelos camponeses imigrantes aos seus parentes ou amigos na Polônia, depois de se estabelecerem nas colônias. Vejamos extratos das Cartas 1 e 2:

O Brasil manda o correio para todos os países, mas não quer enviar nenhuma missiva para a Rússia. Foram enviadas várias cartas a Polônia com dinheiro. As cartas chegaram, mas o dinheiro foi roubado. Depois o correio brasileiro tinha que devolver aos donos. [...]. Recebemos o seguinte conselho do correio: perguntaram se eu não tinha uma família na Rússia, França ou Austrália, então eles poderiam enviar para esta família que posteriormente remeteria a minha família na Polônia, a minha esposa, portanto. [...] Parece que a Rússia está mal com o Brasil, pelo fato de tanta gente ter saído para o Brasil, por isso vingam-se do Brasil em tudo que pode. A. Bakalarski, em 02/02/1891. Endereço desconhecido.

Quando te enviar a passagem e o dinheiro, escreverei mais. Só peço-te querida Catarina, não receia nada. Vão à confissão antes da partida e levem consigo a ajuda de Deus e da Mãe Divina que Ela não abandona a ninguém que a Ela recorre. [...] Faça constar no passaporte todas as crianças. Se não conseguir desta forma, talvez te posso oferecer outro conselho. Quiça eu possa fazer alguma coisa junto ao Sr. Epkie. Pode ser que mande a passagem e o dinheiro antes da Páscoa. Na outra carta vou-te escrever mais como deves proceder, o que deves comprar como te deves comportar no navio e quando devem partir. Abraço-te e beijo, juntamente com as crianças. Enviarei o dinheiro ao Pech, junto com a tua passagem. A.. Bakalarski, em 10/02/1891. Endereço desconhecido.

Mais três trechos de cartas: Carta 3.

Querida Mãezinha, se decidirdes partir, tragam consigo toda sorte de cereais e outras sementes, tudo aquilo que cresce na Polônia, porque nós teremos nesta propriedade boa manutenção para todos. Se Jesus ajudar-vos a transpor com felicidade a fronteira, é porque é a pior parte de toda viagem, porque nós fomos apanhados na fronteira e tivemos que entregar o último travesseiro, [...]. Agora concluímos esta carta e nos despedimos de vós, amada mãe e queridos irmãos e irmãs e igualmente com a irmã Antonia e todos os conhecidos.

Nosso endereço: Luiz Gmuchowski, Colônia São Mateus, Província do Paraná.

Este é o endereço de minha irmã: Mrs. Mariana Zóltkows-ka, Província Lomzyska, Município Karniewo, Distrito Maków Maz, Aldeia Kronczwa (não está definido).

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo. Pai espiritual pedimos perdão pelos aborrecimentos em ousar enviar esta carta ao pai espiritual, porque nós não sabemos para onde enviar esta carta. Pai espiritual, gratos ficamos se os pais receberem esta carta. Do Brasil nós não podemos enviar, porque vão devolver da fronteira polonesa, por isto entramos com o presente pedido. Pai espiritual, para enviar esta carta. Pedimos cordialmente, porque estaríamos satisfeitos se ela chegasse ao destino, tenho em vista que a mãe vive abandonada e espera a correspondência dia a dia.

Absender Von Bremen: Pfarrer Peter Schlosser, Linden Strasse 6 – Bremen.

Luisz Gmuchowski de São Mateus do Sul, Paraná, para a mãe. Endereço Desconhecido – Província de Lomza. Carta está endereçada ao Padre de Bremen – 01/01/1891.

Extrato da Carta 4:

Agora, queridos pai e mãe, cumprimento-vos e descrevo a minha viagem que, por graças de Deus Supremo, fiz com felicidade. Viajamos 3.500 milhas e não tivemos nenhum problema sério com o mar. Deus nos protegia contra toda desgraça, embora ouvimos que outros navios tiveram acidentes, mas nós graças a Deus atravessamos felizes. Viajamos durante 21 dias, além das paradas. Comunico-vos que chegamos ao Brasil, a província de São Paulo, permanecemos em casas para imigrantes, semelhantes a quartéis. Lá recebemos a manutenção e pouso durante 8 dias. Durante estes dias quiseram tirar-nos de lá e atirar fora porque não aceitamos inscrições para fazendas, sito para trabalhar para a nobreza, que cultiva café. [...]. Na fazenda desta nobreza é assim: em sua fazenda o dono, por desobediência pode mandar fuziliar, não há nenhuma lei que impede, porque no Brasil é República, o que significa liberdade da nobreza. [...], graças à ajuda governamental, e estabelecemo-nos em nossa propriedade, o que quer dizer: saímos da cidade para a colônia que haveremos de ganhar, pois já vimos estas colônias e aqueles que chegaram meses antes já estão instalados em suas colônias. Por este motivo, podemos ter certeza que receberemos. No Brasil, a propriedade em que se habita, chama-se colônia.

No que diz respeito a terra, cada um ganha 40 morgas. As matas são enormes. A madeira é dura e as tábuas são caras. Cada tábua de 7 pés custa dois rublos, ou seja dois mil réis, em português. Agora vou falar a meu respeito. Sepultei meu filho no dia 9 de novembro. Francisca está doente desde o Natal. Minha esposa Inês, esteve doente até agora, mas Glória a Deus está com saúde (...).

Autor desconhecido, do Brasil aos pais. (endereço desconhecido). 06/03/1891.

Extrato da Carta 5:

Comunicamos que nosso filhinho morreu, não durante a viagem, mas já no Brasil. Minha mulher de pena enfraqueceu e foi hospitalizada, mas graças a Deus está melhor.

Queridos pais levamos ao vosso conhecimento todos os acontecimentos. Informamos que já recebemos a nossa colônia, quatro “vlocas” de terra com mato. Digo-vos que não viste e ninguém viu na Europa, tamanhas árvores como nós temos em nossa colônia. É pena cortá-las, pois são tão lindas. Quem tivesse uma dessas árvores na Polônia, vangloriar-se-ia e nós as cortamos e queimamos.

Queridos pais, em vista disso, pedimos, se for esta a vossa vontade, venham para cá porque também vós recebereis semelhante propriedade. Não pensem que isto se paga. Não. Tudo é de graça. [...].

Despedimos-vos, Valentim Miecikiewicz com esposa Margarida, aos seus pais na Polônia. Colônia Eluzalna Nunes, 23, Linha Massaranduba. Santa Catarina, 2/01/1891. (BUCHMANN, 1986, p. 70-80).

As cartas dos camponeses poloneses enviadas aos seus famílias e amigos na Polônia, nos seus detalhes, revelam elementos importantes como o sentimento do medo, a incerteza que representa a passagem pela fronteira, a questão das dificuldades impostas pela burocrática na saída da Polônia, principalmente as dificuldades impostas pela Rússia que ocupava a parte de onde veio Bakalarski: “parece que a Rússia está mal com o Brasil, pelo fato de tanta gente ter saído para o Brasil”. É como se todos os obstáculos se reduzissem à transposição da fronteira e não fizesse parte de todo um processo, o qual se inicia na Polônia e não acaba com a chegada ao Brasil.

Nos trechos das cartas aparecem referências à forma como os imigrantes eram tratados pelo governo brasileiro da época, que, ao mesmo tempo em que necessitava de sua mão-de-obra, os recebia de forma desorganizada: “Comunico-vos que, ao chegarmos ao Brasil, à Província de São Paulo, permanecemos em casas para imigrantes, semelhantes a quartéis”.

Outro elemento significativo para época é o conceito de República, definido pelo camponês que, na sua visão simples, compreende como “o que significa liberdade da nobreza”, com as mais significativas implicações de seu entendimento do que é república “em sua fazenda, o dono, por desobediência, pode mandar fuzilar, não há nenhuma lei que impede,” [...]. Com isso, o camponês estava detectando os verdadeiros valores, as verdadeiras aspirações e a verdadeira influência das oligarquias brasileiras rurais, do período econômico

em que predominava a produção do café. Possivelmente, esse entendimento de república esteja mais atual do nunca, na visão do camponês faxinalense, quando afirma que “os nossos territórios estão sendo roubados pelos capitalistas do agronegócio, estão tentando acabar como a nossa cultura” [Hamilton José da Silva, camponês do Faxinal dos Ribeiros, em Pinhão, 2007 em entrevista para esse trabalho].

As cartas da maioria dos camponeses imigrantes passam à ideia de que, apesar de tudo, vale a pena emigrar. “Não receie nada”. “Se Jesus ajudar-vos a transpor com felicidade a fronteira [...]”. Nota-se que era necessário acreditar na nova terra, ressaltar sua qualidade e os êxitos dos que a ela se dirigiam. A propriedade, por sua vez, era identificada como colônia, ideia diferente dos estudiosos do tema. (Ibid., 82)

Como todo camponês, o polonês trazia consigo a religiosidade, sempre se apegando a Deus quando se encontrava em dificuldade. Na tentativa de eliminar, assim, a possibilidade de novas dificuldades “vão à confissão antes da partida e levem consigo a ajuda de Deus e da Mãe Divina que ela não abandona ninguém que ela recorre”. A força da religião é comum na vida do camponês, como forma de mediação entre ele e a realidade, principalmente nos momentos difíceis. Nessa esfera religiosa, o camponês mantém uma relação coloquial, mas, ao mesmo tempo, submissa perante o representante de Deus mais próximo de si aqui na terra, representado pela figura do padre: “Pai espiritual, pedimos perdão pelos aborrecimentos em ousar enviar esta carta ao pai espiritual, porque nós não sabemos para onde enviar esta carta”. Como se pode observar, existe uma identificação da relação da religião com a relação da família, em que a figura do padre representa o pai, seu protetor, a quem o camponês procura humildemente, mas confiante. É uma relação particular, coloquial, que gera uma ideia de Deus totalmente diferente da concebida pela Igreja. (BUCHMANN, 1986, p. 83).

Wachowicz (1985), ao tratar da fé polonesa, ressalta que a majoritária predominância do camponês na composição da imigração polonesa levava-o para o entendimento de sua

mentalidade, até as numerosas aldeias polonesas. No Brasil, a mudança de meio, a formação de colônias com patrícios [na sua grande maioria desconhecidos] ou a inserção na mesma colônia de camponeses de várias nacionalidades, além dos luso-brasileiros, fragilizou, mas não abalou o instinto gregário do camponês polonês. “A igreja, a paróquia e o padre serão, em muitas colônias do Brasil, por muito tempo o único **cimento** que unirá” [Ibid., p. 82, grifo do autor] os camponeses. Ter uma igreja própria e um padre polonês era o sonho de todo camponês, e, para alcançá-lo, não mediam nenhum esforço. Logo que se alojavam em suas terras, os camponeses reuniam-se para decidirem sobre a construção de sua igreja. Quando o número de camponeses poloneses residentes na mesma colônia não era suficiente para construírem uma igreja, optavam pela construção de uma capela.

A paróquia e o padre são muito importantes na vida do camponês. A igreja é o centro espiritual, ao mesmo tempo em que é o local onde o camponês satisfaz sua necessidade de comunicação com o próximo. No Brasil, essa necessidade era mais premente, em virtude do isolamento em que passaram a viver. Na Polônia, as residências nas aldeias ou aldeões eram próximas e concentradas. Nas colônias no Brasil, essa forma de concentração deixou de existir, pois, cada família tinha sua residência na própria propriedade; o vizinho mais próximo ficava a 500 a 1.000 metros de distância, na melhor das hipóteses. (WACHOWICZ, 1981, p. 82).

No Brasil, o preceito de assistir à missa dominical ou outros ofícios religiosos alcança uma conotação mais ampla, pois havia a alegria de poder comunicar-se com os amigos, de confraternizar, de conhecer as novidades, de saber com estavam os outros na sua respectiva propriedade. Tudo isso ocorria à sombra da igreja, antes e depois da missa. O sacerdote representava [ou representa] para o camponês o caminho de um feliz *post mortem*. (Ibid., p.93).

No início da imigração dos camponeses poloneses, estes clamavam pela presença de

um padre polonês em suas colônias. Vários pedidos foram feitos à igreja polonesa, através de intelectuais poloneses que visitavam as colônias no Brasil, para que enviasse padres:

Louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo. Como somos irmãos e católicos, nesta terra estranha, deve o Senhor levar em conta que as pessoas não podem aguentar sem uma igreja e um padre católico, um daqueles que ensinasse toda a fé e falasse o polonês. Foi-nos dito lá na Polônia que existia aqui no Brasil a mesma fé e igualdade. É tudo misturado com os alemães e Deus sabe como que outras nacionalidades. Como o Senhor é católico, compreende que uma pessoa na Polônia assim não subsiste. [...] Como pois há igualdade se quando nós festejamos um dia santificado, domingo ou algum dia de Nossa Senhora, eles aqui trabalham e zombam de nós, riem às nossas custas, chegam a ofender a Deus Nosso Senhor. [...]

As crianças que aqui nasceram não passam de alguns porquinhos, pois sem o santo batismo assim permanecem. As crianças permanecem assim sem nome e sem patrono no céu. Os nossos corações se angustiam de ver que católicos precisam viver como pagãos. (WACHOWICZ, 1985, p. 94-95).

Wachowicz constrói o conceito de fé polonesa, que no seu entendimento não se trata de um conceito marcado pelo espírito sectário, mas de uma aliança entre a religião e a ‘polonidade’: “As conotações históricas da nação polonesa nos levam à compreensão da expressão fé polonesa. Refere-se o colono à linguagem, ao rito, aos dias santificados existentes na terra natal e que continuam a ser respeitados aqui, porém sem o correspondente respeito dos brasileiros” (p. 94). Para o camponês, principalmente o polonês, os sacramentos são de fundamental importância para a vida. O batismo chega a expressar o limite de sua fé, pois, ele não só atribui o nome que a criança passa a ser identificada como pessoa, mas também dar ao batizado a condição de ter um patrimônio no céu.

Esta é a razão fundamental pela qual encontramos nos registros das paróquias polonesas, quase que exclusivamente nomes de santos. Esta valorização do batismo leva os colonos, ao menos nas primeiras décadas de permanência em solo brasileiro, a comemorar o onomástico e não o dia de seu aniversário. (Ibid., p. 95).

Ressalte-se que a religiosidade está presente no cotidiano não só do camponês imigrante e de seus descendentes, mas em todo o campesinato brasileiro.

Outra questão que apareceu em vários momentos nos relatos dos imigrantes, através de suas cartas, é a morte de parentes e amigos, principalmente a de crianças que não suportaram os rigores da viagem. Pode-se perceber a forma como os camponeses imigrantes se comportam ao enfrentar mais essa dificuldade que a imigração lhes impunha. No caso do

polonês imigrante Valentim Miecikiewicz, ele relata a morte do próprio filho aos seus pais: “Comunicamos que nosso filhinho morreu, não durante a viagem, mas já no Brasil. Minha mulher de pena enfraqueceu e foi hospitalizada, mas graças a Deus está melhor”. No entendimento de Buchmann (1986, p. 81), no momento em que é relatada a morte do filho é expressa a relação com outros acontecimentos “é que ele confere o seu real valor; os fatos positivos, as vantagens da terra, a necessidade de se acreditar para sobreviver, prevalecem sobre os fatos negativos”. É plausível afirmar que, quando o camponês polonês imigrante relativiza seus sentimentos de dor frente à morte, a perda, ele não faz muito diferente do campesinato de hoje que vive no campo brasileiro. E como forma de compensar os acontecimentos negativos, em seguida, são relatados os acontecimentos positivos da vida, em que se sobressai a beleza da natureza e a certeza da propriedade e quando descreve a terra, a sua produção, o camponês polonês imigrante aprimora os detalhes, explora o chão que conhece, pois, afinal é o seu saber:

[...], no dia 2 de dezembro desembarcamos na nova terra polonesa, na cidade portuária do Rio de Janeiro, no dia 24 de janeiro em lugar do nosso destino, na Província Paraná, na Colônia São Mateus.

O governo brasileiro professa a religião católica, a língua portuguesa que tenho esperança de aprender depressa. Viemos três mil emigrantes. Decidimos o destino por sorteio. A minha “sorte” (propriedade) recaiu perto da cidade recém-fundada. Ganhei 84 morgas, segundo a nossa medida.

As árvores que crescem aqui são as seguintes: palmeiras, pinheiro, imbuia, cedros, erva-mate – esta deixo-a – o resto corto tudo e queimo. Espero que dentro de ano terei quatro morgas de terra limpa. O que cresce aqui? Milho, feijão de horta, batata, centeio de primavera, uva e certamente tudo o que for europeu, pois não se acha terra mais fértil e clima tão ameno, como naquela província, mesmo que seja maio ou junho. [...]. Quanto aos animais, existem tigres, porco do mato, macacos em grande quantidade, vacas selvagens, veados e ainda muitos outros animais. Não se encontram lobos. Os pássaros são de muitas variedades, bonitos e grandes como perus, mas não cantam. Os insetos são muitos. Existem tais que ao voar à noite iluminam como se fosse luz elétrica. Estes são bonitos. Os animais domésticos constam de cavalos, burros, vacas. As vacas são enormes. Há ainda porcos, cabritos, carneiros, marrecos, perus, galinhas de angola, pombos, coelhos, tudo igual da Polônia.

São Mateus do Sul, 22/02/1891. Carta de José Jaczynski para seus pais na Polônia. (BUCHMANN, 1986, p. 99).

Outro exemplo é o extrato da carta de outro camponês polonês imigrante descrevendo

como se planta nas terras brasileiras.

[...] A plantação aqui é feita de forma diferente do que lá. Aqui se planta no meio de tocos, porque não se ara, nem vira a terra. Queima-se o mato, deposita-se a semente entre tocos e troncos e tudo cresce bem. O centeio cresce muito maior do que na Polônia. O centeio e o trigo são plantados uma vez ao ano, a beterraba tão logo é colhida pode ser plantada novamente, a cenoura, a beterraba, a salsinha, a aveia, a vica, o sorgo, o linho, tudo isto cresce como na Polônia. Pode-se semear a duas vezes ao ano e não é necessário estrumar, nem arar, porque a terra é como argila e fofa. [...].

Rio Grande do Sul, 03/04/1891, carta de José e Josefa Estanislau Sobiesiaki para seus pais na Polônia. (**apud** BUCHMANN, 1986, p. 106).

As descrições revelam a percepção sensorial direta do camponês: as cores, os sons, os cheiros, as projeções de sua produção. As descrições da fauna e da flora são detalhadas e ricas. Nesse contexto, a Polônia é o lugar conhecido, o referencial, note que há uma necessidade de se fazer uma identificação com a terra natal, para que a colônia – que para o camponês polonês imigrante tem o significado de propriedade –, passe a representar a intimidade secular com a terra, com a agricultura e sua segurança. Quando o camponês polonês pisa na terra de sua propriedade, por maiores que tenham sido os sofrimentos até aquele momento, ele parece renascer.

De acordo com Wachowicz (1985), o camponês polonês, no início, não teve orientação alguma e buscou dirigir e trabalhar na sua terra, como as mesmas práticas agrícolas praticadas na Polônia. Pretendia derrubar o mato e arar a terra. No entanto, percebeu que tais práticas não eram possíveis em razão da permanência dos tocos e troncos das árvores. Adaptou então o método utilizado pelos nativos: derrubar a mata do trecho escolhido para a cultura, tomando o cuidado de deixar as árvores muito grossas em pé, como imbuías e pinheiros, por exemplo. O mato cortado esperava-se secar, ao que era ateado fogo. Entre tocos e troncos carbonizados, era plantado milho ou semeados centeio, trigo, etc. Quando os tocos e troncos já estavam praticamente erradicados ou apodrecidos, a terra já era considerada como capoeira, dessa forma, já se podia utilizar o arado para revolver a terra. Com a terra arada, após uma ou duas colheitas, deixava a terra descansar por alguns anos, em cujo período era

formada a capoeira. No entendimento do autor, essa prática prejudicou sobremaneira a terra. (p.117).

A autora transcreve o relato de Antonio Hempel sobre a disposição do camponês ao chegar às terras de sua propriedade.

A pobreza reina em toda parte e chega aos limites da miséria. Não se nota abatimento, nem temor quanto ao futuro. O aldeão, chegando ao almejado lote de terra fértil, renasce moralmente. Perguntei, certa feita, a um colono como julga a terra. Rindo, responde: ‘pergunta boba. Pode ser ruim a terra de mato?’ Depois que plantou um canteiro de batata, semeou um eito de centeio, suportará qualquer miséria e toda a sorte de necessidades, porque sentiu a terra firme debaixo dos pés.

Todos os temores dissiparam-se como por toque de mágica. O medo diante do dia de amanhã não existe. Enganam-se aqueles que julgam que o homem vai abandonar a colônia, só deixará se estiver morrendo de fome. (Ibid., p. 111)

Aqui o camponês afirmava sua cultura, seu universo, que lhe dava esperança, pois era o universo que conhecia, dominava com seu saber. Foi nas terras do Brasil, onde ele começou a reconstruir sua identidade como camponês.

De acordo com Sylvio Fausto Gil Filho (1994), ao se estabelecerem no Brasil, especialmente no Paraná, os camponeses poloneses encontraram uma realidade totalmente diferente daquela da Polônia. O Paraná era um estado que vivia uma realidade essencialmente agrícola. A política do estado brasileiro estabelecida para o imigrante europeu se caracterizava pela pequena propriedade. Os camponeses poloneses foram inseridos em uma economia de caráter comercial, mesmo tendo certa autonomia em relação à produção e a comercialização do excedente no mercado interno do Paraná. (p.42).

No entendimento de Gil Filho (1994), o camponês polonês fora dimensionado para o mercado, já que uma das condições para receber um pedaço de terra do governo paranaense, mesmo de pequena dimensão, era a de produzir para o mercado, preferencialmente interno, pois, como foi visto anteriormente, o estado do Paraná, nesse momento, estava passando por uma crise de abastecimento de produtos agrícolas (p. 48). Com isso, o camponês polonês criou uma vinculação com o modo capitalista de produção, na sua face mercantil, ou seja, uma dependência com o mercado, porque tinha que saldar o custo de produção e a

manutenção da posse da terra, pois, em algum momento, deveria saldar a “dívida colonial⁹⁵”.

Mesmo mantendo um vínculo com o mercado, os camponeses poloneses mantiveram de certa forma sua identidade étnico-cultural por meio das relações de parentesco, em que diversas famílias foram se entrelaçando através de casamento entre os moradores das colônias de origem polonesa. Com esse processo, foi possível preservar e manter até hoje diversas tradições adquiridas dos seus ancestrais, principalmente as práticas religiosas, que revelam a relação que o camponês sustenta na sua dinâmica social e desta com a terra.

O catolicismo atávico apresentado pelos camponeses poloneses, por sua vez, reintegrou uma distintiva cultura cristã, associada ao idioma e a prática agrícola de caráter tradicional”. (GIL FILHO, 1994, p. 71). A cultura polonesa é composta de uma série de mitos e crenças vinculadas às festas religiosas de Páscoa, Natal, além dos batizados, casamentos e enterros. Os camponeses de origem polonesa ainda falam o idioma de seus antepassados, mesmo os mais jovens.

Por outro lado, uma das exultações feitas pelo camponês polonês ao Brasil era que poderia comprar a quantidade de terras que suas possibilidades permitiam. Desse modo, davam preferência para as terras que possuíam matas, as quais não tinham na Polônia. Passadas as fases de fixação, adaptação e liquidação da dívida colonial, os camponeses, em geral, acumulavam pequenos capitais através da venda dos excedentes de produção e os aplicavam na compra de mais terras fora da colônia, como forma de garantir sua reprodução. (CHANG, 1988, p. 35).

Assim, por meio da compra de terras fora da colônia, uma fração do campesinato polonês imigrante se transformou em proprietário capitalista da terra. No período em que predominava a economia da erva-mate muitos desses se transformaram em empresários

⁹⁵ Dívida colonial era o auxílio que o camponês imigrante recebia do governo para a construção de sua casa, a aquisição de utensílios básicos e um lote de terra.

ervateiros.

Com o passar do tempo, os camponeses poloneses transformaram as incultas terras de mata do segundo planalto do Paraná, em terras de lavoura, introduzindo e difundindo novas técnicas agrícolas, novos instrumentos e novos produtos. (BALHANA, 1963, p.44).

Mas tais transformações não ocorreram sem conflito entre os camponeses poloneses imigrantes e os camponeses brasileiros, principalmente os cafuzos e caboclos. De acordo com Wachowicz (1985), nas colônias onde predominava a presença dos camponeses brasileiros nas proximidades ocorreram conflitos entre estes e os camponeses poloneses. Tais conflitos ocorreram em razão da inexistência de cercas nas propriedades dos camponeses brasileiros, pois não se costumava cercar gado, fosse bovino, suíno ou de qualquer outra espécie de animais de criação. Os conflitos mais acirrados ocorreram nas colônias próximas de Curitiba e nos Campos Gerais de Ponta Grossa. Nas colônias situadas na zona da mata, esses conflitos existiram, mas em menor número. O autor afirma que, em vários livros da Paróquia de São José dos Pinhais, há registros de ocorrência de conflito entre os camponeses brasileiros e poloneses. No início, os brasileiros não possuíam terras cercadas, o gado pastava livremente onde queria. “Como então aqui plantar, se de noite o gado bovino a tudo pode arruinar?”, questionava o camponês polonês, tal eram os prejuízos sofridos por esses. O governo então, defendendo o camponês polonês e, segundo o autor, a agricultura, permitiu que se matasse o gado que invadissem as terras e destruíssem culturas polonesas. O governo determinou ainda que os camponeses brasileiros cercassem seu gado.

O conflito entre camponeses brasileiros e poloneses era tão comum e frequente no início da colonização, que Emil Migasinski registrou que, em uma delegacia do interior do Paraná, o escrivão lhe mostrou um livro de registros repleto de queixas referentes ao gado abatido pelos camponeses poloneses. (WACHOWICZ, 1985, p. 118).

De acordo com o mesmo autor, a introdução da agricultura com novos métodos e a

introdução de cercas de arame farpado, de troncos encaixados ou de ripas lascadas de pinheiro, provocaram alterações na estrutura econômica e social no Paraná. Assim, como foram os camponeses poloneses imigrantes os responsáveis diretos pela introdução de cercas nos sertões paranaenses e, do “declínio do modo de viver seminômade das populações ocupadas com o gado. A maior fixação do homem à terra e a delimitação das propriedades por meio das cercas eram essenciais à introdução da agricultura de subsistência” no Paraná.(Idem, p. 119).

7.3. CAMPONESES UCRANIANOS

Outra corrente imigratória que se destinou para o Paraná foi a dos ucranianos, na qual estava incluída um grupo maior, o eslavo – em que se encontravam também inseridos os poloneses como foi visto anteriormente.

De acordo com Oksana Boruszenko (1995, p. 1), dada a conjuntura socio-histórica da época da imigração, bem como em razão dos ucranianos se dirigirem a áreas já ocupadas por outros grupos étnicos, os mesmos tenderam a ser absorvidos pela corrente majoritária do grupo eslavo, em especial pelos poloneses, com os quais tinham maior afinidade cultural, apesar de possuírem culturas diferentes.

Assim como a maioria dos grupos étnicos europeus que imigraram no final do século XIX para o Brasil, os ucranianos foram alimentados pela esperança de encontrar o “paraíso das delícias”. De acordo com Maria Luiza Andreazza (1996), as imigrações eram motivadas pela construção de uma nova realidade: “Ninguém migra à longa distância sem que exista um impulso, muito subjetivo, da esfera da esperança, chamado por alguns de ilusão migratória”. Com certeza, a mobilidade social baseia-se em um ingrediente ativo dessa ilusão, à medida que, no ‘fazer a América’ no século XIX, fica subentendido participar de um movimento no qual o fluxo tinha como destino a periferia dos países industrializados/civilizados. É possível

que os participantes daquela aventura imigratória acreditassem na força dos mecanismos compensatórios capazes de lhes assegurar melhores condições de vida. (ANDREAZZA, 1966, p.14).

Especificamente para os ucranianos, as condições que contribuíram para a ideia de emigração – o que os demógrafos denominam de fatores de repulsão populacional – foram bastante fortes. De acordo com Boruszenko (1995, p.5) e Andreazza (1996, p.15), a história vivida pela população das regiões do leste europeu fez com que, até o início do século XIX, ela mantivesse relações preconizadas pelo modo feudal de produção, que só foram legalmente extintas no decurso das revoluções de 1848. No entanto, em razão das dificuldades que essa população vivia como livre, no final do século XIX, a servidão era uma memória poderosa. Possivelmente tão forte que [os imigrantes ucranianos] tenham sido forçados a abandonar sua pátria para, em terras absolutamente desconhecidas, empreender a tentativa de serem senhores de si mesmos.

Parte da Ucrânia, durante o século XIX, era formada pela população da Galícia, na época a maior província do Império austro-húngaro⁹⁶, ou seja, desde 1772, a Ucrânia integrava o Império dos Habsburgos e a maioria de sua população era camponesa socioeconomicamente submetida à nobreza polonesa.

Assim, os poloneses concentravam-se na Galícia Ocidental, onde eram tanto proprietários de terras quanto camponeses. Os que se localizavam na Galícia Oriental, mesmo sendo minoria, formavam, em parte, a nobreza proprietária de terras ou eram funcionários ligados à burocracia ou a outras atividades fora da agricultura. Quanto à população de quase dois milhões e meio de ucranianos, essa se concentrava na Galícia Oriental, a qual se

⁹⁶ A Galícia era a província situada mais a noroeste do Império Austro-Húngaro, perfazendo 10% da sua área total e concentrando aproximadamente 15% de sua população total. De acordo com BURUSZENKO, a Ucrânia veio se tornar independente da antiga república soviética, 24 de agosto de 1991.

localizava na zona rural, na qualidade de camponeses. (ANDREAZZA, 1996, p. 16).

Nesse contexto econômico do Leste Europeu, ao longo de todo o século XIX, com a população ucraniana concentrada majoritariamente na zona rural, Charles Morazé (1965), faz uma análise bastante melancólica dessa população na sua pesquisa sobre a burguesia nas primeiras décadas desse século.

Desde que nos afastamos do Reno, vemos a velha divisão de terras em folhas trienais bordadas de *terras comunais e de florestas*, a velha rotação das culturas que manteve os camponeses da Idade Média. Terá sido de origem germânica? De qualquer modo é germânica no século VXIII. [...]

No leste, pelo contrário, apesar dos esforços tumultuosos de José II, os constrangimentos que pesavam sob o servo continuavam a ser de um extremo rigor, Citam-se camponeses que têm de trabalhar de noite em suas terras, por ter estado do nascer ao pôr-do-sol ocupados pelo trabalho em benefício do senhor. E ao falarmos de terras camponesas não devemos esquecer que nelas não existe o regime de propriedade individual: as terras camponesas pertencem à aldeia que as administra comunalmente. E a partir do Elba, à medida que penetramos na Polônia e na imensa Rússia, *este sistema comunitário camponês* afirma-se, adquirindo a fixidez geográfica. (MORAZÉ, 1965, p.40, grifo do autor).

De acordo com Andreazza (1996), durante o século XIX ocorreram alterações nesse estado de coisas descritas por Morazé (1965), mas muitas delas, no entanto, tiveram caráter mais formal do que uma efetiva transformação no dia a dia do camponês ucraniano. Algumas transformações efetivas só ocorreram a partir de abril de 1848, com a emancipação da gleba. Ou seja, até então a manutenção legal de relações feudais fizera com os camponeses se mantivessem presos a terra, na “alternância do cumprimento de direitos e de obrigações servis”. (ANDREAZZA, 1996, p. 17).

De acordo com Joh-Paul Himka (1988), em sua pesquisa as aldeias na Galícia e o movimento nacional ucraniano no século XIX, as obrigações eram devidas tanto entre nobres, que tinham o domínio dos camponeses, quanto com o Estado e à Igreja. Conforme dados cadastrais de 1819-20, os camponeses ucranianos gastavam 84,7% de sua renda líquida anual em impostos, uma vez que 80% se destinavam aos senhores proprietários das terras, o restante ao Estado e à Igreja. Em razão da forma como a economia se desenvolvia nesse período, as obrigações dos camponeses eram pagas basicamente com o trabalho. Ainda em 1845, a maior

parte das obrigações dos camponeses continuava a ser pagas pela corveia. (HIMKA, 1988, p. xxiii). De acordo com ela, o camponês trabalhava alguns dias da semana nas terras dos senhores, nas obras do Estado ou “pela glória de Deus: uma obrigação servil que chegava a consumir vários dias da semana”. (ANDREAZZA, 1996, p. 18).

Porém, o governo austríaco, não tinha como meta dar aos camponeses ucranianos todas as liberdades de um camponês livre. “No império permanecia um ordenamento hierárquico, e o camponês da Galícia continuava como um tenente hereditário da propriedade senhorial”. Mas, em outras regiões da Áustria, como da Boêmia, a servidão de gleba foi oficialmente abolida no cerne dessas reformas. (Ibid., p.19).

De acordo com Perry Anderson (1995):

Por uma série de decretos única na história da monarquia absolutista, a servidão foi oficialmente abolida em 1781 – após graves levantes camponeses na Boêmia durante a década precedente – e todos os súditos viram assegurado o direito de livre escolha em matéria de casamento, migração, trabalho, ocupação e propriedade. Nos locais onde esta não existia, foi assegurada aos camponeses a garantia da posse da terra e aos nobres proibiu-se a compra de parcelas. Finalmente, decretou-se a abolição de todas as prestações obrigatórias em serviços para os camponeses das terras ‘rústicas’ [...]. Embora de alcance bastante parcial – pouco mais de um quito dos camponeses da Boêmia foi alcançado por ela –, esta última medida continha a ameaça de drásticas transformações nas relações sociais no campo e atingia, diretamente interesses econômicos vitais da nobreza fundiária em todo o império. (ANDERSON, 1995, p. 319).

Himka (1988) afirmou que, diante dessa ameaça a nobreza fundiária, passou-se a utilizar várias estratégias que compensassem as restrições da cobrança da corveia, sendo a mais utilizada e mais bem-sucedida a instituição dos chamados dias-auxiliares. (p.3). De acordo com Andreazza (1996), a lei austríaca previa a possibilidade de requisição de trabalho adicional dos camponeses, “basicamente no período do preparo do feno e da época da colheita, os dias-auxiliares passaram a ser o recurso para a manutenção dos camponeses em constante corveia (Ibid., p. 19).

Outra estratégia usada pela nobreza fundiária para se contrapor às reformas no campo da Galícia foi a lenta desapropriação “tanto das terras destinadas à subsistência dos camponeses como das comunais – florestas e campos de pasto que as aldeias utilizavam

coletivamente”(ANDREAZZA, 1996, p. 20). De forma geral, mesmo depois de 1848, a nobreza fundiária continuava a exigir pagamento em trabalho ou em dinheiro para que o camponês utilizasse as terras que outrora tinham sido comunitárias. Na realidade, os camponeses passaram a utilizar as terras rústicas, florestas e campos de pastos clandestinamente. Por essa razão, a administração provincial instalou comissões de direitos “servis” com o objetivo de julgar as demandas dos camponeses, uma vez que essas comissões tendiam a favorecer a nobreza fundiária. “Para se ter uma noção das dimensões dessa questão, entre 1850 e 1900, as apelações relativas à querela sobre os direitos ‘servis’ apareceram em 984 aldeias galicianas: destas 90% localizavam-se na Galícia Oriental”(Ibid., p. 20). Portanto, foi travada uma luta de classes entre a nobreza fundiária e os camponeses no campo da Galícia. Por um lado os camponeses galicianos lutando e resistindo para se libertarem dos laços feudais e, por outro, a nobreza fundiária utilizando várias estratégias para sua permanência. Esse fato gerou um clima de tensão social “bastante agudo durante todo o século XIX”. (Ibid., p.20).

De acordo com Himka (1988), os conflitos sociais entre os proprietários de terras e os camponeses permaneceram agudos mesmo após a abolição da servidão, em razão da permanência da prática denominada como “direito servil”. Isso porque em 1900, 1902 e 1906 ocorreram revoltas camponesas, as quais reforçaram o clima de tensão existente na década de 1890. Assim, a dominação econômica dos proprietários de terras não terminou em 1848, pois mais de 40% das terras agricultáveis e florestas eram ainda de propriedade da nobreza fundiária do início do século XX. Há de se sublinhar que, em 1902 cerca de metade das famílias camponesas obtinha parte de seus ganhos com o trabalho agrícola nessas terras. (p. 145-146).

Andreazza (1996), também com base na pesquisa de Himka, afirmou que outra faceta deste conflito estava vinculada à imposição dos camponeses indenizarem a nobreza fundiária

pelos prejuízos provocados pela sua liberdade. Com isso, os camponeses se revoltaram contra a indenização. Contrariando os camponeses, o Parlamento e o Imperador definiram que iriam ressarcir a nobreza fundiária. Para isso foram criados impostos adicionais que os camponeses teriam que pagar ao governo da Galícia até 1898, cujos valores arrecadados seriam utilizados para indenizar a nobreza fundiária. (p. 21).

Conforme a autora, depois da criação de um campesinato independente, após 1848, possibilitou-se o surgimento de duas visões no que diz respeito às relações de trabalho na sociedade da região da Galícia. A primeira, cativa ao passado, representada pela efetiva ascendência da nobreza latifundiária possuidora de grandes propriedades, fazia de conta que a abolição da corveia era meramente formal, como já visto anteriormente. Assim ocorreu a expropriação das florestas e terras comunais durante o processo de emancipação do campesinato ucraniano. Desse modo, é dentro desse contexto se explicam as várias revoltas dos camponeses ucranianos durante a segunda metade do século XIX e início do século XX.

A segunda perspectiva, receptiva às influências do Ocidente, situava-se no início do desenvolvimento do modo capitalista de produção Galícia oitocentista. Como já foi dito, a economia da região, até meados do século XIX, havia sido fundamentada em relações do modo feudal de produção. “O camponês, então, necessitava de muito pouco dinheiro: a bebida e o sal consistiam nas maiores despesas, já que as obrigações feudais eram pagas basicamente em trabalho”. (ANDREAZZA, 1996, p.28-29).

A partir da década de 1870, iniciou-se uma efetiva desagregação do modo feudal de produção, com um processo de desenvolvimento de uma economia de mercado, que vai sendo executada lentamente, em razão do baixo índice de urbanização da região. No entanto, as duas visões conviveram por um longo período com “interesses divergentes que eram fonte das ambiguidades nas relações econômicas da época”. Mesmo compreendendo, segundo alguns autores clássicos, que a superação de uma etapa econômica implicasse a imediata adoção de

outra. A autora entende ainda que as relações de produção na Galícia do século XIX passavam por um período de transição, pois não comportavam mais a denominação de modo feudal de produção e, no entanto, não eram também plenamente relações do modo capitalista de produção, desse modo, entende-se que “estavam sim, sendo incorporados nos mecanismos produtivos do capitalismo ocidental. Caberia melhor caracterizar tal fase como de economia monetária⁹⁷”. (ANDREAZZA, 1996, p. 29).

Para a autora, é característico nas fases de intensas transformações estruturais, não existir uma homogeneização dos impactos das mudanças. No caso das transformações estruturais ocorridas na Galícia, cada região, cada aldeia submeteu-se à experiência da modernização em ritmos diferentes em razão da temporalidade própria de cada um dos agentes modernizantes e das contradições sociais decorrentes. Portanto, entre as contradições da sociedade galiciana que se modernizava, ainda era notável na região a existência do *mir*, que é uma forma de organização coletiva da propriedade que já perdera seu sentido no Ocidente. Tal fato se torna mais incomum, considerando-se que, desde a emancipação, os camponeses tinham direito à propriedade e que nas associações em *mir* a autoridade é dada à aldeia e não aos indivíduos. (Ibid., p.32).

Morazé (1965), ao analisar a permanência do *mir* na Galícia, afirmou que:

Mas na maior parte das terras o costume russo prevalece. Não é o indivíduo que possui, é a aldeia. Ucranianos (a lei da emancipação autorizava a formação individuais) renunciaram ao individualismo para se agruparem em *mir*s. [...]. Na maior parte dos casos, o trabalho permanece, se não individual pelo menos familiar. O que prevalece é a preocupação duma repartição fraternal dos encargos. O imposto, o recrutamento militar, os atrasos da dívida são suportados não por cada família, mas pela aldeia inteira e é a aldeia que fixa a parte de cada um em função das suas possibilidades. A aldeia sustenta as crianças, as viúvas, os velhos e não lhe pede

97 Theo Santiago compreende como sendo de economia da manufatura: “As formações sociais que constituem a Europa da transição para o capitalismo (...), como outras quaisquer, são antes de mais nada estruturas complexas com dominância. Com isto queremos dizer que existe uma distância entre a teoria abstrata de uma estrutura social, a teoria de um modo de produção determinado, e uma formação social onde este modo de produção é dominante”. (SANTIAGO, 1974, p. 11).

senão pequenos trabalhos em troca. Quando se espalha a voga da instrução, a aldeia cria por vezes um pecúlio para ter a sua própria escola... A intervalos periódicos, a aldeia divide as suas terras em lotes, de forma a que cada lote ofereça uma atividade equilibrada segundo as possibilidades daquele que terá o encargo. [...] A maior parte das vezes a divisão tem lugar todos os anos, mas pode também ser apenas decenal. Encontra-se as vezes casos raros em que o hábito da divisão foi abolido, mas mesmo nestes casos a solidariedade persiste e as colheitas devem estar a serviço de todos: o mir tem pena de todos, diz o provérbio. (p. 376).

As regiões do Leste Europeu foram caracterizadas Andreazza (1996), como sendo periféricas à industrialização que se processava na Europa Ocidental, e, ao ingressarem na economia de mercado especializavam-se cada vez mais, em suprir o mercado europeu de grãos. Nesse período, as crises do modo capitalista de produção afetaram diretamente a região. (p. 30).

Ao analisar a crise do modo capitalista de produção entre 1975-1914 na Europa, Eric Hobsbawm (1988) afirmou que:

A agricultura foi a vítima mais espetacular desse declínio dos lucros [...]. Sua produção, que havia aumentado muito no decorrer das décadas precedentes [...] agora inundava o mercado mundial. As consequências para os preços agrícolas, tanto na agricultura europeia como nas economias ultramarinas, foram dramáticas. Em 1894 o preço do trigo era apenas um pouco mais de um terço do que fora em 1867 – um prêmio esplêndido para os compradores, mas um desastre para os agricultores e trabalhadores agrícolas, que ainda representavam entre 40 a 50% dos trabalhadores do sexo masculino nos países industrializados [à exceção apenas da Inglaterra] e até 90% nos outros países. (p.59-60).

No entendimento de Andreazza (1996), essa crise do modo capitalista de produção que atingiu especialmente os países industrializados europeus e agricultura, principalmente nos países do leste, provocou as mais diversas reações locais. No caso de muitos ucranianos galicianos foi a imigração. Já segundo Hobsbawm, afirma que as reações da população europeia às crises do modo capitalista de produção ocorriam, principalmente, em razão das condições gerais da economia, as quais variavam entre a rebelião camponesa ocorrida na Irlanda e Sicília – reações não-governamentais –, à modernização da agricultura na Dinamarca e ainda na escolha pelo protecionismo com o aumento das tarifas alfandegárias Alemanha e França – reações governamentais. Ainda no que diz respeito às reações não-governamentais além das rebeliões camponesas – consideradas radicais –, as mais comuns

foram emigração e formação de cooperativas. Nessa conjuntura social e econômica, a partir de 1880, ocorre um incremento das taxas de imigração ultramarina nos países com imigração antiga e o início da emigração em massa de países como a Itália, Espanha e Áustria-Hungria, seguida pela Rússia e pelos Países Bálticos. (HOBSBAWM, 2007, p.60).

Desse modo, as primeiras levas de imigrantes ucranianos da Galícia Oriental, que chegaram ao Paraná, trouxeram uma visão de mundo essencialmente camponesa e tradicional.

Oksana Boruszenko (1995) divide em três etapas a imigração ucraniana no Brasil. A primeira ocorreu em 1895, com os milhares de ucranianos, principalmente camponeses da Galícia e Bukovina, que desde o Congresso de Viena estavam sob o domínio da Áustria.

Considerando-se que essa primeira etapa subdividiu-se três momentos distintos: entre 1895 e 1897, mais de 5.000 famílias ucranianas abandonaram suas aldeias e, na grande maioria, fixaram-se no Paraná, à custa do governo republicano brasileiro; entre 1897 e 1907, mais de 1.000 famílias emigraram às próprias custas; e com a renovação do transporte gratuito, em 1907, novas grandes levas de imigrantes dirigiram-se ao Paraná. Nessa primeira etapa a emigração ocorreu em consequência da crise do modo capitalista de produção pela qual vinha passando em toda Europa.

Como já foi anteriormente apontado, ocorreu uma superprodução na agricultura, que, além das más condições socioeconômicas que enfrentava a Galícia, levou os ucranianos a abandonarem as terras negras e partirem para outros países, entre os quais o Brasil, onde se fixaram principalmente no Paraná. Considerando-se que a maioria dos que emigraram em 1895 se fixaram nos arredores de Curitiba enquanto os que a fizeram entre 1896 e 1897 se dirigiram a Prudentópolis e Mallet. No começo do século XX, os imigrantes ucranianos eram 24 mil no estado do Paraná. (BORUSZENKO, 1995, p. 7).

No período de 1908 a 1914 chegaram novos imigrantes no Brasil, sua maioria formada por ucranianos provenientes da Galícia. Dessa vez, a motivação foi a campanha brasileira para

a construção da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande do Sul. Na oportunidade, 18.500 ucranianos, sentindo a possibilidade de trabalho, deixaram seu país e se transferiram para o Paraná

A segunda etapa ocorreu após a Primeira Guerra Mundial. No fim da guerra, e “na época do armistício, movimentos revolucionaram o país. Em meio a todo tipo de dificuldades, os nacionalistas ucranianos trabalharam arduamente para restabelecer os alicerces do seu Estado, proclamando, em 22/01/1919, em Kiev, a unificação dos Estados Ucranianos numa só República”. (Ibid., p. 8)

No entanto, o governo que proclamou essa unificação não teve forças suficientes para mantê-la. Como isso, os russos estabeleceram o controle do leste da Ucrânia. Enquanto que, no oeste, era intenção da Conferência de Paz de Paris “outorgar-lhe o direito de autodeterminação e o governo próprio”. No entanto, em 1923, foi reconhecida a soberania da Polônia sobre essa região. Esses fatos históricos provocaram grande êxodo dos ucranianos para o Ocidente. Nesse período chegaram ao Paraná 45 mil novos imigrantes ucranianos.

Na compreensão da Boruszenko, essa imigração pode ser caracterizada como de cunho político, pois “pretendiam os imigrantes voltar ao país de origem quanto este se tornasse independente. Alguns chegaram a voltar, mas já eram os ‘homens sem paz’, que não se adaptavam nem lá nem cá” (Ibid., p. 9) Os imigrantes dessa segunda etapa eram normalmente encaminhados às colônias já existentes, como Prudentópolis, Mallet, Antonio Olinto, União da Vitória e Palmas ou para os núcleos localizados aos arredores de Curitiba.

A terceira etapa da imigração ucraniana para o Paraná ocorreu no final da Segunda Grande Guerra Mundial, considerado o maior êxodo de ucranianos. Nessa etapa em questão, emigraram mais de 200 mil ucranianos, entre operários, prisioneiros de guerra, refugiados políticos e soldados da Primeira Divisão ucraniana e de outras formações militares, que lutaram contra os russos. (BORUSZENKO, 1995, p. 8-12). Ainda de acordo com a

Boruszenko:

Apesar de os censos oficiais serem incompletos – pois ucranianos eram registrados nos portos de entrada, ou como austríacos ou como poloneses, conforme os passaportes fornecidos pelas autoridades do governo de ocupação das regiões de procedência da Ucrânia –, pelos levantamentos em arquivos paroquiais e por pesquisas onomásticas em listas de imigrantes, calcula-se que o grupo étnico ucraniano (e descendentes) no Brasil soma cerca de 400 mil pessoas, 96,5% das quais já nascidas no Brasil. Desses 400 mil, 81% vivem no Paraná.

Comunidades ucranianas são encontradas em cidades como Prudentópolis (75% da população), Curitiba, Apucarana, Guarapuava, Antonio Olinto, Ivaí, Irati, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Roncador, União da Vitória, entre outras. (Ibid., p. 12).

Ainda de acordo com Andreazza (1996), o intelectual polonês Estanislau Klobukowski também incentivou e intermediou junto ao governo do Paraná a vinda de ucranianos, principalmente de camponeses. Como resultado de sua intermediação, em 1895 chegaram ao Paraná, mais de 2000 emigrantes, originários da Galícia, os quais saíram de aldeias e cidades como as dos distritos de Brody, Debrowola, Bibrka, Sokal Zplotchiw e Berezany, cujo roteiro de partida para o Brasil era diferente dos poloneses. Os ucranianos se deslocaram até Viena, Áustria, para embarcarem num trem em direção ao porto de Gênova, Itália, nesse trecho da viagem, os emigrantes ficavam sob a responsabilidade de uma organização católica alemã que cuidava dos problemas da imigração denominada de Sociedade São Rafael. Em Gênova, as empresas de emigração se encarregavam dos embarques dos emigrantes, normalmente destinados ao Rio de Janeiro.

Toda a organização de transporte para o navio consistia numa operação. A Companhia Metropolitana do Rio de Janeiro recebia do Governo Brasileiro uma soma de dinheiro, por exemplo: 120 francos por adulto, 60 por criança entre 10-5 anos e trinta por criança entre 5-2 anos.

A descrição do embarque sintetiza um amplo processo de mediação que as agências de emigração realizavam na Europa. No Brasil, os governos federal e estadual autorizavam empresas particulares a realizarem o transporte de emigrantes que, chegados ao Rio de Janeiro, tomariam seus destinos. Havia diferentes interesses em jogo, e nem sempre a viagem corria sem percalços. A organização das sociedades de emigração, nas nações nela envolvidas, estava articulada à tentativa de coibir os engodos nos quais os camponeses eram enredados. No da emigração dos galicianos, ficou célebre a atuação dos agentes italianos. Estes criavam expectativas de se “fazer a América” inclusive trabalhando com elementos da cultura local. (ANDREAZZA, 1996, p. 46-47).

Aqui não será descrito o trecho da viagem de navio entre Gênova e Rio de Janeiro dos

emigrantes ucranianos, porque os sofrimentos passados por eles praticamente foram os mesmos passados pelos emigrantes poloneses, conforme foi visto anteriormente.

Após passarem a “quarentena” na Ilha das Flores no Rio de Janeiro, os imigrantes eram encaminhados para os seus núcleos coloniais. Os imigrantes destinados ao Paraná viajavam de navio até o Porto de Paranaguá, de lá alguns pegavam um trem até o Município da Lapa. O restante do trajeto era feito de carroções, nos quais viajavam 70 léguas (420 km) para chegarem a Antonio Olinto, e os destinados à Colônia de Prudentópolis viajaram mais de 100 léguas (600 km). (ANDREAZZA, 1996, p. 49).

Os camponeses ucranianos e poloneses da Galícia, que vieram em busca de terras para cultivar e ganhar seu sustento, encontraram uma realidade bem diferente em relação ao “paraíso das delícias” que era preconizado nos boletins distribuídos na Europa e que informavam sobre as condições dadas aos imigrantes que viessem ao Paraná⁹⁸, “ocupados na explanação das vantagens da emigração, possivelmente não informaram o relativo despreparo do governo paranaense para o assentamento de grandes levas de imigrantes”. (ANDREAZZA, 1996, p. 51).

Por não ter encontrado documentos em português – tão somente em ucraniano⁹⁹ – a respeito da chegada dos ucranianos em Prudentópolis, em pesquisa de campo realizada na Sociedade dos Amigos da Cultura Ucraniana e União Agrícola Instrutiva em Curitiba; no

⁹⁸ Andreazza divide em dois tipos, os boletins distribuídos na Europa. Um do tipo Carteira Folheto (traduzida para o Alemão, Italiano e Polonês), portátil, cômoda, contendo informações sucintas sobre o Paraná, editada pelas Sociedade de Imigração de Curityba e Associação de Aclimação Paranaense; e, o livro “Notícias do Paraná”, editado também em Alemão, Italiano e Polonês pela Tipografia d’A República, em 1894, contendo informações mais detalhas sobre situação e limites do Estado, superfície, topografia, clima, população, agricultura, comércio, indústria, vias de comunicação, mapas e as vantagens que o governo estadual disponibilizava para quem emigrasse para o Paraná. (p. 50).

⁹⁹ Inacessível por não ter conhecimento da língua ucraniana.

Seminário São Josafat e no Museu do Milênio em Prudentópolis, vou me valer da pesquisa de Maria Luiza Andreazza (1996) que, relata a chegada, no final de 1895, de 2.250 camponeses ucranianos na Colônia Antonio Olynto, hoje, Município de Antonio Olinto no Paraná. No entendimento da autora, os camponeses ucranianos possivelmente não imaginaram que os lotes tão desejados ainda estavam por ser demarcados e que teriam participação ativa na medição das linhas do núcleo colonial, a qual em razão de pendências jurídicas, no que diz respeito à questão fundiária, demorou vários anos. O que não ocorreu na Colônia de Prudentópolis, no distrito de São João de Capanema, hoje, Município de Prudentópolis, Paraná, pois as terras onde foi instalada a colônia foram doadas pelo governo do Estado ao governo Federal, as quais eram devolutas.

**Foto 8 - Barracões dos primeiros camponeses ucranianos em Prudentópolis
- PR, em 1896.**

Acervo: Prefeitura Municipal de Prudentópolis

Mas, os 8.000 camponeses ucranianos, de 1.500 famílias, que foram designados a receberem terras nessa colônia também esperaram por alguns meses, onde ficavam aguardando em barracões choças que ajudaram a construir. Enquanto permaneciam nos barracões, recebiam alimentos e aqueles que recebiam seus lotes de terra ganhavam subsídios para iniciar sua nova vida. Tal fato pode ser comprovado na foto 8.

De acordo com Cecília Hauresko (2001), em 1895, o então distrito de São João de

Capanema, do município de Guarapuava, atual município de Prudentópolis, era uma povoação próspera, com ruas traçadas, mas com casas precariamente construídas, a qual se tornou movimentada com a chegada de famílias de camponeses ucranianos e poloneses que seriam instalados na colônia, e cujo espaço foi construído em forma de linhas abertas ao norte e ao oeste da sede: “Eram linhas onde se delimitavam terrenos de geralmente 10 alqueires, interrompidos por núcleos maiores, nos cruzamentos. As primeiras linhas abertas para estabelecer colonos europeus foram: Linha Abril, São João e Rio dos Patos.(...)” (p.44-45). (Ver Mapa 2 - Planta da Colônia de Prudentópolis, p. 520).

Andreazza (1996) transcreve um extrato do relato de um padre ucraniano referente aos primeiros tempos dos ucranianos no Paraná: “Chegados ao Brasil, instalou-se o governo hospedeiro nas diversas localidades dos seus vastos sertões. Repartiu então essas extensas regiões em lotes de 10 alqueires cada um. Colocou neles os colonos que podiam apropriar-se desses lotes, pelo preço de 300 a 400 mil réis, a pagar num tempo ilimitado¹⁰⁰”. (p. 51).

A demarcação dos lotes rurais da colônia, em média com 10 alqueires, esteve sempre acompanhada pelo diretor da colônia, Claudio Ferreira de Abreu. Os camponeses ucranianos, poloneses e brasileiros participavam da instalação da colônia. (Ver Mapa 2). Abriam picadas, atuavam na medição e demarcação dos lotes e na construção de moradias das famílias, que lentamente, tomavam posse das novas terras. Na segunda metade de 1896, as 188 famílias de camponeses ucranianos, poloneses e brasileiros receberam seus lotes. O restante das 1.615 famílias de camponeses que ficaram no aguardo de suas terras foi objeto de preocupação do diretor da colônia, inclusive pelos camponeses brasileiros que estavam passando privações devido à falta de meios de subsistência e abrigo. Preocupa ainda a quantidade de camponeses ucranianos e poloneses abrigados nos barracões, o que acarretava sérios inconvenientes ao serviço de administração da colônia.

100 Livro Tombo do Curato Antonio Olynto, 1911-1980, p.1 apud Andreazza, 1996.

No entendimento de Andreazza (1996), os camponeses ucranianos e poloneses estavam literalmente largados à própria sorte, não tendo a quem recorrer. Não possuíam representação oficial, já que o vice-consulado da Áustria-Hungria só foi instalado em Curitiba em setembro de 1896. Além de que, esses camponeses tinham dificuldade de comunicação, pois, ainda não dominavam a língua portuguesa. (p. 55).

Assim como em outras colônias do Paraná, em Prudentópolis ocorreram conflitos entre os camponeses e os índios Kaingang, como os que ocorreram na Colônia Lucena, não muito distante de Prudentópolis, onde os índios atacaram os camponeses e mataram 19 poloneses em 1895, na luta para reconquistarem seus territórios expropriados pelos colonizados¹⁰¹, conforme relatório do Secretário de Negócios, Justiça e Instrução, Antonio Augusto de Carvalho Chaves (1896).

Nesse sentido, Andreazza (1996) faz uma crítica acertada ao Governo do Paraná, devido ao seu despreparo para receber os imigrantes: “A aceitação das levas de galicianos que entraram em 1895 não implicou prévia preparação de lotes coloniais, nos quais os imigrantes, tão logo chegassem ao Paraná, pudessem ativar uma plantação para sua subsistência”. Andreazza (1996) ainda acrescenta os problemas enfrentados no acerto das medições dos lotes colônias; de um lado, por incompetência dos engenheiros contatados para a sua excussão, de outro, as questões concernentes às pendências jurídicas em torno da posse das terras devolutas, onde o Estado estava instalando diversas colônias. (p. 56).

Há de se considerar também que todos os camponeses imigrantes que eram assentados nos núcleos coloniais tinham que pagar a dívida colonial em moeda corrente e/ou mediante a prestação de serviços em obras públicas que beneficiassem a colônia. A quitação da dívida era um problema para os camponeses, já que envolvia a moeda. Em razão dos núcleos coloniais estarem localizados normalmente distantes dos centros urbanos, em mata virgem, o trabalho

¹⁰¹ Termo utilizado no mesmo sentido de Valdir Gregory (2002), que define o Estado como colonizador, em razão da aplicação de sua política imigratória nesse período.

na agricultura de subsistência. No entanto, os camponeses construíram estratégias para o pagamento da dívida. Desse modo, alguns se inseriam nos trabalhos em obras de abertura de picadas, estradas, pontilhões, de acordo com o que estava previsto pelo estado como forma de completar o pagamento. Também, os chefes de famílias, quando já tinham desmatado área de suas terras suficiente para plantar, deixando o resto do trabalho na agricultura para serem executados pelos outros membros das famílias, empregavam-se na construção da Ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul. Assim como, nos meses de inverno trabalhavam na coleta da erva-mata nativa.

Andreazza (1996) afirmou também que a falta de circulação de moeda inseriu os camponeses numa prática de “captação financeira”, comum em outros núcleos de imigrantes, “que lhes permitia tanto o pagamento da dívida colonial como a compra de produtos essenciais”. A prática consistia na entrega de parte de sua produção em grãos – feijão, milho, trigo, batata e cevada – ou erva-mate para os comerciantes locais em troca de dinheiro. “A transação não envolvia simultaneidade, ou seja, a entrega dos produtos por parte dos colonos e o dinheiro por parte dos comerciantes não se processavam ao mesmo tempo”. Os comerciantes antecipavam dinheiro para os camponeses pagarem parte da dívida colonial. Por sua vez, os camponeses pagavam seus empréstimos junto aos comerciantes com parte de sua produção. (p. 61).

Portanto, de acordo com a política migratória para a colonização do Sul do país, os camponeses galicianos – ucranianos e poloneses – foram assentados na zona rural do sul e centro-sul do Paraná com o objetivo de se tornarem pequenos proprietários.

Ao analisar a disposição dos lotes da Colônia de Prudentópolis no espaço, percebe-se que os camponeses ucranianos e poloneses tinham fortes laços familiares. Ao que tudo indica, pode-se afirmar que, no caso desses camponeses, a imigração não agiu necessariamente como fator desagregador dos laços familiares e culturais. De acordo com Andreazza (1996), sabe-se

que, mesmo na Europa pré-capitalista, não era a composição do domicílio que atestava a vivência de uma família extensa, mas era no trabalho e nas relações cotidianas que se percebia a “configuração de uma sociabilidade que não albergava a nuclearização familiar”. A contiguidade dos lotes familiares, contínua entre os camponeses ucranianos e poloneses de Prudentópolis, criou condições para o desdobramento da forma de viver tradicional. (p.77). (Ver Mapa 2 - Planta da Colônia de Prudentópolis, p. 520).

De acordo com Hauresko (2001), o campo do município de Prudentópolis é caracterizado por pequenas propriedades, cujas sedes são de pequenas casas, em estilo europeu, misturadas com casas modernas.

O habitat característico das colônias é o disperso, isolando-se as casas entre os pomares com orientação apenas pelas estradas. A presença de uma ou de outra grande propriedade é logo percebida pelo aparecimento de vastos campos recobertos uniformemente por uma só cultura, geralmente soja. Acrescenta-se, ainda em alguns lugares, **faxinais** com casas irregularmente dispersas num pasto natural arborizado, normalmente cercado, onde suínos, cabritos e gado podem transitar livremente. (p.46, grifo meu).

As diretrizes brasileiras para a instalação de núcleos coloniais, no período analisado, recomendavam uma pluralidade étnica, assentados na mesma colônia, camponeses de várias etnias, junto com brasileiros, tinha o objetivo de evitar aquilo que mais tarde passou a ser chamado de “quisto étnico”; assim, na Colônia de Prudentópolis estavam presentes os camponeses ucranianos, poloneses e brasileiros. No entanto, os dois últimos eram minoritários, podendo afirmar que a despeito do projeto multiétnico inicial, Prudentópolis foi uma colônia de ucranianos. Mesmo assim, existiu ou ainda existe uma fronteira cultural expressiva entre os ucranianos – maioria –, os poloneses e brasileiros. De acordo com Boruszenko (1995, p. 12), a população de Prudentópolis é composta de 80% dos descendentes de ucranianos. Já Hauresko (2001, p.47) afirma que é de 75%, “cujos padrões culturais, religiosos e sociais são ainda mantidos no estilo original”.

Andreazza (1996) lembra que os ucranianos e poloneses não possuíam uma única tradição: “abrigavam, sim, diferenças histórico-culturais agudas. Por isso mesmo, pode-se

pensar que na reestruturação dos respectivos códigos sociais e rivalidade étnica já veio pronta”. (p.79). Ou seja, as diferenças entre ucranianos e poloneses tiveram seu molde na Galícia e em Prudentópolis elas foram retomadas.

Mesmo havendo um idioma comum entre os galicianos, o que facilitava a comunicação entre eles, ao menos comparativamente em relação aos brasileiros da colônia.

Andreazza (1996) entendeu que:

A semelhança linguística entre os rutenos traduzia-se em condições propícias a uma recriação cultural que, pelo próprio fato migratório, mesclaria diversos códigos sociais correspondentes às várias culturas que migraram. Em outras palavras, estas populações imigrantes usaram seus respectivos acervos culturais para montarem os significados de pertencimento étnico. Tudo indica que foi da comunhão de tradições e idiomas assemelhados com a prática de uma religião comum que se retiraram os marcos da contrastividade com os demais.

Nessa recriação cultural [...] uma matriz de contrastividade trazida da Galícia. E ela foi retomada na colônia, fato que se evidencia pelos atritos havidos entre os dois grupos desde o estabelecimento. Nas demarcações étnico-culturais era expressivo o fato de os rutenos serem de rito grego ou ortodoxo e os poloneses, de rito latino. (p. 80).

Na colônia de Prudentópolis passou a haver uma relação muito estreita entre a crença religiosa e identificação étnico-cultural. Sobre essa questão Hobsbawm (1990), ao estudar o Leste Europeu afirmou que:

Os índios e os espanhóis no império e os paraguaios, brasileiros e argentinos desde a independência foram todos, igualmente, fiéis de Roma, e não podiam distinguir-se como comunidades por sua religião. Felizmente, as verdades universais estão frequentemente em competição, e as pessoas que estão na fronteira de algumas dessas verdades podem, às vezes, escolher outras como um distintivo étnico, como o fazem russos, ucranianos e poloneses para se diferenciarem entre si como católicos romanos, ortodoxos e uniates (a cristandade provou ser a mais conveniente procriadora de verdades universais rivais). (p. 83-84).

De acordo com Andreazza (1996), tudo indica que as formas rituais da religião mantiveram-se como o princípio da divisão religiosa entre os camponeses ucranianos e os poloneses. Nesta questão, mesmo sendo minoria, os poloneses levavam vantagem sobre os ucranianos, pois o povo brasileiro na época majoritariamente professava a religião católica romana, enquanto que aos camponeses ucranianos “restou a resignação – em nome da fé – dirigiam suas orações no mesmo local e sob o rito latino” (p. 81) Há de se citar que existia na sede do distrito de São João de Capanema uma capela, onde eram recebidos com mais

frequência os padres poloneses.

Possivelmente os elementos mais importantes recriados pelos camponeses ucranianos e poloneses de suas culturas e práticas sociais para a pesquisa, eram as práticas sociais das terras comunais e o uso comum das florestas e pastos, com pequenas alterações praticadas nas terras negras da Galícia, quer seja Ocidental ou Oriental, a saber: nos faxinais de Barra Bonita, Paraná Anta Gorda, Ivaí Anta Gorda, Manduri, São Pedro, Papanduva de Baixo, Barro Branco, Papanduva de Cima, Marcondes, Santo Antonio, Ponte Nova, Patos Velhos, Tijuco Preto e Taboãozinho em Prudentópolis, cuja etnia predominante é a de descendentes das três primeiras gerações dos camponeses ucranianos imigrantes [não deixando de existir a presença da etnia polonesa e cabocla]; e, no Faxinal Água Amarela de Cima, em Antonio Olinto, onde recriaram uma aldeia camponesa ucraniana / polonesa. (Ver Mapa 3 e Mapa 4).

A continuação das práticas das terras de uso comum nos criadouros comuns ou comunitários na formação social dos faxinais do Paraná, onde predominam os descendentes de camponeses ucranianos e poloneses na contemporaneidade, mostra que entre uma fração importante dos camponeses imigrantes da Galícia, os significados efetivamente norteadores de suas vidas fundam-se na continuação da estrutura cultural camponesa da qual são originários. E isso é importante para a consolidação da formação social do faxinal no Paraná, pois, a emigração dos camponeses ucranianos e poloneses não implicou apenas a mudança do espaço geográfico, mas deixou de lado relações cotidianas e práticas sociais com o ecossistema das terras negras no qual foi construído grande parte de seus significados culturais.

Andreazza (1996) entende que foi mais do que isso, deixar a Galícia significou uma ruptura radical na natureza das relações sociais. “Lá, os emigrantes eram camponeses em situação quase feudal, aqui proprietários – senhores de si mesmos” (p. 258-259). Emigrando para o Brasil, os camponeses ucranianos e poloneses criaram, efetivamente, a possibilidade de

reestruturar seus códigos sociais em novas bases, quebrando a lógica dos lotes individuais preconizada pela política de imigração tanto do governo federal, como do governo estadual, para a formação do criadouro comum ou comunitário, onde o mais importante é o uso comum dos recursos naturais disponíveis. Uma fração do campesinato ucraniano e polonês optou para permanecer vivendo uma sociabilidade comunitária em que as florestas e pastagens de uso comum e o *mir* lhes ofereciam em sua pátria mãe. Assim vai por água abaixo a tese de Chang (1988) e Wachowicz (1985) de que os camponeses ucranianos e poloneses tinham uma ânsia por terra ou fome de terra fora dos padrões conhecidos pelos brasileiros (Ver Mapa 2).

Inclusive, se assim fosse, os camponeses, principalmente os ucranianos, não teriam formado faxinais nos lotes individuais de terras que adquiriram do governo na Colônia de Prudentópolis. Essa afirmação é corroborada com que diz Hauresko (2001) quando divide o espaço geográfico do município em três regiões diferentes de agricultura. A área Central e no Sul, nas proximidades da sede do município é amplamente ocupada pela agricultura camponesa. Nessa região existem vários faxinais “cujo potencial do solo apesar de alto não é explorado, onde predomina “os espaços incultos e capões de matas nativas entremeadas com moradias de pessoas que se deslocam diariamente para as atividades agrícolas situadas à distâncias consideráveis da moradia, normalmente em terras de revelo fortemente ondulados”. (HAURESKO, 2001, p. 58).

Ou seja, os camponeses ucranianos, poloneses imigrantes e uma pequena minoria de camponeses brasileiros – caboclo, cafuzo, mameluco e outros – ao criarem frações do território comunitário faxinalense nas terras coloniais de Prudentópolis, criaram também a possibilidade de se encaminharem para uma transformação estrutural e de manterem viva a concepção da realidade que informara a experiência de seus ancestrais. Uma vez que a consolidação e manutenção da fração território comunitário do faxinal na contemporaneidade pelos seus descendentes significa estabelecer a condição de mapear seu presente com marcos

de referência do passado.

Portanto, não se pode negar a significativa contribuição dos camponeses ucranianos, poloneses e seus descendentes na consolidação da formação social do faxinal do Paraná [que, no meu entendimento, são camponeses faxinalenses, uma fração do campesinato paranaense] bem como, a contribuição dos camponeses que participaram da Guerra do Contestado e seus descendentes, como poderá ser visto no item a seguir.

Mapa 2 – Planta da Colônia

Mapa 3 – Uso da Terra em Prudentópolis

7.4. CAMPONESES REBELDES DO CONTESTADO

Não serão analisadas aqui todas as batalhas e seus resultados, pois acredito que vários autores já as fizeram de acordo com suas visões de mundo. Mas, entendo como importante lembrar que, durante a guerra dos camponeses rebeldes do Contestado, no auge do movimento, os camponeses rebeldes ocupavam uma área de 28.000 km², cujos limites eram: ao norte, pelo Rio Iguaçu e a Estrada de Ferro de São Francisco, desde as proximidades de União da Vitória (PR), incluindo o Município de Canoinhas (SC), até próximo do atual município de Rio Negro (PR); ao sul, incluía-se as terras de Lajes (SC), de lá se seguia até as proximidades de Curitibanos e de Campos Novos, ambos em Santa Catarina; a leste, incorporavam-se as terras dos municípios de Itaiópolis e Papanduva (SC), seguidas das picadas das colônias Moema e Irecema até as cadeias de montanhas da Serra do Mirador e as demais nascentes dos rios que conformam a bacia do Itajaí; a oeste, a Estrada de Ferro São Paulo– Rio Grande.

Concentrado nos redutos, redutinhos ou vilas/cidades santas e guardas, viviam 20.000 (vinte mil) camponeses na região, no final do massacre, ou melhor do genocídio do Contestado. Em função dele, haviam morrido de 6.000 (seis mil) a 8.000 (oito mil) camponeses rebeldes em combates, por doenças, fome ou degolamento. Do total da população rebelde, pouco mais de 8.000 (oito mil) eram homens que lutavam contra as forças repressoras, sendo mais ou menos o mesmo número de mulheres, 3.200 (três mil e duzentas) crianças e próximo de 3.000 (três mil) pessoas de ambos os sexos incapazes de lutar. O conflito envolveu 6.000 (seis mil) efetivos das tropas repressoras e mais 1.000 (mil) vaqueanos¹⁰², em que morreram mais de 2.000 (dois mil) soldados e vaqueanos¹⁰³, em 14

¹⁰² Os civis que contribuíram com as forças repressoras do Exército, mobilizados pelos coronéis locais, eram conhecidos como vaqueanos.

¹⁰³ De acordo com o depoimento do Segundo-Tenente Luiz Ferrante, morreram só na parte das tropas repressoras mais de 8 mil, que é considerada uma estimativa exagerada por muitos autores.

ataques aos redutos rebeldes pelas forças repressoras. A guerra custou 2.999.984\$745 ao povo brasileiro. O que significa que o Presidente Hermes da Fonseca e os governadores dos estados de Santa Catarina e Paraná não mediram esforços para defenderem os interesses dos capitalistas estrangeiros, nacionais, das oligarquias estaduais e do coronelismo locais. (Monteiro, 1974, p. 271-277; QUEIROZ, p. 199-200).

É certo que o movimento rebelde do Contestado não era formado apenas por camponeses, mas, sem dúvida alguma, foi um movimento em que a participação dos camponeses expropriados pelo modo capitalista de produção, com a participação de capitais estrangeiros e de uma pequena parcela de capitais nacionais [que estava na sua fase inicial de territorialização na região, representado pela Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, pela Brazil Railway e Southern Brazil Lumber and Colonization Company; pelos interesses políticos das oligarquias estaduais e dos ‘coronéis’ locais do Paraná e Santa Catarina] foi majoritária. Por isso, na pesquisa referente à Guerra do Contestado, esta será compreendida como a guerra dos camponeses rebeldes, salvo os casos em que forem citadas referências de autores que não a entende assim.

Analisar a contribuição dos camponeses que participaram do movimento de rebelião no Contestado na consolidação da formação social dos faxinais do Paraná não é uma tarefa das menores e principalmente quando se busca a tentativa de uma síntese. Isso por várias razões: primeiro por entender que a Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois abarca vários fatores que se ligam, sejam eles de ordem social, política, econômica, cultural e religiosa; e segundo, porque na atualidade existe uma vasta literatura sobre a região contestada, nas mais diferentes áreas das ciências, seja na História, Sociologia, Antropologia e Geografia, entre outras, com as mais diferentes visões de mundo a respeito do que ocorreu na revolução camponesa do Contestado - como, por exemplo, a visão do historiador paranaense Romário Martins, que é citado por Nilson Cesar Fraga (2006):

O vocábulo “sertão” designa lugar de floresta distante de povoação civilizada, habitado ou não. Quando habitado, sua população é em regra representativa dos primitivos aborígenes do país e em parte mestiça, de cruzamento com brancos, e, em pequeno número com preto. Há muitos anos atrás entre esses povos apareciam bandos de fanáticos, guiados à malandragem e à desobediência legal por indivíduos que lhes exploravam a rude credence e a ignorância das vantagens sociais. (MARTINS *apud* FRAGA, 2006, p.27).

Ou a visão do historiador Noel Nascimento (2005) sobre os monges e camponeses rebeldes: “Monge é o asceta plebeu e rebelde, visto no campo como um salvador, um enviado do céu. Não é padre nem frade, porém um líder místico que se destaca na massa de vagabundos e desocupados dos latifúndios”. (p. 75). Esses historiadores para defenderem os grandes capitalistas nacionais e estrangeiros, os grandes latifundiários grileiros de terras devolutas, as oligarquias locais e estaduais, representados pelos seus coronéis, analisam de forma raivosa a participação dos camponeses na revolução do Contestado¹⁰⁴. Isso significa que a história elaborada por eles em nada contribuiu para elucidar o conflito. Só serve e muito bem como referência para uma parcela dos atuais latifundiários do Paraná objetivarem desclassificar e criminalizar os movimentos sociais do campo paranaense, como é o caso de um atual senador do PSDB – cujas campanhas eleitorais são financiadas pela UDR –, em frequentes discursos no plenário do Senado.

Contudo existe uma bibliografia documental contendo importantes dados, com relatórios dos integrantes – os cronistas – do Exército brasileiro que combateram, ou melhor, massacraram os camponeses rebeldes. E obras analíticas a respeito do acontecido, com destaque para a pesquisa de Maria Isaura Pereira de Queiroz¹⁰⁵ (1957), Maurício Vinhas de Queiroz (1966) e Duglas Teixeira Monteiro (1974), considerada, por todos que se interessam pela questão, a mais fecunda pesquisa interpretativa do conflito.

¹⁰⁴Duglas Teixeira Monteiro (1974) realiza um significativo debate com Edgar Carone (1970), entre a diferença do poder do coronelismo e das oligarquias. No Entendimento do Monteiro a diferença não apenas na escala de poder, pois “a ação do ‘coronel’ tende para a esfera privada e a das oligarquias tende para a esfera pública. Num processo incipiente nos Estados atrasados, mas discernível de modo mais claro nos adiantados, as oligarquias, progressivamente, deixariam de ser a expressão pura e simples do coronelismo em uma outra escala, e o oligarca, ‘um coronel como outro qualquer’ ou um mero ‘representante dele’”.

¹⁰⁵ Da pesquisa da Maria Isaura Pereira de Queiroz só tive acesso ao resumo publicado em 1957 no Boletim nº. 187. Sociologia 1 nº 5 da FFCL-USP.

É com base nas pesquisas de Monteiro (1974), Queiroz (1966), Marli Auras (2001) e Fraga (2006) e outros autores, que compreenderam a luta do campesinato do Contestado como forma de resistência a sua expropriação, que será analisada a contribuição desta para a consolidação da formação social dos faxinais no Paraná, em que serão destacados alguns elementos como a luta pela terra, o catolicismo popular, a fraternidade, a solidariedade, a festa e a prática do uso equilibrado da natureza – principalmente no que se refere à luta e resistência desses camponeses na preservação da araucária.

7.4.1. O espaço contestado, suas características naturais e ocupação

A denominação de contestado se deve em razão de ter existido um litígio de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina. De acordo com Monteiro (1974), a questão do litígio dos limites entre os dois Estados e o problema relativo aos impostos sobre a erva-mate, ofereceram exemplos de como os *chefes locais* eram manipulados pela oligarquia estadual, e dela se aproveitavam na defesa de seus interesses e dos interesses de suas clientelas políticas. Com o objetivo de fixar jurisdição e de criar fatos consumados, as autoridades de ambos os estados fomentavam a criação de vilas, legalizavam posses e concediam terras a correligionários ou empresas nas áreas litigiosas. Os choques gerados nesse embate que, na esfera jurídica, chegou até ao Supremo Tribunal, excitaram-se na fronteira entre duas frentes extrativas de erva-mate, uma paranaense, com base em União da Vitória, e outra catarinense, em Canoinhas. (p. 29-30).

De acordo com Nilson Cesar Fraga (2006), não houve entendimento no âmbito administrativo até o advento da República, mesmo que a Constituição de 1891 fixasse que os litígios de limites fossem resolvidos politicamente. No entanto, Santa Catarina procurou uma solução judicial na tentativa de solucionar a questão, entrando com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação inicialmente foi defendida pelo Conselheiro Silva Mafra, na

qual Santa Catarina reivindicava o direito de possuir limites naturais, tanto é que alegava ser sua a área situada ao sul dos rios Saí-Guaçu, Negro e Iguaçu. O Paraná constituiu o Conselheiro Joaquim da Costa Barradas como seu defensor junto ao STF. Quem, em 06 de julho de 1904, através de acórdão deliberou que toda a área ao sul do Rio Iguaçu pertencia ao estado de Santa Catarina. O estado do Paraná não se conformou e embargou a decisão

Em 1909, o STF recusou os embargos paranaenses e mais uma vez deu ganho de causa para Santa Catarina, dessa vez defendida pelo futuro Presidente da República, Epitácio Pessoa. O Paraná contratou o jurista Rui Barbosa para defender seus interesses. Em virtude dos novos embargos interpostos pelo Paraná, agora representado pelo jurista Inglês de Souza, o STF, em julho de 1910, pela terceira e última vez, manteve o acórdão. Cabendo, daí em diante, a execução da sentença. (FRAGA, 2006, p. 55-56).

Com falecimento do Conselheiro Mafra, a lide pelo Estado de Santa Catarina passou a ser exercida pelo Visconde de Ouro Preto, Afonso de Assis Figueiredo, que requereu a expedição do mandato executório que o juiz federal, Seccional do Paraná, deixou de cumprir, enviando ao Supremo uma carta testemunhável, que resultou, a 04 de janeiro de 1913, no seu julgamento.

Entretanto, já se incendiara o estopim nos campos de Irani – a guerra e o genocídio nas terras contestadas haviam iniciado. E, naquele momento, do lado paranaense, a imprensa incitava os ânimos, o bairrismo se exaltava e se usavam argumentos como criminalidade no território catarinense do Contestado. (FRAGA, 2006, p.56).

De acordo com o autor, com o agravamento da Guerra do Contestado, o Presidente da República, Wenceslau Braz, interveio na questão. Convocando os governadores para encontrar uma solução, ao mesmo tempo em que nomeou um comandante da Marinha como moderador entre os dois governos. O presidente da república, então, sugeriu a divisão da área contestada. Em 20 de outubro de 1916 foi assinado um acordo de limites pelo Governador Afonso Alves Camargo, do Paraná e pelo Governador Felipe Schmidt, de Santa Catarina, assim o Paraná ficou com 20.310 km² e Santa Catarina, com 27.570 km². Os paranaenses abriram mão da área compreendida aos municípios de Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas, em contrapartida recuperaram toda área referente aos municípios de Palmas e Clevelândia. Já a cidade fundada pelos paulistas, à margem do Rio Iguaçu foi dividida, ficando União da Vitória

para o Paraná e Porto União para Santa Catarina. O acordo foi aprovado pelas duas Assembleias Legislativas, com anuência do Congresso Nacional e a demarcação dos limites ficaram a cargo de uma comissão militar. (FRAGA, 2006, p. 56-57).

No entendimento de Queiroz (1966), a região é caracterizada como fazendo parte dos formadores dos rios Negro, Iguaçu, Pelotas e Uruguai, já os rios menores, os ribeirões, os riachos, “cravam sulcos em todas as direções da rosa-dos-ventos; só os grandes rios caminham em direitura da hinterlândia: depois de uma volta imensa dentro do continente, misturarão suas águas no estuário do Prata” (p. 7), onde é encontrada uma das cabeceiras da Bacia do Rio Prata em que “topam-se plainos onde a vista se espraia longe”. De repente a terra se levanta, em pinotes nervosos e as altitudes alcançam 1.500 metros no topo da Serra do Mar e depois, vagarosamente, as altitudes vão decrescendo até alcançarem 600 metros no vale do rio do Peixe.

Tanto pelos habitantes como pelos vizinhos, toda a área é apelidada assim vagamente: **a Serra, às vezes Serra-Acima**. Nela se identificam serras particulares, das quais a mais importante é a do Espigão, que a divide quase ao meio, mais ou menos no rumo leste-oeste. De maneira geral, os moradores são denominados e denominam-se a si próprios serranos. [grifo no original]. (QUEIROZ, 1966, p.8).

Na vegetação original, a araucária caracterizava a paisagem. No entanto, os campos nativos ocupavam dois terços da área, que alguns autores afirmam ter entre 25.000 a 28.000 km² a área territorial onde ocorreu a rebelião dos camponeses do Contestado. Os campos nativos se concentravam ao sul e a oeste, onde se estendiam pelas colinas brucas, não desaparecendo totalmente ao norte e a leste. Também eram encontrados campos limpos e campos sujos, estes reconhecidos de longe pela quantidade de pequenas vegetações, havia macegas e *faxinais*, nome que se empresta a uma espécie de cerrado. (Ibid., p. 8).

Essa sumária análise da questão do litígio dos limites serve para afirmar que a sua contribuição direta foi relativa para a eclosão do movimento rebelde, mas indiretamente, ao longo da história do litígio dos limites entre os dois estados, foram se estruturando alguns nexos que podem ser entendidos como significativos para que o espaço em disputa fosse

palco do ocorrido, uma vez que, em razão de interesses políticos e econômicos, foi tecida uma teia por trás do fato. Mesmo se sabendo que o movimento rebelde dos camponeses da região contestada tinha como bandeira o fim do litígio, a guerra foi usada para a resolução do litígio dos limites entre o Paraná e Santa Catarina.

Compreendo ainda ser pertinente tratar da caracterização do relevo, vegetação e hidrografia da região em razão de que, em vários momentos deste item da pesquisa, será visto que esses foram elementos estratégicos importantes para os camponeses rebeldes que usaram táticas de guerrilha na luta contra o Exército da República ao invadirem seus redutos ou cidades santas.

Assim como em grande parte da região Sul do Brasil, a ocupação espacial da região do Contestado acontece em dois momentos, pois sendo uma região ocupada pelo povoamento indígena, ocorre a expansão das reduções jesuíticas e de seus embates com os bandeirantes paulistas. No entanto, nem os jesuítas, nem os primeiros bandeirantes predores de escravos indígenas e muito menos os militares e aventureiros espanhóis deixaram marcas importantes. (QUEIROZ, 1966, p. 12).

A região se liga, primeiramente, à abertura do Caminho de tropas, Estrada de tropas, Caminho do sul, Rota dos Sertões de Viamão, entre outros vários nomes que recebeu a ligação entre Rio Grande do Sul e Sorocaba em São Paulo. Esse caminho, até o início do século XIX, destinava-se ao transporte de couros, escoamento para tropas de muares, gado vacum e charque. Pois, com advento do período da extração do ouro em Minas Gerais, os habitantes de Catas Altas da Noruega-MG necessitavam de alimentos e todo o tipo mercadoria e para transportá-los do Rio de Janeiro, São Paulo e Nordeste havia a necessidade de tropas de burro, além disso, os burros eram necessários para os trabalhos nas minas.

No Rio Grande do Sul, que estava sendo conquistado pelos jesuítas e os índios, as *vacarias* dos padres e os rebanhos de gado, quase que selvagens, de início só se prestavam

para os bandeirantes extrair couro e sebo. Mas ali dispunham também, o que se tornaria precioso com a abertura das minas, de cavalos e muares em grandes quantidades e a pequenos custos, comprados dos índios ou arrebanhados nos pampas, os quais não podiam ser transportados por navios a vela — o trajeto mais curto e mais fácil por terra era o caminho das tropas que passavam pela região do Contestado.

Conforme Queiroz (1966) e Monteiro (1974), mesmo depois da Independência, o caminho de tropas continuou sendo o principal elo a unir o extremo Sul ao centro do Brasil. Mesmo sendo uma trilha moldada pelos cascos de burros e boiadas, sua influência só decaiu com a construção das estradas de ferro. Esse caminho cortava a região do Contestado do sul para o norte em toda a sua extensão, e após cruzar os campos de Lajes, chegava a Curitiba, rompendo uma extensa faixa de floresta virgem, nas matas do rio Negro até sair nos Campos Gerais do Paraná, seguido rumo a Itararé até chegar a Sorocaba. (ver o percurso feito no Paraná no Mapa 4 – Situação dos faxinais, p. 577). Os tropeiros às vezes faziam a viagem direto a Sorocaba, outros costumavam parar nos campos de Lajes, ao sul de Santa Catarina, onde permaneciam até um ano para engordar os animais e, depois, continuavam seu destino que era Sorocaba. (QUEIROZ, 1966, p. 14; MONTEIRO, 1974, p. 19).

Queiroz (1966), com base em trabalho do geógrafo Pierre Deffontaines¹⁰⁶, afirma que os comerciantes de burros eram denominados de *alquiladores*, e suas tropas eram formadas por burros selvagens — os quais eram amansados em Sorocaba — e eram compostas de centenas e, eventualmente, até milhares de muares, divididos em lotes. Cada tropa era dirigida por um capataz, auxiliado na maioria das vezes por índios provenientes das missões e por um menino que viajava a pé - o *piá*, “encarregado de todos os pequenos trabalhos anexos, verdadeiro grumete da tropa”(Ibid., p. 16). Com o passar do tempo, na busca de novas pastagens para os muares e o gado *vacum*, bem como caminhos que evitassem os postos

¹⁰⁶ DEFFONTAINES, P. As feiras de burros de Sorocaba. In: **Revista Geografia**. São Paulo: ano I, nº 3., 1935.

fiscais, onde eram cobradas taxas por cabeça de animais, foram sendo abertos novos ramais do caminho de tropas. No caso, é possível constatar os novos ramais no Paraná no Mapa 4, 577. (Ibid., p. 15). De acordo com o autor, ao longo do caminho, em Serra-Acima, formaram-se frágeis posses de terra, sendo que algumas delas foram transformadas em propriedades definitivas. No entanto, poucas foram as que se estabeleceram nos primeiros anos devido ao temor de ocorrerem assaltos pelos índios Kaingang e Xocrén, que tinham suas aldeias próximas dessas terras. (Ibid., p. 16).

No segundo momento, o povoamento ocorreu em função da expansão da pecuária extensiva, cujas bases se encontravam em Lajes e Curitiba e que, a partir do eixo constituído pelo caminho de tropas, foram sendo ocupadas pelos europeus ou seus descendentes a duras penas. Pela grandeza que exigia a realização dessa, era necessário o esforço coletivo de grupos numerosos, não só para dominar os obstáculos naturais, mas também a resistência dos índios Kaingang, que cultivavam o milho e preferiam construir suas aldeias nos campos limpos, e dos Xocrén [do mesmo tronco linguístico] que, embora não praticassem a agricultura, pois viviam da coleta e da caça, percorriam as florestas de araucárias, que lhes serviam de refúgio e abrigo. (QUEIROZ, 1966, p.10; MONTEIRO, 1974, p. 19).

De acordo com Monteiro (1974), muitos anos mais tarde, depois do estabelecimento de grandes fazendas na região de Lajes, a atividade da pecuária continuava a se expandir no sentido norte. O autor dá como exemplo o caso de Francisco de Paula Pereira, figura importante na guerra dos camponeses rebeldes de Contestado, que era um grande proprietário de terras em São Bento, Paraná, e que deixou sua região no final do Império, devido a perseguições políticas, e alcançou as margens dos rios Putinga e Canoinhas, região que avaliou ser ideal para se estabelecer, assim voltando para buscar a família e agregados. Abriu, então, uma fazenda, a qual viria a ser a sede do município de Canoinhas, rica em erva-mate. O estado do Paraná, por sua vez, reivindicou-a como fazendo parte de sua área territorial. Mas

Francisco de Paula Pereira, considerado senhor absoluto das terras e tido como chefe local, rechaçou a autoridade policial paranaense e não se sujeitou à jurisdição do vigário de Rio Negro-PR. Ao mesmo tempo, acompanhado por uma comissão, dirigiu-se através de difíceis picadas a Curitiba-SC e lá se submeteu à proteção do coronel e chefe do lugar, Francisco Albuquerque – outra importante figura no conflito de Contestado – ao qual solicitou a proteção da área contra as pretensões do Paraná e dos bandidos que a infestavam. (p. 20). Já de acordo com Queiroz (1966), logo após a revolução federalista, Canoinhas transformou-se em uma espécie de república livre, para lá fugiam, com o objetivo de evitar os tribunais ou a justiça privada, velhos maragatos derrotados do Rio Grande do Sul, reais ou supostos criminosos do Paraná e Santa Catarina. (p. 35).

Monteiro (1974), com base no trabalho de Demerval Peixoto¹⁰⁷, afirmou que, no final do século e início do século XX, a região toda estava sob o poder de alguns fazendeiros, vinculados seja ao Paraná, seja a Santa Catarina, “todos ‘coronéis’ de roças, mandões políticos, uns e proprietários despóticos, outros, em regra preocupados com a dilatação de suas terras e o crescimento complicado dos bandos de seus animais”. (p. 20).

Nesse contexto, o autor afirma ainda que é importante salientar que a região de Serra-Acima, onde ocorreu a conflagração da Guerra do Contestado, foi um dos locais arrasados pela guerra civil que envolveu tropas federalistas do guerrilheiro Gumercindo Saraiva e as forças legalistas de Pinheiro Machado e outros chefes civis.

A memória dos combates entre *maragatos* e *pica-paus* manteve-se viva entre os caboclos do *Contestado*, havendo chefes rebeldes da *Guerra Santa* ou aliados da repressão que deles participaram. Sabe-se que o 2º João Maria, cujo papel enquanto inspirador involuntário dos rebeldes é conhecido, não somente se manifestou como adversário da República, como também não escondia sua admiração por Gumercindo, recusando-se a acreditar na morte do líder *maragato* e afirmando a esperança de um seu próximo regresso. O clima de extrema crueldade e de facciosismo exacerbado que caracterizou essa guerra civil, associando-se ainda à memória da Guerra dos Farrapos. Com segurança, o que se pode dizer é que à tradição da violência e à experiência guerreira ligadas às próprias condições de ocupação do território, vieram somar-se os episódios da Revolução Federalista. (MONTEIRO, 1974, p.21).

¹⁰⁷ PEIXOTO, D. (sob o pseudônimo de Crivalaro Marcial). **A campanha do Contestado**. Rio de Janeiro: 2º Milheiro, 1920.

Com isso, no campo da região contestada, a sociedade que se constituiu tinha a necessidade de cooperação, pois lá vigorava um autoritarismo quase militar. Por outro lado, a manutenção das clientelas e o custeio da mão-de-obra para o desbravamento exigiam dos que mandavam uma disponibilidade mínima de recursos materiais. Com isso, tem-se o que o autor denomina de três elementos condicionadores da formação de um mundo social que ocorreu não somente na região, mas em várias partes do Brasil, os quais se caracterizavam pela presença de laços de interdependência entre iguais e entre desiguais, de um autoritarismo, cuja escala variava na pirâmide “de poder e de chefias fundadas na possibilidade de disposição de recursos” (MONTEIRO, 1974, p. 21). Ao eclodir a Guerra do Contestado, colocam-se em evidência essas características da estrutura social da região. “Não fosse a preexistência de clientes e de parentelas encimadas por chefes locais, não teria sido possível ao comando da repressão aos rebeldes obter, de modo rápido, como o fez, a mobilização de cerca de mil civis armados”(Ibid., 21). O representante das forças repressoras dos camponeses rebeldes do Contestado que negociou com os chefes locais, seja para neutralizá-los, seja para conquistá-los seus paços, foi o Coronel Estillac, comandante da Coluna Sul, que atuava na região de Curitiba. Tais negociações eram consideradas pelas forças repressoras como indispensáveis, “além de outras razões, porque eram perfeitos conhecedores do território, afeitos à tática dos bandoleiros [...]” (MONTEIRO, 1974, p.21).

Para se ter uma melhor compreensão da necessidade de cooperação, do autoritarismo quase militar, da disponibilidade mínima de recursos materiais e da imprescindível aliança entre as forças repressoras e chefes locais para combater os camponeses rebeldes do Contestado, entendo que será necessário fazer uma discussão, mesmo que sucinta, a respeito da estrutura social e o ‘mandismo’ local na região no período do conflito.

7.4.2. Estrutura social e mandismo local

As regiões de pecuária, extrativas e agrícolas do Contestado integravam-se nas cidades

ou fora delas, por meio de uma série de contatos humanos que se processam de acordo com uma rígida hierarquia social. De acordo com Queiroz (1966), grosso modo, cotidianamente as relações que se estabeleciam por toda parte no processo de produção de bens podiam ser caracterizadas pelo predomínio dos laços de dependência pessoal que atrelavam a maioria dos camponeses a um reduzido número de grandes proprietários de terras (latifundiários). O autor, com base no relato de Setembrino de Carvalho, comandante da expedição militar mais importante enviada para combater os camponeses rebeldes, observou na estrutura social de Serra Acima que ““a diferença de condição entre o proprietário em muito se assemelham às que deveriam existir entre escravos e senhor¹⁰⁸””. Em todo e qualquer lugar da região, havia e era reconhecido um esquema básico de hierarquia social criando numa graduação de posições típicas no seio da sociedade, “em relação às quais sempre se encontravam pontos de referência as ocupações inclusive daqueles indivíduos que desempenhavam as ocupações raras”. A sociedade do campo do Contestado era composta da estratificação social nas seguintes categorias: coronéis, fazendeiros, criadores ou meio-fazendeiros, lavradores, agregados e peões. (QUEIROZ, 1966, p.37).

Cada município da região tinha seu **chefe político**, que era o **coronel** por excelência, fortemente ligado por laços de cooperação e ajuda mútua aos demais *coronéis* da região e ao governo do respectivo Estado – “um governo constituído de *coronéis*” –, que os apoiava em troca de favores e de exercer o governo no município com plenos poderes. Além do *chefe político*, havia em torno deste, um pequeno grupo de outros *coronéis* com menos poderes: eram os seus conselheiros e eventuais substitutos. Quando existia no município uma oposição política, esta era dirigida por um *coronel*, que, para ganhar popularidade, apresentava-se como “pai da pobreza ou defensor dos fracos”. É dado como exemplo o caso do *coronel* Henriquinho de Almeida, na cidade de Curitiba. Na sua região de influência – região

¹⁰⁸ CARVALHO, S. F. Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, ministro da Guerra. Rio de Janeiro: Militar, 1916.

contestada –, todo *coronel* era, via de regra, um dos maiores latifundiários. Como foram os Amazonas Marcondes em União da Vitória, os Arthur de Paula nas margens do Iguaçu, os Fabrícios Vieira, os Jucas Pimpão em Palmas e muitos outros chefes políticos no Paraná, e os Thomaz Vieira em Canoinhas, os Henrique Rupp em Campos Novos, em Santa Catarina. [grifos no original]. (Ibid., 37-38).

De acordo com Queiroz (1966), o que chama atenção é que os interesses dos *coronéis* como grandes latifundiários se entrelaçavam de uma forma característica, que as atividades comerciais e empreendimentos variavam no campo econômico. São os casos do *coronel* Manoel Thomaz Vieira, chefe político de Canoinhas que explorava erva-mate e dividiu parte de suas terras em lotes e vendeu a colonos; o de Amazonas Marcondes, em União da Vitória, que além de grande latifundiário, era comerciante forte e explorava a navegação fluvial do Iguaçu; Henrique Rupp de Campos Novos, participou dos negócios de terra com a Brazil Railway e, em 1911, assinou juntamente com Francis E. Cole, comissário de terras da empresa norte-americana, um edital advertindo os posseiros que moravam nas terras concedidas àquela empresa, a desocupá-las. (Ibid., p. 38).

De qualquer modo, todo *coronel*, para ter e manter seu prestígio, tinha em torno de si algumas dezenas de homens armados, prontos para executar cegamente as suas ordens, ou pelo menos, no mínimo ter a capacidade de mobilizar, em momentos de crises, uma tropa de civis. (Ibid., 39).

No que diz respeito a essa questão, Monteiro (1974), afirmou que existiu uma quantidade significativa de documentos que falavam da participação de “bandos armados” sob a chefia ou, pelos menos, sobre o controle de *coronéis* e *mandões* locais na luta contra os camponeses rebeldes. Antes da eclosão da “Guerra Santa” era notória a participação desses bandos de civis armados em conflitos. Conforme afirmou o autor:

Alguns anos antes da eclosão da *Guerra Santa*, já se manifestara claramente o significado do poder local e a natureza de suas relações com as autoridades estaduais. Demétrio Ramos, que fora combatente rebelde em 1893, resiste às

autoridades paranaenses na localidade contestada de Canoinhas, arregimentando para isso um bando armado, forte de 600 homens, mantido pelo governo de Florianópolis e por algumas casas comerciais. Pouco mais tarde, aquele que viria a ser um dos mais notáveis chefes da *Guerra Santa*, Aleixo Gonçalves, capitão da Guarda Nacional, e antigo *maragato*, comanda 500 homens e ajudado pela polícia catarinense, invade território sob o controle paranaense e expulsa os agentes do fisco encarregados de taxar a erva-mate. [grifo no original]. (MONTEIRO, 1974, p.22).

Após os *coronéis*, na rígida escala hierárquica de Serra-Acima, encontravam-se os **fazendeiros** em geral. Para ser considerado como *coronel*, não bastava ser proprietário de gado e qualquer quantidade de terras. Era preciso ser possuidor de centenas de cabeça de gado e dezenas de alqueires de terras. Em condições normais, o fazendeiro era reconhecido como chefe de um grupo, do qual fazia parte sua esposa, filhos solteiros, seus filhos casados e os filhos destes, seus agregados, capangas e peões. Cada grupo era constituído de círculos concêntricos: a família-extensa e sua *gente*, constituída de compadres e afilhados, e em alguns casos, esses laços de compadrio envolviam sitiantes e posseiros isolados, que habitavam mais ou menos distantes da fazenda. Isso contribuía para mistificar as relações reais dentro do grupo. Não que tal fato pressupõe um igualitarismo qualquer. “Ao contrário, como que refletindo em microcosmo a hierarquia de toda a região, as pessoas que viviam ou gravitavam em trono de uma fazenda distribuíam-se hierarquicamente e disto possuíam consciência” (QUEIROZ, 1966, p. 39). Com isso, os fazendeiros procuravam manter o mito de que não havia antagonismo no interior do grupo e a crença de que o fazendeiro era o grande guardião de seus parentes, compadres afilhados. O mito e a crença se mantinham até que a vida se encarregasse de demonstrar ao contrário. Como foi o caso durante a Guerra do Contestado, que a solidariedade interna dos grupos dos fazendeiros se destruiu, e a lealdade em relação aos companheiros da Guerra Santa não só “apagara as afinidades compadrescas, mas sobrepuja inclusive os próprios laços de sangue”. (QUEIROZ, 1866, p. 39-40).

Seguindo essa escala hierárquica, após os fazendeiros, vinha a categoria dos **meios-fazendeiros ou criadores**. Estes eram os que possuíam um pequeno rebanho, cuja quantidade não alcançava algumas dezenas ou centenas, e nunca a milhares, logo, suas fazendas tinham

alguns alqueires de terra. Os que pertenciam a essa categoria eram, na maioria das vezes, comerciantes do gado de corte.

Abaixo dos meio-fazendeiros achavam-se os **lavradores**. Nessa categoria enquadravam-se os camponeses que viviam de suas roças, geralmente em posses nas terras devolutas afastadas das cidades, os camponeses plantadores de fumo e os criadores de porcos, bem como a grande quantidade de camponeses imigrantes, como os alemães, poloneses e ucranianos. Nessa mesma categoria enquadravam-se ainda os **empreiteiros do mate**, que comandavam turmas compostas pelos próprios membros da família ou então peões contratados.

Os **agregados**, por sua vez, construíam seus ranchos pelos campos fazenda e neles viviam. Eles eram obrigados a prestar serviços gratuitos aos fazendeiros, em troca de um pedaço de terra para plantar, normalmente de meia ou terça, onde cultivava feijão e milho, e da permissão de criar algumas cabeças de gado nos campos. Queiroz (1966) referiu-se às pesquisas de Pereira (1956) e Ribas (1961), para afirmar que os agregados de Serra Acima trabalhavam, sobretudo, com o gado, e, além de levarem as tropas de muares para o litoral, ainda dispunham de tempo para lavrarem a terra por conta própria com ajuda da família. Sua pobreza era permanente e bem como era necessário a sua existência para a manutenção do latifúndio e o desenvolvimento da pecuária.

Mal se diferenciando da totalidade dos agregados, os **peões** eram encontrados por todos os lugares: nas fazendas de gado, na coleta da erva-mate, no corte de madeira, na condução das tropas, onde quer que haja necessidade de trabalho pesado. Via de regra, não tinham mulher e filho, eram mais ou menos nômades. Quando não trabalhavam apenas pela comida e moradia, normalmente em um galpão, recebiam salários irrisórios. Nos ervais, durante os meses mais frios, os peões contratados trabalhavam o dia todo e boa parte da noite, sem dormir o necessário. Era nos ervais que os peões obtinham os melhores salários, segundo

os dados 1922 do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Como lenhadores, os peões ganhavam por quantidade de troncos derrubados e transportados. Outras vezes eram pagos por dia. Em julho de 1912, por exemplo, mais ou menos 800 peões trabalhavam dessa maneira no corte e transporte de madeira para a serraria que a *South Brazil Lumber and Colonization Co*, tinha montado em Três Barras – SC.

Ao lado da peonagem, existiam os domadores de burros e cachorros para pegar porco alçado na orelha, ferreiros e carpinteiros. Eles não só viviam nas vilas e cidades, mas, levavam uma vida nômade. De acordo com Queiroz (1966), havia raros assalariados no campo, em toda região de Serra Acima. Os peões das fazendas de gado tinham nessa sociedade rural um lugar que mais se aproximava dos escravos domésticos do que trabalhadores assalariados do campo. “Camponeses pobres, além dos peões, eram os agregados, certos empreiteiros do mate” e alguns agricultores. Outros agricultores eram camponeses médios, bem como alguns pequenos criadores de gado. Os camponeses ricos eram encontrados entre a maior parte dos pequenos fazendeiros, que eram certos empreiteiros da erva-mate. Camponeses de todos esses tipos constituíram o grande contingente de camponeses rebeldes que participaram da Guerra do Contestado, entre 1912 a 1916. Foram escolhidos entre eles a maioria de chefes religiosos, políticos e militares dos redutos ou cidades santas além de outras categorias urbanas, como padeiros, seleiros, sapateiros e comerciários, que o autor classifica como, “essa gente dos burgos, de tendência oposicionista e radical, teve também seu papel na guerra do Contestado”. (Queiroz, 1966, p. 37-43). Era essa a estrutura social do campo que existia na região contestada quando ocorreu o movimento dos camponeses rebeldes.

Dessa forma, outros elementos importantes para entender o que ocorreu na região contestada e o genocídio dos camponeses rebeldes são a questão da terra e a concessão da construção do trecho da ferrovia que liga União da Vitória a Marcelino Ramos, o qual faz

parte da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande do Sul para a empresa Brazil Railway. São fatos que se entrelaçam e servem como estopim para a eclosão do movimento rebelde.

7.4.3. A questão da Terra e a Construção da Ferrovia no Contestado

Monteiro (1974) entende que a questão das concessões de terras coloca de modo transparente a alteração na hierarquia dos interesses em jogo, no relacionamento entre chefes locais, oligarquias e poder do Estado, de uma forma geral.

Nas duas primeiras décadas do século XX, tanto no Paraná, como em Santa Catarina, surgiram importantes companhias ligadas a projetos de colonização, explorações florestais e construções de ferrovias. Com isso, um clima de negociatas se fundou, beneficiando chefes políticos situacionistas, membros das oligarquias e “coronéis” poderosos do interior, que se converteram em “sócios menores”, usufruindo, ainda que marginalmente, desse período de crescimento econômico. (p. 30). Para o autor, o século XX havia começado. Não no sentido místico e como consumação dos homens como imaginava os fiéis da Guerra Santa, mas alentando uma ilusão milenarista. “O que havia começado, e muito concretamente, era a antinomia do sonho – o século do dinheiro, dos negócios e da violência crua. A caminho de sua realização plena, a ordem capitalista dava início à impiedosa desmistificação das relações de dominação que, desnudadas, mostravam sua verdadeira face”. (p.31).

Antes mesmo desse surto de desenvolvimento econômico, nos fins do século XIX, em Irani, ao sul do Município de Palmas, Paraná, uma grande gleba que abrangia todas as terras entre os rios Xapecozinho, Jacutinga e Uruguai tinha sido apropriada pelo “coronel” Juca Pimpão, conhecido como um dos homens ricos do município, que construiu a Fazenda Irani, utilizada para criar gado à solta. Por interferência de amigos e de sua força política, Juca Pimpão registrou estas terras com sendo de sua propriedade, nos cartórios do Paraná, mesmo já vivendo nessas terras, camponeses posseiros. As quais foram vendidas pelo “coronel” para

certa Companhia Frigorífica Pastoril Brasileira, que tinha um ousado projeto racional de criação de gado e industrialização de carne e seus derivados. Tal projeto nunca foi completamente concretizado, mas, nem por isso, a companhia deixou de adquirir outra fazenda de 32 léguas quadras, também no Município de Palmas, além de arrendar pastos de inúmeros fazendeiros da região. Foram registrados conflitos entre os posseiros, que viviam da agricultura de subsistência e companhia. (MONTEIRO, 1974, p.31 e QUEIROZ, 1966, p. 96).

Queiroz (1966), um jornalista do Jornal da Tarde de Curitiba, defendendo os interesses dos latifundiários, publicou em 24-10-1912 o seguinte texto:

É sabido que, desde alguns anos, aventureiros e foragidos vindos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e idos daqui do Paraná, se iam localizando ao sul da fazenda do Irani e ali construindo cabanas e plantações, formando um núcleo perigoso pela arrogância com que se apoderavam de terras que não lhes pertenciam, apesar dos protestos da proprietária daquela fazenda, que era então a Companhia Frigorífica. (QUEIROZ, 1966, p. 96).

Sendo que, outra reportagem no dia anterior do mesmo jornal, afirmava que a Fazenda Irani tinha sido comprada em 1910, por certo comendador Santos do Rio de Janeiro, e que continuava sendo gerenciada por Otávio Marcondes, genro de Juca Pimpão. Dessa forma, os conflitos com os posseiros continuavam. (Ibid., p. 96).

Nesse mesmo período, o então ministro da Viação e Obras Públicas, o catarinense Lauro Müller, patrocina a vinda ao Brasil do empresário norte-americano Percival Farguhar, proprietário de dezenas de empresas nos Estados Unidos e tantas outras espalhadas em diversas partes do mundo, principalmente na América - Latina. No final do século XIX, Percival era o proprietário de duas grandes empresas que controlavam os serviços de bondes de Nova York. Tinha como objetivo controlar todo o sistema ferroviário da América - Latina. Aqui no Brasil, fundou a empresa Brazil Railway¹⁰⁹, que se tornou a maior acionista da

¹⁰⁹ Douglas T. Monteiro (1974), denomina o grupo de empresas de Percival, de Sindicato Farguhar. Com razão, ao se observar o que diz Maurício V. Queiroz (1966). “Para entendermos melhor o que significa a presença dessa poderosa organização na zona que estudamos, importa observar que um experimentado diplomata brasileiro denunciava que o *sindicato Farguhar*, desde o Amapá à fronteira com a Argentina, ‘se estava apoderando de enormes zonas do Brasil, capazes de fornecer territórios a maiores Estados que o da Bélgica e o da Holanda, depois de conquistar extensas redes de estradas de ferro, portos, monopólios de distribuição de forças elétricas, iluminação e viação urbana de nossas cidades mais importantes’. O mesmo autor revela que para

Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Em 1908, a Brazil Railway, obteve a concessão da construção do trecho da ferrovia que liga União da Vitória a Marcelino Ramos e, ao mesmo tempo, direito sobre uma faixa de 15 km de cada um dos lados do traçado da estrada. A demarcação das terras pela empresa não levou em conta sesmarias e posses já existentes. Por isso, a Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande se desdobrava em exageradas sinuosidades. (MONTEIRO, 1974, p.31 e QUEIROZ, 1966, p.71). Em 1911, a Southern Brazil Lumber and Colonization Co., Subsidiária da Brazil Railway, compra 180 mil hectares de terra ao sul dos rios Negro e Iguaçu, próximo a Canoinhas, ao preço médio de 15 mil-réis o hectare. O intermediário do negócio era o advogado da Brazil Railway, Afonso de Camargo, então vice-governador, chefe da oligarquia paranaense, que estabeleceu ainda uma série de contratos com diversos fazendeiros, por meio dos quais vendiam à empresa as araucárias e as madeiras de lei que havia em suas terras. Tanto a concessão dos 30 quilômetros quadrados como os 180 mil hectares foram feitos burlando a Lei de Terras de 1850, o que não foi contestado, reconhecidos os direitos de propriedade a Brazil Railway, pelos governos do Paraná e Santa Catarina. O ano de 1911 na região do Contestado foi marcado pelas primeiras expulsões dos camponeses posseiros que ocupavam a faixa concedida à Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande. Só no Paraná, até o final do de 1914, a estrada de ferro tinha medido e demarcado duzentos e quarenta mil alqueires de terras. (QUEIROZ, 1966, MONTEIRO, 1974 e FRAGA, 2006).

Em novembro de 1911, a empresa publicou em diversos jornais do Paraná e Santa Catarina, um edital com o seguinte teor:

Este faz saber a todos que é expressamente proibido invadir ou ocupar os terrenos pertencentes à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, situadas em ambas as margens do rio do Peixe e em outras localidades onde, por concessão estadual, a Companhia de Estrada de Ferro possui terras que já foram ou estão sendo medidas e demarcadas por ele. (citado por QUEIROZ, 1966, p. 74).

o bom andamento de seus negócios, o sindicato não hesitava em despendar ‘gordos salários’ aos seus advogados administrativos. E informa, com evidente amargura, que a referida organização já havia subornado ‘alguns dos nossos cidadãos de maior fama’”. (p.70).

Para os camponeses posseiros que se recusavam a sair das terras que a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande grilou com o aval das oligarquias, dos coronéis locais e o aparato repressor e jurídico dos Estados do Paraná e Santa Catarina, a companhia mandava sua segurança, composta então de duzentos homens sobre o comando de um ex-oficial da Força Pública do Paraná, para expulsá-los a força.

Queiroz (1966), com base no texto de Osvaldo Cabral¹¹⁰, afirma que o camponês da região, “valente embora humilde, foi vítima de mais uma injustiça. Sobre o vale do rio do Peixe, em terras devolutas, instalara, aqui e além, o rancho, a sua pequena roça. [...], esquecido no meio do mato. Lembraram-se dele, entretanto, para expulsá-lo das terras que ocupara”. (QUEIROZ, 1966, p. 42). Sendo que essas expulsões foram a principal causa para que os camponeses rebeldes mais tarde levantassem as armas. Essa é a hipótese levantada por Antonio Lúcio¹¹¹, de acordo com Queiroz (1966): “Os despejos [...] nós sabemos como são feitos em nosso país. Tudo se revolve com a polícia. Esta chega e vai deitando fogo aos humildes casebres do elemento nacional e se este tenta reagir, vão massacrando até suas famílias”. (Ibid., p. 43).

Fraga (2006), afirma que os motivos que levaram o governo imperial a construir uma estrada de ferro que atravessa o interior do Paraná e Santa Catarina era a necessidade de “preenchê-lo, para garantir a integração entre o Brasil do Sul e o Brasil do Centro-Leste. Outro motivo era o de fixar imigrantes nas terras devolutas dos campos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e nos sertões do Paraná e de São Paulo”. (Ibid., p.57).

Vários autores que pesquisaram a região do Contestado se referem às revoltas de trabalhadores que protestaram contra a falta de pagamento ou reagiam contra os abusos dos feitores. Era trágico e revoltante o resultado dos conflitos nos canteiros de obras da ferrovia. “Cadáveres boiavam nas águas do rio do Peixe, quando não ficavam sob os aterros da linha

¹¹⁰ CABRAL, O. R. Santa Catarina. São Paulo: Nacional, 1937.

¹¹¹ Lucio, A. Imigração, colonização, êxodo rural. Texto da Conferência apresentada em julho de 1952, em Blumenau – SC.

férrea. Dizia um engenheiro que, se fosse possível reunir o sangue de todas as vítimas havidas nesse tempo ali, por longo período as águas daquele rio marginal correriam rubras”. Um dos casos de revolta mais comentada pelos jornais na época foi do empreiteiro José Antonio de Oliveira – Zeca Vacariano –, que dirigia duas turmas de trabalhadores. Em razão dos baixos preços tabelados pela estrada, teve prejuízos e não podendo pagar seus trabalhadores com os quais estava comprometido, se juntou a outros e assaltou o pagador da estrada, levando trezentos contos. Mesmo com o auxílio do Exército e das polícias estaduais, foram inúteis os esforços da estrada, em capturar Vacariano e os seus. Com isso, houve um atraso de dois meses no cronograma de construção da ferrovia. (QUEIROZ, 1966, p. 72).

Por ocasião do recrutamento dos trabalhadores em localidades distantes da obra da ferrovia, estes recebiam a promessa de que seriam levados para suas casas no final das obras, mas, não foi o que ocorreu. Quando a linha férrea chegou às margens do Rio Uruguai, os trabalhadores foram abandonados pelos empreiteiros na região. “[...] esses antigos trabalhadores, misturando-se à população do Contestado, constituíram o fermento de graves acontecimentos posteriores”. (Ibid., p. 73).

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), abriu-se o mercado internacional para a comercialização da madeira produzida no Paraná e Santa Catarina, principalmente do Pinheiro do Paraná, em razão da alta de seu preço. Conforme afirmado anteriormente, a Brazil Railway criou uma nova empresa, a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, subordinada a ela. Com o fim da construção da ferrovia, o *sindicato Farguhar* passa a se dedicar na região contestada aos negócios de industrialização de madeira e colonização. Assim, as terras devolutas apropriadas com o apoio das oligarquias estaduais, primeiro eram exploradas em seus recursos florestais e, depois, comercializadas em lotes, principalmente para camponeses europeus imigrantes. (FRAGA, 2006, p. 61).

A Lumber instala duas serrarias, senda a maior em Três Barras próxima de

Canoinhas (SC) e outra à margem da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, em Calmon (SC). Na primeira, eram serrados diariamente 300 metros cúbicos de madeiras e, em dez horas de trabalho, cortavam-se 1.050 dúzias de tábuas. Toda a produção de madeira era mecanizada, desde a coleta das toras, no interior da floresta, até seu desdobramento e armazenagem.

De Três Barras partia para o interior da floresta um ramal da ferrovia, que na sua extremidade, grandes guinchos puxavam as toras desde o lugar onde eram abatidas, numa distância de 300 metros. Em 1912, essa estrada de ferro se estendia por trinta quilômetros de mata adentro, transformando a Lumber na maior companhia madeireira da América do Sul. Para transportar a madeira beneficiada para o litoral e de lá ser exportada, foi construída pela Brazil Railway uma estrada de ferro entre União da Vitória (PR) e São Francisco (SC). (FRAGA, 2006, p. 61).

Outros proprietários de serrarias ali existentes fecharam seus negócios, por não terem condições de enfrentar o “colosso, que se apoderando dos meios de transporte fechou-lhes a saída dos produtos”. (QUEIROZ, 1966, p. 76).

O *sindicato Farguhaar* colocou para funcionar outro seguimento das várias atividades no Brasil. A Lumber loteou e começou a vender a camponeses europeus imigrantes terras ao longo da estrada de ferro, depois de expulsar os posseiros e antigos proprietários. Para isso, organizou uma força paramilitar, mais eficaz que a justiça brasileira. A força paramilitar fortemente armada adentrava nas florestas, que a empresa reivindicava como suas, para expulsar e em algumas vezes matar os camponeses. “De ambos os lados pessoas morreram, outras sobreviveram, mas isso era apenas o começo do que ainda estava para surgir”. (FRAGA, 2006, p. 62).

Não somente a Lumber se dedicava à especulação e a venda de lotes em determinadas áreas de região contestada, outras empresas estrangeiras faziam o mesmo, como as companhias de colonização Hansa, Piccoli e a Hacker, esta última agia sobre o nome de

Sociedade Territorial Sul-Brasileira. Os governos do Paraná e Santa Catarina não obstaculizavam, e às vezes até “protegido, a conquista sorrateira de grande superfície do território pelo ouro de companhias estrangeiras, banindo até do solo pátrio os brasileiros aí domiciliados”. (QUEIROZ, 1966, p. 76).

No entanto, não eram apenas as empresas estrangeiras que se aproveitavam desses negócios. Beneficiavam-se também, em grande volume, os coronéis locais e seus apadrinhados, enfim todos aqueles que tinham influência sobre os governos estaduais. Naquele período, denominavam-se *bendengós* os grandes contratos para aquisição de terras devolutas aos preços irrisórios dos governos estaduais e depois eram revendidas e ou, deixadas em estoque, aguardando o melhor momento para serem vendidas por maior valor, para gerar mais renda capitalizada da terra, depois que eram expulsos os posseiros.

Assim se refere um estudioso aos especuladores de terras: ‘Quando têm notícia da valorização de uma certa zona, com a entrada de colono, correm logo a requerer grandes áreas com a finalidade de revendê-las a preços dez ou vinte vezes mais que o seu custo obtido através de requerimentos, por concessões, por vezes escandalosas e quase sempre prejudiciais ao patrimônio da União e do Estado’’. (QUEIROZ, 1966, p. 77).

Tantas foram as escandalosas promoções de *bendengós*, promovidas pelos governos do Paraná e Santa Catarina que, José Niepe da Silva, Secretário de Obras Públicas do Estado do Paraná, por não concordar com tal fato, pediu demissão do cargo e passou a denunciá-los por meio de uma série de artigos publicado no jornal A Tribuna, sob o título “Desmascarando os hipócritas”, onde explicou os motivos de seu pedido de demissão, “citando vários casos concretos nos quais, a despeito de seu parecer contrário, se consumaram vultosos negócios de terras em detrimento do interesse público”. (Ibid., p. 77).

Com a posse da terra perdida e os pinheiros roubados, milhares de camponeses sem esperança, sem ter para aonde ir, sem ter onde morar e do que sustentar a si e a família formaram mais um elemento que contribuiu para a eclosão da rebeldia dos camponeses do Contestado, pois muitos dos camponeses que foram expulsos de suas terras participaram da

Guerra.

Foi nessa conjuntura econômica, social e política em que se encontrava a região contestada que Duglas T. Monteiro (1974) vai construir os conceitos de violência **costumeira** e **violência inovadora**, para explicar o movimento rebelde camponês do Contestado. De acordo com este autor, a violência costumeira é motivada nas suas diversas formas: por questões de honra, políticas e por questões de terras existentes antes da chegada da ferrovia e da presença do Exército na região contestada. A violência inovadora, por sua vez, é uma reinterpretação das questões da honra, políticas e da terra. No seu entendimento, a violência motivada pela defesa da honra, se contínua, é de modo inteiramente secundário, já que um valor mais importante tinha tomado o seu lugar: a defesa dos ideais da Santa Religião. A violência política, independente da existência de pendências locais que contribuíram para a ocorrência do conflito, muda totalmente de caráter. “O ponto de referência central da ação política dos rebeldes é a instauração da monarquia e de uma ordem social, antípoda da ordem pretérita e resposta àquela a cujo estabelecimento assistiam”. A monarquia desejada era concebida com uma conotação rica, complexa e mesmo confusa, mas, totalmente diferente daquela que tinha decaído, mantendo uma relação incidental entre ambas. Por último, a violência provocada pelas questões da terra, que foi um dos principais elementos para a deflagração do conflito, trás em si um novo conteúdo, pois a terra reivindicada e defendida não é mais, apenas e principalmente, um meio de produção, para a produção de sua subsistência, “mas é o solo onde estão sepultados os *irmãos* mortos que dele sairão revividos em uma esperada e próxima ressurreição”. É a mesma terra onde os peludos – os infiéis –, não podem ser enterrados. É a terra sagrada, destinada só aos seus. A violência inovadora é a síntese do embate sangrento entre dois mundos antagônicos. (MONTEIRO, 1974, p. 48-49).

Dessa forma, ocorre uma crise na relação de compadrio interclasses que irá refletir significativamente no comportamento dos camponeses perante seus compadres coronéis,

fazendeiros durante o processo da Guerra Camponesa do Contestado.

7.4.4. A luta pelo direito à terra

Os conflitos pela posse e propriedade da terra na região do Contestado foi um dos motivos que levou a rebeldia dos camponeses, marcando assim, atos violentos, o que significou uma ação conjunta do Estado Brasileiro – no âmbito nacional, estadual e local –, o capital estrangeiro e nacional contra a luta social pela terra por parte dos camponeses. De acordo com Queiroz (1966), o que revoltou os camponeses do Contestado, estimulando em seu espírito a ideia de rebelião, teria sido a facilidade da aquisição de terras do Estado do Paraná e Santa Catarina pelo *sindicato Farguhar*, além de outras empresas estrangeiras e nacionais.

De Jaime Ballão Júnior¹¹², transcreveu um diálogo entre dois camponeses na Colônia Lucena, durante o movimento rebelde.

Pedro apeou-se à porta do vendeiro Delarício Martins, formando-se logo um grupinho exaltado a comentar os acontecimentos os acontecimentos do sertão, a atacar os canalhas do governo que em Curitiba enchem a pança e abandonam os caboclos, os cães que trocam a sua terra por alguns mil-réis, os ladrões de todo gênero que comem o Estado à custa de bendengós infames e vendem as terras públicas por tostões para a camarilha de sangue, enquanto um caboclo, a lutar a vida inteira, nem sete palmos de terra tem para se enterrar. (QUEIROZ, 1966, p. 201).

Outro exemplo é dado pelo mesmo autor para se conhecer melhor as razões do movimento rebelde quando se trata da questão da posse da terra. Foi o caso do camponês Aguinaldo, que se transformou em um rebelde combativo no reduto comandado por Bonifácio Papudo. Aguinaldo tinha adquirido cinquenta alqueires terras, nas proximidades de Três Barras (SC). Foi enganado depois de ter vendido os pinheiros de suas terras aos norte-americanos da Lumber e entrou com uma ação contra esta empresa na Justiça em Canoinhas (SC), mas ali lhe explicaram que a melhor forma para resolver a questão era fazer um acordo amigável, pois os americanos tinham muito dinheiro, poder e bons advogados. Aguinaldo

¹¹² BALLÃO JÚNIOR, J. **Como um romance...**: pinheirais e marinhas – Paraná e Santa Catarina. São Paulo: Cultrix, 1959

ficou tão revoltado que no mesmo dia obrigou um cabo da polícia a beber cachaça com pólvora em um botequim em Canoinhas (SC). Depois disso, seguiu para Três Barras (SC), bebeu mais e fez outras pessoas beberem. Por fim, invadiu os escritórios da Lumber e descarregou a queima roupa a winchester nas pessoas ali presentes, matando um dos diretores, deixando ferido o caixa, de quem arrebatou uns vinte contos. E fugiu para o sertão acompanhado de mais oito camponeses bem armados, atacando novamente a serraria. Disse a um dos americanos, quieto sob a ameaça de dois mosquetões de campanha, que estava pelos gorgomilos de cachaça ruim. “Agora, ia passar a beber pinga de inglês. Era só para cobrar os juros dos pinheiros que eles não tinham pago. Quando acabassem as seus caixas iria buscar mais”. (Ibid., p. 201).

Depois do caso do Aguinaldo e da saída do Exército da região, pois General Mesquita avaliava que já tinha terminado com o movimento rebelde e, bem como da saída da maior parte do contingente policial, um dos diretores da Companhia Lumber, para defender seus interesses, encaminha um documento diretamente ao governo da República, com o seguinte teor:

Está em abandono a zona infestada pelos fanáticos, havendo falta de garantias individuais e para as propriedades. Por sito vimos perante o chefe da Nação protestar contra a retirada das forças, responsabilizando a União pelos prejuízos que possamos sofrer naquela zona, procurando assim salvaguardar os interesses nossos, que podem ser lesados em consequência daquele ato, pois é sabido que as povoações estão ameaçadas por horda de fanáticos, conforme protesto que lavramos hoje perante os representantes da justiça federal, para a todo o tempo fazermos valer os nossos direitos. (a) Bischap, diretor da Companhia Lumber. (AURAS, 2005, p. 101).

Concordando com os protestos e em defesa dos interesses da Lumber, o então governador de Santa Catarina, envia telegramas para a representação catarinense no Congresso e aos ministros do Interior e da Guerra oficializando-lhes que, “os bandoleiros do Contestado constituído novos redutos na garganta da Serra Tamanduá e na Serra dos Vieiras”. Outro setor da sociedade brasileira que é manipulado pelo poderoso *sindicato Farguhar* é o da imprensa. Sobre o movimento rebelde do Contestado, o Jornal Correio da Manhã, do Rio de Janeiro, publica a seguinte manchete: “Novas perturbações no sul – os fanáticos preparam-

se para novas investidas” (AURAS, 2005, p. 102). No que diz respeito ao telegrama do governador de Santa Catarina, informa que: “O sr. Vital Ramos confessa-se alarmado e impotente para reprimir os bandidos, em número de 4.000, segundo ele afirma: por isso mesmo que pede o auxílio da força federal, sem o que o município de Canoinhas será saqueado”. Em certo momento da reportagem, o jornalista pergunta: “por que não se cogita nas esferas governamentais de liquidar de uma vez por todas essa irritante questão dos facínoras do Sul?” (Ibid., p. 102).

Conforme afirma Queiroz (1966), outro grande conhecedor da região do Contestado analisa as razões que levaram os camponeses da região a se rebelarem. Entre as razões mais contundentes estava “a explosão de um sentimento de revolta contra as grandes concessões de terras, as quais vinham escoraçá-los daquilo que entendiam ser de sua propriedade”(p. 102). Tais sentimentos foram manifestados pelos camponeses rebeldes. Por ocasião do grande piquete comandado pelo camponês Francisco Afonso de Souza que ocupou a Estação de São João, um dos rebeldes deixou escrito a lápis a seguinte mensagem na porta de uma venda:

Nós estava em Taquaruçu tratando de nossa devoção e não matava nem roubava, o Hermes mandou suas forças covardemente nos bombardear onde mataram mulheres e crianças portanto o causante de tudo isto é o bandido do Hermes e portanto nós queremos a lei de Deus que é a monarquia. O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertence à nação e vende para o estrangeiro, nós agora estamos dispostos a fazer prevalecer os nossos direitos. (Ibid., p. 202).

A força do Exército encontrou também no bolso de um camponês rebelde morto, uma carta manchada de sangue, onde se lia: “Nois não tem direito de terras tudo é para as gentes da Oropa”. (QUEIROZ, 1966, p. 203).

Portanto, não é possível duvidar de que os camponeses rebeldes do Contestado, que participaram da guerra, tinham consciência clara da reivindicação ao direito pela terra. É tanto que uma das tentativas no sentido de anular as concessões feitas pelos Estados do Paraná e Santa Catarina às grandes empresas estrangeiras e nacionais, bem como para os ‘coronéis’ locais, destruíam sistematicamente os cartórios, onde tinham os livros de registro de imóveis,

sempre que camponeses rebeldes atacavam as vilas ou cidades, como também destruíam as cercas das propriedades.

7.4.5. Crise do batismo eclesiástico e do compadrio interclasses

Monteiro (1974) compreende que a coexistência de um batismo doméstico e de um batismo eclesiástico, assim como a duplicidade de padrinhos e a opção pelo batismo do monge, são indicadores de uma crise, em razão da superposição existente entre o compadrio interclasses e o intraclasse, passando a ser privilegiado o último. O que é significativo, entretanto, é o fato de não ocorrer por meio de uma diminuição de práticas religiosas privadas, mas sim, pela oposição de dois rituais e de dois sistemas de crenças. Em razão da crise existente na ordem social vigente, o batismo da Igreja e o compadrio eram vistos pelos camponeses como parte da ordem social questionada. Enquanto o batismo doméstico que poderia ser explicado por “razões de emergências”, o compadrio interclasses, “seria uma compensação para as frustrações do que seria estabelecido pelo batismo da Igreja” (Ibid., p. 70). Enquanto que o realizado pelo *monge*, “entretanto, ia mais a frente, pois, ao mesmo tempo em que preferia ao eclesiástico, originava laços de compadrio que transcendiam ao plano doméstico e se opunham à ordem social estabelecida” (Ibid., p. 70).

O autor compreende que o batismo e compadrio, de forma geral, podem ser vistos como um elo entre as coisas profanas e as sagradas. Sob outro ponto de vista, à subordinação social, a fraternidade e à cooperação. Por isso, Monteiro (1974) entende que, “o processo de desenvolvimento da região católica popular¹¹³ no Contestado seguiu um curso de radicalização progressiva, expressa pelas várias modalidades de batismo, culminando na rejeição do batismo eclesiástico”. Ruptura com o batismo eclesiástico tem um sentido mais

¹¹³ Sobre catolicismo popular ver Carlos Rodrigues Brandão em “Os deuses do povo: um estudo sobre religião popular”, 1986 e “Anotação antropológica”, In: Catolicismo Popular. 1993.

extenso. Sendo que suas manifestações mais radicais, o catolicismo popular praticados nas *cidades ou vilas santas* não incluía um antagonismo entre o sagrado e o profano, mas, ao contrário, uma sacralização universal. (Ibid., p. 70-71).

Em troca, surge uma aguda contradição entre o *sagrado* e o *secular*, como realidade opostas, mas equivalentes. Se o *sagrado* é o *radicalmente* diferente, o mundo do qual se diferencia não é o *profano*, mas o *demoníaco* seu equivalente com sinal invertido, de que passou a fazer parte o catolicismo oficial. [grifo no original]. (MONTEIRO, 1974, p. 71).

O autor cita como exemplo de ruptura extremada do movimento rebelde com o catolicismo eclesiástico, que representa a crise do compadrio interclasses construído por meio do batismo eclesiástico, a atitude tomada por Adeodato Manoel Ramos, chefe rebelde, que se tornaria famoso sob o nome de guerra de Joaquim José Ramos. O Chefe rebelde nasceu e foi criado na fazenda de seu padrinho, onde morava seu pai. Ali trabalhava como peão, bem como se casara também.

Em certo momento do conflito, liderando um piquete de 300 homens, ataca a propriedade de seu padrinho e ex-patrão. Com ele vai um outro ex-camarada que também tinha sido “criado da casa”. Fugindo o padrinho para o mato, o afilhado o persegue e o assassina. Seu pai, compadre da vítima, estava ausente e ao regressar, sabendo da violência cometida diz: “mataram o compadre, queimaram a casa, mas se matar a família, têm de matar a mim também”. (MONTEIRO, 1974, p.72).

Se contraponto a “violência” praticada por Adeodato, o autor relata o caso da carta enviado por Francisco Pais de Farias – Chico Ventura – outro chefe dos rebeldes camponeses ao ‘major’ Altino de Farias, o qual é tratado como compadre e amigo. Ele aproveita a oportunidade para mandar lembranças para sua mãe Delfina, seu padrinho Marcos Gonçalves – pai de Altino –, e para sua comadre Clara. “Vê-se por esta carta, escrita por um homem identificado como o movimento, e dirigida a uma pessoa que ainda estava no “mundo”, que as normas pretéritas mantinham sua importância. Através dela, os indivíduos se situavam e se definiam socialmente ‘como sendo filhos, afilhados, parentes e agregados de alguém’ [...]”. (MONTEIRO, 1974, p. 73).

O que é confirmado por Queiroz (1966), quando afirma que nos redutos, vilas ou cidades santas, “reconheciam-se as relações anteriores de amizade, de compadrio e de família

desde que nenhuma destas se chocasse com os interesses da crença. Acima de tudo, colocavam-se os valores religiosos, políticos e sociais da causa”. (p.157).

Também na mesma carta escrita Chico Ventura ao ‘major’ Altino de Farias é afirmado a crença escatológica e lealdade ao ideal monárquica camponesa do Contestado, “nós tamos aqui a irmandade cuidando de obedecer a santa região, pois não obedecemos lei do governo se não só a lei do governo do céu [...] a lei que deus deixo no mundo é a lei de rei e essa é a que estamos esperando e se deus quizer avemos de ver se deus quizer”. (MONTEIRO, 1974, p. 73).

Quanto ao comportamento dos fiéis da *Guerra Santa* no que diz respeito ao batismo e ao compadrio não existe material suficiente para afirmar uma cristalização de crenças e de práticas definidas. Pois, em razão das dificuldades inerentes do conflito que obrigavam os rebeldes a se deslocar frequentemente, a “vida social nas *vilas santas* não chegou a alcançar uma sedimentação capaz de produzir ortodoxias e heresias” (Ibid., p. 73). Em razão da necessidade de defesa e “manutenção os absorvia em tarefas práticas, de tal modo que os encargos de uma guerra que, em si mesma, era *santa*, não favoreceram uma elaboração doutrinária coerente” (Ibid., p. 73). Mas o batismo e o compadrio continuaram como instituições nas *vilas santas*.

Já na fase inicial do conflito, o monge José Maria, sucessor de João Maria, batizava com frequência. Também há referência esparsa a relações entre compadres travadas nos redutos. Quanto aos ritos batismais, as únicas menções disponíveis são extremamente sucintas e não podem ser tomadas como a expressão de um padrão de significado geral: os batismos eram feitos “em água corrente” e o neófito era batizado “em nome do Padre, do Filho, do Espírito Santo, de S. Sebastião e de S. João. Não havia intermediários. Referências importantes e autorizadas – já que partem de quem viveu nas vilas santas – relatam que, através do batismo, fazia-se a renomeação do neófito o que é coerente com a prática do rebatismo, também aponta, e com a existência de livros de registro de batizados, um deles contendo “mais de mil” anotações referentes a homens, mulheres e crianças. (MONTEIRO, 1974, p.74).

O ato de Adeodato de assassinar seu padrinho expressou de forma contundente, “a ruptura e a desmistificação do compadrio interclasses, a superação das ambiguidades e a destruição de uma das mais fortes amarras que ainda prendiam os “irmãos” ao mundo

externo”. (Ibid., p.74).

7.5 – TRÊS MONGES

O catolicismo popular no Contestado está ligado de forma definitiva às aventuras e às lendas a respeito de alguns curandeiros, benzedores, benzedeiras, puxadores de reza, capelães leigos e monges viajantes, principalmente de dois monges João Maria e um monge José Maria, cujas passagens pelo Sul do Brasil deixaram marcas visíveis até os dias atuais. De acordo com Queiroz (1966), os curandeiros ou curadores, são pessoas que aplicam por vezes um ritual mágico-religioso, e utilizam certos conhecimentos de medicina popular, baseada, sobretudo em infusões de ervas. Os benzedores, por sua vez, são homens que curam animais, quase que exclusivamente com fórmulas mágicas. Benzedeiras são mulheres, que por processos semelhantes benzem pessoas. Carimbambas são aqueles que, dispondo de alguns conhecimentos de homeopatia ou qualquer medicina erudita passa por doutores.

As práticas de curandeiros, benzedeiras, benzedores, puxadores de reza serão analisadas no capítulo seguinte. Além das marcantes passagens dos dois monges João Maria em alguns faxinais, bem como naqueles faxinais que se consolidaram com a contribuição dos camponeses que conseguiram sobreviver ao genocídio da Guerra do Contestado e lá se refugiaram. (Ver Mapa 9 – Religiosidade, p. 718).

Marli Auras (2001), em oposição ao padre, como representante do catolicismo eclesiástico ou erudito, que se deslocava das vilas ou cidades para os sertões do Sul do Brasil na tentativa de evangelizar os camponeses “analfabetos e ignorantes” dentro dos cânones da Igreja Católica Apostólica Romana, os monges viviam nos sertões, curando, benzendo, batizando, casando em nome de um Deus compreendido pelos camponeses. Normalmente os padres eram estrangeiros ou “das oropas” como se expressou um camponês do Faxinal Taquari, ao lhe perguntar a origem do padre indonésio, que de dois em dois meses celebra

missas na Igreja São João Batista, localizada no faxinal. Também eram estrangeiros os dois primeiros conhecidos monges, ambos de nome João Maria, enquanto que o monge José Maria era nascido no Brasil. Ao contrário do padre, os monges estrangeiros se deixavam assimilar. Enquanto vivessem uma vida “apartada (pelo menos os dois primeiros) e cultivassem hábitos mais ou menos ascéticos, passavam a fazer parte integrante da vida social sertaneja, como se fossem uma florescência” natural da religião católica popular, onde representava o papel do padre, mas estava a serviço e era a expressão da independência do mundo religioso popular. O qual se manifestava e em menor volume se manifesta até hoje, por meio das práticas “mágico-religiosas” ligadas ao tratamento de moléstias, a recursos de autodefesa e proteção, e à tradição das festas dos padroeiros locais. (MONTEIRO, 1974, p. 81).

Como exemplo da manifestação autônoma do catolicismo popular, o autor cita a figura do festeiro, que é assessorado pela família e vizinhos na festa dos padroeiros locais, como o caso do fazendeiro Francisco de Paula Pereira, fundador da cidade de Canoinhas, que se transformou senhor absoluto das terras apossadas e chefe local. Ao receber a visita do segundo monge João Maria, que conquistou a devoção do fazendeiro, e, antes de seguir em suas peregrinações, o monge plantou uma cruz santa, como fazia habitualmente. Porém:

Persiste, no entanto o culto da Santa Cruz e, sobre o madeiro. Francisco ergue uma capela onde, aos domingos, canta ladainhas, auxiliado por um *capelão*. O vigário de Rio Negro vê repetidas pelo chefe local as pretensões de estender jurisdição sobre os domínios, agora santificados pela passagem de João Maria. Com a morte do devoto, em 1898, o culto não desaparece, dele encarregando-se uma comissão de fabriqueiros a cujo presidente os caboclos levavam ofertas. (MONTEIRO, 1974, p. 82).

Também é relatado um encontro de Francisco de Paula com um Secretário do Governo do Paraná, que, em entrevista a um jornal de Curitiba, afirma que se encontrou com um “bando de fanáticos” liderados por Francisco de Paula Pereira, que praticava um culto descrito como “extravagante”, onde era “utilizado ‘distintivos, sinais e outros aparatos religiosos’, sendo sua doutrina ‘a mesma de Antonio Conselheiro’”. De acordo com a entrevista do secretário, o encontro não foi sangrento porque a comitiva se encontrava em

minoria, e fugiu para evitar o ataque. Por iniciativa do próprio Francisco de Paula, no local do encontro, tempos depois foi fundada uma “comunidade de base religiosa, da mesma natureza das que, mais tarde, viriam a constituir os redutos da *Guerra Santa*”. [grifo no original]. (Idem., p. 82-83).

Monteiro (1974) chama atenção para se observar que, assim como em outras regiões do Brasil, as festas religiosas populares não assumem um caráter exclusivamente religioso ou exclusivamente profano. Para espanto dos observadores que fazem esta separação, no sertão do Contestado, elas se misturam. A festa religiosa popular é uma oportunidade para que o camponês sertanejo, que vivia espalhado por uma vasta região, exercitar sua sociabilidade, superando por certo período seu isolamento, “ao mesmo tempo em que evidenciava e reforçava a unidade básica da subcultura a que pertencia”. (Idem, p. 83).

No que diz respeito ao primeiro monge João Maria D’Agostinis (Gianmaria Di Agostinis), é de origem Italiana, tendo nascido na cidade de Turin, de acordo com Armis Gorniski (2005) ou na cidade de Piemonte, em 1801, de acordo com Maurício Vinhas Queiroz (1966), com base na biografia dos dois monges do mesmo nome, do historiador Oswaldo Cabral. João Maria chegou ao Brasil por volta de 1830, possivelmente saiu da Itália em razão da queda dos Bourbons (1830). O livro de registro de estrangeiros da Prefeitura de Sorocaba registra sua passagem no natal de 1944, proveniente de Belém (PA), via Rio de Janeiro. Três anos depois, ele segue para o Rio Grande do Sul pelo caminho de tropas. Enquanto esteve no Paraná, andou por muitas cidades, sempre abençoando nascentes e olho d’água, plantando cruzeiros e, em muitas delas, quando possível, deixava inscrições com orações para o povo. Em vários faxinais também abençoou olho d’água, nascentes e plantou cruzeiros santos. (Ver Mapa 9).

Passando pelo Município de Lapa (PR), o monge João Maria deixou sua marca. Instalou-se em uma gruta, em um rochedo, que passou a ser conhecido como Morro do

Monge, que é visitado anualmente por milhares de pessoas que acendem velas ao pé de uma cruz e apanham água de uma fonte, considerada milagrosa pelas pessoas crentes. Ao lado da fonte milagrosa no Morro do Monge, amontoam-se as oferendas, roupas e peças de promessas de pessoas que afirmam terem alcançado as graças pretendidas ao fazerem promessas em nome do monge. No pé da cruz santa localizada no Faxinal Cerrinho em Quitandinha (PR), são enterradas crianças “anjinhos” que não foram batizadas. Seus pais acreditam que suas almas serão salvas pelo Monge São João Maria. (Ver Foto 9).

Em sua passagem por Guarapuava e região, ficaram famosas as suas previsões de guerras que assolariam o mundo, pestes desconhecidas que dizimariam os campos, “haveria muito pasto, mas pouco rasto, gente nossa enfrentaria guerra contra filhos de castelhanos, que depois dele três outros profetas viriam, mas que enganariam o povo, entre outras profecias”. (GORNISKI, 2005, p.28).

De acordo com Queiroz (1966, p. 47), três anos depois João Maria chegou ao Rio Grande do Sul, onde levantou capela nos arredores de Santa Maria, ao lado de um rochedo e perto de uma nascente. Em razão da grande multidão que se aglomerava no local, o presidente de província, preocupado com a segurança pública, expulsou-o para o Rio de Janeiro. Por outro lado, Gorniski (2005, p. 22) afirma que o monge foi preso em razão da “desconfiança de alguns políticos que maquinavam contra o império. Levado à Côrte, no Rio de Janeiro, sob a acusação de agitador. Dom Pedro o liberou por não ver nela culpa alguma”. Retornou a Sorocaba, instalando-se numa gruta, aonde veio a morrer em 1872, se não é que se mudou para Araraquara, onde se teve notícia de um João Maria em 1906. (QUEIROZ, 1966, p. 47).

Quanto ao segundo monge João Maria, alguns pesquisadores do Contestado não têm certeza se seu nome verdadeiro seja Atanás Marcaf, de origem síria, pois também tinha sotaque estrangeiro. Ele afirmava a todos que estava cumprindo uma penitência. Quando questionado pelo Padre Neuhaus, quem lhe dera a missão e de onde vinha, respondeu que:

Eu nasci no mar, criei-me em Buenos Aires, e faz onze anos que tive um sonho percebendo nele claramente que devia caminhar pelo mundo durante quatorze anos, sem comer carne nas quartas-feiras, sextas-feiras e sábados, e sem pousar na casa de ninguém. Vi-o claramente. (Citado por QUEIROZ, 1966, p.49).

Foto 9 - Cruz Santa plantada pelo Monge João Maria, no Faxinal Cerrinho, em Quitandinha – PR.

Quanto ao segundo monge João Maria, alguns pesquisadores do Contestado não têm certeza se seu nome verdadeiro seja Atanás Marcaf, de origem síria, pois também tinha sotaque estrangeiro. Ele afirmava a todos que estava cumprindo uma penitência. Quando questionado pelo Padre Neuhaus, quem lhe dera a missão e de onde vinha, respondeu que:

Eu nasci no mar, criei-me em Buenos Aires, e faz onze anos que tive um sonho percebendo nele claramente que devia caminhar pelo mundo durante quatorze anos, sem comer carne nas quartas-feiras, sextas-feiras e sábados, e sem pousar na casa de ninguém. Vi-o claramente. (Citado por QUEIROZ, 1966, p.49).

O segundo monge estrangeiro desapareceu por volta de 1908. Também não se tem certeza sobre a sua morte, uns afirmam que morreu em um hospital de Ponta Grossa (PR) e outros que fora em Lagoa Vermelha, no Rio Grande do Sul. “Mas os verdadeiros crentes, que eram a quase totalidade da população sertaneja da área, acreditavam que ele apenas havia se retirado”, para provar aos seus fiéis, que vivendo por prazo indeterminado, encantado no morro Taió, “até chegar o tempo de aparecer de novo, para pôr tudo em ordem”. No entendimento da população camponesa da região, o São João do Evangelho não morre, se encanta. (QUEIROZ, p. 49).

Segundo Queiroz (1966, p. 48), informações seguras sobre o aparecimento do segundo João Maria, na região do Contestado, foi a partir da Guerra Federalista de 1893, quando surgiu junto aos soldados maragatos no vale do Rio do Peixe. Ele levava consigo uma Bandeira do Divino (bandeira branca com pomba branca no meio) e pediu para passá-la nos corpos dos soldados feridos para salvá-los. Mostrou-se muito confiante da vitória dos maragatos. É tanto que não acreditou na derrota e na morte de Gumercindo Saraiva. Por muito tempo anunciou o retorno do revolucionário gaúcho “à frente de um Exército de Anjos”.

De acordo com Auras (2005, p.50) e Queiroz (1966, p. 49), em dezembro de 1897, ao ficar ciente da presença do segundo João Maria na localidade de Capão Alto, Município de Lajes (SC), o Padre Rogério Neuhaus mandou chamá-lo, pois desejava falar-lhe, recebendo como resposta, que fosse a sua procura. Então o padre tomou a iniciativa de encontrá-lo e logo depois tiveram uma longa discussão teológica.

O segundo monge João Maria, assim como primeiro, dirigia rezas coletivas e cânticos religiosos, batiza, casava, “dava bons conselhos”, benzia as roças e o gado, nada cobrando pelos seus serviços. Quando recebia algum presente – cavalos, porcos, vacas, etc. –, distribuía entre os seus afilhados. Além de curandeiro e sacerdote, também era profeta, e entre as profecias que anunciava, disse que: “A cidade de Lajes sofrerá uma praga de borrachudos”. Depois de uma chuva que inundou os arredores da cidade, apareceram muitos mosquitos nas ruas da cidade. Com isso, cresceu o número de crentes nas profecias do monge. Quando João Maria mudava de lugar, as cinzas da sua fogueira eram colhidas pelos seus adeptos para serem costuradas em um “breve”, que colocado no peito, evitava as “coisas ruins”. (QUEIROZ, 1966, p. 61 e AURAS, 2005, p. 49).

Este monge afirmava a quem quisesse ouvir, que a República era a ordem do demônio, enquanto a Monarquia era a ordem de Deus. O contraste no entendimento dessas duas formas de regime político foi de fundamental importância para o desenrolar da Guerra do Contestado.

Os camponeses rebeldes eram monarquistas, diziam seus adversários, que os chamavam de “irmãos”, de “monarcos”. Para os camponeses rebeldes, a monarquia era como experiência passada, o tempo melhor, lei de Deus. Já a República era a lei do diabo. (MONTEIRO, 1974, p. 109). A rejeição dos camponeses rebeldes à república está claramente embasada na afirmação do monge João Maria e “na anunciação pela irmandade (portanto, durante a Guerra do Contestado) da sempre iminente chegada do Exército Encantado de S. Sebastião”, por isto, era esperada a ressurreição do monge e dos camponeses mortos nos combates da guerra, que a partir das cidades santas ou redutos, fundariam uma nova ordem onde, todos eram iguais. (AURAS, 2005, p. 157). Ou era também, como realização da “esperança milenarista, uma ordem que se imporia milagrosamente: ‘quando estivessem em forma, dando vivas, apareceria o Exército de São Sebastião e [...] ali vinha a monarquia’”. (MONTEIRO, 1874, p. 109).

Monteiro (1974) entende que, entre os rebeldes (na sua maioria camponesa), a ideia monárquica estava vinculada a um símbolo que revela, acima de tudo, a única saída política formal que conheciam contra a república. Entre os revolucionários federalistas, o desejo desta natureza era mais ou menos atenuado, “para os combatentes da Santa Religião (muitos deles ex-maragatos) cristalizavam-se em torno das crenças místicas. Não é possível, por isso, dissociar esses dois aspectos na análise do comportamento político rebelde”. (p.110).

Para os camponeses rebeldes, com o advento da monarquia, seria alcançada a sociedade desejada: a igualdade, pois “quem tem mói, quem não tem mói também”, portanto todos são iguais. Da mesma forma, o que se tinha, tinha que repartir: a fraternidade, onde todos são irmãos e irmãs; o uso comunal da terra, com o fim da propriedade privada como se apresentava, por isto, a queima dos cartórios, a derrubada das cercas e a destruição das sedes das fazendas. (AURAS, 2005, p. 158).

O terceiro monge José Maria de Santo Agostinho, cujo nome verdadeiro era Miguel Lucena Boaventura, aparece em 1912, no Município de Campos Novos (SC), justamente

onde, no início do ano, espalhou-se notícia do ressurgimento de João Maria. José Maria era um tipo da etnia cabocla, de cabelos corrediços e compridos, barba espessa, e como todo caboclo da época, “andava às vezes descalço; quando muito, usava tamancos enfiados em meias grossas que lhe prendiam a boca das calças. Tinha dentes escuros de tanto fumar cachimbo. Ostentava um boné da jaguatirica semelhante ao do velho João Maria, porém adornado de penacho e fitas”. (QUEIROZ, 1966, p. 79).

De seu passado, antes de aparecer em Campos Novos, pouca coisa se sabe de sua vida. Sabedor de sua presença naquele município, o Padre Rogério foi procurá-lo. Citando a biografia do Padre Rogério, Auras (2005), diz que:

Não quis dizer-me donde vinha, limitando-se a declarar que era um peregrino. Ao convidá-lo para se confessar, ele me respondeu ‘Não quero dar motivo para falarem de mim’. Não se confessou, nem assistiu, no dia seguinte, à santa missa, mantendo-se deitado. São homens que iludem o povo simples com palavras sonoras e com alguns remédios, afastando-o da prática da santa religião. Contam que José Maria chamou a confissão de bobagem. (Ibid., p.59).

Em 1912 já era um homem maduro, e aparentava ter quarenta e poucos anos de idade. Para os camponeses do sertão não tinha importância a sua identidade, não tinha razão de questionar sobre isso, o interessava, é que José Maria estava ao lado deles, era como eles e, “sobretudo, demonstrava na sua prática diária ter o poder do sagrado”(AURAS, 2005, p.58). Mas, alguns autores afirmam sem muita certeza que José Maria era um cabo desertor das fileiras do Regimento de Segurança do Paraná. Outros afirmam que foi soldado do Exército, e “andou alistado num batalhão rodoviário, encarregado de construir a estrada Guarapuava – Foz do Iguaçu. Daí é que teria deserdado”. (QUEIROZ, 1966, p. 81).

O terceiro monge curandeiro trabalhou antes em Lajes (SC), mas, em razão de seus ganhos serem muito pouco, era obrigado, “para não morrer à míngua”, a empregar-se como trabalhador na agricultura ou na construção de estradas municipais. “Devido ao seu aspecto e – quem sabe – à sua prosápia, ficou ali conhecido como ‘o doutor de tamancos’”. Em Campos Novos (SC), as ervas por ele receitadas passaram a produzir os efeitos desejados, passando a

ser consideradas como milagrosas. Sua grande façanha inicial foi ter curado a mulher do fazendeiro Francisco de Almeida, que havia sido desenganada por médicos. Francisco de Almeida lhe ofereceu por isto, terras e ouro, os quais o monge recusou. Com isso, sua fama de milagreiro e pouco interessado nas coisas terrenas logo se espalhou por toda Serra-Acima. (AURAS, 2005, p. 58).

Na realidade, José Maria não era um curandeiro vulgar. Sabia ler e escrever e há muito tempo já possuía anotações das propriedades medicinais das numerosas ervas encontrada na flora do planalto catarinense, comprovadas pela prática e a experiência popular. (Queiroz, 1966, p. 84).

Grande era o número de pessoas que buscavam ser consultadas pelo curandeiro/monge, que Francisco de Almeida viu-se obrigado a matar uma rês por dia, para alimentar toda aquela gente. Ao se mudar para um rancho cedido pelo fazendeiro, criou a Farmácia do Povo. Todas as pessoas que tinham condições pagavam, no mínimo, dois mil-réis pela consulta, cujos fundos arrecadados eram destinados a ajudar os mais necessitados. Ao entrar um paciente no consultório improvisado, José Maria depois de ouvi-lo e examiná-lo, consultava seus cadernos. Um secretário transcrevia a receita, e via de regra ensinava a fazer “complicadíssimas essências, misturando folhas, raízes e sementes. É interessante notar que geralmente entravam 700 gramas de cada produto destinado à infusão”. (loc. cit.).

O monge José Maria levava em sua pouca bagagem a “História de Carlos Magno e dos Doze Pares da França”, e nas poucas horas de folga disponíveis fazia a leitura de capítulos para aqueles que o seguiam. Esta foi considerada a obra mais lida no interior do país naquele período.

Um repórter observou que entre os raros sertanejos alfabetizados ‘o livro predileto é uma maravilhosa História de Carlos Magno que entusiasma e alucina o seu espírito primitivo com aventuras extraordinárias de heróis invencíveis, homens que sozinhos atacam e derrotam exércitos aguerridos’ (jornal Paraná, 21-12-1914). Ignora-se de que maneira José Maria comentava as façanhas dos cavaleiros da Távola Redonda, mas – como irão confirmar os episódios subsequentes – essa literatura que exaltava a coragem pessoal, a luta conta os “infiéis” e a fraternidade entre os campeões, marcaria diretamente os acontecimentos. (Ibid., p. 86).

Em razão da fama que adquiriu como curandeiro e monge, José Maria é convidado pelos organizadores da festas de Senhor Bom Jesus, os festeiros: Manuel Alves de Assunção Rocha, Euzébio Ferreira dos Santos, Praxedes Gomes Damasceno e Chico Ventura, para participar da festa que seria realizada no início de agosto na localidade de Taquaruçu, Município de Curitiba, e aceita em participar das festividades. Queiroz (1966) entende que existia algo além da festa, pois nas últimas festas do padroeiro no “arraial das Perdizes Grandes, que costumavam realizar-se na semana de janeiro em que caísse o dia de São Sebastião, sabia-se que tinham sido transformadas em reuniões de agitação contra a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande”; além das disputas políticas entre os “coronéis” Francisco Albuquerque e Heriquinho de Almeida, temas que o autor afirma que seguramente foram tratados entre José Maria e a comissão de festeiros. Certamente a presença do monge abrilhantaria os festejos. Dias depois partiu para Taquaruçu, acompanhado por uma caravana composta por cerca de 300 pessoas, entre homens, mulheres e criança que dele não queriam mais separar-se. Na época Taquaruçu não era mais que um arraial. (p. 97).

Em 06 de agosto de 1912 realizou-se a tradicional festa do Senhor Bom Jesus, com a presença do monge José Maria. Normalmente ao final dos festejos, os participantes retomavam sua vida cotidiana. Porém, daquela vez, muitos se deixaram ficar junto de José Maria, inclusive com mais gente chegando a Taquaruçu. Boa parte dos que ficaram não tinham mais para onde ir, foram expulsos das terras, não tinham onde morar, sem trabalho e renda, “resultado da concessão feita à Estrada São Paulo – Rio Grande”. (Ibid., p. 96).

José Maria continuou por mais de um mês em Taquaruçu. Continuava receitando, rezava terços, declamava narrativas sacras, e acima de tudo, contava as fantásticas proezas de Carlos Magno, que os camponeses ouviam com especial interesse. Criou uma guarda de honra formada de 24 homens e mais o comandante, todos destemidos, e seus seguidores, intitulada de Doze Pares da França. Parte do tempo do monge era gasto na tarefa de tornar esses

homens, montados em cavalos brancos, mais hábeis no manejo de facões e espadas fabricados com madeira resistente. Os exercícios ocorriam em clima de festa.

Taquaruçu pertencia a Curitibanos, cujo chefe político e todo poderoso era o *coronel* Francisco de Albuquerque, que chegou ao poder em 1902, em uma eleição a bico-de-pena, e sob a proteção do então governador do Estado, “coronel” Vital Ramos, três vezes seu compadre, que ocupava o cargo de superintendente do município. Francisco de Albuquerque se mostrou preocupado com a crescente popularidade e influência do monge no seu município e talvez até alarmado com o ajuntamento dos camponeses em torno de José Maria. De início, procurou agir com cautela. Como forma de atrair o monge, mandou chamá-lo a Curitibanos para tratar a doença de um familiar seu. Pedido que o monge não atendeu, “muito embora em condições normais fosse temerário deixar de atender um pedido do coronel”. Diante do pedido negado, Albuquerque resolveu intimá-lo, por meio de Juca Ruivo, que na vila acumulava o cargo de tabelião às atividades de curandeiro. Juca Ruivo levou a resposta do monge, que superou qualquer expectativa a Albuquerque. “O monge respondeu que a distância da casa do coronel à sua era igual à da sua casa à do coronel”, insinuando assim, que Albuquerque lhe fosse prestar homenagem”. (QUEIROZ, 1966, p. 91).

O ‘coronel’, pelo poder que tinha, poderia mandar desfazer o ajuntamento e prender o monge. Mas avaliou que seria arriscado executar tal tarefa apenas com seus capangas e o destacamento policial do lugar. O coronel, que tinha uma conta a ajustar com o monge José Maria, por não ter este atendido ao seu chamado, telegrafou então para o governador de Santa Catarina, avisando-o que “os fanáticos haviam proclamado a monarquia nos sertões de Taquaruçu”(Ibid., p. 92).

Queiroz (1966) afirma que muitos autores acreditam realmente que José Maria tenha agido dessa forma, e que corou como Imperador, o velho fazendeiro Manoel Alves de Assumpção Rocha, o Rocha Alves, mas essa informação não pode ser confirmada por quem

esteve presente. Tudo indica que ocorreu um mal-entendido, pois:

No acampamento de Taquaruçu, houve certa noite um desafio, uma profia entre dois travadores. Um deles terminou a quadra por um “via a Monarquia”, e, diante disto, deu-se o outro por vencido. Os circunstantes ergueram, então, muito “vivas à Monarquia”, o final do verso vencedor. Tal foi o pretexto que se utilizou o coronel Albuquerque. (loc. cit.).

A notícia dada pelo ‘coronel’ ganhou imediata repercussão nacional, pois o “genocídio”, para os republicanos, Guerra de Canudos ainda estava bem viva em suas memórias.

O telegrama do coronel Francisco de Albuquerque provocou alarme em Florianópolis, despertou atenção em Curitiba e foi repercutir até mesmo na imprensa do Rio de Janeiro. Garantia o governador de Santa Catarina que o movimento surgido em Taquaruçu era semelhante ao de Canudos. No Palácio do Catete, o marechal Hermes da Fonseca, presidente da República, recebeu comunicado de que no Sul havia eclodido ‘uma grave sublevação com o intuito de restaurar a Monarquia’. (Ibid., p. 93).

Cogitava-se que Forças Federais poderiam ser enviadas a região contestada. Antecipando a isso, um destacamento da polícia militar catarinense foi enviado para Curitiba. José Maria possivelmente foi avisado por emissários do chefe da polícia, que lhe pediram guardar segredo. O monge fez crer a seus discípulos que tinha sonhado que a polícia vinha à sua procura. Portanto, era necessário sair de Taquaruçu. Mas, de acordo com Queiroz (1966), com base no documento de Alfredo de Oliveira Lemos, antes de partir, o monge José Maria chamou em particular Manoel Alves de Assumpção Rocha, Chico Ventura e Euzébio Ferreira, seus maiores adeptos, para dizer que:

Eu vou começar a guerra de São Sebastião em Irani, com os meus homens que lá me esperam. Mas olha Euzébio, marque bem o dia de hoje. No primeiro combate sei que morro, mas no dia em que completar um ano me esperem aqui em Taquaruçu que venho com o grande exército de São Sebastião. (Ibid., p. 119)

José Maria partiu para Irani, vila pertencente ao Município de Palmas (PR), acompanhado de 40 homens, fortes, valentes, muito jovens, entre eles estavam dos Doze Pares da França, membros de sua guarda. Viajavam todos, a cavalo, porém poucos estavam armados. Dispersaram-se centenas de outras pessoas que o cercavam.

Os faxinais e as matas do Irani foram ocupados, desde fins do século XIX, por uma

população que migrou do Rio Grande, segundo tradição oral, por recomendação do monge João Maria, que via ali a “terra premedita”, onde se poderia “então desfrutar da largueza e as terras pertenciam ao Estado”. A esses primeiros camponeses vieram juntar-se outras famílias de camponeses, que não se sabe de onde, trabalhavam nas terras devolutas, plantando milho, feijão e criando porcos, “tudo para subsistência e para pequenas trocas”. (Ibid., p. 95).

O monge José Maria já conhecia o povo do Irani. É tanto que há muito tempo os chamavam de “sua gente”.

Não é de estranhar que perseguido em território sob a jurisdição catarinense, tenha surgido, em princípios de novembro de 1912, no chamado Faxinal dos Fabrícios. [...]. Hospedou-se, primeiro, em casa de Thomaz Fabrício das Neves. Atraídas pela sua fama de curandeiro, numerosas pessoas foram fazer-lhe consultas e muitas se deixavam ficar pelos arredores, assistindo e acompanhando o seus terços, aos quais havia quem chamasse de missas. A todos que o quisessem ouvir, o monge não escondia ter vindo perseguido, sobretudo por parte do coronel Francisco de Albuquerque, a quem acusava de haver levando calúnias contra ele, atribuindo-lhe ‘intuítos de restauração monárquica’. [...]. Poucos dias depois, mudou-se para a casa de Miguel Fabrício, onde afirmava e reafirmava à pequena multidão ‘que nada tinha com o Paraná, mas que se fosse atacado brigaria. (QUEIROZ, 1966, p. 97).

As autoridades e imprensa do Paraná receberam com inquietação e desconfiança as informações divulgadas sobre o monge José Maria e seus fiéis, pois entendiam que era manobra do Estado de Santa Catarina, na tentativa de guarnecer a região contestada com tropas federais, para garantir a execução da sentença do Supremo Tribunal no caso dos limites. Essa versão deixou de existir a partir da chegada do monge José Maria e sua guarda de segurança nas terras do Paraná. Com o objetivo de defender as terras que julgava pertencer a seu Estado, o Governador Carlos Cavalcanti determinou a partida imediata do Regimento de Segurança do Estado, sob o comando do oficial do Exército, Cel. João Gualberto de Sá Filho. Este ainda em Curitiba, depois de aceitar a missão da qual fora encarregado, não escondia para os mais íntimos quais eram seus objetivos: “Levava cordas e havia de trazer os bandidos todos, amarrados”. (QUEIROZ, 1966, 101).

Em 15 de novembro, José Maria foi procurado por dois moradores da região de Irani. José Júlio Farrapo, um dos arrendatários da fazenda do Irani e João Varela, pequeno

fazendeiro, mantiveram conversa com o monge com o objetivo de convencê-lo a dispersar seu grupo. “Encontraram-no ‘alterado’ por não ignorar que forças do Paraná já estavam em marcha para atacá-lo”. Mas ouve dele a afirmação de que não tinha qualquer questão com o Paraná, nem com outro Estado; não vim aqui com o intuito de brigar, mas se fosse atacado, iria reagir; que ele e os seus companheiros eram perseguidos pelo *coronel* Albuquerque. José Maria os convenceu a serem mediadores junto ao comandante para conseguir um acordo, pois seu desejo era de que não houvesse luta. Além dos seguidores que trouxera de Santa Catarina, o monge contava com o apoio e a simpatia dos camponeses - posseiros do Irani. Também poderia contar com a ajuda de Miguel Fragoso, antigo chefe maragato, que ainda tinha poder de arregimentar mais de 100 homens em armas. Assim, o monge poderia dispor para sua defesa e sua causa, de duzentos a trezentos homens mal armados. (QUEIROZ, 1966, p. 97-98 e AURAS, 2005, p. 62-65).

As tropas do Regimento de Segurança do Paraná vindas de Curitiba via Porto União, dirigiram-se à sede do Município de Palmas, próximo a localidade Horizonte ou Belo Horizonte de Palmas, encontraram o chefe político da região, o ‘coronel’ Domingos Soares, que já os aguardava. Decidiram que parte da tropa acampar ali, enquanto que um piquete de cavalaria, acompanhado pelo chefe político, iria até Irani para colherem informações mais precisas. Logo após sua partida, encontraram com os emissários do monge, João Varela e José Júlio Farrapo, os quais conversaram com os representantes da força repressora. Dessa conversa, o Tenente Busse, comandante do piquete, envia ao Coronel João Gualberto um relatório, dando conta das condições físicas do piquete, dos cavalos e que se encontravam a onze léguas do Irani.

Hoje encontramos com dois indivíduos enviados pelo Monge José Maria para falar com o Coronel Domingos Soares, a fim de este ir conferenciar com ele no próprio acampamento que é o lugar chamado Faxinal a duas léguas da entrada do mato em Irani. [...]. O Monge tem 40 homens que lhe são dedicados, acham-se armados de winchester e estão dispostos a defendê-lo a todo transe. Estas informações colhemos dos dois enviados e do Senhor Ernesto Rupp que viu e falou pessoalmente ao Monge. Além desses 40 homens, acham-se no acampamento outros em número regular e muitas mulheres e crianças. Informaram também que todos os moradores

das redondezas do Irani acham-se fanatizados por José Maria, tendo ele declarado ao senhor Rupp que se o atacarem resistirá. Os enviados do Monge dizem que ele deseja muito conferenciar com o senhor Doutor Chefe de Polícia ou com o senhor em qualquer ponto e este fato pode servir para pegá-lo de surpresa.

(...). O Monge diz conhecer o Doutor Chefe de Polícia e declara que deseja resolver pacificamente este fato; que não passa tudo isso de um intriga que ele, Monge, teve com o Coronel Albuquerque de Curitiba, mas que absolutamente não quer hostilizar o Paraná, que nenhum mal lhe fez. (QUEIROZ, 1966, p. 99).

Extremamente desejoso de cumprir sua missão, João Gualberto, em Horizonte, discute asperamente com o Chefe de Polícia, que defendia que a tropa deveria seguir para Palmas. O comandante era contrário, entendia que deveria seguir direto ao encalce do monge. Finalmente, resolveu-se que uma parte da tropa permaneceria ali e a outra acompanharia de imediato João Gualberto ao encontro do pique do Ten. Busse, onde mais uma vez o ‘coronel’ Soares, tentou evitar o iminente confronto armado. Ficou acertado que Soares e mais outras quatro pessoas iram até o monge persuadi-lo a vir à presença de Gualberto. Este enviou um bilhete ao monge, datado de 20 de outubro de 1912, com o seguinte teor:

Senhor José Maria. Deveis comparecer a este acampamento com a maior urgência a fim de me explicardes o motivo da reunião de gente armada em torno da vossa pessoa, alarmando os habitantes dessa zona e infringindo as leis do Estado e da República. Caso não atenderdes a essa intimação que me ditou o comprimento do dever e o sentimento de humanidade, comunico-vos que dar-vos-ei já franco combate e a todos que foram solidários convosco, em verdadeira guerra de extermínio a fim de voltar a essa zona do Estado o regime da ordem e da lei. Avisai a todos que vos acompanham que os considerarei criminosos se não concordam com o vosso comparecimento ao meu acampamento, evitando por essa forma terrível desgraça. Comunico-vos ainda que além das forças minhas que vos sitiam por várias estradas outras expedições vos perseguem também, tornando-se por essa forma impossível vossa fuga ou resistência no Território Nacional. No caso de resistência deveis fazer retirar com urgência as mulheres e as crianças que aí estiverem. Coronel João Gualberto, Comandante do Regimento de Segurança do Paraná. (Queiroz, 1966, p. 101 e AURAS, 2005, 67-68).

Por entender que caso obedecesse à intimação do Coronel Gualberto, José Maria receberia maus-tratos e que não devia nada ao Paraná, e por isso se recusou ir à presença do comandante. Na tentativa de resolver a questão de uma vez por toda, pediu ao ‘coronel’ Soares, garantias para retornar a Santa Catarina. Mesmo não disponibilizando de toda a tropa que trouxe de Curitiba, pois, no momento, só o acompanhavam 70 homens e uma metralhadora, na qual depositava toda a confiança para dar conta do serviço. Mais uma vez

João Gualberto não aceita as argumentações de Soares, no sentido de permitir a saída do monge e, quem sabe, montar estratégias para prendê-lo. Ao receber a resposta negativa do monge, afirmou que “na madrugada seguinte atacaria de qualquer forma o acampamento visto que ”disto já havia dado comunicação ao presidente do Estado” e que, se não assim procedesse, ele seria desmoralizado perante toda a nação. De acordo com seu obstinado desejo, o Coronel Gualberto, na madrugada, a tropa parte para o acampamento do monge e de seus seguidores. No caminho, em plena madrugada algo inesperado ocorre. Ao atravessar um córrego, a mula que transportava a metralhadora, em um movimento brusco, faz cair na água a arma e a caixa de munição, enchendo as bruacas de areia e água. Por tal motivo, ela mais tarde não funcionou.

Queiroz (1966) afirma que tal ato da mula não foi uma obra do acaso, mas sim provocado propositadamente por certo tropeiro Roque, morador do Irani, que era simpatizante do monge, o qual foi contratado por Gualberto para acompanhá-lo até o acampamento.

Nas primeiras horas do dia 22 de outubro de 1912, as vanguardas das tropas repressoras da polícia do Paraná trocam os primeiros tiros com uma suposta guarda dos rebeldes, a qual se retirou. Ao chegarem à localidade Banhado Grande, onde ocorreu o combate, sob as ordens de João Gualberto, a tropa do governo enfrentou pouco mais de 200 camponeses rebeldes, uns a pé e outros a cavalos, os quais evitaram ao máximo o tiroteio, e atravessando uma colina onde desapareceram de vista da tropa repressora e de supressa, atacaram com garrucha e facão de pau os soldados. A luta se deu em torno da metralhadora que não funcionou. No meio da luta caiu ferido por uma bala, o monge José Maria. Quando a tropa começava a se dispersar, um grupo de rebeldes enfurecidos cerca João Gualberto, e enquanto o matava, um grita para os demais: “Piquem este desgraçado, que é o único culpado” (QUEIROZ, 1966, p. 112).

Entre os mortos da tropa, contavam-se, além do comandante, dois sargentos, três

cabos, um anspeçada e quatro soldados. No lado dos rebeldes, morreram seis, para alguns autores e, para outros, muito mais. Dessa forma, estava concluída a primeira batalha entre as forças legais e os rebeldes, onde morreu o Coronel João Gualberto, que pretendia como prova de sua bravura, desfilar nas ruas de Curitiba, com o monge e seus seguidores amarrados pelo pescoço.

Para muitos de seus seguidores, o Monge José Maria não tinha morrido nessa batalha. Um de seus fiéis que participou da luta, disse que viu quando o monge estava “fugindo pelas nuvens num cavalo branco”. Ele não havia propriamente morrido, apenas desaparecera. (QUEIROZ, 1966, p. 112 e AURAS, 2005, p. 69).

A crença na ressurreição de José Maria se espalhou imediatamente após sua morte. A forma como o monge foi enterrado foi confirmada em depoimento do segundo-tenente Luiz Ferrante: enterraram-no de maneira especial, pois o seu túmulo não tinha terra por cima, e sim umas tábuas “para ele facilmente ressuscitar”. (QUEIROZ, 1966, p. 113).

Terminada a primeira batalha da guerra e enterrados seus mortos, os camponeses se dispersaram. Alguns logo fugiram, outros só o fizeram depois, ao saberem que novas forças repressoras se dirigiam para Irani. Empregados da estrada de ferro se deram conta que várias famílias seguiam para Santa Catarina conduzindo amigos e parentes feridos, alguns em estado grave. Com o regresso dos fiéis de José Maria às terras catarinenses, difundia-se cada vez mais rápido a sua ressurreição em uma cidade santa. (loc. cit.).

E é a partir de então que, no catolicismo popular praticado pelos camponeses, é canonizado o São João Maria, por meio da ressurreição do Monge José Maria, que até hoje grande parte dos camponeses faxinalenses acreditam em seus poderes, e por isso, tão devotado nos altares e salas das residências e altares das capelas dos criadores comuns ou comunitários de muitos faxinais no Paraná. Como também, até os dias atuais, percebe-se a influência do Monge João Maria/José Maria – atualmente os camponeses não fazem diferença

entre um ou outro – no comportamento sócio-cultural dos camponeses faxinalenses do Paraná.

Outra característica significativa a ser analisada na guerra camponesa do Contestado é o clima festivo nas vilas/cidades santas. Monteiro (1974), com base na pesquisa de Maria Isaura P. de Queiroz, afirma que antes do conflito o catolicismo popular praticado pelos camponeses da região contestada era uma religião alegre; e, ao longo de sua pesquisa, o autor usa o testemunho dos padres, principalmente do Padre Rogério Neuhaus para ressaltar a inclinação do camponês em fazer da festa religiosa uma oportunidade de diversão. Salientou ainda que:

Na irmandade, no entanto, as comemorações dessa natureza não são mais apenas marcadas pelos dias em vermelho das folhinhas caboclas – todo o calendário torna-se encarnado e o cotidiano tende a transformar-se numa contínua comemoração. Vários cronistas e, até mesmo, um depoente, ex-jagunço, assinalam que a vila santa era um lugar que atraía a juventude que ‘gosta muito de barulho, de reunião’. Outros, chamam a atenção para a tendência sempre presente entre os irmãos de, a qualquer pretexto, manifestar seu júbilo descarregando as armas para o alto. [grifo no original] (MONTEIRO, 1974, p. 133).

O movimento camponês rebelde do Contestado, durante os quatro anos de sua existência, passou por diversas fases, estando, portanto, sujeito a uma pluralidade sucessiva de chefias. Possivelmente isto possa explicar o fato de que, no que diz respeito a demonstração alegria. Por outro lado, pode também explicar a proibição de certas práticas – não eram permitidas nas vilas/cidades santas, bailes, consumo de bebidas – e as de que eram permitidas. Um jornal da época que sempre publicou reportagens criminalizando o movimento, publicou de forma inesperada que, “os rebeldes exercitavam-se, divertiam-se, matavam gado, brigavam, bebiam ‘fervida’ (pinga fervida com açúcar), dançavam à viola”. O que é confirmado por um ex-rebelde em depoimento a Monteiro (1974), “a vida nos redutos era tão boa que certamente havia sido determinada por Deus e pelo monge: ‘Era até melhor’ do que a que levavam em suas casas”. (p. 134).

De acordo com o autor, essas condições peculiares de felicidade, que mostram uma espécie de fixação alargada do modo de expressar as tradicionais festas populares, predominaram em determinadas fases do movimento rebelde, “nas quais, por uma ou outra

razão” (Ibid., p. 134), abrandou a intensidade da ação das forças repressoras. E cita como exemplo, o período em que Caraguatá era o principal centro de concentração da irmandade. “Ali ‘era bonito, muita gente, muito grande religião, só rezavam, não existia malvadeza”” (Ibid., p. 134). Depois que a situação mudou terrivelmente para os rebeldes no reduto de Caraguatá, eles tiveram que se mudar para os campos de Bom Sossego – reduto de Pedras Brancas –, sendo que o deslocamento foi feito de forma pomposa e processional.

Eram duas mil pessoas. À frente, a virgem Maria Rosa, acolitada por cem cavaleiros e montando, ela mesma, um animal ajaezado com arreios de prata, silhão de veludo, enfeitado com franjas e fitas. Após a chegada ao destino, seguiram-se dois dias de festa. O mesmo autor informa que, visitando esse novo reduto com sua gente, Adeodato é recebido com grande festa. (Ibid., p.134).

No entendimento de Monteiro (1974, p. 135), quando se analisa a crueldade extrema da guerra camponesa do Contestado que os camponeses travaram e para a fome destruidora e a moral que abateu os redutos cercados, as formas que os camponeses rebeldes demonstravam sua alegria podem parecer obscurecidas. No entanto, essas manifestações constituíram marcas fundamentais no movimento, por mais curto que tenha sido sua existência. Na essência, os camponeses rebeldes dirigiam uma guerra, cujo caráter mais importante era defensivo. Em verdade não desejavam outra coisa, senão garantir seu espaço para reproduzir seu modo de vida enquanto classe camponesa, que em certos momentos, era uma “classe em si”, mas, ao longo do processo, o movimento rebelde transformou-se em classe “para si”.

Dessa forma, não se pode negar que os camponeses rebeldes foram os protagonistas da história no decurso da Guerra do Contestado. O conflito armado ocorreu em resposta ao poder do modo capitalista de produção que estava sendo gestado na região, representado pelo poder do *sindicato Farguhar*, das oligarquias estaduais e locais, a ousadia dos camponeses de procurar frear, os avanços das relações capitalistas na região, em especial a propriedade privada da terra.

Como contribuição para a consolidação da fração do território comunitário camponês dos faxinais no Paraná, dentro de todas as limitações impostas por uma guerra, os camponeses

rebeldes do Contestado deixaram o sentimento de solidariedade entre as pessoas, os laços de vizinhança, compadrio intraclasse, a participação de todos na construção e na manutenção da vida em comum, a necessidade da luta pelo direito a terra, as práticas do catolicismo popular como as rezas aos seus santos padroeiros, a crença nas rezas das rezadeiras, curandeiros, as práticas do uso das ervas medicinais, por meio de infusões recomendadas pelos monges que percorreram os sertões da região do Contestado.

Por outro lado, Man Yu Chang (1988), ao analisar a consolidação da fração do território comunitário camponês dos faxinal no Paraná, não aponta a importante contribuição dada pelos camponeses rebeldes que participaram da Guerra do Contestado, que é visível no modo de vida dos camponeses faxinalenses no seu cotidiano através de suas práticas sociais, culturais no criadouro comum ou criadouro comunitário. Só não é visto pelos autores que pesquisam ou pesquisaram a fração território comunitário do faxinal – independente da área da ciência em que atuam –, propositadamente ou não, vedam seus olhos para não enxergarem esses elementos fundamentais para sua existência. Em vez disso, a autora centra a sua análise no papel desempenhado pelas prefeituras municipais onde existem faxinais na sistematização e legalização das leis costumeiras ou consuetudinárias praticadas desde os tempos de sua gênese pelos antepassados dos camponeses faxinalenses. Leis essas que *pari passu* vão se transformando em costumes, os quais em muito dos casos se deságuam na legalidade do direito romano, como bem assevera E. P. Thompson (2005):

Pois um costume tem início e se desenvolve até atingir sua plenitude da seguinte maneira. Quando um ato razoável, uma vez praticado, é considerado bom, benéfico ao povo e agradável à natureza e à índole das pessoas, elas o usam e praticam repetidas vezes, e assim, pela frequente iteração e multiplicação do ato, ele se torna costume; e se praticado sem interrupção desde tempos imemoriais, adquire força de lei. (p.86).

Chang (1988) analisa o papel de algumas prefeituras municipais na legalização do uso da cerca e seus desdobramentos no criadouro comum ou comunitário. Ora, o ato de cercar os criadouros, inicialmente não foi considerado bom e nem agradável a natureza dos camponeses

faxinalenses, pois, de certa forma, foi uma imposição do costume de cercar as áreas de criação de animais na Europa que os camponeses ucranianos e poloneses imigrantes dentro de suas várias práticas culturais, que aqui conservaram para se reproduzirem enquanto classe para si. Mas que, com o frequente cercamento das terras de uso comum dos criadouros separando das terras de planta ou plantar da fração do território comunitário faxinalense foi beneficiado, pois dessa forma, foi garantida sua permanência até os dias atuais. Ou seja, as prefeituras que criaram as leis legislando sobre as “cercas de lei” transformaram em direito legal, aquilo que é costumeiro na fração do território comunitário do faxinal; e, fundamental para a sua continuação como formação social camponesa, como será mostrado no capítulo seguinte. Sendo as prefeituras municipais apenas as mediadoras dessa transformação. Assim, quero afirmar que não entendo que algumas prefeituras municipais desempenharam papel fundamental na consolidação dos faxinais, como é afirmado por Chang (1988, p. 40-41).

Portanto, os resultados das análises dos elementos contidos nesse capítulo, sustentam que a mistura de cultura dos camponeses ucranianos, poloneses e os camponeses rebeldes do Contestado, consolidaram as práticas das terras de uso comum na fração do território comunitário camponês dos faxinais do Paraná.

8. OS FAXINAIS NA CONTEMPORANEIDADE: CRISE E RESISTÊNCIA

“Esses parentes meus que são contra os faxinais é uma vergonha. Tenho gosto de ver os porcos, bois, cabritos, tudo solto no criadouro, onde todo mundo que mora aqui pode usar a terra, sendo dono ou não. Me sinto feliz”. Isidoro Colaço, 80 anos, camponês faxinalense do Faxinal Salso.

Os faxinais do Paraná, para a grande maioria de seus pesquisadores, são compreendidos como uma forma de organização econômica camponesa do Sul do Brasil, cujo território se constitui com base na conjunção de elementos ambientais, socioeconômicos, políticos e culturais desde o início do século XVIII, caracterizado principalmente pelo uso de terra comum e dos recursos naturais na forma de criadouros comuns ou comunitários.

Em primeiro lugar tratarei do entendimento que têm vários pesquisadores dos faxinais, o Estado e os próprios sujeitos sociais (camponeses faxinalenses) sobre os termos comumente utilizados, tais como: “faxinal”, “criadouro comum ou comunitário” e “sistema Faxinal”. Entre os pesquisadores estão: Horácio Martins de Carvalho, que foi pioneiro em pesquisar um faxinal em seu trabalho “Da Aventura à Esperança: a experiência autogestionária no uso comum da terra” (1984), o qual definiu como uma “crônica sobre uma viagem ao campo” e onde faz a distinção entre faxinal e criadouro comunitário ou comum, para melhor compreensão da formação social camponesa entendida como faxinal. Para Carvalho, o criadouro comum ou comunitário é:

O criador comunitário é uma forma de organização consuetudinária que se estabelece entre proprietários da terra para sua utilização comunal, tendo em vista a criação de animais. A área de um criador comunitário é constituída por várias parcelas de terras de distintos proprietários, formando, umas ao lado das outras, um espaço contínuo. (1984, p.12).

O autor entende o criadouro comunitário como o “resultado histórico da criatividade

do trabalhador direto na condição de “pequena burguesia agrária”, sob determinadas condições de produção”. Nessa questão, abro um diálogo com o então jovem intelectual Horácio Martins de Carvalho. Primeiro, é correta a sua definição de criadouro comunitário, o qual é também designado como *criadouro comum*. No entanto, divergimos quando afirmou que a formação do *criadouro comum* “é o resultado histórico da criatividade do trabalhador direto na condição de pequena burguesia agrária [...], ou seja, do trabalhador agrícola ou do campo, proprietário de sua força de trabalho e de seus instrumentos de trabalho”. A divergência está na caracterização da condição desse trabalhador livre – livre porque é proprietário de sua força de trabalho e de seus instrumentos de trabalho –, que o autor classifica como pequeno burguês agrário. Acredito que o jovem intelectual, no momento em que realizou sua pioneira – classifico-a como pioneira porque até o presente não tenho conhecimento de pesquisa anterior – e importante pesquisa sobre o Faxinal Rio do Couro, estava influenciado por uma das correntes do pensamento marxista que estuda o campo brasileiro. Esta corrente vê o processo contraditório do desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo, com base na teoria clássica de Lênin, a qual é transplantada para a realidade do campo brasileiro de forma a-histórica. Com isso, por via da diferenciação interna provocada pelas próprias contradições do modo de produção capitalista, através do processo de integração ao mercado, teria como resultado a existência de duas classes distintas de camponeses: “os camponeses abastados (os pequenos capitalistas rurais) e os camponeses empobrecidos (que se tornariam proletários). É com essa perspectiva que o jovem intelectual Horácio Martins de Carvalho (1984) concluiu sua definição de criadouro comunitário quando afirmou que:

O criador comunitário é o óbvio a serviço dos trabalhadores direto da pequena burguesia agrária. É, também, nas condições históricas em que se instalaram no interior do Estado do Paraná, no início do atual século, (então, economicamente banidos das periferias da Capital) o encontrar soluções com os recursos disponíveis na natureza que os acolhe e se vê transformada pelas inventivas produzidas nas conservações diárias entre as famílias. Desenvolver as forças produtivas apoiadas nas suas próprias forças era a condição determinante da garantia da sua reprodução como indivíduo (família) e como produtor. (CARVALHO, 1884, p.7).

Entendo esse trabalhador livre, proprietário de sua força de trabalho e de seus instrumentos de trabalho do Faxinal Rio do Couro, como uma fração da classe camponesa paranaense e brasileira, por compreender que as relações não-capitalistas de produção no campo hoje são criadas e recriadas pelo processo contraditório de desenvolvimento do modo capitalista de produção. Ou seja, é o próprio modo capitalista de produção dominante que gera relações capitalistas de produção e relações não-capitalistas de produção, combinadas ou não, em função do processo contraditório intrínseco a seu desenvolvimento. Portanto o modo capitalista de produção, no seu desenvolvimento contraditório no campo brasileiro, cria e recria relações não-capitalistas, criando, assim, a possibilidade da existência da classe camponesa no Brasil.

Mas, felizmente, ao longo de sua produção intelectual, Horácio Martins de Carvalho de forma indireta pagou sua dívida com os camponeses faxinalenses do Faxinal do Rio do Couro, principalmente na sua obra *O Campesinato no século XXI: possibilidade e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil*¹¹⁴, de 2005.

No que diz respeito à definição de faxinal, o autor afirmou que:

Originalmente, fins do século XIX, faxinal se referia ao mato denso e grosso, ou seja, à área de vegetação mais cerrada, se comparada com outras áreas as quais se denominava de mato ralo. No faxinal ocorria a presença das espécies florestais como pinheiro e erva-mate, além de apresentar razoáveis condições de pastagens naturais. O faxinal era preservado para práticas extrativistas da madeira e da erva, além de servir de espaço para a criação extensiva de animais. As derrubadas de mato para a formação de lavouras eram realizadas em áreas onde se observava a presença de mato ralo. (Ibid., p. 14-15).

Roberto Martins de Souza (2001), em sua pesquisa que deu origem à dissertação de mestrado, resume o seu entendimento de criadouro e faxinal da seguinte forma:

Dessa maneira, entende-se por criadouro comunitário um espaço físico constituído, tendo por base uma relação social cuja finalidade é a organização comunitária. Já o faxinal é o espaço físico natural existente no interior do criadouro cuja delimitação é determinada pela presença de espécies vegetais de relevante interesse econômico, como também pela disponibilidade de forrageiras nativas que atendiam a pecuária mantida no sistema. (SOUZA, 2001, p. 31-32).

¹¹⁴ Horácio Martins de Carvalho, por estar hoje ao lado dos camponeses brasileiros expropriados pelo modo capitalista de produção, assessorando os movimentos sociais do campo, como Via Campesina, MST, MAB, MPA entre outros, é duramente criticado pelos pesquisadores do campo brasileiro que compactuam com os métodos de violência aplicados pelo modo capitalista de produção para se desenvolver no campo.

Os camponeses faxinalenses das regiões Sul e Centro-Sul do Paraná utilizam o termo “faxinal” para designarem o criadouro comum. Já os camponeses da Região Metropolitana de Curitiba utilizam o termo “criadouro” para designarem o espaço físico do criadouro.

Por “sistema faxinal”, segundo Chang (1988), entende-se que, além do criadouro comum, compreendem-se as áreas circunvizinhas destinadas ao cultivo de espécies anuais para abastecimento familiar e comercialização de excedentes.

O sistema faxinal apresenta três componentes básicos: produção animal e agrícola e o extrativismo da erva-mate. **A produção animal** se baseia na criação de animais domésticos para tração e consumo, com destaque às espécies equina, suína, bovina e avícola. **A produção agrícola** de subsistência para abastecimento familiar e comercialização da parcela excedente (policultura alimentar), destacando-se as culturas de milho, feijão e arroz, batata e cebola. E, por sua vez, o **extrativismo de erva-mate**, realizado em ervais nativos desenvolvido dentro do criadouro e coletado durante a entressafra das culturas, desempenha papel de renda complementar. (CHANG, 1988, p.13). (grifo meu).

O que foi posteriormente reconhecido juridicamente pelo Governo do Estado, por meio do Decreto Estadual n. 3.446 de 1997, no parágrafo 1º, do art. 1º:

O sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para o consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto – manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas. (PARANÁ, 1997).

Os próprios sujeito sociais – o camponês faxinalense – definem o faxinal de forma mais direta. O camponês faxinalense Ismael Kloster, descendente de alemão, morador do Faxinal dos Kruger, localizado no Município de Boa Ventura de São Roque – PR, define assim:

O faxinal, no nosso ponto de vista faxinalense, são aquelas áreas onde nós vivemos, 70, 80 famílias, num uso coletivo; onde todos usam as áreas protegendo o meio ambiente e ocupando com pequena criação, criação de porte alto também. Tem faxinal que tem pequena criação, que tem a lei, e a criação alta, que tem os quatro fios de arame. Todos podem viver e não tem importância de limite de área de terra, ali a pessoa que tem 50 alqueires e outra que tem 2 alqueires, um litro de chão, tem o mesmo potencial de criar os seus animais ali e ali sobreviver. (POVOS DOS FAXINAIS, 2006, p. 3).

Na perspectiva do camponês faxinalense Antônio Miguel Rodrigues de Lima, descendente de português e índio, do Faxinal dos Seixas, localizado no Município de São

João do Triunfo – PR,

O faxinal é um lugar onde tem a criação solta, onde você pode trabalhar em comunhão, tudo junto, tudo unido, fazer o “puxirão” para trabalhar na cerca, onde é tudo cercado. Você tem cabrito, porco, gado, galinha, ali é tudo solto, então, acho que isso aí para mim é um faxinal, onde tem união. Você pode trabalhar unido, todo mundo tem criação, tem sua terra ali. Isso aí é um faxinal. “Como que é o uso da terra no faxinal?” Todo mundo tem um pedacinho, lá o que é sem-terra planta na terra do outro; se puder pagar um aluguel, paga, se não puder, não tem problema. Desse jeito que usa, a criação também pisa na terra de todo mundo, não tem divisão, solto mesmo o uso da terra. (Ibid., p. 3¹¹⁵).

O camponês faxinalense Acir Túlio, que se identificou como “misturado”, do Faxinal Marmeleiro de Baixo, situado no Município de Rebouças – PR define o faxinal da seguinte maneira::

O faxinal é onde existe uma área onde o pessoal vive em comum, porque ali moram as famílias e elas criam em comum. Tem uma cerca em roda para arrear as criações para não ir para as lavouras, e ali as pessoas que têm terra e que são sem terra vivem em comum, têm os mesmos direitos de criar e morar dentro do faxinal. (Ibid., p.4).

No entendimento do camponês faxinalense Hamilton José da Silva, que se identifica com caboclo, “misturado de português e índio”, do Faxinal dos Ribeiros, no Município de Pinhão,

O faxinal é um povo que vive sua cultura segundo as suas tradições e uma coisa muito importante é o uso dos recursos naturais e da terra de forma coletiva, os faxinalenses não pensam em ter títulos da terra ou dívida e pretendem permanecer nessa cultura porque é uma herança que herdaram dos seus pais e dos seus avós e por isso nós achamos importante permanecer essa vivência, permanecer essa vivência em comum com o uso da terra coletivo. (Ibid., p. 4).

É preciso ter claro que o faxinal encerra muitos elementos histórico-geográfico, sócio-cultural, econômico-político e especialmente humano-natural. Portanto, inicialmente, na contemporaneidade, compreendo como uma formação social tipicamente camponesa, silvo-agro-pastoril, com tradição secular de terras de uso comum, independente de a propriedade ser privada ou não, que constrói, mantém e reconstrói a fração do território comunitário camponês faxinalense em uma combinação de três elementos inseparáveis, que conformam a tríade de sua sustentação:

¹¹⁵ Depoimento do camponês faxinalense Antônio Rodrigues de Lima, na 2ª Oficina de Mapas, Coordenada pelo Antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida e o Advogado Joaquim Shiraihi Neto; realizada em julho de 2006 em Irati - PR para o fascículo n. 1 “Povos dos Faxinais – Paraná”, do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais, organizada pela Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais, na qual participei como colaborador.

1. Terras de uso comum no criadouro comunitário ou comum – terras de criar e viver, formadas por várias parcelas de terras contíguas de uso comum, assim como os recursos naturais – biodiversidade – nelas contidos. As terras e os recursos naturais são apropriados de forma total ou parcial, dependendo da hierarquização interna de seus membros, em que o elemento principal é a posse e não a propriedade;

2. Cercas das terras de uso comum no criadouro comunitário ou comum – delimitam o criadouro das terras agrícolas – planta ou plantar –, independente das terras pertencerem à fração do território comunitário camponês faxinalense, pois, na maioria das vezes, a distribuição geográfica das terras que compõem a fração do território comunitário camponês faxinalense não é contígua ao criadouro comunitário ou comum;

3. Terras agrícolas – majoritariamente de propriedade privada e posses individuais; mas podendo existir outros tipos de posses, como a posse em terras devolutas e terras públicas patrimoniais ou próprias.

Ou seja, os camponeses faxinalenses conquistaram as frações do território comunitário camponês faxinalense dando outro valor social à terra, em que não está contido o valor capitalista da propriedade privada. Mesmo sendo constituídos majoritariamente de terras privadas, as frações do território comunitário camponês faxinalense têm a representação social e cultural de terra como vida; têm, pois, o significado de fecundação – reprodução biológica e social – para os camponeses faxinalenses porque sabem que suas vidas, tanto de maneira individual como coletiva, dependem do uso equilibrado dos recursos naturais que se encontram nas frações do território comunitário camponês faxinalense.

Assim, os projetos de vida dos camponeses faxinalenses são o de se manterem nas frações do território comunitário camponês, pois o têm como uma construção social, em que se exerce a autoridade ou o poder, e nele se aplicam e se acatam as normas éticas, produto de uma relação específica da fração do território comunitário camponês faxinalense, sendo essas

normas éticas espaciais, exclusivas e específicas dos camponeses faxinalenses. Portanto, as relações sociais de produção nos faxinais são camponesas, assim como a forma de organização camponesa, agro-silvo-eco-pastoril secular, tem características singulares de terras de uso comum. Trata-se de uma experiência auto-sustentada de relevante importância ecológica, social, histórica e cultural da Região Metropolitana de Curitiba e regiões Sul e Centro-Sul do Paraná, e está alicerçada através de fortes laços de dependência e solidariedade econômicas, sociais, familiares e culturais entre os camponeses – por isso camponeses faxinalenses – que convivem nas frações do território comunitário camponês.

A organização nas frações do território comunitário camponês faxinalense é a seguinte: criadouro comum ou comunitário (composto, além das terras de uso comum, dos quintais de verduras, lavouras e pomar); e as terras de planta ou plantar, que se localizam fora do criadouro comum. Esses espaços serão objeto de análise nos tópicos seguintes.

O primeiro levantamento quantitativo sistematizado dos faxinais no Paraná foi realizado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral/Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, que definia o criadouro comum como o espaço de uso comum, com cercas coletivas, onde animais circulam livremente e onde se localizam as moradas. O faxinal foi definido como tipo de vegetação própria da Região Centro-Sul composta de pinheiro, erva-mate, imbuia, canela, murta e outros. Ou ainda como local historicamente utilizado como criadouro comum. De acordo com essas definições, em 1994 foram localizados 152 faxinais. Cláudio Luiz Guimarães Marques, por meio de consultoria por convênio com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), em 2004, ou seja, dez anos depois, realizou o segundo levantamento dos faxinais, que é considerado como preliminar. O autor partiu dos dados do levantamento realizado em 1994. Conforme os resultados desse levantamento, existiam, no Paraná, 44 faxinais “que permaneceram como ”sistema faxinal” coletivo original (criadouro comunitário, cercas coletivas, uso coletivo das terras”; 56 faxinais

que “permanecem apenas com a paisagem de ‘Mata de Araucária’ (sem sistema coletivo, propriedades com cercas individuais, criações isoladas, etc.)”; e 52 faxinais que “existiam e hoje são considerados apenas comunidades de agricultores individuais”. (MARQUES, 2005, p. 10-15).

Em recente trabalho da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (AP) – movimento social organizado que representa os camponeses faxinalenses em nível estadual –, com a colaboração de alguns pesquisadores dos faxinais, realizou-se um levantamento – ainda inédito – dos faxinais do Paraná, em que foram mapeados 227 faxinais localizados na Região Metropolitana de Curitiba e nos 1º e 2º planaltos das Regiões Sul e Centro-Sul do Estado do Paraná. Para efeito dessa pesquisa, os faxinais foram classificados em três categorias:

Faxinal Ativo: fazem parte dessa categoria todos aqueles faxinais em que o criadouro comum ou comunitário está totalmente ativo e/ou que até 30% das terras de uso comum foram obstruídas por cercas – fecho ou feche – para uso individual em qualquer atividade agrícola pelos camponeses faxinalenses ou qualquer finalidade por pessoas estranhas ao modo de vida dos camponeses faxinalenses.

Faxinal Parcialmente Ativo: enquadram-se nessa categoria todos aqueles em que o criadouro comum ou comunitário está parcialmente ativo, em que 70% das terras de uso comum foram obstruídas por cercas – fecho ou feche – para uso individual em qualquer atividade agrícola pelos camponeses faxinalenses ou qualquer finalidade por pessoas estranhas ao modo de vida dos camponeses faxinalenses.

Faxinal Paralisado¹¹⁶: Enquadram-se nessa categoria todos aqueles em que as terras de uso comum foram obstruídas por cercas – fecho ou feche – para uso individual em

¹¹⁶ Em acordo firmado com o assessor da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, no Mapa da Situação dos Faxinais não estão representados os Faxinais Paralisados, por se entender que o levantamento desses faxinais, na sua maioria, foi realizado por esse movimento social, portanto ele tem a prioridade em divulgar em primeira mão. Além disso, até o presente não chegamos um acordo quanto aos critérios adotados para a classificação dessa categoria.

qualquer atividade agrícola pelos camponeses faxinalenses e/ou que possuam até 30% de terras de uso comum e que mantêm a paisagem do bioma de Florestas de Araucária. Estão excluídos dessa categoria aqueles faxinais em que 70% ou mais das terras de uso comum foram obstruídas por cercas – fecho ou feche – por pessoas estranhas ao modo de vida faxinalense para uso de qualquer finalidade, por se compreender que, nestes casos, o faxinal não tem mais possibilidade de se reconstruir como fração do território comunitário camponês faxinalense. Também existem casos como os dos antigos faxinais Pangaré I e Pangaré II¹¹⁷ no Município de Quitandinha, que se transformaram em bairros rurais, de acordo com o conceito construído por Maria Isaura Pereira de Queiroz (1967). Mesmo que grande parte de sua população seja de agricultores, em sua maioria camponesa, não é mais possível sua reconstrução como fração do território comunitário camponês faxinalense, pois as terras em torno da sua área edificada são todas terras de planta ou plantar, onde não existe mais a floresta de Araucária, que é uma das características do faxinal.

Portanto, de acordo com os critérios de divisão dos faxinais por categoria, do total de 227 mapeados, 50 são ativos, 29 parcialmente ativos e 147 paralisados. (Ver Mapa 4 - Situação dos Faxinais, p.577).

¹¹⁷ Os antigos faxinais Pangaré I e Pangaré II não foram incluídos nos levantamentos realizados em 1994 e 2004.

Mapa 4 – Situação dos faxinais

8.1. AS CRISES DOS FAXINAIS

Após sua consolidação, que ocorreu entre a última década do século XIX e a primeira década do século XX, a fração do território comunitário camponês faxinalense passou por várias crises, além da crise da erva-mate que não atingiu somente os faxinais, mas toda a economia paranaense. Também as crises do gafanhoto (1946), a crise da peste suína (que, em 1947, dizimou a maior parte do rebanho), essas duas possivelmente por problemas climáticos. (CARVALHO, 1984, p. 52). A crise do trigo, que teve início em 1955, e só foi superada em 1958; e a da batata, ocorrida de 1948 a 1952, provocada pela oscilação do mercado, pois, quando o camponês realizava uma boa produção, os preços caíam, e vice-versa, conforme o precário sistema de comunicação existente no período, que prejudicava o escoamento da produção para regiões onde a escassez existia (CARVALHO, 1984, 52 e TAVARES, 2002). Mas ocorreram duas crises, provocadas pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção – na etapa monopolista – no campo paranaense: a primeira aqui denominada de crise ambiental, que se inicia logo após da Primeira Guerra Mundial e vai até 1950, e a segunda a partir da segunda metade da década de sessenta com a modernização das agriculturas brasileira e paranaense, as quais serão aqui analisadas.

Pedro Calil Padis (1981) afirmou que o setor externo da economia paranaense não era constituído apenas da “economia” da extração da erva-mate. Outras duas atividades merecem algum destaque, embora com menor importância do que a erva mate. A madeira, especialmente o pinheiro, era de grande potencial para a exportação, dadas as extensas reservas existentes. Antes do início da década de vinte do século passado, a produção de madeira era majoritariamente para o consumo interno do Estado, mesmo assim depois da erva-mate, que configurava como o segundo produto mais exportado. Vários fatores contribuíam para que a madeira extraída do Pinheiro do Paraná não tivesse uma boa aceitação

no mercado nacional e internacional no período, mas o principal era a má qualidade da madeira, devido à falta, sobretudo, de cuidados técnicos na sua extração. As árvores, além de não serem escolhidas adequadamente, não eram abatidas na época adequada do corte. Isso provocava sua rápida deterioração, o que agrava o fato de a madeira ficar exposta às intempéries. (PARDIS, p.67-68).

No entanto, a partir de 1926, a atividade madeireira paranaense passou por um período de euforia que vai até o final da década de cinquenta do século passado. Esse período é denominado por Carvalho (1984) de “economia extrativista da madeira”, que ocorreu na região centro-sul do Paraná, onde está localizada a maior parte das frações do território comunitário camponês faxinalense. Esse período foi caracterizado ainda pela instalação de grandes estabelecimentos agropecuários ou pelo latifúndio, em razão, principalmente, do desejo de os grandes latifundiários terem a posse de extensas reservas de Araucária. E, como atividade complementar à da madeireira, surgiu uma pecuária de caráter extensivo. Mesmo porque, com a extração da madeira, ao contrário da extração da erva-mate, os capitalistas da indústria da madeira não adquiriam terras e sim as árvores dos grandes latifundiários e dos camponeses proprietários, sendo que uma parcela significativa eram camponeses faxinalenses. Assim, estas duas atividades não proporcionaram ocupação da terra. No caso da extração da madeira, sua exploração era feita de forma totalmente predatória e bastante itinerante, sem a menor preocupação com o reflorestamento. Como resultado da forma predatória, principalmente da extração da Araucária, o número de serrarias imediatamente instaladas nas regiões foi-se paulatinamente reduzindo à medida que as reservas florestais foram se esgotando. Como os capitalistas do setor madeireiro não tinham nenhum compromisso com a preservação das florestas e com as populações onde instalavam suas indústrias, assim como os grandes latifundiários e responsáveis pela extração da madeira também não tinham vínculos com as regiões, não “procuravam, mesmo porque não era sua intenção, investir” no

reflorestamento dessas regiões parte de seus lucros obtidos. Pelo contrário, investiam em outros setores, nos centros urbanos onde eram criadas atividades bastante remuneradoras. Em razão da forma itinerante com que o capital do setor madeireiro se reproduzia nesse período, a força de trabalho empregada não tinha possibilidade de ser absorvida em outra atividade e seguia o rastro da devastação das florestas, não encontrando nenhuma razão para se fixar nessas regiões. (PADIS, 1981, p. 165-166).

No entendimento de Chang (1988), em nível regional, a “economia da extração de madeira” permitiu a acumulação de capital nas mãos de uma pequena elite burguesa em um período relativamente curto, como ocorrera com a “economia da erva-mate”. Entretanto, existia uma diferença importante, porque a renda produzida pelo setor madeireiro não tinha o mesmo caráter que a produzida pela erva-mate. No setor madeireiro, a renda era muito mais concentrada, para aquisição dos instrumentos de trabalho – maquinarias – necessários para a instalação de uma indústria de madeira. Assim, o capital mobilizado era incomparavelmente maior que em uma indústria de erva-mate.

Da mesma forma os benefícios produzidos pelas indústrias de madeira eram muito passageiros, permanecendo enquanto existiam florestas na região. “Na realidade estas vantagens passageiras revelaram ser desvantajosas em longo prazo”. (p. 65-66). Seguramente todos esses fatores refletiram na fração do território comunitário camponês faxinalense localizada ali: a forma extremamente depredatória da extração da madeira esgotou quase por completo as matas e florestas, as quais são de grande importância para o desenvolvimento equilibrado da fração do território comunitário camponês faxinalense. Portanto, a “economia extrativista da madeira”, mesmo sofrendo com as flutuações conjunturais nos preços obtidos com a madeira, cresceu desde 1926 até o final da década de 50, atingindo seu auge por volta de 1933, passando por toda a Segunda Guerra Mundial como fonte segura de renda dos camponeses faxinalenses. No auge do preço da madeira, houve serrarias que se instalaram

dentro da fração do território comunitário camponês faxinalense “só para especular nessa fase, iniciando as suas atividades por volta de 1935 e as encerrando em 1946”. (CARVALHO, 1984, p. 54).

O capital do setor madeireiro alcançou a fração do território comunitário camponês faxinalense, mais precisamente o criadouro comum ou comunitário através dos seguintes elementos: a) aquisição das terras dentro do criadouro comum para extrair, principalmente, o pinheiro e a imbuia; b) arrendamento das terras da fração do território comunitário camponês faxinalense no interior do criadouro comunitário para extração dessas espécies; e c) aquisição pelas empresas madeireiras das árvores em pé: estas foram posteriormente derrubadas, tratadas e transportadas.

Os motivos que levavam uma parte significativa dos camponeses faxinalenses a praticarem a venda das árvores por unidade foi a falta conjuntural de dinheiro, em razão das crises nas lavouras, no extrativismo da erva-mate e criação de suínos. (CARVALHO, 1984, p. 38).

Isso provocou uma crise ambiental na fração do território comunitário camponês faxinalense, além da crise da erva-mate e outras anteriores menos importantes, como a do gafanhoto (1946), a da peste suína (1947, que dizimou a maior parte do rebanho) e a crise do trigo (1955 a 1958).

Mesmo assim, a fração do território comunitário camponês faxinalense, com a continuação da prática de terras de uso comum, com o uso equilibrado dos recursos naturais – biodiversidade – ao longo do tempo e com o seu modo de vida camponês, fez com que os povos faxinalenses conseguissem a regeneração das matas e florestas em muitos criadouros comuns ou comunitários existentes nas regiões Centro-Sul e Metropolitana de Curitiba como pode ser comprovado através dos Mapas 5 e 6 (Uso da Terra em Quitandinha, Mapa-Imagem de Prudentópolis (p. 591 e 592).

Como é possível observar nos mapas 4 e 5, nas áreas que compõem os municípios de Quitandinha e Prudentópolis, as maiores quantidades de matas e campo/pasto e capoeira se encontram próximas à fração do território comunitário camponês faxinalense, e internamente no criadouro comunitário do Faxinal Anta Gorda predomina a floresta densa, seguida das matas limpas e gramíneas.

Acredita-se que esses elementos comprovam que, na maioria dos faxinais, conseguiram superar a crise ambiental que os abateu com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, através do setor da indústria da madeira que se iniciou na década de 30 do século passado, cuja duração foi até a década de 50 em alguns faxinais e em outros se prolongou até a década de 80 do mesmo século. No que diz respeito às espécies de vegetação existente nos criadouros comuns ou comunitários, serão analisadas no próximo tópico.

Depois de superar a crise ambiental, a fração do território comunitário camponês faxinalense enfrentou outra maior, que foi a modernização da agricultura brasileira e paranaense, a partir dos anos 70 do século passado, por ser essa década considerada pela maioria dos estudiosos da economia brasileira (com destaque para o campo) como o marco da modernização da agricultura, no que diz respeito às transformações técnicas e consequentemente econômicas, dentro da lógica do modo capitalista de produção.

Nilson Maciel de Paula (2000, p. 102) afirmou que esse novo patamar tecnológico na agricultura brasileira e paranaense, que, por sua vez, modernizou os meios de produção dentro da lógica do modo capitalista de produção, intensificou-se sobremaneira na década de 70, a partir de então passando por mudanças radicais, acumulando recursos técnicos e financeiros. Mas, mesmo ocorrendo de modo parcial nas últimas décadas, uma característica se manteve: a tendência à concentração de renda, de capital, da produção, da propriedade privada e também, de certo modo, do poder em um sentido amplo. Ou seja, privilegiando, assim, a manutenção da estrutura fundiária e uso da terra, pela ampliação dos mercados de máquinas, equipamentos

e insumos modernos e pela colocação da agricultura no circuito financeiro, através do privilegiamento do crédito rural subsidiado e vinculado, de um lado, à garantia do patrimônio fundiário e, de outro, à compra de equipamentos e insumos.

No que se refere ao conceito de modernização, Luis Almeida Tavares (2002, p. 69), com base em Vera Fleischfresser (1988), afirmou que existem diversos significados. Em um deles, a modernização assume um caráter funcionalista, pois define as transformações agrícolas como a passagem da agricultura tradicional — considerada atrasada para os padrões capitalistas para um estágio moderno (desenvolvido) —, processo que seria inerente ao próprio desenvolvimento econômico. Outro considera as alterações nos padrões de acumulação da economia com crescente subordinação da agricultura ao capital industrial, o que resulta em modernização através da introdução de um tipo particular de tecnologia (aquela oriunda do setor industrial).

Esse segundo conceito foi mais aplicado pelos economistas para analisar o setor agropecuário no Brasil, por assumir a conotação explícita da modernização tecnológica, significando que as alterações na base técnica da produção agrícola ocorreram em razão da adoção de meios de produção de origem industrial, produzidos fora das unidades produtivas rurais.

Tavares (2002) entendeu que a modernização da agricultura brasileira, a partir dos anos 70 do século passado, processou-se de forma extremamente seletiva, privilegiando as regiões, as culturas e os segmentos sócio-econômicos mais rapidamente suscetíveis à organização de uma atividade agrícola. Tavares considera ainda que o modelo agrícola adotado nas últimas décadas, principalmente no período do chamado “milagre econômico”, do ponto de vista dos interesses da população sofrida de nosso país, foi um fracasso, pois a terra se concentra cada vez mais, as condições de trabalho no campo continuam desumanas e os salários, irrisórios. Além disso, a modernização da agricultura é uma falácia que interessa

apenas a uns poucos grupos econômicos que buscam a valorização de seus capitais. (p. 70-71).

O que significa dizer que, ao longo das últimas décadas, o Brasil seguiu os mesmos sistemas produtivos agrícolas mundiais, ou seja, tem sua matriz no modelo estado-unidense. Esse modelo tem sua base produtiva nos princípios da revolução verde e tem por objetivo a obtenção de ganhos de produtividade, via incorporação de “novos fatores de produção”, tendo como âncora o uso de sementes melhoradas, adubos químicos, agrotóxicos e maquinaria.

O que é confirmado por Carlos J. Jara (1998, p.86), para quem no Brasil, em nome da competição, implantam-se cada vez mais padrões produtivos socialmente ineficientes e ecologicamente destrutivos. Na agricultura moderna, aumenta perigosamente o desajuste entre o estilo de produzir e competir e as condições que permitem a conservação e regeneração dos recursos naturais, de saúde humana, da biodiversidade.

Ao mesmo tempo, esse processo praticamente inviabilizou toda e qualquer produção que não alcançasse o padrão moderno que estava sendo difundido e instalado. Isso porque os produtores não constituíram um todo homogêneo em condições de utilizar as tecnologias modernas. Para alguns setores, compostos por pequenos agricultores, não havia condições materiais para utilizá-la. Para outros segmentos, nos quais se localizavam os capitalistas, a utilização dessas tecnologias era interessante porque permitia um retorno mais rápido do capital investido. Além disso, como se pretendia aumentar a produção em curto prazo, os esforços concentravam-se em grupos de agricultores que possuíam maior capacidade de absorver as tecnologias impostas e de ajustar-se aos incentivos do governo. Esses grupos de agricultores pertenciam aos extratos dos grandes proprietários. (FLEISCHFRESSER, 1988, p. 18).

Sendo assim, os produtores que não possuíam as condições materiais (tamanho dos estabelecimentos e dos recursos) exigidas para a aceitação da inovação

foram expulsos; os que dispunham de condições mínimas ou de acesso à infraestrutura de estilo à adoção se tecnificaram; alguns que já possuíam condições materiais se capitalizaram; e uma parcela dos menores que ainda não foi expulsa se mantém combinando a produção agrícola para o mercado e autoconsumo e se assalariando temporariamente. (Ibid., p.42).

Tal afirmação não tem unanimidade entre os estudiosos da agricultura brasileira, pois Paula (2000, pp. 93-94) entende que, por outro lado, ao longo dos anos 70, grande parte da discussão sobre a questão agrária no Brasil esteve concentrada no ritmo das transformações técnicas e, ainda mais, nos impactos desse processo sobre os grupos de produtores não inteiramente integrados no projeto, que, a partir do fim dos anos 60, viriam a transformar o campo. A principal preocupação era, portanto, realçar o fato de que a agricultura estava se transformando em um espaço de acumulação de capital, expondo, dessa forma, as condições sob as quais os pequenos agricultores se envolviam com aquele processo global. Isso acabou se tornando uma complexa e importante questão, tendo em vista o atraso com que essa categoria de produtores passou a adotar as inovações técnicas e, ainda, o fato de que, mesmo que o tenham feito, não reproduziram as características básicas da produção capitalista. Apesar disso, pode-se dizer que o processo de modernização da agricultura, cuja dinâmica tem estado concentrada fundamentalmente em grandes empresas, também abarcou pequenas unidades produtivas, baseadas no trabalho familiar, em grande parte vistas como corpo estranho no bojo do modelo agrícola implantado no Brasil.

Oliveira (1991) afirmou que, de certo modo, a agricultura camponesa beneficiou-se da modernização tecnológica na agricultura brasileira, mas na forma de exploração para ampliar o capital disponível para a agricultura, via aumento da produção de alimentos. Nas palavras do autor: “Para aumentar a produção de alimentos nas fazendas capitalistas, esse arsenal tecnológico entrou no mercado e está à disposição dos camponeses. Através do trabalho familiar, eles podem aumentar sua produção, mesmo sem ampliar suas terras” (OLIVEIRA, 1991, p. 21).

Mas, da importância da agricultura camponesa no desenvolvimento do modo

capitalista de produção do campo brasileiro, o processo de modernização alcançou apenas uma pequena parcela da classe camponesa em todo o seu conjunto, em razão de suas limitações materiais, principalmente no que diz respeito a exigências de garantia da terra, como elemento necessário no ato da concessão do financiamento, pois todas as pesquisas que dizem respeito ao crédito rural nesse período constataram que foi uma insignificante parcela destinada aos pequenos camponeses. Portanto o crédito agrícola foi criado para beneficiar preferencialmente os grandes latifundiários e médios produtores agrícolas que produziam para exportação e matérias-primas para a agroindústria.

No entanto, no início dos anos 70 do século passado, o setor industrial nos seus diversos ramos começou a mostrar as contradições do desenvolvimento do modo capitalista de produção a nível nacional. Como afirmado anteriormente, no campo, com o objetivo da atender as necessidades de exportação e da agroindústria interna, a modernização da agricultura se limitava principalmente aos produtos de transformação industrial e para exportação. Com isso, os produtos de primeira necessidade, os quais são produzidos pela agricultura camponesa, foram relegados ao segundo plano. Como consequência, ocorreram várias crises de abastecimento de alimentos, não só no Brasil mas em outras partes do mundo.

Comentando sobre a preocupação com a possível escassez generalizada de alimentos, em razão de uma conjunção de eventos desfavoráveis que contribuíram para o estabelecimento desta situação. Man Yu Chang (1988), com base em Silvia M. Schor (1983), descreveu o seguinte cenário:

(...) a deficiência da colheita de arroz na Ásia, a frustração da colheita do trigo na União Soviética e o temporário desaparecimento da enchoveta das costa do Peru por vários meses, da segunda metade de 1972 até início de 1973. Uma indicação adequada das preocupações mundiais com a escassez de alimentos pode ser pelas reservas dos principais países exportadores: em 1961, essas atingiam 222 milhões de toneladas de grãos, ou o equivalente a 95 dias de consumo mundial. Em 1974, contudo, as reservas tinham declinado para o equivalente a 26 dias de consumo mundial. (CHANG, 1988, p. 75¹¹⁸)

Preocupados com este problema, várias instituições mundiais tais como o Banco

¹¹⁸ SCHOR, S. M. A reprodução da Desigualdade. Recife, FIPE, 1983. (Tese de Doutorado).

Mundial e FAO passaram a financiar programas governamentais destinados à eliminação da pobreza agrícola nos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que passaram a colocar a necessidade cada vez mais urgente da transformação da pequena produção agrícola. “A expectativa é a de que aumentos na produção e na produtividade de alimentos poderão se realizar através da extensão das técnicas modernas ao seguimento dos pequenos produtores”.

No Brasil, foi observada neste período uma transformação na política de crédito agrícola com o objetivo de disseminar o crédito aos pequenos camponeses, como forma de proporcionar-lhes a adoção de técnicas modernas. Para tanto, ocorreu a desburocratização e a descentralização do crédito agrícola no início do governo João Figueiredo, demonstrando o nível de interesse do Estado na difusão do crédito. Mas essa política governamental teve seus limites, pois a maioria dos camponeses não conseguiu se beneficiar da técnica moderna, em razão do seu pouco poder de barganha no que se refere à determinação do preço de sua produção. No entanto, por outro, com a própria contradição do desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo, houve setores da classe camponesa que absorveram a tecnologia moderna, a partir da difusão do crédito agrícola em várias regiões do país. A razão principal de que toda ou grande parte da classe camponesa teve e continua a não ter acesso ao crédito agrícola é a alta concentração de terras nas mãos de poucos e a falta proposital de políticas de regularização fundiária, tendo como resultado a intensificação da produção de um pequeno setor da classe camponesa, enquanto a sua maioria fica marginalizada. (CHANG, 1988, p. 75-77).

A autora aponta que um dos vários elementos que contribuíram para “o processo acelerado de desestruturação e transformação das comunidades organizadas sob o sistema faxinal” foi o acesso às novas tecnologias aplicadas na agricultura por parte de uma pequena fração dos camponeses faxinalenses. “Sem exceção, os criadouros comuns sofrem pressões no sentido de sua dissolução”. Todos os faxinais da Região Centro-Sul – recorte espacial da

pesquisa da autora -, se não já desintegraram, estão em processo de desintegração, sendo que uns em estágio mais avançado e outros menos. Segundo a autora:

O processo de desintegração se dá de forma gradual, por duas vias: abandono da criação à solta, iniciando-se pela miúda e estendendo-se gradualmente à graúda; diminuição da área total dos criadouros, devido à saída (do condomínio) de alguns proprietários desinteressados em criar à solta.

Ambas as vias levam ao desaparecimento do uso comum da terra substituindo pela cercamento individual das propriedades.

Os fatores que contribuem para o processo de desintegração dos faxinais são muitos. Porém, pode-se dizer que o denominador comum entre eles se resume no avanço das forças capitalistas de produção no campo. Trata-se da superação de uma forma “tradicional” de produção por uma mais “moderna”, mais tecnificada e racionalizada dentro da lógica da acumulação capitalista. (CHANG, 1988).

Mais uma vez, abro um debate com a autora sobre algumas questões afirmadas na citação anterior. Concordo, por exemplo, que o modo capitalista de produção se desenvolveu no campo brasileiro e paranaense a partir da década de 70 do século passado e continua a se desenvolver até o presente em outros patamares de tecnologias.

Entretanto há questões sobre as quais não temos convergência. Primeira, a tese desenvolvida pela autora de que a fração do território comunitário camponês faxinalense se desintegraria foi comprovadamente por água abaixo, pois, conforme levantamento realizado em 1994 pela Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, constatou-se a existência de 152 faxinais. Dez anos depois, tendo como base os dados anteriores, o Instituto Ambiental do Paraná registrou a existência de 44 faxinais funcionando plenamente, 56 ainda com paisagem de faxinais, mas, não existindo mais a prática de terras de uso comum, 52 estavam extintos. Em 2008, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses realizou um levantamento – inédito – demonstrando a existência de 227 faxinais no Paraná, que, de acordo com os critérios construídos para a pesquisa, estão divididos nas seguintes categorias: 50 ativos, 29 parcialmente ativos e 147 paralisados. O levantamento realizado pelas lideranças do movimento social dos camponeses faxinalenses com a colaboração de alguns pesquisadores contraria veementemente a tese desenvolvida por Chang e seus seguidores, do fim da prática

de terras de uso comum na formação social do faxinal e conseqüentemente a extinção de seu território.

O entendimento que tenho sobre o erro de previsão da desintegração dos faxinais desenvolvida pela autora e seus seguidores é que suas teses foram ou são desenvolvidas com base na teoria clássica desenvolvida por Lênin, na obra “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” (1982), da diferenciação do campesinato russo, como resposta aos socialistas populistas. De acordo com a tese de Lênin, com o desenvolvimento do modo capitalista na formação social russa, uma pequena fração do campesinato russo iria enriquecer, portanto, subir na vida e se aburguesar, enquanto a imensa maioria se arruinaria completamente, transformando-se em trabalhadores assalariados ou se tornariam pobres ou no limite viveriam eternamente na condição proletária. Muitos pesquisadores do campo brasileiro tentam por todos os meios enquadrar essa tese na realidade do campesinato brasileiro, coisa que não conseguem, pois a realidade e a história do camponês russo são completamente diferentes da história e realidade do camponês brasileiro¹¹⁹. O que Chang (1988) definiu como processo de avanço de desintegração dos faxinais, defino com uma crise na fração do território comunitário camponês do faxinal provocada pelo desenvolvimento do modo capitalista no campo paranaense, que desemboca em conflitos sociais e ambientais. Essa crise vem desde os anos 70 do século passado e continua até os dias atuais, mas, a cada dia que se passa, os camponeses faxinalenses como fração da classe camponesa brasileira e paranaense, tem consciência de sua existência, o que é extremamente positivo, para que o movimento social dos camponeses faxinalenses construa estratégias para sua superação, como será visto no tópico referente aos conflitos sociais e ambientais deste capítulo.

Outro ponto que considero como superado na pesquisa de Chang (1988) é sua afirmação de que o uso de novas técnicas, seja na agricultura ou na pecuária, por um pequeno

¹¹⁹ Aliás, o russo Teodor Shanin (1980, 1993, 2007 e 2008), considerado um dos maiores pesquisadores sobre o campesinato, mostra que a grande maioria da classe camponesa russa continua a existir até o presente.

seguimento dos camponeses faxinalenses tenha contribuído para a “extinção” da fração do território comunitário camponês faxinalense, como afirmado pela autora. O que ocorreu com essa fração de camponeses faxinalenses Teodor Shanin (2008) explica muito bem quando afirma:

Outra importante característica a ser destacada a partir dos acontecimentos dos séculos XX e XXI é que as comunidades camponesas demonstram uma real habilidade para se ajustar a novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida. Em alguns lugares, há comunidades de camponeses que hoje vivem principalmente do turismo. Há lugares onde as comunidades camponesas ganham a vida com novos métodos de produção e, em outros, os camponeses ganham a vida por meio da combinação de trabalho camponês e do trabalho não-camponês. (p. 24-25).

Portanto, o uso de novas técnicas por uma fração dos camponeses paranaenses, como analisou Eliane Tomiasi Paulino, em sua obra “Por uma Geografia dos camponeses” (2006), comprova que houve uma melhora na produção e produtividade na agricultura camponesa do Paraná, conseqüentemente uma melhoria na qualidade de vida dessa fração camponesa, mas nem por isto deixaram de ser camponeses.

Sobre os outros fatores envolvidos na estrutura produtiva que contribuíram para a “desintegração dos faxinais” estão o papel do Estado, o aumento da produção agrícola, o esgotamento dos recursos naturais e a questão da terra. (CHANG, 1988, *passim.*), que serão analisados nos tópicos seguintes.

Mapa 5 – Uso da terra em Quitandinha - PR

Mapa 6 – Imagem orbital, Prudentópolis-PR

8.2. A PROPRIEDADE DA TERRA NA FRAÇÃO DO TERRITÓRIO COMUNITÁRIO CAMPONÊS DO FAXINAL

Para apreender a origem da propriedade da terra, é necessário buscar, nos autores clássicos, o significado da propriedade. Principalmente em Karl Marx (1975), Friedrich Engels (1979) e Élisée Reclus (1985) que, ao discutirem o significado de propriedade, fazem um encadeamento materialista e dialético da história entre trabalho assalariado, trabalho livre e a troca do trabalho por dinheiro, que tem como objetivos centrais a reprodução e valorização do dinheiro. Para Marx, o dinheiro apropria-se do trabalho “não como valor de uso para o desfrute, mas como valor de uso para o dinheiro”. (MARX, 1975, p. 65).

O autor compreende que o conceito de propriedade não deve ser confundido com o de propriedade privada – que é uma forma histórica específica. Para ele, “o relacionamento do trabalhador com as condições objetivas de seu trabalho é de propriedade: esta constitui a unidade natural do trabalho com seus pré-requisitos materiais”(Ibid., p.67. O trabalhador é possuidor de sua existência, independente das condições da realidade e de qualquer formação social em que ele possa estar inserido.

Para ENGELS (1979, p. 58), a partir do momento em que o homem iniciou a domesticação de animais e a criação de gado, abriu-se a possibilidade da acumulação da riqueza por parte das *gens*, tanto aqueles que seguiram o “matrimônio sindiásmico ou matriarcado”, cujas riquezas foram convertidas em propriedade particular das famílias. Ou seja, para o autor, no Estado Ateniense, “até onde alcança a história escrita, encontramos a terra já repartida e como propriedade privada [...]” (p.120), bem como a transformação dos produtos em mercadorias.

Com a produção de mercadorias, surgiu o cultivo individual da terra e, em seguida, a propriedade individual do solo. Mais tarde veio o dinheiro, a mercadoria universal pela qual todas as demais podiam ser trocadas; mas, quando os homens inventaram o dinheiro, não suspeitavam que estavam criando uma força social nova, um poder universal único, diante do qual se iria inclinar a sociedade inteira (Ibid., p. 124).

Reclus (1985), ao analisar *A origem da família, do estado e da propriedade*, afirmou que o instinto de apropriação das coisas vem desde a “pré-humanidade entre os pais e as mães, entre os genitores e os filhos, no conjunto dos clãs e tribos”. (p. 63). O que quer dizer é que a propriedade que se estabeleceu

não foi a propriedade tal como os economistas a entendem hoje. Os primitivos eram naturalmente levados a considerar como seu pertence a pedra por eles talhada ou o vaso feito com suas mãos, e, ao darem a outrem este objeto por eles fabricado, a livre doação estabelecia nitidamente sua qualidade de proprietário, mas não imaginavam que a pedreira da qual extraíam o sílex ou o campo de lava que lhes fornecera a obsidiana necessária à sua indústria pudessem tornar-se propriedade pessoal. (Ibid., p.64).

Portanto, estando a posse e a propriedade vinculadas à exclusividade, oponíveis a quem quer que seja, há, também, natural inclinação para sua titularidade individual. Há uma inata tendência humana para apossar-se e apropriar-se de coisas e outros como tais considerados. Tal inata tendência à individualização, particularização ou privatização das coisas possuídas, ou apropriadas, torna sumamente importante sua desindividualização, familiar e tribal. Ou seja, o ser social tem uma tendência em construir uma íntima correlação entre individualização e autoria individual do trabalho, bem como entre desindividualização e trabalho coletivo, pois todos os homens exercem, individualmente ou não, posse ou domínio sobre determinado território onde se reproduz socialmente. Para tal, são inevitáveis as lutas de classes, uma vez que, para os capitalistas, os proprietários de terras e os não proprietários — trabalhadores — dão significados diferentes quanto à propriedade da terra.

Marx e Engels (2002) compreenderam que a mais significativa divisão do trabalho material e intelectual está na disjunção entre a cidade e o campo. Para os autores, “a oposição entre a cidade e o campo surge com a passagem da barbárie para a civilização, da organização tribal para o Estado, do provincialismo para a nação, e persiste através de toda a história da civilização até os nossos dias” (p.55). Tal oposição só pode existir com a propriedade privada, não deixando de coexistir a posse da terra em comum, como foi o caso das tribos latinas, no Estado Romano.

No percurso do desenvolvimento histórico do capital, uma das categorias mais importantes, “cujo significado foi perversamente alterado sob o impacto das determinações do capital, foi a de propriedade”, cujo significado mudou a ponto de se tornar irreconhecível. (MÉSZÁROS, 2002, p. 610). Em outras palavras, o capitalismo considera de vital importância a apropriação violenta dos principais meios de produção de terras comunais. Ou seja, a ruína da propriedade comunal constitui para o capital uma das condições fundamentais para se desfrutar economicamente a terra privada. Portanto, é necessário arrancar os camponeses de seus territórios. (LUXEMBURG, 1985, pp. 253-264).

Para se ter uma visão de conjunto da propriedade da terra do geral ao particular, ou melhor, do Brasil para se chegar à fração do território comunitário camponês do faxinal, é necessário uma base de dados que se pressupõe tenha certo grau da confiabilidade tanto em nível nacional, estadual, municipal e mais os resultados da pesquisa de campo. A base de dados desagregada que vai do nível nacional ao municipal mais confiável são os resultados dos Censos Agropecuários, realizados pelo IBGE, na sua variável “condições de ocupação da terra”. Infelizmente os últimos dados disponíveis sobre essa variável são de 1995/96, porque os dados do Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, em 2006/07, ainda não estão disponíveis. Com isto, deve-se levar em consideração que poderão existir distorções da realidade sobre a propriedade nos dias atuais, tanto em nível nacional, estadual e municipal, quando se tem como parâmetros os dados do Censo Agropecuário 95/96¹²⁰, pois já se passou mais de uma dezena de anos de sua realização. Nesse período, com certeza a estrutura produtiva do campo brasileiro mudou significativamente, em razão do avanço cada vez mais dinâmico do desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura.

Mesmo assim, não se pode deixar de afirmar que, a partir dos anos 70 do século

¹²⁰ O IBGE mudou o período de referência do Censo Agropecuário 1995/96 (ano agrícola) em relação aos censo anteriores (ano civil); por conta dessa mudança metodológica, as variáveis área, pessoal ocupado, maquinaria e infra-estrutura referem-se a 31-12-1995. Com isto, perdeu-se a comparabilidade da série histórica de variáveis importantes, como produção agrícola e efetivos da pecuária, custos etc., na análise da realidade da agricultura brasileira.

passado, com o início da modernização seletiva e desigual, por si, contraditória, ocorreu em nível nacional um aumento contínuo dos proprietários que exploravam suas terras, chegando, em 1995, ao patamar de 69,83%.

De acordo com Tavares (2002, p. 78), esse aumento no número dos proprietários se faz às custas da redução gradual dos arrendatários de terras no Brasil, que geriam 17,72% dos estabelecimentos agropecuários em 1960, caindo para 19,94%, em 1995. Por arrendatário, de acordo com os conceitos adotados pelo IBGE no Censo Agropecuário, entende-se aquele que explora a terra pertencente a outrem, a quem paga aluguel pelo uso ou gozo – aluguel este que pode ser em uma quantia fixa em dinheiro ou equivalente em produtos.

Oliveira (1991, p. 66) afirmou que, em razão da estrutura produtiva da agricultura brasileira, “a prática do arrendamento não corresponde necessariamente ao acesso à terra por parte do capitalista para explorar o trabalho assalariado na agricultura, [...]”. Mas o que ocorre é que são os camponeses sem-terra ou com pouca terra que arrendam terra para a prática da produção da agricultura camponesa.

No caso do Paraná, o gráfico 2 permite observar a proporção da condição dos responsáveis pelos estabelecimentos agropecuários e de sua área (hectare) em 1995. Em nível nacional, o número de proprietários de terras vem aumentando gradativamente a partir dos anos 70 do século passado, alcançando o valor de 76,29% de um total de 369.875 estabelecimentos agropecuário existentes em 1995. Da mesma forma, as terras agricultáveis do Paraná vêm se concentrando cada vez mais em suas mãos, particularmente quando se observa os dados dos censos agropecuários por extrato de área, onde se vê que, a maior concentração está na faixa de estabelecimentos com mais de 100 hectares. Grosso modo, 89,54% das terras agricultáveis no Paraná estão nas mãos dos proprietários de um total de 15.947.232 hectares. (Gráfico 2).

A concentração das terras nas mãos dos grandes fazendeiros latifundiários do Paraná

vem ocorrendo desde a formação social, política e econômica do estado, mas vem se acentuando a partir da modernização seletiva e contraditória da agricultura paranaense, que se iniciou nas últimas três décadas do século passado; e fez-se às custas dos arrendatários, parceiros e ocupantes. Essas categorias vêm perdendo sua participação no processo produtivo da agricultura paranaense no que diz respeito ao seu quantitativo, que em 1995/95 alcançaram os valores relativos a 7,28%, 7,61% e 8,82%, respectivamente (Gráfico 2, p. 596). O conceito de ocupantes que o IBGE adota no Censo Agropecuário são na realidade os posseiros, sem títulos de terras, ou com titulação ilegal, dessa forma escamoteando os conflitos sociais no campo brasileiro e paranaense.

GRÁFICO 2 – CONDIÇÕES DE PROPRIEDADE DA TERRA E ÁREA (HA) EM (%) - PARANÁ

FONTE: Dados derivados do Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE

Desta forma, o Estado vem registrando nas últimas décadas uma nítida relocação de terras nos estabelecimentos agropecuários com grandes áreas, o que significa uma concentração fundiária. Tal fato pode ser observado no Gráfico 3, onde o tamanho médio das propriedades da categoria dos proprietários é mais de 3,5 vezes do que o tamanho das propriedades da categoria dos ocupantes – camponeses posseiros –, o que não difere muito dos parceiros, mesmo se sabendo não ser aconselhável se trabalhar com média, pois sempre ocorrem distorções entre os valores máximos e mínimos.

Quando se observa que a queda contínua é significativa tanto do número de parceiros,

arrendatários e ocupantes, bem como das áreas dos estabelecimentos dessas três categorias ao longo da série histórica dos dados dos censos agropecuários a partir de 1960, é possível notar dois processos paralelos e contraditórios: de um lado, a redução em número e área dos estabelecimentos dessas categorias em todos os extratos. Isso pode indicar, por outro lado, as seguintes possibilidades: nos casos dos arrendatários e parceiros, os grandes proprietários dessas terras estão encerrando os contratos de arrendamento e parcerias com os camponeses, para eles mesmos explorarem as terras em razão dos incentivos patrocinados pelas políticas públicas governamentais que, de uma forma ou de outra, privilegia os médios e grandes produtores da agricultura. No caso dos ocupantes – posseiros – podem estar ocorrendo dois processos simultâneos: um em que durante esse período tenha sido implantada uma tênue política do governo, tanto na esfera federal e estadual de regularização fundiária dos camponeses – posseiros com pouca terra; e o outro, a continuação do histórico processo de grilagem das terras devolutas por parte dos grandes latifundiários, com isto, se mantêm os conflitos e a violência que sempre assumiram a questões das terras no Paraná.

GRÁFICO 3 – ÁREA MÉDIA DOS ESTABELECIMENTOS (HÁ) POR CONDIÇÃO DE PROPRIEDADE DA TERRA - PARANÁ

FONTE: Dados derivados do Censo Agropecuário 1995/96 – IBGE

Quando se observa que a queda contínua é significativa tanto do número de parceiros, arrendatários e ocupantes, bem como das áreas dos estabelecimentos dessas três categorias ao

longo da série histórica dos dados dos censos agropecuários a partir de 1960, é possível notar dois processos paralelos e contraditórios: de um lado, a redução em número e área dos estabelecimentos dessas categorias em todos os extratos. Isso pode indicar, por outro lado, as seguintes possibilidades: nos casos dos arrendatários e parceiros, os grandes proprietários dessas terras estão encerrando os contratos de arrendamento e parcerias com os camponeses, para eles mesmos explorarem as terras em razão dos incentivos patrocinados pelas políticas públicas governamentais que, de uma forma ou de outra, privilegia os médios e grandes produtores da agricultura. No caso dos ocupantes – posseiros – podem estar ocorrendo dois processos simultâneos: um em que durante esse período tenha sido implantada uma tênue política do governo, tanto na esfera federal e estadual de regularização fundiária dos camponeses – posseiros com pouca terra; e o outro, a continuação do histórico processo de grilagem das terras devolutas por parte dos grandes latifundiários, com isto, se mantêm os conflitos e a violência que sempre assumiram a questões das terras no Paraná.

GRÁFICO 4 – CONDIÇÕES DA PROPRIEDADE DA TERRA E ÁREA (HA) NOS MUNICÍPIOS COM TERRITÓRIO COMUNITÁRIO CAMPONÊS DO FAXINAL

FONTE: Dados derivados do Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE

Quando se observa que a queda contínua é significativa tanto do número de parceiros, arrendatários e ocupantes, bem como das áreas dos estabelecimentos dessas três categorias ao longo da série histórica dos dados dos censos agropecuários a partir de 1960, é possível notar

dois processos paralelos e contraditórios: de um lado, a redução em número e área dos estabelecimentos dessas categorias em todos os extratos. Isso pode indicar, por outro lado, as seguintes possibilidades: nos casos dos arrendatários e parceiros, os grandes proprietários dessas terras estão encerrando os contratos de arrendamento e parcerias com os camponeses, para eles mesmos explorarem as terras em razão dos incentivos patrocinados pelas políticas públicas governamentais que, de uma forma ou de outra, privilegia os médios e grandes produtores da agricultura. No caso dos ocupantes – posseiros – podem estar ocorrendo dois processos simultâneos: um em que durante esse período tenha sido implantada uma tênue política do governo, tanto na esfera federal e estadual de regularização fundiária dos camponeses – posseiros com pouca terra; e o outro, a continuação do histórico processo de grilagem das terras devolutas por parte dos grandes latifundiários, com isto, se mantêm os conflitos e a violência que sempre assumiram a questões das terras no Paraná.

A fração do território comunitário camponês do faxinal está espacialmente distribuído em 20 municípios da região Centro-Sul paranaense e Região Metropolitana de Curitiba, ocupando aproximadamente 7,68% da área agricultável do Estado, onde a fração do território comunitário camponês do faxinal ocupa 71.069 hectares aproximadamente, ou 5,79% das terras agrícolas desses municípios. Entre as terras de uso comum dos criadouros comuns e as terras agrícolas – terras de planta ou plantar, havia 44 faxinais ativos e 56 faxinais parcialmente ativos levantados por Marques¹²¹ (2005). Nesses municípios existiam 33.554 estabelecimentos agropecuários. De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 1995/96 (IBGE), nestes estabelecimentos as condições da propriedade da terra estavam divididas da seguinte forma: 76,71% eram proprietários, 6,54% arrendatários, 2,71% parceiros e 11,6% ocupantes – posseiros, sendo que as áreas totais desses estabelecimentos estavam distribuídas

¹²¹ Os dados referentes ao quantitativo das terras na fração do território comunitário camponês do faxinalense, tanto no que diz respeito às terras de uso comum nos criadouros comuns e às terras de planta do Levantamento realizado pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, ainda não foram sistematizados, por isso a pesquisa se refere ao levantamento preliminar realizado por Marques (2005).

em 89,74% para os proprietários, 4,06% entre arrendatários, 1,16% aos parceiros e 5,04% entre os ocupantes – posseiros (Gráfico 4).

O tamanho médio por categoria era de 41,75; 19,95; 15,41 e 16,50 hectares respectivamente, sendo que os estabelecimentos dos proprietários eram 2,53 vezes maiores do que os estabelecimentos dos camponeses posseiros (Gráfico 5). Grosso modo, relativamente à realidade da questão fundiária nos municípios onde está localizado geograficamente a fração do território comunitário camponês faxinalense, é possível afirmar que a maior área ocupada pelos camponeses posseiros em relação ao Estado se deve porque nessa região estão localizadas 12,21% de um total de 3.956.951,2 hectares de terras devolutas do Estado (Tabela 2). Essa tabela também chama atenção, em relação ao comparativo do total de terras devolutas, com a área total do municípios, chegando em alguns casos, em que total de terras devolutas é mais de 50% da área total do município. São exemplos os municípios de Agudos do Sul, Quitandinha e Boa Ventura do São Roque.

GRÁFICO 5 – ÁREA MÉDIA (HA) DO ESTABELECIMENTO POR CONDIÇÃO DA PROPRIEDADE DA TERRA NOS MUNICÍPIOS COM TERRITÓRIO COMUNITÁRIO CAMPONÊS DO FAXINAL

FONTE: Dados derivados do Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE.

Tal fato demonstra a realidade dos conflitos sociais no campo nessa região, principalmente nos municípios da Lapa, Pinhão e Prudentópolis, onde os grandes

latifundiários grileiros praticam métodos violentos contra os movimentos sociais. Também não é por acaso a existência de uma representação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Guarapuava, que fica próximo a Pinhão, que luta contra a violência e apoia as causas dos movimentos sociais do campo a favor da uma reforma agrária ampla e justa no campo brasileiro, como se pôde ver em capítulo anterior. Ao mesmo tempo em que, por um lado, existe uma luta e resistência dos camponeses posseiros em defesa de suas posses e, por outro, a frágil política de regularização fundiária tanto do governo federal quanto estadual não alcançou essa região, em razão da existência de interesses de dois grandes grileiros de terras que fazem parte da oligarquia paranaense, protegidos pelas instituições do Estado – quer seja as instituições dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Um é proprietário de um grupo econômico do ramo da construção de estradas e de empresas de pedágios do Paraná; o outro é um grande empresário do ramo da indústria da madeira – papel e celulose. Ambos são grandes financiadores de campanhas políticas de governadores, prefeitos, deputados estaduais, federais e senadores.

TABELA 2 - ÁREA DAS TERRAS DEVOLUTAS NOS MUNICÍPIOS COM FRAÇÃO DO TERRITÓRIO COMUNITÁRIO CAMPONÊS FAXINALENSE

Terras Devolutas	Área em (Ha)	(%) em relação a área total do município
Agudos do Sul	11.352,7	59,32
Antonio Olinto	11.812,7	25,31
Boa Ventura de São Roque	33.600,7	53,95
Fernandes Pinheiro	12.716,1	30,72
Inácio Martins	4.502,5	4,88
Irati	27.315,7	27,41
Lapa	36.743,1	17,55
Mallet	13.733,1	17,96
Mandirituba	15.409,4	38,44
Palmeira	23.180,1	15,85
Piên	9.878,6	38,00
Pinhão	34.760,4	17,36
Pitanga	11.240,3	6,71
Ponta Grossa	42.752,2	20,71
Prudentópolis	80.000,4	35,15
Quintandinha	22.857,8	53,21
Rebouças	8.631,4	19,93
Rio Azul	10.503,2	17,71
São João do Triunfo	18.738,1	26,18
São Mateus do Sul	31.150,3	23,20
Turvo	27.104,2	29,72
Total Município	487.983,0	27,25
Total Paraná	3.956.951,2	19,85

FONTE: INCRA, 2003 – Brasília – DF.

Quanto às condições da propriedade da terra na fração do território comunitário camponês faxinalense, nas pesquisas de campo qualitativas realizadas entre agosto de 2005 e março de 2008, foram entrevistados cento e vinte e dois (122) camponeses faxinalenses, sendo quatro (4) lideranças estaduais, vinte e cinco (25) lideranças locais e as outras noventa e três (93) entre camponeses faxinalenses que participaram dos dois (2) encontros dos povos faxinalenses, oficinas de cartografia social, reuniões organizativas, avaliação e planejamento da Coordenação da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (AP). Nas entrevistas, foram feitas quatro perguntas para se perceber como eles compreendiam a questão fundiária na fração do território comunitário camponês faxinalense. As duas primeiras no que diz respeito às condições da propriedade no criadouro comum ou comunitário e nas terras de planta ou plantar; a terceira se as terras de uso comum atualmente são suficientes ou não para a continuação do criadouro comum, e quarta se as terras planta ou plantar são suficientes para a produção agrícola necessária à reprodução da família e houver um excedente para vender no mercado.

GRÁFICO 6 – RESULTADO DA PESQUISA DE CAMPO SOBRE CONDIÇÕES DA PROPRIEDADE DA TERRA NO TERRITÓRIO DO FAXINAL EM (%), 2005-2008

Os resultados da pesquisa de campo qualitativa apontam que, no criadouro comum ou comunitário, 56,55% eram proprietários das terras e, desses, 75,12% afirmaram que possuem

a matrícula definitiva da terra e 24,78% possuem um documento de herança.

Sobre a questão de documento de herança, o camponês Antonio Ribeiro Alves, de 63 anos, do Faxinal Lagoa Verde no Município de Quitandinha (PR) fornece em entrevista ao pesquisador, o seguinte.

“Meu pai deixou pra mim e meu irmão Paulo, 35 litros de terras aqui dentro e mais 42 litros nas terras de lavoura”. Eu tenho os documentos das terras. Eu achava que estava todo registrado, mas, cinco anos atrás fui pegar um dinheiro emprestado no Branco do Brasil pelo Pronaf, quando cheguei lá, o gerente disse que os documentos não tinham validade porque não tinha matrícula as terras só estava registrada no Cartório, não tem matrícula.

Dos 122 camponeses entrevistados, 14,75% afirmaram serem posseiros, ou seja, suas terras são terras devolutas. A maior incidência de camponeses faxinalenses posseiros se encontra nos faxinais do Município Pinhão (PR), que representou 21,50%, onde existem 34.760,4 hectares de terras devolutas, de acordo com os dados do INCRA. O restante dos camponeses faxinalenses posseiros está espalhado geograficamente nos outros faxinais. Portanto, a pesquisa de campo indicou que parte das terras do criadouro comum ou comunitário estava em poder dos posseiros, “camponeses faxinalenses”, que é como se automeiam aqueles que o Estado denomina como *ocupantes*. Além de que, essa fração de camponeses faxinalenses tem uma relação social de apropriação dos recursos naturais existentes nos criadouros comunitários que vai além do conceito de estabelecimento utilizado pelo IBGE no Censo Agropecuário. O conceito do IBGE não é capaz de apreender sua lógica de funcionamento, pois, como dito anteriormente, em razão da própria natureza da formação social dos faxinais, as formas de produção camponesa são desenvolvidas na fração do território comunitário camponês faxinalense, em uma combinação das terras de uso comum e seus recursos naturais no criadouro para a criação à solta de animais, extração da erva-mate e a agricultura de subsistência, não sendo captadas por nenhum conceito aplicado pelo IBGE quando da realização do censo agropecuário até então. Como afirma Alfredo Wagner B. de Almeida (2006, p. 102), em razão de sua peculiaridade, o acesso à terra para a prática das

atividades produtivas ocorre não apenas por meio das “estruturas intermediárias da família, dos grupos de parentesco, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade, que reforçam politicamente as redes de relações sociais”.

Enquanto isso, 28,70% dos camponeses faxinalenses afirmam não possuir terras, ou seja, são camponeses sem terras no criadouro comum ou comunitário. Não foi possível aferir precisamente onde se encontra a maioria dos camponeses faxinalenses porque eles existem praticamente em todo a fração do território comunitário camponês faxinalense, mas, em entrevista com o camponês Acir Túlio, da Coordenação Executiva da AP, morador do criadouro comum do Faxinal Marmeleiro de Baixo no Município de Rebouças, ele afirma que o número de camponeses faxinalenses sem terra no faxinal é significativo. Para corroborar essa afirmativa, observa-se, hoje, no criadouro, em média, que cada família, para morar e criar, tem um espaço de apenas 1,73 hectares. O volume de camponeses sem terra no Faxinal Marmeleiro de Baixo é confirmado por Nerone (2000, p. 98), que teve esse faxinal como recorte espacial de sua pesquisa. De acordo com a autora, em 1991, no seu criadouro comum ou comunitário, 44% das famílias camponesas eram sem terra.

A pesquisa de campo não detectou a categoria do arrendatário no criadouro comum, diferente das terras de planta ou plantar, como será visto em seguida, pois, conforme afirmado em capítulo anterior, o camponês faxinalense, como todo camponês, carrega consigo o sentimento da solidariedade. Esse sentimento de solidariedade e coesão é mais explícito no camponês faxinalense proprietário de terras no criadouro comum, independente da propriedade ser privada – com ou sem titulação de posse – adquirida por compra ou recebida por herança, e/ou só tenha a posse em terras devolutas, que, conjugando as relações de parentesco, compadrio e vizinhança, cede de um a dois litros de terra¹²² aos camponeses faxinalenses sem terra para construírem sua casa e quintal, com direito a criar à solta aves, caprinos, ovinos, suínos, bovinos e muares na quantidade que suas condições econômicas lhes

¹²² Cada litro equivale a 620 metros quadrados de terra.

permitirem. Ressalte-se que essa fração do campesinato faxinalense tem direito ao uso das terras de uso comum e dos recursos naturais de forma total das pastagens e dos recursos hídricos, e, de forma parcial, a extração da madeira e coleta de lenha. Na maioria dos criadouros comuns, não tem direito a extrair a erva-mate para autoconsumo ou vender o excedente no mercado.

No entanto, no Faxinal Salso, hoje a produção da erva-mate é somente para o autoconsumo dessa fração de camponeses faxinalenses, pois atualmente os ervais nativos reduziram-se e o preço de mercado da erva-mate atualmente não incentiva sua produção em escala comercial. Foi possível comprovar em campo que, quando os ervais estão em condições adequadas para a extração da erva-mate, é realizado o mutirão/puxirão em todo o processo de produção: extração da folha verde, transporte, cancheamento e moagem. Assim, o resultado de sua produção é dividido igualitariamente entre todos os seus participantes, independente de serem ou não proprietários de terras no criadouro comum, nas suas várias formas.

Nas terras de planta ou plantar da fração do território comunitário camponês faxinalense, a pesquisa de campo qualitativa detectou, sobre as condições da propriedade da terra, que 51,63% dos camponeses faxinalenses são proprietários, sendo que, desse percentual, 68% possuem a matrícula definitiva da terra e 22% têm um documento de herança; 19,67% são arrendatários; 23,77% são camponeses posseiros – para o Estado ocupante –, pois possuem somente a posse da terra, não tendo a titulação da propriedade da terra. E 4,96% são camponeses sem terra nas terras de planta ou plantar. Com isso, é possível afirmar que parte da fração do território comunitário camponês faxinalense está em terras devolutas ou públicas. Ou seja, as diversas formas de propriedades existentes nos faxinais abarcam as várias categorias sociais que resultam dessa forma de uso comum da terra, nas suas formas jurídicas, sejam elas: a propriedade da terra privada, terras públicas e terras

devolutas, as quais assumem o sentido antropológico e sociológico da propriedade da terra dividida em terras de plantar, que estão localizadas fora do criadouro comum.

No percurso da pesquisa de campo e militância no Faxinal Salso, que foi interrompida temporariamente para elaboração dessa tese, convivi com o camponês Antônio da Silva, 59 anos, que não possui terras no criadouro, e vive em um (1) litro de terra cedido por um compadre seu, onde construiu uma casa com quintal, cria porcos e galinhas à solta. Já foi arrendatário (temporariamente), pois arrendou terras, mas teve que devolvê-las ao seu proprietário em razão dos custos do arrendamento e parceiro de terras de planta. Para se reproduzir enquanto camponês, vende sua força de trabalho como trabalhador temporário a outros camponeses faxinalenses e camponeses fora do criadouro, no trato de cultura de milho, batata e mandioca. E em alguns meses do ano no trato de “reflorestamento” – florestamento – de *pinus* e eucalipto de propriedade de agricultores capitalistas dos municípios de Quitandinha e Campo do Tenente – PR. Além de complementar sua renda com a venda do excedente da produção de animais criados à solta no criadouro comum.

Foto 10 – Cultura de milho do camponês sem terra que se apropria de terras públicas da margem da Rod. BR-116 próxima ao Faxinal Salso em Quitandinha – PR.

Como forma de complementar a dieta alimentar de seus animais criados à solta no criadouro comum, o camponês Antônio da Silva se apropria de terras públicas das margens da Rodovia BR-116, que fica a menos de 1 km do criadouro do faxinal Salso, para plantar milho

e mandioca. De acordo com uma oficina de memória de velhos, realizada com os camponeses mais idosos do faxinal, no resgate da linha do tempo, foi possível determinar que, antes de 1948, quando da construção da rodovia, essas terras pertenciam ao criadouro comum.

Quando as vinte e cinco (25) lideranças locais foram questionadas se as terras de uso comum nos criadouros eram suficientes ou não para a continuação do criadouro comum ou comunitário, surgiu uma polêmica: em relação à quantidade de área em hectares, era suficiente para uma família continuar a prática de criação de animais à solta e o uso de seus recursos naturais. Muito entendiam que o mínimo necessário seria entre 7 a 10 hectares, outros entendiam que o mínimo necessário seria de 4 a 6 hectares, desde que houvesse um controle do número de animais graúdo e miúdo por família. Como não foi possível equacionar a questão com os sujeitos socais da pesquisa — as entrevistas no formato de conversa foram realizadas em vários momentos e encontros em datas variadas —, para efeito da pesquisa, foi considerada como área mínima de terras de uso comum necessária para a reprodução da prática de criação de animais à solta e o uso comum dos recursos naturais, por família, independente de sua composição, a quantidade de cinco (5) hectares¹²³. Nesse questionamento, o mais importante é mostrar se as terras de uso comum no criadouro comum ou comunitário são suficientes ou não para a continuação da reprodução dessa prática na fração do território comunitário camponês faxinalense e não os elementos provocadores de sua insuficiência, que serão objeto de uma questão específica.

De acordo com a área mínima adotada na pesquisa, onze ou 44% dos vinte e cinco faxinais pesquisados continuam a ter terras de uso comum e seus recursos naturais para a prática de criação à solta de animais, sendo que o maior valor *per capita* por família camponesa se encontra no Faxinal Anta Gorda, com 14,52 hectares, seguido da Faxinal Bairro

¹²³ As questões aqui analisadas foram arguidas antes do II Encontro dos Povos Faxinalenses, cujo tema central foi “Na luta pela terra, nascemos faxinalenses”, cuja presença dos entrevistados era minoria. Portanto, entendo que houve um desvio de minha parte como pesquisador, por não ter tido a capacidade de provocar um encontro das lideranças para discutir a questão e se chegar a um termo comum. Aqui prevaleceu a vontade do pesquisador.

do Kruger com 11,52 hectares. O menor foi encontrado no Faxinal Barro Branco, com 5,07 hectares, conforme o gráfico 7.

Nos faxinais onde as terras de uso comum nos criadouros comuns são insuficientes para a continuação da prática de criação de animais à solta e o uso de seus recursos naturais, quatorze ou 66% dos faxinais pesquisados não possuem a área mínima *per capita* por família camponesa. Nesse seguimento, a maior área é no Faxinal Campestre dos Paulas com 4,11 hectares e a menor é do Faxinal Águas Claras de Baixo, com 0,38 hectares, de acordo com os resultados mostrados no gráfico 8

GRÁFICO 7 – FAXINAIS COM TERRAS DE USO COMUM SUFICIENTE PARA A REPRODUÇÃO DO CRIADOURO COMUNITÁRIO

A redução da quantidade de terras de uso comum na fração do território comunitário camponês faxinalense necessária para a reprodução da prática de criação de animais à solta e o uso dos recursos naturais no criadouro comum ou comunitário são o resultado de dois processos que vêm se desenvolvendo paralelamente ao longo de mais de um século. De um lado, é provocado pelo processo natural crescimento da população dos camponeses faxinalenses e, por outro, se deve ao desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo paranaense, ou seja, pela disputa de classe pelos territórios. Ambos os processos serão

objeto de análise mais à frente.

Com o aumento da população nos criadouros comuns ou comunitários e pela escassez de terras nas terras de plantar ou planta, muitos parentes de camponeses migraram com a família inteira para as cidades mais próximas do faxinal na tentativa de sobreviverem trabalhando no comércio, indústria e serviços de Prudentópolis, Guarapuava, Curitiba e São Paulo. De acordo com depoimento dos camponeses que continuam no faxinal, a maioria das famílias que migraram moram hoje em favelas dessas cidades e são poucos que conseguem viver melhor do que no tempo em que moravam no criadouro comum ou comunitário. Quando membros dessas famílias que migraram retornam ao faxinal para visitar parentes, demonstram o desejo de um dia voltar a morar no criadouro. Alguns já retornaram. É o caso do camponês Ivan Colaço, que, após muitos anos em Curitiba onde trabalhou em várias atividades, há seis anos retornou definitivamente ao Faxinal Salso. Hoje é uma das lideranças dos faxinais da Região Metropolitana de Curitiba que lutam pela permanência dos faxinais ativos e pela retomada das terras de uso comum que foram perdidas na disputa de territórios entre a agricultura capitalista e a agricultura camponesa. Além disso, realiza um árduo trabalho de conscientização junto aos camponeses faxinalenses que querem fechar suas terras no criadouro comum ou comunitário.

Na pesquisa de campo também foi constatado o caso do Faxinal Caí ou Caizinho que se encontra na classificação de faxinal parcialmente ativo, por estar com as terras de uso comum no criadouro com mais de cinquenta por cento (50%) com fecho ou fechadas em razão da presença de um grande número de chacareiros. Uma parte significativa dos camponeses ainda moram no criadouro, mas não têm espaço suficiente para criar animais à solta, principalmente porcos, e têm pouca terra nas terras de planta ou plantar. Seus filhos adultos trabalham na filial de uma indústria integradora de frango – Diplomata –, que fica localizada próxima ao faxinal. Em razão da grande oferta de mão-de-obra, há uma

precarização nas condições de trabalho, principalmente no que se refere à não assinatura da carteira de trabalho. Em razão do excedente de mão-de-obra, a indústria faz um contrato de experiência de três meses prometendo assinar a carteira após o término do contrato. Mas, na realidade, são poucos os que cumprem os três meses de experiência, pois a grande maioria dos camponeses que são contratados para trabalhar na indústria são demitidos antes do final do contrato. Assim, a indústria integradora de produção de carne de frango amplia a acumulação de seu capital através da mais-valia da força de trabalho dos filhos dos camponeses faxinalenses que têm pouca terra de uso comum no criadouro e nas terras de planta ou plantar na fração do território comunitário camponês faxinalense, provocada pelo crescimento vegetativo da população e pela presença de chacareiros que adquiriram terras de uso comum no criadouro e que, desrespeitando o modo de vida dos camponeses, fecham essas terras.

GRÁFICO 8 – FAXINAIS COM TERRAS DE USO COMUM INSUFICIENTES PARA A REPRODUÇÃO DO CRIADOURO COMUNITÁRIO

No Faxinal Salso, em razão da falta de terras de planta, dezoito filhos e filhas de camponeses migraram para Curitiba¹²⁴ e outras áreas urbanas de cidades da Região Metropolitana de Curitiba, em busca de trabalho na indústria, no comércio, no serviço e na agricultura. Todos eles se consideram moradores do faxinal. Dos dezoito, 14 (ou 77,77%)

¹²⁴ Lembro que toda área territorial do Município de Curitiba é urbana.

retornam semanalmente para casa de seus pais e têm como endereço oficial o faxinal. Os outros 4 retornam na maioria dos finais de semana, na festa da padroeira do município de Quitandinha e alguns feriados, principalmente para as festas de final de ano – Natal e Ano Novo.

Também foi registrado que dois camponeses do Faxinal Salso moradores no criadouro comunitário em terras de parentes, usando as terras de uso comum para criarem animais à solta – porcos, carneiros e ovelhas, galinhas e gansos – não têm terras de planta. Por isso, um trabalha em uma indústria mecânica pesada no Município de Fazenda Rio Grande e o outro em uma indústria de telhas de amianto na Cidade Industrial de Curitiba. Ambos retornam diariamente para o criadouro comum ou comunitário.

Também foram encontrados vários casos, em especial nos faxinais de Prudentópolis, em que os camponeses possuem ou alugam residências na cidade, onde seus filhos e filhas ficam estudando durante a semana e, na maioria dos finais de semana e feriados, retornam ao faxinal. A maior parte da alimentação – carne bovina e suína, frango, arroz, feijão, frutas e verduras – desses filhos e filhas de camponeses que ficam na cidade para estudar é produzida no faxinal.

Todos os casos anteriormente relatados podem ser enquadrados no que Shanin (2008, p. 24-25) define como “real habilidade” que as comunidades camponesas têm para se ajustarem a “novas condições e também uma grande flexibilidade para encontrar novas formas de se adaptar e ganhar a vida”. Sem deixar de permanecer camponês.

No que diz respeito às condições de propriedade da terra na fração do território comunitário camponês faxinalense, pode-se afirmar que existem as seguintes categorias:

a) o camponês proprietário de terras no criadouro comum ou comunitário e nas terras de planta ou plantar, que possui o registro com matrícula do imóvel e cujas terras foram adquiridas ou recebidas por herança;

b) o camponês proprietário de terras no criadouro, compradas ou recebidas por herança com toda documentação legal, e é posseiro em terras devolutas nas terras de planta ou plantar, possuindo posse da terra;

c) o camponês proprietário de pequena área de terra no criadouro comum, adquirida ou recebida como herança com documentação legal ou não, (por falta de condições econômicas para arcar com as despesas de cartório ou partilha), mas que todos do criadouro reconhecem sua propriedade, sabendo seus limites (“cerca de respeito”, segundo Bernadete A. C. Castro Oliveira, 1991); e arrendatário ou parceiro (meeiro) nas terras de planta ou plantar. Portanto, ele é pequeno proprietário no criadouro e arrendatário ou parceiro (meeiro) nas terras de planta ou plantar. No caso dos arrendatários, as terras são arrendadas: de camponeses faxinalenses que possuem mais terras do que o necessário para a sua reprodução enquanto camponeses nas terras de planta; dos camponeses mais velhos que já não têm mais condições de trabalhar – aposentados – e arrendam suas terras de planta, mas continuam a criar animais à solta no criadouro. Entre os que adotam o sistema de parceria, a forma mais usual é a meação, ou “à meia”, como eles dizem. Normalmente nesses casos de arrendamento e parceria, os valores cobrados pelos camponeses faxinalenses proprietários da terra são valores quase que simbólicos. No entanto, quando as terras são arrendadas de camponeses de fora do criadouro comum ou comunitário, os valores do arrendamento são maiores; e

d) o camponês sem terra no criadouro, que usufrui a forma social de apropriação de terras de uso comum, morando no criadouro em um a dois litros de terras cedidos por camponês proprietário de terras no criadouro.

Essa última categoria pode ser dividida em três seguimentos: primeiro, o camponês sem terra arrendatário ou parceiro (meeiro), que se apropria da terra na forma de arrendamento ou parceria para produzir a agricultura de autoconsumo cujo excedente é vendido no mercado local e regional; segundo, o camponês sem terra posseiro, que tem a

posse de terra em terras devolutas e terras públicas, e que se apropria dessas terras para produzir a agricultura camponesa de autoconsumo, principalmente milho – com complemento alimentar dos animais graúdos (cavalos, são raros os que criam bovinos) miúdos – suínos, caprinos, ovinos e aves – criados à solta nas terras de uso comum; e, terceiro, o camponês sem terra no criadouro e nas terras de planta ou plantar, que vende sua força de trabalho, ou seja, torna-se um assalariado temporariamente ou não, na maioria das vezes, trabalhando para camponeses faxinalenses, no período de colheita de milho, feijão, cebola, batata, mandioca, fumo e outros tipos de cultura. Nos casos dos faxinais onde predomina a produção do fumo, trabalham na extração florestal da bracatinga e eucalipto para serem usados como lenha na estufa de fumo. Também vendem sua força de trabalho para agricultores que moram próximo ao faxinal e às empresas de florestamento de *pinus* e eucalipto, cujas plantações ficam localizadas próximo ao criadouro comum. Esse camponês normalmente cria pequena quantidade de animais – porcos e aves – à solta nas terras de uso comum, por falta de recursos financeiros para arcar com as despesas com a alimentação complementar, principalmente na entressafra do pinhão, guabiroba e outras frutas silvestres encontradas nas matas das terras de uso comum, fundamentais na alimentação dos animais.

Duas questões importantes devem ser esclarecidas em relação a essa fração do campesinato faxinalense: a primeira é que esse camponês necessariamente não está obrigado a vender sua força de trabalho para o camponês proprietário de terra, nas suas diversas formas, no criadouro comum. Sua força de trabalho é vendida para aqueles camponeses que têm necessidade dela, principalmente no período da colheita das culturas agrícolas, de dentro ou de fora da fração do território comunitário camponês faxinalense e para empresas de florestamento; e a segunda é que essa fração do campesinato faxinalense não deve ser confundida com os trabalhadores rurais, que podem ser encontrados nos faxinais onde predomina a produção de fumo. Neste caso, os camponeses produtores de fumo para a

indústria integradora, por falta de mão-de-obra familiar camponesa, contratam mão-de-obra temporária para ajudar na sua produção nas seguintes formas: quando o camponês contratante dispõe de dinheiro suficiente, o pagamento é realizado semanalmente ou mensalmente em dinheiro. Normalmente, quando esses trabalhadores rurais não residem próximos do faxinal, moram temporariamente em uma casa na propriedade do camponês contratante; e, quando o camponês necessita de mão-de-obra, mas não possui dinheiro suficiente, o pagamento é realizado em forma de produto ou seja, recebe uma parte do fumo no final da colheita. O camponês contratante dessa mão-de-obra temporária, durante todo o período de produção, fornece alimentação – adquirida a prazo em supermercado da cidade, cujo pagamento é realizado depois da venda da produção do fumo – e moradia em sua propriedade. Os custos da alimentação são descontados na hora do acerto de contas no final da colheita de safra.

Dessa forma, ficam claramente refutadas as teses de Carvalho (1984); Chang (1988); Nerone (2000); Souza (2001) e outros autores da existência da categoria de *agregados* na fração do território comunitário camponês faxinalense. O que ocorre na realidade concreta na vida dos camponeses faxinalenses com o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo paranaense é o que Shanin (2008) defende acertadamente em “Lições camponesas”, texto fruto de sua conferência de encerramento do III Simpósio Internacional e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA), realizado em 2007, na cidade de Londrina – PR, quando afirmou que:

Ao mesmo tempo, podemos concluir que a resposta do campesinato às situações de crise às quais eles são submetidos é sobretudo complexa e eles não ficam esperando que alguém traga a solução. As soluções encontradas para o problema de como permanecer camponês e assegurar a subsistência da família costumam ser muito flexíveis, inventivas e criativas. Camponeses têm provado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise e não há uma forma simplista para descrever isso. (2008, p. 25).

Ao mesmo tempo, é uma resposta aos pesquisadores que insistem em afirmar que no campo paranaense, em razão do desenvolvimento do modo capitalista na agricultura, só existe a bipolarização do capital e trabalho, ou seja, só existe a agricultura capitalista produtora de

commodities e trabalhadores rurais assalariados. Aliás, esses pesquisadores afirmam que o capitalismo penetrou ou avançou no campo, mas nunca afirmam que o modo capitalista de produção se desenvolve no campo de forma desigual e contraditória. E que no seu processo de desenvolvimento contraditório, cria e recria relações não-capitalistas de produção, principalmente camponesa, as quais podem ser observadas no campo paranaense com a presença do campesinato, em particular da fração dos camponeses faxinalenses.

8.3. TERRAS DE PLANTA OU PLANTAR NA FRAÇÃO DO TERRITÓRIO COMUNITÁRIO CAMPONÊS FAXINALENSE

As terras agrícolas (terras planta ou plantar), que são outro elemento da tríade de sustentação da base da fração do território comunitário camponês faxinalense, se localizam separadas por cercas do espaço do criadouro comum ou comunitário. Normalmente estão situadas nas proximidades do criadouro comum em áreas de relevo ondulado ou fortemente ondulado. Estas áreas são caracterizadas pela ocorrência de solos rasos, desenvolvidos de rochas sedimentares friáveis como folhelhos e arenitos cálcicos, ou ainda solos mais férteis derivados de diabásio. De acordo com Gubert Filho (1987), uma das explicações para a separação das terras de uso comum das terras de planta seria a fertilidade natural dos solos na época do desbravamento da região onde se localizava a fração do território comunitário camponês faxinalense.

Segundo esta concepção, os solos mais rasos e predominantes nas áreas com relevo ondulado a forte ondulado, principalmente os solos derivados de diabásico, teriam, pela própria gênese, maior fertilidade natural, se comparados aos solos com elevada acidez e pobres em elementos nutritivos predominantes nas áreas de relevo suave ondulado e plano. Além disso, era sobre os solos mais profundos que se desenvolvia de forma mais abundante a maioria das espécies de importância econômica, notadamente a araucária e a erva-mate. (GUBERT FILHO, p. 32-33).

Nas terras de planta ou plantar que ficam próximas ao criadouro comum, o percurso é feito a pé e o transporte de sua produção às vezes é feito no lombo do cavalo ou burro. Mas há casos em que, em razão da distância, o camponês faxinalense tem que andar quilômetros,

utilizando como transporte a carroça, gastando horas para chegar até sua roca. E em outros casos, é necessária a construção de um rancho próximo às terras de plantar, que sirva de abrigo durante o tempo necessário para o trabalho na plantação.

A agricultura camponesa faxinalense é de autoconsumo, sendo seu excedente vendido no mercado local e regional. Consiste em uma policultura alimentar onde se destacam as culturas de feijão, batata inglesa, arroz, trigo, cevada, mandioca e milho, sendo que as duas últimas são utilizadas principalmente para a complementação de dieta alimentar dos animais criados à solta – em particular suínos – no período da entressafra das frutas silvestres como guabiroba, jabuticaba e pinhão. A mão-de-obra é familiar camponesa e, nos períodos de maior demanda de mão-de-obra – normalmente nas safras de boa produtividade –, utiliza-se o mutirão/puxirão ou troca de dias entre os camponeses – basicamente entre parentes, vizinhos e compadres. Entre os 122 entrevistados na pesquisa de campo, 77,86% dos camponeses afirmaram que não utilizam mão-de-obra permanente ou assalariada para a produção desses tipos de cultura. Entretanto, ocorre uma diferenciação na produção de fumo para as empresas integradoras, que será analisada separadamente no item seguinte.

Em razão de as terras agrícolas – planta ou plantar – estarem localizadas em relevo ondulado a fortemente ondulado, os instrumentos de trabalho são os tradicionais – enxadas, facões e machados, arados de tração animal –, bem como o transporte da produção – carroças e carroções. (SAHR, 2005, p. 59). Quanto à utilização da tração animal pelos camponeses faxinalenses, é entendida por Chang (1988, p. 60) com um grau mais intensivo da produção agrícola.

Em geral, a prática de plantação é o *pousio*, que permite o aproveitamento das áreas de declive acentuado do solo e o controle das ervas invasoras, trazendo maior economia de trabalho para o preparo da terra pelos camponeses, além da recuperação da fertilidade química e física da terra e permitindo que muitas áreas, em princípio sem aptidão agrícola, se

transformem em terras agricultáveis. Essa forma de aproveitamento e uso do solo tem uma racionalidade própria, pois, se o *pousio* foi amplamente praticado durante tanto tempo, é porque esta técnica possui a qualidade de poupar a terra do seu desgaste natural pelo seu uso intensivo. Atualmente, poucos continuam a praticá-lo. Somente na medida em que ela se esgota é substituída por métodos mais intensivos. A autora entende que, do ponto de vista da economia camponesa, a modernização da agricultura brasileira veio responder, “no sentido técnico, a uma necessidade econômica real, visto que há um limite na recuperação do solo agrícola através do sistema de *pousio*”. (CHANG, 1988, p.55-63¹²⁵).

Somando-se à questão do esgotamento das terras, o camponês faxinalense enfrenta a questão do aumento demográfico de sua família, levando a um fracionamento da terra, reduzindo-lhe a quantidade disponível para a produção agrícola e para o *pousio*. As formas de superar essas limitações da agricultura camponesa na fração do território comunitário camponês faxinalense são muitas. Entre elas, a forma que a grande maioria do campesinato faxinalense encontrou foi a sujeição às empresas integradoras de produção do fumo.

Quando a técnica de produção é alterada, altera-se também o processo de trabalho, a relação e o significado do trabalho para o camponês faxinalense, não só com a terra, mas também em todas as outras extensões de sua vida. Exemplo disso são os problemas que os faxinalenses enfrentam com a hegemonia comercial e econômica das agroindústrias, que incentivam a monocultura intensiva e outra lógica nas relações comerciais, além de imporem outros tipos de cuidado com o solo, como a utilização de agrotóxicos, venenos e insumos agrícolas vendidos pela própria agroindústria, criando, dessa forma, uma relação denominada “integrada”, que vem ao encontro dos interesses econômicos do modo capitalista de produção

¹²⁵ Mais detalhes sobre a prática do *pousio* nas terras de planta no território do faxinal, ver CHANG, Y.M (1988).

do campo, mas não ao dos camponeses faxinalenses.

8.3.1 – Produção do Fumo nas Terras de Planta ou Plantar na Fração do Território

Comunitário Camponês Faxinalense

*Aqui no Taquari se planta tanto fumo, até parece que se come fumo. Camponês
Geraldo C, 29 anos do Faxinal Taquari, em Rio Azul – PR.*

*Um agrônomo vive cercado de morte, miséria e tristeza pelo tipo de agricultura que
há neste país, [...]. (Sebastião Pinheiro, 2005, p. 15).*

O Brasil vem produzindo fumo para a comercialização desde o início do século XVII¹²⁶. De acordo com Virginia Elisabeta Etges (1989), a partir da década de 40 do século passado, sua produção brasileira de fumo está distribuída geograficamente nitidamente em três grandes regiões, por tipo de fumo produzido: a Região Sul (PR, SC e RS) produz 79% do total de produção brasileira dos fumos claros para a fabricação de cigarros; a Região Nordeste (Al e BA) é responsável por 16% de produção dos fumos escuros para a fabricação de charutos, e a terceira, produtora de fumos em corda, está geograficamente distribuída, principalmente pelos Estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo.

De acordo com Marcos Antônio de Oliveira e Marilza Biolchi (2004), o Brasil é segundo maior produtor de fumos em folhas, perdendo somente para a China, no entanto é o maior exportador mundial de fumos em folhas. Exportou 519.857 toneladas, entre os meses de janeiro a dezembro de 2004, no valor de US\$ 1.245.118,00 dólares americanos, concentrando a maior parte de sua produção na região Sul do país, onde se localizam cerca de 92,7% da área nacional cultivada por famílias camponesas proprietárias, arrendatários de pequenas propriedades. (p. 29).

No entendimento de Guilherme Eidt Gonçalves de Almeida (2005), as estatísticas não mostram que há “grandes e poderosas corporações transnacionais que industrializam o fumo e conseguem, ora maquiando, camuflando, ora olvidando e se eximindo do respeito à legislação

126 Sobre a história do fumo, ver ETGES, V. E. (1989); CRAVO, V. Z. (1982).

brasileira, explorar” os camponeses e suas famílias.

A British American Tobacco – BAT (a maior e mais influente companhia de tabaco do Brasil, por meio de sua subsidiária *Souza Cruz*, coligada nos Estados Unidos da América à *Brown & Williamson Corporation*), ao lado da *Universal Leaf Tabaccos Alliance* (líder mundial no processamento e comércio do fumo em folhas e principal fornecedora da *Philip Morris Brasil*), da CTA – *Continental Tabaccos Alliance* (empresa associada à norte-americana *G. F. Vaughan Tobacco Co. Inc.*) da *Dimon do Brasil Tabacos Ltda.* (empresa resultante da fusão nos Estados Unidos da América da *Dibrell Brothers Inc.* e da *Monk – Austin Inc.* com a incorporação de diversas pequenas empresas do setor fumageiro no Brasil), recentemente unida à *Meridional de Tabacos Ltda.* (esta junção da indústria de cigarros francesa *Seita* e da terceira maior exportadora de fumo em folhas do mundo à norte-americana *Standard Commercial Corporation*), e da *Kannenberg Barker & Cotton Tabaco Ltda.*, juntas compõem o quadro das principais empresas integradoras que controlam a cadeia de cultivo do tabaco no Brasil, desde a assinatura dos contratos de compra e venda de folhas de fumo com os agricultores [camponeses] à recomendação, venda e financiamento de sementes, utensílios, pesticidas, herbicidas, fungicidas, adubos inorgânicos e orgânicos, venda de tecnologia do processamento de secagem e cura das folhas de fumo, e sua classificação, comercialização, industrialização e exportação. [Grifos do autor]. (p. 25-26).

São para essas poderosas empresas transnacionais do setor fumageiro que, em 2006, 40.000 famílias de camponeses em 157 municípios do Paraná produzem folhas de fumo, nos quais estão incluídos todos os municípios que compõem a Região Centro-Sul e parte da Região Metropolitana de Curitiba; e entre estes se encontram todos os municípios que formam a fração do território comunitário camponês faxinalense. Os camponeses paranaenses na safra 2005/2006 produziram 153.000 toneladas de folha de fumo, no valor de R\$ 581.400,00 (quinhentos e oitenta e um milhões e quatrocentos mil reais), em uma área de 84.000 hectares. (EMATER – PR, 2006).

O Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), em 2003, divulgou o perfil da fração do campesinato paranaense produtor de folhas de fumo, com base em dados de pesquisa realizada pela AFUBRA/NUPES/UNISC. De acordo com esse perfil, os produtores de fumo do Estado do Paraná são na sua totalidade camponeses, sendo cerca de 68% proprietários e 22% arrendatários e parceiros (meeiros). A produção de fumo é a principal fonte de renda dos camponeses, correspondendo a 78% da renda bruta total.

No que diz respeito ao tamanho das propriedades desses camponeses, a EMATER-PR é categórica quando afirma que possuem pouca terra e, de um modo geral, diversificam suas

atividades. A área média é de 17,9 hectares, distribuídos nas seguintes culturas: área com a produção de folhas de fumo 2,5 hectares, feijão 1,4 ha, milho 3,3 ha, outras culturas 1,4 ha, pastagens 3,4 ha, mata nativa 3,0 ha, mata reflorestada 1,7 ha, açudes e áreas de descanso 1,2 ha. (EMATER, 2003, p. 7).

Etges (1989), de acordo com as informações de pesquisados, concluiu que o tamanho da propriedade dos camponeses – independente de sua forma de posse (produtores de fumo em Santa Cruz do Sul – RS) varia de 2 a 80 hectares, sendo que o extrato de 2 a 15 hectares representava na época da pesquisa, 83,33% das 120 propriedades pesquisadas. No que se refere à área cultivada com fumo, entre 0,50 a 12,50 hectares, o extrato de 0,50 a 2,50 hectares representava 92,85% do total de 140 propriedades pesquisadas, sendo que nenhum de seus informantes tinha áreas entre 10,50 a 12,50 hectares plantados com fumo. (p. 142).

É nesse perfil que se encaixa a grande maioria dos camponeses faxinalenses que produzem a folha de fumo para as empresas integradoras, nas terras de planta ou plantar na fração do território comunitário camponês faxinalense. Dos 25 faxinais visitados na pesquisa de campo, foi constatado que apenas no Faxinal Salso em Quitandinha – PR, os camponeses não produzem a folha de fumo. Dos 122 camponeses entrevistados, 62,29% declararam que plantam fumo, 6,55% nunca plantaram fumo para empresas, desses 37,5% já plantaram para autoconsumo, 12,29% já plantaram fumo para empresas integradoras e 18,87 afirmaram que nunca plantaram fumo. Estes últimos afirmaram também que, se a renda da produção agrícola, a extração de erva-mate e criação de animais criados à soltas não for suficiente para manter a si e a família, poderiam plantar fumo para as empresas até que suas condições melhorassem e depois abandonariam a produção de fumo.

Para Etges (1989), as frações dos camponeses faxinalenses que nunca plantaram fumo ou que deixaram de plantar são uma forma de expressar sua resistência à perda da liberdade, “a liberdade de ser o ‘patrão de si mesmo’ na medida em que ninguém interfere no de seu

trabalho”. (p.218).

Esses 18,87% dos camponeses que nunca plantaram folha de fumo, mas que, em virtude de suas futuras condições econômicas, poderiam vir a produzi-lo, compõem o perfil daqueles que as empresas transnacionais com matrizes ou filiais no Brasil fazem o máximo de esforço para conquistar, através de propaganda enganosa, porque, de acordo com Almeida (2005),

A BAT, através da Souza Cruz, a Universal Leaf, sob os auspícios da Philip Morris, a Dimon, a CTA, mais a Meridional de Tabacos Ltda., e a Kammenberg & Cia Ltda., somadas a outras empresas de menor expressão no SINDIFUMO – Sindicato das Indústrias do Fumo, se valem da vulnerabilidade socioeconômica das famílias que lutam para ganhar a vida em pequenas propriedades em regiões remotas do Sul do Brasil, usando o seu poder transnacional para explorar regulamentos nacionais insatisfatórios e manipular mentes e vidas por meio de seu bem articulado marketing gerencial. (p. 26).

Para conquistar a fração do campesinato que é um potencial futuro produtor integrado à empresa fumageira, a figura do “instrutor” exerce um papel fundamental, por isso ele é escolhido dentre os produtores de fumo na região onde irá exercer sua função. Para ser o “escolhido”, é necessário que possua um bom relacionamento, exerça algum tipo de liderança e inspire confiança junto ao futuro “parceiro” da empresa fumageira contratante. O papel desempenhado pelo “instrutor” ou “orientador técnico” junto aos produtores é de importância ímpar para as empresas do setor. “A informação é um componente essencial para o controle sociopolítico do fumicultor e o orientador é o agente interlocutor das indústrias de tabaco”. (ALMEIDA, Ibid., p. 110). Por isto, de acordo com Etges (1989),

No manual do instrutor, a regra básica é esta: ‘exercer atividades de relações públicas, com participação em festividades, auxílio aos produtores e seus familiares em caso de emergência ou no relacionamento com autoridades, etc., com a finalidade de manter uma posição de liderança na comunidade e especificamente, junto aos produtores, visando um bom nível de cooperação com a empresa’. (p. 143-144).

Os camponeses que optaram por produzir fumo, as empresas adotam uma série de táticas para torná-los dependentes da produção. Etges elenca as seguintes: pagamento diferenciado pela produção de acordo com a região e o produtor. Para isso, são usados os vários tipos de classificação da folha produzida. Normalmente os beneficiários são as

lideranças da “comunidade” como forma de influenciar os demais produtores, em especial aqueles que estão iniciando a produção de fumo, como forma de incentivo a permanecerem a produzir. “Com isto, a lavoura e os investimentos são ampliados até o completo comprometimento, através de dívida, fazendo com que a produção de fumo passe a ser a principal atividade”. (Ibid., p. 145)

Os camponeses têm a consciência de que são enganados pelas empresas no momento da venda de sua produção, através do mecanismo da classificação. O camponês faxinalense Olivio V. do Faxinal Taquari é bem claro quando afirma que tinha produzido fumo com a classificação BO1, mas foi classificado pela empresa como BO2.

Daí, só produzo BO1, que é o fumo mais caro, fumo de primeira. Depois de pesado e classificado, vi a nota BO2, não tinha nada, nenhum vago, daí invoquei. Já tinha passado, depois que já passou não adianta você ir brigar, água passada não adianta você ir brigar. Passou pelo computador, o fardo caiu da esteira pra lá. Era só a quantia que nós temos sacrificado por isso, esse que é o problema. É ruim. Ninguém sabe o preço que vai vender o seu produto, tem que ser diferente, né [...].

Outra tática usada é a falsa concorrência e o acordo entre as empresas. Nas regiões onde atuam várias empresas – o que é normal em todo Sul do Brasil –, é praticada uma política de “falsa concorrência” entre elas. Quando o produtor vende sua safra a uma empresa e no ano seguinte a outra – por uma série de razões –, entende que está prejudicando ou enganando as empresas. Não existe uma política entre elas, que preveja este tipo de comportamento do camponês produtor de fumo, porque o seu “objetivo maior é que os produtores não deixem de plantar fumo”. Esse tipo de comportamento do camponês beneficia as empresas fumageiras, pois elas nunca tratam seus integrados por igual, como forma de desarticular uma possível unidade entre eles. Os camponeses “passam a ver diferenças nos preços pagos entre uma e outra empresa e caem no outro extremo, não reclamando da empresa, procurando agradar ao instrutor, porque afinal, como dizem, ‘quem trabalha bem é reconhecido’”. (ETGES, 1989, 152),

A propaganda das empresas fumageiras em convencer os camponeses produtores de

fumo de que “nenhuma outra planta dá tanto dinheiro por *ha* como o fumo” é outra tática usada. A autora concorda com tal afirmação, por compreender que uma família camponesa que cultiva em média 2,50 hectares utiliza a força de trabalho de 4 a 5 pessoas. “Percebe-se assim a quantidade de mão-de-obra que o cultivo do fumo requer, principalmente na época da colheita. No entanto, depois do acerto final, esta mão-de-obra acaba, via de regra, não sendo sequer remunerada”. (ETGES, 1989, p.154-155).

No entanto, a EMATER-PR (2006) afirma o contrário, pois a renda bruta por hectare é em torno de R\$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) anuais, enquanto que os custos giram em torno de R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais) anuais, sem levar em conta os custos da força de trabalho familiar aplicada, que somariam em média R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Portanto, o camponês estaria empatando recursos financeiros com seu “empreendimento, ou até perdendo se considerasse os custos fixos do negócio”. Entretanto, se o camponês paranaense utilizasse este mesmo hectare de terra para produzir fruticultura, olericultura ou plantas medicinais, sua renda bruta anual seria diferente. “A calêndula, por exemplo, tem condições de remunerar cerca de 6,8 vezes mais, o morango, até 11 vezes, e o pepino mais de 6 vezes”.

No entanto, o processo de monopolização do território pelo modo capitalista de produção através do capital industrial das indústrias fumageiras transnacionais ocorre pela sujeição da renda da terra do campesinato produtores de folha de fumo ao capital e se inicia com o processo de dependência e subordinação às empresas fumageiras no começo do ciclo produtivo de produção do fumo.

O processo de sujeição e subordinação dos camponeses pesquisados por Etges (1989) em Santa Cruz do Sul – RS às empresas fumageiras tem validade para todas as regiões onde o modo capitalista produção se instala na produção subordinando a circulação. O que não é diferente do processo de subordinação e sujeição dos camponeses faxinalenses às empresas

fumageiras integradoras.

No período próximo ao início da produção do fumo, os instrutores ou “orientadores técnicos” das empresas visitam os camponeses tentando persuadi-los a plantarem fumo para as empresas as quais representam. A concretização da sujeição e subordinação ocorre quando o camponês assina um pedido de financiamento para aquisição de sementes, insumos e defensivos. Com isso, a empresa se compromete a fornecer a assistência técnica e financiamento para a construção da estufa. E o camponês se compromete a vender sua produção de fumo. Esse processo ocorre com a mediação do Estado através do Banco do Brasil que financia todos os custos com o aval da empresa fumageira. (ETGES, 1989, p. 141).

Almeida (2005) afirma que 44,44% dos camponeses produtores de fumo no Paraná consideraram que as empresas fumageiras cumpriram o contrato de assistência técnica como estava previsto, sendo que 47,82% consideram a assistência prestada como regular e 45,46% como boa. (p. 110).

Foto 11 – Plantação de *pinus* e eucaliptos junto com a cultura de milho nas terras de plantar no Faxinal Taquari em Rio Azul-PR

Veraluz Zicarelli Cravo (1982) afirmou que os camponeses produtores de fumo em Irati-PR recebem também orientações técnicas para realizarem em suas propriedades reflorestamento [florestamento] em pequenas áreas, os quais recebem sementes de eucaliptos,

pinus e mimosa bracatinga fornecidas gratuitamente pelas empresas. Na visão das empresas fumageiras, é uma política para ajudar os camponeses na conservação do solo e na preservação das reservas florestais. O que ocorre em verdade é que as empresas com isto querem garantir lenha, necessária para alimentar as estufas na etapa do processo de secagem da folha de fumo¹²⁷ (p. 93).

Foto 12 – Estufa e atrás quintal de lavoura de eucaliptos no criadouro comum - Faxinal Taquari

As estufas e galpões são construídos nas propriedades – terras próprias ou arrendadas – dos camponeses, próximas às suas residências porque o processo de secagem das folhas de fumo requer a mão-de-obra quase que diuturnamente até que se complete. Com a estufa e o galpão próximos à residência fica mais fácil o deslocamento. No caso dos camponeses faxinalenses, suas residências se localizam normalmente em criadouro comum ou comunitário, e as estufas normalmente são construídas no criadouro. Por essa razão, na grande maioria dos 25 faxinais visitados durante no período da pesquisa, elas fazem parte de sua paisagem. Os materiais usados na construção das estufas e galpões são de melhor qualidade do que os materiais utilizados na construção das residências da grande maioria dos camponeses faxinalenses, como pode ser comprovado na foto 12. Além disso, em alguns

¹²⁷ A autora afirma que são necessários 30 metros cúbicos de lenha ou 700 m² de mata para secar a produção de 1 ha de fumo. A área desmatada para alimentar as estufas anualmente é significativa, daí as empresas de fumo incentivarem o florestamento como forma de garantir sua produção. (p.93)

criadouros são encontrados os quintais de lavouras com o cultivo de eucaliptos, *pinus* e bracatinga.

Na pesquisa de campo foram registrados alguns casos em que as estufas foram construídas nas terras de planta ou plantar, como foi o que fez o camponês Acir de Andrade, do Faxinal Taquari em Rio Azul (PR). De acordo com as informações do mesmo camponês, 70% dos camponeses do Faxinal Taquari construíram suas estufas e galpões fora do criadouro comum.

Quanto aos camponeses já integrados, a relação de dependência e subordinação com as empresas fumageiras, como afirmado anteriormente, ocorre através do financiamento feito junto ao Banco do Brasil, com o aval da empresa e da compra das sementes, insumos e defensivos. Depois da venda de sua produção para a empresa a quem está subordinado, através de um contrato firmado, a primeira providência do camponês é pagar sua dívida com o banco. Normalmente isso ocorre no mês de abril¹²⁸.

Na realidade, a maioria dos que tiverem condições de saldar a dívida já o fizeram até esta data porque na medida em que “entregam” partes da produção, a empresa encaminha uma relação desses nomes ao Banco, autorizando a amortização da dívida do financiamento, ou seja, o produtor não “enxerga a cor do dinheiro” obtido com a venda da sua produção enquanto não saldar a dívida toda. (ETGES, 1989, p. 145).

Para a safra seguinte, o processo se desenvolve na mesma forma: o financiamento é encaminhado através da empresa que faz uma previsão da quantidade de pés que o produtor irá plantar. Na previsão realizada pela empresa, são calculados os custos da produção – sementes, insumos, defensivos e custeio. Aqui há dois tipos de financiamentos: o primeiro abarca todo o processo de produção da folha de fumo, que é o caso dos camponeses que são totalmente dependentes da produção de fumo; e, no segundo, o financiamento parcial. Normalmente são financiados os custos dos insumos; nesse caso, são os camponeses que produzem outras culturas.

¹²⁸ Detalhes sobre o contrato firmado entre os camponeses e as empresas fumageiras, ver ALMEIDA, G. E. G. Fumo: servidão moderna e violações de direitos humanos. (2005).

Isto acontece porque estes, ao produzirem outros produtos, criam também a possibilidade de se tornarem mais autônomos em relação ao financiamento, ao mesmo tempo em que “aliviam” o custo real da produção do fumo, porque ao longo do ano sustentam-se com as vendas destes outros produtos. (Ibid., p. 146).

De acordo com Almeida (2005), a lógica do sistema de integração é a de “previsibilidade e segurança para o cumprimento dos contratos de exportação de fumo em folhas firmados com o mercado internacional”. Por isto é que as empresas fumageiras se instalam na produção de fumo subordinando a circulação. Para que isto ocorra, as empresas fumageiras utilizam-se de todos os instrumentos que o Estado lhe disponibiliza através dos aparatos jurídicos para sujeitar o camponês produtor de fumo. Assim, a sujeição, para a grande maioria dos camponeses, torna-se quase que permanente: de um lado, ao capital comercial, e de outro, ao capital industrial e financeiro, integrando-se às necessidades da indústria.

O processo de produção do fumo se realiza em várias etapas. Normalmente se inicia no mês de junho para julho com as mudas (preparação dos canteiros para a semeadura), depois estas mudas são transplantadas definitivamente na terra, onde recebem os tratos culturais até o início da colheita que se prolonga até dezembro. De acordo com Almeida (2005, p. 52) e Etges (1989, p. 174), o ciclo vegetativo do fumo é de aproximadamente 210 dias. As etapas depois da colheita são a cura e secagem, em seguida vêm as etapas de pré-classificação, preparação das manocas ou “bonecas”, enfardamento e, finalmente, a venda para as empresas fumageiras.

Durante todo o ciclo vegetativo do fumo são aplicados diversos tipos de adubos (químico e orgânico) e uma variedade de agrotóxicos, como: Brometo de metila ou Bassamid G (medianamente tóxico), Solvirex GR 100 (medianamente tóxico), Contidor 700 GRDA (pouco tóxico), Cobre Sandoz BR (pouco tóxico), Acephate 750 (pouco tóxico), Mancozelo 800 (medianamente tóxico), Rovral PM (pouco tóxico), Metaldeyde, Gamit (altamente tóxico), Devrinol (medianamente tóxico), Herbox 500 CE (altamente tóxico), Glyphosate

(pouco tóxico), Lorsban (altamente tóxico), Doser (altamente tóxico), Carbaryl, Poast (medianamente tóxico), Assist (pouco tóxico), Fusilade 125 (altamente tóxico), Pimeplus Br (pouco tóxico) e Amex (altamente tóxico). O uso indiscriminado desses agrotóxicos nos períodos principais do ciclo vegetativo do fumo deixa sequelas na saúde dos camponeses produtores de fumo e de suas famílias¹²⁹. (ALMEIDA, 2005, p. 52 e 159-161).

Por esta razão é que o dossiê **Conflitos Socioambientais e Violação dos Direitos Humanos na Floresta com Araucária**, preparado e apresentado no dia 3 de julho de 2007, em Audiência Pública no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, aponta a produção de fumo como um dos principais problemas a ser solucionado na fração do território comunitário camponês faxinalense.

No que se refere à força de trabalho camponesa na produção de fumo, o trabalho vivo é aplicado principalmente no preparo e produção das mudas de fumo, sem deixar de ser significativo o seu dispêndio na colheita, secagem, pré-classificação e preparo para a venda. Na verdade, a produção do fumo ocupa a mão-de-obra camponesa durante o ano inteiro. Para isso, o camponês produtor utiliza de toda a força de trabalho familiar ativa disponível na sua unidade de produção, restando-lhe pouco tempo para produzir milho, feijão, mandioca e outras, necessárias ao autoconsumo e, se possível, para vender o excedente no mercado local e regional. Tudo isso dependendo do tamanho do grupo familiar, do grau de sujeição – servidão – com a empresa fumageira, através da arapuca armada do financiamento e refinanciamento de dívidas de safras anteriores. Diga-se de passagem, arapuca armada com o apoio do Banco do Brasil.

No que se refere ao refinanciamento, o depoimento do camponês Olívio é bem esclarecedor, quando afirmou:

¹²⁹ Sobre o uso de agrotóxicos na produção de fumo e suas consequências para a saúde dos camponeses e suas famílias, ver mais detalhes em ALMEIDA, G. E. G. (2005), classificada por Sebastião Pinheiro, estudioso do tema, como “antídoto fenomenal”.

Mas se você plantar bastante e pegar tudo da firma, você quer sair dela, mas não tem solução, você pega um custeio de 2000, 3000 real, e mais o pedido, aí vai pra 10. Ainda tem um pouquinho de juros, se você produz um fumo mais ou menos, eles: “oh, você tá devendo, você é obrigado a entregar tudo pra nós.” [...] ‘Me vê um adiantamento de 2000 reais.’ Fiquei devendo, eu prolonguei, fiz um prolongo, “quer prolongar? Fica pro ano; podendo, pra mais dois anos” É isso entorta, né, o prolongo ele... não é fácil. E se não tivesse esse valorzinho, eu por Deus que largava mão total.

O camponês é obrigado a aumentar sua área de produção de fumo em terras próprias ou arrendadas. Para isso, na maioria das vezes, utiliza mão-de-obra temporária assalariada ou através de parceria¹³⁰.

A faixa etária da força de trabalho familiar ativa na unidade de produção camponesa produtora de fumo varia entre 7 e 60 anos e mais, porque o camponês integrado exige mais de si e de sua família para cumprir o contrato desigual estabelecido com as empresas transnacionais fumageiras, que lhe esfolam os rendimentos, subjugando-o com o endividamento planejado. Com isso, a carga de trabalho necessária a mais é transferida aos seus familiares.

É nesse momento que a presença do trabalho intanto-juvenil no meio rural adquire violenta conotação de exploração. Deixa de ser fruto da experiência camponesa de conquista e fixação da posse da terra como perspectiva de manutenção do núcleo familiar, para ser a evidência nefasta do controle, da denominação, da manipulação da relação desequilibrada entre fumicultores e indústrias integradoras. (ALMEIDA, 2005, p. 117).

As crianças de filhos de camponeses produtores de fumo ficam expostas aos riscos, e mesmo ameaças ligadas à cadeia produtiva do fumo, realizando esforços demasiados necessários a esse tipo de trabalho; bem como o contato direto e excessivo com a nicotina e os agrotóxicos aplicados desde a produção de mudas até poucos dias da colheita. A sua força de trabalho é requerida nos período de colheita e classificação das folhas de fumo, com jornadas de trabalho que variam entre 8 a 10 horas diárias, principalmente nos períodos de férias

¹³⁰ A parceria que ocorre na fração do território comunitário camponês faxinalense é a parceria na relação de trabalho na seguinte forma: o camponês produtor de fumo fornece a terra própria ou arrendada, sementes, insumos e defensivos, estufa, que foram financiados pela empresa fumageira, e lenha – própria ou comprada – para o parceiro. Da produção de fumo fruto da área de terras cedida, a quarta parte é do parceiro, que é obrigado a vender para a mesma empresa a que o camponês produtor está subordinado. Esse mesmo tipo de parceria ocorre na produção de uva no Rio Grande do Sul, conforme pesquisa de José Vicente Tavares dos Santos (1978). O que é diferente da parceria na relação de produção, conforme a pesquisa de Maria Rita G. Loureiro (1977).

escolares, nos meses de dezembro a fevereiro. A foto 13 é bem ilustrativa no que diz respeito aos riscos a que os camponeses ficam expostos ao trabalharem na classificação da folha de fumo.

Foto 13 – Crianças trabalhando na classificação de folha de fumo no Faxinal Taquari

Sabe-se que, no Faxinal Emboque, existe um grupo de dezesseis camponeses faxinalenses produtores de fumo, que só produzem fumo orgânico, cuja produção é exclusivamente exportada para a Alemanha. De acordo com as informações do camponês Paulo Wenglark, a partir do momento em que esse grupo passou a produzir só fumo orgânico, a saúde de todas as famílias envolvidas na sua produção melhorou significativamente, assim como houve uma melhora na renda proveniente dessa produção.

Dessa forma, pode-se afirmar que há uma disputa da fração do território comunitário camponês faxinalense pelo capital, através da monopolização do território com a produção do fumo pelos camponeses faxinalenses para as empresas fumageiras transnacionais, subordinada à circulação. Utilizando a força de trabalho familiar camponesa para não ter custos na contratação de mão-de-obra assalariada, com isso, acumula mais capital, o que é confirmado por Luxemburg (1985), quando afirmou que “o processo de acumulação de capital está ligado por suas relações de valor e materiais: ao capital constante, ao capital

variável, à mais-valia e às formas de produção não-capitalista”. (p. 298). Portanto, o que ocorre na fração do território comunitário camponês faxinalense não é a sujeição formal da força de trabalho dos camponeses e sua família ao capital industrial das empresas transnacionais fumageiras, e sim a sujeição da renda da terra dos camponeses proprietários, posseiros, arrendatários ao capital. Com isso, o modo capitalista de produção tem as condições propícias para sujeitar também o trabalho do camponês produtor de fumo que se dá na terra.

8.4. CRIADOUROS COMUNS OU COMUNITÁRIOS: TERRAS DE CRIAR

O caminho que segui para analisar o criadouro comum ou comunitário é aquele cujas reflexões se dirigem às realidades parciais, pois nenhuma pesquisa tem condições de fazer uma análise total da realidade concreta da vida social do sujeito objeto de suas reflexões. Portanto, entendo o criadouro comum ou comunitário como parte integrante da fração do território comunitário camponês faxinalense enquanto o espaço de construção de significados que forjam a vivência, individual e coletiva dos camponeses faxinalenses. Melhor afirmando, é o espaço onde os camponeses faxinalenses estabelecem redes de relações, assumem papéis, constroem um conjunto de símbolos e estruturam identidades. Desse modo, empreendo um esforço de reconstrução e interpretação dos conteúdos simbólicos das relações sociais, objetivando desvendar as teias de significados produzidas pelas múltiplas ações dessa fração do campesinato paranaense.

8.4.1 – Produção animal no criadouro comum ou comunitário

O criadouro comum é o espaço da fração do território comunitário camponês faxinalense destinado às terras de uso comum para pastoreio dos animais. Os animais dos diversos proprietários pastam misturados uns junto aos outros, independente da espécie e

tamanho. Cada proprietário identifica os animais de sua propriedade por meio dos mais diversos sinais, como manchas na pele, tipos de assobios, defeitos nos animais, marcas intencionais (principalmente nas orelhas do gado bovino, suíno e muares).

Foto 14 – Animais de grande e médio porte criados à solta no Faxinal Salso

As fotos 14 e 15 que mostram o Faxinal Salso, em Quitandinha – PR, representam muito bem a continuação do uso das terras de uso comum na prática da criação em comum de animais de grande (graúdo) e pequeno porte (miúdo) e aves à solta pelos camponeses faxinalenses adquirida dos seus ancestrais há mais de dois séculos. A prática da criação à solta foi um dos elementos fundamentais para o processo de formação da fração do território comunitário camponês faxinalense. Por isso, quando se observa o espaço do criadouro comum ou comunitário, constata-se que está localizado estrategicamente nas matas e florestas mais abertas, onde existe a maior quantidade de espécies frutíferas, o que é fundamental para a criação principalmente de porcos, além de que a pastagem nativa se forma mais facilmente. .

De acordo com as normas costumeiras ou consuetudinárias, que são a base de sustentação jurídica, política, social e cultural da formação social dos faxinais, o camponês que vive no criadouro, independente de ser proprietário de terras, posseiro ou sem terra – dentro ou fora do criadouro –, pode criar a quantidade de animais que tiver possibilidade de

criar. Dessa forma, o camponês faxinalense produz simultaneamente a agricultura para o autoconsumo, e também desenvolve uma produção animal, igualmente para o autoconsumo, a qual tem um valor econômico importante no orçamento familiar para a maioria das famílias camponesas faxinalenses. É tanto que os dados qualitativos da pesquisa de campo corroboram a afirmação de que, na criação de animais criados à solta no criadouro comum, predominam os porcos, seguida dos equinos, muares, bovinos, caprinos e ovinos.

Foto 15 – Animais miúdos e aves criadas à solta no Faxinal Salso

De acordo com Chang (1988), a primazia dos camponeses faxinalenses pela criação de porcos vem deste os tempos da decadência do predomínio da economia da pecuária nos campos gerais de Ponta Grossa, Guarapuava, Lapa e Palmas. Quando o “rebanho miúdo passou a prevalecer sobre o rebanho graúdo, a sua produção atendia principalmente o consumo local de carne e banha”. Em segundo lugar, a preferência é pelos equinos que desempenhavam um papel importante no transporte de cargas e de pessoas, e posteriormente também na produção da agricultura, no trabalho de aração da terra. (p.61).

Foi possível verificar que, até hoje, o segundo maior rebanho existente nos criadouros comuns é o de equinos, os quais continuam sendo utilizados por um número significativo de camponeses faxinalenses para seu deslocamento e transporte da produção das terras de planta

ou plantar, assim como no trabalho da aração das terras, em razão de sua maioria ficar em terrenos com alta declividade. Portanto, a criação, principalmente de cavalos, é importante na economia camponesa dos faxinais e, sem a existência do criadouro comum, para grande maioria dos camponeses faxinalenses, ela se tornaria impraticável.

Foto 16 – Carroça estilo polonês utilizada no transporte da produção agrícola pelos camponeses

De acordo com Chang (Ibid., p.61), na primeira etapa, o porco é solto no criadouro comum, onde se alimenta principalmente daquilo que as florestas e matas oferecem, como as frutas silvestres (pinhão, guabiroba, jarivá, cereja, graviola, etc.), o pasto, as raízes e as minhocas, como complemento de uma dieta alimentar diária de milho. Quando o porco atinge determinado peso (em geral, o porco conhecido como “nativo” leva um período de dois anos), o animal ou é encaminhado para uma ceva intensiva, em completo confinamento de quatro meses – prática que continua sendo utilizada até os dias atuais –, na própria propriedade (no denominado mangueirão) ou é vendido a um safrista que o transporta para perto de centros consumidores onde se realiza a etapa de engorda.

Segundo a autora, os safristas são assim denominados “devido ao sistema de safra utilizado na engorda do porco”. Existem dois tipos de safristas: o primeiro é o que se utiliza do “sistema de safra” para engordar o próprio rebanho antes de colocá-lo no mercado para a

venda. Essa prática era muito utilizada em regiões onde ainda predominavam as matas, como foi o sudoeste do Paraná até os anos 60 do século passado. Essa técnica era utilizada pelos caboclos. O porco é criado à solta como nos criadouros comuns, alimentando-se de frutos silvestres. A diferença é que, no “sistema de safras, o animal ficava em completa liberdade porque não existiam os criadouros e durante a safra de milho eram conduzidos e engordados no próprio milharal”. O segundo tipo é aquele que termina de engordar o porco adquirido de outro produtor. É o safrista que reside próximo ao centro consumidor. Era esse o tipo de safrista que predominou nas regiões dos faxinais, que comprava a produção excedente do camponês faxinalense.

Foto 17 – Criação de porcos à solta no Faxinal Taquari

Em razão das precárias vias de transportes da região Sul e Centro-Sul, os porcos eram tocados a pé até o centro consumidor, fazendo-se necessária uma engorda final após o desgaste da longa caminhada. Com as melhorias das vias de transportes e com o surgimento do caminhão a partir dos anos 40 do século XX, aos poucos foi desaparecendo a figura do safrista-intermediário, pois os próprios produtores passaram a engordar totalmente os porcos e vendê-los diretamente aos comerciantes locais, que os transportavam de caminhão para os centros consumidores.

A produção animal sempre desempenhou um papel importante na economia camponesa, principalmente na fração da classe camponesa de menor condição material para se reproduzir enquanto classe. Primeiro, porque para a maioria dos camponeses, a produção animal não tem como objetivo a acumulação de lucro. Como agricultura camponesa, a criação doméstica tem o objetivo, em primeiro lugar, complementar as necessidades de proteína e lipídio de fonte animal. Em segundo lugar, a criação de animais, no caso do porco, desempenha o papel de pecúlio ou poupança. O camponês vende parte de sua produção ao longo do ano para suprir suas necessidades frente às despesas eventuais surgidas na entressafra da produção agrícola. Nesse sentido, a venda de animais mantém uma pequena reserva de recursos financeiros na unidade de produção camponesa. Como é sabido, em função das restrições naturais biológicas e às vezes climáticas na produção agrícola, o camponês só recebe o resultado de seu trabalho durante as safras, cuja receita da colheita é destinada ao pagamento das despesas maiores, como os custos da produção (sementes e outros insumos) e as compras e dívidas de consumo. Uma parcela do campesinato, cuja produção é pequena, ou nos anos em que a safra não produziu o suficiente para custear as despesas, é obrigada a se assalariar nos meses anteriores ou posteriores à safra seguinte. Nesses casos, para uma parcela do campesinato faxinalense, a receita proveniente da vendas de animais – principalmente a venda de porcos – é uma forma de resistência contra a sua transformação em trabalhador assalariado.

Segundo Chang (1988), em sua pesquisa de campo realizada nos faxinais de São João do Triunfo - PR, foi possível constatar que os “pequenos e médios” camponeses faxinalenses que tinham condições de produzir, sem muita dificuldade, um rebanho de 60 a 70 unidades de porco, nos anos de boa produção e razoável preço de mercado, chegavam a economizarem o suficiente para investirem na aquisição de um pequeno pedaço de terra. (p. 63).

Nesse ponto, levanto a possibilidade de que, no período do tropeirismo nos Campos

Gerais do Paraná, a fração do território comunitário camponês faxinalense tenha sido a grande fornecedora de alimentos, principalmente de carne de porco e seus derivados, arroz, feijão e farinha de milho para os tropeiros que se deslocavam pelo o caminho de tropas e seus ramais de Viamão - Sorocaba, passando pelos Campos Gerais de Ponta Grossa, Lapa e Palmas com destino ao mercado de Sorocaba. A hipótese é levantada ao se observar que a espacialização geográfica da maioria dos faxinais está localizada nas proximidades do caminho de tropas Viamão-Sorocaba e seus ramais. E com o fim desse período econômico, em razão da construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, os faxinais passam a ser um dos fornecedores da matéria-prima para a indústria de banha de porco do grupo Matarazzo em São Paulo. Além disso, baseado na afirmação de Queiroz (1966), sabe-se que os camponeses de Serra-Acima na região do Contestado faziam o máximo de esforço para adquirir o maior número possível de bacorinhos e marrões quando, de acordo com sua sabedoria camponesa, previam com antecedência aqueles anos em que o pinheiro iria frutificar com abundância. (Ver Mapa 4). Essa hipótese será objeto de futura pesquisa.

Mas, com o desenvolvimento da modernização seletiva da agricultura no campo do Estado do Paraná a partir dos anos 70 do século passado, a prática da produção de porco à solta entra em crise, no que diz respeito à colocação da produção excedente no mercado local e regional. Mesmo porque a prática dos camponeses faxinalenses de criar o porco à solta não tem como principal fator o mercado, mas sim uma forma de reproduzir seu modo de vida. Por isto, a produção para o consumo da unidade de produção camponesa faxinalense nada mudou até os dias atuais, pois a presença de porcos soltos nos criadouros continua a existir, mesmo que em menor quantidade.

A crise sobre o acesso ao mercado para a produção excedente dos porcos criados à solta na fração do território comunitário camponês faxinalense deve-se à campanha massiva de sua desqualificação por parte da agroindústria do setor da suinocultura — em especial das

empresas integradoras —, o que foi acompanhado pelas instituições públicas e particulares de assistência técnica e extensão rural; e em razão de sua inserção junto à classe camponesa. Tal campanha de desqualificação foi compartilhada por um setor da Igreja Católica, que chegou ao ponto de um padre da Igreja Matriz de São João do Triunfo afirmar em entrevista a Chang (1988) que “o sistema de criação à solta é uma prática indígena, caduca e ultrapassada”. Em razão da visibilidade que ganhou o movimento social dos camponeses faxinalenses do Município de Quitandinha – PR, principalmente do Faxinal Salso, que foi objeto de uma reportagem de duas páginas no jornal de maior circulação do Estado do Paraná, essa ofensiva foi retomada por parte desse setor, pois o padre da Igreja de Quitandinha reproduziu o mesmo discurso em um sermão no dia 24 de dezembro de 2007. Com isso, a produção camponesa de porco criado à solta no criadouro comum ou comunitário perdeu a batalha do mercado local e regional para a agroindústria de suinocultura, em particular para as indústrias integradoras, ou seja, para o capital agroindustrial nacional e internacional da suinocultura.

Mas, por outro lado, pelo menos nos faxinais de Prudentópolis e Quitandinha, foi possível observar em pesquisa de campo que as empresas integradoras do setor de suinocultura não conseguiram integrar os camponeses faxinalenses e nem especializá-los no sistema intensivo de 100% de confinamento destinado ao mercado, e se tornarem dependentes de rações, concentrados e medicamentos industrializados. Assim, o camponês faxinalense continua a produzir carne de porco na banha ou na lata, como é mais conhecida a técnica de conservação natural da carne porco, que dura por muitos meses para o consumo da unidade familiar camponesa. Ressalte-se que o camponês faxinalense não deixa de usar vacinas e medicamentos quando necessários no seu rebanho. Para isso, os faxinais que estão cadastrados como Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR recebem recursos financeiros do ICMS-Ecológico através das prefeituras municipais, destinando parte de recursos para essa finalidade. Ao mesmo tempo, foi possível observar que, de certa forma,

em razão da visibilidade dos faxinais, vem sendo quebrado lentamente o tabu de que o porco produzido nos faxinais é transmissor da cisticercose, observando-se, assim, o surgimento de um embrionário mercado para a carne de porco conservado na lata.

No entanto, como já foi visto ao longo da tese, com o processo histórico da ocupação da terra nas condições em que se deu a formação social, política e econômica do Brasil, e as condições em que o processo de desenvolvimento da modernização da agricultura brasileira, em especial no campo do Paraná a partir dos anos 70 do século passado, ocorreu uma deterioração gradativa das condições sociais de produção de uma parte importante da classe camponesa, pela falta de acesso à terra, que constitui o principal meio de produção da agricultura camponesa. A essa falta de acesso à terra necessária à produção agrícola e pecuária camponesa se junta o poder econômico e institucional das grandes propriedades fundiárias, baseado na exploração extensiva e ocupando as melhores terras agricultáveis e para a pecuária extensiva — melhores pastagens e reservas de madeiras, etc. As terras de uso comum dos criadouros comuns ou comunitários e das terras de planta ou plantar da fração do território comunitário faxinalense não ficaram fora da disputa por mais terras pelos grandes latifundiários paranaenses. Soma-se ainda a crescente subdivisão das terras de planta ou plantar em razão da divisão das terras por herança e do crescimento demográfico natural das famílias camponesas faxinalenses, num primeiro momento, e na progressiva marginalização do campesinato faxinalense nas pontuais políticas governamentais como paliativo para as resoluções dos graves conflitos sociais do campo brasileiro.

Uma fração dos camponeses faxinalenses, em especial os camponeses dos faxinais de Quitandinha e Mandirituba, vai encontrar novas formas de se adaptar à falta de terras de planta ou plantar para a produção agrícola camponesa na agroindústria, no setor da indústria integradora avícola, como forma de ganhar a vida e se reproduzir enquanto classe. Ao mesmo tempo em que é uma demonstração de sua real habilidade e grande flexibilidade para se

ajustar a novas condições que o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo lhe impõe. (SHANIN, 2008, p. 25).

Dessa forma, contraditoriamente, essa fração do campesinato faxinalense através das facilidades do crédito rural como política pública do Estado, deu brecha para o capital monopolizar parte da fração do território comunitário camponês faxinalense, especificamente no espaço do criadouro comum ou comunitário, que é um território não-capitalista. Essa brecha que o capital encontrou para se desenvolver na fração do território comunitário camponês faxinalense através da monopolização do território não vem ocorrendo somente com as empresas integradoras do setor da avicultura, mas também com a produção da erva-mate em outros patamares.

Bernardo Sorj; Malori J. Pompermayer e Odacir L. Coradini (1981) apontam as principais vantagens que as empresas integradoras entendem do sistema de integração horizontal:

matéria-prima (o frango) de maior qualidade de rendimento industrial, abastecimento constante de matéria-prima qualificada, redução dos custos industriais nas operações de abate e elaboração da matéria-prima, padronização das carcaças e redução de espaços, tempo e capital de giro (...). (p. 62).

De acordo com os autores, as empresas integradoras compreendem que a integração horizontal é vantajosa para os camponeses subordinados à produção integrada de frango, pois

(...), as principais vantagens dos produtores com este sistema de integração podem ser resumidas nos seguintes itens: assistência técnica intensa e permanentemente atualizada; formação de um plantel básico de reprodutores de alto valor zootécnico; utilização de equipamentos e insumos de qualidade, inclusive rações e concentrados de alto valor nutricional a preços mais acessíveis; utilização racional de crédito rural orientado; maior produtividade; redução dos custos de produção e maior rentabilidade; melhor preço médio de venda; melhor aproveitamento dos recursos disponíveis na propriedade (terra, capital e trabalho); adição e dimensionamentos adequados, com elevação da renda líquida anual e capacitação profissional do produtor. (Ibid., 63-64).

Na verdade, com isto, o capital monopolista subordina parte da produção camponesa faxinalense. Tal fato já foi evidenciado por Ariovaldo U. de Oliveira (2002) quando este afirma que o modo capitalista de produção no seu desenvolvimento no campo cria e recria

contraditoriamente relações de produção não-capitalistas, porque, na agricultura,:

o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como consequência desse movimento contraditório, temos o monopólio do capital ora na produção, ora na circulação. Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não-capitalistas. (p. 80).

Eliane Tomiasi Paulino (2006) destaca que a territorialidade das empresas integradoras produtoras de frango está intrinsecamente ligada à “alocação física das empresas, em vista das restrições que as distâncias entre os aviários e os abatedouros representam para a viabilização da atividade”. (p. 123).

Dessa forma, atualmente existe uma luta “ferrenha” entre as empresas para demarcarem seus espaços de atuação. “Entretanto, como em qualquer situação em que está em jogo o controle sobre o território, os embates são permeados por períodos de estabilidade e acomodação”. Nesse período, estão ligadas por dificuldades e interesses comuns, tendo que encarar a competição de gigantes do setor e, assim, “caminham para uma padronização no que se refere às normas e procedimentos adotados em relação aos integrados”, lutando para que prevaleça um acordo que defina e em que sejam respeitados os respectivos limites do espaço geográfico de atuação, para que não ocorram superposições, “o que favoreceria a concorrência e, por extensão, os próprios integrados”. (Ibid., p. 123-124).

Esse empenho se explica pela total dependência das integradoras em relação aos integrados, portanto se não houver produtores dispostos a criar aves, elas não têm como funcionar. Contudo, a cadeia avícola se estrutura a partir de um conflito central, derivado da necessidade de conciliar dois ritmos opostos: a criação das aves, ponto de partida da cadeia, deve ser rigorosamente controlada por prazos, ao passo que o destino final do produto industrializado deve se enquadrar em uma situação em que não há lugar para planejamento eficaz, por depender do nem sempre previsível compasso da demanda. (Ibid., p. 124).

É nesse cenário que hoje, nos criadouros comuns ou comunitários dos faxinais Espigão das Antas, Campestre dos Paulas e Mato Branco em Mandirituba e Lagoa Verde em

Quitandinha, os aviários para a produção integrada de frango já fazem parte de sua paisagem.

Em entrevista realizada em junho de 2008, com o camponês Inácio Kais Sobrinho, 64 anos, há 46 anos morando no Faxinal Espigão (e que, por motivo de saúde, não pode ficar diretamente exposto ao sol, e por isto teve que deixar de trabalhar na produção agrícola), foi possível saber que, como alternativa para continuar a se reproduzir como camponês, ele optou por produzir frango para uma empresa integradora. Em 2000, fez investimento de R\$ 32.500,00 (Trinta e dois mil e quinhentos reais) na construção, compra de máquinas e implementos¹³¹ de uma unidade de produção de frango para a empresa integradora Campesina, com um contrato de três anos. Parte do capital para esse investimento foi captada através do crédito rural e outra parte foi com capital próprio, “para não ficar muito endividado”. Há cinco anos encerrou o contrato com a Campesina (porque esta cobrava o transporte da produção) e passou a produzir frango para a empresa Da Granja, investindo mais 20.000 (vinte mil reais) na aquisição de novos equipamentos e construção de uma área de serviço, para se adequar às exigências da contratante. Em 2008, por exigência das normas técnicas de produção da Da Granja, teve que investir mais R\$ 32.500,00 (Trinta e dois e quinhentos reais) na compra de mais lipis e comedouros automáticos e forração do piso do galpão. Até o presente, o camponês investiu R\$ 85.000,00 (Oitenta e cinco mil reais) para produzir entre 15 a 16 (mil) frangos ou em média 40 toneladas de carne de franco a cada dois meses para a empresa integradora, faltando ainda aquisição de um forno elétrico e ventiladores.

Para produzir as 40 toneladas de carne de frango em 45 dias, o camponês Inácio Kais, com a ajuda de nora Joana, trabalha, nos 10 primeiros dias em que recebe os pintos de 1 dia, em média 12 horas por dia, e, a partir do 11º dia, trabalha em torno de 8 horas por dia. Para cada lote produzido, recebe em média R\$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais) ou R\$ 21.600,

¹³¹ Sorj; Pomermayer e Coradini (1981) afirmam que a produção de máquinas e implementos para o setor da avicultura é internacionalizado, uma vez que os principais produtores são a Meyen e Big Dutchman (p. 23).

00 (Vinte e um mil e seiscentos reais) por ano, já excluídos os valores dos pintos, rações e medicamentos pagos à empresa integradora. Dessa receita bruta anual, são descontadas as seguintes despesas: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) em gastos com lenha, água e luz; 2.700,00 (dois e setecentos reais) com maravalha (sipilho) para cama, que, após cada segundo lote produzido, é renovada e R\$ 4.200,00 (Quatro mil e duzentos reais) pagos de salários à sua nora. Restam para o Sr. Inácio, em média, uma receita anual de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais) ou uma média de R\$ 850,00 (Oitocentos e cinquenta reais) mensais, o que representa 1% (um por cento) do capital investido nos últimos oito (8) anos que o camponês vem produzindo frango para as empresas integradoras da avicultura.

O Sr. Inácio não soube responder como é realizado o cálculo de conversão da quantidade de frango por ele produzida pela quantidade de pintos, rações e medicamentos entregue pela empresa integradora, no final da produção de cada lote, que pesa em média 40 toneladas. Para produzir essa quantidade de carne de frango, são consumidas 70 toneladas de rações, as quais são divididas em pré-inicial, inicial, crescimento e engorda, e 140 mil litros de água, fora os medicamentos. Dessa forma, conclui-se que, para cada kg de carne de frango, as empresas integradoras gastam em média R\$ 0,09 (nove centavos) de real com mão-de-obra, sobre o regime de contrato com os camponeses. Sem realizar nenhum investimento em capital fixo em máquinas, equipamentos e terra.

Como afirma Oliveira (2002), nesse caso há o monopólio do capital sobre a produção de carne de frango no criadouro comum ou comunitário da fração do território comunitário camponês faxinalense, pois se “utilizam de relações de trabalho familiares [camponesa] para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital”. Também recebem uma parte do fruto do trabalho do camponês proprietário, que é o caso do Sr. Inácio Kais e mais uns poucos camponeses faxinalenses que não estão despojados dos meios de produção e que se submetem à sujeição do contrato das empresas integradoras do

setor da avicultura para produzirem carne de franco. O capital da agroindústria do setor avícola converte a carne de frango produzida pelo camponês em mercadoria e, ao vendê-la, converte em dinheiro. “Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital”. (2002, p. 80).

Foto 18 – Aviário no Faxinal Campestre dos Paulas

Também se conclui que, neste caso, o capital, “em vez de se territorializar, monopoliza o território”, de acordo com o entendimento de Paulino (2006, p.103). Dessa forma, a análise feita por Man Yu Chang (1988) sobre o campesinato dos faxinais do Paraná, em uma perspectiva teórica clássica da diferenciação do campesinato, perde sua validade na realidade concreta da vida dos camponeses faxinalenses. Portanto há uma ruptura concreta com a tese de que, com o desenvolvimento do modo capitalista no campo, em especial na agricultura do Paraná, no seu auge só haveria duas classes no campo, as dos capitalistas latifundiários ou empresas desenvolvidas, como afirma Claus Magno Germer (2002, p. 48) e os trabalhadores assalariados. “Por sua vez, designa a possibilidade de que a lógica da acumulação ampliada não sofra restrições, ainda que determinados agentes não atuem diretamente na esfera produtiva, controlando apenas a circulação das mercadorias”. (PAULINO, op. cit., p. 103).

Foto 19 – O camponês Inácio Kais complementando a dieta alimentar – a base de milho – ao seu rebanho de porco no Faxinal Espigão

Mesmo sujeitado à empresa integradora de produção de frango, o camponês faxinalense Inácio Kais continua a praticar a criação de animais à solta no criadouro comum do Faxinal Espigão, principalmente de porco.

8.4.2. A Extração da erva-mate no criadouro comum ou comunitário

O nascedouro, a expansão e consolidação da fração do território comunitário camponês faxinalense, ou melhor, o criadouro comum ou comunitário – terras de uso comum –, as terras agrícolas – planta ou plantar – e as cercas que separam os criadouros das terras agrícolas, se deu baseada na produção camponesa, cuja tríade de sustentação é a silvio-agro-pastorial, ou seja, extração da erva-mate e madeira, produção agrícola – policultura – nas terras agrícolas – planta ou plantar – e produção animal à solta nas terras de uso comum nos criadouros comuns ou comunitários.

Se durante mais de um século, o período econômico de domínio da extração, industrialização da erva-mate foi importante para toda a economia do Paraná, como já visto em capítulo anterior sobre a gênese dos faxinais, mais importante foi para a economia camponesa na fração do território comunitário camponês faxinalense, pois, nesse período, a

extração da erva-mate nos criadouros comuns representava para os camponeses faxinalenses a sua maior fonte de renda, ficando em segundo plano a renda proveniente na produção agrícola e animal. Tal fato ocorreu em razão de a erva-mate nesse período ser a atividade econômica mais rentável e levando a maioria das famílias camponesas faxinalenses a se dedicarem à sua extração, por não exigir grande habilidade.

A partir de 1880, aumenta progressivamente o volume de erva-mate exportada para o Uruguai e Argentina, conseqüentemente aumenta sua quantidade extraída, sendo que os maiores produtores de erva-mata eram os municípios da Região Centro-Sul e atual Região Metropolitana de Curitiba, que coincidem exatamente com os municípios onde se localiza a fração do território comunitário camponês faxinalense. Tal fato não é uma mera coincidência, pois é nesses municípios que também estão localizadas as áreas mais densas de ervais nativos e, como já analisado anteriormente, a extração da erva-mate foi um dos elementos mais importantes para a formação/consolidação/manutenção da fração do território comunitário camponês faxinalense. Portanto, é possível afirmar que, durante todo o período em que predominou a “economia da erva-mate”, ele foi sustentado pela produção de erva-mate extraída nos criadouros comuns ou comunitários dos faxinais.

No que diz respeito à região onde se localiza a fração do território comunitário camponês faxinalense, a erva-mate, no apogeu de sua produção, se constituía em uma produção natural de grandes ervais nativos que estavam disponíveis para a maioria da população da região. No que se refere ao trabalho da extração em si, não ocorria distinção de sexo e idade: tanto os homens quanto as mulheres, assim como os mais idosos ou crianças estavam em condições de trabalho na sua extração, que é a poda e a sapeca das folhas.

De acordo com Chang (1988), existia uma diferenciação de categorias sociais na inserção da produção da erva-mate, no que se refere ao aceso dos meios de produção, principalmente com relação à terra. A autora afirma que na produção da erva-mate existiam as

seguintes categorias sociais:

a) os **simples colhedores**, que eram a maioria da população. Estes trabalhavam no período da extração – de seis a oito meses –, ficando desempregados na entressafra. Eram colhedores (camponeses) sem terra ou com pouca terra, os quais não conseguiam sobreviver da produção da agricultura. Alguns tinham a possibilidade de arrendar terra para plantar, mas a produção era tão pequena que, “além de não lhes proporcionar a subsistência necessária, não lhes ocupava o período de entressafra”;

b) os **pequenos proprietários de terra** tinham a possibilidade de se dedicar à agricultura de autoconsumo no período da entressafra. Dentro dessa categoria, são incluídos pela autora os camponeses europeus imigrantes recém-chegados ou ainda os camponeses europeus mal instalados em seus lotes de terra nas colônias. Estes dividiam o seu tempo de trabalho na produção da agricultura de autoconsumo e na extração da erva-mate, com isto, tinham a possibilidade de aumentar sua renda. Uma fração dessa categoria possuía seu próprio erval. “Estes tinham mais recursos e se mantinham com a produção de erva e com a produção de subsistência. Apoiavam-se exclusivamente sobre a força de trabalho familiar, sem precisar empregar terceiros e tampouco eram obrigados a vender a força de trabalho” na entressafra. No entanto, na proporção em que fração dos pequenos produtores – camponeses proprietários de terra – ia acumulando dinheiro com a venda da erva-mate, adquiriam mais terras, de preferência com erval. Alguns se transformaram em médios ou pequenos produtores capitalistas (empresários da erva-mate). Geralmente eram camponeses imigrantes ou herdeiros de terras das grandes fazendas que, na partilha, recebiam seu pedaço de terra. Essa fração de produtores da erva-mate substituíam, quando podia, a força de trabalho familiar por mão-de-obra assalariada, “em parte devido ao prestígio social subjacente à condição de empregador”. (p. 51-52).

Quanto ao processo de extração da erva-mate no criadouro comum ou comunitário,

quando a produção da erva era uma parte significativa da renda do camponês faxinalense, o processo de trabalho em suas etapas se dava da seguinte forma:

Primeiro eram podados os galhos maiores, sapecados ao fogo, depois eram feitos feixes amarados com *embira* – cipó extraído de vários tipos de vegetação – ou taquara, que, depois de pesados, eram transportados a cavalo ou burros até o carijó, onde ficavam três dias e três noites secando no fogo do barbaquá¹³², “caso fosse para a venda, mas se fosse para o consumo próprio (era especial para chimarrão), poderia secar de oito a trinta dias, expondo-se ao fogo três a quatro horas por dia”. (NERONE, 2000, p. 145).

Em seguida, os feixes eram transferidos para a cancha para serem triturados por um malhador, “instrumento que consistia num rolete de madeira com várias pontas também de madeira. O rolete ia rodando atrelado a um cabeçalho, puxado por um cavalo que andava ao redor da cancha furada. Pelos furos da cancha caía a erva num reservatório de madeira, [...]”. Depois desse processo, a erva era peneirada para separar os resíduos dos galhos que não eram triturados, os quais eram transformados em adubo. Em seguida a erva era embalada para a venda. (Ibid., p. 145).

De acordo com a autora, o período da produção da erva-mate era de “euforia coletiva, pois exigia preparativos, atrelamentos e esperança de melhorar de vida”, tanto por parte dos camponeses produtores quanto dos trabalhadores assalariados temporários. (NERONE, 2000, p. 146). Esse processo vem ocorrendo até os dias atuais, só que praticados por um número muito reduzido de camponeses faxinalenses produtores de mate, com é o caso do camponês Acir Túlio, do Faxinal Marmeleiro de Baixo, conforme depoimento prestado a Marcelo Barreto (2008, p. 71).

Antigamente fazia-se o cancheamento, enviava para a cooperativa que fazia a moagem e depois a cooperativa enviava para Curitiba. Essa cooperativa em São Mateus do Sul faliu em 1985. A de Rebouças faliu em 1978. A de Rebouças faliu porque comprou erva e fechou o mercado de exportação. A partir daí os

¹³² “Espécie de estufa onde a secagem da erva ocorria dentro de um processo de fogo indireto. O fogo era feito na fuma e veiculado por meio de um condutor subterrâneo acoplado ao estaleiro onde os feixes eram estendidos para secagem”. (Nerone, 2000, nota de rodapé n. 154, p.145).

compradores (atravessadores) começaram a levar para Curitiba e São Mateus. As ervateiras quando vieram para cá começaram comprando erva cancheada. Depois pararam de comprar. A partir daí o produtor começou a pensar que fazer erva cancheada não valia mais a pena. (TÚLIO em depoimento a BARRETO, 2008, p. 72).

Barreto (2008), afirma que, a partir da presença da indústria ervateira, na década de 80 do século passado, a produção da erva-mate na fração do território comunitário camponês faxinalense muda completamente, com exceção de alguns casos como o apontado anteriormente. Porque, a partir daí, o processo de produção até chegar ao produto final passa por três momentos.

A produção da erva-mate envolve três fases principais até a elaboração do produto final: a poda (extração da folha verde) o beneficiamento primário (cancheamento) e o beneficiamento secundário (moagem), na qual participam três atores distintos: o produtor, o atravessador e a indústria. Em cada fase da produção agrega-se mais valor ao produto. Conforme se beneficia a matéria-prima, aumenta não só a quantidade de trabalho empregada nela, mas também investimentos por parte das indústrias, além do frete. (p. 65).

Em sua pesquisa, o autor descreve todo o processo da industrialização da erva-mate, a partir do momento em que é transportada até a unidade produtiva industrial, o que não será objeto de análise no momento, pois o que interessa para a pesquisa é tentar desvendar como o capital comercial e industrial da erva-mate monopoliza a fração do território comunitário camponês faxinalense. Sobretudo porque a grande maioria dos camponeses faxinalenses que ainda produzem erva-mate o suficiente para vender ao mercado e não mais utilizam parte de seu tempo de trabalho vivo no processo chegavam até o cancheamento, praticado pelos seus antepassados, de acordo com o fluxo esquemático da produção da erva-mate .

Para isto, utilizarei os apontamentos, fruto dos diálogos sobre o tema com Marcelo Barreto, realizados durante algumas saídas de campo pela Rede Faxinal de Pesquisa e dos resultados de sua pesquisa.

Até a década de 80 do século passado, a presença do capital na fração do território comunitário camponês faxinalense era o comercial, representado pelo comprador-revendedor (atravessador) autônomo, que adquiria a erva-mate do produtor que agregava mais trabalho vivo da força de trabalho familiar de camponeses e/ou representado pelas cooperativas

ervateiras. Com a falência das cooperativas no final da década de 70 e início da década de 80, a produção da erva-mate na fração do território comunitário camponês faxinalense passa a ser disputada também pelo capital industrial das ervateiras, na figura de dois tipos de compradores ou atravessadores ligados diretamente às ervateiras. Compreendo que os tipos de capital firmaram um pacto informal para defenderem seu interesse comum, que consiste em explorar o camponês produtor, oferecendo-lhe um preço não muito discrepante entre o ofertado pelo capital comercial e o capital industrial, pois ambos têm o mesmo objetivo, que é aumentar a acumulação da produção do capital, controlando “a circulação” e “subordinando a produção” da erva-mate produzida pelo camponês faxinalense. (OLIVEIRA, 2002, p. 80) .

FLUXO ESQUEMÁTICO DA PRODUÇÃO DE ERVA-MATE NOS CRIADOUROS COMUNS DA FRAÇÃO DO TERRITÓRIO COMUNITÁRIO CAMPONÊS FAXINALENSE

Adaptado de BARRETO (2008, p. 37)

A disputa entre o capital comercial, que há muito era hegemônico, e o capital

industrial, pela produção da erva-mate produzida pelos camponeses faxinalenses, levou o capital comercial, representado pelo comprador-revendedor — no dizer do camponês Acir Túlio atravessador — a mudar sua estratégia para continuar a monopolizar parte da produção da erva na fração do território comunitário camponês faxinalense. Antes, o comprador-revendedor autônomo adquiria a erva já cancheada — processo realizado no criadouro comum ou comunitário —, transportava-a e a revendia para a indústria que completava o processo de industrialização para colocar no mercado interno ou externo.

A partir da década de 80 do século passado, três tipos de compradores disputam a produção da erva-mate produzida pelos camponeses faxinalenses. Mesmo que a renda proveniente da erva-mate nesse período já não seja mais uma parte substantiva na composição da renda familiar da maioria dos camponeses. Ela era uma renda acessória, principalmente na renda das famílias camponesas que produziam para a indústria integradora de produção de carne de frango, como foi visto em análise sobre o tema e a indústria integradora de produção de fumo, que será objeto de análise no item seguinte desse capítulo.

Para uma melhor compreensão dos papéis desempenhados por esses três tipos de compradores — atravessadores — no jogo de interesses dos setores do capital comercial e industrial do modo capitalista de produção, considera-se significativo apresentar alguns dados quantitativos sobre a produção de erva-mate no Paraná nos últimos anos.

Em 2001, o Estado do Paraná produziu 339.139 toneladas/ano de folha verde de erva-mate, destacando-se como o maior produtor nacional. Nos anos seguintes, ocorreu uma queda acentuada em sua produção, chegando a produzir, em 2004, 133.449 toneladas/ano. Com isso, perde a posição de maior produtor nacional para o Estado do Rio Grande do Sul. A partir de 2005, a produção da erva-mate paranaense passa a se recuperar. De acordo com os últimos dados disponíveis do IBGE, em 2006, o Estado produziu 152.921 toneladas/ano. Quando se observa a espacialização da produção da erva-mate nativa em nível nacional neste mesmo

ano, vê-se que, entre os dez (10) municípios com maior produção, os quais produziram juntos 48,20% de toda a produção, seis (6) são do Paraná, com destaque para São Mateus, como o maior município produtor nacional, que produziu 14,80% de toda erva-mate nacional. Ao se observar a produção da erva-mate nos municípios em que está localizado A fração do território comunitário camponês faxinalense, constata-se que dos vinte (20), quatorze (14) produziram juntos em 2006, 58.637 toneladas/ano ou 38,34% de toda a produção do Estado, com destaque para São Mateus do Sul, que produziu sozinho 34.500 toneladas/anos ou 22,56% da produção paranaense. (IBGE, 2006, 2007).

Barreto (2008) compreende que a oscilação na produção de erva-mate no Paraná se deve em razão da demanda do mercado externo, principalmente do uruguaio, argentino e chileno. (p.66). E, para competir com os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na conquista de parte desse mercado externo, surgem dois dos três tipos de compradores-revendedores (atravessadores) na fração do território comunitário camponês faxinalense; e ocorre a mudança da forma de aquisição da produção de erva-mate produzida pelo camponês faxinalense pelo tradicional comprador-revendedor autônomo.

Foto 20 – Erva-mate extraída por tarefeiros no Faxinal Barra Bonita em Prudentópolis - PR

Depois de extraída (podada), a erva-mate é condicionada em sacos denominados de

“ponchos”, os quais são, em seguida, transportados em tração animal para o caminhão – próprio ou alugado –, e conduzidos até da indústria compradora. Normalmente essa erva é comprada por indústrias que produzem somente para o mercado interno, em razão da qualidade da folha da erva-mate.

O comprador-revendedor autônomo adquire a produção do camponês faxinalense produtor com capital próprio e revende para a indústria produtora para o mercado interno que oferece o melhor preço, por não ter fidelidade com nenhum de seus clientes.

O segundo tipo é o comprador – falso revendedor, que mantém contrato informal de fornecimento de erva-mate de acordo com o controle de qualidade exigido pela indústria ervateira que produz somente para exportação. Esse comprador só adquire a produção do erval “na folha” do camponês faxinalense produtor depois que a indústria manda um técnico de seu quadro de funcionário – normalmente Engenheiro Florestal – realizar uma avaliação da qualidade da erva. Se o técnico avalia que está dentro dos padrões de qualidade exigidos pela indústria, o comprador adquire a produção da erva-mate e extrai, com força de trabalho temporária, nos mesmos moldes do comprador-revendedor autônomo. Essa foi uma das formas que a indústria ervateira que produz para exportação encontrou para não barganhar diretamente com o camponês produtor o preço da matéria-prima necessária para sua atividade. Nesse caso não foi possível obter a informação se o capital desse comprador-falso revendedor é próprio ou se é adiantado pela indústria. A erva-mate adquirida por essa indústria no Paraná é cancheada em uma unidade industrial em São Mateus do Sul-PR, o restante do processo industrial é realizado em outra unidade industrial no Rio Grande do Sul.

O terceiro é o comprador direto da indústria ervateira que produz chá-mate, mate e outros derivados da erva-mate, que adquire a produção da erva “na folha” diretamente do camponês faxinalense, depois que a erva-mate passa pelo controle de qualidade da indústria. A sua extração (poda) é realizada com mão-de-obra da própria indústria, que, depois de

extraída, é transportada diretamente para sua unidade industrial de cancheamento, localizada também em São Mateus do Sul-PR.

Conforme a pesquisa de campo realizada por Barreto (2008), nos faxinais Marmeleiro de Baixo e Marmeleiro de Cima (12 entrevistas), cada família camponesa produz em média uma (1) tonelada/ano de erva-mate, que é vendida ao preço de R\$ 0,30 (trinta centavos) o quilo. Nos poucos casos em que a erva-mate é podada pelo camponês, o seu preço sobe para R\$ 0,38 (trinta e oito centavos) ou, se é vendida diretamente à indústria ervateira que industrializa para o mercado interno e entregue na porta da fábrica, esse passa para R\$ 0,48 (quarenta e oito centavos) o quilo. No caso do camponês Acir Túlio, que ainda realiza o cancheamento da erva, o quilo é vendido ao preço de R\$ 2,00 (dois reais) o quilo, todos esses preços eram de junho de 2006. De acordo com seu informante são necessários 5 kg da folha verde da erva-mate para se produzirem 2 kg de erva cancheada.

Foto 21 – Trabalhador temporário (tarefeiro) podando o pé de erva-mate no Faxinal Barra Bonita em Prudentópolis – PR

O autor lembra ainda que, após a poda, a folha verde da erva-mate torna-se um produto perecível, sendo que o tempo máximo de espera entre a poda e o processo de cancheamento é de três horas, por isto que tanto o comprador-revendedor tradicional, o comprador-falso revendedor e o comprador direto da indústria ervateira só adquirem erva-

mate dos faxinais localizados em um raio de 40 km de distância da indústria ervateira. (BARRETO, p. 71-73).

Portanto, foi essa a forma encontrada pelo capital industrial do setor da indústria ervateira ao monopolizar a fração do território comunitário camponês faxinalense para baixar o preço de sua matéria-prima, com isto, produzindo mais capital, extraindo mais renda, ou seja, não pagando o preço justo pelo produto do camponês, quando este vende diretamente sua produção para a indústria, via os três tipos de compradores ou quando o camponês utiliza a força de trabalho familiar camponesa na sua extração. Além da mais-valia extraída do trabalhador contratado temporariamente tanto pelo comprador-revendedor tradicional ou pelo do comprador — falso revendedor, há também a mais-valia extraída do trabalhador contratado diretamente pela indústria ervateira para podar a erva-mate comprada “na folha” do camponês faxinalense produtor. E a outra parte é proveniente da renda da terra camponesa, tributo pago por toda sociedade; porque a “terra não gera lucro, como o faz o capital”. Mas sim renda. (OLIVEIRA, 2007, p. 63).

Dessa forma, é através da compra da produção da erva-mate “na folha” que o capital industrial e comercial drena cada vez mais a renda camponesa. Essa é uma das diferentes formas que se expressam na monopolização da fração do território comunitário camponês faxinalense pelo capital, “ainda que isso não represente sentenças apriorísticas de desaparecimento, já que os camponeses buscam permanentemente alternativas para preservarem sua autonomia”. (PAULINO, 2006, p. 270).

8.4.3 – Criadouro Comum ou comunitário: onde preservar é preciso

Para Francisco Adyr Gubert Filho (1987), a fração do território comunitário camponês faxinalense está localizada onde predominam as classes de relevo suave ondulado e plano, sendo que as terras de uso comum dos criadouros comuns se concentram nos vales em solo

profundos situados em relevos mais suaves. Devido a essa localização, os criadouros comuns muitas vezes são afetados por geadas nos invernos mais rigorosos, “muito embora a pastagem se mantenha sem a prática das queimadas, graças à proteção da mata, o que popularmente se denominou *invernadas*”. Nos relevos ondulados e planos, a vegetação desenvolve-se sobre solos lateríticos (vermelho-escuro), profundos, com elevados teores de matéria orgânica, “bem ou mal drenados, de textura argilosa ou siltosa e bem estruturados, o que permite o bom desenvolvimento da maioria das espécies florestais”. [Grifo do autor]. (p. 35-36).

Dessa forma, a fração do território comunitário camponês faxinalense dá uma contribuição importantíssima para a Região Centro-Sul do Paraná se destacar como a região do Estado que ainda mantém a maior área de cobertura florestal e maior concentração de cobertura de folhosas de araucária. De acordo com Ariane Bittencourt (2007), distribui-se no primeiro, segundo e na parte leste do terceiro planalto do Paraná. (p. 13).

Bittencourt (2007) afirmou que a floresta de araucária, também denominada de Floresta Ombrófila Mista (FOM), de acordo com a classificação de vegetação do IBGE, ocorre de forma contínua, particularmente nos três Estados que compõem a Região Sul brasileira. O Estado do Paraná ainda possui a maior extensão desta unidade fitoecológica.

A Floresta Mista de Araucária recebe outras denominações populares, tais como: floresta com pinheiros, pinhais, pinheirais, zonas de pinhais e mata com araucária, distinguindo-se pela presença marcante da *Araucaria angustifolia*, que imprime um aspecto fitofisionômico próprio em razão de sua abundância, porte e copa. “Esta espécie caracteriza esta formação por sua grande abundância, seus fustes retos, copas corimbiformes peculiares, com folhas verde-escuras, que emergem por diversos metros por sobre o restante da vegetação arbórea, tornando-a inconfundível”. Na região Sul do Brasil, a *Aracauria angustifolia* chega a atingir de 40 a 50 metros de altura e até 3 metros de diâmetro, no entanto, o seu tamanho mais comum é de 30 a 35 metros de altura e 0,80 a 1,20 metros de diâmetro. (Ibid., p. 13).

De acordo com Christian Dykstra (2007), com base em vários autores que estudaram a floresta mista de araucária, a região Centro-Sul do Paraná era coberta por essa floresta até a década de 60 do século passado por cerca de “37% para Maack (1968), 40% para Carvalho (2003) e 41,5% para Castella e Britz (2004) da área total do Estado (200.000 km²”. Nos dias atuais, conforme levantamento realizado pela Fundação de Pesquisas Florestais do Paraná, “a floresta com Araucária em estágio avançado de conservação, com elevada biodiversidade, reveste apenas 0,80% de sua superfície, ou cerca de 1.600 km²”, em razão da exploração da madeira, realizada ao longo dos anos e de forma predatória e seu desmatamento pelos grandes latifundiários da pecuária e pela agricultura capitalista. (p.8).

Foto 22 – Paisagem da floresta de Araucária no criadouro comum do Faxinal Taquari

Esta posição também é confirmada por Gubert Filho (1987) quando escreve que, com a chegada do “ciclo madeireiro”, nas primeiras décadas do século passado, a exploração da araucária, imbuia e outras espécies “viria a alterar sensivelmente o caráter primitivo das florestas e em muitos casos a exploração predatória e irracional; por anos continuados fez com que os exuberantes pinhais fossem substituídos por formações secundárias do tipo *carrascal* e *guaxival*”. (p. 35). No entanto, os 0,80% do que ainda resta das florestas de araucária estão localizados em grande parte na fração do território comunitário camponês faxinalense. Os Mapas 5, 6 e 7, refletem bem essa realidade. Assim como as fotos 22 e 23.

A forma de organização do espaço dos criadouros comuns ou comunitários na fração do território comunitário camponês faxinalense está relacionada também com a importância das florestas e matas para a criação de animais nas terras de uso comum, as quais são formadas dentro do criadouro comum por floresta densa, floresta limpa, campos nativos e várzeas, formando um ambiente florestal alterado pelo pastoreio extensivo. A intensidade do seu uso para a criação de animais graúdos e miúdos e as atividades extrativistas é que determinam as espécies florestais existentes e a mudança da paisagem nos criadouros comuns.

Enriquece a paisagem nativa, conferindo uma beleza selvagem, o canto dos pássaros e o colorido dos ipês, das orquídeas, das palmeiras e aleluias que em tempo de florada exalam odor agradável, atraindo as abelhas silvestres, que produzem o mel usado na alimentação e para remédio, como o mel de *mandassaia*. [Grifo da autora]. (NERONE, 2000, p. 85).

Foto 23 – Paisagem do criadouro comum do Faxinal Salso com a presença de Araucária

As terras de uso comum dos criadouros comunitários até os dias atuais possuem milhares de hectares de reservas florestais contínuas, como por exemplo, aquela do criadouro do Faxinal Paraná Anta Gorda, que de acordo com a pesquisa realizada por Dykstra (2007), há na área de ocorrência da Floresta Ombrófila Mista Montona (FOMM) ainda tipologias florestais variadas e regiões de várzeas, relacionada à Floresta Mista Aluvial (FOMA). “Dentro de um contexto regional, percebe-se que a floresta ocupa cerca de 44% da cobertura

vegetal, sendo a maioria em estágio inicial e médio de sucessão¹³³. (p. 16).

Ou seja, o criadouro comum do Paraná Anta Gorda possui áreas de floresta mais densa, com presença de floresta mista, área de vegetação rasteira e área de várzeas. (Ibid., p. 17-18). De acordo com a metodologia aplicada pelo autor, das mais diversas espécies localizadas, vinte e nove (29) são mais comuns. Entre elas se encontram a araucária, o cedro, a imbuia e a canela-imbuia, espécies madeireiras, com exceção das espécies frutíferas silvestres, importantes na dieta alimentar dos animais (gráudos e miúdos) criados à solta nas terras de uso comum em época de sua produção. Também algumas espécies são consumidas *in natura* ou na forma de sucos e compotas pelos camponeses. As mais encontradas são: pitanga, jabuticabeira, amora preta, amora branca, palmeira-jarivá, ingazeiro, caiapiá e uvaia. As espécies medicinais encontradas são: quina, sassafrás, cipó milome, canela de veado, maria mole, pau andrade, poejo, espinheira santa, pata de vaca, carqueja, erva de santa maria e outras utilizadas nos chás caseiros. (Ibid., 28-30). Na pesquisa realizada por Bittencourt (2007), no criadouro comum do Faxinal Saudade Santa Anita, foram as mesmas espécies madeireiras, frutíferas e medicinais com maior ou menor incidência por espécies. (p. 30-32).

Foto 24 – Área de várzeas no criadouro do Faxinal Salso, onde os animais criados à solta pastoreiam durante os meses em que não estão alagadas

¹³³Sobre Floresta em estágio inicial, médio e avançado de sucessão, ver DYKSTRA, C. (2007) e BITTENCOURT, A. (2007).

Em relação à fauna, existe uma estreita relação com a floresta, como é o caso da gralha azul – espécie em extinção –, uma vez que lhe é atribuída a reprodução das florestas de araucária, pois a ave enterra os frutos para achá-los mais tarde, originando assim os pinheirais. Além disso, são encontrados nas matas dos criadouros comuns o quero-quero, curucaca, vários tipos de beija-flor, bem-te-vi, chopim, baitaca, corruíra, sanhaço, tiriva e araponga.

Em razão das reservas florestais contínuas de elevada importância ecológica e pela extensão encontrada que mantém a “homeostase climática regional, protegendo os solos contra a erosão e regulando o equilíbrio hídrico” (GUBERT FILHO, 1987, p. 35), o Governo do Estado do Paraná reconheceu juridicamente o criadouro comum ou comunitário dos faxinais, através do Decreto Estadual nº 3.446/97 que criou as Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR), que lhes garantem seu cadastro no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) para se beneficiar da Lei do ICMS Ecológico¹³⁴.

Foto 25 – Biodiversidade no criadouro comum do Faxinal Espigão

Em razão das reservas florestais contínuas de elevada importância ecológica e pela extensão encontrada que mantém a “homeostase climática regional, protegendo os solos contra a erosão e regulando o equilíbrio hídrico” (GUBERT FILHO, 1987, p. 35), o Governo

¹³⁴ Ver maiores detalhes sobre a Lei do ICMS Ecológico em LOUREIRO, W. (1994 e 2002).

do Estado do Paraná reconheceu juridicamente o criadouro comum ou comunitário dos faxinais, através do Decreto Estadual nº 3.446/97 que criou as Áreas Especiais de Uso Regulamentado (ARESUR), que lhes garantem seu cadastro no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) para se beneficiar da Lei do ICMS Ecológico¹³⁵.

O ICMS-Ecológico foi criado através da Lei Complementar nº. 59 de 1.º de outubro de 1991 do Governo do Paraná, também conhecida como Lei dos *Royalties* Ecológica, que até aquela data era inédita no Brasil, depois foi seguido pelos Estados de São Paulo (1993), Minas Gerais (1995), Amapá e Rondônia (1996), Rio Grande do Sul (1998), Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pernambuco (2001), Tocantins (2002). De acordo com Wilson Loureiro (2002, p. 52), está em fase de implementação, regularização, debate ou tramitação nas Assembleias Legislativas nos Estados da Bahia, Goiás, Espírito Santo, Pará, Santa Catarina, Ceará e Rio de Janeiro.

Esta lei teve forte importância social, com grandes repercussões no desenvolvimento e na qualidade de vida da população dos municípios onde a quase totalidade das áreas territoriais são abrangidas por mananciais de abastecimento público – como por exemplo, o Município de Piraquara (onde se encontram os mananciais que abastecem mais de 60% da população da Região Metropolitana de Curitiba). Outro exemplo são as Unidades de Conservação Ambiental do Município de Céu Azul, que tem a quase totalidade de sua área territorial abrangida pelo Parque Nacional do Iguaçu, e, dos Municípios de Guaraqueçaba, Morretes e Antonina, cujos significativos percentuais de seus territórios estão contidos na Área de Preservação Ambiental de Guaraqueçaba.

A compreensão de autores do Direito Ambiental, tais como Fernanda de Moraes S. Marra, Vera Lúcia de Almeida M. Franco (2005), a implantação do ICMS Ecológico estabelece o critério ambiental na redistribuição do imposto. A partir de sua adoção é criada a oportunidade para o Estado exercer influência no desenvolvimento dos municípios,

¹³⁵ Ver maiores detalhes sobre a Lei do ICMS Ecológico em LOUREIRO, W. (1994 e 2002).

premiando algumas atividades e proibindo outras. Ou seja, o ICMS Ecológico tem dois papéis importantes. Primeiro, o de estimular os municípios a optarem por iniciativas de conservação ambiental e desenvolvimento equilibrado, seja pela criação de unidades de conservação ou pela manutenção das áreas já existentes; e, segundo, o de incorporar políticas públicas que promovam o equilíbrio ecológico, a equanimidade social e recompensar os municípios que possuem área protegidas na sua formação sócio-espacial. (p.6).

Pelo Decreto-Lei n. 3.446/97¹³⁶, o Governo do Estado do Paraná passa a reconhecer os criadouros comuns como Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR, o que oportuniza aos municípios onde estão localizadas as frações do território comunitário camponês faxinalense terem acesso a recursos do ICMS Ecológico, no valor de 5% (Lei Estadual nº 9.491/90 de 21/12/1990) para utilização na conservação dos criadouros comuns, nos aspectos socioambiental, cultural e econômico.

De acordo com Souza (2007), apesar de sua reconhecida significação como instrumento legal de proteção ambiental da fração do território comunitário camponês faxinalense, “até o momento não foi regulamentado, nem em suas diretrizes, tampouco em suas ações operacionais pelos órgãos competentes: IAP, SEAB, Secretaria da Cultura¹³⁷”. (p.3-4).

Conforme o “Levantamento Preliminar sobre o Sistema Faxinal do Estado do Paraná” (MARQUES, 2005), em 2004 existiam 44 faxinais ativos, entre eles 19 estão cadastrados como Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR. Essa condição garantiu a eles a inclusão no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC.

¹³⁶ Esse instrumento jurídico afirma que “Ficam criadas no Estado do Paraná as Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR, abrangendo porções territoriais do Estado caracterizadas pela existência do modo de produção denominado ‘Sistema Faxinal’, com o objetivo de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrossilvopastoris com a conservação ambiental, incluído a proteção da *Araucária angustifolia* (pinheiro-do-paraná)”.

¹³⁷ De acordo com Art. 4 do Decreto 3.446/97, ficam a Secretaria do Estado de Agricultura e Abastecimento e a Secretaria da Cultura responsáveis pela elaboração de programas específicos para atender a fração do território comunitário camponês faxinalense.

No entanto, o processo de cadastramento do criadouro comum ou comunitário no CEUC envolve procedimentos técnicos (memorial descritivo da área do criadouro, levantamento da espécie de vegetação, o impacto antrópico, plano de manejo “sustentável” – equilibrado e outros) e político-jurídicos (reconhecimento como APA particular através de lei municipal). O processo, para seu reconhecimento como ARESUR, só é aceito pelo IAP quando encaminhado pela prefeitura do município onde está localizada a fração do território comunitário camponês faxinalense. Mesmo que os camponeses faxinalenses solicitem o reconhecimento de seu criadouro comum como ARESUR, a maioria dos prefeitos negam-se a fazê-lo, por envolver custos financeiros considerados altos ou, na maioria das vezes, por má vontade, pois lhes rende poucos dividendos políticos.

Na busca de solução para essa questão, o II Encontro dos Povos Faxinalenses, através de seu movimento social a Articulação Puxirão dos Povos dos Faxinalenses (AP) e a Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais, vêm articulando junto à Banca Parlamentar Estadual de Apoio aos Povos Tradicionais do Paraná – composta por parlamentares estaduais do PT, e do PMDB – a alteração das leis que dizem respeito à questão do ICMS Ecológico nos faxinais. O projeto de lei que está sendo construído obriga o Estado, através do IAP, a realizar todos os procedimentos técnicos e jurídicos para o cadastramento dos criadouros comuns dos faxinais, assim com as terras dos quilombolas, indígenas e dos ilhéus, pois, segundo Souza (2007),

A presença de um instrumento legal pressupõe a existência de um sujeito social que o provocou e evocará o acionamento da tal dispositivo visando salvaguardar-se sempre que se sentir ameaçado. Na prática, a preocupação não é tomar o sistema faxinal – aspectos físicos – sem o faxinalense – sujeito coletivo que constrói o faxinal – tratar aquele como objeto inerte de uma política que atenda uma realidade sem sujeitos sociais autodefinidos.

Só para exemplificar, foi este o sentido assumido pelo Estado, quando da formulação da ARESUR, pois, apesar de sua nítida importância na defesa dos faxinais, sua elaboração e conteúdo não levou em consideração a existência dos faxinalenses, enquanto categoria étnica, nem suas práticas culturais, nem seu formato de grupo “objetivo” muito menos suas demandas específicas. (p.4)

Portanto, existe uma série de problemas no que se refere ao repasse dos recursos

financeiros recebidos do ICMS Ecológico das prefeituras para os faxinais que estão inscritos no ARESUR. Está previsto na legislação que os recursos financeiros não podem ser repassados em numerário, mas em forma de benefícios por meio de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, agricultura, infraestrutura, etc. Entretanto, quando os camponeses faxinalenses vão solicitar algum benefício para seus faxinais (construção de pontilhões nas estradas internas, aquisição de telas de arame para concerto de cercas que separam as terras de uso comum com as terras agrícolas – planta ou plantar), normalmente as autoridades municipais alegam que os recursos estão sendo, ou já foram aplicados em reparos das estradas que dão acesso ao faxinal ou então, no transporte escolar com os alunos moradores do faxinal que estudam em escolas na sede do município.

Mas nos municípios de Rebouças e Prudentópolis, onde os camponeses faxinalenses estão organizados em associações comunitárias próprias, as quais fazem acompanhamento mensal dos valores dos recursos financeiros do ICMS Ecológico repassados pelo Estado, existem acordos entre os representantes dos camponeses e as autoridades para que esses recursos sejam aplicados nas áreas que eles definirem em assembleias de suas associações convocadas com esse objetivo. Normalmente essas assembleias são realizadas antes que o prefeito encaminhe o orçamento anual para ser aprovado pela câmara municipal. Em depoimento prestado no final do ano de 2007, o camponês Acir Túlio afirmou que, nos primeiros anos em que esse acordo foi firmado, os camponeses do Faxinal Marmeleiro de Baixo aprovaram que os recursos seriam aplicados na conservação das estradas internas, na aquisição de palanques e telas de arame para substituir as cercas de arame farpado do criadouro comum. Toda a mão-de-obra para a realização dessas benfeitorias foi realizada em mutirão/puxirão para barateamento dos custos e para incentivar os camponeses faxinalenses a conservarem a prática do mutirão/puxirão comunitário, uma das principais características dos faxinais. No caso da conservação das estradas internas do criadouro, ela é realizada com o

auxílio das máquinas da prefeitura municipal.

No criadouro, existe um poço artesiano com água encanada na maioria das residências, cuja conservação e administração são feitas por uma associação criada para esse fim. Antes era cobrada uma taxa única de todos os usuários, independente da quantidade utilizada. Com o tempo, verificou-se que alguns camponeses utilizavam a água do poço para irrigação dos quintais e, com isso, o seu consumo era maior. Para evitar conflito entre os camponeses que consumiam menos água, foi aprovado que as verbas do ICMS Ecológico seriam destinadas para aquisição de hidrômetros. Depois de instalados, foram criadas três faixas de consumo, com valores diferentes. Dessa forma, foi resolvido o conflito em relação ao uso da água. Nos últimos anos, as verbas são divididas entre compra de vacinas contra a febre aftosa para todo o rebanho bovino do criadouro e conservação das estradas internas e das cercas do criadouro.

Mapa 7 – Imagem Orbital de Quitandinha-PR

8.5. PORTEIRAS, CERCAS E QUINTAIS

A porteira do criadouro comum é o limite físico e simbólico que separa o mundo dos de “fora” do mundo dos de “dentro” do faxinal. Habitar depois da porteira do criadouro comum tem o significado para o camponês faxinalense de viver a vida camponesa, o cotidiano de sua visão de mundo, de sua cultura, o viver sua religiosidade, suas crenças. Para os de “fora”, o modo de vida dentro do criadouro significa um estranhamento. Às vezes, tem o significado do arcaico, do atrasado; é viver e praticar uma cultura fora da modernidade, fora da realidade posta pelo modo de vida hegemônico capitalista. Por outro lado, o mundo dos de “fora” penetra cotidianamente no mundo dos de “dentro” do criadouro comum através dos produtos da modernidade (eletricidade, água encanada, automóveis, motos, etc.) de novas tecnologias, como o uso de aparelhos eletrodomésticos (fogão a gás, televisão, geladeira, etc.) e da eletrônica (celulares, aparelho de CD e DVD, máquina fotográfica digital e outras bugigangas eletrônicas).

Mas, várias práticas sociais, culturais, econômicas, políticas e religiosas que herdaram de seus antepassados – bisavôs, avôs e pais – continuam sendo vivenciadas cotidianamente pelos camponeses faxinalenses, provando que é possível viver na contemporaneidade com todas as contradições postas/impostas pelo modo capitalista de produção, sem esquecer as heranças deixadas pelos seus antepassados.

As tradicionais porteiras iguais às da Foto 26, até os anos 80 do século passado, existiam em todos os criadouros comuns dos faxinais. Na atualidade, são poucos os criadouros comuns que possuem porteiras desse tipo. Costumeiramente, há séculos, ou melhor, desde a gênese do faxinal, era ou ainda é dever de todos aqueles que adentrassem ou saíssem do criadouro comum terem que abrir e fechar as porteiras. Tal obrigação tem a função de não se deixar saírem os animais criados à solta nas terras de uso comum, evitando-se,

assim, que estes destruíssem as culturas das terras de planta. Procedendo dessa forma, os conflitos internos do criadouro eram e são evitados. Em muitos criadouros comuns, havia pacto verbal entre os camponeses faxinalenses de que todos os de “dentro” tinham que manter as porteiras fechadas. Quem transgredisse pagaria uma multa simbólica e arcaria com os custos, caso houvesse destruição das culturas nas terras de planta. Essa prática costumeira foi lembrada na Oficina Memória de Velhos, realizada no Faxinal Salso, em dezembro de 2007.

Foto 26 - Porteira de entrada para o mundo da fração do território comunitário camponês faxinalense – Faxinal Caizinho

A oficina foi importante para a pesquisa, porque instaurou o passado como um bem imaterial dos camponeses faxinalenses do Faxinal Salso, material crucial para registrar um saber transmitido pelos ancestrais dos de “dentro”, no mundo por onde andou, e, por onde anda. Assim, foram registrados muitos elementos da cultura dos faxinalenses, pois as lembranças dos velhos camponeses revisitam fatos, eventos culturais e sociais. E essa memória vai sendo resgatada do esquecimento, nas lembranças dos vários velhos camponeses do Faxinal Salso, onde a memória individual se une com a memória coletiva dos camponeses e camponesas que habitam no faxinal há mais de 80 anos.

Conforme afirma Ecléa Bosi (2006), a memória, como atividade psíquica,

Permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, “desloca” estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece com força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora. (p. 47).

Por isso, o movimento da memória, das histórias contadas e ouvidas no Faxinal dá visibilidade ao mundo do “outro” — porque os narradores tecem fios que tocam, pelas suas aparências, experiências, vivências do outro —, lembranças de um aproximam-se às dos outros. O que respalda a afirmação da existência de deveres e punições para a manutenção das porteiras através de leis consuetudinárias forjadas no costume comum de abrir e fechá-las ao longo da existência da prática do uso das terras de uso comum nos faxinais.

Foto 27 – Parte do mapeamento da Oficina da Memória de Velhos do Faxinal Salso

Atualmente, nos faxinais em que as leis consuetudinárias mantêm as porteiras tradicionais, estas estão sendo respaldadas pelos **acordos comunitários** através de instrumentos jurídicos das leis municípios, como é o caso da Lei n.º 1.476 de 09/01/2008 do Município de Antônio Olinto – PR. (Anexo 2).

Entretanto, com o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo brasileiro, a partir dos anos 80, ocorreu a modernização seletiva e desigual da agricultura que trouxe também a modernização dos transportes, da infraestrutura (ferrovias, rodovias, estradas

vicinais dos municípios). Seu objetivo era atender aos interesses dos agricultores capitalistas e das agroindústrias integradoras visando escoar sua produção até os mercados interno e externo. Assim, naqueles municípios brasileiros que conheceram este desenvolvimento — quer seja pela territorialização do capital, quer seja pela monopolização do território — ampliaram suas redes de estradas vicinais. Entretanto, nos municípios abrangidos pelos faxinais, foi diferente. Vários criadouros comuns foram cortados por essas estradas, aumentando o fluxo de transportes rodoviários de cargas ou passageiros. Como forma de garantir a permanência da prática de criação de animais à solta nos criadouros comuns na maioria dos faxinais, os camponeses faxinalenses substituíram as tradicionais porteiras pelo mata-burro.

Foto 28 – Mata-Burro confeccionado de Ferro do Faxinal Campestre dos Paulas

Atualmente existe um debate polêmico no seio do movimento social dos camponeses faxinalenses que divide o movimento no que se refere à retirada ou não dos mata-burros dos criadouros comuns. Os camponeses que participaram das oficinas da elaboração do Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil — Fascículo 1 (Povos dos Faxinais - Paraná, com a participação de camponeses dos faxinais dos Krugger, Água Amarela dos Coutos, Lejeado dos Mellos, Lajeado de Baixo, Salto, Bom Retiro, dos

Seixas, Marmeleiro de Cima, Marmeleiro de Baixo e Emboque; e, Fascículo 2 (no prelo), Faxinal Salso — compreendem o mata-burro como sendo um atentado ao direito de ir e vir dos faxinalenses. (Ver Mapa 10 – Conflitos Sociais e Ambientais, p.729).

8.5.1. Cercas

Desde a gênese dos faxinais existe o limite entre as terras de uso comum e as terras de planta, o qual, durante mais de dois séculos, era um limite natural, ou seja, a divisa entre as terras do criadouro e de planta era os acidentes geográficos: rios, riachos, sangas, matas densas de taquara – as cercas vivas. Quando existiam trechos secos, eram construídos pelos camponeses os **val** ou **valos**, que consistiam na abertura de uma vala de dois metros de largura por dois metros profundidade, como forma de impedir que os animais criados à solta destruíssem as culturas das terras de plantas. É o período que Carvalho (1984) definiu como sendo o “grande faxinal”. Vale lembrar que, para esse período, o camponês faxinalense, na sua visão de mundo, não se refere à cerca. Suas referências são sempre os limites: “Antes da rodovia [RB-116], os limites do nosso criadouro [do Faxinal Salso] eram com os limites do criadouro do São Gabriel, muito depois do outro lado da rodovia onde ficava a escola”. (Depoimento coletivo na Oficina Memória de Velho, 2007).

Os valos eram abertos pelos camponeses faxinalenses através da ajuda-mútua: mutirão/puxirão/puxirin/puxirum, com a participação de pelo menos um membro de cada família camponesa. Há mais de um século, só era dispensado de participar dos puxirões – não só nas atividades de construção de valos, mas de todas as atividades que fossem em benefício do grupo – aquele camponês ou aquela camponesa que, na data marcada, estivesse doente.

A cerca sempre esteve presente na vida do camponês, desde os tempos imemoriais das terras comunais, florestas e pastagens comuns no velho continente europeu. O geógrafo francês P. Bonnaud (1973), em sua pesquisa linguística e semiológica sobre a cerca e o

lugarejo, afirma que a palavra “cerca”, de origem *francique* (antigo idioma Gália), está vinculada ao domínio, característico dos senhores germânicos que se apropriavam de grandes quantidades de terras na região da Baixa Normandia desde o século IX, os quais cercavam suas terras, isolando-as das terras comuns dos camponeses. (p. 58).

Ainda segundo o autor, eram feitas cercas para cercar os *enclos* com plantações de macieira para cidra que circundavam os lugares da Basse-Normandie no século XIII e na Normandia. A partir do século XIV, cercavam os *bocages*, que era uma extensão do *enclos* (espaço fechado por cerca) dominial adotado pelos camponeses e que, pela sua significativa presença no campo da Normandia, chamou a atenção, com isso, justificando uma denominação especial. De acordo com o autor, ao realizar uma análise socioeconômica do período entre o século XIV e XIX, a população da Baixa-Normandia passava por um processo de crescimento vigoroso, portanto, tinha que se intensificar a produção agrícola. Com isso, generalizaram-se os *openfields* na Europa Central, cujos solos eram por “demais pobres, e o clima pouco favorável”. (Ibid., p. 59). Ao contrário dos *enclos* com árvores frutíferas, produziam melhores resultados.

Adaptava-se ao desenvolvimento da horticultura que, além das plantas alimentícias, fornecia o linho e o cânhamo utilizados pela indústria artesanal. E a própria horticultura convinha perfeitamente a uma população em que os braços eram numerosos e onde uma importante fração de rurais dispunha de pequenas explorações.

Retirava poucas terras à pecuária que se tornou bem cedo importante; desde a Idade Média uma orientação para a criação de gado bovino e equino desenhava-se no Contentin e nas melhores terras do *bocage* (venda de cavalos para os exércitos, venda de gado vivo, de alguns laticínios, utilização do couro para a indústria). Quanto ao carneiro, se constituiu, até o século XIX, a grande especulação do *bocage*, fornecendo a lã tão procurada pelo artesanato local. Melhor ainda, o *enclos* prestava-se à extensão das pastagens, desde que fosse possíveis ou desejáveis. J. Sion nota que em Caux as terras com plantações de árvores foram [...] transformadas em pastagens. Não existe qualquer razão para que um processo análogo não se tenha desenvolvido na Baixa-Normandia. (Ibid., p. 61).

O autor entende que o *bocage* do francês original, na sua gênese e da forma como se revestiu, tenha se constituído em uma conjuntura econômica e social bem diferente daquela da concentração fundiária que surgiu mais tarde, e da “Mise en pré” especulativa que “foi

analisada como sendo o exemplo inglês, igualmente bem posterior”. Afirmou ainda que social e economicamente o “sistema do *enclos*” pode ser usado contra as comunidades rurais pelos latifundiários, segundo a concepção do “Dr. Merte”, que transformou o bocage aristocrático, “mudando, assim, profundamente, sua significação original, que se ligava aos esforços empreendidos por uma sociedade rural pobre, numerosa e democrática para sobreviver”. (BONNAUD, 1973, p. 62).

Ainda de acordo com o autor, os *bocages* eram ou são – porque o autor não aponta sua extinção – delimitados por cercas, que geógrafos modernos franceses definem como cerca obstáculo (*haie-obstacle*), cerca-limite (*haie-limite*), porque é a única que, possuindo muitas vezes rede completa, “pode desse modo corresponder a um verdadeiro *bocage*”. Na maioria dos casos, a cerca-obstáculo é construída sobre um talude, formada de “arbustos flexíveis como a aveleira”, que permitem um entrelaçamento de ramos cortados, “arbórea ou não, aproximando do tipo normando, podendo ser muito antiga”. Na França, a cerca-obstáculo teve funções diferentes: em um primeiro momento, era uma eficaz protetora dos campos e prados contra os rebanhos que pastavam nas matas e florestas e, em um segundo, quando se difundiu o *enclos*, teve a função de impedir o rebanho de sair do pasto, e “constitui por sua vez a característica do domínio bretão antigo”. (Ibid., p. 63).

No Brasil, especialmente no Paraná, antes da chegada dos camponeses imigrantes poloneses e ucranianos, os camponeses nativos¹³⁸ cercavam suas terras agrícolas com taquara ou outro tipo de vegetação não muito resistente – porque praticavam a cultura de rotação –, para proteger suas culturas de gado bovino e equinos que eram criados à solta, ou seja, as cercas tinham a mesma função do primeiro momento das cercas-obstáculos francesas.

Os camponeses imigrantes europeus (italianos, poloneses, ucranianos) trouxeram a cultura de criar cercados seus animais (bois, cavalos, porcos e outros) e praticavam a agricultura em aberto. Nos faxinais de origem cafuza próximos das colônias de imigrantes

¹³⁸ Considerados por WACHOWICZ, R. C.(1985, 118), como seminômades.

europeus, começaram a surgir conflitos entre os camponeses nativos (cafuzos e caboclos) e os camponeses europeus, principalmente nos arredores de Curitiba e campos Gerais da Lapa e Ponta Grossa. Por determinação dos governos federal e estadual, os camponeses nativos foram obrigados a iniciar o processo de cercamento dos criadouros comuns com cerca de arame farpado e madeiras resistentes – de pinheiros, imbuia, cedro e outros –, como forma de evitar os conflitos. A partir desse momento, os camponeses faxinalenses e descendentes de cafuzos e caboclos passaram a se expressar, no que diz respeito aos limites dos criadouros comuns como “as cercas de limite do criadouro ficam lá [citando sua referência]”. Esse processo ocorreu ao longo de toda a primeira metade do século XX. O cercamento do criadouro comum do Faxinal Salso ocorreu em 1947, um século depois de seu surgimento, conforme as lembranças dos velhos camponeses e camponesas em depoimento coletivo na Oficina de Memória de Velhos (2007).

Carvalho (1984, p. 27) entende a cerca que delimita o criadouro comum como fundamental para sua existência. Chang (1988, *passim*.) afirma que, para compreender o significado social do faxinal, é necessário entender o conjunto de códigos que regem sua existência. As convenções sobre as cercas que delimitam os criadouros comuns, dos direitos e deveres do camponês faxinalense sobre as cercas que dão visibilidade à singularidade da fração do seu território comunitário, se expressam em leis e práticas costumeiras que foram transformadas em instrumentos jurídicos do direito romano através de leis federais, estaduais e municipais. A partir daí, a autora constrói o conceito de “sociologia das cercas”. No conjunto de leis municipais que existiram – que é o caso da Lei nº 149 de 06/05/1977, do Município de Palmeira (PR), a qual é a base para a análise da autora e que foi revogada. Nas existentes, são destacados quatro pontos significativos que se remetem até os dias de hoje em outras leis municipais ou nos estatutos das associações comunitários dos faxinais – como nos casos dos faxinais Salso e Taquari: o caráter coletivo e democrático das decisões; as

convenções sobre as cercas de lei; a propriedade das cercas; e o critério de atribuição dos responsáveis em caso de danos.

No que diz respeito ao caráter democrático da decisão da manutenção do criadouro comum, a Lei n.º 149/77 tinha o mesmo objetivo das atuais leis municipais e dos estatutos das associações comunitárias. No Artigo 5º dizia:

Quando mais de 60% dos proprietários de terrenos de uma determinada zona desejarem desenvolver uma única atividade, criação ou lavoura, aquela área poderá, desde que isso seja expressamente demonstrado, passar de cultura para pastagem e vice-versa, embora rezem o contrário os documentos de posse.

Dessa forma, quando é deliberado democraticamente que é proibida a criação de animais à solta nas terras de planta, os custos para sua detenção ou a proteção das terras de planta ficam exclusivamente por conta daquele camponês que faz essa opção. Assim como fica responsável por custear os danos que porventura ocorram nas plantações dos camponeses vizinhos as terras isoladas.

O caráter democrático da maioria dos camponeses faxinalenses é reforçado no Art. 17, quando afirma que: “Não é permitido desmanchar-se no todo ou em parte, fazer alterações nos tapumes de acordo, sem prévio e expresso aviso de 30 dias, ao prefeito municipal, que ouvirá, obrigatoriamente antes de qualquer decisão, os demais interessados”. Aquele camponês que desfizer as cercas fica sujeito ao pagamento de todos os prejuízos que os demais camponeses sofrerem, “como danos em plantações ou extravio de animais, além de uma multa que dobrará em caso de reincidência, e a reposição” da cerca dentro das normas estabelecidas. O Art. 8.º do Estatuto da Associação Comunitária do Faxinal Taquari (ACFT) afirma que: “Se alguma criação provocar danos nas lavouras, quem deverá pagar este dano é o dono da criação, desde que as cercas tenham 12 (doze) ou mais fios de arame ou tela”.

O caráter coletivo do criadouro comum já foi analisado no item que diz respeito à propriedade e à posse da terra. Quanto à propriedade das cercas, as quais são divididas proporcionalmente a área que cada proprietário possui – propriedade privada ou posse de

terras devolutas – dentro do criadouro comum, cada proprietário contribui com o material para a construção da parte da cerca que passa em sua propriedade. Atualmente, os faxinais que recebem recursos financeiros através do ICMS Ecológico, destinam parte desses recursos para a construção ou manutenção das cercas do criadouro comum. No que se refere à sua manutenção, é obrigação de todos os camponeses faxinalenses, através da doação de material – naqueles faxinais que não recebem recursos financeiros do ICMS Ecológico – e de serviços.

A produção de animais predominante até os dias de hoje nas terras de uso comum dos criadouros é a de suínos, por isso as “cercas de lei” terão que ser reforçadas. A Lei n.º 9 de 06/02/1948, do Município de São João do Triunfo (PR) tipificou cinco tipos de “cercas de lei”, que são mantidas até o presente dos estatutos ou regimentos internos das associações comunitárias dos faxinais.

O Art. 3º da Lei n.º 9 estabelece o seguinte: compreende-se por cercas de lei: a) cercas de vão cheio com 7 palmos (mais ou menos 1,50 metros) de altura, com tranqueiras ou palanques amarrados com arames; b) cerca de meio vão, com dois fios de arame farpado por cima; c) cercas de paus verticais com 8 palmos (mais ou menos 1.70 metros) de altura; d) valos com dois metros de largura por dois metros de fundo; e) cercas de arame farpado com 8 fios e de 7 palmos (mais ou menos 1,50 metros) de altura. Atualmente as cercas de arame são de 12 fios ou de tela de arame – mais usada nos dias de hoje.

Quem acessa um criadouro comum pela primeira vez tem um estranhamento em relação à forma como as cercas internas estruturam o espaço de convivência dos camponeses faxinalenses, por desconhecer suas representações simbólicas, seus significados sociais e econômicos. Assim, é necessário ter bastante sensibilidade para compreender a lógica e o modo de vida do campesinato faxinalense para não se fazer uma análise precipitada e concluir que a prática das terras de uso comum está sendo extinta no criadouro comum. Porque, à primeira vista, certos elementos vitais para a manutenção do modo de vida do camponês

faxinalense não são perceptíveis pelos “de fora”. Para que isso não ocorra, é fundamental saber o que as cercas internas cercam, para quem cerca e por que cercam, pois cada palmo de terra cercado e o não cercado têm sua razão de ser no mundo do faxinal, especificamente no criadouro comum.

Na pesquisa de campo, foi possível perceber vários tipos de cercas com valores sociológicos, simbólicos e econômicos no faxinal:

Foto 29 – Cerca de limite do criadouro comum das terras de planta ou plantar

a) **Cerca de limite dos criadouros comum:** é a cerca que define os limites do criadouro comum das terras de planta e/ou delimita o mundo dos “de dentro” do mundo dos “de fora” do faxinal.

Para que se possa compreender o arranjo do espaço no criadouro, faz-se necessário entender o porquê de suas cercas internas materiais e a cerca interna imaterial, por ser imaginária. Nesse sentido, para efeito¹³⁹ desta tese, as cercas internas são as seguintes: cerca de limite de moradia, cerca de desrespeito, cerca de respeito e cerca de limite de quintal.

b) **Cerca de limite da moradia:** é a cerca que delimita o espaço da moradia do

¹³⁹ As denominações dos tipos das cercas em parte não foram expressas na fala dos camponeses, mesmo eles sabendo que elas existem. Como é o caso do tipo da **cerca de respeito**.

camponês faxinalense do espaço das terras de uso comum no criadouro comunitário. Normalmente ele incorpora a “casa de morar”, a cozinha de chão, que é separada da “casa de morar”, o paiol (depósito) de guardar os mantimentos – milho, feijão, mandioca, etc. –, o depósito de guarda dos instrumentos de trabalho – carroça, arado, carpideira, enxadas, facões e outros –, a estrebaria, o galinheiro, o chiqueiro ou mangueirão – para a engorda dos porcos – o jardim;

Foto 30 – Cerca de limite de moradia da camponesa Francisca

c) **Cerca de desrespeito (fecho, feche, fechume¹⁴⁰)**: cerca que individualiza as terras de uso comum, *separando-as* do criadouro comum. O ato de separar para o camponês faxinalense tem o significado de isolamento, que é totalmente diferente de limite, de delimitar. Como afirma o camponês faxinalense Otávio Colaço (Mestre Vico), “eles fazem fecho, [feche, fechume] porque são capitalistas”.

No criadouro comum há quatro (4) tipos de cercas de fecho:

1) **Fecho total** – a cerca que isola totalmente a área que era de terras de uso comum, tornando-a área de propriedade privada para uso individual. Essas áreas foram vendidas pelo camponês faxinalense por várias razões, entre elas pode-se citar a migração para centros

¹⁴⁰ Aqui, podem ser conjugados em todos os tempos os verbos que desrespeitam o modo de vida do camponês faxinalense.

urbanos ou o caso de um membro da família do camponês que não mora no faxinal que recebeu-a por herança e vende para o estranho que não aceita disponibilizar suas terras para a prática de uso comum. Os fechos nos faxinais da Região Metropolitana de Curitiba são feitos por chacareiros, transformando antigas terras de uso comum em chácaras de lazer e/ou transforma-as em terras agrícolas. Como foi o caso de um chacareiro funcionário da EMATER-PR, que adquiriu terras no criadouro comum do Faxinal Salso, isolou-as precariamente para produzir frutas e verduras orgânicas. Em razão da precariedade da construção da cerca de fecho, estão ocorrendo vários conflitos e ameaças a camponeses que criam porcos à solta e a suas lideranças, porque o mesmo não obedeceu às normas consuetudinárias de fazer a cerca de lei, com doze fios de arame farpado e tapumes na parte de baixo para impedir a entrada das criações miúdas (suínos, caprinos e ovinos), como pode ser visto na foto 31.

Foto 31 - Fecho, fecho total no Faxinal Calzinho

2) **Fecho parcial e temporário** — é a cerca de quatro fios de arame farpado que isola parte das terras de uso comum parcialmente, onde é só permitido o acesso aos recursos naturais da área isolada ao gado miúdo (suínos, caprinos e ovinos). Normalmente esse tipo de fecho é feito por camponeses faxinalenses produtores de erva-mate, que realizam

reflorestamento dos ervais com mudas de erva-mate melhoradas (melhor qualidade das folhas, maior produtividade, controle de pragas) desenvolvidas pela indústria ervateira, por um período que seis a oito anos, depois o fecho é desfeito. Também há o caso de um herdeiro do Faxinal Salso, que mora em Curitiba. Ele recebeu dez hectares de terras, nas terras de uso comum, a qual não vende, pois quando se aposentar pretende retornar a morar definitivamente no criadouro, mas fez a cerca de fecho de quatro fios, por entender que o gado graúdo (equinos, bovinos e muares) destrói a floresta, já o gado miúdo (suínos, caprinos e ovinos) limpa a floresta.

Foto 32 – Cerca de fecho construído fora das normas consuetudinárias - Faxinal Salso

3) **Fecho de quintal de lavouras** – é a cerca que isola totalmente ou parcialmente a área que era de terras de uso comum para produção agrícola individual do camponês faxinalense. Nesse caso, o camponês geralmente tem pouca terra – própria ou arrendada – nas terras de planta e revolve isolar parcial ou totalmente suas terras do criadouro comum, deixando de partilhar suas terras e recursos naturais com os outros camponeses. Quando o fecho é de toda a área de terra de uso comum, o camponês deixa de fazer parte do faxinal, tornando-se, assim, um camponês produtor individual, mas não capitalista, pois continua a produzir a agricultura para autoconsumo, e o excedente vendido para o mercado regional. Ou,

quando é um camponês integrado à indústria transnacional fumageira, isola suas terras de uso comum para produzir fumo, muitas das vezes como forma de aumentar a produção exigida pela sujeição contratual com a indústria. Nos casos de isolamento parcial das suas terras de uso comum, o camponês continua a fazer parte do criadouro, mas não é bem visto pelos outros camponeses faxinalenses.

Foto 33 – Fecho parcial isolado por herdeiro - Faxinal Salso

4) **Fecho de quintal de florestamento** - é a cerca que isola totalmente ou parcialmente a área que era de terras de uso comum para florestamento de eucalipto ou *pinus*. Nesse caso, o camponês geralmente tem pouca terra – própria ou arrendada – nas terras de planta, e revolve isolar parcial ou totalmente suas terras do criadouro comum, deixando de partilhar suas terras e recursos naturais com os outros camponeses. Geralmente o camponês que faz florestamento de eucalipto é produtor de fumo integrado, que usa essa espécie de árvore como lenha na estufa de fumo, no processo de secagem de suas folhas. Quando faz o florestamento de *pinus*, este é destinado à venda para as indústrias de papel e celulose. As razões e as condições do camponês que isola total ou parcialmente suas terras de uso comum no criadouro comunitário para fazer o quintal de florestamento são as mesmas do camponês que isola para fazer quintal de lavoura. Nesse caso existe uma fração significativa do campesinato faxinalense contrária ao florestamento, principalmente de *pinus* dentro do criadouro comunitário. A fala do

camponês Gerson. V, do Faxinal Rio do Couro, expressa muito o pensamento de seguimento, quando afirma que “ta noite, ta escuro de *pinus*. Eu te pergunto quem come *pinus*?”.

Foto 34 – Fecho de quintal de lavoura para a produção de milho e feijão - Faxinal Taquari

Os camponeses faxinalenses compreendem o **fecho, feche, fechume** através de seu movimento social representado politicamente pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (AP). Isto é, há um conflito com o agronegócio, que utiliza o termo para “identificar e agrupar os interesses de origem externa ao faxinal relacionados à produção de *commodities* – milho, soja, *pinus*, gado de corte”. (DOSSIÊ, 2007, p. 14). Ou seja, é a disputa das terras da fração do território comunitário camponês do faxinal pelo desenvolvimento do modo capitalista de produzir no campo, quer seja pela territorialização do capital, via agricultores capitalistas produtores de *commodities* de milho, soja e outros; ou pela indústria de papel, papelão e celulose; ou pela monopolização da fração do território comunitário camponês faxinalense através das empresas integradoras produtoras de carne de frango, indústrias ervateiras, e empresas transnacionais fumageiras.

d) **Cerca de respeito** — é a cerca cuja tipologia tem como base a “picada de respeito”, categoria elaborada pela antropóloga Bernadete A. C. Castro Oliveira, em sua dissertação sobre “Os posseiros da Mirassolzinho” (1991). É a cerca imaginária que está esparramada por

todas as terras de uso comum dos criadouros comuns ou comunitários da fração do território comunitário camponês faxinalense. O seu símbolo é um **marco**, que normalmente é feito de madeira. Para ele convergem linhas imaginárias – cerca de respeito – de todos os sentidos dos pontos cardeais como limites simbólicos da propriedade das terras de uso comum – propriedade privada ou posse de terras devolutas – respeitado por todos os camponeses, que a conservam através de práticas sociais, em consenso, por normas costumeiras essenciais para a existência das terras de uso comum, consequentemente do faxinal

Foto 35 – Fecho de quintal de lavoura para a produção de fumo – Faxinal Barra Bonita

Foto 36 – Fecho de quintal de florestamento de *pinus* – Faxinal Taquari

Foto 37 – Marco de limite da cerca de respeito – Faxinal Salso

Ou seja, cada camponês sabe onde termina e começa os limites de sua propriedade, conseqüentemente, onde começa a propriedade do outro. O fundamental é que as terras de uso comum e seus recursos naturais são usados pelos animais à solta, independente de seus proprietários serem proprietários de terra no criadouro comum.

e) **Cerca de limite do quintal** – é a cerca que separa o quintal das terras de uso comum. Esse é o espaço para a produção de frutas, hortaliças, plantas medicinais e pequenas culturas de autoconsumo. Normalmente o quintal se limita com a cerca de limite da moradia, por isso, muitos erroneamente interpretam o quintal como fazendo parte do espaço de moradia do camponês faxinalense e sua família. Assim como em muitos aspectos da cultura e práticas sociais do campesinato, o quintal reflete a divisão de gênero nas terras do faxinal, porque ele é um espaço essencialmente feminino, como será analisado em seguida.

8.5.2. Quintais no criadouro comunitário

Os quintais que produzem hortaliças, plantas medicinais e frutas, há mais de século fazem parte da paisagem dos criadouros comunitários dos faxinais, os quais não podem ser

confundidos com os quintais de lavouras e florestamento de *pinus* e eucaliptos (fecho), nocivos à prática de terras de uso comum, pois isolam parte das terras do faxinal, com isso reduzindo o espaço do criadouro. Os quintais têm importante papel no fornecimento de alimentos e remédios naturais – caseiros – para os camponeses faxinalenses.

Foto 38 – Cerca de quintal no criadouro comunitário – Faxinal Salso

De acordo com Gabriela S. Gomes; Oliveira, M. e Batista, M. G (2005), os quintais já existiam antes da colonização europeia nas terras brasileiras: os índios Kayapó, assim como vários outros grupos indígenas plantavam espécies medicinais e tubérculos para remédios e sua alimentação. Com base em estudos de Posey (1987)¹⁴¹, cada quintal demonstra os conhecimentos e a “especialização” ou desconhecimento de seus donos. (p. 63)

Os autores afirmam ainda que só recentemente vêm sendo realizadas pesquisas de quintais nas regiões tropicais, inexistindo pesquisas sobre esse tema localizadas nas regiões subtropicais com maior altitude e temperaturas mais baixas, como a ocorrida no bioma da mata com araucária, onde estão os faxinais, mesmo se considerando sua representatividade e importância no criadouro comum, pois, majoritariamente, nas moradias dos camponeses

¹⁴¹ POSEY, D. A. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, D. **Suma Etnológica Brasileira**. V. 1. Etnobiologia, p. 172-185. Petrópolis: Vozes, 1987.

faxinalense existem quintais.

Em razão disso, os autores iniciaram uma pesquisa no campo da Engenharia Floresta em três quintais do Faxinal Marmeleiro de Baixo, no Município de Rebouças. Em 2005, entre os primeiros resultados, “foram encontrados cerca de 55 espécies vegetais, sendo que cerca de 67% possuem como finalidade principal fornecer alimentos e condimentos, 29% são plantas medicinais e apenas 4% são empregadas como ornamentais”. (p.65). Em média, cada quintal possui 40 espécies vegetais, em uma área de 2 litros de terras, o que equivale a 1.240 metros quadrados. Normalmente o quintal é dividido em vários espaços:

Foto 39 – Pomar do quintal da família Colaço (Otávio e Ernestina) – Faxinal Salso

- o **pomar**: é o espaço das frutas, onde estão plantados abacate, ameixa, laranja, limão, tangerina, mimosa e pêsego;

- a **horta de verduras e legumes** é o espaço onde se planta alface, almeirão, barata doce, abóbora, beterraba, cebolinha, chuchu, couve, mandioca, manjerona, e etc.

- a **horta de remédio**: é o espaço onde estão as plantas medicinais, tais como alcachofra, alecrim, arruda, babosa, boldinho, camomila, marcelinha, sálvia e etc.

Entre as plantas ornamentais, existentes nos quintais pode-se encontrar alfaneiro e *cupressus*.

A importância dos quintais na produção de alimentos na complementação da dieta alimentar dos camponeses faxinalenses e de plantas medicinais para a preparação de chás, é comprovada principalmente pela mulher camponesa, pois é ela a responsável direta de cuidar do quintal, com a ajuda ocasional de outros membros da família.

Foto 40 – Espaço de verduras, legumes e plantas medicinais do quintal da camponesa Ernestina Colaço – Faxinal Salso

A pesquisa de Gomes, Oliveira e Batista (2005, *passim*.) confirmou que os quintais não possuem sistema de irrigação; a água para sua irrigação é proveniente de poço, e o método empregado é manual. A adubação aplicada é orgânica, composta de esterço (bovino e equino), palha de feijão, serragem, restos de alimentos, etc. Para o combate a pragas como pulgões, vaquinhas e formigas, são utilizadas “‘água de maçanilha’ (ou camomila), sabão, enxofre, água quente, etc., [...]”. As mulheres camponesas presentes à Oficina Memória de Velhos (2007) afirmaram que raramente são aquelas que usam produtos químicos nos quintais, pois tudo que é produzido no quintal é para o consumo da família. Toda a produção do quintal é natural ou orgânica. Quando há excedente, as verduras são vendidas em forma de conserva, principalmente de pepino.

8.6. PRÁTICAS SOCIAIS COMUNS E RELIGIOSIDADE NO CRIADOURO COMUNITÁRIO

José de Souza Martins (1981) afirmou que, quando se observa uma comunidade rural, ela mostra harmonia mais tênue do que o observador menos atento deixa escapar, porque existe “também uma proporção entre as terras agricultáveis, florestas e pastagens, numa relação de seres vivos com a terra da qual retiram a subsistência”. (p. 144). Ao mesmo tempo em que constitui a “sabedoria camponesa: uma curiosa mistura harmônica de prudência, iniciativa, desconfiança, credibilidade e costume”. (NERONE, 2001, p. 153).

O criadouro comunitário é onde o camponês faxinalense vive seu cotidiano, expresso na divisão do trabalho, na “peleia” diária com os animais criados à solta – complementação da dieta alimentar, cuidar dos animais doentes – e depois parte para trabalhar nas terras de planta, que ficam até 10 km de distância do criadouro. É onde são feitas as combinações da ajuda mútua – mutirão/puxirão, e a troca de dias entre vizinhos, compadres, afilhados e parentes —, que se estabelece pela consciência da interdependência engendrada pelas condições de vida comum, pelo espaço das terras de uso comum compartilhado; e pelas relações de vizinhança, compadrio e parentesco. É também o espaço das manifestações culturais – festas religiosas e pagãs. Compreendo que são esses elementos – práticas sociais – que configuram as relações econômicas, sociais e culturais do modo de vida do campesinato faxinalense. É através dessas relações que o camponês faxinalense sabe e sente quem é “de dentro”, quem pertence ao seu mundo.

Neste sentido, o criadouro comum é o lugar de referência da identidade territorial, um *habitat* onde os camponeses faxinalenses constroem seus *habitus*, de onde se origina — de acordo com suas estratégias de se manterem enquanto camponeses — “as táticas e práticas que formam/transformam esse mesmo espaço, território, isto é, em algo próprio, apropriado material/simbolicamente”. Ou seja, os camponeses faxinalenses têm a capacidade de “imprimir suas marcas a esse espaço de referência identitário, de impor/propor sua ordem de

significação ao que está (e ao que não está) posto” no faxinal, pois a configuração da paisagem na fração do território comunitário do faxinal tem as marcas impressas dessa fração singular do campesinato brasileiro e paranaense. (GONÇALVES, 2003, p. 94).

Dessa forma, serão analisadas algumas dessas marcas impressas no criadouro comunitário, as quais são significativas para a compreensão da identidade territorial camponesa faxinalense. Entendendo a identidade como sendo aquela que, de acordo com Zygmunt Bauman (2005),

(...) só nos é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto; como alvo de um esforço, ‘um objetivo’, como uma coisa que ainda se precisa construir a partir do zero ou escolher entre alternativas e então lutar por ela e protegê-la lutando ainda mais – mesmo que, para que essa luta seja vitoriosa, a verdade sobre a condição precária e eternamente inconclusa da identidade deva ser, e atenda a ser, suprimida e laboriosamente oculta. (p.21-22).

Antônio Cândido (2003), quando caracteriza as formas de solidariedade em *Os Parceiros do Rio Bonito*, remete ao conceito de bairro rural, que é caracterizado pelo trabalho coletivo. “Um bairro poderia, deste ângulo, definir-se como o agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua”. E para ser um dos “de dentro” do bairro, é necessário que convoque e seja convocado para participar dos trabalhos de ajuda mútua, que é compreendida como uma obrigação bilateral, como elemento que sustenta a “sociabilidade do grupo, que desta forma adquire consciência da unidade e funcionamento”. Um dos elementos que expressa a sociabilidade de uma “sociedade caipira” é o mutirão, “cuja origem tem sido objeto de discussões”. No faxinal, a prática de ajuda mútua recebe as denominações de puxirão, puxirun, puxirin e outras.

Em 1818, encontrou-a D’Alincourt, arraigada e corrente, entre Jundiá e Campinas, [...] numa casa, em que, nesta ocasião havia um grande número de pessoas, d’ambos os sexos; por ser costume juntarem-se muito para o trabalho, a que chamam muchiron, na linguagem indiana; e assim passam de umas a outras casas, à medida que vão findando as tarefas: o trabalho consiste em prepararem e fiarem algodão, e fazerem roçados para a plantações. Desta sorte se empregam a gente pobre, nos meses de setembro, outubro e novembro; e as noites passam-se alegremente com seus toques e folias. (p. 87-88).

As práticas costumeiras do puxirão nos criadouros comunitários ocorrem em várias ocasiões, como já citadas anteriormente, para a construção e manutenção das cercas que limitam os criadouros das terras de planta ou plantar, na limpeza – roçado – dos sub-bosques para o melhor crescimento das gramíneas – importante na alimentação do gado graúdo –, na construção e conservação das estradas internas e pontilhões do criadouro e na conservação das margens das estradas externas que dão acesso ao criadouro comunitário. Todas essas tarefas são de interesse coletivo. A alimentação é feita também em mutirão.

Foto 41 – Puxirão para cancheamento de erva-mate – Faxinal Salso.
Fonte: Ivan Colaco

Nos criadouros comunitários onde a produção de erva-mate já não é mais produzida em quantidade suficiente para ser colocada no mercado ou de acordo com depoimento de vários camponeses, a extração é realizada em mutirão, de acordo como foi analisado anteriormente.

Até os dias atuais são realizados puxirões para beneficiar um vizinho, compadre ou parente, praticamente nos mesmos moldes e atividades descritas por Cândido (2003), no Município de Bofete – SP.

Consiste na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. Geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o

beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliarem. Este chamado não falta, porque é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão-de-obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal. (Ibid., 88).

Assim, como há puxirão, principalmente no período de colheita do milho, feijão e arroz, quando um vizinho adoece, muitos se juntam para fazer a sua colheita. E, depois da organização da Articulação Puxirão dos Povos dos Faxinais, quando algum membro da Coordenação Executiva viaja a interesse do movimento social dos camponeses faxinalenses, deixa de realizar alguma tarefa em suas terras de planta – carpina, semeadura, colheita –, é realizado puxirão para que ele não tenha prejuízo em sua produção. Nestes dois casos, a alimentação é por conta de cada participante. (Ver Mara 8 - Práticas Sociais Comuns, p. 691).

Foto 42 – Preparação do fogo para um churrasco depois do puxirão comunitário –

Os informantes de Cândido (2003) afirmaram que no mutirão “não há obrigação para com as pessoas, e sim para com Deus, por amor de quem serve o próximo: por isso, a ninguém é dado recusar auxílio pedido”. Ou “é tempo de caridade”. (Ibid., 89). O camponês Honorato T. Ferreira, do Faxinal Salso, afirma que puxirão “é bom, né? Sem ajuda ninguém vive, né? Dá união entre as pessoas, é bom”.

Foi possível observar, durante todo o período de pesquisa de campo, o costume do

camponês faxinalense de receber um estranho “de fora” de seu mundo, no alpendre de sua casa – parte aberta com cobertura – para conversar e tomar chimarrão. O “de fora” só ultrapassa esse espaço quando é convidado. Os mais próximos são convidados a entrar na varanda – sala de jantar – onde são servidas as refeições dos convidados, a sala – atualmente composta com sofá, aparelho de televisão, os retratos dos antepassados e outros objetos – e aos mais íntimos os outros cômodos da casa.

Os passeios noturnos dentro do criadouro são realizados pelos mais jovens, que visitam os outros para combinar idas a festas, passeio na cidade, jogos de futebol e outras atividades. No Faxinal Salso, “ir à vila”, “foi na vila” significa ir à cidade de Quitandinha. Para os camponeses do Faxinal Salso, “ir” ou “foi na cidade” se referem a outras, como Mandirituba, Rio Negro, Lapa, etc. Com a chegada da televisão, os mais moços, na sua maioria, ficam em casa, os homens assistindo a telejornais e as mulheres assistindo a novelas.

Foto 43 – Casa com alpendre onde são recebidos os “de fora” – Faxinal Salso

Os mais velhos, quando a saúde lhes permite, continuam com o costume de sair para visitar os vizinhos, compadres, prosear, contar *causos*. As estórias e histórias mais contadas continuam sendo as dos bichos ferozes, das almas penadas, do boitatá – a bola de fogo – dos

santos, principalmente do monge, profeta e curandeiro João Maria. O camponês Isidoro Colaço, de 80 anos de idade, um dos defensores do criadouro, misto de benzedor de animais e contador de *causos*, do Faxinal Salso, possui uma memória privilegiada, suas lembranças sobre o passado do faxinal são muito lúcidas. Os *causos* favoritos do Senhor Isidoro são do boitatá. Ele jura que, antes da construção da BR-166, nas vezes em que era chamado para curar os animais de amigos, compadres em outros criadouros, quando retornava, normalmente à noite, depois de tomar alguns goles – de preferência de cerveja –, era acompanhado pela bola de fogo, que clareava todo o caminho até chegar à parte mais elevada do criadouro, e que depois de estrondo desaparecia. Até hoje, os *causos* do Senhor Isidoro são ouvidos atentamente pelos mais jovens. Seu sobrinho Carlito Taborda define o Senhor Isidoro: “o tio foi muito namorador, nunca se casou, até hoje gosta de tomar uma cerveja, gosta de contar *causos*. Dos que mais gosto de ouvir são as histórias das namoradas e do boitatá. Esse meu tio é uma figura, tem cada história”.

Foto 44 – Camponês Isidoro Colaço, benzedor e contador de *causos*

As práticas das rezadeiras, benzedadeiras, curadores, costureiras – costura de machucadora – e parteiras continuam a ter um papel importante no modo de vida, no cotidiano dos camponeses faxinalenses. As mulheres camponesas que detêm esses

conhecimentos criaram a Associação Aprendizes da Sabedoria de Medicinais e Agroecologia (ASA), com o objetivo de preservar estas práticas, consideradas como patrimônio imaterial, bem como lutar pelo seu reconhecimento como saber tradicional e ético e resistir contra os preconceitos que desprezam seus dons, preservando-se da repressão por parte dos órgãos públicos e muitos setores das igrejas, que combatem de forma a tentar criminalizar estes ofícios e dons. Tais preocupações são refletidas na Carta do I Encontro Regional das Rezadeiras, Benzedeiras, Curadores, Costureiras e Parteiras, que contou com a presença de representantes desses ofícios de onze municípios da Região Centro, Centro-Sul do Paraná, em 6 de setembro de 2008, na cidade de Irati, PR.

Em 2008, foi publicado o fascículo: “Faxinalenses: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura”, como parte da Nova cartografia social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil, série Faxinalenses do Sul do Brasil, onde foram mapeados temas como formas de organização, ofícios tradicionais, ervas medicinais dos quintais utilizadas como remédios, sementes crioulas, práticas de produção de horta de remédios, pomadas, xaropes, sabonetes e tinturas; práticas tradicionais de cura utilizadas – simpatias, defumação, oração, benzimento e costura machucadura –, ameaças às práticas e ofícios tradicionais – falta de interesse dos jovens, repressão das igrejas, repressão dos médicos, preconceito e desvalorização – e conflitos pelo acesso e uso dos recursos naturais – desmatamento, excesso de criação, soja transgênica e utilização de venenos.

As mulheres camponesas, em depoimentos nas oficinas de elaboração do fascículo “Faxinalenses: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura”, definem as aprendizes da sabedoria assim: “São mulheres que são Faxinalenses, que trabalham em grupo e estão fazendo os remédios caseiros, de ervas. Também fazemos xampu, sabonete, específico. Também tem gente que faz simpatia, específico, resgatando o que ficou para trás que os mais novos não dão importância para que continue”. (Rocha Cordeiro/Rebouças, setembro 2007).

Ou, ainda: “Somos um grupo de mulheres que estamos na comunidade aqui do faxinal, fazemos de tudo um pouco, trabalhamos com remédios, pomadas, com específicos, com tudo essas coisas que é de plantas medicinais”. (Ana Maria Berger, Faxinal do Rio do Couro/Irati, outubro 2007) e “Somos as faxinalenses, não só as faxinalenses, tem muita pessoa que tem esse dom, pessoas procuradas para tratar a saúde na comunidade” (Helena de Jesus Rodrigues, Faxinal dos Seixas/São João do Triunfo, novembro 2007).

Foto 45 – Dona Heleninha, Benzedeira, exercendo seu dom de cura no II Encontro dos Povos dos Faxinais, 2007

Conforme os participantes das oficinas para a elaboração da Nova cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil – Povos dos Faxinais, são considerados como práticas sociais comuns na fração do território comunitário camponês do faxinal, como forma de preservação do seu modo de vida do campesinato faxinalense, as práticas de produção no Monjolo – moinho de água que é acionado por uma roda localizada em uma queda d’água para trituração de milho, para produção de canjica e farinha —, carijó para o sapecamento da folha verde da erva-mate (ver foto 41), farinheira – casa de farinha – indústria rural para a produção de farinha de mandioca, produção da agricultura com o método da agroecologia,

produção de mel, produção de cerveja caseira e o uso de tração animal na produção agrícola. E, como prática de preservação do faxinal, além da prática de mutirão/puxirão, a preservação das matas e florestas. (Ver Mapa 8 – Práticas sociais comuns, p. 697).

Mapa 8 – Práticas Sociais

8.6.1. Religiosidade: festas de santos e rezas

A religiosidade na fração do território comunitário camponês faxinalense se reflete em um mosaico de religiões praticadas pelos camponeses herdadas de seus antepassados, destacando-se nesse mosaico quatro tipos:

a) **catolicismo romano** (do rito latino) trazido pelos portugueses, no período de ocupação/colonização das terras brasileiras, transmitida pelos jesuítas;

b) **catolicismo ortodoxo** (do rito grego) trazido pelos camponeses ucranianos imigrantes, no período de consolidação do faxinal;

c) **catolicismo romano** (rito latino) praticado pelos camponeses poloneses imigrantes;

d) **catolicismo popular** praticado nos faxinais que receberam influência direta dos dois monges, João Maria e José Maria, através dos camponeses que conseguiram escapar do genocídio da Guerra do Contestado. E naqueles faxinais onde não houve a presença desses camponeses, a prática do catolicismo popular recebeu a influência direta desses monges. Em suas passagens por vários faxinais, eles deixaram as marcas de suas presenças através das cruzes de cedro, dos olhos d'águas e acampamentos de São João Maria. Não se pode esquecer que atualmente existe também a presença das igrejas evangélicas pentecostais e outras nos criadouros comunitários.

Privilegiei na análise sobre a religiosidade dos camponeses faxinalenses o catolicismo popular, por compreender que sua prática se desdobra na Dança de São Gonçalo, Bandeira do Divino, rezas e festas do santo, que se manifestam em vários criadouros comunitários, como forma de preservação do modo de vida dessa fração do campesinato paranaense.

Carlos Rodrigues Brandão (1986) afirmou que, entre as práticas sociais, a religiosa é possivelmente a que mais afirma sua legitimidade porque é uma opção espontânea. E que essa legitimidade é construída através de um mapa simbólico, “com traçado de limites e de

oposições: primeiro, para separar o território do sagrado do território do profano; depois, para dividir, dentro do primeiro, regiões, províncias e vizinhanças”. Esse mapa religioso imaginário é guardado na memória por todos aqueles de uma forma ou de outra são responsáveis por preservar, ampliar, massificar a religião que professam: “revê quando é preciso e usa quando pretende estabelecer” a legitimidade da religião que escolheu. (p. 228).

Foto 46 – Igrejas das três religiões (catolicismo romano, ortodoxo e popular) mais praticadas na fração do território comunitário camponês faxinalense

Quando o autor fez um mapeamento da localização das religiões no seu recorte espacial objeto de sua pesquisa, o Município de Itapira, SP, afirmou que os católicos oficiais, os protestantes e espíritas construíram seus templos matrizes no centro e nos bairros de cima; poucas eram as religiões que construíram seus templos (filiais) nos bairros de baixo e no espaço rural. O catolicismo popular praticado pelo camponês está localizado nos sítios e nos bairros de baixos. Nesses lugares, o catolicismo popular foi trazido por agentes religiosos que migraram para esses bairros, com “exceção de alguns negros, raros entre os antigos trabalhadores agrários de sua própria etnia. Os bairros de baixo dão lições de ecumenismo”. (Ibid., 35).

Esse mesmo mapeamento dos bairros de baixo pode ser visualizado no faxinal, pois tanto o catolicismo ortodoxo – do rito grego – quanto o catolicismo romano – do rito latino – só se territorializaram nos faxinais por exigência, em alguns casos pelo clamor de seus

adeptos, como os camponeses poloneses e ucranianos que escreviam cartas às autoridades eclesiásticas de seus países de origens pedindo a presença nas suas colônias de um padre polonês ou ucraniano (ver trechos dessas cartas no capítulo VII). Enquanto isso, o catolicismo popular foi se esparramando pelo faxinal através dos negros, índios, cafuzos e depois caboclos que construíram esse território, mesmo ele sendo a combinação do “sistema simbólico” do camponês, com elementos mais ou menos “fragmentados das regras de práticas devocionais da Igreja Católica”. (Id., 1985, p. 34) Nesse sentido também contribuíram os camponeses seguidores e crentes dos monges João Maria e José Maria, no período de sua consolidação, ao mesmo tempo em que consolidaram as práticas e rituais do catolicismo popular que continuam sendo praticados até os dias de hoje.

Brandão (1985) faz um esclarecimento sobre a religião católica popular praticada pelos camponeses de Itapira, SP, o qual considera pertinente transcrever, mesmo que não seja aceito por muitos pesquisadores do tema.

Em primeiro lugar, ela não é um aglomerado pitoresco de crendices e práticas mágico-religiosas, mas, ao contrário, constitui um sistema coerente e complexo – possivelmente mais complexo do que o do próprio catolicismo erudito – de crenças e práticas do sagrado, combinadas com agentes e trocas de serviços. Em segundo lugar, ela não é uma criação religiosa exclusiva e isolada dentro de uma cultura camponesa, mas, ao contrário, retraduz para a sociedade caipira dependente, segundo os seus termos, o conhecimento e a prática erudita da religião dominante. (p. 32).

Esta afirmação vem se confirmar em um diálogo do segundo Monge João Maria com o Padre Rogério Neuhaus, os quais tiveram uma longa discussão teológica. O Monge, a certa altura, disse ao padre que sua reza vale tanto quanto uma missa, e que todas as suas crenças e práticas religiosas se baseavam na Sagrada Escritura, da qual ele possuía um exemplar, que seria “da boa, e não a dos protestantes”. (QUEIROZ, 1966, p. 48).

Brandão (1986), quando pesquisou a procedência dos religiosos de Itapira, afirmou que os grandes latifundiários, donos do poder local, entendiam que o poder político tinha que estar nas mãos da elite local, mas os padres, os profetas poderiam ser de fora. “A regra tem raras exceções entre os funcionários das religiões eruditas e nem sempre se aplica entre os das

populares”. (p. 25).

Os rezadores camponeses eram originários de suas próprias comunidades, nascidos e criados nelas, ou “chegados de perto há muito tempo”. Com exceção do que o autor designou de “senhores do mistério”, que eram os curandeiros, mães-de-santo, feiticeiros, que, mesmo nascidos na comunidade rural, migraram, aprenderam os ofícios e retornaram transformados em especialistas a serviços de todos. Por outro lado, os rezadores, “dirigentes de grupos rituais católicos e benzedeiras de roça, aprenderam os ensinamentos do catolicismo popular quase sempre no próprio lugar do seu exercício religioso”. Quando não nasceram na própria comunidade, eram de comunidades vizinhas e reconhecidos como tais: “Os sacerdotes da religião popular apenas produzem, com maiores efeitos, as palavras e os gestos de um ensinamento religioso difundido na roça e que aos poucos se perde pela periferia da cidade”. Os seus conhecimentos não são como o saber estranho do padre, mas apenas dominam, “mais e melhor, as rezas que todos os outros adultos aprenderam a responder. Eles nunca inovam as variações de seus repertórios de rezas, contos e “gestos rituais de que a assistência de fiéis participa de maneira ativa e iniciada. (Ibid., p.35-38)

Os rezadores e rezadeiras estão espalhados em quase todo o faxinal, principalmente nos criadouros comunitários onde predominam os descendentes da etnia cafuza e cabocla, como se pode verificar no Mapa 9 – Religiosidade, (p.718).

O catolicismo popular no Faxinal Salso consiste nas seguintes práticas: todas as quartas-feiras, novena; sextas-feiras, terço da misericórdia; domingos, cultos; e uma vez por mês, reza de terço e encontro de reflexão. Também se pode verificar que quem dirige essas práticas não é só um grupo de especialistas (ministro da eucaristia), mas são divididos entre vários grupos familiares. Existem pelo menos quatro grupos familiares que se revezam semanalmente na direção dos rituais na Sala de Catequese e Centro de Orações Senhor Bom Jesus, que foi construído em 2002, em regime de puxirão, onde participaram todas as famílias

camponesas que professam a religião católica, desde a aquisição do material de construção até sua edificação. Antes, todos os ritos eram realizados na casa da família que iria dirigir os terços, as rezas e os cultos dominicais. Na atualidade, a Sala de Catequese é utilizada por todas as famílias camponesas, independente da religião que professa, para realizar reuniões, assembleias da associação comunitária e oficinas de cartografia social e outras atividades de interesse do faxinal.

Durante mais de quatro anos de convivência com as famílias camponesas do Faxinal Salso, tive a oportunidade de registrar a participação de várias famílias em seis romarias ao Santuário Nacional de Nossa Senhora da Aparecida, na cidade de Aparecida do Norte, SP, depois de receberem a bênção, em praça pública, do Padre da Igreja local, e partirem em ônibus fretados exclusivamente com essa finalidade.

Foto 47 – Sala de Catequese e Centro de Orações Senhor Bom Jesus e seu interior – Faxinal Salso

Também foi registrada a participação de alguns ministros da eucaristia em encontros de preparação para o exercício de função, patrocinados pela Diocese de José dos Pinhais, à qual a Igreja Católica está vinculada.

Neusa de Fátima Mariano (2007), em seu trabalho sobre a Festa do Divino Espírito Santo em Mogi das Cruzes, SP, apoia-se em Henri Lefèbvre¹⁴², para mostrar o significado da

¹⁴² LEFÈBVRE, H. **Metafilosofia**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

festa no passado e no presente, utilizando-se do conceito de “resíduo”, de Lefèbvre, no sentido de “resistir”, por estar fora do modo capitalista de produção e suas estruturas e subestruturas, como se fosse o ponto de partida que desperta, mobiliza a esperança de uma transformação do cotidiano. O “resíduo é, ele próprio, criação, a esperança da transformação, (...). A diversidade dos resíduos e seu caráter residual só têm sentido nos e pelos sistemas que tentam reabsorvê-los”. Nesse sentido, também apoiada em Michael Löwy ¹⁴³, a autora afirmou que aqueles pesquisadores que se apropriam do conceito de resíduo para analisarem seus estudos “representariam um novo romantismo ou o romantismo revolucionário, ou ainda, se se quiser, o marxismo romântico. (...), o novo romantismo implica a contradição e envolve, ainda que virtualmente, a revolta, conferindo-lhe um caráter antiburguês e subversivo”. (p. 23-24).

Apoiada também em Löwy, destacou que o marxismo romântico está presente na arte, na literatura e em outros ramos da ciência, mas tem como objetivo principal a crítica ao modo capitalista de produção. Nos estudos agrários, são destacadas as pesquisas de José Carlos Mariátegui, que tem no seu âmago o sistema produtivo e as tradições comunitárias do campesinato, os vestígios do comunismo incaico, onde é apontado um socialismo revolucionário. O que quer dizer que é necessário se buscar nos antepassados as mais antigas tradições do campo, os elementos residuais que possam dar subsídio para ocorrer a transformação radical da sociedade moderna agrária, cuja base está alicerçada no modo capitalista de produção. Este processo deve ser feito de tal modo que não signifique o retorno ao passado, mas, “pelo contrário, que o romantismo revolucionário direcione a sua visão para o futuro utópico, para o devir”. Nessa perspectiva, a autora reivindica o “princípio esperança”, conceito cunhado por Ernst Bloch¹⁴⁴, outro autor considerado marxista romântico, para analisar a Festa do Divino, entendendo que existe uma parte do homem que não deixa morrer

¹⁴³ LÖWY, M. Marxismo e romantismo em Mariátegui. In: **Teoria e Debate**. Abo 12, nº 41, p. 38-45, mai/jun/jul., 1999

¹⁴⁴ BLOCH, E. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contaponto, 2006.

resíduos de lazeres “mais plenamente realizados, datados dos tempos antigos, de épocas pré-capitalistas”, dificilmente incorporados pelo modo capitalista de produção. Nesse sentido, as festas e rezas dos santos que ocorrem nos faxinais contêm a presença de resíduos de “tempos pretéritos, de sociabilidades propiciadoras do encontro, da contestação, [...], a festa é explosão das forças acumuladas no cotidiano” (Ibid., p. 24-25)

Os camponeses faxinalenses descendentes de cafuzos e caboclos têm a cultura de rezas e festejar os seus santos prediletos, entre eles, o Senhor Bom Jesus, São Benedito, São Francisco, Santo Antônio, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Luz, São Sebastião e outros.

Em agosto de 2006, acompanhei a reza e festa do Senhor Bom Jesus, organizada pelo “dono da reza”, camponês Bernardino Pinto Machado, 83 anos, “nascido e criado no Palmital dos Pretos”, descendente de quilombola, no Faxinal Sete Saltos Baixo, no Município de Ponta Grossa, PR. Ele realiza a reza e festa há mais de 40 anos, herdada de sua mãe Ana Pinto Machado, que, por sua vez, herdou de seus avós. Há 10 anos que o Senhor Bernardino se mudou do antigo Faxinal Palmital dos Pretos – de origem quilombola –, no Município de Campo Largo, cujo criadouro foi fechado no final da década de 90, do século passado, em razão de suas terras serem reivindicadas pelos seus descendentes, como terras de quilombo e atualmente se encontra em processo de reconhecimento pela Fundação Palmares e do governo do Paraná.

A reza e a festa do Senhor Bom Jesus foram divididas em dois momentos: o sagrado – a reza em si – e o profano – antes e depois da reza. No primeiro momento, o profano, o Sr. Bernardino e sua esposa Rosa receberam seus convidados no terreiro de sua casa. Todos os convidados levaram prendas para serem leiloadas em um dos momentos da festa.

Depois de receber todos os convidados, foi iniciado o momento sagrado – a reza em si – que foi celebrada por três capelões e duas rezadeiras. Quem dirige a reza é o capelão nhô

Joãozinho (João Freitas). A reza se constitui de cantos e orações específicos, composta de “Eu pecador me confesso”, comunhão, três orações: Salve Rainha e ladainha (em latim) e Sagrado Coração, continuando com louvações, pedidos de saúde, paz e conforto para o dono da reza, seus familiares e todos os presentes. Essas rezas e pedidos eram respondidos por duas rezadeiras. Os cantos e orações são iniciados pelo capelão dirigente, os demais vão participando alternadamente até entrar a última voz no final da frase, o que a torna de difícil compreensão. A reza e os cantos, em razão das entonações das vozes, são semelhantes a um lamento. Esse momento sagrado teve a duração de 50 minutos, e, nesse ano, não houve a procissão. Após a reza, foi erguido o mastro com a bandeira do Senhor Bom Jesus, ritual que ocorre todos os anos para a troca da bandeira.

Foto 48 – Sr. Bernardino recebendo os convidados e as prendas para a reza e festa do Senhor Bom Jesus – Faxinal Sete Saltos de Baixo

Depois da reza, o Sr. Bernardino ofereceu almoço para todos os convidados presentes, vindos não só do criadouro comum do faxinal, mas de vários povoados, como Bateia, Córregos, Palmital dos Pretos e Sete Salto de Cima – que já foi um faxinal, pois hoje seu criadouro está fechado. Alguns convidados viajaram até 20 km para participar da reza. Antes de ser servido o almoço, o dono da reza agradece a presença de todos e anuncia “que tem

comida para todos, ninguém sai da reza de Bernardino sem comer, é comida abençoada por nosso Senhor Bom Jesus”. A comida é servida dentro de uma ordem: primeiro os capelões e rezadeiras, crianças, seguido do dono da reza e seus familiares, por último, os convidados. O almoço foi servido com a ajuda de três pessoas — homens — que usavam uma toalha com a estampa do Senhor Bom Jesus no pescoço.

Foto 49 – O Dono da reza em frente ao altar com destaque para o quadro do Monge João Maria ao lado de São Jorge

Foto 50 – Reza da ladainha pelos capelões e rezadeiras, no momento sagrado da reza para Senhor Bom Jesus

Foto 51 – Preparação e erguimento do mastro da bandeira de Senhor Bom Jesus

Essas prendas foram leiloadas no segundo momento profano da reza, cujo fruto arrecadado será guardado para custear os preparativos – compras de materiais, como tecidos, plásticos e outros para enfeites do altar e sala onde se realiza a reza – e realização da reza do Senhor Bom Jesus no próximo ano. O leilão é a parte animada, alegre, do momento profano, conduzido pelo gritador do leilão – eram três –, personagem que se destacam por suas presenças, e desembaraço ao ofertar as prendas: “tá bonito, de novo o feijão (...) cinco rear tá muito pouco, tá muito barato uma quarta de feijão por cinco rear... vale mais, o povo veio sem dinheiro (...), dou-lhe uma, dou-lhe duas, ninguém da mais... dou-lhe três.. vendido pru compadre [...]. Vendido pru piá da comadre [...]”, e assim vai animando o leilão até o arremate da última prenda.

De acordo com a fala do camponês Bernardino,

graças a Deus e ao Senhor Bom Jesus, é difícil sobrar alguma prenda, sempre tive saúde e condição de realizar minha reza há mais de quarenta anos, nunca faltou dinheiro pra isso. Quando sobra, eu compro prendas para ajudar em outras rezas da redondeza. Tem mais umas quatro fora a minha.

Os arrematadores das bebidas foram na sua maioria jovens – homens e mulheres – que as ingeriam no local, pois já estavam animadas com as músicas reproduzidas por um aparelho de som, que começou a tocar no início do leilão.

Foto 52 – Almoço oferecido pelo dono da reza aos seus convidados depois do momento sagrado

Foto 53 – Prendas recebidas pelo dono da festa que foram a leilão

Se depender de Angélica Costa Machado, de 13 anos, neta do Sr. Bernardino, a família vai continuar a realizar a reza e a festa do Senhor Bom Jesus: “é muito bonito vê a reza do vô, se puder vou fazer. Venho todo ano de Três Córregos para assistir e ajudar na preparação da festa. [...], eu ajudo na preparação do oratório, na comida, em tudo que a avó Rosa pede”.

Enquanto o pai de Angélica, o camponês Pedro F. Machado, de 43 anos, filho do primeiro casamento do Sr. Bernardino, que ajuda o seu pai na preparação da reza e festa, afirmou que se receber a ajuda dos outros irmãos, pode continuar a fazer a reza e a festa, mas que sozinho não tem condições de continuar porque “é muito apertado”. Ou seja, o camponês

Pedro, que não tem terras, produz milho, feijão, mandioca no Povoado Três Córregos, município de Campo Largo, nas terras de um pecuarista capitalista, de nome João Carlos, que se utiliza de relações de trabalho e de produção não-capitalistas (parceria, familiar) para produzir o capital. O mesmo cede parte de sua terra em forma de parceria – na esfera da produção – ao camponês Pedro, para produzir os produtos anteriormente mencionados e, no final da safra, lhe entrega um quarto da produção. No final do segundo ano que produziu na mesma área, devolve ao pecuarista a área plantada de pasto e assim vem ocorrendo há 8 anos. (OLIVEIRA, 2001, p. 19).

Personagens importantes no momento sagrado da reza e da festa do santo são os capelões e rezadeiras. Os capelões são os que rezam as ladainhas de forma cantada, que são respondidas também de forma cantada pela rezadeiras: os terços, as preces e os pedidos. O capelão nhô Joãozinho, tem 78 anos, nasceu no antigo Faxinal Sete Saltos de Cima, começou a reza com 23 anos, “aprendi de ver os outros rezar. Não tenho estudo nenhum, sou analfabeto puro, (...), comecei a cantar de fino, com os capelões João Belo e Manuel Fidelis.” Além da reza na casa do camponês Bernardino, reza em outras casas para Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora do Pilar, São Sebastião, Nossa Senhora da Conceição e Divino Espírito Santo. E em casas de camponeses que ficam no Faxinal Sete Saltos de Baixo, como no antigo Faxinal Sete Saltos de Cima e Palmital dos Pretos.

A rezadeira Isabel Santana, 62 anos:

“minha mãe começou a me ensinar quando eu tinha 12 anos, pra continuar a missão. Continuei aprendendo com o capelão Joãozinho. [...]. Não tenho estudo, só sei male e male acentar o nome. [...], as ladainha em latim fui decorando, a gente de tanto ouvir os outros, a gente decora, né?”.

Existe uma vasta literatura produzida sobre as festas do Divino Espírito Santo, em várias áreas da ciência: na História, Martha Abreu (1999); na Antropologia, Carlos Rodrigues Brandão (1978) e na Geografia, Neusa de Fátima Mariano (2007), entre outros autores. Além dos estudos dos folcloristas, como Luís da Câmara Cascudo (1962). Mas é nas três primeiras

ciências que as festas do Divino Espírito Santo são analisadas dentro de contextos socioculturais específicos, deslocando o foco dos traços culturais contidos nessas festas para as funções sociais e simbólicas que elas desempenharam (ou desempenham nos dias de hoje) no processo da formação social de determinadas sociedades, como forma de luta e resistência de muitas comunidades na preservação de seu patrimônio imaterial.

A Bandeira do Divino ou Folia do Divino é o início dos vários momentos sagrados e profanos das celebrações dos ritos que ocorrem na Festa do Divino Espírito Santo. Durante meses, as bandeiras ou folias percorrem a cidade e o campo, convocando para a grande festa, representando uma série de regras de hospitalidades entre “os de casa” e “os de fora”, sendo atribuídos distintos papéis ritualísticos para os anfitriões e hóspedes (os foliões).

O símbolo mais importante da folia é a Bandeira do Divino, vermelha com a pintura de uma pomba branca voando no centro, de onde sai um resplendor de raios amarelos circundada por nuvens brancas, representando os símbolos bíblicos da terceira pessoa da Santíssima Trindade, o Espírito Santo. É confeccionada em damasco vermelho vivo, normalmente de dupla face, com formato quadrangular, com 5 palmos de lado – embora existam bandeiras maiores e menores. A bandeira é colocada numa haste em madeira com cerca de dois metros de comprimento, encimada por uma pomba em prata ou latão. A bandeira acompanha a coroa e está sempre presente nas cerimônias litúrgicas da Festa do Divino — instalação do império, novenas, procissão, bênção do padre sobre os alimentos, missa festiva, coroação da imperatriz e na complementação seguem-se os comensais com almoço, festejos populares e baile de encerramento. É considerada uma honra ser escolhido para levar a bandeira nos cortejos.

O tambor ressoa forte e ritmado, quebrando o silêncio do campo. Os sons da viola, rabeca e da alegre cantoria dos foliões ecoam por todos os recantos. Eis que surge, tremulando nas mãos escolhido, a Bandeira do Divino, percorrendo casa por casa, como manda a tradição,

pedindo oferenda – doação de alimentos, prendas e dinheiro – para fazer a sua Festa, abençoando o homem, a mulher, a criança, o doente e a criação, com a cantoria afinada, entoando versos atuais, algum fato da família e da comunidade. Após várias entoadas, versos desejando prosperidade, felicidade, paz e saúde, a família visitada agradecia a todos os componentes da bandeira. Na saída, um verso de despedida finaliza a apresentação. Os moradores da casa visitada antes da saída beijam as fitas da bandeira e fazem o sinal da cruz em respeito à Bandeira do Divino. Iluminando por onde passa, dá alento a quem precisa, enternecendo os corações, e segue em frente pela estrada afora anunciando a Festa do Divino Espírito Santo. (NERONE, op. cit., p. 172-174).

De acordo com Mariano (2007), a festa do Divino Espírito Santo, no catolicismo, é celebrada no dia de Pentecostes, cinquenta dias após a ressurreição de Cristo, “assim como Jesus havia anunciado”. Para os judeus, “Pentecostes é o dia em que se celebra a colheita realizada cinquenta dias após a chegada de Moisés com seu povo na Terra Prometida; são as primícias oferecidas em agradecimento a Deus pela terra e pela colheita farta”. (p. 38).

A autora compreende que possivelmente esteja na celebração judaica um dos elementos importantes presentes na Festa do Divino até os dias de hoje, que é a fartura, mas isto talvez seja muito simplificado para explicar o significado do ato de todos comerem juntos com fartura na celebração da festa.

Acredita-se que esta fartura deva ter um fundamento outro baseado em costumes antigos, e faça parte de um conjunto de elementos que compõem a Festa do Divino ainda hoje. A Festa traz muitas representações para além da Bíblia, como o Império do Divino, o Cetro e a Coroa, o Imperador do Divino, etc., que remetem a uma realeza europeia e que aparecem junto com os símbolos litúrgicos: a pomba branca sendo o próprio Espírito Santo, a cor vermelha das bandeiras representando as “línguas de fogo”, os sete dons do Espírito Santo, atribuídos pelo apóstolo Isaías. (op. cit. p. 39).

Sendo que, no Brasil, a maioria das festas populares tem suas raízes históricas nas festas religiosas ou não, na Península Ibérica, principalmente nos usos e costumes dos colonizadores portugueses. No período colonial, as festas religiosas eram uma forma de manifestação da fé e se caracterizavam como encontro e comunicação “durante a pausa do

trabalho árduo”. (Ibid., p. 47).

De acordo com a autora, a Festa do Divino vem se realizando desde o século XVII, por ser o período que se torna mais evidente em Nossa Senhora de Nazaré de Cachoeira (MG), Pindamonhangaba e Salvador (BA), a partir do século XIX, são encontradas evidências de sua existência em várias partes do Brasil, como no Rio de Janeiro, Espírito Santo, Maranhão, Goiás, [Santa Catarina e Paraná]. (Ibid., p. 49-58).

É possível que a Festa do Divino ou Bandeira do Divino no faxinal seja praticada desde sua formação, em especial naqueles de gênese cafuza e cabocla, assim como nos que a presença dos camponeses rebeldes que escaparam da Guerra do Contestado e participaram de sua consolidação, bem como naqueles em que foram registradas as presenças dos monges João Maria e José Maria. Os monges teriam deixado uma contribuição significativa para a prática da Festa do Divino porque a religiosidade dos camponeses rebeldes era marcante, e se expressava na forma do quadro santo, realizados diariamente em todos os redutos ou cidades santas. Assim como as festas religiosas eram a oportunidade de expressar a alegria contida no catolicismo popular. Também é possível afirmar que há uma conotação simbólica entre a bandeira do divino – vermelha com a pompa branca – e a bandeira branca – com a pompa vermelha – usada pelo segundo Monge João Maria para passar nas feridas dos soldados maragatos, que lutaram ao lado de Gumercindo Saraiva, na Revolução Federalista, com o intuito de curá-los. Aliás, a bandeira branca com a pomba vermelha no centro foi o símbolo do “Exército dos Anjos” (composto pelos camponeses rebeldes) na Guerra Santa de São Sebastião durante a Guerra do Contestado.

Dos 11 faxinais que participaram das oficinas de cartografia social, 5 realizam em seus criadouros comunitários a Festa do Divino ou Bandeira do Divino e, em todos eles, a presença dos monges está marcada pela existência da cruz de cedro, olho d’água ou de acampamento do São João Maria, excetuando o Faxinal do Salso, em que a “cruz santa” está localizada no

Faxinal Cerrinho, a 10 km de distância. (Ver Mapa nº 9 – Religiosidade, p.719). Infelizmente durante a pesquisa de campo não tive a oportunidade de participar de nenhuma Festa do Divino nos faxinais para realizar uma análise comparativa do rito entre a Festa em Mogi das Cruzes (SP), estudada por Mariano (2007), para avaliar suas diferenças entre a realizada por camponeses e outra por uma mistura de classes, a qual hoje tem um vínculo muito forte com a festa espetáculo, em que se tem um emaranhado de interesses comerciais.

As festas dos santos padroeiros são realizadas praticamente em todos os criadouros comuns, desde os faxinais dos descendentes de poloneses, ucranianos, cafuzos e caboclos. Cada santo padroeiro, protetor que identifica cada faxinal, é festejado em data a ele consagrada. “A fim de fixar a continuidade entre os diversos momentos e situações que, articuladas à consistência e significado do passado, organizam os fragmentos dos fatos dentro de um projeto de assegurar a identidade do grupo”. (NERONE, op. cit., p. 155).

A Dança de Gonçalo, por sua vez, é uma prática religiosa de origem portuguesa difundida no Brasil, sendo mais conhecida na Região Nordeste. No entanto ela vem sendo praticada há muitos anos nos faxinais. É um rito rígido e de penitência, em que se deve obedecer a suas regras para que as graças pedidas sejam alcançadas. Normalmente os participantes são pessoas casadas, viúvas e solteiras maiores de idade. As pessoas viúvas e solteiras participam da dança em razão de São Gonçalo ser considerado um santo casamenteiro, além de outras atribuições que lhe são dadas.

Wellington de Jesus Bonfim (2006) afirmou que existem muitas versões sobre a vida de São Gonçalo do Amarantes, entre elas a de que São Gonçalo era um frade dominicano que viveu na cidade de Amarantes em Portugal, nasceu em 1187 e morreu em 1259, sendo beatificado pelo Papa Júlio II. O Rei de Portugal, D. João, logo depois de sua canonização, teria se tornado devoto do santo, com isto espalhou o culto ao santo por todo o país, em especial na Região Norte de Portugal. No período da colonização, alguns jesuítas trouxeram a

devoção ao santo para o Brasil, a qual foi se espalhando por várias regiões do país. (p. 48). De acordo com Christiane Rocha Falcão (2006), como manifestação popular, a Dança de São Gonçalo ocorreu no Brasil em Salvador (BA), registrada por um viajante francês. (p.3).

Existem várias lendas sobre o santo, entre elas, a de que, quando jovem, foi marinheiro e tinha um espírito farrista, pois seu trabalho era tocar viola e dançar com as prostitutas no porto do Rio Tâmega em Amarantes; com isso, impedia que elas exercessem seu ofício, livrando-se, assim, dos pecados. (BONFIM, op. cit., p. 49).

O fato de ser lenda ou não, a fama de santo casamenteiro, milagreiro chegou ao Brasil, onde é cultuado de várias formas, seja em Festa, Dança, Romaria, Penitência, Reza, Jornada, Roda, ou outras formas de devoção ao santo em todas as partes do Brasil. O autor destaca a “Romaria de São Gonçalo” realizada no Município de Cerro Azul (PR), dividida em dois momentos: a reza – sagrado – e a festa – profano.

Na primeira parte, é destacado o caráter religioso do culto, salientando alguns pontos do meio social: “o festeiro”, em que o pagador da promessa pede a todos os presentes que se abstenham de fumar durante a cerimônia, assim como rir e ficar de chapéu na cabeça. Recolhe todas as facas e armas de fogo que sejam portadores os devotos, pois o seu porte não condiz com uma cerimônia religiosa em homenagem ao um santo tão milagreiro. (Ibid., p. 53)

Depois disso, começa a reza, em que os participantes não se tocam durante a dança, não trocam palavras, não riem, conservam-se compenetrados. A dança é realizada com fervor, devoção e respeito como penitência, fazendo-se pedidos de cura de doenças, pagamento de dívidas ou agradecendo-se por uma graça recebida.

O autor afirmou que os conceitos de “promessa”, “proteção”, “pedido”, “milagre” e “mostrar respeito” fazem parte das crenças e práticas religiosas do catolicismo popular no campo do Brasil. Apoiando-se em Carlos Rodrigues Brandão¹⁴⁵, alguns interstícios estão contidos nestes conceitos, como “sistema de símbolos e ideologia religiosa no catolicismo popular”. O caso do conceito de promessa tem o significado de dádiva, “para indicar a relação

¹⁴⁵ Brandão, C. R. **Sociedades de viola, rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais**. Petrópolis: Vozes, 1981.

de troca existente no culto a São Gonçalo na cidade de Atibaia em São Paulo”. A Dança de São Gonçalo é encontrada em outras regiões de São Paulo, em especial, nos municípios produtores de cana-de-açúcar, possivelmente preservadas suas funções em todo o seu simbolismo e sua sequência ritual”. (Ibid., p. 54-55).

O rito da Dança de São Gonçalo praticada nos criadouros comunitários nos faxinais não tem variações significativas de um criadouro para outro, pois normalmente quem organiza a função, administrando todo o processo necessário à realização do ritual, é o promesseiro. A dança pode ser realizada dentro de casa ou em local aberto – no terreiro da casa do camponês faxinalense promesseiro –, onde monta um altar com a imagem deste santo e outros de devoção do camponês. Em frente a este altar é que se desenvolve toda a dança. Os participantes da dança se organizam em duas filas, uma de homens e outra de mulheres, voltadas para o altar. As duas fileiras são encabeçadas por dois violeiros – mestre e contamestre –, que dirigem todo o ritual. A dança é dividida em partes chamadas “volta”, cujo número varia entre 5, 7, 9 e 21. Nos criadouros comunitários a dança se realiza em cinco “voltas” com nomes especiais como **desponta**, **marca-passo**, **parafuso**, **confissão** e **casamento**. Em cada “volta” é feito um intervalo pelo promesseiro que oferece comida para os participantes.

As “voltas” se desenrolam com os violeiros cantando, a duas vozes, loas a São Gonçalo, enquanto que os participantes dançam, sapateando na fila em ritmo sincopado, dirigem-se em dupla até o altar, beijam o santo, fazem “genuflexão” e saem sem dar as costas para o altar, ocupando os últimos lugares de suas filas. Assim se procede até a última “volta”. Cada “volta” não tem um tempo determinado para ser concluída, dependendo do número de participantes. Depois da última “volta”, forma-se uma roda em torno do promesseiro, que sai dançando levando o santo do altar. Todos os presentes dão vivas ao São Gonçalo, agitando lenços brancos. (NERONE, Ibid., p. 174-176; BONFIM, Ibid., p.55-58; FALCÃO, Ibid., p. 4-7).

Foto 54 – Dança de São Gonçalo realizada no II Encontro dos Povos dos Faxinais

Nerone (2000) descreve detalhadamente todo o ritual da Dança de São Gonçalo no Faxinal Marmeleiro de Baixo, no passado, como se não fosse mais praticada, o que não é verdade, como se pode verificar no Mapa 9 – Religiosidade, (p. 719). Naquele faxinal, foi registrada a existência da dança, assim como foi registrada sua prática nos faxinais Marmeleiro de Cima, Bom Retiro e Água Amarela dos Coutos.

Vale ressaltar que, no Faxinal Barra Bonita, em Prudentópolis, onde majoritariamente os camponeses faxinalenses são descendentes de ucranianos, foi formado um grupo folclórico de danças populares ucranianas como forma de resgatar a cultura de seus antepassados e que se apresenta em eventos no município, no estado, em outras regiões do Brasil e no exterior. Os componentes desses grupos são majoritariamente filhos e filhas de camponeses.

Portanto é possível concluir que as práticas sociais e a religiosidade são manifestadas pelos camponeses faxinalenses nos criadouros comunitários de contestação, de sociabilidades favorecedoras de encontros entre os “de dentro” e alguns momentos com os “de fora”, pela presença de “resíduos” de tempos pretéritos, “de ponto de partida, o despertar e a mobilização” como “espada” na luta e resistência para se manterem enquanto camponeses.

(MARIANO, Idib., p. 25). Para isso é necessário, conforme Zygmunt Bauman (2003), existir “vigilância vinte e quatro horas por dia e a afiação diária das espadas, para a luta (...), para manter os estranhos fora dos muros e para caçar os vira-casacas em seu próprio meio”. (p. 22). Ou seja, os que se deixam influenciar pela ideologia capitalista , no caso dos faxinais, têm como objetivo central a destruição das terras de uso comum.

Mapa nº 9 – Religiosidade

8.7. OS CONFLITOS SOCIAIS, CULTURAIS E AMBIENTAIS NOS FAXINAIS

A análise nesse item terá como base os documentos elaborados pelo movimento social dos camponeses faxinalenses, através de sua representação social e política, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (AP), e, são os seguintes:

- Dossiê: Grito dos povos de faxinais (2006);
- Dossiê: Conflitos socioambientais e violação dos direitos humanos na floresta com araucária (2007);
- Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, Fascículo 1 – Povos dos faxinais, Paraná (2007) e
- Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, Série: Faxinalenses do Sul do Brasil, Fascículo 1 – Faxinalenses: fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura, elaborado pela Associação Aprendizizes da Sabedoria de Medicinais e Agroecologia (ASA).

Além destes documentos utilizo também as anotações pessoais feitas durante a participação como convidado dos Encontros dos Povos dos Faxinais, dos encontros de avaliação e planejamento da Coordenação Geral da AP.

Os conflitos sociais, culturais e ambientais nos faxinais no Paraná vêm ocorrendo desde os primeiros anos da década de 30 do Século XX, entre o capital do setor madeireiro industrial, pecuaristas e agricultores capitalistas e camponeses faxinalenses. Estes conflitos ocorriam de forma invisível, surda, em razão dos camponeses faxinalenses terem se comportados por muitos anos como “um saco de batata” – metáfora usada por Karl Marx para definir a falta de unidade política entre os camponeses alemães. Algumas denúncias amiúde foram feitas pelos camponeses contra seus inimigos de classe, mas, em períodos descompassados, individualmente por faxinal, através de associações de moradores desses

faxinais. Como ocorreu no caso dos faxinais dos municípios de São João do Triunfo e Palmeira, onde surgiram conflitos com a chegada dos imigrantes gaúchos que adquiriram terras, outros grilaram terras, nas terras de planta e mesmo nos criadouros comuns dos faxinais desses municípios. Os conflitos ocorreram em razão das invasões dos animais graúdos – bovinos e equinos – e miúdos – suínos, caprinos e ovinos – dos camponeses nas terras dos gaúchos, porque estes não cercaram suas terras de acordo com as normas costumeiras dos camponeses faxinalenses. Para solucionar os conflitos, a pedido dos camponeses, as prefeituras municipais figuraram como mediadoras entre as duas partes, uma vez que era de interesse dessas prefeituras resolverem os conflitos, pois as economias desses municípios tinham como base a agricultura, de onde se originava o maior percentual dos impostos arrecadados. A solução encontrada foi jurídica, através da criação e promulgação das leis municipais de nº 9/49, de 06 de fevereiro de 1949, do Município de São João do Triunfo e nº 149/77, de 06 de maio de 1977, do Município de Palmeira, que tratam das cercas de lei.

Na década de 80 do século passado, surgiram conflitos pela posse da terra nos faxinais de Região Metropolitana de Curitiba, pois grande parte das terras de planta e dos criadouros comuns de seus faxinais foram ou são terras devolutas. Por solicitação de algumas associações de moradores desses faxinais, o advogado e professor Jair Lima Gevaerd Filho passou a assessorá-los com o objetivo de resolver juridicamente os conflitos existentes sobre a posse da terra. Como assevera Gevaerd em seu texto:

No campo jurídico, temos tido a oportunidade de assessorar várias associações de moradores de compásquos ou faxinais na luta pela manutenção do criador comum. A grande ameaça vem da atuação de pessoas estranhas à comunidade, que, tendo adquirido **áreas de domínio ou posse** no local, passam a cercá-los para o cultivo. Neste mister, nossa conduta tem sido no sentido de propor **ações declaratórias confessórias**, provocando a manifestação jurisdicional acerca da existência do compásquo, e o providenciamento da inscrição da respectiva sentença junto aos cartórios de títulos e documentos da comarca, atendendo, assim, ao requisito do título mencionado no Código e configurando a oponibilidade da situação fática e jurídica da comunhão dos pastos contra terceiros. Como as áreas em questão são, **em sua maioria, objetos de posse**, segue-se a ação confessional uma ação de **usucapião** (em regra usucapião extraordinária), objetivando a regularização do

domínio do imóvel, em cuja matrícula poder-se-á transcrever a averbação do pasto comunal, como uma servidão. [grifo meu¹⁴⁶] (1986, p. 66).

Em 1997, através de instrumento jurídico estatal, ocorreu o reconhecimento formal dos faxinais pelo Decreto – Estadual nº 3.446/97, enquadrando-os como Área de Uso Regulamentado (ARESUR). Este enquadramento dá direito àqueles faxinais cadastrados nos municípios a receberem 5% de ICMS Ecológico, mas até hoje esse instrumento jurídico ainda não foi totalmente regulamentado. O importante aqui é ressaltar que esse instrumento jurídico, mesmo com seus problemas, foi elaborado por Francisco Adyr Gubert Filho, como uma autocrítica à sua tese desenvolvida em artigo de 1987, na qual defendia que os faxinais seriam desagregados, pois “a experiência socialista naufragou na hora em que a valorização da terra inviabilizou a criação extensiva”. (p. 39). Aproveito para asseverar com entusiasmo que Gubert Filho – Chico –, hoje é um dos incentivadores e apoiadores do movimento social dos camponeses faxinalenses.

A partir de 2005, com a realização do I Encontro dos Povos dos Faxinais, realizado entre nos dias 5 e 6 de agosto, foi que os camponeses começaram a tomar conhecimento em conjunto dos problemas sociais, culturais e ambientais. Com a criação da AP, as denúncias começaram a surgir em vários faxinais. Entre os meses de abril e julho de 2006, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT) do Paraná e o Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP), foi elaborado o Dossiê: “Grito dos povos de faxinais”, com o objetivo de denunciar aos órgãos públicos do Estado os conflitos no que se referia “às intervenções causadoras de impactos ambientais, todavia com consequências socioculturais e econômicas devastadoras para os povos faxinalenses”. (DOSSIÊ, 2006, p. 2). Como resultado desses conflitos, vem ocorrendo um processo de desterritorialização, devido à ausência de políticas de promoção e proteção por parte do Poder Público (municipal, estadual e federal). A Articulação Puxirão

¹⁴⁶ Os grifos são para corroborar com a tese que venho defendendo ao longo da pesquisa, de que na fração do território comunitário camponês faxinalense, além da propriedade privada da terra camponesa, existe a posse da terra, em terras devolutas e em terras públicas.

também tem como objetivo dar visibilidade social e política ao faxinal e reafirmar a expectativa e a noção de direito dos camponeses faxinalenses, como “gestores de recursos a partir de práticas jurídicas comunitárias que permitem a associação do conhecimento tradicional com a conservação do ecossistema, neste caso, o Bioma Floresta com Araucária”. (Ibid., p. 3).

As principais denúncias foram relacionadas com os conflitos existentes nos faxinais e são apresentadas a seguir.

8.7.1. Conflitos Territoriais

Essa forma de conflito se expressa sobre a forma de uso e acesso aos recursos naturais na fração do território comunitário camponês faxinalense – terras de uso comum e terras de plantas. Os recursos naturais aqui definidos se referem à terra, à água e à biodiversidade.

Os conflitos se expressam em duas modalidades: a) de origem endógena, e b) de origem exógena; ambas fragmentam ou extinguem o uso comum, e a gestão compartilha dos recursos naturais, inviabilizando o acesso a eles.

A primeira é identificada como “Formação de Fecho” – ver item 8.5.1: Cercas nesse capítulo –, caracterizada por colocação de cercas por proprietários – especialmente novos proprietários de adquirem terras nos faxinais – no interior do criadouro comum com o objetivo de isolar a área para uso particular – pastagem e lavoura – inviabilizando o acesso a pastagens de uso comum e, especialmente, a água para consumo humano e animal. Normalmente são acompanhadas por desmate.

A segunda, provocada pela especulação e avanço do mercado de terras, com a mediação do agronegócio, na compra de terras destinadas à agricultura tecnificada – soja, batata ou milho –, empreendimentos florestais – *pinus* e eucalipto – e lazer – chacareiros – inicialmente nas áreas de plantas em torno do criadouro comum, e posteriormente, no interior

do criadouro, estas são isoladas para uso particular, inviabilizando imediatamente o acesso aos recursos naturais e desagregando as relações no faxinal.

“A intensidade desses conflitos é perceptível até numa simples visita de observação” no criadouro comum, “onde nota-se a alta densidade demográfica nestas comunidades”. (Dossiê, op. cit., p. 7).

8.7.2. Conflitos com Agronegócio:

Esta forma de conflito ocorre nas disputas pelo território onde o elemento principal é a terra – terras de uso comum no criadouro e terras de planta – e as diversas formas de apropriação dos recursos naturais. Nesse caso, de um lado se posicionam os camponeses faxinalenses; de outro, os seus inimigos de classe, identificados como agronegócio. Os conflitos se referem às diferentes e excludentes formas de apropriação da terra, cujos resultados, por sua vez, são a destruição dos recursos hídricos e da biodiversidade, assim como o impedimento do acesso dos camponeses faxinalenses a esses recursos, como estratégia de reprodução física e social. (DOSIÊ, 2007, p. 14; POVOS DOS FAXINAIS, 2007, p. 6-7; FAXINALENSES, 2008, p. 6-11).

Dessa forma, manifestam-se diversas situações identificadas pelos camponeses faxinalenses como **conflitos com o agronegócio**, ameaçando fragmentar ou já extinguindo o acesso e o uso comum de parte do faxinal. Esses conflitos têm sua origem na década de 70 do século passado pela modernização seletiva da agricultura e são promovidos pelo avanço do mercado de terras região onde está localizado o faxinal, obviamente em oposição às formas de terras de uso comum. Essas ações são mediadas por empresas agrícolas e florestais, empresas integradoras produtoras de carne de frango e fumageiras.

Evitando confundir causa e efeito, quando o prisma de análise é a situação atual da cobertura florestal nas áreas de faxinais, muitos agentes públicos e privados procuram identificar na forma de vida tradicional os próprios elementos causadores da degradação ambiental, ao invés de observar que justamente o processo de desterritorialização dos faxinalenses é o principal elemento causador da degradação

e da pressão demográfica provocada pelo não atendimento da questão fundiária e, sobretudo pelo desconhecimento e deslegitimação das formas tradicionais de apropriação dos recursos naturais. (DOSSIÊ, op. cit., p. 15).

Ou seja, é preciso compreender que a disputa pela fração do território comunitário camponês faxinalense entre o agronegócio e os camponeses faxinalenses, cujo processo vem se desenvolvendo há décadas, tem tido um único derrotado: os camponeses faxinalenses.

Como consequência, as terras de planta dos faxinais são vendidas compulsoriamente aos fazendeiros por três motivos: o primeiro está relacionado ao desgaste natural da fertilidade do solo das pequenas áreas de plantar pelo cultivo sucessivo; o segundo, pela pressão e isolamento a que a área é submetida pela monocultura do fazendeiro; e o terceiro pela condição econômica precária a que está submetido um número significativo de camponeses faxinalenses, estimulando-os a vender o “patrimônio da lavoura” a fim de cobrir gastos essenciais com saúde e alimentação. (Ibid., p. 16).

Com a redução das terras de plantar, reflexo desse “ataque” ao faxinal, segue rumo à supressão de terras de uso comum, fechando-as em um primeiro momento, para em seguida transformá-las em terra de planta de forma sistemática até o desmantelamento completo de alguns criadouros comunitários.

Na atualidade, a maior parte das terras em torno dos criadouros comunitários pertence a grandes proprietários de terras – empresas e particulares absenteístas – produtores de soja milho e *pinus*. Dessa forma, os conflitos agrários têm transformado muitos criadouros comunitários em “vilas rurais”, onde a maioria dos camponeses faxinalenses gradualmente vai sendo expropriada de seus recursos básicos e em alguns casos na desagregação da prática do uso das terras de uso comum.

Nesse contexto – escassez de terra e recursos naturais – abriu-se uma brecha para a entrada da produção de fumo e de frango integrados como únicas opções disponíveis, apresentadas com o aval do Estado. Dessa maneira, o que se observa é a forte presença das indústrias fumageiras e indústrias de carne de frango na maior parte dos faxinais,

especialmente onde o problema fundiário é maior – como uma estratégia econômica que viabilize a reprodução social dos camponeses faxinalenses. Em que pesem todas as consequências negativas geradas pela produção de fumo, entre elas a integração, esse sistema produtivo tem, mesmo que em condições precárias, gerado renda às famílias e evitando o assalariamento dos camponeses faxinalenses, como já foram tratadas essas questões anteriormente. (DOSSIÊ, *ibid.*, p. 17).

8.7.3. Conflitos de acesso e uso dos recursos hídricos e agroflorestais

Essa forma de conflito diz respeito diretamente aos impactos devastadores causados pelo agronegócio, que atentam contra os recursos hídricos e agroflorestais e de forma direta provocam danos à saúde e ao modo de vida dos camponeses faxinalenses. Eles são identificados nas seguintes formas: desmatamento de nascentes, destruição de nascentes, contaminação de recursos hídricos – derivada do uso de agrotóxicos – e colocação de fechos.

As arbitrariedades cometidas contra os recursos hídricos têm sua gênese no controle das terras pelo agronegócio onde existem nascentes ou passam cursos d'água que abastecem os camponeses faxinalenses. Pode-se observar, pelas denúncias feitas pelos camponeses sobre a produção de soja ou plantio de florestas exógenas, que há violação à legislação ambiental referente à proteção das nascentes na figura das APP's. Estas violações provocam os danos ambientais apontados, principalmente a eliminação das nascentes, o que tem como consequência a diminuição ou desaparecimento dos mananciais de recursos hídricos que abastecem os faxinais, provocando a escassez de água para consumo básico das famílias, uso agrícola e consumo animal.

Outra arbitrariedade, na maioria das vezes associada à anterior, é a utilização de agrotóxicos que contaminam as nascentes dos cursos d'água situados nas áreas de monocultivos. Existem diversas denúncias contra fazendeiros que lavam seus tanques de

pulverizadores nas nascentes de água. Esta mesma água é utilizada rio a baixo para o consumo dos camponeses faxinalenses.

No que se refere aos conflitos dos “fechos”, eles são caracterizados pela colocação de cercas pelos proprietários estranhos ao modo de vida dos camponeses, que adquirem terras dentro do criadouro comunitário, isolando-as para uso privado – pastagem, lavoura e lazer –, inviabilizando, assim acesso as terras de uso comum – as pastagens, ervas medicinais, especialmente a água para consumo humano e animal. Os “fechos” vêm ocorrendo praticamente em todos os faxinais com maior ou menor intensidade. (Ver Mapa 10 – Conflitos Sociais e Ambientais, p. 728).

8.7. 4. Violência física contra os camponeses faxinalenses e contra seus bens

Este conflito pode ser compreendido a partir do posicionamento dos camponeses na defesa de seus interesses contra as imposições e arbitrariedades promovidas pelo agronegócio. Neste contexto, o agronegócio apresenta seu aspecto violento e coercitivo, levando a violações dos direitos humanos contra os camponeses faxinalenses, especialmente de direitos reconhecidamente garantidos pela Constituição Federal e outros dispositivos infraconstitucionais.

Tais conflitos ocorrem em razão da nova condição de grupo de camponeses mobilizados e articulados em vários faxinais em forma de movimento social, que lhes possibilitou a identificação dos conflitos socioambientais, assim como a tentativa de enfrentamento pelas lideranças dos camponeses faxinalenses motivadas pela expectativa de direitos étnicos, ambientais e coletivos.

As estratégias utilizadas para a mobilização e denúncia envolvem desde reuniões de mobilização dos camponeses faxinalenses, pressão junto às prefeituras, tentativa de acordo com os antagonistas, denúncia pública na Assembleia Legislativa, passando por diversos

instrumentos reivindicatórios, como abaixo-assinados, boletins de ocorrência e Ações Cíveis Públicas junto às Promotorias Públicas.

As mobilizações têm o caráter de demonstrar a unidade em torno da defesa dos faxinais, e expuseram várias lideranças faxinalenses que passaram a sofrer diversas formas de violência: ameaças, lesão corporal, homicídio, tentativa de homicídio, incêndio de casa, danos, roubos de criações e pistolagem nas áreas de conflito.

Ameaças de morte e intimidações veladas ocorreram com as lideranças nos faxinais Marmeleiro de Baixo, Lajeado dos Mellos, Taquari, Saudade Santa Anita e Faxinal dos Coutos. Ocorreu um homicídio no Faxinal Emboque, onde o camponês faxinalense Antônio Novakoski, de 25 anos, foi assassinado covardemente, com um tiro pelas costas quando trabalhava no quintal de sua casa, em maio de 2007. (DOSSIÊ, 2007, *passim*.).

“Dessa forma, cabe quase que exclusivamente aos faxinalenses o enfrentamento das denúncias indicadas, assumindo cada vez mais o papel de protagonistas “solitários” de uma ação ambiental ‘solitária’ em defesa de seus territórios tradicionais”. (DOSSIÊ, *Ibid.*, p. 22).

Portanto, a denúncia, nas suas mais diversas formas, feita pelos camponeses faxinalenses sem o apoio do Estado, os remete à responsabilidade isolada e ao ônus sobre a conservação ambiental, social e cultural de sua fração do território comunitário camponês, em contradição com a existência de dispositivos legais que reservam ao Estado a defesa dos direitos desses camponeses.

Mapa 10 – Conflitos Sociais e Ambientais

CONCLUSÃO

A prática de terras de uso comum no Brasil tem sua origem histórica na Península Ibérica. Em Portugal, na forma comunal dos Baldios, com o uso comum das terras e seus recursos naturais pelos camponeses portugueses, perpassando pelo modo feudal de produção e contraditoriamente pelo modo capitalista de produção, existem, até os dias de hoje, em razão das lutas e resistências dos camponeses na disputa contra seus inimigos de classe, os agricultores capitalistas portugueses, representados pelo Estado. Em vários momentos conjunturais da história portuguesa tentou-se privatizar estas terras, que são importantes na vida econômica e social dos camponeses, mas, na atualidade, em razão da adesão do governo português às políticas neoliberais da União Europeia e do Banco Mundial, sobretudo no que se refere ao uso dos recursos naturais, os Baldios portugueses foram divididos em dois tipos, os agrícolas e os florestais, na tentativa de destruir as terras de uso comum portuguesa, cuja prática vem de muitos séculos.

Com isso, é possível concluir que as diversas formas de terras de uso comum, denominadas de Terras de Preto, Terras de Índios, Terras Soltas, Fundo de Pasto e outras, têm em parte, suas origens históricas em Portugal.

Também na Espanha são encontradas diversas formas da prática de terras de uso comum desde tempos imemoriais, como os Montes de Uso Comum, que, da mesma forma dos Baldios em Portugal, perpassaram pelo modo feudal de produção, continuando suas práticas até os dias de hoje, no modo capitalista de produção, graças às várias lutas e resistências dos camponeses espanhóis contra a sua destruição. Sua prática na América Espanhola foi implantada nas Reduções Jesuíticas. Várias dessas reduções estavam localizadas em terras que atualmente fazem parte do Estado do Paraná.

Portanto, é possível afirmar que, historicamente, a forma de prática de terras de uso

comum nos faxinais pode ser encontrada na Espanha, sendo que sua gênese se deu através de uma aliança construída nas grandes fazendas agropecuárias dos Campos Gerais do Paraná, entre uma fração de índios escravos das Reduções Jesuíticas e das fazendas e negros africanos fugidos também das fazendas agropecuárias, as quais se consolidaram nas matas mistas de Araucárias formando os faxinais. E sua consolidação ocorreu com a contribuição de uma fração dos camponeses poloneses, ucranianos imigrantes e camponeses cafuzos que conseguiram escapar do genocídio da Guerra do Contestado ocorrida no início da segunda década do século XX.

Por um lado, a pesquisa permitiu concluir que a maioria dos estudiosos do campo paranaense, em especial aqueles que pesquisam a agricultura, segundo suas interpretações, apresenta uma combinação de dois tipos de unidades produtivas consideradas típicas do modo capitalista de produção. Ambas são denominadas de empresarial desenvolvida e familiar assalariada de grande porte e tecnologia avançada. Dessa forma, estes pesquisadores, usando estes conceitos, designam não a agricultura, mas os dois tipos de empresas predominantes no campo paranaense.

A partir destes pressupostos, compreendem que a agricultura capitalista paranaense é hegemônica. É por isso que entendem que, no campo paranaense, existiriam duas classes sociais, uma fração da classe trabalhadora – os trabalhadores rurais assalariados – num pólo, e a classe burguesa – agricultores capitalistas – no outro. Ou seja, o pressuposto teórico-metodológico de uma parcela desses pesquisadores é de que o desenvolvimento do modo capitalista de produção na agricultura levaria à destruição do campesinato ou dos pequenos produtores de subsistência, via diferenciação interna, através do processo de integração ao mercado, cujo resultado seria a existência de duas classes distintas – o produtor capitalista – e o camponês pobre que se tornaria operário – trabalhador rural assalariado. Outra parcela desses pesquisadores tem como pressuposto teórico-metodológico a modernização do

latifúndio, transformando-se em empresas capitalistas. Portanto, a persistência de relações não-capitalistas de produção no campo – o campesinato – é um resíduo que está em via de extinção.

Diante disso, é possível afirmar que os primeiros pesquisadores que estudaram o faxinal o fizeram com uma visão predominantemente agronomista e antropológica, mesclando os dois pressupostos teórico-metodológicos: a diferenciação interna do campesinato e modernização da latifúndio. Dessa forma, todos apontavam que a formação social do faxinal estava em processo de desagregação. De tão apegados à teoria clássica marxista-leninista – do fim do campesinato – que foi transportada para a realidade do faxinal de forma a-histórica como um “voo de águia” no dizer de Ruy Cirne Lima (2002), que não apontam como tendência a desagregação do faxinal, mas a certeza absoluta disso. É tanta, que uma das pesquisadoras que analisou os faxinais na perspectiva teórica da diferenciação interna do campesinato chegou a determinar a data de sua extinção, que seria 10 anos depois da conclusão de sua pesquisa, ou seja, em 1998, não existiria mais nenhum resíduo do campesinato faxinalense em razão do desenvolvimento modo capitalista de produção na agricultura. Todos teriam se metamorfoseado em trabalhadores rurais, vendendo sua força de trabalho para os agricultores capitalistas, produtores de *commodities*. Ou então migrariam para as periferias das cidades, onde venderiam sua força de trabalho desqualificada como trabalhador urbano e/ou seriam obrigados a catar papel para sobreviverem miseravelmente por falta de qualificação.

Portanto, é possível concluir que os seguidores da tese preconizada por Lênin em 1899, quando publicou o seu clássico “Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”, da diferenciação interna do campesinato russo, não leram, propositadamente ou não, pelo menos dois textos de Lênin produzidos depois da referida obra. Um produzido em 1901, onde claramente confirma o campesinato russo como classe.

É preciso saber, em seguida, quem no campo estará ao lado dos ricos, dos possidentes, e quem estará ao lado dos operários, dos social-democratas. É preciso saber se há camponeses capazes, a semelhança dos latifundiários, de amontoar capital e viver do trabalho de outrem. Se não se compreender isto, perfeitamente, todo o falatório acerca da miséria será letra morta e os camponeses pobres não compreenderão quem, no campo, deve realizar a sua unidade e juntar-se aos operários das cidades, [...], que o camponês não seja enganado não só pelo latifundiário, mas também pelo seu irmão, o mujique rico. (p. 25)

[...]. Para a libertação completa dos trabalhadores, o campesinato pobre deve, em união com os operários das cidades, travar luta contra toda a burguesia, até e inclusive contra os camponeses ricos. (LÊNIN, 1983, p. 57-58).

Em palestra no Soviete de Petrogrado dos Deputados dos Trabalhadores e Soldados, em 7 de novembro de 1917, Lênin afirmou que:

O Congresso dos Camponeses também exprime a convicção de que a realização completa de todas as medidas que constituem a lei sobre as terras só é possível se a revolução socialista dos trabalhadores, iniciada em 25 de outubro, for coroada de êxito, porquanto apenas ele pode garantir a transferência das terras para a classe camponesa trabalhadora sem indenização, confiscação das alfaías dos proprietários rurais, proteção absoluta dos interesses dos assalariados agrícolas e começo imediato da abolição incondicional de todo o sistema de escravidão salarial capitalista, distribuição apropriada e planeada dos produtos da agricultura [...]. (Id., 1975, p. 33-34).

O que prova que Lênin fez uma autocrítica, reconhecendo o campesinato russo como classe, assim como reconheceu que os camponeses pobres não se transformaram em operários, como afirmou em 1899. Aliás, Teodor Shanin, em 2007, em sua conferência “Lições Camponesas”, no III Simpósio Internacional e IV Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA), confirmou a existência até nos dias de hoje da classe camponesa russa. Também alguns pesquisados do faxinal fizeram suas autocríticas, como já apontei anteriormente, os casos de Horácio Martins de Carvalho e Francisco Adyr Gurbert Filho. Aqui registro a autocrítica de Roberto Martins Souza (2001), que atualmente é principal assessor do movimento social dos camponeses faxinalenses na Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses e realiza pesquisa, a nível de doutorado em Sociologia Rural, tendo como objeto principal o faxinal.

No entanto Yu Man Chang (1988), até o presente – 20 anos depois – não viu se concretizar sua tese do fim do “sistema faxinal”, mas, mesmo assim, não perdeu as esperanças de existir seu fim. Em entrevista a Cláudio Luiz Guimarães Marques (2005), propõe a

implantação da política neoliberal patrocinada pelo Banco Mundial, para o uso dos recursos naturais que o modo capitalista de produção no campo não conseguiu destruir, em razão da luta e resistência de vários sujeitos sociais do campo, em especial os camponeses. Sua proposta é transformar o faxinal em unidade de sequestro de carbono. Sua fala foi muito esclarecedora quando afirmou:

O fundamental é que os moradores de uma área, que se identificam como sendo um faxinal, tenham que ter uma atividade comum, coletiva e que os viabilize enquanto tal; acho que isso é fundamental. **Enquanto isto existir**, o faxinal vai indo, mas deixando o criadouro em segundo plano. Acho que é por aí a saída.

E aí hoje, com esta questão ambiental.... Agora estou fazendo a minha tese sobre o sequestro de carbono. Acho que tem uma “deixa” muito interessante que poderia entrar aí. Em tudo que se poderia propor para eles, mas assim pensando numa atividade futura, uma proposta assim meio diversificada, para os pequenos produtores, eles poderiam produzir frango, soja ou madeira, poderia entrar o argumento da questão florestal. E aí seria a Araucária, porque **hoje é onde está tendo recursos, para a questão do sequestro de carbono, para plantar árvores**. Poderia adensar um pouco mais as áreas que estão abertas e este **adensamento pode ser como sequestro de carbono**. Isso pode render alguns recursos para os produtores e fazer com eles trabalhem coletivamente, tenham um viveiro coletivo e, paralelamente, fazer uma outra parte com uma atividade de renda mais imediata.[grifos meus]. (MARQUES, 2005, p. 148-149).

Pode-se afirmar que, atualmente, o faxinal vem sendo objeto de pesquisa nos seus mais variados aspectos, quais sejam: economia, educação, saúde, cultura, religião, turismo, produção animal, vegetal, meio ambiente e outros, por um leque de ciências, como na Sociologia Rural, Antropologia, Engenharia Florestal, Direito Ambiental, e especialmente na Geografia, cujo núcleo principal se encontra na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Das pesquisas recentemente concluídas que têm o faxinal como seu objeto, destaco a Dissertação de Mestrado em Geografia, de Marcelo Barreto (2008), que pesquisa a produção de erva-mate nos criadouros comunitários, na compreensão de que os faxinalenses são uma fração da classe camponesa do Paraná.

Entendendo os camponeses faxinalenses como uma fração singular da classe camponesa paranaense e brasileira, como fruto contraditório e combinado do desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo paranaense, é possível, portanto, concluir que sua singularidade se dá por quatro importantes diferenças entre as demais frações

do campesinato.

Primeira diferença: ao contrário dos demais camponeses proprietários de terras ou posseiros, que têm a terra como instrumento de trabalho para se reproduzir enquanto “classe para si”, utilizam a força de trabalho viva familiar e, quando em determinado momento – normalmente em época de colheita – lhes falta força de trabalho necessária na produção, utilizam mão-de-obra assalariada. A exploração das terras próprias ou de posse é individual. Normalmente essa fração do campesinato mora próximo de suas terras agrícolas.

Por outro lado, os camponeses faxinalenses proprietários de terras ou posseiros, que também têm a terras como instrumento de trabalho para se reproduzir enquanto “classe para si”, utilizam a força de trabalho viva familiar, mas, quando falta mão de mão-de-obra na produção, utilizam os laços de solidariedade de outros camponeses na forma de mutirão/puxirão. Com exceção daquela parcela de camponeses faxinalenses proprietários de terras, posseiros e arrendatários integrados – servidão – às indústrias transnacionais produtoras de fumo, que, quando sujeitados a aumentar sua produção de fumo como tentativa de sair da escravidão do crédito rural – normalmente através do Branco do Brasil –, consequentemente não têm condições de pagar mão-de-obra assalariada, utilizando-se, então, da parceria na relação de trabalho.

Segunda diferença: os laços de solidariedade dos camponeses faxinalenses proprietários de terras ou posseiros se afluam como cultura própria dos faxinalenses, ao separarem parcela de sua propriedade ou posse para o uso coletivo da terra e seus recursos naturais – terras de uso comum – no criadouro comunitário, a todos os camponeses moradores do criadouro, independente desses usuários serem proprietários de terras, posseiros e sem terra no criadouro, proprietários, arrendatários, parceiros ou meeiros, sem terras nas terras de planta ou plantar. Também aflora sua cultura de solidariedade através de relações de parentesco ou compadrio, cedendo de 1 (um) a 2 (dois) litros de terras de sua propriedade ou

posse no criadouro para camponeses sem terra construírem sua casa com quintal de pomar e horta.

Terceira diferença: os camponeses faxinalenses moram nas terras de uso comum – criadouro comunitário – onde a produção animal de gado graúdo, miúdo e várias espécies de aves são criadas à solta. É no criadouro que o campesinato expressa todas suas práticas sociais, culturais e religiosas, ou seja, é o lugar onde ele expressa seu modo de vida singular.

Quarta diferença: os camponeses faxinalenses, diferentemente da grande maioria de sua classe, não é um desraizado, como os camponeses estudados por José de Souza Martins (1981) na Amazônia. O sociólogo afirmou que o camponês brasileiro é um desraizado, principalmente o posseiro, que, quando expropriado de sua posse, se vê obrigado a migrar em busca de nova posse e, assim, continua até se transformar em proprietário ou terminar seus dias como posseiro, enquanto que o camponês faxinalense é um enraizado em sua terra, permanecendo nela por gerações, como ficou comprovado na pesquisa de campo. É o caso dos irmãos Otávio e Honorato Ferreira Colaço, que herdaram terras que, na cadeia de heranças, eram de seus bisavôs. Parcela dessas terras herdadas é compartilhada na forma de terras de uso comum no criadouro comunitário do Faxinal Salso. E dentro da lógica do mundo do campesinato, tudo indica que já escolheram seus herdeiros que continuarão se reproduzindo como camponeses. São os jovens Carlito F. Colaço, filho do camponês Otávio e Neri Colaço, filho do camponês Honorato. Portanto são as práticas sociais comuns e religiosas que consolidam o modo de vida singular dos camponeses faxinalenses.

Também é possível afirmar que, na atualidade, está existindo uma disputa das terras da fração do território comunitário camponês faxinalense pelo modo capitalista de produção, que se expressa nos conflitos sociais internos – com os “vira-casacas” – e conflitos sociais, culturais e ambientais, onde os camponeses faxinalenses perderam parte de suas terras para o agronegócio, que se concretizou na territorialização da produção de *commodities* da soja e

milho. E mesmo com a monopolização de seu território pelas empresas integradoras da indústria de carne de frango, da indústria ervateira e indústrias transnacionais de fumo, o faxinal continua a existir, através da fração da classe camponesa faxinalense. Sua autodefinição não se separa da relação com sua fração do território comunitário camponês e sua autoclassificação é “povos faxinalenses”, que vem se reproduzindo social e culturalmente há mais de dois séculos; demarcando fronteiras físicas e sociais que permitem estabelecer critérios de pertencimento e de exclusão, através da categorização dos “de dentro” e dos “de fora”.

Também é possível afirmar que, com o seu atual grau de consciência de “classe para si”, os camponeses faxinalenses estão construindo o processo de identidade jurídica política própria, cujo processo vem sendo talhado pelo seu movimento social e político, através de sua representação legítima pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (AP). Para tanto, vem sendo usada a estratégia da consolidação de uma rede social de solidariedade aos povos faxinalenses com setores da sociedade civil organizada, entre os quais se encontram a Comissão da Pastoral da Terra, Terra de Direito, Bancada Parlamentar de apoio aos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, Rede Articulação dos Povos e Comunidades Tradicionais e diversos pesquisadores que têm como objeto de suas pesquisas os faxinais.

E como forma de dar visibilidade de sua existência como sujeito social do campo paranaense, a Articulação Puxirão vem formulando dossiês de denúncias dos conflitos sociais, culturais e ambientais com o agronegócio em suas terras.

Finalmente, concluo com a certeza de que os camponeses faxinalenses, através de seu movimento social e político, lutarão e resistirão pela manutenção da formação social do faxinal, e até mais que isto: pela reconquista das terras expropriadas pelo desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo paranaense. E na esperança de que futuras gerações dos camponeses faxinalenses continuem a lutar e resistir pelo território comunitário

camponês.

Foto 55 – Criança filho de camponês faxinalense brincando com enxada – Faxinal Taquari

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1992.

ABREU, A. T. G.; MARCONDES, G. G. **Escravidão e trabalho**. Guarapuava – PR: Fundação UNICENTRO, 1991.

ALCÂNTARA, D. M. Fundos de pasto: espaços comunais em terras baianas. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. X., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: DG/USP, 2005, p.336-360. CD-ROM.

ALMEIDA, A. M. Portugal, a sua riqueza silvícola. **Exposição portuguesa em Servilha**. Lisboa, p. 1-25, 1929.

ALMEIDA, A. W. B. Arqueologia da tradição: uma apresentação da coleção Tradição; Ordenamento Jurídico. In: SHIRAISHI NETO, J. **Leis do babaçu livre**: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas. Manaus: Coleção Tradição; Ordenamento Jurídico, PPGSCA-UFAM – F. FORD, 2006b.

ALMEIDA, A. W. B. **Terras de quilombo, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: Coleção Tradição; Ordenamento Jurídico, PPGSCA-UFAM, 2006a.

ALMEIDA, G. E G. **Fumo**: servidão moderna e violações de direitos humanos. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

ALVEAL, C. M. **História e direito**: sesmarias e conflito de terras entre índios em freguesias extramuros do Rio de Janeiro (século XVIII). Rio de Janeiro, 2002. 197 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ANDERSON, P. **Linhagens do Estado absolutis**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANDERSON, P. **Passagens da antigüidade ao feudalismo**. Lisboa: Dom Quixote, 1971.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

ANDRADE, M. P. **Terra de índio**: terras de uso comum e resistência camponesa. São Paulo, 1990. 337 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

ANDREAZZA, M. L. **Paraíso das delícias**: estudo de um grupo imigrante ucraniano 1895-1995. Curitiba: 1996. 392 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Paraná.

ANTONIO OLINTO. Lei nº 653, de 09 de janeiro de 2008. Dispõe sobre o processo de reconhecimento dos faxinalenses e dos seus “acordos comunitários”. **Jornal do Município de Antonio Olinto**. Antonio Olinto, nº 1476, 20 jan. 2008.

ARALA PINTO, A. **O pinhal do rei**. Lisboa: DGSFA, 1939.

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES. **Dossiê:** grito dos povos de faxinais. Irati-PR: AP, 2006.

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS DE FAXINAIS. **Povos de faxinais.** Brasília: Fas. 1- Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil: pnscsa, 2007.

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS DOS FAXINAIS. **Dossiê:** Conflitos socioambientais e violação dos direitos humanos na floresta com Araucária. Irati-PR: Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, junho, 2007.

ARTICULAÇÃO PUXIRÃO DOS POVOS FAXINALENSES. **Dossiê:** conflitos socioambientais e violação dos direitos humanos na floresta com Araucária. Irati-PR: AP, 2007.

ASSOCIAÇÃO APRENDIZES DA SEBEDORIA DE MEDICINAIS E AGROECOLOGIA. **Faxinalenses:** fé, conhecimentos tradicionais e práticas de cura. Irati-PR: Fas. 1 – Série Faxinalenses no Sul do Brasil, PNCSA-PCTB, 2008.

AURAS, M. **Guerra do Contestado:** a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: 4. ed. da UFSC, 2001.

BADEN, J. A primer for the management of commonpool resources. In: HARDIN, G.; BADEN, J. **Managing the commons.** W.H. Freeman, USA: Science??], p. 137-146, 1977.

BALBOA LÓPEZ, X. et al. **Panorámica actual dos montes de veciños em Galicia.** Santiago de Compostela: IDEGA, Coleção: Economía Aplicada, n. 13, 2004.

BALBOA LÓPEZ, X. **O monte en Galicia.** Vigo: Xerais, 1990.

BALBOA LÓPEZ, X. Os montes veciñais en man común e o sistema agrario na idade contemporánea: da integración á marxinación. In: CONGRESSO DE MONTES VECIÑAIS, 1., 1995, Mondariz. **Anais...** Mondariz: Asociación Forestal de Galicia e Xunta de Galicia, 1996, p. 39-53.

BALDUÍNO, T. O campo no século XXI: território da vida, de luta e de construção da justiça social. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Orgs). **O campo no século XXI:** território da vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra; Casa Amarela, p. 19-28, 2004.

BALHANA, A. P. Mudança na estrutura agrária dos campos gerais. In: **Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná.** Curitiba: UFPR, Boletim da Universidade do Paraná, n. 3, jun. 1963.

BARBIERI, E. A novela da reforma agrária. **Revista Mundo e Missão.** [s.d.]. Disponível: <www.pime.org.br/mundoemissao>. Acesso em: 02.03.2007.

BARBOSA, C. G. A. **Terra, território e recursos naturais:** cultura, sociedade e política para os povos antóctones. São Paulo: 2000. 443 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BARCELLOS, A. S. Territórios do cotidiano: introdução a uma abordagem teórica contemporânea. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org). **Territórios do cotidiano:** uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Da Universidade/EDUNISC, p. 48-56, 1995.

BARRETO, M. **A produção camponesa e o monopólio do território pelo capital;** espacialidades distintas na extração da erva-mate na região da floresta com araucária do Paraná. Ponta Grossa: 2008. 93 f. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Programa

de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

BITTENCURT, A. Caracterização **da vegetação arbórea do Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo, PR**. Ponta Grossa: 2007. 55 f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental) – Núcleo de Estudos em Meio Ambiente, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

BLOCH, M. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1932.

BLOCH, M. **Les caractères originaux de l'histoire rurale française**. Paris: Armand Colin, 1956.

BOMBARDI, L. M. **O bairro reforma agrária e o processo de territorialização camponesa**. São Paulo: 2001. 340 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BOMBARDI, L. M. **Os assentamentos da Lei de Revisão Agrária em São Paulo: uma análise de suas trajetórias e implicações**. São Paulo: 2004. 356 f. Relatório de Qualificação (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

BOMFIM, W. J. **Identidade, memória e narrativas da dança de São Gonçalo do povoado Mussura (SE)**. Natal: 2006. 165 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

BONNAUD, P. A cerca e o lugarejo: as palavras e as coisas. In: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, ano. 32, n. 234, p. 55-79, mai/jun. 1973.

BOSI, A. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 13. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRANDÃO, C. R. Pesquisar-participar. 3. ed. In: BRANDÃO, C. R. (Org). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, p. 7-14, 1987.

BRANDÃO, C. R. A participação da pesquisa no trabalho popular. 3. ed. In: BRANDÃO, C. R. (Org). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, p. 223-252, 1987.

BRANDÃO, C. R. Anotação antropológica. In: GONZÁLEZ, L. L.; BRANDÃO, C. R.; IRARRÁZVAL, D. **Catolicismo popular: história, cultura, teologia**. São Paulo: Vozes, 1993.

BRANDÃO, C. R. Pesquisar-participar. 6. ed. In: BRANDÃO, C. R. (Org). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, p. 9-16, 1986.

BRASIL, Decreto 4.340, de 22 de junho de 2002. Regulamenta artos da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza – SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial de União**, Brasília, 23 de ago. 2002.

BRASIL, Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Intitui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 8 de fev. 2007.

BRASIL, Decreto Federal, 10.408, de 13 de julho de 2006. Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento das Comunidades Tradicionais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 134, p. 19, 13 jul. 2006.

BRASIL, Lei 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Conservação nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. **Diário Oficial de União**, Brasília, 20 de abr. 2004.

BRASIL, Lei 9.986, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, II e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza e da outras providências. **Diário Oficial de União**, Brasília, 19 de jul. 2000.

BRIALES, E. R. Los sistemas comunales de aprovechamiento de los montes en la region pinariega (soria-burgos). In: LÓPEZ, F. S. (Org). **Modelos de gestión de sistemas de recursos comunales en Castilla y León**. León: Junta de Castilla y León, p.205-242, 1998.

BUCHMANN, E. T. **A trajetória do sol**: um estudo sobre identidade do imigrante poloês no sul do Brasil. São Paulo: 1986. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifica Universidade Católica de São Paulo.

BUTTIMER, P. O Espaço social numa perspectiva interdisciplinar. In. SANTOS, M; SOUZA, M. A. A. (Orgs). **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1996.

CAETANO, M. **Manual de direito administrativo**. 9. ed. Coimbra: Almenida, 1975.

CALDAS, E. C. **A agricultura na história de Portugal**. Lisboa: Publicações Nacionais, 1998.

CAMOUS, A. **Codice civile italiano**: coordinato alle leggi affini ed alla giurisprudenza. Firenze: Tipografia Cooperativa, 1894.

CAMPOS, N. J. de. **Terras de uso comum no Brasil**: um estudo de suas diferentes formas. São Paulo: 2000. 258 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CARDIEL, J. **Compendio de la História del Paraguay (1780)**. Buenos Aires: Fenic, 1984.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: 2. ed. Paz e Terra, 1977.

CARDOSO, J. A.; WESTHALEN, C. M. **Atlas histórico do Paraná**. Curitiba: Chain, 1978.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultura; pluriatividade**. Rio de Janeiro: Conta Capa, 1998.

CARVALHO, H. M. **Da aventura à esperança**: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra. Curitiba: mimeógrafo, 1984.

CASTRO OLIVEIRA, B. A. C. **Os posseiros de Mirassolzinho**. São Paulo, 1991. 155 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CASTRO, S. P. Sesmarias como terra da parentalha: direito de fato *versus* direito legal. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, 2004. Disponível em <<http://ces.uc.pt/LAB2004>> Acesso em: 14 dez. 2006.

CASTRO. A. **A evolução econômica de Portugal nos séculos XVI e XV**. Lisboa: Presença, 1982.

CASTRO. A. Baldios. In: SERRÃO, J. (Org). **Dicionário de história de Portugal**. Lisboa: Iniciativas, v. 1, p. 277-282, 1965.

CASTRO. A. Montado. In: SERRÃO, J. (Org). **Dicionário de história de Portugal**. Lisboa: Iniciativas, v. 3, p. 100, 1965.

CASTRO. A. Pastos comuns. In: SERRÃO, J. (Org). **Dicionário de história de Portugal**. Lisboa: Iniciativas, v. 1, p. 314-316, 1965.

CAVACO, C. As paisagens rurais: do 'determinismo natural' ao 'determinismo político'. **FINISTERRA**, Lisboa, v. XL, n. 79, p. 73-101, 2005. Disponível: <www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2005/index.html>. Acesso em: 03 de mar. 2007.

CHANG, M. Y. **Sistema faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná. Londrina: IAPAR, 1988.

CHARLEVOIX, P. **História del Paraguay**. Madrid: Victoriano Sourez, 1910.

COELHO, I. S. Política florestal em Portugal. In: PREACTES. CONGRÉS INTERNACIONAL SUBERES, FÁBRIQUES I COMERCIANTS, Passat, Present i Futur del Negoci Surer, Palafrugell, (Compact Disc), 2005.

COELHO, I. S. Propriedade da terra e política florestal em Portugal. **Silva Lusitana**, Lisboa, v. 11, n. 2, p. 185-199, 2003.

COLOMBIA. Departamento de Nariño. Disposiciones sobre baldios. Nariño: Imprenta Del Departamento, 1936.

CORDEIRO, A. M. **Tratado de direito civil português**. Lisboa: Cartonada, 2002.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, M.; SOUZA, A. A.; SILVEIRA, M. L. (Orgs). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1996.

CORTAZAR, G. **História rural medieval**. Lisboa: Estampa, 1996.

COSTA, D. J. O sistema da posse no direito civil. **Revista de Informações Legislativas**, Brasília, a. 35, n. 139, p. 109-117, jul./set. 1998.

COSTA, J. **Colectivismo agrario em España**: doctrinas y derechos. Madrid: Biblioteca Costa, 1915.

COSTA, M. J. A. Ordenações. In: SERRÃO, J. (Org). **Dicionário de história de Portugal**. Lisboa: Iniciativas, v. 1, p. 205-209, 1965.

CRAVO, V. Z. **A lavoura de fumo em Irati**: a produção familiar e capitalismo. Curitiba: Estante Paranista, 1982.

CROCETTI, Z. S. **Evolução sócio-espacial do Paraná**: estudo da geografia econômica do Paraná. Florianópolis: 2007. 196 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Fisiologia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

CUNHA, L. **A Montanha do centro português**: espaço de refúgio e território marginal. II Congresso de Estudos Rurais, Portugal, 2004.

CUNHA, L. A. G. **O crédito rural e a modernização da agricultura paranaense – 1970-1980**. Curitiba: 1986. 277 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

DALLABRIDA, W. R. **O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas**. Ijuí: UNIJUÍ, 2000.

DEL TECHO, N. **História de la provincia del Paraguay**. Madrind: Letin, 1897.

DEVY-VARETA, N. As matas medievais e a “coutada velha” do rei até ao início do século XV. **Revista da Faculdade de Letras, Geografia**, Porto, s.1, v. 1, p. 47-67, 1985.

DEVY-VARETA, N. Para uma geografia histórica da floresta portuguesa: do declínio das matas medievais à política florestal do renascimento (séc. XV e XVI). **Revista da Faculdade de Letras, Geografia**, Porto, s. 1, v. 1, p. 5-37, 1999.

DOTTI, O. **Os pobres possuirão a terra**; pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra (apresentação). São Paulo: Paulinas, Sinodal e CEBI, 2006.

DYKSTRA, C. **Levantamento florístico e fitossociológico do Faxinal Paraná Anta Gorda, Município de Prudentópolis, PR**. Ponta Grossa: 2007. 45 f. Monografia (Especialização em Gestão Ambienta) – Núcleo de Estudos em Meio Ambinete, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

EMATER-PR. **Extensão rural leva opção de diversificação para fumitultores**. Curitiba: EMATER, 2006. Disponível em www.emater.pr.gov.br, acesso em 10/09/2008.

EMATER-PR. **Proposta de reconversão da cultura do fumo nas propriedades familiares do Estado do Paraná**. Curitiba: EMATER-PR, 2003.

ENCONTRO DOS FAXINALENSES, II, Iratí-PR. **Anais...** Iratí: AP, 2007.

ENCONTRO DOS POVOS DOS FAXINAIS, I, Irati – PR. **Anais...** Curitiba: IAP, 2005.

ENGELS, F. **A origem da família, propriedade privada e do estado**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

ENGELS, F. Brief an Joseph (Carta a Joseph) (21 e 22 de setembro de 1890). In. **Marx und Engels Werke (Obras de Marx e Engels)**, v. XXXVII, Berlim: Dietz Verlag, 1968.

ESTÊVÃO, J. A. A comunidade rural e o conselho: “origens”. Os costumes populares: o caso das confrarias do Subsino. **Revista de Guimarães**, Guimarães, n. 106, p. 95-158, 1996.

ESTÊVÃO, J. A. O comunitarismo agrário e seu paradigma. Lisboa: COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA, 2. **Anais...** Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1983. p. 41-59.

ETGES, V. E. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. São Paulo: 1989. 273 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FABRINI, J. E. A contribuição como parâmetro de compreensão da existência camponesa. **Geografia**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 117-138, jul/dez., 2004. Disponível < <http://www.geo.uel.br/revista> >. Acesso: em 15 de mar. 2007.

FALCÃO, C. R. A dança de São Gonçalo em Mussuca. Rio de Janeiro: In: **UNIrevista**, v. 1, n. 3, p. 1-11, jul. 2006. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FEENY, D. et al. A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Org). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, p.17-42, 2001.

FERLINI, V. L. A. **Terra, trabalho e poder**: o mundo dos engenhos no nordeste colonial. São Paulo: Brasiliense/CNPq, 1988.

FERNANDES, B. M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Palestra proferida no XII Encontro dos Estudantes de Geografia do Paraná, Ponta Grossa, 07 de jun. 2007.

FERNANDES, B. M. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB-São Paulo, v.1, n. 75, p. 83-129, 2007.

FERNANDES, F. **Organização social dos Tupinamba**. 2 ed. São Paulo: Difusão Européia, 1963.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FERREIRA, A. D. D. O rural como categoria sociológica. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba: UFPR, n. 12, p. 147-150, jun. 1999.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Revista Educação; Sociedade**, Campinas: CEDES, ano XXIII, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura**. Curitiba: Chain, 1988.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 18 de mar. 1996. p. 1-12.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 24 set. 1995. p. 1-12.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 26 nov. 1995. p. 1-6.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo, 28 out. 1995. p. 1-13.

FRACA, N. C. **Mudanças e permanências na rede viária do contestado**: uma abordagem acerca da formação territorial no sul do Brasil. Curitiba: 2006. 233 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná.

FRADES, A. M. **La campaña de la Guareña**: tradición y cambio en la paisaje rural zamorano. León: Universidade de León – IEZFO, 1994.

FRADES, A. M.; PASCUAL, M. R.; CABERO, V. Los sistemas comunales de aprovechamiento de pastos en la provincia de León. In: LÓPEZ, F. S. (Org). **Modelos de gestión de sistemas de recursos comunales en Castilla y León**. León: Junta de Castilla y León, p.167-204, 1998.

FREITAS, E. O. **O INCRA e a função social ambiental da propriedade rural**: direito e práticas em vistorias no Rio de Janeiro. Niterói: 2007. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense.

FURLONG, G. **Misiones y sus pueblos de guaranies**. Buenos Aires: Balmes, 1962.

FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas**: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica. Belém. 1993. 486 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, MCT-CNPq-Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará.

FURTER, P. **A dialética da esperança**: uma interpretação do pensamento utópico de Ernest Bloch. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALLARDO, D. H. G. **Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830**. São Paulo: 1986. 180 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.

GERMANI, G. I. Diversidade da resistência camponesa no médio São Francisco. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. X., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: DG/USP, 2005, p.6011-6027. CD-ROM.

GERMANO, A. Baldios. **Boletim Comunicado**, Lisboa, n. 5, 1-5, jul./set. 2005. Disponível em: www.dgrf.min-agricultura.pt/comunicado. Acesso em: 13 mai. 2007.

GERMER, C. M. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. In: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. São Paulo, nº 1, v. 31, p. 47-62, jan/abr. 2002.

GEVAERD FILHO, J. L. Perfil histórico-jurídico dos faxinais ou compásquos. In: **Revista de Direito Ag´rario e Meio Ambiente**. Curitiba: ITCF, n. 1, a. 1, p. 44-79, agos. 1986.

GIL FILHO, S. F. **Colônia polonesa e o processo de metropolização de Curitiba**: impactos espaciais da modernidade. Rio Claro(SP): 1994. 199 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas Campus Rio Claro, Universidade Estadual Paulista.

GOLDMAN, M. Inventando os comuns: teorias e práticas do profissional em bens comuns. In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. (Org). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB-USP, p.43-78, 2001.

GOMES, G. S.; OLIVEIRA, M.; BATISTA, M.G. Quintais: soberania alimentar e saúde da família no sistema faxinal. In: ENCONTRO DOS POVOS DOS FAXINAIS, 1., 2005, Irati. **Anais...** Irati: DIBAP/IAP, 2005. P. 63-71.

GONÇALVES, A. J. B. A “construção” e a “desconstrução” do património florestal português no séc. XX: breve abordagem ao caso do conselho de Vieira do Minho. **Geo-Worling Papers**, Minho: Núcleo de Investigação em Geografia e Planeamento, Série Investigação 2006/8, 2006. Disponível em: <www.geografia.uminho.pt/wp.htm>. Acesso: em 10 de mar. 2007.

GONÇALVES, C. W. P. Índices de violência no campo – Brasil 2005. In: CANUTO, A.; LUZ, C. R. S.; BATISTA, J. (org.). **Conflitos no campo Brasil 2005**. Goiânia: CPT Nacional Brasil, 2006.

GONÇALVES, C. W. P. **Geografando nos varadouros do mundo**. Brasília: Ibama, 2003.

GONÇALVES, C. W.P. **Da geografia às geo-grafias**. CONFERENCIA LATINOAMERICANA Y CARIBEÑA DE CIENCIAS SOCIALES, 2, 2001, México. Texto. Universidad de Guadalajara, 2001.

GONÇALVES, C. W.P. Índices de Violência no Campo – Brasil 2005. In: AFONSO, J. B. G.; CANUTO, A.; LUZ, C. R. S. (Org.). **Conflitos no Campo – Brasil 2005**. Goiânia: CPT, 2006, v., p. 183-188.

GOÑI, I. I. Derechos de propiedad y crisis de las economías pirenaicas: una visión a largo plazo. **Revista Ager**, Zaragoza, n. 2, 139-171, 2002.

GORNISKI, A. **Monge: vida, milagres, histórias, lendas e orações**. Lapa(PR): N. S. Aparecida, 2005.

GRALHEIRO, J. **Comentário à nova lei dos baldios**. Lisboa: Almedina, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XXXV, 1977, Brasília. **Sobre a delimitação do rural e do urbano no Brasil**: testando as aberturas geográficas das novas Pnads. Brasília: **Anais...**, p. 114-146, ago. 1997.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2008.

GUBERT FILHO, F. A. Faxinal: estudo preliminar. In: **Revista de Direito Agário e Meio Ambiente**. Curitiba: ITCE, n. 1, a. 2, p. 32-40, agos. 1987.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HARDIN, G. The tragedy of commons. In: HARDIN, G.; BADEN, J. (Orgs.). **Managing the commons**. W.H. Freeman, USA: Science, p. 16-29, 1968.

HAUBERT, M. **Índios e jesuítas no tempo das missões**: séculos XVII – XVIII. São Paulo: Companhia das Letras/Círculo do Livro, 1990

HAURESKO, C. **Fumo e êxodo rural** – transformações sócio-espaciais nas comunidades rurais de agricultores ucraniano-brasileiros em Prudentópolis – PR. Curitiba: 2001. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

HIMKA, J. P. **Galician villagers and ukrainian national movement in the nineteenth century**. Edmonton: Canadian Institute of Ukrainian Studies, 1988.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismos desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, E. J. **A era dos impérios**: 1875-1914. Rio de Janeiro: 11ª ed. Paz e Terra, 2007.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

IANNI, O. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Hucitec, 2. ed., 1988.

IBGE. **Censo Agropecuário 1985/96 – Paraná**. Rio de Janeiro: IBGE, 1997.

IBGE. Levantamento Sistemático da Produção Agropecuária – Série Retrospectiva 1990-2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

Instituto Chico Mendes Bio. **O que é RDS Reserva de Desenvolvimento Sustentável?**. Brasília: [Mimeografo], [s/d].

JARA, C. J. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**: um processo em construção. Recife: SPLAN-PE, 1998.

JUAN, M. D. B.; BUSTOS, M. A. G. El marco jurídico de referencia: bienes públicos, exploración comunal, entidades locales. In: LÓPEZ, F. S. (Org). **Modelos de gestión de**

sistemas de recursos comunales en Castilla y León. León: Junta de Castilla y León, p. 77-102, 1998.

JULIÃO, F. **Que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

JUNQUEIRA, M. Formação territorial do país. In: **Terras Públicas do Brasil.** Brasília: UNB, p. 13-20, 1978.

JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA. **Reconhecimento dos baldios do continente.** Lisboa: Ministério da Agricultura, 1939.

KAUTSKY, K. **A questão agrária.** Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta, 1980.

KOVALEWSKY, M. M. De la propriété collective. In: CONGRÈS L'INSTITUT INTERNATIONAL DE SOCIOLOGIE, 2., 1895, Paris. **Anais...** Paris: V. Giard; E. Brière, 1896, p. 175-233.

LADEIRA, M. I. M. **Espaço geográfico Guarani-Mbya:** significado, constituição e uso. São Paulo: 2001. 237 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LEICEAGA, X. F. et al. **Os montes veciñais en man común – o patrimonio silente:** natureza, economia, identidade e democracia na Galicia rural. Vigo: Xerais de Galicia, 2006.

LÊNIN, V. I. **A transformação socialista da agricultura.** Lisboa: Estampa, 1975.

LÊNIN, V. I. **Aliança da classe operária e do campesinato.** Moscou: Progresso, 1983.

LÊNIN, W. I. **Capitalismo e agricultura nos Estados Unidos da América:** novos dados sobre as leis de desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Tradução de LIMA, M. B. M. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

LÊNIN, W. I. O capitalismo na agricultura: o livro de Kautsky e o artigo do senhor Bulgákov. Tradução de Sandra Brizolla. In: GRAZIANO DA SILVA, J.; STOLCKE, V. (Orgs). **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LIMA, A. B. M. **Trajetórias de crioulos:** um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no termo da vila de Curitiba (c.1760 – c. 1830). Curitiba: 2001. 118 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

LIMA, R. C. **Pequena história territorial do Brasil:** sesmarias e terras devolutas. 5. ed. Goiânia: UFG, 2002.

LINHARES, M. Y; SILVA, F. C. T. da. **História da agricultura brasileira:** combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LINHARES, T. **História econômica do mate.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia,** Brasília: UNB, n. 322, 2002.

LÓPEZ, F. S. El tema y su actualidad, perspectivas del estudio. In: LÓPEZ, F. S. (Org). **Modelos de gestión de sistemas de recursos comunales en Castilla y León.** León: Junta de Castilla y León, p.21-28, 1998.

LOUREIRO, M. R. G. **Parceria e capitalismo.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

LOUREIRO, W. **Contribuição do ICMS Ecológico à conservação da biodiversidade no Estado do Paraná**. Curitiba: 2002. 206 f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná).

LOUREIRO, W. **Estudo comparativo de métodos de compensação e incentivo fiscal em três municípios – sede de unidades de conservação ambiental no Paraná**. Curitiba: 1994. 82 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia Florestal, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

LÖWY, M. **Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2003.

LOZANO, P. **Carta ânuas de la Provincia del Paraguay: 1735-1743**. Buenos Aires: Instituto Anchietano de Pesquisa, 3 v., 1928.

LUGON, C. **A República ‘comunista’ cristã dos Guaranis (1610-1768)**. Rio de Janeiro: 3 ed. Paz e Terra, 1977.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural: Coleção Os Economistas, 1985.

MACHADO, P. B. Formação da estrutura agrária tradicional dos campos gerais. In: **Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná**. Curitiba: UFPR, Boletim da Universidade do Paraná, n. 3, jun., 1963.

MARIANO, N. F. **Divina tradição ilunina Mogi das Cruzes: o Espírito Santo faz a festa**. São Paulo: 2007. 205 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MARQUES, A. H. O. Bens comunais. In: SERRÃO, J. (Org). **Dicionário de história de Portugal**. Lisboa: Iniciativas, v. I, p. 331, 1965.

MARQUES, A. H. Sesmarias no Brasil. In: SERRÃO, J. (Org). **Dicionário de história de Portugal**. Lisboa: Iniciativas, v. III, p. 845-847, 1965.

MARRA, F. M. S.; FRANCO, V. L. A. A. **ICMS Ecológico como instrumento para o desenvolvimento sustentável**. Goiânia: 2005. 30 f. Monografia (Especialização em Direito Ambiental) – Departamento de Ciências Jurídicas, Universidade Católica de Goiás.

MARTIN, J. Y. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente: AGB-Seção Presidente Prudente, n. 19/20, p. 26-41, 1997.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 3. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1981.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural: Coleção Os Economistas, v. I, I, I, 1988.

MARX, K. **Para uma crítica da economia política: salário, preço e lucro, o rendimento e suas fontes**. São Paulo: Nova Cultural: Coleção Os Economistas, 1986.

MARX, K.; ENGELS, F. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MC CAY, B. J.; ACHESON, J.M. Human of the commons. In: MC CAY, B.J.; ACHESON, J.M. (Org). **The question of commons: the culture and ecology of communal resources**. Arizona: The University of Arizona Press, p. 1-34, 1973.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual da história oral**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

MESQUITA, Z. Cotidiano ou quotidiano? In: ____; BRANDÃO, C. R. (Org). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: Da Universidade/EDUNISC, 1995.

MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências. In: _____. (Org). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: Da Universidade/EDUNISC, 1995.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MICHELETTO, S. R. A. **Forjar da terra o milagre do pão: assentamento Timboré – Andradina/SP**. São Paulo: 2003. 223 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MONTEIRO, D. T. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MONTEIRO, M. J. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

MONTOYA, P. A. R. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape**. Porto Alegre: Martins Liveiro, 1985.

MORAZÉ, C. **Os burgueses à conquista do mundo**. Lisboa: Cosmos, 1965.

MOREIRA, R. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MOREIRA, R. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

MÖRNER, M. **Actividades políticas y económicas de los jesuitas em el Rio de la Plata: la era de los Habsburgos**. Buenos Aires: Paidós, 1968.

MOURA, C. **Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Ática, 1986.

MOURA, M. M. **Os deserdados da terra**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

MUSUMECI, L. **O mito da terra liberta**. São Paulo: Vertice/ANPOCS, 1988.

NASCIMENTO, N. **A revolução do Brasil**. Curitiba: Torre de Papel, 2005.

NERONE, M. M. **Terras de plantar, terras de criar – Sistema Faxinal: Rebouças (1985-1997)**. Assis-SP: 2000. 285 f. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Campus de Assis, Universidade Estadual Paulista.

NOELLI, F. S.; MOTA, L. T. Índios, jesuítas, bandeirantes e espanhóis no Guairá nos séculos XVI e XVII. **Revista Geonotas**, Maringá, v. 3, n. 3, p. 1-6, 1999.

NOVAIS, F. A. O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In: MOTA, C. G. (Org). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1971.

OILVEIRA, A. U. Violência e barbárie: a grilagem de terras no Brasil. In: CANUTO, A.; SILVA, A. R.; FONSO, J. B. G. (Org). **Conflitos no campo Brasil 2005**. Goiânia: CPT Nacional, v. 1, p. 20-38, 2006a.

OLIVEIRA, A. U. A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no governo Lula. In: **Revista ABRA – Reforma Agrária**, São Paulo, v. 33, p. 165-201, 2006b.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVEIRA, A. U. **A Geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.

OLIVEIRA, A. U. **Contribuição para o estudo da geografia agrária**: crítica ao “Estado Isolado” de Von Thünen. São Paulo: 1978. 489 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, A. U. Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, p. 63-110, 2002.

OLIVEIRA, A. U. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: _____.; MARQUES, M. I. M. (Orgs). **O campo no século XXI**: território da vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra; Casa Amarela, p. 29-69, 2004.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labor Edições, disponível: <http://fflch.usp.br/dg/gesp>, 2007.

OLIVEIRA, A. U. Violência e barbárie: a grilagem de terras no Brasil. In: CANUTO, A.; SILVA, C.R.; AFONSO, J. B. G. (Orgs.). **Conflitos no Campo – Brasil 2005**. 1ª ed. Goiânia-GO: CPT Nacional Brasil, 2006a, v. 1, p. 20-38.

OLIVEIRA, J. P. **Ensaio em antropologia histórica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, M. A.; BIOLCHI, M. A. Fumo: produção brasileira cresce e exportações aumentam. In: **Bolotim do DESER**. Curitiba: n. 141, dez., 2004.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PALACIOS, G. J. Revoltas camponesas no Brasil escravista: a ‘guerra dos maribondos’ (pernambuco, 1851-1852). **Forum Almanak Brasiliense**, México, n. 3, p. 9-39, ma. 2006.

PAOLIELLO, R. M. **Posse de terra e conflitos sociais no campo**. [no prelo].

PARANÁ, Decreto Estadual n. 3.446, de 25 de julho de 1997. Cria as áreas Especiais de Uso Regulamentado-ARESUR no Estado do Paraná e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, nº 5067, 14 ago. 1997.

PARANÁ, Lei Complementar n. 59, de 1 de outubro de 1991. Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491/90, aos municípios com mananciais de

abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, nº 3609, 01 out. 1991.

PARANÁ, Lei nº 15.673, de 11 de novembro de 2007. Dispõe que o Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade. **Diário Oficial do Estado do Paraná**, Curitiba, nº 7597, 12 nov. 2007.

PAULA, N. M. Mudança estrutural na indústria alimentar: um estudo sobre tendências à concentração. In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília, v. 38, n.3, p. 81-105.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. Presidente Prudente: UNESP, 2006.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1973.

PEREIRA, E. J. E. **Uma história de caminhos**: estudos sobre a transformação e influência do Paraná no sul do Brasil. Curitiba: Formigueiro, 1962.

PEREIRA, M. R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: UFPR, 1996.

PINTO, D. A. P. **Legislação moderna acerca da alheação dos terrenos baldios na província de Angola**. Loanda: Imprensa Nacional, 1891.

PINTO, P. **Tributação do baldio**: imposto municipal sobre imóveis. Porto, 2005. 20 f. Monografia (Especialização em Direito Fiscal) – Faculdade de Direito, Universidade do Porto.

PLANIOL, M.; RIPERT, G. Les biens. In: PICARD, M. (Org). **Traité pratique de droit civil français**, v. III. Paris: R. Pichon et R. Durand-Auzias, 1952.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO, J. C. **O sistema sesmarial no Brasil**. Brasília: UNB, 1965.

PORTO, J. C. Sistema sesmarial no Brasil. In: **Terras públicas no Brasil**. Brasília, p. 21-30, 1978.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1968.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. São Paulo: Publifolha, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUEIROZ, M. I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. QUEIROZ, 1991.

QUEIROZ, M. V. de. **Messianismo e conflito social**: a guerra setaneja do contestado: 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RADICH, M. C.; BAPTISTA, F. O. Floresta e sociedade: um percurso (1875-2005). **Revista Silva Lusitana**, Porto, v. 13. n. 2, p. 143-157, 2005.

RANGEL, I. A questão da terra. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro: BNDS, vol. 6, n. 4, out./dez., p. 71-77, 1986.

RECLUS, E. A natureza da geografia. In: ANDRADE, M. C. (Org). **Elisée Reclus**. Coleção: Grandes Cientistas Sociais, Geografia, n. 49. São Paulo: Ática, p. 38-60, 1985.

RIBEIRO, D. **Povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: 2 ed. Companhia das Letras, 1995.

RICO BOQUETE, E. **Política forestal e repoboacións en Galicia, 1941-1971**. Universidad de Santiago de Compostela, Monografía n. 187, 1995.

RIOS, J. A. Terras públicas no Brasil. In: **Terras públicas no Brasil**. Brasília: UNB, p.81-86, 1978.

RITTER, M. L. **As sesmarias do Paraná no século XVIII**. Curitiba: Estante Paranista, 1980.

SAHR, C. L. S. Faxinalenses: populações tradicionais no bioma da mata de araucária. In: ENCONTRO DOS POVOS DOS FAXINAIS, 1., 2005, Irati. **Anais...** Irati: DIBAP/IAP, 2005. P. 53-62.

SAMPAIO JÚNIOR, P. A. **Questão agrária e dilemas da formação nacional**. Palestra proferida no curso para estudante de jornalismo UNESP/Fundação Cásper Libero, em 20.05.2001. Disponível em: < www.mst.org.br >. Acesso em: 02 mar. 2007.

SAMPAIO, F. S.; BROIETTI, M. H.; MEDEIROS, M. C. Dinâmica capitalista na agricultura brasileira: acumulação e relações de trabalho. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis, n. 11, 78 f., mai. 2005.

SANTIAGO, T. Introdução. SANTIAGO, T. (org) In: **Capitalismo**: transição. Rio de Janeiro: Eldorado Tijuca, 1974.

SANTOS, C.; ALMEIDA, J. Caracterização espacial de um índice de produtividade nos povoados de pinheiro-bravo em Portugal. **FINISTERRA**, Lisboa, v. XXXVIII, n. 75, p. 51-65, 2003. Disponível: < www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2003/index.html >. Acesso em: 03 mar. 2007.

SANTOS, J. S.; GERMANI, G. I. Luta pela terra e identidade camponesa do fundo/fecho de pasto aos assentamentos rurais. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. X., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: DG/USP, 2005, p.13669-13681. CD-ROM.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEPP, A. Viagem às missões jesuíticas e trabalho apostólicos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

SERENI, E. **Storia del paesaggio agrario italiano**. Roma: Laterza, 1991.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações- o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Estudos CEBRAP**, n. 26. São Paulo: CEBRAP, 1980.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações- o velho e o novo em uma discussão marxista. In: **Revista Nera**: Presidente Prudente, Ano 6, n. 7, p. 1-21, jul/dez., 2005.

SHANIN, T. **La classe incomoda**. Madrid: Alianza Editorial, 1993.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T. e FABRINI, J. D.(Org.). **Capesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SHANIN, T. **Natureza y lógica de la economía campesina**. Madrid: Anagrama, 1988.

SILVA, A. C. Ponto de vista – o pós-marxismo e o espaço cotidiano. In: MESQUITA, Z.; BRANDÃO, C. R. (Org). **Territórios do cotidiano**: uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Da Universidade/EDUNISC, p. 48-56, 1995.

SILVA, E. J. **Sesmarias**: capitania de Goiás (1726-1770). Goiânia. 1996. 325 f. Dissertação (Mestrado em Histórias) – Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Agrárias, Departamento de História e Letras, Universidade Federal de Goiás.

SILVIA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 1996.

SIMONSEN, R. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1977.

SODERO, F. Disciplinamentos jurídicos das terras públicas. In: **Terras públicas no Brasil**. Brasília: UNB, p. 31-40, 1978.

SORJ, B.; POMPERMAYER, M. J. e CORADINI, O. L. **Camponeses e agruindústria**: transformação política na avicultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SOUZA, R. M. **Transformações econômicas e sociais e trajetória na agricultura familiar**: estudo de caso sobre a desconstrução da autonomia da agricultura familiar no Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo – PR. Santa Maria, 2001, 135 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria.

STÉDILE, J. P. O MST e a luta pela terra. **Teoria e Debate**, São Paulo, n. 24, p. 51-53, 1994.

TARCISIO, A. Fundo de pasto da Bahia. In: ENCONTRO DOS POVOS DOS FAXINAIS. I., 2005, Irati-PR. **Anais...** Curitiba: IAP, 2005. P. 8-12.

TAUSSIG, M. **Xamanismo, colonialismo e o homem selvagem**: um estudo sobre o terror e a cura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TAVARES, L. A. **A dimensão sócio-espacial do rural brasileiro**: os camponeses da Microrregião de Cêrro Azul, na Região Metropolitana de Curitiba-PR. Curitiba: 2002. 185 f. Disertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

TORRES, M. **Amazônia revelada**: os descaminhos ao longo da BR-163. (org.) Brasília: CNPq, 2005.

VALVERDE, O. Metodologia da geografia agrária. **Campo-Território**: Revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1-16, fev. 2006.

VALVERDE, O. **Planalto Meridional do Brasil**. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1957.

VASINO, A. C. et al. **Os pobres possuirão a terra**; pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra. São Paulo: Paulinas, Sinodal e CEBI, 2006.

VEIGA, J. E. da et al. **Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: MDA/NEAD (Textos para Discussão, 1), 2001.

VIANNA, O. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1973.

VIANNA, O. **Populações meridionais do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 1, 1973.

WACHOMICZ, R. C. **O camponês polonês no Brasil**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1985.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 7 ed. Curitiba: Vicentina, 1995.

WANDERLEY, M. N. B. **Olhares sobre o “rural” brasileiro**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Fotocópia, out. 1999.

WOODCOCK, G. **História das idéias e movimentos anarquistas: a idéia**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

WOODCOCK, G. **História das idéias e movimentos anarquistas: o movimento**. Porto Alegre: L&PM, 2002.

WOORTMANN, K. **Comunidades e haciendas no Peru andino**: contribuição a uma sociologia do campesinato latino americano. Brasília: UnB, v. 5. Série Antropologia, 1973.

ZANATA, O. Situação atual da ocupação das terras públicas. In: **Terras públicas no Brasil**. Brasília: UNB, p. 41-64, 1978.